Universidade do Estado do Rio de Janeiro
Instituto de Estudos Sociais e Políticos
Programa de Pós-Graduação em Ciência Política

Diogo Ives de Quadros

Autonomia e dependência cultural na inserção internacional do Brasil: contribuição para uma Análise de Política Externa crítica

Rio de Janeiro
2021

Diogo Ives de Quadros

Autonomia e dependência cultural na inserção internacional do Brasil: contribuição para uma Análise de Política Externa crítica

Tese apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Doutor, ao Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

Orientadora: Profª. Drª. Maria Regina Soares de Lima

Rio de Janeiro

2021

CATALOGAÇÃO NA FONTE

UERJ / REDE SIRIUS / BIBLIOTECA CCS/D - IESP

Q13 Quadros, Diogo Ives de.

Autonomia e dependência cultural na inserção internacional do Brasil: contribuição para uma análise de política externa crítica / Diogo Ives de Quadros. – 2021.

453 f .

Orientadora: Maria Regina Soares de Lima.
Tese (Doutorado em Ciência Política) - Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Instituto de Estudos Sociais e Políticos.

1. Brasil - Relações exteriores - Teses. 2. Ideologia - Teses. 3. Análise crítica do discurso - Teses. 4. Teoria crítica - Teses. I. Lima, Maria Regina Soares de. II. Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Instituto de Estudos Sociais e Políticos. III. Título.

CDU 327(81)

Albert Vaz CRB-7 / 6033 - Bibliotecário responsável pela elaboração da ficha catalográfica.

Autorizo para fins acadêmicos e científicos, a reprodução total ou parcial desta dissertação, desde que citada a fonte.

_____ _____

Assinatura Data

Diogo Ives de Quadros

Autonomia e dependência cultural na inserção internacional do Brasil: contribuição para uma Análise de Política Externa crítica

Tese apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Doutor, ao Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

Aprovada em 6 de dezembro de 2021.

Banca examinadora:

_____

Profª. Dra. Maria Regina Soares de Lima (Orientadora)

Instituto de Estudos Sociais e Políticos — UERJ

_____

Prof. Dr. André Luiz Reis da Silva

Universidade Federal do Rio Grande do Sul

_____

Prof. Dr. Christian Edwad Cyril Lynch

Instituto de Estudos Sociais e Políticos — UERJ

_____

Profª. Drª. Letícia de Abreu Pinheiro

Instituto de Estudos Sociais e Políticos — UERJ

_____

Prof. Dr. Luiz Felipe Brandão Osório

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Rio de Janeiro

2021

AGRADECIMENTOS

Um golpe de Estado, um governo ilegítimo, um julgamento sem imparcialidade, uma eleição manipulada, um neofascista eleito com 57 milhões de votos, uma pandemia e um crime contra a humanidade. Escrever uma tese de Ciência Política em meio aos retrocessos democráticos e desastres globais como os que acometeram o Brasil, nos últimos anos, não seria possível sem as pessoas aqui listadas. São elas as responsáveis por manter minha certeza de que a educação pública, a ciência e o debate são caminhos a serem defendidos e ampliados contra as forças que insistem em manter o país preso ao seu passado colonial.

Agradeço imensamente à minha amada orientadora, Maria Regina Soares de Lima, pela generosidade em compartilhar tanto conhecimento, pelo entusiasmo nas longas reuniões de preparação da tese, pela atenção detalhista em cada correção das versões preliminares e pelo nível de exigência que me incentivou a chegar neste resultado. Mudar minha vida de Porto Alegre ao Rio de Janeiro para aprender com ela me ensinou mais do que eu esperava, indo além das lições de Ciência Política para incluir valores profissionais e pessoais que passei a admirar.

Agradeço, em especial, a Letícia Pinheiro pelas contribuições decisivas que deu à tese, tanto na banca de qualificação, quanto nos dois cursos ministrados no IESP, em 2017, ao lado de Maria Regina, sem os quais as ideias básicas deste trabalho não teriam sido sequer cogitadas. E também a Carlos Milani, meu entrevistador na seleção de doutorado, pelas sugestões dadas ao trabalho na disciplina de seminário de tese e por todo o apoio que possibilitou o meu período de doutorado-sanduíche na Sciences Po Paris.

Agradeço, ainda, a Oliver Dabène, pelo acolhimento generoso na França e pelas reuniões que me permitiram aperfeiçoar o argumento da tese; a Cristina Pecequilo e Raphael Padula, pelas aulas na UFRJ, em 2017, que resultaram em parte do último capítulo; a Guilherme Casarões, pelos comentários sobre o quinto capítulo, feitos em conferência da ABCP, em 2020; a Janina Onuki, pela participação na banca de qualificação; a André Coelho, pela experiência de estágio docente na UNIRIO; a Fernanda Nanci, pela oportunidade de lecionar na UNILASALLE-RJ, com cujas turmas de graduação pude amadurecer reflexões; e aos professores e às professoras da UFRGS, tanto da graduação em Relações Internacionais quanto do mestrado em Ciência Política, que me ensinaram, em maior ou menor medida, os fundamentos da epistemologia crítica e interdisciplinar e a importância cada vez maior da teoria e do conceito de ideologia para dar sentido a um mundo com tanta informação, especialmente: André Luiz Reis da Silva, Paulo Visentini, Luiz Dario Teixeira Ribeiro, José

Miguel Martins, Analúcia Danilevicz, Francisco Rüdiger, Eduardo Filippi, Hermógenes Saviani, Marcelo Milan, Carlos Arturi, Luis Gustavo Grohmann, Marco Cepik, Sonia Ranincheski, Eduardo Svartman, Silvana Krause, Maria Lúcia Moritz e Hélgio Trindade.

Por fim, agradeço à minha família pelo apoio contínuo; à FAPERJ pela bolsa de doutorado e à CAPES pela bolsa de doutorado-sanduíche; aos e às colegas do Observatório Político Sul-Americano (OPSA), por mostrarem todos os meses que pesquisa boa é pesquisa feita coletivamente; e aos amigos e às amigas que fizeram contribuições pontuais à tese e/ou compartilharam afeto em tempos tão difíceis: Alice Gravelle, Bruna Jaeger, Bruno Guimarães, Danielle Costa, Diego Santos, Earl Comte, Ebráilon Masetto, Felipe Tanishigue, Gabriel Maximowski, Leonardo Weber, Letícia Simões, Ghaio Nicodemos, Hugo Brás, Jéssica Delabari, Marcela Ávila, Marianna Albuquerque, Natália Leão, Pedro Txai, Silvio Guerchon, Taís Assis e Tiago Appel.

Era assim: o país estava em onze horas da manhã. Superficialmente como um quintal que é verde, da mais delicada superficialidade. Verde, verde – verde é um quintal. [...] São onze horas da manhã no Brasil. [...] O tempo freme como um balão parado. O ar fertilizado e arfante. Até que num hino nacional a badalada das onze e meia corte as amarras do balão. E de repente nós todos chegaremos ao meio-dia. Que será verde como agora. [...] Tudo aqui se refere na verdade a uma vida que se fosse real não me serviria. O que decalca ela, então? Real, eu não a entenderia, mas gosto da duplicata e a entendo. A cópia é sempre bonita. O ambiente de pessoas semi-artistíticas e artísticas em que vivo deveria, no entanto, me fazer desvalorizar as cópias: mas sempre pareci preferir a paródia, ela me servia. Decalcar uma vida provavelmente me dava – ou dá ainda? até que ponto se rebentou a harmonia de meu passado? – decalcar uma vida provavelmente me dava segurança exatamente por essa vida não ser a minha: ela não me era uma responsabilidade.

Clarice Lispector
A paixão segundo G.H.

Livro publicado em setembro de 1964, seis meses após o golpe militar, desferido para manter o Brasil alinhado às concepções de mundo dos Estados Unidos na Guerra Fria.

RESUMO

QUADROS, Diogo Ives de. *Autonomia e dependência cultural na inserção internacional do Brasil:* contribuição para uma Análise de Política Externa crítica. 2021. 453f. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Instituto de Estudos Sociais e Políticos, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2021.

Esta tese consiste na elaboração teórica e no teste empírico de um modelo de análise de política externa, para o Brasil, centrado na ideologia política dos atores decisórios e fundamentado na teoria crítica brasileira sobre autonomia e dependência cultural. Nosso modelo de análise de política externa brasileira é construído a partir da combinação de elementos extraídos de outros dois modelos: o modelo das tradições ideológicas do pensamento político brasileiro, criado por Christian Lynch, e o modelo da história da política externa brasileira, desenvolvido por Maria Regina Soares de Lima. O modelo de Lynch caracteriza uma ideologia política como sendo um conjunto de preferências socialmente compartilhadas entre indivíduos sobre a forma do Estado brasileiro (regime político e regime econômico) e identifica mudanças e continuidades nas ideologias brasileiras ao longo da história. Buscamos acrescentar ao modelo de Lynch as preferências que indivíduos teriam sobre o papel do Estado brasileiro no mundo, isto é, as orientações para as relações bilaterais e multilaterais do país, que também estariam inscritas nas ideologias brasileiras. A elaboração teórica sobre papel do Estado parte do modelo de Lima e lhe soma aportes das escolas inglesa e construtivista das Relações Internacionais. Testamos parte do nosso modelo em um exercício explicativa sobre as mudanças da política externa brasileira para a China, entre 1995 e 2018. Para tanto, analisamos 720 discursos presidenciais, a fim de identificar ideologias políticas nas percepções sobre a China que foram enunciadas por Fernando Henrique Cardoso, Luiz Inácio Lula da Silva, Dilma Rousseff e Michel Temer. O método utilizado foi o da Análise Crítica do Discurso, nos termos de Norman Fairclough. Os resultados evidenciaram padrões de percepção sobre a China substancialmente distintos entre, de um lado, Fernando Henrique Cardoso e Michel Temer e, de outro, Luiz Inácio Lula da Silva e Dilma Rousseff, que variaram *pari passu* com a menor e a maior aproximação que o Brasil buscou em relação ao país asiático nos dois pares de governo, respectivamente. Concluímos que os padrões de percepção sobre a China podem ser explicados por orientações diferentes sobre relações bilaterais inscritas nas ideologias brasileiras, posto que Cardoso e Temer, de um lado, e Lula e Dilma, de outro, eram representantes de ideologias distintas do pensamento político brasileiro.

Palavras-chave: Análise de Política Externa. Ideologia Política. Teoria Crítica Brasileira. Análise Crítica do Discurso. Relação Brasil-China.

ABSTRACT

QUADROS, Diogo Ives de. *Cultural autonomy and dependence in Brazil's international insertion*: contribution to a critical Foreign Policy Analysis. 2021. 453f. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Instituto de Estudos Sociais e Políticos, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2021.

This thesis consists of a theoretical elaboration and an empirical test of a model of foreign policy analysis for Brazil, centered on the political ideology of decision-making actors and based on the Brazilian critical theory of autonomy and cultural dependence. Our Brazilian foreign policy analysis model is built on the combination of elements extracted from two other models: the model of the ideological traditions of Brazilian political thought, created by Christian Lynch, and the model of the history of Brazilian foreign policy, developed by Maria Regina Soares de Lima. Lynch's model characterizes a political ideology as a set of socially shared preferences among individuals about the form of the Brazilian state (political regime and economic regime) and identifies the changes and continuities of Brazilian ideologies throughout history. We seek to add to Lynch's model the preferences that individuals would have about the role of the Brazilian State in the world, that is, the guidelines for the country's bilateral and multilateral relations, which would also be inscribed in Brazilian ideologies. The theoretical elaboration on State role is based on the Lima model and includes contributions from the English and Constructivist schools of International Relations. We tested part of our model in an explanatory exercise on the changes in Brazilian foreign policy towards China between 1995 and 2018. We analyzed 720 presidential speeches in order to identify political ideologies in the perceptions of China that were enunciated by Fernando Henrique Cardoso, Luiz Inácio Lula da Silva, Dilma Rousseff and Michel Temer. The method used was the Critical Discourse Analysis, in the perspective of Norman Fairclough. The results showed substantially different patterns of perception about China between, on one side, Fernando Henrique Cardoso and Michel Temer, and, on another side, Luiz Inácio Lula da Silva and Dilma Rousseff, which varied *pari passu* with lesser and greater approximation between Brazil and China in the two government pairs, respectively. We conclude that the patterns of perception about China can be explained by different guidelines on bilateral relations inscribed in Brazilian ideologies, since Cardoso and Temer, on one side, and Lula and Dilma, on another, were representatives of different ideologies of the Brazilian political thought.

Keywords: Foreign Policy Analysis. Political Ideology. Brazilian Critical Theory. Critical Discourse Analysis. Brazil-China Relationship.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Infraestrutura e superestrutura social 48

Figura 2 – Distância entre indivíduos típicos das tradições de pensamento político internacional 186

Figura 3 – Distância entre indivíduos típicos das tradições de pensamento político internacional (aprimorado) 216

Figura 4 – Distância entre indivíduos típicos das tradições de pensamento político internacional no Brasil 222

Figura 5 – Concepção tridimensional do discurso 231

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Forma de Estado ideal para as tradições luzia e saquarema no período 1945-88 143

Quadro 2 – Forma de Estado ideal para as tradições luzia e saquarema no período 1988-hoje... 147

Quadro 3 – Força relativa das tradições de pensamento político internacional na história ocidental 186

Quadro 4 – Papel do Estado conforme as ideologias brasileiras (período 1945-1988) 223

Quadro 5 – Papel do Estado conforme as ideologias brasileiras (período 1988-hoje) 224

Quadro 6 – Método de Fairclough para a Análise Crítica do Discurso 237

Quadro 7 – Novas hipóteses de orientações para relações bilaterais das ideologias luzia de direita e saquarema de esquerda no período 1988-hoje 304

Quadro 8 – Temas das percepções sobre a China no discurso presidencial de Fernando Henrique Cardoso 340

Quadro 9 – Temas das percepções sobre a China no discurso presidencial de Luiz Inácio Lula da Silva 348

Quadro 10 – Temas das percepções sobre a China no discurso presidencial de Dilma Rousseff 380

Quadro 11 – Temas das percepções sobre a China no discurso presidencial de Michel Temer..... 391

SUMÁRIO

1 **EM BUSCA DA TEORIA CRÍTICA NA ANÁLISE DE POLÍTICA EXTERNA** 13
1.1 **Antecedentes conceituais sobre teoria crítica** 19
1.2 **Apresentação dos capítulos** 25

2 **IDEOLOGIA POLÍTICA E ANÁLISE DE POLÍTICA EXTERNA** 39
2.1 **As mudanças da política externa brasileira para a China**..... 39
2.2 **Ideologia política como variável explicativa na Análise de Política Externa**..... 45
2.2.1 A vertente da APE liberal no centro..... 51
2.2.2 A vertente da APE crítica na periferia..... 59

3 **GENEALOGIA DE UMA TEORIA CRÍTICA BRASILEIRA SOBRE IMPORTAÇÃO DE IDEIAS NA PERIFERIA (I): DO PARASITISMO ECONÔMICO-CULTURAL À DISPUTA ENTRE COALIZÕES SOCIOPOLÍTICAS** 67
3.1 **Origem e decadência das interpretações economicistas sobre dependência** 74
3.2 **Bomfim e a interpretação do parasitismo para o atraso do Brasil** 77
3.3 **Andrade e a escolha individual entre cópia e adaptação na arte** 89
3.4 **Guerreiro e a escolha individual entre transposição ou redução na sociologia** 91
3.5 **Freire e a escolha coletiva entre educação bancária ou libertadora na pedagogia**... 95
3.6 **Candido e a escolha coletiva entre importar ou criar técnica na literatura**..... 98
3.7 **Furtado e a disputa entre coalizões pela importação de técnica na economia** 101
3.8 **Santos e a disputa entre coalizões pela formação de espaços na geografia**..... 106
3.9 **Kehl e a disputa entre coalizões pelos rumos do bovarismo na psicologia** 110
3.10 **Balanço da reflexão acumulada e lacunas sobre o Estado e a política externa** 112

4 **GENEALOGIA DE UMA TEORIA CRÍTICA BRASILEIRA SOBRE IMPORTAÇÃO DE IDEIAS NA PERIFERIA (II): AS IDEOLOGIAS POLÍTICAS E AS FORMAS DO ESTADO**..... 117
4.1 **Limitações da teoria francesa sobre importação de Estado** 118
4.2 **A definição de ideologia política de Hélio Jaguaribe** 126
4.3 **Lynch e a disputa entre elites políticas pela forma do Estado brasileiro** 130
4.3.1 Primeiras manifestações da disputa ideológica entre cópia e adaptação do Estado..... 134
4.3.2 Luzias e saquaremas no período cosmopolita-periférico 134

4.3.3 As tradições luzia e saquarema no período nacionalista-periférico..... 138
4.3.4 As tradições luzia e saquarema no período contemporâneo..... 144
4.3.5 Limitação do modelo na definição dos paradigmas externos das duas tradições..... 148

5 **GENEALOGIA DE UMA TEORIA CRÍTICA BRASILEIRA SOBRE IMPORTAÇÃO DE IDEIAS NA PERIFERIA (III): OS PAPEIS NA POLÍTICA EXTERNA** 151
5.1 **A política externa brasileira no modelo dos paradigmas de Estado de Cervo**..... 151
5.2 **Variáveis explicativas de política externa na escola realista de Relações Internacionais** 156
5.3 **A política externa brasileira no modelo dos paradigmas de alinhamento de Lima** 162
5.3.1 Lima e a escolha de governo entre os papeis de aceitar ou criar normas internacionais na política externa 168

6 **PROPOSTA DE VINCULAÇÃO TEÓRICA ENTRE FORMA DO ESTADO, PAPEL DO ESTADO E PENSAMENTO POLÍTICO INTERNACIONAL**..... 175
6.1 **A tese original de Wight sobre as três tradições do pensamento político internacional** 179
6.2 **As atualizações da tese original por Bull e Hurrell** 189
6.3 **Contribuições de Wendt sobre como uma tradição de pensamento torna-se hegemônica na superestrutura internacional** 198
6.3.1 As quatro identidades do Estado: pessoal, forma, papel e coletiva 206
6.3.2 A reprodução das identidades do Estado e as escolhas subjetivas das autoridades..... 210

7 **HIPÓTESES SOBRE AS ORIENTAÇÕES DE POLÍTICA EXTERNA INSCRITAS NAS IDEOLOGIAS POLÍTICAS BRASILEIRAS** 215

8 **TEORIA E MÉTODO DA ANÁLISE CRÍTICA DO DISCURSO** 227
8.1 **Perspectivas teóricas na análise discursiva** 227
8.2 **O método de Fairclough na Análise Crítica do Discurso** 235

9 **AS PERCEPÇÕES DE PRESIDENTES BRASILEIROS SOBRE A CHINA EM DISCURSOS OFICIAIS (1995-2018)** 244
9.1 **Desenho de pesquisa**..... 244

9.2 **Análise de cadeia textual: mudanças e continuidades nas percepções** 249
9.2.1 Papel do Estado chinês 249
9.2.2 Forma do Estado chinês 262
9.2.3 Intercâmbio material entre Brasil e China 270
9.2.4 A China na diversificação de relações do Brasil 279

10 **AS IDEOLOGIAS POLÍTICAS POR TRÁS DAS PERCEPÇÕES DE PRESIDENTES BRASILEIROS SOBRE A CHINA (1995-2018)** 282
10.1 **Análise de matriz ideológica: as raízes das mudanças e continuidades nas percepções presidenciais** 282
10.1.1 Percepções residuais sobre a forma do Estado brasileiro 286
10.1.2 Percepções residuais sobre multilateralismo, integração regional e polaridade 294

11 **CONSIDERAÇÕES FINAIS** 305
11.1 **Cópia e criação de ideias na exportação de políticas públicas: hipóteses para uma agenda de pesquisa** 308
11.2 **Uniformidade *versus* diversidade de Estados no século XXI** 313

REFERÊNCIAS 327

APÊNDICE – Classificação temática das percepções presidenciais sobre a China 340

1 **EM BUSCA DA TEORIA CRÍTICA NA ANÁLISE DE POLÍTICA EXTERNA**

Em 1922, o presidente Epitácio Pessoa comemorou o primeiro século de independência do Brasil organizando uma festa para estrangeiros: a Exposição Universal do Rio de Janeiro. As exposições universais, realizadas desde a década de 1850, tinham o objetivo de materializar o potencial criativo que parte da humanidade se mostrava capaz de atingir no capitalismo. Os avanços em técnicas de agricultura, mineração, indústria e arquitetura eram exibidos como demonstrações de vanguarda, estímulo ao progresso e otimismo pelo futuro. Na definição de Walter Benjamin (2007[1939]), tais exposições eram lugares de peregrinação ao fetiche-mercadoria, onde capitalistas de diferentes nações competiam pelas melhores invenções, enquanto trabalhadores entretinham-se visualmente, separados de seus produtos por avisos de *não toque*.

Uma exposição universal acontecia conforme um país se dispusesse a sediá-la e convidasse os demais, de modo que datas e locais eram irregulares. Porém, por vezes, havia certo simbolismo nas escolhas: em 1889, uma exposição ocorreu em Paris, para celebrar os cem anos da Revolução Francesa; em 1893, em Chicago, para festejar quatro séculos da descoberta da América pela Europa; em 1900, também em Paris, para comemorar o fim do século XVIII; e em 1915, em São Francisco, para marcar a abertura do Canal do Panamá, que encurtou o trajeto de mercadorias entre as duas costas dos Estados Unidos e representou um feito tanto da engenharia quanto do imperialismo crescente deste país na América Latina (HARDMAN, 1988).

A Exposição Universal do Rio de Janeiro de 1922 também se revestiu de simbolismo: era a primeira montada em um país periférico do capitalismo internacional. Após a exposição estadunidense de 1915, todos os países centrais passaram a estar imersos na Primeira Guerra Mundial, que havia evidenciado o lado mais sombrio que a criatividade humana também era capaz de atingir no capitalismo. Além disso, a eclosão da guerra civil na Rússia, em 1917, havia passado a contrapor, à ordem social capitalista, o socialismo como sendo a melhor via para expandir o potencial criativo a um maior número de pessoas. Diante desta conjuntura, a exposição de 1922 rompia o maior hiato entre exposições universais desde o seu início e tinha a missão de retomar, em um território relativamente neutro, a animação coletiva das classes capitalistas de diferentes países com um mundo por construir e, ora, disputar contra um novo adversário. Notícias sobre as exposições universais circulavam na imprensa internacional e serviam como um estímulo de adesão ao capitalismo também para a classe trabalhadora, através dos meios de comunicação de massa cada vez mais disseminados.

O Brasil havia superado o escravismo, em 1888, e passado a ser um exemplo periférico de capitalismo liberal, o que harmonizava com interesses cêntricos e lhe tornava digno do reconhecimento de sediar o evento tradicional. O país abria seu mercado consumidor às manufaturas do centro e supria-lhe com matérias-primas e alimentos, especialmente café, estratégico para estimular a classe trabalhadora a se submeter às longas jornadas de trabalho nas indústrias em expansão. Nestas circunstâncias, soou natural quando o presidente Epitácio Pessoa fez o discurso de abertura da Exposição do Rio de Janeiro, em 7 de setembro de 1922, dia da independência nacional, e destacou a política de liberalização econômica do seu governo. O jornal A Noite reproduziu o seguinte, em edição especial daquele dia:

> O discurso do Sr. Presidente da República, salvo algum senão de vocábulo não ouvido ou mal compreendido, diz assim no seu espírito e, tanto quanto possível, na sua forma, que reputamos de muita fidelidade: "Tenho o maior prazer, falando a todos os brasileiros aqui presentes, a todos os brasileiros vivos, de declarar que o Brasil, com todas estas manifestações da mais perfeita cordialidade e da mais ardente sinceridade, consagra, no dia de hoje, a máxima data de sua nacionalidade, tão grata ao povo, e em que também se renovam mais uma vez os sentimentos de nações e dos estrangeiros, aqui representados no seu comparecimento às festas do Centenário do Brasil, e se mostra a uns e a outros o que temos feito em prol dos progressos da humanidade. O Brasil, que mais de cem anos lutou na defesa do Direito e da Justiça e, em meio a esperanças e desenganos, embates e triunfos, aparece em sua marcha sempre vitoriosa, através das lutas que tem consciência de se haver empenhado com brio e gratidão na obra sempiterna da civilização. As nossas leis e princípios ele os talhou no mais puro marco do espírito liberal e nas suas ciências e letras, na sua população que excede 32 milhões de habitantes, na expansão de suas empresas, tudo se consagra numa afirmativa do desenvolvimento de seus recursos naturais de toda sorte, impondo-se às outras nações do mundo, que nos procuram neste momento e trazem para o nosso país, para o esplendor do nosso sertão, a contribuição da sua inteligência e de suas riquezas e, para o brilho desta festa, o testemunho de sua simpatia" (A ORAÇÃO DE S. EX., 1922, p. 1).

As ideias de liberalismo econômico, manifestadas pelo presidente, atribuíam uma função agroexportadora ao Brasil na divisão internacional do trabalho e reservavam às suas classes sociais a posição de receptoras dos produtos da inteligência estrangeira, uma vez que tais ideias econômicas inibiam as possibilidades de o país criar, industrialmente, os mesmos bens sofisticados em tecnologia que a exposição exibia. As empresas estadunidenses Westinghouse e Western Electric emprestaram os equipamentos para as primeiras transmissões de rádio no Brasil, feitas durante a exposição (CARNEIRO, 2017). Também instalaram alto-falantes inéditos para transmitir à população *Il Guarany*, uma ópera em italiano de Carlos Gomes, diretamente do Teatro Municipal do Rio de Janeiro (FONSECA, 2016). Ademais, projetores viabilizaram a primeira emissão pública de um filme no Brasil, a produção nacional *No país das amazonas* (1922), dirigido por Silvino Santos, que retratava a extração de borracha e cacau na Amazônia e traduzia

> filmicamente uma leitura do Brasil proveniente do século XIX e muito representada nas artes plásticas daquele período, segundo a qual a especificidade da nação

> brasileira dentro do quadro geral das civilizações decorre da submissão de nossa exuberante natureza aos desígnios da civilização (MORETTIN, 2011, p. 145).

Para além da mudança de regime econômico de escravista a capitalista, o Brasil também havia transitado do monarquismo para o republicanismo presidencialista, em 1889. Dois dias após à abertura da exposição, em 9 de setembro de 1922, o presidente Epitácio Pessoa recebeu embaixadores e chefes de delegações especiais para um banquete no palácio presidencial do Catete. Desta ocasião, o jornal O Paiz reproduziu a íntegra do discurso de Pessoa, que comemorava o avanço das ideias de liberalismo político no país, conforme o trecho a seguir:

> A vida das nações conta-se por séculos. Vencemos a primeira etapa, com tropeços, é verdade, mas com honra e altivez. As boas causas da liberdade e da justiça sempre preocuparam os nossos homens públicos. Na ordem política, feita a independência, tivemos que a consolidar. Para isto, foi mister afastar do Brasil o fundador do Império. Realizada a consolidação e garantida a unidade da pátria, tratamos da autonomia das províncias, outorgando-lhes uma prudente descentralização. [...] Conseguimos fincar na história estes marcos de liberdade e justiça sem lutas sanguinolentas, sem profundos abalos, evolvendo naturalmente pela propaganda e pela persuasão (O BANQUETE NO CATETE, 1922, p. 1).

Em síntese, o que Epitácio Pessoa esforçava-se para expor orgulhosamente aos estrangeiros, ao longo daqueles dias de abertura da Exposição de 1922, era a criação brasileira de uma forma de Estado, que combinava um regime econômico de capitalismo liberal e um regime político de republicanismo descentralizado e que se mostrava exitosa em manter-se vigente, sem instabilidades significativas, havia mais de 30 anos.

No mandato de 1919 a 1922, o governo Pessoa vinculou a implantação desta forma de Estado a um alinhamento aos Estados Unidos, na política externa. Conforme explicado por Silva e Gonçalves (2009), tratava-se de uma aliança bilateral não-escrita (nos termos de Bradford Burns), praticada durante toda a Primeira República, pela qual o Brasil aderia ao monroismo estadunidense e recusava o bolivarismo latino-americano[1]. Segundo estes autores, uma aproximação com os Estados Unidos foi iniciada ainda na década de 1870, quando o presidente Ulysses Grant convidou o imperador D. Pedro II para abrir a Exposição Universal da Filadélfia. Naquela década, tanto os Estados Unidos quanto a Alemanha emergiam como grandes potências do mundo, após guerras de unificação nacional, e ambicionavam redistribuições do poder político e econômico no centro do capitalismo internacional. Nas décadas seguintes, enquanto os Estados Unidos tornaram-se os maiores importadores dos

[1] O monroismo ou panamericanismo, proposto pelo presidente estadunidense James Monroe em discurso ao Congresso de seu país, em 1823, estipulava que a América deveria pertencer aos americanos, sob proteção dos Estados Unidos, no contexto de lutas de independências latino-americanas contra metrópoles europeias. Por sua vez, o bolivarismo remonta a ideias do Congresso do Panamá de 1826, em que ex-colônias espanholas, ora independentes e republicanas, propuseram a criação de uma confederação entre países latino-americanos que seria comandada por Simón Bolivar, líder na luta separatista e presidente da então Grã-Colômbia.

produtos agrícolas brasileiros, os países europeus lançaram-se em uma nova corrida por colônias na África. Nestas circunstâncias, os governos da Primeira República optaram por aproximar mais o Brasil dos Estados Unidos, especialmente na década do Barão do Rio Branco à frente do Ministério de Relações Exteriores (1902-1912), perseguindo a aliança não-escrita para consolidar a relação econômica e reduzir as vulnerabilidades securitárias em relação às potências europeias (SILVA; GONÇALVES, 2009).

Além de manter este alinhamento bilateral, a política externa do governo Pessoa foi atuante na Liga das Nações, criada em 1919, na Conferência de Paz de Paris que se seguiu à Primeira Guerra Mundial. Tratava-se da tentativa mais ambiciosa, até então, de se criar mecanismos institucionais e multilaterais para ordenar as relações internacionais. O núcleo da Liga das Nações era seu Conselho Executivo, incumbido de administrar a violência entre os países por meio de decisões deliberadas entre membros permanentes e temporários. Nos meses finais do governo anterior de Delfim Moreira, o Brasil havia sido convidado para o encontro por ter auxiliado o lado vitorioso na guerra, e a delegação diplomática foi chefiada por Pessoa, então senador da República. A conferência atribuiu ao Brasil um assento temporário no Conselho de Segurança, com o apoio enérgico dos Estados Unidos, e, ao longo do governo Pessoa, o país foi reeleito anualmente com as maiores votações entre os concorrentes (RICUPERO, 2017). Com este engajamento no multilateralismo incipiente,

> o Brasil dava à sua política externa uma projeção transatlântica, rompendo os limites da região americana. É possível ver nesse episódio uma das primeiras manifestações de um traço distintivo da política externa brasileira. Refiro-me à percepção das elites governantes acerca de um suposto direito de reconhecimento pela comunidade internacional do diferencial do país na hierarquia mundial (PINHERO, 2004, p. 11).

Hoje, passado um século desde 1922, o Brasil completa seu segundo centenário de independência em contextos domésticos e internacionais muito diferentes. O Estado brasileiro não deixou de combinar capitalismo e presidencialismo, mas o fez na forma de distintos arranjos institucionais, que produziram, entre outros elementos, o avanço da industrialização da economia e o fracionamento das classes sociais. Estes processos complexificaram a divisão do trabalho e as preferências políticas dos indivíduos no Brasil, que passaram a se organizar em diferentes coalizões sociopolíticas, compostas por frações de classe variadas e orientadas por concepções de mundo distintas. As exposições universais seguem acontecendo, mas com um prestígio reduzido. A China tornou-se o grande país emergente a mexer com a distribuição do poder no centro do capitalismo. A Liga das Nações fracassou ao não conter a Segunda Guerra Mundial e foi substituída pela Organização das Nações Unidas (ONU), que ampliou a institucionalização do diálogo multilateral e o mantém em funcionamento há 70 anos.

Afetada pelas mudanças domésticas e internacionais, a política externa brasileira passou por mudanças substanciais ao longo dos governos do último século. Todavia, nunca deixou de ser um assunto conduzido pelo(a) presidente da República, devido a dois fatores, em especial: em primeiro lugar, a atribuição constitucional neste sentido, contínua ao longo das Cartas do período, o que conferiu a esta figura a capacidade de autorizar o grau de autonomia de outros órgãos decisórios do Poder Executivo na política externa, como o Ministério das Relações Exteriores; e, em segundo lugar, a baixa politização do tema no Congresso Nacional, na maior parte do período, dada a ausência relativa de clientelas na sociedade com interesses significativos no tema (LIMA, 1994). Sendo assim, o(a) chefe de Estado manteve-se uma figura-chave na definição dos papeis que o Brasil assumiu nas suas relações bilaterais e multilaterais, ao longo do tempo.

Nesta tese, a pergunta que procuramos responder é a seguinte: como a ideologia política do(a) presidente da República pode afetar a política externa brasileira? Partimos dos pressupostos de que, em primeiro lugar, qualquer ação depende de uma ideia que a impulsione e, em segundo lugar, toda ideia é construída por meio de processos sociais atravessados por relações materiais de poder. Se toda ação depende de uma ideia, então ações de política externa são informadas pelo conjunto de ideias sobre política externa de quem as toma. Por sua vez, entendemos ideologia como um conjunto de ideias coletivas e duradouras que podem orientar a agência de indivíduos ao proverem concepções de mundo e entendimentos sobre relações de poder entre *eu* e *outro*. Consideramos que o(a) presidente da República é um indivíduo que imprime fortemente uma ideologia política no Estado ao administrá-lo e ter grande poder decisório sobre o rumo de políticas públicas, tais como a política externa. Concebemos o discurso presidencial como um instrumento que permite identificar sua ideologia.

Nossa hipótese geral é de que uma ideologia política afeta as ações do(a) Presidente da República ao constranger suas percepções de mundo, pois contém ideias socialmente criadas sobre como a construção do Estado, no plano doméstico, e as relações entre Estados, no plano internacional, devem ser organizadas. Uma ideologia política pode fornecer ideias que impactam a política externa quando inclui, entre outros elementos, preferências sobre regime político, regime econômico, relações bilaterais e relações multilaterais do país, o que produz efeitos materiais para a luta de classes, no plano doméstico, e as relações de autonomia e dependência nacional, no plano internacional. Assumimos a percepção do indivíduo como uma variável interveniente na relação entre ideologia política (um fenômeno coletivo) e a ação que efetivamente toma. Não é nossa intenção, pois, caracterizar ideologia política como

uma variável suficiente para explicar mudanças de política externa, mas sim uma variável necessária. Para testar nossa hipótese, fazemos um estudo de caso sobre a política externa do Brasil para a China, entre 1995 e 2018, que passou por mudanças entre as presidências de Cardoso (1995-2002), Lula (2003-2010), Dilma (2011-16) e Temer (2016-18), especialmente no que se refere à intensidade da relação bilateral: maior nos governos Lula e Dilma e menor nos governos Cardoso e Temer.

Nosso objetivo geral é formular um modelo de análise de política externa brasileira centrado em ideologias políticas e testá-lo no ponto que se refere a orientações para relações bilaterais. Isto se desdobra em três objetivos específicos. Em primeiro lugar, articular entendimentos da teoria crítica brasileira sobre importação de ideias em países periféricos, especialmente da disciplina de Pensamento Político Brasileiro, para evidenciar que há uma lacuna teórica sobre ideologia política na disciplina brasileira de Análise de Política Externa. Em segundo lugar, propor acréscimos a esta teoria crítica oriundos de teorias das Relações Internacionais, particularmente da Escola Inglesa, que trata das tradições de ideias do pensamento político internacional, a fim de elaborar hipóteses específicas sobre a dimensão internacional de diferentes ideologias políticas brasileiras. E em terceiro lugar, testar parcialmente nossas hipóteses específicas através da Análise Crítica do Discurso, a fim de identificar padrões de percepção sobre a China, que seriam motivados por ideologias políticas, em 720 discursos presidenciais enunciados entre 1995 e 2018.

Compreender adequadamente a política externa brasileira requer encaixá-la em um quadro interdisciplinar de reflexão. Esta tese procura fazê-lo ao situar-se na interseção de diferentes disciplinas acadêmicas: Análise de Política Externa (APE), Pensamento Político Brasileiro (PPB), Teoria das Relações Internacionais (TRI) e Análise do Discurso (AD). A divisão do trabalho intelectual em múltiplas disciplinas, estimulada pela institucionalização das ciências humanas nas universidades, permite alcançar compreensões mais profundas sobre pontos particulares da realidade social. Porém, frequentemente, o que se ganha na dimensão micro, perde-se na macro quando se deixam de construir pontes entre os resultados dos estudos, a fim de dar um sentido de totalidade às relações sociais. Tal sentido torna-se mais primordial ainda no caso de um país em desenvolvimento como o Brasil, posto que

> a história brasileira é um capítulo da história da totalidade do capitalismo ocidental norte-atlântico-mediterrâneo, em gradativa construção e reconstrução, na qual a formação social brasileira se colocou, historicamente, numa posição subordinada, que cumpre reavaliar e superar (SILVA; GONÇALVES, 2009, p. 25).

O marco teórico desta tese é a teoria crítica (ou pensamento crítico), perspectiva que convive com outras tantas dentro das disciplinas de APE, PPB, TRI e AD. A teoria crítica tem

como foco de análise primordial a cultura de uma sociedade, nas suas diferentes dimensões. Vale-se do materialismo histórico marxista para análises do passado e do presente – ainda que não inclúa apostas teleológicas sobre o futuro, como teorizado originalmente por Marx, uma vez que o considera em disputa permanente. Do materialismo histórico, advém um princípio central da teoria crítica: o de que as ideias que formam uma cultura são produtos de lugares e tempos específicos; logo, para serem reproduzidas fielmente em outros contextos espaço-temporais, exigem condições materiais semelhantes.

Nas entrelinhas deste entendimento sobre as ideias, está a problemática da dialética, também central no marxismo, ainda que seja anterior a ele e tenha sido transformada após Marx. Na primeira seção deste capítulo, retomamos brevemente a linha geral do tratamento histórico sobre o que é dialética, particularmente na concepção da Escola de Frankfurt, responsável por dar origem à teoria crítica de um ponto de vista do Norte. Na segunda seção, apresentamos o conteúdo dos capítulos seguintes desta tese, que se desenvolvem no sentido de caracterizar a teoria crítica desenvolvida pelo Brasil, representante do Sul, para, em seguida, propor e testar, em parte, um modelo de análise ancorado nela para a disciplina brasileira de APE.

1.1 **Antecedentes conceituais sobre teoria crítica**

Em termos simplificados, a dialética nasceu na filosofia grega clássica como um método para qualificar ideias a partir de exercícios de confrontação de argumentos, mas, desde então, teve seu sentido epistêmico disputado. Por um lado, Platão, nos diálogos socráticos, concebeu a dialética como um processo de superação da opinião pública em direção à verdade, no qual uma tese (ou hipótese) é contraposta à uma antítese com o objetivo de se chegar a uma síntese, que aperfeiçoe ou refute a tese. Fundamentalmente, este processo, para Platão, poderia ser feito por um mesmo indivíduo, que, por meio da razão, conseguiria pensar, sozinho, nas três etapas do processo. Por outro lado, Aristóteles entendia a dialética como um processo de qualificação da opinião particular, necessariamente feito entre mais de um indivíduo bem intencionado, a fim de se conhecer uma perspectiva diferente à do indivíduo isolado e se chegar a um resultado aceito de modo compartilhado. Neste caso, o indivíduo A tem uma tese, o indivíduo B apresenta uma antítese e, por meio do diálogo, chegam a uma síntese, entendida como um entendimento que aperfeiçoa ideias dos dois indivíduos coletivamente. Contudo, para Aristóteles, formas superioridades de conhecimento dependeriam da lógica e da experiência.

Nos séculos XVIII e XIX, o idealismo alemão lançou novos entendimentos sobre dialética. Por um lado, Kant desenvolveu a filosofia transcendental, segundo a qual a razão humana teria princípios inatos ou puros que organizam o conhecimento, independentemente de contextos espaço-temporais. Um indivíduo seria capaz de descobrir, isoladamente, leis universais de comportamento por meio do imperativo categórico, isto é, o dever de tomar uma ação como se fosse orientada por uma lei ideal para toda a humanidade. Nesta perspectiva, a dialética transcendental seria a capacidade da razão de perceber erros em entendimentos, com base na lógica e na experiência individual. Por sua vez, Hegel pretendeu refutar a filosofia kantiana ao defender que a razão se constitui por meio da dialética, definindo-a como o processo social pelo qual a razão se transforma historicamente através de contradições contidas nela mesma, em um sentido teleologicamente progressivo e positivo de eliminação destas contradições. A razão é concebida como uma espécie de sujeito desvinculado da ação de indivíduos concretos, que não controlam o desenvolvimento dela, mas apenas a externalizam. Em outros termos, o agente da dialética hegeliana não é o indivíduo, mas sim "a ideia absoluta" ou "o espírito"[2]. Ademais, a humanidade manifestaria ritmos diferentes de alcance da razão. O estágio da razão em uma sociedade, definida por um espaço-tempo particular no mundo, estaria expresso na qualidade do seu Estado-nação.

No século XIX, Marx abriu uma divergência com Hegel ao sustentar que as ideias que se manifestam em uma sociedade seriam determinadas pelas condições materiais daquele contexto espaço-temporal, as quais dariam vazão a determinadas ideias e não a outras. O controle da produção material seria, assim, central para a configuração da vida social, pois afetaria diretamente o conteúdo da consciência coletiva. Este controle seria assegurado pelo Estado, definidor dos direitos legais de propriedade privada dos meios de produção. A dialética é redefinida como sendo a interrelação entre matéria e ideias, entendidas como uma unidade estrutural em interação. Indivíduos da classe expropriada dos meios de produção seriam alienados, isto é, manifestariam uma falsa consciência, por não decidirem como os meios de produção podem ser empregados e por precisarem se submeter a ideias alheias sobre o que produzir, quanto, para quem, como etc. A falsa consciência seria ditada pela classe proprietária dos meios de produção, com o objetivo de manter-se dominante e impedir que a maioria expropriada consiga formular ideias próprias. Criar ideias ou ser criativo dependeria,

[2] "[Por] dialética [...], denominamos o movimento racional superior, no qual tais [o ser e o não-ser], que parecem pura e simplesmente separados, passam um para outro através de si mesmos, através daquilo que eles são, o movimento no qual a pressuposição [da separação deles] se suprassume. Pertence à natureza dialética imanente do próprio ser e do próprio nada o fato de que eles mostram sua unidade, o devir, como sua verdade" (HEGEL, 2016[1812], p. 119).

assim, da experiência de se decidir como a matéria deve ser transformada, na esfera do trabalho. Caberia a uma vanguarda intelectual pensar em nome da classe expropriada e produzir um conhecimento com vistas a suprimir o Estado e equalizar o direito à propriedade dos meios de produção entre todos os indivíduos. Os agentes da dialética tornam-se, para Marx, as classes sociais, entendidas como sujeitos coletivos[3].

Nas primeiras décadas do século XX, o marxismo ocidental revisou postulados do pensamento marxiano, tendo em vista atualizações históricas, como a degeneração autoritária do Estado soviético durante o governo Stálin e a divisão política do proletariado europeu ocidental, que, mesmo cada vez mais alfabetizado e informado sobre opções revolucionárias, dividia-se em segmentos mais e menos conservadores. Nos anos 1920 e 1930, Antonio Gramsci, testemunhando adesões populares tanto ao fascismo quanto ao comunismo, rejeitou a ideia de Marx de que a classe capitalista é capaz de determinar sozinha o que a classe proprietária pensa e postulou que existiria, mais bem, na dimensão cultural da sociedade, uma disputa entre ideologias hegemônicas e contra-hegemônicas, entendendo-se, por ideologia, uma concepção de mundo que um indivíduo assume na vida. Tal disputa se daria entre forças desiguais, cabendo a hegemonia à classe capitalista, que, assim, condicionaria – mas não determinaria – a consciência de grande parte da população. Não havendo determinação, existiria espaço para um indivíduo escolher quais ideias consumir, ainda que este espaço de escolha não seja o mesmo para todos:

> Com efeito, não existe filosofia em geral: existem diversas filosofias ou concepções do mundo, e sempre se faz uma escolha entre elas. Como ocorre esta escolha? E esta escolha é um fato puramente intelectual, ou é um fato mais complexo? [...] Deve-se, portanto, explicar como ocorre que em cada época coexistam muitos sistemas e correntes de filosofia, como nascem, como se difundem, por que nessa difusão seguem certas linhas de separação e certas direções, etc. [...] Nesse ponto, coloca-se o problema fundamental de toda concepção do mundo, de toda filosofia que se transformou em um movimento cultural, em uma "religião", em uma "fé", ou seja, que produziu uma atividade prática e uma vontade nas quais ela esteja contida como "premissa" teórica implícita (uma "ideologia", pode-se dizer, desde que se dê ao termo "ideologia" o significado mais alto de uma concepção do mundo, que se manifesta implicitamente na arte, no direito, na atividade econômica, em todas as manifestações de vida individuais e coletivas) — isto é, o problema de conservar a unidade ideológica em todo o bloco social que está cimentado e unificado justamente por aquela determinada ideologia. [...] Criar uma nova cultura não significa apenas fazer individualmente descobertas "originais"; significa também, e sobretudo, difundir criticamente verdades já descobertas, "socializá-las" por assim

[3] "Por sua fundamentação, meu método dialético não só difere do hegeliano, mas é também a sua antítese direta. Para Hegel, o processo de pensamento, que ele, sob o nome de ideia, transforma num sujeito autônomo, é o demiurgo do real, real que constitui apenas a sua manifestação externa. Para mim, pelo contrário, o ideal não é nada mais que o material, transposto e traduzido na cabeça do homem" (MARX, 1996[1863], p. 140-141). "Não se trata do que este ou aquele proletário, ou até mesmo do que o proletariado inteiro pode *imaginar* de quando em vez como sua meta. Trata-se *do que* o proletariado *é* e do que ele será obrigado a fazer historicamente de acordo com o seu ser" (MARX; ENGELS, 2011[1845], p. 49, grifos no original).

> dizer; e, portanto, transformá-las em base de ações vitais, em elemento de coordenação e de ordem intelectual e moral (GRAMSCI, 1999[1975], p. 95-99).

A partir dos anos 1940, reformulações maiores do marxismo ocidental atingiram o conceito de dialética e deram origem à teoria crítica. Esta foi desenvolvida por pensadores marxistas e judeus da Escola de Frankfurt que haviam sido perseguidos durante a Alemanha nazista e que, assim, tinham consciência dos preconceitos e indiferenças de vários tipos que atravessam ambas as classes sociais e comprometem ideias de liberdade e igualdade[4]. Theodor Adorno e Max Horkheimer (1985[1947]), observando tanto o capitalismo europeu de bem-estar social quanto o socialismo soviético, apontam que sociedades de acumulação avançada viviam uma homogeneização crescente de ideais, o que estaria criando uma cultura política autoritária em contextos onde os direitos de propriedade dos meios de produção já eram diferentes. Uma racionalidade técnica, instrumental ou utilitária estaria reduzindo a liberdade criativa dos indivíduos com a finalidade de estabilizar o planejamento da economia e evitar perturbações, tanto no capitalismo quanto no socialismo da época. Esta racionalidade técnica seria ensinada pela escola, alimentada pela burocracia estatal e, no caso do capitalismo, fomentada também pela avassaladora indústria cultural privada. A padronização de mentalidades eliminaria a capacidade de um indivíduo criticar minorias dominantes na economia e na política. A coibição do potencial criativo individual, inclusive no lazer após o trabalho, ameaçaria, em última análise, a capacidade de resistência a poderes estatais e privados[5].

Com este diagnóstico, Adorno e Horkheimer (1985[1947]) abandonam a noção de uma teleologia que levaria ao fim das contradições sociais após mudanças no regime jurídico de propriedade dos meios de produção, quando desacompanhadas do enfrentamento de outras injustiças políticas e culturais. Os autores definem a "dialética do esclarecimento" como sendo a emancipação do sujeito individual via manutenção constante da sua capacidade de criticar a realidade. Para além de *quem* controla os meios de produção e o Estado, passa a importar também, na teoria e na prática, *como* operá-los sem minar a razão crítica, que seria

[4] Adorno e Horkheimer (1985[1947]) criticam, em especial, o antissemitismo. Apontam, como alimentadores do antissemitismo, tanto o fascismo que cria mitos de superioridade racial, quanto o liberalismo que crê que os indivíduos devem ser tratados da mesma forma sem se enfrentar a disparidade de poder material que existe entre eles na realidade. Além disso, denunciam o patriarcalismo no capitalismo, que relega mulheres a uma condição subalterna.

[5] "O aumento da produtividade econômica, que por um lado produz as condições para um mundo mais justo, confere por outro lado ao aparelho técnico e aos grupos sociais que o controlam uma superioridade imensa sobre o resto da população. [...] A elevação do padrão de vida das classes inferiores, materialmente considerável e socialmente lastimável, reflete-se na difusão hipócrita do espírito. Sua verdadeira aspiração é a negação da reificação, mas ele necessariamente se esvai quando se vê concretizado em um bem cultural e distribuído para fins de consumo. A enxurrada de informações precisas e diversões assépticas desperta e idiotiza as pessoas ao mesmo tempo." (ADORNO; HORKHEIMER, 1985[1947], p. 13)

aquela que não reduz tudo a fins utilitários e seria capaz de produz antíteses a teses hegêmonicas na sociedade.

Adorno (2009[1966]) avançou na definição desta dialética, ora chamada de "dialética negativa", por requerer a negação da realidade. Sua grande inovação foi recolocar o indivíduo como sendo o agente histórico fundamental e admitir que ele tem certa margem de autonomia intelectual para criar críticas à realidade da sua sociedade ao contrapô-la a conceitos ideais. Em outros termos, Adorno (2009[1966]) concebe conceitos – liberdade, justiça, democracia etc. – como teses que devem ser constantemente confrontadas com o *status quo* da realidade, o qual serviria como uma espécie de antítese material às ideias e estimularia a ação social no sentido de transformá-la quando a correspondência entre o que é prometido no conceito e o que existe na realidade não se verifica. Isto exigiria estímulos à imaginação e ao pensamento teórico dos indivíduos, pois este tipo de exercício dialético seria capaz de conceber o que a sociedade pode ser e ainda não é. Para tanto, o contato com a arte seria fundamental.

Para além de experiências estéticas que transcendem a esfera do trabalho, Herbert Marcuse (1973[1964]) acrescentou que, para estimular o pensamento teórico, intelectuais deveriam repensar o estudo da linguagem. Desde o início do século XX, a fenomenologia, de inspiração kantiana, havia proposto, como programa de investigação, os sentidos que indivíduos diferentes atribuem, nos seus discursos, a um mesmo conceito. O objetivo era tornar o estudo da lógica mais rigoroso, porém tal programa, segundo Marcuse (1973[1964]), caiu em um descritivismo empírico, típico do behaviorismo positivista, que não consegue lidar adequadamente com expressões artísticas, jogos de palavras, símbolos, metáforas e, sobretudo, relações políticas. Na sua concepção, a análise do discurso deveria tratar do indivíduo, mas também ir além dele, para captar a polissemia de conceitos, que frequentemente têm uma dimensão social, conflitam com outros sistemas de sentidos presentes na mesma sociedade, estão imbuídos de valores éticos e, longe da tese marxiana, não se resumem a um essencialismo do que sejam consciências puras de classe.

> Para tal análise, o significado de um termo ou de uma forma exige o seu desenvolvimento num universo multidimensional, em que qualquer significado expressado participa de vários "sistemas" inter-relacionados, que se sobrepõem e são antagônicos. Por exemplo, ela pertence: a) a um projeto individual, isto é, a comunicação específica (um artigo de jornal, um discurso) feita numa ocasião específica com uma finalidade específica; b) a um sistema supra-individual estabelecido de ideias, valores e objetivos do qual participa o projeto individual; c) a uma determinada sociedade que integra ela própria projetos individuais e supra-individuais diferentes e até contrastantes (MARCUSE, 1973[1964], p. 185).

Embora as definições de Adorno, Horkheimer e Marcuse privilegiem o indivíduo e não a classe como agente social, mantém-se, na teoria crítica, o entendimento marxista

fundamental de que as estruturas materiais de poder das sociedades de acumulação avançada diferenciam as capacidades dos indivíduos de criticarem a realidade ao distribuir desigualmente os recursos de poder[6]. A partir dos anos 1960, Jürgen Habermas, também nos marcos da Escola de Frankfurt, procurou ir além da ação individual e avançou entendimentos dos antecessores sobre a ação coletiva, ao tratar da socialização das críticas formuladas por um indivíduo na esfera pública dando atenção especial à necessidade de se avançar formas institucionais de democracia deliberativa ou participativa[7].

Estas reformulações de ontologia e teoria social da Escola de Frankfurt ocasionaram perdas e ganhos à análise e ação marxistas. Por um lado, marginalizaram a economia política, o que fez perder de vista discussões marxianas importantes sobre valor-trabalho e mais-valia na produção da vida material. Por outro lado, conferiram maior espaço à subjetividade individual (imaginação, sensação, percepção, emoção, personalidade, vontade, escolha) na explicação e execução de atos que interferem na conservação, alteração, interpretação e justificação de estruturas de poder[8]. Passou-se a assumir que a luta por justiça deve pautar-se não apenas contra a opressão de classe, mas também contra outras formas de coibição da autoexpressão e da criatividade. Abriu-se espaço, a partir de então, para a teoria do

---

[6] "É preciso admitir que, de fato, nem todos podem fazer experiências filosóficas na mesma medida. [...] Cabe àqueles que, em sua formação espiritual, tiveram a felicidade imerecida de não se adaptar completamente às normas vigentes [...] expor com um esforço moral, por assim dizer por procuração, aquilo que a maioria daqueles em favor dos quais eles o dizem não consegue ver ou se proíbe de ver por respeito à realidade. [...] Não há nada que convenha menos à experiência filosófica do que a soberba elitista. Ela precisa prestar contas sobre até que ponto, de acordo com sua possibilidade no interior da ordem estabelecida, está contaminada por essa ordem, e, por fim, pela relação de classes" (ADORNO, 2009[1966], p. 29-30).

[7] "Marx nunca deixou claro se os atributos que caracterizavam as classes sociais (tais como consciência de classe, interesse de classe, ação de classe) não significavam simplesmente transferências do nível da consciência individual para um coletivo. Trata-se, antes, de designações para algo que só pode ser produzido intersubjetivamente nas deliberações ou na cooperação de indivíduos vivendo juntos" (HABERMAS, 2011[1978], p. 42-43). "Teorias que, segundo sua estrutura, servem para esclarecer questões práticas estão destinadas a desembocar na ação comunicativa. Interpretações que podem ser obtidas no quadro de tais teorias certamente não são imediatamente eficazes como orientações para a ação; elas encontram antes um valor posicional legítimo no contexto terapêutico da formação reflexiva da vontade. Por essa razão, no processo de esclarecimento cheio de consequências em termos políticos, as interpretações podem ser transformadas somente se as condições institucionais para os discursos práticos forem preenchidas por um amplo público de cidadãos; na medida em que este não for o caso, as coerções restritivas, ou seja, as próprias restrições à comunicação produzidas nas estruturas do sistema, constituem um problema que precisa ser teoricamente esclarecido" (*ibid.*, p. 28).

[8] "Hoje a espontaneidade da classe operária está sendo enfraquecida pela dissolução geral da individualidade. [...] No conceito oitocentista de uma sociedade racional do futuro, a ênfase era colocada nos mecanismos planificadores, organizadores e centralizadores, e não na condição do indivíduo. [...] A tarefa das massas em nossos dias consiste em não aferra-se aos padrões coletivos tradicionais, mas sim em reconhecer e oferecer resistência aos padrões monopolistas que se infiltram em sua próprias organizações e afetam, individualmente, as suas mentes" (HORKHEIMER, 2002[1947], p. 147-151). "Lá onde o pensamento se projeta para além daquilo a que, resistindo, ele está ligado, acha-se a sua liberdade. Essa segue o ímpeto expressivo do sujeito. A necessidade de dar voz ao sofrimento é condição de toda verdade. Pois sofrimento é objetividade que pesa sobre o sujeito; aquilo que ele experimenta como seu elemento mais subjetivo, sua expressão, é objetivamente mediado" (ADORNO, 2009[1966], p. 15-16).

reconhecimento, liderada por Axel Honneth e Nancy Fraser, expoentes atuais da Escola de Frankfurt[9]. Nesta teoria, a classe social é tratada como um marcador de identidade individual ao lado de outros, como raça, gênero, sexualidade etc., sendo todos entendidos como estando vinculados às estruturas multifacetadas de poder de uma sociedade, as quais, por sua vez, podem ser reproduzidas ou confrontadas pela agência dos indivíduos[10].

1.2 **Apresentação dos capítulos**

Haja vista tais considerações iniciais, esta tese busca analisar como a ideologia política de um(a) presidente da República pode afetar a política externa brasileira ao longo de mais 10 capítulos e um apêndice. O capítulo 2 descreve o caso que escolhemos para esta problemática: as mudanças da política externa do Brasil para a China, entre 1995 e 2018. Sintetizamos um conjunto de trabalhos que analisam a trajetória desta relação bilateral e destacamos a ausência da ideologia política como uma variável usada para explicar as mudanças identificadas. Em seguida, expomos os entendimentos acumulados até hoje da disciplina de Análise de Política Externa (APE) sobre a relação entre política externa e ideologia política, qualquer que seja a definição utilizada para esta variável.

A APE estuda, fundamentalmente, a agência de indivíduos na tomada de decisão em política externa, isto é, por que um agente decisor escolhe um rumo x e não y para a política externa de um país. Apesar deste preceito, argumentamos que a APE deve ser compreendida como tendo duas vertentes: uma liberal, no centro, particularmente nos Estados Unidos; e outra crítica, na periferia latino-americana, especialmente no Brasil. As duas vertentes da APE são marcadas por entendimentos epistemológicos e teóricos distintos sobre o que são ideias e conferem importâncias diferentes à ideologia política como variável explicativa. Os estudos de APE no Brasil são aqueles que mais avançaram no sentido de reconhecer a importância da ideologia, aproximando-se do sentido gramsciano de concepção de mundo, porém a sua definição conceitual ainda é pouco precisa.

---

[9] Honneth (2003) atribui a origem da teoria do reconhecimento ao jovem Hegel, quando este ainda não havia sublimado o indivíduo na sua obra da maturidade, *Fenomenologia do Espírito*, e o concebia como um ente capaz de aprender e contestar ideias da sua comunidade espaço-temporal em direção a um progresso ético coletivo. Por sua vez, Fraser (2006) ajusta a teoria de Honneth ao propor que a luta de classes continue sendo conceitualmente distinta a outras lutas por reconhecimento, enquadrando-a como uma luta por redistribuição – ainda que todas as lutas devam estar, necessariamente, articuladas nas demandas por justiça, na prática.

[10] Para uma reflexão filosófica sobre as dialéticas de Hegel, Marx e Adorno, ver Konder (2008) e Safatle (2017). Para uma reflexão histórica sobre o contraste entre os pensamentos marxista crítico ou ocidental e marxista ortodoxo ou oriental, ver Anderson (2019).

No capítulo 3, apresentamos o que julgamos ser uma gênese desta linha de pesquisa brasileira de APE, que atribuímos a uma autêntica teoria crítica do Brasil, distinta à da Escola de Frankfurt, sobre ideias e agência de indivíduos na formação da estrutura cultural de um país periférico. Este programa teórico brasileiro, de caráter interdisciplinar, teria sido iniciado no iníco do século XX e estaria em construção até hoje. Entretanto, ainda não há o devido reconhecimento, nas ciências sociais brasileiras, de que exista uma teoria articulada, razão esta que contribui para disputas sobre o conceito de ideologia política. Para enfrentar esta lacuna, costuramos uma genealogia própria do que chamamos de teoria crítica brasileira sobre importação de ideias na periferia. De modo não-exaustivo, elencamos contribuições de quem sugerimos ser expoentes iniciais e representativos desta genealogia, ao longo de diferentes décadas: Manoel Bomfim, Oswald de Andrade, Alberto Guerreiro Ramos, Paulo Freire, Antonio Candido, Celso Furtado, Milton Santos e Maria Rita Kehl.

É necessário resumir aqui as considerações gerais do que entendemos como a teoria crítica brasileira que emerge do pensamento destes intelectuais para articularmos os capítulos seguintes. Primordialmente, deve ser entendido que tratamos teoria crítica brasileira como sinônimo de teoria da dependência cultural. No entanto, privilegiamos o primeiro nome por três motivos. Em primeiro lugar, utilizar teoria crítica brasileira tem o objetivo deliberado de ressaltar um contraste com a teoria crítica do Norte, da Escola de Frankfurt: esta marginaliza o plano internacional – mais especificamente, o imperialismo – como um elemento importante para processos sociais de formação de ideias, ao contrário da corrente brasileira. Em segundo lugar, fazer referência ao conceito de dependência seria um anacronismo histórico em relação a Manoel Bomfim, que situamos como o grande percursor da corrente, e Oswald de Andrade, já que surgiu posteriormente a eles, nas reflexões sobre dependência econômica da CEPAL, em meados do século XX. E em terceiro lugar, empregar teoria da dependência cultural poderia dar ênfase a uma suposta disputa com a teoria da dependência econômica, quando, na verdade, acreditamos que elas devem ser entendidas como complementares para se entender a totalidade social de um país periférico. Conforme explicamos no capítulo 4, os excessos de economicismo e estruturalismo que foram feitos na teoria da dependência econômica, na segunda metade do século XX, marginalizaram indevidamente a importância das escolhas individuais que ocorrem em meio a estruturas econômicas. Porém, conceitos desta perspectiva, como divisão internacional do trabalho, centro, periferia, Norte, Sul etc. permanecem indeléveis.

Para a teoria crítica brasileira sobre importação de ideias, a socialização de ideias entre sociedades no mundo é o aspecto central para começar a se pensar a dimensão cultural de

países periféricos, onde estão incluídas as ideologias políticas. Os processos de socialização internacional de ideias impactam diretamente a conservação ou a transformação das relações de dependência econômica-cultural com países centrais. Sendo assim, a reflexão sobre dependência cultural alimenta-se do debate sobre dependência econômica nascido na CEPAL, na década de 1940, mas não se limita a ele. Em termos marxistas, seu foco de atenção é a superestrutura cultural da sociedade, e não a infraestrutura econômica, ainda que jamais negue a interação permanente entre ambas. Sintoma da importância ainda atribuída à infraestrutura econômica é a disputa, dentro do grupo de pensadores críticos que selecionamos, sobre o melhor rumo para a superação da dependência brasileira: uma parte defende um capitalismo nacionalista-democrático, enquanto outra parte advoga por um socialismo democrático. Ao incluirmos tanto nacionalistas progressistas quanto marxistas em nossa genealogia, acompanhamos Lênin (1977[1914]) ao reconhecer que ambas as linhas podem contribuir para a tomada de consciência da classe proletária sobre o imperativo da autodeterminação nacional, sendo este um primeiro passo para o tensionamento do capitalismo internacional.

A teoria crítica brasileira sobre importação de ideias parte do pressuposto de que, no passado e no presente, a humanidade divide-se em sociedades que vivem em condições materiais profundamente distintas. Grupos humanos, que trocam ideias entre si desde tempos remotos, seja por diálogo ou imposição, foram e são marcados por uma desigualdade de poder material que os impede de reproduzir ideias do mesmo modo. Não se nega o caráter universal da razão humana, que permite a compreensão e a reprodução de ideias fora do lugar e do tempo de origem, nem se reivindica qualquer fim da transmissão de ideias no mundo. O que se aponta é que a circulação de ideias entre sociedades cria um problema de assimetria de poder quando indivíduos que atuam na superestrutura de um país periférico (políticos, funcionários públicos, artistas, cientistas, professores, economistas, geógrafos, psicólogos) orientam suas ações no sentido de aproximar o estado de desenvolvimento material da sua sociedade em relação àquela que considera de maior progresso, porém baseiam-se em ideias que importaram do contexto espaço-temporal original em que foram formuladas sem observar as condições materiais do próprio país em que vivem. Ao tentar implementar uma ideia que outra sociedade criou em condições materiais muito distintas, sem considerar a transformação material local que é necessária para concretizá-la de modo semelhante, a ação destes indivíduos nunca alcançaria o efeito de progresso idealizado. Ideias apenas poderiam concretizar-se naquilo que prometem quando há um mesmo nível de capacidade material entre sociedades. Em outros termos, assume-se que o tempo e o espaço em que uma ideia foi produzida são características que as definem.

Note-se aqui uma proximidade em relação à dialética do esclarecimento ou negativa de Adorno (aliás, muito posterior ao início da reflexão brasileira), segundo a qual, nas sociedades centrais, indivíduos falham frequentemente em perceber que conceitos ideais, como democracia e justiça, estão longe de corresponder a contextos de autoritarismo privado ou estatal em que podem viver, mas, mesmo assim, são reproduzidos irrefletidamente nos seus discursos. A teoria crítica brasileira também aponta um descasamento frequente entre ideias e realidade material no discurso de indivíduos periféricos, mas a sua inovação, no debate histórico sobre dialética, é explicá-lo a partir de dinâmicas do plano internacional.

O problema fundamental, para os pensadores brasileiros, é que, em países periféricos, caracterizados pelo menor controle relativo dos fluxos econômicos globais, indivíduos importam constantemente ideias de países centrais, sem que suas sociedades tenham o mesmo nível de recursos materiais para reproduzi-las fielmente. Surge então uma dinâmica característica: a cultura do país periférico torna-se dependente da cultura cêntrica, tratada como fonte de ideias; mas, para se alcançar a reprodução efetiva das ideias importadas, a economia dos países periféricos torna-se dependente de recursos materiais que são abundantes no centro e que basearam o surgimento daquelas ideias. O mal não estaria na importação de ideias cêntricas *per se*, mas sim no descasamento da importação de recursos técnico-materiais que permitiriam a reprodução efetiva das ideias em novas condições espaço-temporais. Se um indivíduo não vincula estes dois objetivos (importação de ideias e transformação material), surge um processo de dependência: a importação de ideias vira mera *cópia*, incapaz de avançar a autonomia econômica-cultural do país periférico. Por outro lado, se o indivíduo vincula aqueles dois objetivos, a importação de ideias torna-se um processo criativo, no qual a ideia importada sofre uma *adaptação* às condições materiais do país, com o objetivo de contribuir para a sua autonomia econômica-cultural. A teoria crítica brasileira sustenta, em suma, que dois modos de importação de ideias estão em tensão constante nos países periféricos: a cópia, que reforça a posição periférica, e a adaptação, que enseja sua superação.

Para além destas ideias gerais, argumentamos, ainda no capítulo 3, que a teoria crítica brasileira é marcada por três características fundamentais na reflexão sobre criação de ideias na periferia. A primeira é o peso da economia política na reflexão: os pensadores brasileiros jamais abandonam a importância de dinâmicas econômicas internacionais quando refletem sobre a superestrutura social. Indivíduos da sociedade periférica A copiariam (em vez de adaptar) ideias da sociedade central B, devido, em parte, a fortes pressões da divisão internacional do trabalho, que induzem um colonialismo intelectual. Entre estas pressões, o racismo aparece como a grande estrutura cultural que incentiva a cópia, uma vez que

naturaliza a superioridade intelectual de um povo em relação a outro. A segunda característica da teoria é o reconhecimento de que sujeitos individuais têm margem de autonomia, ainda que em graus diferentes, para pensar a realidade e decidir se preferem conservá-la ou alterá-la. Em outros termos, não se postulam teleologias nem determinismos. Ligada à anterior, a terceira característica é a associação da cópia e da adaptação de ideias às classes sociais, porém jamais de forma essencialista: a burguesia *tenderia* à conservação da situação periférica e à importação de ideias via cópia; e o proletariado *tenderia* à mudança da situação periférica e à adaptação de ideias, em parte porque está mais próximo de tradições culturais que resistem ao eurocentrismo. Entretanto, os indivíduos que pertencem à classe média e que geralmente ocupam postos-chave na superestrutura oscilariam entre um e outro comportamento. Aliás, não é por acaso que a teoria crítica brasileira ganha mais intelectuais na segunde metade do século XX: é quando a industrialização brasileira avança, a classe média com acesso ao ensino se expande, a responsabilidade da escolha entre como se fazer importação de ideias passa de uma preocupação de escala individual de pequenas elites para uma escala coletiva de massa, e surgem coalizões sociopolíticas, que podem se orientar ou pela dependência ou pela autonomia do Brasil[11].

No capítulo 4, avançamos na nossa genealogia da teoria crítica brasileira sobre importação de ideias tratando especificamente das ideologias políticas presentes na cultura política nacional. Este tema é o mais recente a receber aportes úteis para a teoria crítica, o que ajuda a entender a falta de entrada destes entendimentos na APE até agora. Um conceito de ideologia política, pensado a partir das dinâmicas de cópia e adaptação de ideias no mundo, foi finalmente elaborado por Christian Lynch, na disciplina de Pensamento Político Brasileiro (PPB), ao longo da última década. Lynch assume que há duas tradições ideológicas em concorrência no pensamento político brasileiro, as quais embasariam formas de Estado diferentes. Na sua reflexão, a forma de um Estado tem uma característica substantiva – seus regimes econômico e político – que é consequência do modo como é feita, por um grupo da elite política, a importação de ideias estrangeiras sobre como o Estado deve ser organizado, isto é, se estas ideias foram copiadas ou adaptadas.

[11] A problemática da consciência de classe em um país que expande sua classe média está longe de ser nova, como já apontava Rosa Luxemburgo (1975[1898], p. 12): "A melhoria da situação da classe operária, quer como classe operária, quer na medida em que algumas de suas frações penetram na classe média, significa atenuação do antagonismo entre capital e trabalho. [...] Resta apenas a consciência de classe do proletariado como fator do socialismo. Mas no caso corrente esta última também é, não o reflexo intelectual das contradições crescentes do capitalismo e de sua derrocada próxima, uma vez que os meios de adaptação a impedem, mas um simples ideal, repousando sua força de persuasão unicamente nas perfeições que se lhe atribuem".

Conforme explicamos, trata-se de uma formulação original de Lynch, que não se confunde com a teoria da importação de Estado divulgada, nos anos 2000, por Bertrand Badie e Guy Hermet, autores da sociologia histórica francesa das Relações Internacionais e bastante distantes do materialismo histórico. Por outro lado, o modelo de Lynch é pouco materialista, embora bastante historicista, posto que o autor inclina-se ao realismo. Por esta razão, o que apresentamos é uma apropriação nossa do seu modelo, com a finalidade de enquadrá-lo na teoria crítica, interpretando-o à luz da definição de ideologia política formulada por Hélio Jaguaribe, nos anos 1950, que assumimos como central nesta tese: "[um] conjunto de valores e de ideias que apresentam como razoável e desejável determinado projeto ou estatuto convivencial para a comunidade, a partir dos interesses situacionais de determinada classe ou grupo social" (JAGUARIBE, 1958, p. 65). Trata-se de uma conceito que admite que ideologias políticas têm efeitos, simultaneamente, para a luta de classes, no nível doméstico, e para a qualificação do país (enquanto comunidade supraclasse), no nível internacional.

Convém destacarmos aqui alguns entendimentos básicos de Lynch para chegarmos às suas considerações sobre a política externa do Estado brasileiro. Lynch (2016) compreende que a política é um meio para que indivíduos e grupos, orientados por crenças e interesses diferentes, negociam demandas, implementem o resultado da negociação e assegurem o seu cumprimento. Toda demanda seria apresentada à coletividade por meio de discursos ou práticas simbólicas. A apresentação frequente de demandas semelhantes por um número expressivo de indivíduos originaria uma ideologia política, definida como um discurso político marcado por

> um conjunto de ideias, crenças, opiniões e valores que exibem um padrão recorrente; que possuem grupos significativos como seus portadores; [e que] competem pelo fornecimento e controle das políticas públicas, com o objetivo de justificar, contestar ou alterar os processos e arranjos políticos e sociais de uma comunidade política (FREEDEN, 2003, p. 32 *apud* LYNCH, 2016, p. 81).

Para Lynch (2016), uma ideologia política torna a realidade inteligível por meio de temas, símbolos e metáforas, personificados em doutrinadores, mártires e heróis. Juntos, todos estes elementos conformariam uma narrativa histórica, que reivindica uma tradição, fornece elementos para a interpretação da conjuntura e aponta um futuro para mudanças sociais. Desta forma, uma ideologia política funcionaria como um mapa que orienta um indivíduo no mundo ao informar o seu pensamento (LYNCH, 2016).

Lynch (2016) define cultura política, por sua vez, como o conjunto de ideologias políticas de uma comunidade política. Por um lado, a cultura política confere "identidades aos indivíduos e grupos, indicando-lhes os limites de suas comunidades e definindo as posições a partir das quais podem demandar" (LYNCH, 2016, p. 80). Por outro lado, a cultura política

"condiciona o modo de organização e compreensão das instituições, modelando as constituições e os poderes das agências nelas previstas" (LYNCH, 2017, p. 6). Entende-se, assim, que uma cultura política é uma coexistência de ideologias políticas e funciona como uma estrutura que constrange – mas não determina – tanto as identidades e as ações de indivíduos e grupos, quanto as possibilidades de configuração das instituições do Estado.

Segundo Lynch (2017), a cultura política cêntrica surgiu com o advento do Estado-nação europeu moderno, no século XVI. Inicialmente, absolutismo e feudalismo foram ideologias concorrentes na organização do poder político, disputando, respectivamente, sua centralização e descentralização. À medida que o feudalismo perdeu força, o absolutismo passou a ser antagonizado por novas ideologias de redistribuição de poder, algumas oligárquicas, como o liberalismo, outras igualitárias, como o socialismo, cada qual com subdivisões. Por meio das pressões econômicas e militares dos processos de colonização, os países europeus exportaram suas ideologias políticas à periferia. Populações nativas da América, África e Ásia assimilaram-nas em graus variados, conforme a época, a resistência da cultura original, os agentes metropolitanos envolvidos e os interesses das elites políticas locais. Mesmo após os processos de independência das colônias, estas elites políticas locais se incumbiram de construir Estados-nações com base nas ideologias europeias, pois apreendiam "a sua realidade local a partir do instrumental analítico fornecido pela cultura política europeia, isto é, cêntrica" (LYNCH, 2017, p. 7). Este processo de importação de ideologias políticas continuaria até hoje.

Posto que haveria espaço para a diferenciação da situação de dependência entre países periféricos, a partir do efeito de ações tomadas por elites locais e estrangeiras em cada um, Lynch concentra-se em desenvolver uma interpretação própria ao Brasil. Em linhas gerais, o autor estabelece que o processo de construção do Estado brasileiro foi disputado, desde o século XIX, por dois grandes grupos da elite política, que se dividiram em partidos emblemáticos: os luzias e os saquaremas. Com o avanço da industrialização e da urbanização nacional, no século XX, as ideologias dos dois grandes grupos se cristalizaram em tradições ideológicas: a tradição luzia ou liberal-cosmopolita e a tradição saquarema ou nacional-estatista. Além disso, as mudanças sociais decorrentes do avanço material provocaram uma cisão interna nas duas tradições, que passaram a contar com ideologias de direita e esquerda (LYNCH, 2011), inclinadas a atender interesses de setores sociais de modos diferentes. Cada ideologia conteria uma preferência de forma de Estado, isto é, um arranjo específico sobre como as instituições que compõem seus regimes político e econômico devem ser. Quando governantes assumem a condução do Estado, agiriam para dar-lhe uma forma institucional

consoante as preferências da ideologia que representam. Em outros termos, o que o autor assume é que o Estado, seja no capitalismo, seja no socialismo, pode ser qualitativamente distinto, a depender da combinação que uma elite política faça entre um regime econômico e um regime político.

O ponto central da interpretação de Lynch sobre o pensamento político brasileiro é que o agrupamento de todas as ideologias em duas grandes tradições deve-se ao modo como seus representantes importam ideias do centro sobre a construção da forma do Estado: *a tradição luzia (sejam ideologias luzias de direita ou de esquerda) privilegiaria a cópia de ideias*, cujos representantes agiriam no sentido de tentar reproduzir integralmente ideias estrangeiras sobre instituições estatais no Brasil, guiando-se pela crença de que existiriam receitas universais de desenvolvimento, seja no capitalismo ou no socialismo; por sua vez, *a tradição saquarema (sejam, também, ideologias saquaremas de esquerda ou de direita) privilegiaria a adaptação de ideias*, cujos representantes interpretariam ideias estrangeiras à luz do contexto histórico-social do Brasil, modificando-as, se necessário, quando criam instituições estatais, pois acreditariam que qualquer estratégia de desenvolvimento deve levar em consideração a combinação particular das estruturas econômica, política e cultural da sociedade em que vivem.

Entretanto, Lynch isenta-se de atribuir consequências concretas de autonomia nacional à tradição saquarema e de dependência à tradição luzia, em um esforço declarado de reduzir avaliações pessoais na classificação das ideologias políticas brasileiras. Mesmo o contraste entre esquerda e direita – que representa uma rara tomada de posição crítica do autor, que lhe torna pertinente à nossa genealogia e que procuramos explorar enquanto efeitos materiais que ideologias têm para a relação entre classes – aparece apenas uma vez na sua obra. Estas tendências levam-nos a associar, por nossa conta, as ideologias saquaremas à produção de autonomia e as ideologias luzias, de dependência, em conformidade com a teoria crítica brasileira sobre importação de ideias, colocando o modelo de Lynch a seu serviço.

Após o fim da ditadura militar e o advento da Constituição de 1988, Lynch (2011) afirma que o pensamento político brasileiro entrou no seu período contemporâneo, havendo uma troca dos representantes emblemáticos de cada ideologia, assim como atualizações nelas. A ideologia luzia de direita deixou de ser liderada pela UDN e passou a sê-lo pelo PSDB. A ideologia saquarema de esquerda migrou do PTB para o PT. As ideologias saquaremas de direita, representada pelo PSD, e extrema-direita, por militares, perderam espaço. Nós acrescentamos, ao seu modelo, que a ideologia luzia de esquerda, antes capitaneada pelo PSB, sofreu uma transformação substantiva e hoje corresponde a uma ideologia saquarema de

extrema-esquerda, cujo representante emblemático seria o PSOL. Também sugerimos que o movimento bolsonarista pode ser entendido como uma ideologia luzia de extrema-direita.

Finalmente, a obra de Lynch inclui um esforço incipiente de formular considerações sobre como cada ideologia política incluiria orientações para a política externa brasileira. Neste ponto, apontamos limitações no método indutivo com que o autor tenta conceber tais orientações, quando analisa apenas ações de política externa que foram tomadas por alguns governos da tradição saquarema. As limitações advêm tanto da circunstância conjuntural dos eventos analisados (parte do Império e da Primeira República), quanto da concepção feita do plano internacional, resumida à sua estrutura econômica, isto é, a divisão internacional do trabalho em centro-periferia.

Para superarmos tais limitações, avançarmos a apropriação crítica do modelo de Lynch e tentarmos estabelecer orientações de política externa típicas das ideologias luzias e saquaremas, à direita e à esquerda, fazemos dois movimentos (sem deixarmos de reconhecer, entretanto, que o próprio autor vem elaborando um revisionismo recente de suas ideias de juventude, no qual abandona a oposição entre luzias e saquaremas). O primeiro movimento, no capítulo 5, é sistematizar dois modelos interpretativos da história da política externa brasileira que já existem, formulados por Amado Cervo e Maria Regina Soares de Lima. Nem este autor, nem esta autora explicitam ideologia política como uma variável explicativa da política externa nacional, porém ambos identificam que as preferências em matéria de política econômica de um governo influenciam nos rumos da política externa. Por esta razão, tentamos extrair destes modelos complementações ao modelo de Lynch, no qual projetos econômicos divergentes são centrais para explicar disputas ideológicas.

Apontamos que o modelo de Cervo não oferece aportes complementares, pois encontra limitações parecidas às de Lynch a respeito da concepção do plano internacional, além de ter uma dificuldade de dar destaque à agência individual na produção da política externa. Por sua vez, o modelo de Lima supera ambas as dificuldades, uma vez que a autora enriquece seu pensamento crítico com aportes da escola realista da disciplina de Teoria das Relações Internacionais (TRI). Esta escola pensa a ação de Estados em uma estrutura política internacional, na qual importa tanto a distribuição de poder material entre eles, quanto a formação de alianças para manter ou mudar o *status quo* desta distribuição. Em outros termos, o modelo de Lima não nega a importância da estrutura econômica centro-periferia e vai além: permite pensar ações do Brasil no sentido de conservá-la ou alterá-la a partir de escolhas que um governo faz a respeito de alinhamentos com outros países e posições assumidas em organizações multilaterais.

Além disso, o modelo de Lima dá passos iniciais no sentido de apontar que governos brasileiros têm preferências distintas sobre importação ou criação de normas internacionais, quando assumem, respectivamente, um papel de aceitar normas (*rule taking*) ou criar normas (*rule making*) nas organizações multilaterais. O primeiro é associado pela autora a uma estratégia de ganhar credibilidade frente a grandes potências, ao passo que o segundo, a uma estratégia de aumentar autonomia em relação a elas. A contribuição particular da autora à teoria crítica brasileira sobre importação de ideias está em mostrar que, especificamente na política externa, os indivíduos (no caso, diplomatas) que se orientam pela autonomia do Brasil podem se antecipar à importação e criar ideias coletivamente, com representantes de outros países, nas organizações multilaterais. As ideias criadas já nasceriam, em parte, brasileiras, de modo que, quando são absorvidas no plano doméstico, ocorreria, mais bem, a sua transcrição em leis domésticas, em vez da importação de algo completamente estrangeiro. Por sua vez, os indivíduos favoráveis à cópia de normas difundidas por grandes potências, nos fóruns multilaterais, contribuiriam para a conservação da dependência econômica-cultural brasileira.

Entretanto, o modelo de Lima limita-se a apontar a distinção entre aceitar e criar normas internacionais para os governos Cardoso, inclinado ao primeiro papel, e Lula, entusiasta do segundo. Ora, posto que o modelo de Lynch aponta que as tradições de ideologia política divergem sobre a forma das instituições do Estado brasileiro, parece-nos lógico que esta diferença também se estende, sempre, para preferências sobre a forma de instituições políticas internacionais. Em outros termos, se as tradições luzia e saquarema disputam o melhor modo de se organizar o plano doméstico brasileiro através da ação do Estado, também disputariam o melhor modo de organizar o plano internacional através da ação deste Estado em organizações multilaterais. Como qualquer instituição, as organizações multilaterais correspondem a espaços de produção de ideias, que se vinculam a estratégias de conservar ou mudar relações de poder material.

Contudo, a escola realista de TRI não permite que avancemos a caracterização desta distinção ideológica, pois trata-se de um pressuposto básico do realismo de que, na política, importa menos a disputa de ideias e mais a relação de força que existe entre atores políticos, sejam eles indivíduos ou Estados. Não é esta escola, portanto, que teoriza as diferentes tradições de crenças que podem existir em uma sociedade sobre como o plano internacional deve ser organizado. Isto é feito, mais bem, pela Escola Inglesa das Relações Internacionais, avançada principalmente por Martin Wight, Hedley Bull e Andrew Hurrell, com aportes complementares da escola construtivista estadunidense, elaborados por Alexander Wendt.

No capítulo 6, analisamos obras destes quatro autores, na busca por complementos ao modelo de Lima sobre orientações que governos brasileiros podem ter sobre a construção da ordem internacional, para o que, além de condutas em organizações multilaterais, as escolhas de aproximação e afastamento em relação a outros países tornam-se instrumentais. Em outros termos, um país A pode se aproximar ou se afastar de um país B conforme seus governos percebam afinidades em favor da conservação ou de mudanças na ordem cultural internacional. Entretanto, nenhum dos quatro pensadores mencionados têm compromisso nem com a teoria crítica, nem com a realidade de países periféricos, de modo que, mais do que apresentar suas ideias, fazemos uma importação seletiva daquelas compatíveis com a teoria crítica brasileira.

Wight, Bull e Hurrell desenvolvem entendimentos sobre o que seriam três tradições de pensamento político internacional na cultura ocidental, em relação a uma das quais um(a) governante se inclinaria ao tomar decisões de política externa. Estas tradições de pensamento seriam diferenciadas pela cultura política internacional que desejam construir, caracterizadas pelo grau de liberdade que as sociedades do mundo podem ter para copiarem ou não formas de Estado entre si. Em linhas gerais, nos termos de Wight, a *tradição realista* não se preocuparia com a semelhança ou diferença de formas de Estado, pois assumiria que elas são menos importantes do que interesses conjunturais e acúmulo de capacidades materiais de poder. Por sua vez, a *tradição racionalista* reivindicaria uma semelhança apenas entre os comportamentos dos Estados no plano internacional, que devem ser obedientes a costumes e mudanças pactuadas por uma elite de países, qualquer que seja a forma destes Estados. Finalmente, a *tradição revolucionária* reivindicaria a homogeneização das formas dos Estados de todas as sociedades, para garantir uma padronização completa de seus comportamentos, a fim de se alcançar a paz mundial. Além disso, cada uma destas tradições de pensamento teria preferências particulares sobre a configuração de elementos que constroem a cultura política internacional, como balança de poder, guerra, diplomacia, direito internacional e organizações multilaterais. Por fim, Wight concebe subdivisões no interior das três tradições, que contribuem para estabelecer nuances na observação da realidade.

Por sua vez, Wendt parte tanto da escola inglesa quanto de entendimentos gramscianos para construir uma teoria sobre como a agência dos Estados seria pautada por *papeis de Estado*, isto é, orientações mais ou menos estáveis de comportamento de um país, escolhidas, em última análise, pela autoridade governante. Um papel de Estado realista, racionalista ou revolucionário seria aquele que avança a hegemonia da respectiva tradição de pensamento político internacional no mundo. Wendt chama de cultura de anarquia o modo particular de se

administrar a violência internacional, em um dado momento histórico. Ou seja, uma cultura de anarquia seria a hegemonia de uma das três tradições de pensamento internacional, sustentada por um *status quo* da distribuição de poder material que os países conformam entre si. O termo "anarquia" não nega a existência de uma hierarquia de poder entre países no mundo – bastante salientada por Wendt –, mas refere-se tão-somente à inexistência de um governo central institucionalizado no plano internacional.

Além disso – e mais importante para nossa tese –, segundo Wendt, *a adoção de um papel de Estado seria constrangida (mas não determinada) pela forma do Estado*, conceituada como sendo a combinação de um regime político e um regime econômico (ou seja, nos mesmos termos de Lynch). Mais especificamente, um Estado assumiria um papel, no plano internacional, que é julgado como sendo o melhor, pela autoridade governante, para reproduzir a forma do Estado de sua preferência, conforme sua percepção da conjuntura. Em síntese, tem-se que quem governa um país age para construir a cultura política internacional que melhor garanta estabilidade à forma de Estado que tenta implementar domesticamente. Assim, na perspectiva wendtiana, política externa é o conjunto de ações tomadas, no plano internacional, para se reproduzir uma forma de Estado, no plano doméstico.

A partir do conjunto de ideias de Wight, Bull, Hurrell e Wendt, estabelecemos, no capítulo 7, hipóteses específicas, sobre quais seriam as culturas de anarquia preferidas por cada ideologia luzia e saquarema, de meados do século XX até hoje, e como elas se desdobrariam em orientações específicas para a política externa brasileira, de modo a prescrever um papel ao Estado. No Brasil, Letícia Pinheiro foi precursora em desenvolver o modelo de Lima a partir de aportes da Escola Inglesa. Nosso esforço tenta somar-se ao que já foi estabelecido pela autora para governos do século XX e ir além, ao conectar a tese das três tradições do pensamento internacional à teoria de Wendt e ao modelo de ideologias do pensamento político brasileiro de Lynch.

No período que adotamos de 1995 a 2018, conforme o modelo de Lynch, a disputa ideológica, na cultura política brasileira, foi representada pelo PSDB (ideologia luzia de direita) e pelo PT (ideologia saquarema de esquerda). Argumentamos que o governo Temer, liderado pelo MDB (PDMB até meados de 2017) na figura do presidente, aproxima-se das características da ideologia luzia de direita e teve sua política externa conduzida por quadros do PSDB. Pelas nossas hipóteses específicas, luzias de direita e saquaremas de esquerda se guiariam, na política externa, pela construção de culturas de anarquia diferentes, o que os levaria a orientar as relações bilaterais do Brasil de modos distintos, conforme sejam as suas percepções sobre o papel de Estado de outros países. A China, em especial, tornou-se um país

de destaque para a formação da cultura de anarquia no período analisado, dado o processo de emergência que lhe conferiu maior poder material para influenciá-la, daí a pertinência de estudarmos as percepções a seu respeito.

No capítulo 8, explicamos nosso método de pesquisa, baseado na Análise Crítica do Discurso, proposta pelo linguista Norman Fairclough. O autor tem uma teoria própria sobre discurso, distinta das perspectivas liberal e pós-moderna. Parte de considerações gramscianas para estabelecer que discursos são (re)produções, por um indivíduo, de ideologias socialmente construídas e atravessadas por relações materiais de poder. Tanto a produção criativa de um discurso quanto a reprodução copista são admitidas como fenômenos socialmente relevantes. Seu método de análise de discurso compreende 24 possibilidades de categoriazação.

No capítulo 9, descrevemos nosso desenho de pesquisa. Analisamos 720 discursos presidenciais, enunciados pelos quatro presidentes, para classificar suas percepções sobre a China. Trata-se do conjunto exaustivo de discursos presidenciais que contêm menções ao país, entre 1995 e 2018. Todo os textos consultados pertencem ao banco de discursos presidenciais do Laboratório de Análise Política Mundial (LABMUNDO), grupo de pesquisa do Instituto de Estudos Sociais e Políticos da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (IESP-UERJ). Além disso, adotamos três procedimentos do método de Fairclough para classificar ideologias em discursos. Em primeiro lugar, fazemos uma *análise temática de texto*, a fim de classificar os temas das percepções enunciadas sobre a China em cada texto. As categorias de classificação temáticas foram criadas por nós, a partir tanto de exigências para comprovar ou falsear nossas hipóteses específicas, quanto de possibilidades abertas à medida que a leitura dos discursos presidenciais avançava. Definimos quatro categorias principais de tema (papel do Estado chinês, forma do Estado chinês, intercâmbio material entre China e Brasil e caracterização da China no esforço do Brasil de diversificar suas relações), que se dividem em 14 subcategorias no total. Os resultados desta análise estão no apêndice desta tese, em quadros para cada presidente, que contêm a referência de cada texto, os temas de percepção identificados e uma breve descrição das menções.

A partir destes resultados, em segundo lugar, procedemos, ainda no capítulo 9, a uma *análise da cadeia de texto*, a fim de identificar, comparativamente, padrões de semelhança e diferença nas percepções dos quatro presidentes sobre a China para cada uma das categorias e subcategorias temáticas. Por fim, em terceiro lugar, no capítulo 10, realizamos uma *análise da matriz social do discurso*, isto é, uma análise interpretativa dos resultados das análises anteriores, conectando-os à disputa ideológica do pensamento político brasileiro. Aqui, levamos em consideração percepções residuais dos presidentes – encontradas nos 720

discursos, mas não ligadas diretamente à China – sobre a forma do Estado brasileiro e a organização da ordem internacional no que se refere a polaridade, multilateralismo e integração regional, com o objetivo de aproveitar o material consultado para aperfeiçoar nossas hipóteses específicas.

Por último, no capítulo 11, fazemos um balanço dos resultados empíricos e sugerimos propostas para avançar um programa de pesquisa de APE crítica. Destacamos a premência de se investigar a exportação de ideologias políticas pelo Brasil a outros países. Embora a dinâmica da importação de ideias tenha destaque na teoria crítica brasileira, o sentido da exportação já é feito pelo Brasil, na medida em que o ganho de poder material pelo país, devido à industrialização do século XX, transformou-lhe em potência média (ou semiperiférica) e deu novos meios para os grupos da elite política disputarem a hegemonia ideológica no nível internacional. Expomos entendimentos de Carlos Milani sobre cooperação internacional para o desenvolvimento e de Olivier Dabène sobre integração regional na América Latina para, em seguida, proceder a uma breve revisão bibliográfica de pesquisas sobre transferência de políticas públicas pelo Brasil em blocos regionais (MERCOSUL e UNASUL). Indicamos que estas pesquisas já fornecem hipóteses sobre as preferências da ideologia saquarema de esquerda para a exportação de ideias via política externa.

Ainda no capítulo 11, encerramos nossa tese com breves considerações sobre o papel do Brasil no mundo de hoje, tendo como pano de fundo tanto a ascesão do neofascismo, no país e alhures, facilitada pelos novos meios virtuais de comunicação de massa, quanto o debate em voga, ainda não consensual, sobre a possível gestação de uma Nova ou Segunda Guerra Fria, na qual haveria um acirramento da concorrência entre China e Estados Unidos, à medida que disputassem os rumos da uniformização dos Estados de outras sociedades e, em consequência, a hegemonia da cultura política internacional. Como é próprio do engajamento que a teoria crítica exige, avaliamos qual deveria ser, a nosso juízo, a posição assumida por um Brasil que almeje reduzir a sua dependência frente às duas grandes potências, no plano internacional, ao mesmo tempo em que constrói, no plano doméstico, uma forma de Estado orientada pelo enfrentamento das estruturas de opressão econômica, política e cultural, a partir de uma coalizão ideológica entre nacionalistas progressistas e socialistas democráticos. O conhecimento produzido por uma APE crítica pode contribuir neste esforço.

2 **IDEOLOGIA POLÍTICA E ANÁLISE DE POLÍTICA EXTERNA**

Se a aproximação do Brasil aos Estados Unidos foi crescente na transição do século XIX para o XX (PINHEIRO, 2004), acompanhando fielmente o processo de emergência do país norte-americano da periferia rumo ao centro do capitalismo internacional, por sua vez, o mesmo não pode ser afirmado sobre a relação do Brasil com a China, à medida que esta potência asiática emergiu na virada do século XX para o XXI. A primeira seção deste capítulo faz uma descrição histórica da trajetória oscilante da relação bilateral e aponta as variáveis empregadas por especialistas brasileiros para explicar as mudanças. A ausência de ideologia política como variável explicativa é notável e evidencia, assim, um espaço de investigação que esta tese procura ocupar. Em seguida, na segunda seção, expomos um panorama das linhas de estudo mais comuns na disciplina de Análise de Política Externa (APE) ao Norte e ao Sul, a fim de destacarmos tanto a importância distinta que se confere à ideologia política, devido a bases epistemológicas e trajetórias diferentes da disciplina, quanto as lacunas na reflexão periférica, dado o potencial subexplorado da teoria crítica brasileira sobre importação de ideias, tema dos capítulos seguintes.

2.1 **As mudanças da política externa brasileira para a China**

Estudos aprofundados sobre a relação sino-brasileira ainda são escassos, porém Becard (2011) elabora uma contribuição original e abrangente ao propor uma classificação da história deste processo. A autora divide-a em cinco fases, as quais caracteriza como sendo reflexos tanto dos projetos de desenvolvimento econômico de ambos os países, quanto de transformações da conjuntura internacional.

A 1ª fase foi de gestação da relação bilateral, entre 1949 e 1974, na qual houve contatos diplomáticos até 1964 e inexistência depois. Segundo Becard (2011), esta fase começou com o reconhecimento do governo Dutra à fundação da República Popular da China. A autora afirma que os sucessivos governos brasileiros, nos marcos de políticas econômicas desenvolvimentistas e do início da Guerra Fria, guiaram-se pelo interesse de ampliar parceiros comerciais no mundo e também, entre 1961-64, de conquistar prestígio político entre países de fora do bloco capitalista. Por sua vez, a China, liderada por Mao Tsé-tung, buscava interlocução direta com governos e movimentos comunistas na América Latina, a fim de promover seu desenvolvimento econômico e ganhar autonomia em face da União Soviética. Esta fase foi marcada por poucos contatos, tendo tido destaque a visita oficial do

então vice-presidente João Goulart ao país, em 1961. Uma ruptura de contatos diplomáticos seguiu-se ao golpe militar de 1964, quando o presidente Castelo Branco optou por promover um alinhamento automático do Brasil aos Estados Unidos, adotando, em consequência, um repúdio a práticas comunistas revolucionárias (BECARD, 2011).

A 2ª fase foi de fixação das bases da relação bilateral, entre 1974 e 1990. Conforme Becard (2011), teve início a partir da retomada de contatos diplomáticos, no governo Geisel, que empreendeu um novo esforço de diversificar as parcerias brasileiras sem considerar as ideologias dos governos de outros países. Foi uma fase que ocorreu ainda nos marcos de políticas domésticas de desenvolvimentismo econômico, mas em uma conjuntura internacional marcada pela aproximação entre China e Estados Unidos, a fim de conterem juntos a União Soviética. Por sua vez, Pequim priorizava a relação com governos, em vez de movimentos sociais, para aumentar sua legitimidade, retirar apoios ao separatismo de Taiwan e atrair investimentos para a modernização da sua agricultura, indústria, ciência e tecnologia, a partir do governo de Deng Xiaoping. A fase foi caracterizada por maior cooperação econômica e técnica entre Brasil e China, sobretudo a partir da assinatura de um acordo de facilitação comercial, em 1978, seguido por mais de outros vinte acordos em temas de economia, ciência, tecnologia, energia nuclear, educação e cultura. Além da expansão efetiva do comércio bilateral, sobretudo devido à importação de petróleo pelo Brasil para alimentar sua industrialização, Becard (2011) destaca a formulação do projeto CBERS (*China-Brazil Earth Resource Satellites*), lançado em 1988, com o objetivo de construir satélites de sensoriamento remoto conjuntamente e assim romper o monopólio detido por países do Norte na produção e no uso de imagens feitas da Terra a partir do espaço; porém, o financiamento do projeto foi baixo no período. Além disso, houve visitas oficiais dos presidentes João Figueiredo e José Sarney à China, respectivamente, em 1984 e 1988 (BECARD, 2011).

A 3ª fase, mais curta, foi de crise na relação bilateral, entre 1990 e 1992. Segundo Becard (2011), nos marcos do imediato pós-Guerra Fria, o governo Collor adotou uma política econômica neoliberal e uma política externa que priorizou contatos com países do Norte. O governo brasileiro justificava-o como uma necessidade de ganhar credibilidade internacional para superar a crise da dívida externa experimentada pelo Brasil nos anos 1980. Por sua vez, a China viveu um momento de isolacionismo, em que reavaliava um cenário internacional em transformação após a desintegração da União Soviética. Sem este inimigo comum, os países do Norte passaram a demonstrar uma forte união na condenação ao regime do Partido Comunista Chinês, especialmente após este reprimir protestos por maior liberdade política na Praça da Paz Celestial, em 1989 (BECARD, 2011).

A 4ª fase da relação sino-brasileira deu-se entre 1992 e 2002 e foi caracterizada pela construção de uma parceria estratégica. Conforme Becard (2011), os governos de Deng Xiaoping e Jiang Zemin priorizaram continuamente a modernização econômica da China e aproveitaram a conjuntura de liberalização econômica na periferia para ampliar a presença do país no mercado internacional. Além disso, buscavam contrabalançar a influência, no seu entorno, de Japão, Índia e Estados Unidos (por meio de Taiwan) através da diversificação de relações e do apoio às organizações multilaterais. No Brasil, políticas neoliberais foram continuadas pelos governos Itamar e Cardoso. Na política externa, o governo Itamar deu maior atenção a países do Sul que o antecessor, a fim de diversificar relações. A parceria com a China foi considerada estratégica, sobretudo porque o governo brasileiro buscava apoio para coordenar esforços em favor de reformas na ONU, em especial do Conselho de Segurança, onde ambicionava um assento permanente. O projeto CBERS foi levado adiante com incremento de recursos. Além disso, empresas brasileiras de construção civil entraram no mercado chinês, gradualmente mais aberto ao exterior. Por sua vez, o governo Cardoso voltou a dar maior atenção a parcerias tradicionais com países do Norte. Entretanto, a cooperação com a China seguiu crescente em matéria de comércio, caracterizado pelo aumento de investimentos empresariais, em sentido recíproco; pela importação de manufaturas e exportação de matérias-primas, pelo lado brasileiro; e pela parceria no setor tecnológico, com o lançamento do satélite CBERS-1, em 1999 (BECARD, 2011).

Finalmente, a 5ª fase foi marcada pelo amadurecimento da relação, a partir de 2003. Becard (2011) afirma que o êxito da China em avançar a industrialização da economia e expandir seu mercado consumidor incrementou a importação de matérias-primas e alimentos. No governo Lula, a política econômica passou a incluir maiores financiamentos a empresas nacionais para expandirem sua produção tanto em solo brasileiro quanto estrangeiro. Por sua vez, a política externa foi remodelada com vistas a tornar o Brasil um ator global da política internacional, dando-se maior ênfase à integração regional e à diversificação de parcerias em outros continentes. A cooperação com a China foi estendida para múltiplas áreas, o que foi simbolizado, já em 2004, com uma viagem oficial do presidente brasileiro ao país em uma comitiva que contou com nove ministros, seis governadores e 400 empresários, a qual foi retribuída, no mesmo ano, com uma viagem do presidente chinês Hu Jintao ao Brasil. Para estimular contatos frequentes, criaram-se a Comissão Sino-Brasileira de Alto Nível de Concertação e Cooperação (COSBAN), em 2006, para coordenar a agenda bilateral; o Diálogo Estratégico, focado em assuntos políticos, em 2007; a Agenda China, com os objetivos específicos de aumentar a exportação de manufaturas brasileiras e atrair

investimento chinês em infraestrutura logística, assim como o Diálogo Financeiro Brasil-China, voltado para temas financeiros, ambos em 2008; e o Plano de Ação Conjunta, em 2010, para planificar a cooperação até 2014. No âmbito multilateral, houve estreita coordenação nos marcos do G-20 da Organização Mundial do Comércio, do G-20 financeiro e do BRICS; porém, não houve apoio da China à reforma do Conselho de Segurança da ONU, ponto este que teve destaque na agenda externa do governo Lula. Como resultado da cooperação econômica, Becard (2011) destaca que os níveis de comércio bilateral e de investimento chinês no Brasil alcançaram valores inéditos, ainda que a diversificação das exportações brasileiras, para além de produtos primários, tenha ficado aquém do esperado. O projeto CBERS tornou-se o maior projeto de cooperação tecnológica entre todos os países em desenvolvimento e lançou os satélites binacionais CBERS-2, em 2003, e CBERS-2b, em 2007, levando os dois países a tornarem-se os maiores fornecedores de imagens espaciais gratuitas para a internet e para governos africanos. Ademais, ambos passaram a desenvolver programas de cooperação técnica em produção de biocombustíveis e alimentos à base de engenharia genética (BECARD, 2011).

Avaliando apenas o início do governo de Dilma Rousseff, Becard (2011) observava uma continuidade da 5ª fase, em termos de política econômica e externa, destacando que a presidente brasileira realizou uma viagem oficial à China apenas quatro meses após tomar posse. Todavia, em análise posterior, Becard, Barros-Platiau e Oliveira (2015) apontam que houve uma crescente redução nas áreas de cooperação com a China ao longo do primeiro mandato, o que se agudizou em 2015, com o início do curto segundo mandato. Conforme estas autoras, no plano bilateral, o governo Dilma priorizou a atração de investimentos chineses, especialmente em infraestrutura energética e logística, com destaque para a construção de uma via de acesso do Brasil ao Oceano Pacífico. Ademais, manteve-se o projeto CBERS, que lançou o satélite CBERS-4 em 2014. No plano multilateral, combinaram-se esforços em temas econômicos por meio do BRICS, que criou o Novo Banco de Desenvolvimento e o Arranjo Contingente de Reservas, em 2014, com a expectativa de fornecer investimentos e empréstimos internacionais a países em desenvolvimento com menores exigências de condicionalidade do que instituições tradicionais, como o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional. A China, por sua vez, manteve um bom dinamismo econômico no período; o envio de seus produtos manufaturados e investimentos ao mercado brasileiro aumentaram; o privilégio à importação chinesa de bens primários do Brasil prosseguiu; e, como resultado, passou a haver uma interdependência assimétrica

crescente na relação bilateral, a favor da China (BECARD; BARROS-PLATIAU; OLIVEIRA, 2015).

Ainda segundo estas autoras, a redução na intensidade da relação bilateral inseriu-se em um quadro de perda geral do pró-ativismo em política externa no governo Dilma, comparando-se ao governo Lula. Isto foi motivado por dificuldades de gestão, crises em países vizinhos, travamento de discussões multilaterais (na OMC, em especial) e repercussão mais intensa da crise econômica internacional iniciada em 2008, nos Estados Unidos, e sentida no Brasil sobretudo na metade final do governo Dilma. Entretanto, Becard, Barros-Platiau e Oliveira (2015) apontam que o governo manteve as mesmas orientações do antecessor em política externa: construção de capacidades materiais nacionais, busca de reconhecimento do Brasil como ator global, fortalecimento de acordos e instituições de integração regional para situar o país como polo de poder regional, diversificação de relações bilaterais e prioridade às agendas de desenvolvimento do Sul e de reforma da governança global nos fóruns multilaterais.

O segundo mandato de Dilma Rousseff foi interrompido pelo golpe parlamentar de 2016, de modo que o quadriênio foi completado pelo governo de Michel Temer até o fim de 2018. Ainda faltam trabalhos específicos sobre a relação sino-brasileira neste período. Entretanto, sobre a política externa geral do governo Temer, Casarões (2020) aponta que ela foi marcada por uma tentativa de rebaixar o *status* do Brasil de potência emergente, perseguido nos governos Lula (em maior medida) e Dilma, e reacomodá-lo ao de potência média, prevalecente no século XX. Neste sentido, o autor afirma que o governo Temer fez sinalizações deliberadas, nos planos doméstico e internacional, para mudar percepções externas sobre o Brasil. No plano doméstico, políticos do PSDB, principal partido de oposição aos dois governos anteriores, passaram a comandar o Ministério de Relações Exteriores. No plano internacional, ocorreu uma troca de grandes ambições políticas por preocupações imediatas de comércio e investimento. O gesto mais significativo neste sentido foi o pleito de admissão do Brasil à Organização de Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE, liderada por países do Norte), coordenado pelo Ministério da Fazenda, que adotou uma política econômica marcada pelas orientações de livre comércio, austeridade fiscal e melhora do ambiente de negócios para empresários. A agenda econômica foi dominante nas relações com países do Sul, inclusive com os países do BRICS. Também se observou o abandono do papel de liderança do Brasil na sua região, onde, além da agenda econômica, predominou a tentativa de isolar a Venezuela por julgar-se que o governo de Nicolás Maduro não respeitava a democracia e os direitos humanos. Particularmente sobre a China, Casarões (2020) registra

que o governo brasileiro, mesmo dizendo priorizar questões econômicas, não enviou representantes de alto nível para reuniões da Comunidade de Estados Latino-Americano e Caribenhos (CELAC), em 2017 e 2018, nas quais Pequim participou para negociar investimentos em infraestrutura nos países da região.

Deste conjunto de trabalhos, é possível extrair três conclusões sobre o que explica as mudanças da política externa do Brasil para a China, a partir de 1949. A primeira conclusão é que decisões de aproximar ou afastar, mais ou menos, o Brasil da China foram escolhas de governo, na medida em que a troca do chefe do Poder Executivo levou a mudanças de substância ou intensidade evidentes. Não é possível assumir, pois, nem que a política externa brasileira seja uma política de Estado, invariável ao longo do tempo, nem que a distribuição de poder econômico ou político entre países no plano internacional funcione como uma estrutura determinante nos rumos das relações bilaterais.

A segunda conclusão é que as escolhas de governo sobre a condução da relação bilateral foram sensíveis à política econômica adotada por ele e à percepção sobre a conjuntura internacional. Políticas desenvolvimentistas, constantes entre os anos 1940 a 1980, estimularam a busca por combustíveis e mercados que sustentassem o aumento da produção industrial no Brasil, mas o acesso à China foi constrangido pelo estado da relação deste país asiático com os Estados Unidos, nos marcos da Guerra Fria, o que era levado em consideração pelos governos brasileiros para se aproximarem ou se afastarem de Pequim conforme percebiam as preferências de Washington. Uma vez passada a Guerra Fria, houve uma normalização gradual da presença da China no mundo, assim como o crescimento constante do seu poder econômico e da sua influência na política internacional. Entretanto, apesar destes elementos de continuidade, os governos que adotaram um programa de neoliberalismo econômico (Collor, Itamar, Cardoso e Temer) demonstraram uma intensidade de cooperação muito menor do que os governos que se afastaram relativamente daquele programa (Lula e Dilma).

A terceira conclusão é que não é possível entender uma decisão de aproximação ou afastamento bilateral sem considerá-la como parte de um quadro maior que caracterizava a política externa brasileira, em um dado governo. Este quadro inclui as disposições de estreitar relações com o Sul ou concentrá-las no Norte; e de buscar ou não reformas de organizações multilaterais, nas áreas de segurança e economia, em favor do Sul. Em outros termos, as mudanças na relação sino-brasileira sempre acompanham alterações em outros itens da política externa. Isto sugere que um conjunto de ideias articuladas entre si sempre compõe a

política externa de um governo e pode manifestar-se em dois ou mais governos *apesar* das trocas do chefe do Poder Executivo e de mudanças de conjuntura internacional.

Se verificados, tais conjuntos de ideias em política externa não seriam apenas agendas ocasionais de governantes, mas sim elementos enraizados em ideologias políticas coexistentes na cultura política brasileira. Uma combinação previsível de orientações sobre política econômica, relações bilaterais e fóruns multilaterais, além de outros elementos possíveis, funcionaria como uma lente que presidentes utilizam para perceber o contexto internacional e pensar a atuação do Brasil nele. Por esta lógica, governantes informados por uma mesma ideologia política teriam maior semelhança na condução da política externa para a China entre si do que em relação a governantes informados por outra ideologia política.

A existência de ideias recorrentes no tempo orientando a política externa de um país não é exatamente uma novidade na disciplina de APE, que se dedica a identificar variáveis domésticas que influenciam a tomada de decisões dentro de um Estado. No entanto, o que se entende por ideia e, por extensão, por ideologia na APE está longe de ser um ponto pacífico. A disciplina é conformada por teorias, epistemologias e ontologias distintas, o que requer que uma conceituação mais aprofundada sobre o que seria um conjunto de ideias significativas para a política externa brasileira ao longo da história precise ser feita a partir de um ponto de partida bem definido.

2.2 **Ideologia política como variável explicativa na Análise de Política Externa**

A APE surgiu formalmente, com *status* acadêmico-institucional, na área de Ciência Política dos Estados Unidos, em meados do século XX, a partir de uma perspectiva teórica marcadamente liberal, particularmente behaviorista. Por sua vez, na América Latina, estudos sobre política externa começaram a ser feitos sob a influência da teoria cepalina e da teoria da dependência, enraizadas no materialismo histórico. Estes pontos de partida deram origem a duas genealogias distintas de APE, nas quais variáveis explicativas relacionadas a ideias – ideias particulares de um indivíduo, ideias de grupos, opinião pública, ideologia, cultura – receberam destaques distintos.

No Brasil, a expansão de cursos de graduação e pós-graduação da área de Relações Internacionais, sobretudo a partir dos anos 2000, fez crescer o número de trabalhos que se filiam conscientemente à APE, dado o destaque que a disciplina ganhou em currículos de cursos, publicações e eventos acadêmicos. Salomón e Pinheiro (2013) fazem um levantamento sobre a literatura brasileira de APE produzida nos anos 1990 e 2000 e

constatam que os fundamentos teóricos dos trabalhos se inserem, em sua maioria, na matriz liberal da disciplina e, em menor medida, em vertentes mais recentes, a realista e a construtivista, surgidas nos Estados Unidos, no final do século XX. Para estas autoras,

> o legado liberal constitui-se, ao nosso modo de ver, na base de sustentação da [disciplina] de APE. A razão disso é a própria resposta que o liberalismo oferece às grandes questões das Relações Internacionais: o conflito recorrente entre Estados é evitável, a cooperação é possível, e o indivíduo, agindo por meio de instituições, é o principal agente de mudança na política internacional (SALOMÓN; PINHEIRO, 2013, p. 45).

Manuais de APE publicados no Brasil também destacam as teorias liberal, realista e construtivista como as principais fontes para modelos de análise de política externa e apontam para o surgimento mais recente de abordagens pós-estruturalistas ou pós-modernas (FIGUEIRA, 2011; FERREIRA, 2020; GONÇALVES, PINHEIRO, 2020; RAMANZINI JR., FARIAS, 2021). É notável a escassez relativa de referências a estudos latino-americanos de política externa, o que revela que estes ainda não convergiram em direção a um modelo instrumental para pesquisas de APE. Além disso, há uma ausência marcante do marxismo e da teoria crítica, reveladora de um problema maior na disciplina, que é a pouca entrada nela de abordagens materialistas.

Na contramão desta tendência, Berringer (2015) faz um importante esforço, no campo marxista, de classificação do pensamento internacional das frações da classe capitalista brasileira nos governos Cardoso e Lula, o que contribui para avançar o conhecimento sobre a dimensão das ideias da APE. Contudo, sua concepção de Estado, feita nos termos de Nicos Poulantzas, não confere agência aos atores do aparato estatal (entendidos como meros reprodutores de interesses da fração burguesa hegemônica em uma conjuntura), o que anula a dimensão do processo decisório em política externa, igualmente fundamental para a APE.

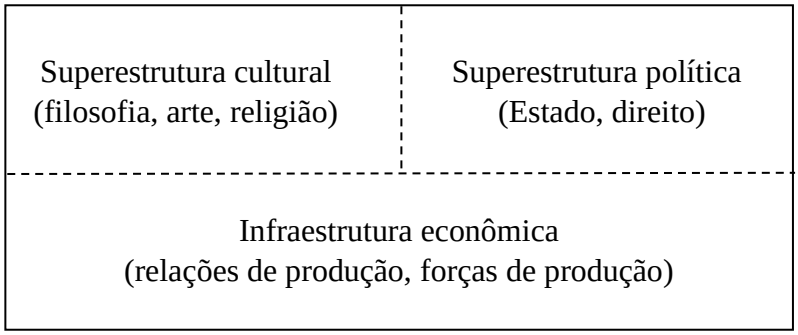
Não cabe lugar a nenhuma dúvida de que a identidade da APE é a investigação da agência individual na produção da política externa, que ocorre no interior do Estado. Isto exige, por sua vez, clareza sobre entendimentos ontológicos para se apreender os limites do que uma perspectiva teórica pode oferece à disciplina na tentativa de suprir o que lhe falta. O conceito universalizável de indivíduo racional é uma criação de origem moderna e liberal, ligada à noção de subjetividade, a qual postula-se que deve ser desenvolvida no sentido da maior autonomia possível perante autoridades externas. O marxismo surgiu contra-argumentando que indivíduos não deveriam ser reconhecidos como os sujeitos da vida social, mas sim as classes sociais, cuja existência funcionaria como uma estrutura material, produzida na dimensão do trabalho, que limita a expansão da autonomia para a maior parte da humanidade. Contudo, a práxis possibilitou avanços neste entendimento, feitos, no Norte, por

Gramsci e pela teoria crítica da Escola de Frankfurt. Esta sustenta que as classes sociais não são sujeitos em si mesmas, pois um indivíduo sempre tem potencial para desenvolver uma personalidade própria, que lhe confere certa margem para agir conforme interesses particulares. Ao mesmo tempo, a teoria crítica preserva os entendimentos, em parte marxistas, de que um indivíduo deve ser entendido como o produto de um contexto espaço-temporal específico, em vez de tratado como algo universal; que a produção da sua personalidade tem uma dimensão tanto individual quanto social; e que o seu comportamento é fortemente constrangido pela posição que ocupa em estruturas de poder socialmente produzidas – em termos de classe, mas também de raça, gênero, sexualidade etc. –, que ele pode agir para reproduzir ou modificar. Além disso, enquanto liberais pressupõem a antecedência ontológica do indivíduo na vida social, materialistas (tanto marxistas quanto críticos) postulam a antecedência de estruturas. Entretanto, estas estruturas, se, por um lado, não são mais vistas como *determinantes* de um futuro pré-concebido pelos teóricos críticos, como o é por alguns marxistas, por outro, seriam largamente *constrangedoras* das possibilidades de ação dos indivíduos, pois distribuiriam desigualmente os recursos de poder econômico e cultural entre eles desde o momento em que nascem (FRASER, 2006).

Aliás, para captar a diferença entre determinação do marxismo e constrangimento da teoria crítica, a metáfora do edifício social proposta por Marx, conforme a figura 1, segue sendo didática hoje, apesar do seu apagamento crescente nas ciências humanas. Segundo este raciocínio, dinâmicas da infraestrutura econômica (relações de trabalho entre as classes e todo instrumento material empregado na produção) interagem, de modo recíproco, com dinâmicas da superestrutura política (os órgãos do Estado, as leis) e cultural (ideias filosóficas, artísticas, religiosas) para produzir uma estrutura social, a partir da qual a agência humana deve ser analisada. Entretanto, o modo como se dá a relação estrutura-agência passou por uma mudança do marxismo à teoria crítica. Marx (2008[1859], p. 47) havia postulado que a estrutura social produziria "formas sociais determinadas de consciência" que corresponderiam à ideologia burguesa (entendendo-se ideologia como o oposto da verdade, a qual, por sua vez, seria equivalente às ideias que levam ao fim da luta de classes). Contudo, a partir dos anos 1920, Gramsci – um leitor declarado de Maquiavel e adepto da noção realista de balança de poder – fez a passagem da determinação para o constrangimento das estruturas ao assumir que há fissuras na superestrutura, onde concorreriam ideias tanto hegemônicas, sustentadas por membros e simpatizantes da classe dominante, quanto contra-hegemônicas, avançadas por parte da classe dominada. Todos os conjuntos de ideias que guardam uma concepção de

mundo com finalidades morais seriam ideologias, entre as quais os indivíduos teriam poder de escolha, em maior medida para alguns do que para outros, conforme as situações de opressão.

Figura 1 – Infraestrutura e superestrutura social



Fonte: Elaboração convencional a partir de Marx (2008[1859], p. 47-48)

Diferenças de pressupostos ontológicos levam, inevitavelmente, a recortes da realidade distintos pelas teorias que se baseiam neles. Se a teoria liberal marginaliza a importância das estruturas do plano doméstico para entender a agência humana a partir de interesses individuais e de curto prazo, também tem pouco a dizer, por conseguinte, sobre as estruturas do plano internacional e sua importância para a política externa dos países. Na Teoria de Relações Internacionais, conceitualizações sobre estrutura foram desenvolvidas, em grande medida, por marxistas ou teóricos críticos latino-americanos (infraestrutura econômica, definida pela divisão do trabalho entre países do centro e da periferia), realistas estadunidenses (superestrutura política, caracterizada pela balança de poder material) e construtivistas também estadunidenses (superestrutura cultural, marcada pela concorrência de tradições do pensamento político internacional). Todas estas conceitualizações foram criadas após a Segunda Guerra Mundial, quando os elementos das relações internacionais privilegiados no campo liberal – organizações multilaterais e direito internacional, tratadas mais como instituições do que estruturas – mostraram-se frágeis, pois não eram adequadamente apreendidos como sendo produtos da interação entre uma superestrutura internacional político-cultural, uma infraestrutura internacional econômica e as agências dos países.

Claro está que qualquer vertente da APE, no esforço de entender a agência humana, sempre será incompatível com determinismos estruturais que anulam a escolha do indivíduo, sejam eles propostos por teorias modernas, quando simplificam relações de causa-efeito, como também, na nossa interpretação, por teorias autointituladas pós-estruturalistas ou pós-

modernas, quando indivíduos e suas subjetividades viram objetos determinados pela estrutura linguística. Nos dois casos, subtrai-se do indivíduo a capacidade de fazer escolhas entre conservar ou mudar estruturas. Especificamente para a política externa, estruturalismos implicam, por exemplo, a anulação da possibilidade de se conceber margens de autonomia que autoridades de Estados em países dependentes podem ter frente a países centrais ao tomarem decisões (MOURA, 1980).

Aqui cabe um esclarecimento breve sobre o autointitulado pós-estruturalismo ou pós-modernismo, perspectiva que vem ganhando espaço não apenas na APE, mas nas Relações Internacionais como um todo, onde é perigosamente confundida muitas vezes com a teoria crítica por tratar de opressões culturais. Segundo Manfred Frank (1989), intelectual tributário da Escola de Frankfurt, convencionou-se chamar de pós-estruturalismo o pensamento de intelectuais desiludidos com o marxismo depois que o Maio de 1968, na França, foi sucedido por uma reação conservadora. Expoentes incluem Michel Foucault, Jacques Derrida, Gilles Deleuze, Jean-François Lyotard e Jacques Lacan. Apesar do nome, Frank (1989) analisa a construção argumentativa de obras deste grupo e aponta que seu pensamento corresponderia mais bem a um neoestruturalismo, na medida em que alimenta-se do realismo niilista de Friedrich Nietzsche, do estruturalismo linguístico de Ferdinand de Saussure e do determinismo cultural de Claude Lévi-Strauss para postular que consciências são partes de uma estrutura cultural, de caráter linguístico, reproduzida por meio de discursos, em que a subserviência do sujeito a significados dados por forças externas a ele seria incontrolável, sem margem para interpretações próprias. Metodologicamente, este neoestruturalismo faz análises de discurso que denunciam a reprodução de estruturas opressoras. Embora bem-vindo enquanto exercício descritivo, ele torna-se um fim em si mesmo quando não aponta, teoricamente, como novos discursos podem tornar-se hegemônicos através de atos intencionais dos sujeitos para superar o discurso dominante. Abandonam-se hipóteses modernas sobre progresso, de modo que movimentos individuais ou coletivos ficam sem direção. Assume-se que um emaranhado de práticas de poder conformam a realidade, sem um centro, como o Estado, em relação ao qual se poderia avaliar progresso, estagnação ou retrocesso social. Para Frank (1989), ao marginalizar o estudo da agência, o neoestruturalismo vai na contramão do projeto moderno e racionalista das ciências humanas, orientado pela investigação dos usos que indivíduos podem fazer da liberdade, conforme escolhas éticas que são de sua responsabilidade e que tomam *em meio* aos constrangimentos das estruturas sociais. A luta de neoestruturalistas contra qualquer possibilidade de ordem discernível

> é muito similar ao "ato gratuito" dos surrealistas, por exemplo, por meio de golpes cegos (sem princípios) ou corridas sem rumo. Esta minha avaliação não é exagerada quando a apoiamos no fato de que os guardiões do Estado podem olhar esta nova sorte de inimigos com calma relativa: já que são contra tudo (e não contra algo em particular), também são, em última análise, protetores do Estado (FRANK, 1989, p. 184, tradução nossa[12]).

A diversidade teórica que marca as Relações Internacionais hoje, inclusive no Brasil, é positiva e permite um diálogo fértil entre visões sobre aspectos distintos da realidade social, desde que bem compreendidas as convergências e divergências possíveis. Nesta tese, temos a intenção de combinar entendimentos marxistas críticos, realistas e construtivistas sobre estrutura internacional para pensar a ação de governantes do Estado. Contudo, é importante que não se extrapole a marca definidora da disciplina de APE, sob o risco de ela não ter identidade nenhuma. Neoestruturalistas desenvolvem um esforço próprio para a disciplina de Teoria das Relações Internacionais, propondo entendimentos originais (e discutíveis) sobre a estrutura cultural internacional, porém a dificuldade de explicarem ações humanas, reduzidas a um epifenômeno da estrutura, assim como a deslegitimação que frequentemente promovem do Estado, anulam tanto o objetivo da APE de examinar a agência em política externa, quanto o *locus* onde esta política pública deve ser formulada.

Traçadas estas fronteiras entre teorias, julgamos premente que a lacuna da teoria crítica na APE seja preenchida. É a isto que esta tese se dedica. A teoria crítica é a única perspectiva teórica que explica a *produção* de estruturas internacionais de poder material, a partir de dinâmicas da esfera do trabalho que beneficiam materialmente mais alguns países do que outros, sem cair em determinismos. Diferentemente do marxismo, a teoria crítica confere importância às escolhas na agência das autoridades do Estado ao formular e implementar a política externa. Entretanto, para culminar em um modelo de APE, é necessário tanto observar diferenças entre as vertentes da teórica crítica no Norte e no Sul, dada a maior importância que esta dá ao imperialismo, quanto fazer acréscimos externos a partir de teorizações do realismo e do construtivismo, as quais oferecem explicações subsidiárias sobre como a hierarquia de poder material entre países pode ser reproduzida ou alterada, na medida em que exploram, respectivamente, aspectos militares e culturais do *exercício* do poder. Ademais, metodologicamente, é a Análise Crítica do Discurso que permite descobrir o indivíduo em meio às estruturas sociais, agindo para mantê-las ou transformá-las conforme sejam as suas escolhas discursivas, informadas por sua ideologia política.

---

[12] No original: *This fight against order is very similar to the 'gratuitous act' of some of the surrealists, e.g., blind flailing (without principles) or running amok. That my assessment is not overstated is supported by the fact that the guardians of the state can look upon this new sort of enemies of order with relative calm; since they are against everything (and not against this or that in particular), they are in the final analysis preservers of the state.*

A seguir, expomos resumidamente a evolução da APE nos Estados Unidos e na América Latina, com destaque para o Brasil, a fim de evidenciar que um ponto de partida teórico influencia o rumo de entendimentos sobre variáveis explicativas na disciplina. Trata-se menos de uma revisão bibliográfica e mais de uma breve história das ideias, em que procuramos destacar como liberais e materialistas concebem as variáveis relacionadas a ideias. Também queremos salientar, com isto, que teorias de qualquer vertente sempre refletem, em maior ou menor medida, o meio histórico-social no qual foram produzidas, guardando em si normatizações sobre a ordem social. Teorias desenvolvidas no Norte, liberais ou não, tendem a desconsiderar reflexões originárias da periferia sobre economia política, marginalizar a distinção dos países em centro-periferia e, nas últimas décadas, desqualificar visões estadocêntricas, em um mundo no qual a maioria dos países mal consolidou seus próprios Estados. Do nosso ponto de vista, em vez de se importar para o Brasil teorias que pouco contribuem para a construção de um espaço público institucionalizado e democrático, é premente que os estudos locais de Relações Internacionais valorizem e atualizem entendimentos que a teoria crítica brasileira oferece sobre dependência, Estado e nação, de modo a se integrar melhor às outras disciplinas das ciências sociais que já o fazem. Ao final da exposição, apresentamos nossa definição sobre o que seria, precisamente, uma APE crítica.

2.2.1 A vertente da APE liberal no centro

Conforme Hudson e Vore (1995), a origem da APE, nos Estados Unidos, deveu-se a um esforço de contestação de acadêmicos liberais à escola realista que dominava a teorização de Relações Internacionais no pós-Segunda Guerra Mundial. O realismo, naquela conjuntura, concebia os Estados como os atores primordiais da política internacional e os tratava como entes unitários, sem divisões internas em órgãos ou autoridades, perfeitamente racionais e orientados por interesses nacionais autoevidentes. Na contramão destas simplificações, a APE passou a destacar a agência de indivíduos e grupos dentro do Estado e na sociedade, a fim de evidenciar o conflito de interesses que permeiam uma nação e o modo como eles são processados pelas instituições estatais, em uma democracia.

Ainda conforme Hudson e Vore (1995), a APE liberal se desdobrou em três vertentes, ao longo dos anos 1950 e 1960. A APE Contextual dedicou-se a explicar as decisões das autoridades do Estado pela influência de ideias e características do seu contexto psicossocial. Os elementos investigados incluíam atributos psicológicos das autoridades (crenças individuais, valores, emoções, estilos de liderança, experiências biográficas), processos

cognitivos (formação de ideais na mente humana), crenças coletivas (opinião pública e concepções de papel nacional) e características do país (cultura, história, geografia, sistema político, sistema econômico, nível de riqueza). Por sua vez, a APE Processual tomou a participação das autoridades de Estado em processos decisórios como objeto de estudo. Procurava identificar quem eram os principais tomadores de decisão e de que modo suas escolhas racionais eram processadas institucionalmente até resultar em uma ação efetiva de política externa. Por fim, a APE Comparada buscou agregar informações de distintos países para formular uma teoria de médio alcance. As informações reunidas abrangiam variáveis do nível individual à conjuntura internacional e eram transformadas em dados quantitativos.

Hudson e Vore (1995) avaliam que as três vertentes alcançaram resultados e limitações na virada dos anos 1970 para os 1980. A APE Contextual apontou, sobretudo, que a percepção de uma autoridade é afetada pelo seu estilo de liderança, definido sobretudo a partir de atributos psicológicos individuais, e que uma ação é suscetível a erros de percepção, quando tomada com base em informações incorretas da realidade. Crenças coletivas e características do país mostraram-se variáveis relativamente mais difíceis de serem mensuradas e perderam espaço na vertente. A APE Processual acumulou estudos de caso sobre o funcionamento de burocracias e sobre os jogos de poder entre Executivo e Legislativo, evidenciando que a competição por influência entre distintos órgãos do Estado pode afear decisões finais de política externa. Todavia, a vertente esbarrou na dificuldade de coletar informações dentro das burocracias, tanto devido a dados sigilosos, como ao fato de o(a) pesquisador(a) ter acesso restrito a reuniões. Finalmente, a APE Comparada levou à criação de grandes programas de pesquisa quantitativa, muitos patrocinados pelo governo dos Estados Unidos, para viabilizar a coleta massiva de dados. Contudo, a vertente não conseguiu produzir modelos teóricos que equilibrassem dados de níveis micro e macro, nem transformar em estatística algumas variáveis importantes, como emoções, história e cultura.

Ainda que as características de um país e as crenças coletivas tenham ficado marginalizadas como as variáveis explicativas na APE Contextual que tentavam ir além de indivíduos em particular, Hudson e Vore (1995) elencam uma série de trabalhos que trataram delas, na segunda metade do século XX. Sobre as características de um país, afirmam que as pesquisas se concentraram em identificar, comparativamente e por método quantitativo, se a forma do Estado, em termos de regime político, e o nível de riqueza de um país influenciavam sua participação em guerras. A única generalização encontrada foi a de que Estados democráticos fazem menos guerras diretamente entre si, ao passo que a distinção entre países ricos e pobres não alcançou resultados significativos pelo método quantitativo. Hudson e

Vore (1995, p. 219) salientam que a análise sobre nível de riqueza não incluiu considerações sobre efeitos de estruturas econômicas nas opções de política externa, pois, conforme seus termos, a "cultura" da APE não se misturava bem com a "cultura" da disciplina de economia política internacional. Além disso, a autora e o autor destacam que os estudos clássicos de cultura política feitos por Gabriel Almond e Sidney Verba, nos anos 1960, voltados para a identificação de atitudes democráticas e cultura cívica em uma sociedade, tampouco tiveram grande repercussão na APE, por estarem imbuídos de um "excesso" da premissa de caráter unitário de nação (HUDSON; VORE, 1995, p. 219).

No que se refere às crenças coletivas, Hudson e Vore (1995) destacam como paradigmático o trabalho feito por Kal Holsti, em 1970, que identificou ideias em disputa na sociedade estadunidense, particularmente dentro da sua elite, sobre o papel que o país deve desempenhar na política internacional (se isolacionista ou internacionalista). Holsti chamou estas ideias de *concepções de papel nacional* e apontou que elas informam as decisões de agentes estatais conforme o processo de socialização que tiveram na vida. Uma série de pesquisas posteriores passou a explorar as concepções de papel nacional em temas distintos de inserção internacional, na medida em que este conceito se tornou "uma das poucas ferramentas para estudar como sociedade e cultura servem de contexto a uma política externa, [...] ao conectar crenças da sociedade e crenças dos tomadores de decisão" (HUDSON; VORE, 1995, p. 226). Além de papeis nacionais, pesquisas também passaram a identificar a opinião pública em temas específicos da agenda externa: estudos indicaram a estabilidade de preferências sobre a participação ou não do país em guerras, enquanto outros mostraram que a opinião pública e a opinião das elites são observadas pelos agentes estatais para conceberem um leque de ações possíveis que podem tomar em determinado momento (HUDSON; VORE, 1995).

Sobre a APE liberal nos anos 1990, Hudson (2005) avalia que a vertente da APE Comparada perdeu espaço, na medida em que os esforços quantitativos de se elaborar uma teoria de alcance médio por meio da informática não prosperaram. Por sua vez, as vertentes da APE Contextual e Processual aumentaram a convergência entre si, aproximando variáveis explicativas relacionadas a ideias e instituições. O principal resultado disto deu-se em estudos sobre a influência da imprensa na política externa, que proliferaram naquela década a partir da transmissão de guerras pela televisão em tempo real e que apontaram um grande poder da mídia de formar opinião pública e, com isto, influenciar decisões de agentes estatais, o que foi chamado de "efeito CNN". Além disso, a APE Processual incorporou teorias psicológicas de cognição e estudos das neurociências para estudar o processo de tomada de decisão,

explorando dimensões como verbalização, interpretação, persuasão e aprendizado de ideias dentro de burocracias. Ademais, a APE Contextual identificou que concepções de papel nacional podem levar à criação de instituições específicas no Estado para cumprir um determinado papel, modificando o processo decisório, como quando um país rico se concebe doador de ajuda externa a países pobres e cria agências específicas para este fim.

Em avaliação mais recente sobre a evolução histórica da APE liberal, nos anos 2000, Hudson (2016) não identifica mudanças significativas nas tendências de estudo. Assim, no que se refere à dimensão das ideias, pesquisas sobre o perfil individual de autoridades de Estado mantiveram-se predominantes para explicar suas decisões; crenças coletivas continuaram a ser exploradas enquanto concepções de papel nacional; e pesquisas de opinião pública seguiram sendo feitas sobre temas específicos e conjunturais da agenda externa. Por sua vez, ideologia seguiu sendo uma variável explicativa sem nenhum destaque nos mapeamentos de Hudson.

Entretanto, cabe registrarmos dois trabalhos que abordaram esta variável. Hermann e Hermann (1989) reconhecem a influência de ideologias na política externa e apontam, empiricamente, que, no processo decisório, grupos cujos membros têm uma mesma ideologia tendem a formar consensos sobre como reagir a um evento mais rapidamente. Entretanto, definem ideologia, vagamente, como um conjunto de crenças. Por sua vez, Goldstein e Keohane (1993) propõem um modelo de análise de mudança em política externa baseado nas ideias dos atores decisórios que são construídas socialmente. O autor e a autora elaboram um entendimento mais sofisticado sobre ideias, que classificam em três tipos: visões de mundo (crenças religiosas, crenças científicas), princípios éticos (noções individuais de bem e mal) e relações de causa-efeito (consensos entre uma elite sobre o que causa determinado problema coletivo). Em seguida, sugerem que o(a) pesquisador(a) investigue quando uma ideia de qualquer um dos três tipos foi mobilizada por um indivíduo, no processo decisório em política externa, para maximizar seus interesses ou para propor um equilíbrio em um jogo de interesses; ou, ainda, quando as instituições de tomada de decisão refletem, em si, ideias específicas de jogos de interesses passados, constrangendo os jogadores do presente a guiarem-se por elas.

A separação conceitual dos três conjuntos de ideias feita por Goldstein e Keohane (1993) deriva, declaradamente, do entendimento de Max Weber de que não são ideias, mas sim os "interesses ideais e materiais que governam diretamente a conduta dos homens; porém, muito frequentemente, 'visões de mundo' criadas por ideias têm determinado, como guardas de trânsito, os rumos a que as ações são empurradas por dinâmicas de interesses" (WEBER

apud GOLDSTEIN, KEOHANE, 1993, p. 11-12, tradução nossa[13]). Ou seja, a autora e o autor não acreditam que "ideias, *mais do que* interesses (conforme interpretados pelos seres humanos), governem o mundo, [mas sim] que ideias *tanto quanto* interesses têm peso causal na explicação da agência humana" (GOLDSTEIN; KEOHANE, 1993, p. 3-4, grifos no original, tradução nossa[14]). Em outros termos, o que manifestam é a crença na antecedência ontológica do indivíduo em relação a estruturas, neste caso culturais: interesses individuais surgiriam antes das ideias socialmente construídas, e indivíduos escolheriam, como em um cardápio, um tanto cinicamente, as ideias que melhor servem aos seus interesses no curto prazo. Nada mais distante da teoria crítica, para a qual, *grosso modo*, interesses individuais nascem de concepções de mundo socialmente construídas, que guardam, em si, noções éticas sobre como as relações de poder devem ser organizadas coletivamente e avançadas pelas ações individuais. Na perspectiva crítica, concepções de mundo não são facilmente intercambiáveis para um mesmo indivíduo quando toma decisões.

Não é o foco desta tese tratar da vertente da APE sobre processo decisório, porém convém destacar que, nos anos 2000, surgiram debates liberais importantes sobre a sua democratização, nos Estados Unidos e no Reino Unido, que somam uma justificativa prática para os estudos da APE. Hill (2003) afirma que dar um tratamento à política externa que faça justiça à democracia de massa é um dilema central e ainda não resolvido na disciplina. O autor defende uma maior transparência dos atos de governo, que permita a responsabilização de autoridades por erros cometidos. Entretanto, acredita que a desinformação é um obstáculo significativo para uma participação pública qualificada em decisões de política externa. Por sua vez, Lentner (2006) postula que a democratização participativa do processo decisório deve estar no centro das reflexões da APE, abrangendo todos os estágios pelos quais uma política pública passa: formulação, implementação e avaliação. Diante do aumento das interações econômicas entre países, após o fim da Guerra Fria, o autor acredita que não basta cobrar transparência de atos apenas de governos, mas também, por exemplo, de empresas transnacionais e ONGs, o que requer repensar os participantes formalmente incluídos no processo decisório para além de atores estatais e submeter todos a regulações públicas.

Uma vez descrita a evolução geral da APE liberal, cabem maiores considerações sobre a linha de pesquisa sobre concepções de papel nacional, na medida em que se tratam de

---

[13] No original: *Not ideas, but material and ideal interests, directly govern men's conduct. Yet very frequently the 'world images' that have been created by ideas have, like switchmen, determined the tracks along which action has been pushed by the dynamic of interest.*

[14] No original: *Like Weber, we do not argue that ideas* rather than *interests (as interpreted by human beings) move the world. Instead, we suggest that ideas* as well as *interests have causal weight in explanations of human action.*

crenças coletivas reconhecidas, desde os anos 1970, como influentes sobre a política externa no Norte. Cantir e Kaarbo (2016) mapeiam a evolução desta área de estudos, tanto nos Estados Unidos quanto na Europa, que se seguiram ao trabalho pioneiro de Holsti. O autor e a autora explicam que a origem do conceito está na teoria dos papeis, que, por sua vez, é derivada dos estudos da sociologia estadunidense sobre interacionismo simbólico. Nesta teoria, os membros de uma sociedade são tratados como atores de uma dramaturgia que, ao interagirem, performam uma variedade de papeis, definidos como um conjunto de normas socialmente construídas que guiam comportamentos. Estudos sociológicos com base nesta teoria passaram a investigar em que medida papeis são autodefinidos por indivíduos, determinados por estruturas ou resultantes da interação entre agência e estrutura; se há limites de papeis que um indivíduo pode assumir; e como ocorrem conflitos de papeis assumidos por um mesmo indivíduo ou entre indivíduos (CANTIR; KAARBO, 2016).

Por sua vez, os estudos de APE passaram a conceber que, na política externa, um papel indica prescrições para a ação de um Estado no sistema internacional. Segundo Cantir e Kaarbo (2016), os principais papeis que um país assume, identificados pelas pesquisas desde os anos 1970, seriam: aliado de outro país, defensor de princípios ou leis internacionais, ponte entre civilizações, e exemplo a ser seguido em um determinado tema. Cada papel envolveria

> expectativas que atores domésticos desenvolvem sobre como seu Estado deve se comportar em um contexto social específico. Estas expectativas frequentemente, se não sempre, são informadas por como estes atores concebem a identidade de seu país (étnica, religiosa etc.) (CANTIR; KAARBO, 2016, p. 18-19, tradução nossa[15]).

A maioria das pesquisas ocupou-se em investigar como as concepções de papel nacional em disputa em uma sociedade são constrangidas por variáveis estruturais de um país, tais como cultura, história, tamanho territorial, performance econômica e capacidades materiais de poder (CANTIR; KAARBO, 2016). Por outro lado, nos anos 2010, algumas pesquisas aproximaram-se mais das raízes originais do interacionismo simbólico, que não reconhece papeis como sendo pré-determinados por características de indivíduos, mas sim apenas como resultado da interação entre eles. Nesta segunda tendência, passou-se a atribuir a origem de papeis de países na relação efetiva que acontece entre eles no plano internacional, e não nas variáveis estruturais nacionais, como cultura, história etc. (CANTIR; KAARBO, 2016).

Ainda conforme Cantir e Kaarbo (2016), o modo como se concebe a origem de papeis nacionais – se no plano doméstico ou internacional – afeta, por sua vez, reflexões sobre como

[15] No original: *[...] domestic actors develop expectations with respect to how their state should behave in a particular social setting. These expectations would often, if not always, be informed by how those actors conceive of the identity of their country (ethnic, religious, and so forth).*

papeis mudam e, assim, como a política externa de um país se transforma. A linha tradicional dos estudos, que situa a origem de papeis em características do país, reconhece que papeis são suscetíveis a expectativas e pressões do plano internacional, mas que são mais ou menos estáveis no contexto sociocultural de um país, no qual tomadores de decisão estão inseridos. Espera-se, assim, algum grau de estabilidade, no tempo, em relação à expressão e ao cumprimento de papeis na política externa, ainda que a empiria já tenha demonstrado que papeis podem mudar ao longo de governos. Explicações sobre como concepções de papel nacional mudam no contexto sociocultural do país costumam fugir às pretensões destes estudos. Por outro lado, eles avançam no sentido de apontar que uma política externa muda, em algum grau, quando há uma troca de autoridades de Estado que manifestam concepções de papel nacional diferentes (CANTIR; KAARBO, 2016).

Cantir e Kaarbo (2016) afirmam que a maioria das pesquisas sobre concepções de papel nacional dedica-se a identificar as concepções que autoridades manifestam e a analisar como elas desdobram-se em decisões de política externa, tais como o envio de soldados a uma guerra, votos em organizações multilaterais, a construção de armas nucleares e o grau de ajuda externa a países pobres. Por outro lado, uma minoria de estudos aproxima-se do processo decisório de política externa, com o objetivo de explicar como uma concepção de papel nacional pode ser mantida, contestada ou alterada, ao longo de um governo, através da interação de indivíduos com concepções diferentes, seja dentro de instituições estatais (membros de elites governamentais, burocracias, partidos), seja por pressões oriundas de fora delas (membros de outras elites, opinião pública). O autor e a autora apontam que elites recebem atenção prioritária nos estudos, em relação à opinião pública, pois são reconhecidas tanto como atores influentes nos processos decisórios do Estado, quanto representantes emblemáticos de concepções de papel nacional. Assim,

> como uma chave para fontes ideacionais da política externa, papeis podem ser ferramentas inestimáveis que reconhecem tanto os interesses mais imediatos das elites, quanto mostram as estruturas culturais mais profundas em que operam (CANTIR; KAARBO, 2016, p. 187, tradução nossa[16]).

Nota-se, assim, que a tradição de pesquisas da APE liberal sobre concepções de papel nacional reconhece-as, predominantemente, como estando enraizadas na sociedade e sendo manifestadas por elites. Além disso, as variações de papel mais comuns de um país (aliado, defensor de princípios ou leis, ponte entre civilizações e exemplo a ser seguido em um tema) indicam a potencialidade do conceito para se analisar relações bilaterais e multilaterais.

[16] No original: *As a key to the ideational sources of foreign policy behavior, roles can be invaluable tools that both recognize the more immediate interests of elites and show the deeper cultural structures in which they operate.*

Todavia, os estudos não conectam as preferências de elites por uma concepção de papel nacional a outras preferências que podem ter sobre a forma do Estado do seu país, nem avançam entendimentos sobre como as concepções podem ser constrangidas por estruturas econômicas internacionais (o que não se confunde com a interação conjuntural entre países, que já é levada em consideração). Trata-se aqui de uma limitação própria do interacionismo simbólico, que postula que indivíduos (ou países) constroem coletivamente a realidade sem atentar para o fato de que esta construção social é atravessada por estruturas materiais de poder que constrangem significativamente a capacidade de um indivíduo (ou país) escolher um papel na vida por conta própria ou ter de aceitar papeis que outros lhe atribuem.

Conforme Hudson (2015), balanços recentes da APE produzida em países do Sul revelam uma multiplicidade de métodos de pesquisa e apontam que o conhecimento acumulado pela APE estadunidense não pode ser generalizado sem uma boa dose de pretensão hegemônica e etnocentrismo. A preferência estadunidense por teorias cognitivas e métodos quantitativos não encontrariam paralelo nem na APE da Europa, onde predominam diálogos com teorias de Relações Internacionais que não a liberal e uso do método *process-tracing* (HUDSON, 2016), nem, muito menos, na APE de outros continentes, onde, muitas vezes, as divergências teóricas se aprofundam em epistêmicas, e o método é limitado pela dificuldade de acesso a dados (HUDSON, 2015).

Apesar das diferenças entre Estados Unidos e Europa, Hudson (2016) entende que a APE teria origens atlânticas, uma vez que a disciplina se institucionalizou antes nos Estados Unidos e na Europa do que no Sul. Além disso, para a autora, a diversidade de perspectivas teóricas entre os países permite uma explicação multifatorial da realidade e indica que a disciplina estadunidense deve "mover-se para além de seus limites atuais, em direção a uma teorização da política externa que seja mais abrangente, apropriada e útil", o que "não significa depreciar as raízes da APE, mas sim honrá-las" (HUDSON, 2015, p. 13, tradução nossa[17]). Voltemo-nos, agora, para a APE com raízes latino-americanas, de origem acadêmico-institucional mais tardia devido à diferença de condições materiais para se organizar instituições acadêmicas na periferia, mas não por isso menos importantes de serem cultivadas.

[17] No original: *[...] FPA can move beyond its current limits to a new more encompassing, more appropriate, and more useful wave of theorizing foreign policy and foreign policy decisionmaking. In doing so, we do not deprecate FPA's roots, but rather honor them.*

2.3.2 A vertente da APE crítica na periferia

A falta de ideologia política enquanto variável explicativa na APE liberal é contrastada por uma marcante presença em estudos da América Latina. Um primeiro panorama da APE produzida na região, a partir da segunda metade do século XX, foi feito por Hey (1997), que constatou uma forte influência da teoria da dependência econômica na disciplina. Entretanto, escrevendo nos anos 1990, a autora identifica a falta de entendimentos firmes sobre como a relação centro-periferia traduz-se em orientações de política externa. Múltiplas variáveis explicativas eram apontadas como determinantes, sem que se concluísse quais eram as mais e menos importantes. Hey (1997) atribui isto à metodologia habitual dos trabalhos, baseada em estudos de caso de um país, geralmente feitos qualitativamente e por meio de narrativa histórica, de modo que comparações e tentativas de generalizar argumentos ficavam em segundo plano.

Ainda na avaliação de Hey (1997), variáveis estruturais, mais comumente citadas nos estudos, como a dependência econômica e a assimetria internacional de poder entre países, não conseguiam explicar adequadamente, *per se*, alterações de política externa de um mesmo país no tempo ou entre distintos países com capacidades materiais semelhantes em uma mesma conjuntura. A autora analisa quais variáveis não-estruturais melhor explicavam mudanças nos estudos e conclui que eram, em primeiro lugar, a ideologia do líder, do partido ou do regime, pois assumia-se, nos estudos, que a concentração de poder, comum na arquitetura institucional dos Estados latino-americanos, transforma a troca de governos em um evento de peso; e, em segundo lugar, o nível de atenção que o Norte – especialmente os Estados Unidos – dispende para um país da região, pois reconhecia-se que o aumento ou a diminuição de suas pressões constrange a possibilidade de um governo do Sul escolher um rumo de ação definido por ele próprio.

Apesar do destaque à ideologia do líder, partido ou regime, Hey (1997) afirma que o conceito de ideologia era extremamente subdesenvolvido nos estudos. Em primeiro lugar, o conteúdo da ideologia era resumido a preferências por autonomia ou dependência em relação a grandes potências, sem que se estipulasse com precisão o significado destes termos. Em segundo lugar, a fonte de uma ideologia era atribuída frequentemente a lideranças dotadas de carisma, sem que se considerasse a dimensão social da construção de uma ideologia. Por fim, a autora destaca que o processo decisório era pouco explorado nos trabalhos, por ser comum o reconhecimento de que a concentração de poder nas mãos da liderança tornava as instituições diplomáticas frágeis, exceto no Brasil e no Chile.

Em um diagnóstico mais atualizado sobre a APE na América Latina, Giacalone (2012) verifica que persiste a tendência de se tratar o Estado como um ente unitário, porém constata uma maior sofisticação na conceituação de ideologia. O país que mais avançou entendimentos a este respeito foi o Brasil. Segundo a autora, a partir dos anos 1990, houve uma maior incorporação de teorias construtivistas de Relações Internacionais na APE brasileira, o que teria contribuído para originar estudos focados na competição entre ideologias, concebidas como discursos políticos que se manifestam tanto no Estado quanto na sociedade. Giacalone (2012) destaca trabalhos feitos por: Amado Cervo e Clodoaldo Bueno, que, a despeito de considerarem o Estado como unitário, situam-no no centro de uma disputa entre grupos sociais orientados por conjuntos diferentes de ideias, identidades e interesses, especialmente sobre desenvolvimento econômico, com repercussões para a política externa; Alexandra de Mello e Silva, que, ao contrário dos dois autores, abriu a caixa-preta do Estado ao utilizar noções de processo cognitivo, como percepção, para analisar ideias de tomadores de decisão da política externa brasileira; e Maria Regina Soares de Lima e Monica Hirst, que identificaram uma divergência de estratégias de inserção internacional, entre grupos da elite nacional, pautadas por preferências distintas sobre as relações que o Brasil deveria priorizar e os papeis que deveria assumir no plano internacional, na virada do século XX para o XXI.

No que se refere especificamente à evolução da APE no Brasil, Ramanzini Jr. e Farias (2021) destacam Hélio Jaguaribe como um intelectual que, em meados do século XX, abriu espaço para a disciplina ao apontar a ligação dos regimes político e econômico domésticos à política externa e ao conceber o Estado como relativamente poroso a pressões sociais, de modo que a política externa não seria determinada por estruturas econômicas internacionais, mas sim disputada por grupos mais e menos inclinados à autonomia nacional. Por sua vez, Lima (2013) avalia que análises de política externa começaram a ser feitas detidamente entre o fim dos anos 1970 e início dos 1980, quando ganhou espaço a denúncia de intelectuais contra a insuficiência de teses estruturalistas, como a teoria da dependência econômica e a geopolítica, para a compreensão da inserção internacional do país. Uma série de pesquisas procurou somar variáveis domésticas aos constrangimentos estruturais, apontando, em especial, que a política econômica de um governo tinha grande influência sobre os rumos da política externa. Para além da dimensão das ideias, Lima (2013) destaca que, nos anos 1990, pesquisas também passaram a explorar os constrangimentos e as disputas no processo decisório, com destaque para os trabalhos de Letícia Pinheiro, que evidenciaram a falta de

consenso entre elites diplomáticas, ao contrário do entendimento até então predominante[18]. Salomón e Pinheiro (2013) acrescentam que pesquisas sobre processo decisório tiveram enorme avanço, nos anos 2000, por meio de investigações sobre diferentes ministérios, agências federais e governos estaduais.

Na dimensão das ideias, é possível destacar, ainda, a realização de estudos no Brasil sobre partidos políticos e opinião pública, nas últimas décadas. A respeito dos partidos políticos, Oliveira e Onuki (2010) contestam a ideia de que eles teriam um consenso sobre temas de política externa desde a redemocratização, nos anos 1980[19]. Analisando programas de governo de 14 partidos após o fim da ditadura militar, a autora e o autor verificam que a maioria reproduz ideias canônicas do Itamaraty – apreço por autodeterminação, multilateralismo, desarmamento, pacifismo –, porém identificam uma polarização entre esquerda e direita em alguns temas: partidos de esquerda tenderiam a apoiar cooperações com países do Sul e processos de integração regional, enquanto partidos de direita privilegiariam relações com países do Norte e limitariam a relação regional à cooperação em assuntos econômicos. Burian e Silva (2015) testaram essa polarização no sistema partidário do Uruguai, desta vez analisando o discurso de senadores, e a corroboraram. Conclusões semelhantes foram encontradas por uma série de análises sobre as propostas de partidos apresentadas na eleição presidencial de 2018, feitas por grupos de pesquisa do Instituto de Estudos Sociais e Políticos da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (IESP-UERJ) (PAULA; FERES JR., 2019).

No caso de pesquisas brasileiras sobre opinião pública, destacam-se três conjuntos de levantamentos. O primeiro foi conduzido pelo Núcleo de Pesquisa em Relações Internacionais da Universidade de São Paulo (NUPRI-USP), entre 1997 e 2003[20]. Com base em parte dos dados colhidos sobre opiniões da massa e das elites brasileiras sobre temas variados da política internacional, Holzhacker (2009) aponta a existência de três grupos sociais que se

[18] A interpretação de Cheibub (1985) assumia que o Itamaraty, ao longo da sua história, teria passado por dois momentos de construção institucional – o período patrimonial, de 1822 ao final do século XIX, e o período carismático, durante a chancelaria do Barão do Rio Branco (1902-1912) – até chegar ao período burocrático-racional, em vigor deste então. Neste último, o Itamaraty teria passado a operar com base nos princípios weberianos de meritocracia, estruturação de carreiras e padronização de serviços, assim como ficado sob um insulamento burocrático para blindar a elite diplomática de disputas de interesses externos a ela.

[19] O "consenso de Tancredo" foi um diagnóstico enunciado por Tancredo Neves, quando candidato à presidência da República, em 1984, acerca de uma suposta concordância entre todas as correntes democráticas quanto às direções que o Itamaraty deveria dar à política externa (LOPES, 2011).

[20] As pesquisas, coordenadas por José Augusto Guilhon Albuquerque, foram: "Agendas e estratégias empresariais num contexto de globalização" (1997-98); "As percepções das elites dos países do Cone Sul a respeito da política externa brasileira" (1997-1999); "As percepções da elite e da opinião pública sobre política externa brasileira" (1998-2000); "As estratégias das empresas nacionais e multinacionais no Brasil sobre os processos de integração regional" (2002); e "A ALCA na visão das elites brasileiras" (2003) (HOLZHACKER, 2009).

distinguiam pelas percepções sobre globalização e preferências em política externa[21]. Por sua vez, o segundo conjunto de pesquisas foi elaborado pelo Centro Brasileiro de Relações Internacionais (CEBRI), em 2001 e 2008, a partir de entrevistas com a comunidade brasileira de política externa[22]. Souza (2009) analisa comparativamente os resultados e identifica a existência de três correntes de opinião na comunidade, de tamanho aproximado, que se diferenciam pelas preferências sobre a participação do Brasil em negociações multilaterais e em processos de integração regional[23]. Por último, o terceiro conjunto de pesquisas foi iniciado pelo Instituto de Relações Internacionais da USP (IRI-USP), em 2010 e 2011, envolvendo a comunidade brasileira de política externa e a massa, dividida em público informado e desinformado[24]. Almeida, Onuki e Carneiro (2014) analisam os dados e identificam os temas prioritários da agenda externa brasileira que teriam maior consenso entre a comunidade e a massa informada, a fim de estabelecer o que seria o núcleo duro desta agenda[25].

A partir destes estudos, é possível notar que a APE, no Brasil, tende a reconhecer que disputas de ideias socialmente construídas permeiam os rumos da política externa do país, tanto dentro quanto fora do Estado, incluindo as áreas de diplomacia, academia, partidos e opinião pública. Com isto, ela mantém-se dentro do propósito da APE surgida nos Estados Unidos, que se orienta, desde o seu início, pela detecção dos espaços de agência na realidade, o que apenas pode existir quando se admite que há opções de caminho a adotar e que escolhas

[21] Segundo Holzhacker (2009), as percepções sobre globalização eram as seguintes: a globalização gera maior prosperidade para todos os indivíduos; a globalização gera maior prosperidade, mas de forma desigual entre os indivíduos; e a globalização não gera prosperidade. A autora associa cada grupo de percepção a preferências sobre o papel do Brasil no mundo, a prioridades que a agenda externa deveria ter e à participação do país em processos de integração regional (ALCA e Mercosul).

[22] Conceito criado por Souza (2009, p. 2) para designar o "universo constituído por pessoas que participam do processo decisório e/ou contribuem de maneira relevante para a formação de opinião no tocante às relações internacionais do país".

[23] Segundo Souza (2009), a corrente globalista defende a participação do Brasil em negociações globais e em uma integração regional seletiva, focada em comércio e investimentos; a corrente regionalista também advoga por negociações globais, mas prefere uma integração regional profunda, para além de temas econômicos; e a corrente pós-liberal defende negociações Sul-Sul e uma integração regional profunda. Em 2008, globalistas eram 27% da comunidade; regionalistas, 38%; e pós-liberais, 29%. Um quarto grupo de respostas mostrou um padrão de preferência por negociações Sul-Sul e integração regional seletiva, o que Souza (2009) considera como posições inconciliáveis, resultantes de incoerência nas respostas, de modo que excluiu o segmento da análise.

[24] Este conjunto de pesquisa é parte de um projeto maior, chamado *Las Américas y el mundo*, feito em colaboração de outros centros universitários latino-americanos. A segunda pesquisa deste conjunto foi conduzida pelo Núcleo de Opinião Pública e Política Internacional do Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (CEBRAP), de 2013 a 2017, porém ainda não teve seus resultados divulgados.

[25] Os temas de maior consenso seriam: maior inserção econômica no mundo, por meio do apoio à globalização e ao livre-comércio; maior participação na negociação de assuntos internacionais, inclusive buscando um assento permanente do Conselho de Segurança da ONU; e combate ao crime transnacional, particularmente o narcotráfico. Por sua vez, os temas de menor consenso seriam: protagonismo a ser assumido em conflitos envolvendo Irã ou países da América do Sul; e risco de instabilidade nesta região por conta de governos populistas (ALMEIDA; ONUKI; CARNEIRO, 2014).

precisam ser feitas por tomadores de decisão. Contudo, na APE brasileira, há uma resistência de noções, legadas pela teoria da dependência, sobre a dimensão econômica internacional, como a diferenciação de países em Norte e Sul, e a consequente importância da política econômica de um governo para a conservação ou a transformação da posição de um país na divisão internacional do trabalho, o que a diferencia da teoria liberal e a aproxima do materialismo. Além disso, também distintamente, características individuais de autoridades decisórias são pouco exploradas na APE brasileira, ressaltando uma tendência de se buscar explicações para a política externa em variáveis sociais, em vez de se aderir fortemente ao individualismo metodológico.

Constata-se, ainda, que há formulações teóricas sobre a política externa brasileira feitas com base em preferências de grupos sociais sobre a política econômica que o Estado deve ter, de um lado, e preferências sobre relações e papeis que o Brasil deve assumir na política internacional, de outro. Estas explicações, formuladas respectivamente por Amado Cervo e Maria Regina Soares de Lima, separadamente, aparecem desconectadas entre si, sem convergirem em um conceito de ideologia que abrigue todas estas preferências em um conjunto de ideias articuladas. Além disso, nem o autor nem a autora sistematizam entendimentos sobre o perfil dos grupos sociais que representariam, emblematicamente, tais preferências. Mais adiante nesta tese, faremos exames aprofundados sobre as explicações de Cervo e Lima, que são parte de modelos interpretativos maiores que ambos criaram sobre a história da política externa brasileira, e tentaremos conectá-los ao modelo de Christian Lynch sobre o pensamento político brasileiro, nos quais a caracterização das elites políticas nacionais e suas preferências ideológicas é avançada. Este esforço permitirá aproximar a APE brasileira de um propósito que aparece na linha de pesquisa sobre concepções de papel nacional da APE liberal, ainda que bastante distante do interacionismo simbólico: situar a origem de ideias sobre a política externa brasileira em uma variável estrutural do Brasil, qual seja, sua cultura política. Ao precisar um conceito de ideologia e evidenciar a importância da dimensão cultural, esperamos dar contornos mais sólidos a uma APE crítica cujas raízes já se encontram plantadas.

Antes de passarmos a isto, cumpre fazer um registro sobre a dimensão do processo decisório na APE brasileira, menos avançada do que na APE cêntrica, mas igualmente importante para dar um sentido prático à informação. O estudo da dimensão das ideias, ao reforçar as disputas que permeiam uma sociedade, pode servir como subsídio para reivindicações de que estas precisam encontrar espaços deliberativos em instituições sediadas no Estado para serem resolvidas em processos devidamente formais. Tais demandas,

expressas por intelectuais do Norte, também o são no Sul. A redemocratização brasileira pós-1985 abriu margem para um questionamento crescente sobre processos de insulamento burocrático no Estado brasileiro, dos quais o Itamaraty foi um dos principais exemplos, com começo na ditadura varguista e reforço na ditadura militar. Justificava-se que tal insulamento teria o objetivo de blindar a elite diplomática de práticas de corrupção e clientelismo que seriam típicas da elite política. Todavia, na prática, o insulamento burocrático levou a uma privatização do aparelho estatal, pois órgãos insulados contam com ampla autonomia decisória e pouca transparência (LOUREIRO; OLIVIERI; MARTES, 2010).

Receios da captura do Estado brasileiro por elites econômicas aumentaram com a implementação de políticas econômicas neoliberais, no pós-Guerra Fria. Nesta conjuntura, Lima (2000; 2013) afirma a premência de se conceber a política externa como uma política pública, eliminar crenças da sua excepcionalidade diante de outras políticas governamentais e submetê-la a todos os procedimentos de regulação legislativa e controle popular que são próprios de contextos democráticos. Por sua vez, Milani e Pinheiro (2013) reivindicam uma maior democratização do processo decisório, a fim de intensificar o debate de ideias, valores e interesses entre atores sociais distintos.

Nas últimas décadas, o Itamaraty efetivamente demonstrou maior abertura ao diálogo com outras burocracias (MILANI; PINHEIRO, 2013) e com a sociedade (LOPES, 2011). Contudo, a institucionalização de um processo decisório mais participativo não ocorreu. Esta carência, por sua vez, alimenta uma tensão social devido ao aumento da politização sobre política externa nas últimas décadas. Este fenômeno é definido por Lima e Duarte (2013) de dois modos: maior evidência de componentes partidários nas decisões tomadas pelo governo e/ou surgimento de *constituencies* formadas por grupos afetados direta ou indiretamente pela abertura econômica do país nos anos 1990. Na falta de espaços permanentes, transparentes e participativos de diálogo, a autora e o autor entendem que a legitimidade da política externa passa a ser contestada com maior frequência por uma sociedade que a percebeu como um campo de disputas em uma democracia.

Ainda que nosso esforço, nesta tese, restrinja-se a distinguir como grupos da elite política brasileira pensam a política externa, deve-se ter sempre em mente que o efeito prático da diferença entre eles está na ligação das suas crenças a formas distintas de se organizar o Estado brasileiro. Como veremos adiante no modelo de Lynch, qualquer que seja o grupo no comando do Estado, as instituições deste serão moldadas, em alguma medida, para implantar os regimes econômicos e político da sua preferência. Compreender as ideologias da elite

política pode servir, assim, como um meio de se conceber opções na relação institucional entre Estado e sociedade, inclusive em matéria de política externa.

Esta disposição, entretanto, não se confunde com os entendimentos da APE liberal de que as instituições do Estado são meras arenas de resolução de conflitos entre indivíduos autointeressados. Do ponto de vista normativo, isto sugere uma interpretação pluralista do processo decisório e uma neutralização da dimensão conflitiva entre ideologias socialmente construídas que embasam interesses. Na nossa concepção, *a APE crítica deve estudar a influência de ideologias políticas na agência de indivíduos ou grupos envolvidos no processo decisório do Estado, sendo ideologia um conjunto de ideias coletivas e de longo prazo que fornecem orientações para as relações entre classes sociais, no plano doméstico, e entre Estados, no plano internacional*.

Por um lado, o estudo da dimensão das ideias na APE crítica deve focar nas divergências ideológicas que existem na sociedade, conectando preferências de política externa a concepções de justiça substantiva (relacionada à configuração da infraestrutura econômica). Por outro lado, o estudo do processo decisório na APE crítica deve atentar para o processo de interação Estado-sociedade, avançando discussões sobre justiça processual (relacionada à configuração da superestrutura política). Para além da política externa, ambos os tipos de estudo contribuiriam para o conhecimento de elementos que afetam a balança entre hegemonia e contra-hegemonia ideológica no Brasil, ao longo de sua história e em uma dada conjuntura.

Entretanto, não é possível avançarmos uma APE crítica brasileira sem antes cavar mais fundo nas suas raízes e examinar a teoria crítica brasileira sobre importação de ideias, que deu origem a um entendimento próprio sobre ideias socialmente construídas em um país periférico, inclusive ideologias políticas, mas que se manteve estranhamente marginal nos estudos de Relações Internacionais até hoje. Bernal-Meza (2016) entende que a contribuição do pensamento latino-americano às Relações Internacionais se resumiria a conceitos elaborados por intelectuais locais (sendo Cervo a liderança destacada), que, embora originais e desafiantes da hegemonia cêntrica, não chegariam a constituir uma teoria. Por sua vez, Silva (2005) aponta que a teoria crítica das Relações Internacionais corresponderia a aprimoramentos das ideias da Escola de Frankfurt feitos, sobretudo, por intelectuais gramscianos do Norte, como Robert Cox, Stephen Gill e Andrew Linklater.

Posições como estas, amplamente repetidas em manuais de Teoria das Relações Internacionais, não reconhecem a existência de uma teoria crítica latino-americana, especificamente brasileira, dada a tendência de se ver a produção intelectual periférica apenas

nos termos de pensamento, em vez de teoria. Isto abre espaço, por conseguinte, a pretensões de originalidade, como se teorias pós-coloniais ou decoloniais tivessem surgido apenas após as independências afro-asiáticas. Por exemplo, Acharya (2004) postula que hoje, em países que foram colonizados, autoridades políticas adaptariam as normas que grandes potências difundem no plano internacional ao seu plano doméstico, nem aceitando-as nem rejeitando-as completamente, mas sim buscando uma congruência entre elas e as crenças, identidades e instituições locais. O autor indiano desconhece que isto é, precisamente, o programa teórico desenvolvido há mais de um século pelo Brasil sobre a relação entre importação de ideias e (anti)colonialismo cultural, a partir da contribuição do pensamento de diferentes intelectuais. O capítulo a seguir apresenta a gênese desta reflexão.

3 GENEALOGIA DE UMA TEORIA CRÍTICA BRASILEIRA SOBRE IMPORTAÇÃO DE IDEIAS NA PERIFERIA (I): DO PARASITISMO ECONÔMICO-CULTURAL À DISPUTA ENTRE COALIZÕES SOCIOPOLÍTICAS

Quando dirigia o Instituto para Pesquisa Social de Frankfurt, nos anos 1930, Max Horkheimer (1989[1937]) formulou os conceitos de teoria tradicional e teoria crítica – ou pensamento tradicional e pensamento crítico – para diferenciar duas orientações intelectuais de se fazer ciência. Intelectuais que se guiam por teorias tradicionais analisariam o indivíduo desenraizado do seu contexto social, almejariam explicações universais-atemporais sobre a agência individual e não assumiriam que teorias são permeadas, em alguma medida, por valores éticos e interesses políticos. Por sua vez, intelectuais que adotam teorias críticas conceberiam um indivíduo com base no meio histórico-social em que vive, marcado pela estrutura de classes; atualizariam teorias à luz da história, sem nunca pretender que estejam finalizadas; e contribuiriam conscientemente para a mudança histórica, ao entender que o campo acadêmico é conformado por disputas éticas e políticas, nas quais cumpre engajar-se.

Segundo Nobre (2004), os objetivos explícitos e implícitos de Horkheimer com esta distinção conceitual eram múltiplos: demarcar uma diferença entre o marxismo e o positivismo enquanto epistemologias, sendo o segundo o grande berço das teorias tradicionais que haviam ganhado espaço na academia europeia do século XIX e, com isso, contribuído para legitimar a ordem capitalista; desafiar a interpretação soviética de marxismo, considerada desviada por ter levado a um Estado autoritário; e postular que o marxismo autêntico deveria ir além da obra de Marx, alimentar-se de diversas disciplinas que não existiam à sua época para pensar a evolução histórica-social que lhe foi posterior (o que chamava de *materialismo interdisciplinar*) e, com isso, ganhar poder explicativo sobre novidades, tais como um Estado capitalista que intervinha no mercado, um proletariado que enriquecia parcialmente com a expansão da classe média, e uma indústria cultural capitalista que era capaz de gerar resignação ao Estado autoritário nazista via entretenimento da massa. A grande meta do pensamento crítico seria, em síntese, buscar a renovação constante da práxis marxista, isto é, o ajuste da teoria a partir de acontecimentos na realidade, em cada contexto espaço-temporal, para que, assim, setores progressistas pudessem agir melhor informados para transformar suas respectivas sociedades.

Todavia, nos anos 1940, Horkheimer e Theodor Adorno (1985[1947]) adotaram um tom pessimista em relação às possibilidades de se fazer teoria crítica. O advento de formas de Estado que provinham bem-estar material e criavam o que chamaram de “mundo

administrado", seja no capitalismo dos países avançados, seja no socialismo soviético, se, por um lado positivo, superava o egoísmo e a desigualdade econômica do livre mercado, por um lado negativo, impedia a emancipação genuína do ser humano. Tal emancipação ocorreria apenas, na concepção dos autores, quando o indivíduo recusa o papel de espectador passivo de uma ordem construída para ele para tornar-se um agente criador dela. Contudo, a criatividade individual estaria ameaçada pela racionalidade técnica daqueles dois tipos de sociedade, incitada pela burocracia estatal, pelas instituições de ensino e pelos meios de comunicação de massa. A racionalidade técnica estimularia cálculos utilitários nos indivíduos para manter o mundo administrado, padronizaria as mentalidades para evitar riscos de instabilidade da ordem, cercearia a imaginação teórica e, como consequência, deixaria o caminho sempre aberto para a naturalização do autoritarismo político. Em suma, a busca por mundos plenamente administrados geraria um tolhimento da capacidade de um indivíduo contestar, por conta própria, sua ordem social e propor alternativas a ela. Propostas para superar esta situação seriam feitas, na teoria e na prática, apenas três décadas mais tarde, por Jürgen Habermas, sucessor dos dois autores na liderança da Escola de Frankfurt[26].

Entrementes, nos anos 1950, outras noções sobre os entraves à produção da teoria crítica ganharam força na periferia do capitalismo internacional. Bringel e Brasil Jr. (2018) apontam que a institucionalização das ciências sociais no Brasil, a partir dos anos 1950, passou a dar sistematicidade à teoria crítica enquanto um campo de pesquisa, caracterizado pela "interpretação orientada em direção à transformação social, o repúdio ao colonialismo intelectual e o compromisso social e político", em um contexto nacional marcado por industrialização, urbanização e lutas democráticas (BRINGEL; BRASIL JR., 2018, p. 12). Estes autores ressaltam que traçar uma genealogia da teoria crítica no país a partir daí não significa que não tenha havido, antes, textos críticos à realidade do país, abordando temas como abolicionismo, nacionalismo, estatismo, trabalhismo, socialismo, comunismo,

[26] Em *Teoria da ação comunicativa*, livro de 1981, Habermas tentou superar o pessimismo de Horkheimer e Adorno sobre a estagnação da dialética do esclarecimento nos países de acumulação avançada ao aproximar, entre outras referências, o marxismo de estudos sobre comunicação posteriores a Marx. Segundo Pinto (1995), Habermas conceituou, *grosso modo*, que a razão, na modernidade, ancora-se na existência de três mundos – subjetivo, social e objetivo – e que, mesmo que o capitalismo e o socialismo soviético estimulassem uma racionalidade instrumental a todo custo no mundo subjetivo, ao exacerbarem a mercantilização e a burocratização no mundo social, respectivamente, ainda assim os indivíduos manteriam o potencial de uma racionalidade comunicativa no mundo subjetivo. Esta racionalidade comunicativa seria fruto do aprendizado da linguagem e guardaria sempre a possibilidade de gerar contestações ao mundo social a partir do contato entre *eu* e *outro*. Logo, a comunicação deveria ser potencializada no mundo social, sobretudo via mecanismos de política participativa, a fim de se contrariar a tendência do mundo administrado de substituir a comunicação entre indivíduos pela automatização técnica.

anarquismo. Porém, estes entendimentos ainda não tinham organização e acumulação de fôlego.

Ainda conforme Bringel e Brasil Jr. (2018), a teoria crítica no Brasil caracteriza-se, desde aqueles meados do século XX, por examinar os processos de estruturação e transformação da sociedade a partir da compreensão de que ela é culturalmente distinta às dos centros hegemônicos do pensamento ocidental, por ter tido uma origem colonial. Este ponto de partida da sociedade brasileira moderna foi interpretado como sendo um estimulador de dependência cultural, ou, em outros termos, um constrangedor da autonomia intelectual dos indivíduos brasileiros em relação aos indivíduos dos centros. A partir desta interpretação, intelectuais críticos(as) lançaram-se em um esforço de compreender a relação entre estrutura e agência para a reprodução e eventual superação da dependência cultural. Este esforço seguiu sendo marcado pelo pluralismo das orientações políticas pré-1950, o que conferiu ao campo crítico brasileiro uma orientação antidogmática e lhe permitiu criar premissas epistemológicas originais, suscetíveis de serem aplicadas na análise de outras sociedades, especialmente periféricas (BRINGEL; BRASIL JR., 2018).

Neste capítulo, nosso objetivo é começar a expor uma breve genealogia, formulada por nós, da teoria crítica brasileira sobre importação de ideias, com o objetivo de delinear uma evolução dos principais entendimentos teóricos de viés progressista sobre autonomia e dependência cultural, que completaremos nos dois capítulos seguintes. Um dos nossos objetivos, nesta tese, é destacar a ausência, na disciplina de Análise de Política Externa (APE), de modelos extraídos da teoria crítica brasileira que situem, com centralidade, as dinâmicas de autonomia e dependência cultural no exame da agência de autoridades de Estado ao formularem a política externa. Outro objetivo é propor um modelo deste tipo, a partir de entendimentos de Christian Lynch sobre o Estado brasileiro e de Maria Regina Soares de Lima sobre a política externa nacional. Entretanto, as obras deste autor e desta autora proporcionam acréscimos relativamente recentes à teoria crítica brasileira sobre importação de ideias. Por isso, antes de passarmos às suas reflexões, convém expormos os fundamentos da acumulação teórica da qual são tributárias, ainda que este capítulo seja, em última análise, acessório para os fins de nossa tese.

Justifica-se tal esforço na medida em que se, por um lado, debates sobre dependência econômica já têm força no campo de estudos das Relações Internacionais brasileiras, por outro, referências ao debate sobre dependência cultural ainda são relativamente escassas. Cumpre mudá-lo, a fim de que perspectivas que, por vezes, ainda adotam um economicismo exagerado em explicações sobre a inserção internacional brasileira, tendentes a reduzir tudo à

posição do país na infraestrutura internacional da divisão do trabalho, sejam moderadas por reflexões sobre as opções de ação internacional que um(a) formulador(a) da política externa pode ter sobre a superestrutura política-cultural internacional. Este imperativo é ainda maior para a disciplina de APE, que busca entender a conexão entre dinâmicas internacionais e domésticas na agência de indivíduos.

O postulado marxista de se compreender a interação entre infraestrutura econômica e superestrutura política-cultural é sempre atual para se apreender dinâmicas sociais na sua totalidade, seja no âmbito doméstico, seja no internacional, e suas repercussões em ações individuais. Diferentemente dos entendimentos de Horkheimer e Adorno sobre os constrangimentos domésticos à criatividade dos indivíduos no século XX, para a teoria crítica brasileira, a circulação de ideias na superestrutura internacional é a problemática central. Assume-se que tal circulação é permeada por uma relação assimétrica de poder material entre os países, o que dá possibilidades distintas a indivíduos do centro e da periferia de impor e recusar ideias entre si, seja sobre as sociedades em que vivem, seja sobre a organização da vida econômica, política e cultural internacional. Em última análise, utilizando os termos de Horkheimer e Adorno, a dialética do esclarecimento – isto é, a capacidade de um indivíduo usar a própria razão para questionar racionalidades impostas em um mundo administrado por uma minoria – teria uma dimensão internacional a ser enfrentada para indivíduos da periferia, que não existe para indivíduos do centro.

Dada a maior familiaridade do debate sobre dependência econômica, é útil que nos voltemos brevemente a ele antes de expor uma genealogia sobre os entendimentos de dependência cultural, a fim de tornarmos claro o espaço de complementaridade entre as duas perspectivas. Foi no debate econômico que o próprio conceito de dependência surgiu, em meados do século XX, por obra de intelectuais latino-americanos insatisfeitos com as consequências concretas das teorias econômicas formuladas em países centrais. Assim, na primeira seção deste capítulo, expomos, resumidamente, as fases desta reflexão teórica, conforme sintetizadas didaticamente por Luiz Carlos Bresser-Pereira, que explica como um estruturalismo economicista sobre a relação centro-periferia, dominante nos anos 1950 e 1960, foi revisado, a partir do final dos anos 1970, para comportar a agência humana, ao admitir a existência de disputas entre coalizões sociopolíticas, não resumidas a uma luta de classes rigida, em torno da conservação ou da alteração da posição do Brasil na divisão internacional do trabalho.

Contudo, não foi a intenção de Bresser-Pereira situar este revisionismo dentro de um contexto maior da teoria crítica sobre importação de ideias, que nasceu antes do debate sobre

dependência econômica de meados do século XX e, também, antes da institucionalização acadêmica das ciências sociais no país, nos anos 1950. Sem um resgaste de dois pensadores brasileiros do início do século XX, não é possível apreender adequadamente como um estruturalismo economicista, na segunda metade do século XX, deu lugar a reflexões sobre agência nos rumos da dependência. O que houve, a partir dos anos 1970, não foi uma inovação pós-economicista, mas sim a retomada de uma linha de raciocínio surgida nos anos 1900.

A teoria crítica brasileira sobre importação de ideias é uma reflexão materialista e interdisciplinar por excelência, podendo ser construída com aportes de intelectuais vinculados a virtualmente qualquer área de conhecimento, desde que orientados pelo apreço à conquista de maiores níveis de liberdade econômica, política e cultural para a maioria da população. Em nossa proposta de genealogia, não pretendemos esgotar todas as contribuições feitas a ela, nem tampouco analisar exaustivamente a obra dos intelectuais selecionados. Nossa intenção foi destacar, via resenhas breves, trabalhos representativos de autoridades paradigmáticas de disciplinas variadas, publicados em décadas distintas, que não apenas apontaram a importância da interação entre agência e estrutura na explicação da sociedade brasileira, mas que também avançaram teorizações especificamente sobre o papel da agência, indo da iniciativa individual para a ação coletiva ao longo do tempo.

Situamos o início da nossa genealogia na intepretação sobre a formação do Brasil elaborada por Manoel Bomfim, em 1905, que lança o fio condutor fundamental da reflexão: a importação de ideias que países pobres fazem de países ricos. De modo original, Bomfim combina entendimentos teóricos do marxismo e da sociologia de Gabriel Tarde para defender que o principal obstáculo do Brasil – assim como de seus vizinhos latino-americanos – para construir poder material, em relação aos países ricos, estaria no fato de que ideias formuladas por estes seriam copiadas pela elite política e intelectual local, que tentaria reproduzi-las sem fazer uma adaptação às necessidades da realidade local e, por isto, falharia em remediar problemas nacionais. Entretanto, este comportamento, largamente orientado por visões racistas, seria modificável. Um jovem Bomfim, de 1905, postulava a combinação necessária de educação pública-popular, vontade e ação dos indivíduos. Por sua vez, um velho Bomfim, de 1930, incluiria a superação do capitalismo como sendo uma medida necessária. Estas duas faces de Bomfim, uma capitalista e outra anticapitalista, porém ambas de caráter reformista, seguiram coexistindo na teoria crítica brasileira de cunho progressista. A seção por nós dedicada a este intérprete do Brasil é maior do que as demais, dada a importância fundadora que lhe atribuímos e a amplitude do seu pensamento.

Na sequência, ora mais sucintamente, passamos à reflexão sobre arte fomentada por Oswald de Andrade, nos anos 1920, que teve em Bomfim uma de suas inspirações. Ainda que fora dos marcos acadêmico-institucionais, entendemos que a provocação do movimento modernista da Antropofagia, da qual Andrade foi porta-voz, é incontornável na história da teoria crítica brasileira por destacar a importação de ideias como um fenômeno social de primeira ordem, associá-la a uma sociedade racista de baixo desenvolvimento técnico e reiterar a dualidade nas formas possíveis de artistas fazerem a cópia ou a adaptação de ideias estrangeiras, conforme sejam suas escolhas individuais.

Esta dicotomia entre cópia e adaptação, bem como a atribuição de responsabilidade aos indivíduos, estabelecer-se-ia no cerne da teoria crítica brasileira sobre importação de ideias a partir dos anos 1950, após um ínterim de interpretações dominantes sobre a cultura brasileira, nos anos 1930 e 1940, marcadas por essencialismos, como feito por Sérgio Buarque de Holanda[27]; determinismo econômico, como formulado por Caio Prado Jr.[28]; ou defesa do autoritarismo político, como advogado por Oliveira Viana[29]. Posições essencialistas, deterministas ou autoritárias não podem ser confundidas com as noções elementares do pensamento crítico – do Norte ou do Sul – de que a cultura está em disputa

[27] Holanda (1995[1937]) manifesta, em *Raízes do Brasil*, um pensamento conservador, permeado por um saudosismo do Brasil imperial. O autor compreende que todo indivíduo brasileiro teria uma "alma" formada pelo que chama de cultura da personalidade ou personalismo, herdada de Portugal, que consistiria na valorização da autonomia de um homem em relação aos seus semelhantes e causaria consequências como paternalismo e patrimonialismo (dificuldade de aceitar entes impessoais e abstratos que tolheriam a autonomia individual, como o Estado republicano), apego a raízes rurais (dada uma aversão de se depender da produção de bens industriais por outros indivíduos) e uma suposta ausência de racismo no Brasil (o prestígio da autonomia individual levaria a uma tolerância com a ascensão social obtida com esforço próprio). Tentativas de se implantar ideologias modernas estrangeiras, como liberalismo estadunidense ("americanismo"), fascismo ou comunismo, não funcionariam como formas para acomodar o "espírito" ibérico-brasileiro, "um mundo de essências mais íntimas que [...] permanecerá sempre intato, irredutível e desdenhoso das invenções humanas" (HOLANDA, 1995[1937], p. 188). Noções essencialistas de "ser brasileiro" como estas apagam a existência de caminhos em disputa na cultura nacional.

[28] Prado Jr. (1981[1945]), pioneiro no pensamento marxista brasileiro, assume que inovações na infraestrutura econômica da sociedade impõem, como epifenômeno, características irreversíveis à superestrutura, inescapáveis a qualquer indivíduo. Em *História econômica do Brasil*, afirma, por exemplo, que a expansão das forças produtivas e da acumulação material que se seguiu ao aumento da exportação de café, no final do Império, teria transformado, de forma "brusca e completa", mentalidades monarquistas-escravistas em liberais, em ambas as classes sociais, causando o advento da República (PRADO JR., 1981[1945], p. 235-236). No que toca o racismo, adota um essencialismo grosseiro ao considerar que o predomínio de mão-de-obra escrava havia retraído o processo industrial no período imperial, dada a sua "ineficiência para os serviços mais delicados e complexos de manufaturas, [...] [pois] o escravo brasileiro era em regra o africano boçal recrutado entre as nações de mais baixo nível cultural do continente negro" (PRADO JR., 1981[1945], p. 196-197).

[29] Viana (1999[1949]), intelectual orgânico do Estado Novo varguista, foi representante autodeclarado de um pensamento autoritário. Em *Instituições políticas brasileiras*, parte do diagnóstico de que a cultura brasileira é iliberal, baseada em clãs familiares, e reivindica a sua superação por meio da ação de um Estado que pare de importar liberalismo estrangeiro (britânico, na constituição imperial de 1824, e estadunidense, na constituição republicana de 1891, o que designava como "idealismo utópico") e promova atualizações na cultura do "povo-massa" brasileiro por iniciativa própria em direção à solidariedade dos indivíduos ("idealismo realista"), usando a força se necessário, ao mesmo tempo em que repudia o comunismo russo. Uma das atualizações que defende é a deglutição de "manchas" da cultura negra pela cultura ariana (VIANA, 1999[1949], p. 437).

constante pelos indivíduos e de que o futuro deve reservar-lhes maior liberdade em face de autoridades dogmáticas.

Após o fim da ditadura varguista e o advento da reflexão sobre dependência econômica, ganharam desenvolvimento as premissas autenticamente críticas, anteriormente expressas por Bomfim e Andrade, de que, ao se tratar do fenômeno da importação de ideias, deve-se admitir que: 1) ações (culturais, políticas, econômicas) dependem, em parte, de escolhas individuais; 2) estas escolhas não devem ser coibidas por um autoritarismo de Estado; e 3) o racismo deve ser enfrentado porque estimula importações de ideias por cópia (o que resulta em dependência) em vez de adaptação (o que leva à autonomia). Tanto nacionalistas progressistas quanto marxistas inclinados a um socialismo democrático continuaram contribuindo neste sentido.

Cabe pontuar que, do ponto de vista periférico, a pertinência de a teoria crítica incluir visões nacionalistas dá-se pelo fato, explicado por Lênin em *Sobre o Direito das Nações à Autodeterminação* (1977[1914]), de que a formação de um Estado nacional independente de coletividades estrangeiras é um primeiro passo para o proletariado ganhar consciência de defesa contra o capitalismo internacional, ainda que, para tanto, precise apoiar tacitamente a burguesia nacional em alguns momentos, com vistas a desenvolver instituições democrático-burguesas em substituição às instituições coloniais, porém sem deixar de pressionar por um aumento da participação das massas na política e, simultaneamente, buscar interlocução com o proletariado de outros países.

Continuamos nossa genealogia com Alberto Guerreiro Ramos, que, nos anos 1950, já informado pela reflexão latino-americana sobre dependência econômica, analisa a produção das ciências sociais brasileiras, particularmente a sociologia, e postula que a dicotomia entre cópia e adaptação de ideias estrangeiras – que renomeia como transplante literal e redução – também se aplicam às possibilidades de agência de cientistas. Nos anos 1960, Paulo Freire inspira-se abertamente em Guerreiro e, pensando a pedagogia, não apenas aponta como a importação de ideias impacta a formação de toda a população, para além de elites políticas, artísticas e intelectuais, como também ressignifica dependência e desenvolvimento econômico nos termos culturais. Em seguida, entre os anos 1960 e 1970, Antonio Candido, pensando a literatura a partir da noção de dependência cultural, formula uma distinção entre importação de *conteúdo* e *forma* de escrita literária para explicar a conservação da dependência a partir da reprodução da racionalidade técnica. Por sua vez, Celso Furtado leva o debate sobre dependência cultural e a diferença entre conteúdo e forma para a reflexão da economia, entre os anos 1970 e 1980: conceitua formas distintas de se importar valores e técnicas industriais e

dá os primeiros passos na conceitualização de uma disputa entre coalizões sociopolíticas pelo controle do Estado. Em seguida, Milton Santos, a partir da geografia, avança ideias sobre importação da racionalidade técnica e coalizões sociopolíticas, nos anos 1990 e 2000, para pensar a organização do espaço brasileiro e a ação política nele. Finalmente, nos anos 2010, Maria Rita Kehl ecoa os entendimentos acumulados pela tradição para refletir, a partir da psicanálise, como a formação da psicologia social brasileira é atravessada por uma concorrência entre o que chama de dispositivos bovaristas e antibovaristas, espécie de aparelhos ideológicos a favor e contra a importação de ideias via cópia, cujas reproduções envolveriam a ação de indivíduos tanto do Estado quanto da sociedade. Na última seção do capítulo, formulados considerações gerais sobre a reflexão apresentada e suas lacunas sobre as políticas doméstica e externa.

3.1 **Origem e decadência das interpretações economicistas sobre dependência**

Bresser-Pereira (2010) distingue duas interpretações sobre dependência econômica que geralmente são tratadas como sinônimos, mas que guardam concepções distintas sobre a interação entre estrutura e agência nas dinâmicas sociais: uma é a teoria cepalina-isebiana, elaborada a partir dos anos 1940, e outra é a teoria da dependência propriamente dita, nascida nos anos 1960. Em comum, ambas partem de uma postura crítica à teoria da modernização desenvolvida nos Estados Unidos em meados do século XX, que postulava um desenvolvimento etapista e linear para as sociedades de todo o mundo. Em vez disso, as duas teorias apreendem o mundo a partir da divisão internacional do trabalho, que estruturaria o meio histórico-social da América Latina de modo diferente aos meios europeu e estadunidense. Porém, as duas teorias divergem na importância que atribuem à dimensão cultural para explicar como esta estrutura internacional se reproduz: nenhuma importância, no caso da teoria cepalino-isebiana, e grande importância, no caso da teoria da dependência, mas, neste caso, atribuindo um determinismo econômico às consciências de classe.

Segundo Bresser-Pereira (2010), a teoria cepalina-isebiana foi elaborada por intelectuais que integravam tanto a Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL), criada em 1948 pela Organização das Nações Unidas (ONU), quanto o Instituto de Estudos Superiores Brasileiros (ISEB), surgido em 1955 e vinculado ao Ministério da Educação

brasileiro. Estes intelectuais[30] refletiam sobre o contexto latino-americano em uma conjuntura de debilidade do liberalismo econômico, dadas a Grande Depressão dos anos 1930 e o pós-Segunda Guerra Mundial, eventos que demandavam investimento estatal para serem superados. Em síntese, a teoria cepalina-iseabiana entende o subdesenvolvimento como um fenômeno de países exportadores de bens primários, incapazes de atingirem, em razão disto, o mesmo nível de desenvolvimento de países que exportam manufaturas[31]; classifica estes polos, respectivamente, como periferia e centro da divisão internacional do trabalho; e recomenda a industrialização da periferia como meio de superar o subdesenvolvimento, o que dependeria, em parte, do apoio de uma burguesia nacionalista a uma política induzida pelo Estado (BRESSER-PEREIRA, 2010). Em suma, a teoria cepalino-iseabiana aponta que a condição periférica de um país é um efeito da estrutura da divisão internacional do trabalho, o qual pode ser revertido por meio de políticas econômicas, para o que pouco importa a dimensão cultural do país.

Por sua vez, ainda conforme Bresser-Pereira (2010), a teoria da dependência foi desenvolvida nos anos 1960, no contexto de proliferação de ditaduras militares na América Latina. Estes regimes receberam franco apoio das burguesias domésticas, inclusive industriais, o que levou os intelectuais desta corrente[32], muitos deles vinculados à Universidade de São Paulo (USP), a distanciar-se da teoria cepalina-isebiana. A teoria da dependência assume uma impossibilidade de a burguesia periférica adotar uma mentalidade nacionalista; estipula que esta aceita uma posição subalterna às ordens da elite cêntrica; conclui que o capitalismo periférico sempre se associa de modo dependente ao capitalismo central (ou, em outros termos, que o capitalismo internacional exige a existência de economias desenvolvidas e subdesenvolvidas, que funcionam como um par desigual e combinado); e, no que se refere a prescrições sobre o futuro, seus intelectuais dividem-se em aceitar a manutenção do *status quo* associado ou reivindicar a sua superação através de uma revolução socialista (BRESSER-PEREIRA, 2010). Na teoria da dependência, a dimensão da

[30] Bresser-Pereira (2010) destaca os seguintes nomes: da CEPAL, Raúl Prebisch, Celso Furtado, Aníbal Pinto, Oswaldo Sunkel e Maria da Conceição Tavares; e do ISEB, Álvaro Vieira Pinto, Roland Corbisier, Michel Debrun, Alberto Guerreiro Ramos, Ignácio Rangel, Nelson Werneck Sodré, Hélio Jaguaribe e Cândido Mendes.

[31] Em linhas gerais, aponta-se que a exportação de produtos primários e a importação de manufaturas gera um déficit comercial aos países periféricos, que precisam se endividar para cobri-lo com empréstimos dos países centrais. Com o fim das colonizações e o início da modernização de técnicas agrícolas na periferia, a oferta de produtos primários e a demanda por manufaturas cresciam no mercado mundial, em meados do século XX, deteriorando os termos de troca em favor das manufaturas, menos abundantes. Isto, por sua vez, agravava o déficit comercial e a necessidade de mais empréstimos da periferia, em um ciclo vicioso de dependência econômica.

[32] Bresser-Pereira (2010) destaca os nomes de Florestan Fernandes, Fernando Henrique Cardoso, Enzo Faletto, Ruy Mauro Marini, Theotônio dos Santos e André Gunder Frank.

cultura aparece, portanto, subordinada à estrutura econômica internacional na explicação da condição periférica de um país, pois se concebe que a mentalidade de toda a burguesia assume apenas uma mesma forma, no sentido de manter inalterada esta condição.

Uma vez delineadas estas duas correntes, Bresser-Pereira (2010) defende que surgiu uma síntese entre elas, que chama de teoria nacional-dependente e na qual inclui a si mesmo. Situa sua origem ainda na segunda metade do século XX, a partir de análises de Celso Furtado e Oswaldo Sunkel, que, uma vez lideranças na criação da teoria cepalina-isebiana, fizeram uma autocrítica e aceitaram o postulado da teoria da dependência de que as elites latino-americanas teriam um caráter dependente em relação às elites cêntricas. Porém, Furtado e Sunkel rejeitaram tanto a uniformidade atribuída à mentalidade da elite, quanto as opções de futuro concebidas, que descartaram a possibilidade de um reformismo do capitalismo dependente. Esta nova perspectiva "reconhece que as elites locais tendem a ser alienadas e cosmopolitas, mas enfatiza a contradição entre os interesses objetivos dos países ricos e os interesses dos países de renda média como o Brasil" (BRESSER-PEREIRA, 2010, p. 38).

Nos países de renda média, a teoria nacional-dependente concebe a classe capitalista como sendo heterogênea e ambivalente, pois, como evidenciado pela história, suas frações podem formar diferentes coalizões sociopolíticas que disputam o controle do Estado entre si[33]. Além disso, a composição destas coalizões é variável no tempo, pois elas podem incluir, em maior ou menor grau, a participação de elites estrangeiras e de frações da classe trabalhadora. Reconhece-se que esta disputa, por sua vez, é constrangida pela conjuntura internacional, como crises e guerras no centro, que podem afastar a atenção da elite cêntrica em relação à política periférica, ou ameaças revolucionárias, que, ao contrário, induzem a solidariedade internacional entre capitalistas contra a periferia (BRESSER-PEREIRA, 2010). Assim, a teoria nacional-dependente, ao destacar que a agência de grupos sociais é pautada por mentalidades que podem ser distintas, abre espaço para explicações da condição periférica de um país com base em disputas na dimensão cultural, assim como eventos internacionais.

Contudo, Bresser-Pereira (2010) é impreciso sobre o conteúdo das ideias que estariam em disputa entre as coalizões sociopolíticas. O autor dá a entender que se trata ora de uma oposição entre programas econômicos liberais e industrializantes, ora de um contraste entre programas políticos autoritários e democráticos, ora entre a preferência ou não por pactos de

[33] Bresser-Pereira (2010) utiliza o termo "coalizão política", que mudamos, aqui, para sociopolítica. Conforme explica Ianoni (2016), a literatura da Ciência Política sobre coalizões políticas tem duas abordagens: a institucionalista, focada em como a relação entre Executivo e Legislativo gera governabilidade por meio de coalizões políticas; e a sociopolítica, que estende a análise da governabilidade para vínculos entre grupos no Estado e na sociedade. Não há dúvida de que Bresser-Pereira (2010) utiliza o conceito neste segundo sentido.

classe, ora de uma diferença entre sentimentos nacionalistas e cosmopolitas, deixando de conectar claramente estas dicotomias entre si em conjuntos articulados de ideias. Mesmo assim, esboça, ainda que brevemente, a divisão da elite capitalista em duas coalizões gerais:

> A classe local capitalista ou burguesa na América Latina costuma ser dividida entre, de um lado, um grupo mercantil e financeiro associado aos países ricos e, de outro lado, uma burguesia industrial que vive um processo de permanente contradição entre a desejada identificação dos empresários industriais com sua nação, contando com políticas públicas que aumentam os lucros e sustentam a acumulação de capital, e a tentação de se aliarem às elites empresariais nos respectivos países centrais (BRESSER-PEREIRA, 2010, p. 38).

Como veremos no próximo capítulo, o modelo de Christian Lynch sobre o pensamento político brasileiro fornece maior organização analítica ao conteúdo ideológico em disputa na sociedade, na medida em que se centra nas elites políticas e em como elas pensam formas de Estado, em vez de basear-se nas elites econômicas e seus interesses setoriais. Isto apenas pode ser feito quando se parte do reconhecimento de que as elites políticas têm certa autonomia, quando disputam e governam o Estado, em relação a empresários e trabalhadores[34].

Além da limitação economicista, a análise de Bresser-Pereira (2010) deixa de fora uma questão que julgamos central para se compreender o revisionismo por que passou a teoria cepalina-isebiana, na segunda metade do século XX: o fenômeno da importação de ideias. Talvez, novamente, por restringir-se a uma perspectiva econômica, o autor tenha desconsiderado a importância deste fenômeno, porém ele é central no revisionismo elaborado por Celso Furtado, quando este passou a destacá-lo na compreensão dos rumos de uma dependência econômica, como veremos adiante. Uma conscientização sobre o fenômeno da importação de ideias não teria como advir da teoria da dependência econômica, que reflete o entendimento errôneo de que a superestrutura política é menos importante do que a superestrutura cultural e a infraestrutura econômica para explicar a sociedade, ao invés de tão importante quanto ambas. Para tanto, devemos voltar às lições de um leitor mais eclético do marxismo.

3.2 **Bomfim e a interpretação do parasitismo para o atraso do Brasil**

A avaliação de que a dependência brasileira é um fenômeno econômico, político e cultural tem raízes em *América Latina: males de origem*, livro de Manoel Bomfim, publicado

[34] Esforço mais rigoroso que o de Bresser-Pereira para classificar as frações de classe capitalista e seu pensamento internacional foi feito por Berringer (2015), que partiu da obra de Nicos Poulantzas para delinear preferências das frações em matéria de política externa. Nesta perspectiva, o Estado é reduzido a um aparato de poder que aplica, determinadamente, as preferências da fração hegemônica do empresariado em uma dada conjuntura, de modo que não se dá centralidade a opções de ação que atores da política institucional podem ter.

em 1905. Bomfim (2008[1905]) explica, na apresentação da obra, que a escreveu estimulado pela indignação com a má reputação que a elite europeia fazia da América Latina e que era reproduzida pelos próprios latino-americanos[35]. A opinião europeia estigmatizava a região como sendo formada por um povo atrasado de mestiços degenerados, preguiçosos, bárbaros, corruptos e irracionais, concluindo, daí, que eram tanto incapazes de organizar verdadeiras nações, quanto indignos de controlar um território repleto de riquezas naturais. O principal efeito prático desta visão, que preocupava o autor, era o uso recorrente da força por Estados europeus para cobrarem, injustamente, dívidas e indenizações de Estados latino-americanos, sem darem espaço para diálogo diplomático ou debate jurídico, como havia mostrado o ataque militar contra a Venezuela feitos por ingleses, alemães e italianos, em 1902-1903. (Note-se que o ponto de partida de toda a sua reflexão é a inserção internacional do Brasil e de seus vizinhos.)

Bomfim (2008[1905]) considera que a única barreira a impedir, à época, que nações europeias tentassem reconquistar a América Latina – como estavam fazendo na África, na Indocinha e na Índia – era a proteção conferida pelos Estados Unidos via Doutrina Monroe. Contudo, desconfiava dos políticos estadunidenses, entre os quais afirma que a visão europeia já havia se disseminado, como demonstravam afirmações de que os povos latino-americanos seriam ingovernáveis e imprestáveis. Seria "lícito, pois, acreditar que, um dia, a grande República possa mudar de proceder e admita combinações diplomáticas tendentes à sonhada invasão da América Latina" (BOMFIM, 2008[1905], p. 11). Mesmo na ausência de confirmação deste cenário, o autor aponta que a Doutrina Monroe convertia a América Latina em um protetorado dos Estados Unidos, o que diminuía a soberania dos países, na prática. Este efeito teria se manifestado na Conferência de Haia sobre Resolução Pacífica de Controvérsias Internacionais (1899), quando os países da região não foram convidados por já estarem representados, na avaliação europeia, pelos Estados Unidos.

Para Bomfim (2008[1905]), um cenário internacional em que a força se mostra suprema para ordenar as relações de países exigiria duas estratégias simultâneas da América Latina. Em primeiro lugar, os países deveriam se unir em uma resistência, pois então um ataque, para ser eficaz, teria de ser simultâneo a todos os pontos importantes do continente, tornando-se difícil. Em segundo lugar, os países deveriam fazer-se fortes, soberanos e modernos,

[35] Ao longo da obra, Bomfim (2008[1905]) utiliza América Latina e América do Sul, bem como os adjetivos gentílicos, como sinônimos. A oposição que fazia era em relação a Estados Unidos e Canadá, conforme fica evidente no seu texto. Por isso, utilizamos aqui apenas os termos América Latina e latino-americano.

> tal como fizeram os Estados Unidos, tal como fez o Japão. A estes sim, a Europa lhes reconhece a soberania e as respeita, que são nações feitas, completas – não países essencialmente agrícolas, sinônimo de colonial. São nações que souberam fazer a sua emancipação primordial, a emancipação econômica; podem tirar de si tudo de que precisam e provam assim, exuberantemente, ser impossível a sua absorção por outras (BOMFIM, 2008[1905], p. 232).

Bomfim (2008[1905]) reconhece que a caracterização europeia da América Latina como atrasada era correta, porém vê um desinteresse dos intelectuais europeus, e muito menos dos locais, em estudarem seus motivos. O autor aponta que dinâmicas econômicas são centrais para a *origem* da desigualdade de poder militar entre países, porém é no campo das ideias que busca a explicação para a *reprodução* desta desigualdade. O argumento central de sua obra é o de que as elites políticas latino-americanas tentam desenvolver seus países copiando ideias que foram formuladas pelos países ricos, em contextos espaço-temporais radicalmente distintos ao regional, o que produziria um descompasso entre problemas locais e soluções importadas. Enquanto intelectuais dos países ricos formulariam reflexões a partir do estado de suas sociedades no contexto em que viviam, a elite política latino-americana tentaria usar o produto destas reflexões para sanar os problemas do seu próprio contexto, sem observar que as ideias originais estavam ligadas à trajetória particular de desenvolvimento do lugar em que surgiram.

> Somos a criança a quem se repete continuamente: "Não prestas para nada; nunca serás nada...", e que acabará aceitando esta opinião, conformando-se com ela, desmoralizando-se, perdendo todos os estímulos. E, se ainda não se perdem todos os estímulos, se um ou outro homem de Estado se esforça por seguir os conselhos axiomáticos que acompanham as implacáveis sentenças, estes conselhos estão de tal modo fora da realidade das coisas, correspondem tão pouco às nossas necessidades que, pondo-os em prática, esses políticos bem-intencionados, ou sôfregos de simpatias na opinião pública europeia, mais agravam a situação política e econômica do seu país (BOMFIM, 2008[1905], p. 10).

Bomfim (2008[1905]) escrevia nos primeiros anos de republicanismo no Brasil, de modo que a problemática da defesa militar, no plano externo, aparece conectada a uma preocupação em efetivar os princípios do liberalismo político, em contra do monarquismo, no plano doméstico. O autor critica a constituição de 1891 e os códigos brasileiros por serem "compilações quase abstratas, indiferentes, estranhas ao meio onde se aplicam. O código A ou o código B são tão pouco inspirados nas necessidades reais do país que funcionam no Brasil, ou no Peru, como funcionariam na Suécia ou em Massachusetts" (BOMFIM, 2008[1905], p. 127). A constituição republicana teria sido um "corta daqui, tira daí, copia dacolá" das constituições de Estados Unidos, Suíça e Argentina, a fim de criar um presidencialismo federativo (BOMFIM, 2008[1905], p. 128). Esta era uma substituta da constituição monárquica centralizadora de 1824 e teria sido "comprada em bazar de roupas feitas – mangas, bolsos, gola, Bentham, equilíbrio dos poderes, regime representativo; vestida ao

Brasil como teria sido vestida à Espanha, à Itália, ou mesmo ao Japão" (BOMFIM, 2008[1905], p. 127).

O principal problema da constituição republicana, entretanto, não seria o fato de se basear em outras, mas de não incluir adaptações dos princípios liberais à situação local. Para Bomfim (2008[1905]), trocou-se um excesso de poder centralizado por um excesso de poder provincial, quando a concretização do princípio liberal do equilíbrio de poderes teria indicado a necessidade de se conciliar as duas esferas de poder. Ademais, proclamaram-se o trabalho livre e o direito ao voto apenas para alfabetizados, porém não houve preocupação com uma política de educação da classe trabalhadora que lhe desse efetivamente liberdade para escolher seu destino profissional e seus representantes políticos. Em vez disso, criavam-se leis contra a vagabundagem e políticas de importação de braços estrangeiros. Decretou-se, ainda, a separação entre Estado e Igreja, mas não se estipularam medidas de fiscalização desta última, o que contrariaria o ideal liberal de se garantir a plena liberdade de consciência.

Para Bomfim (2008[1905]), a dificuldade da elite brasileira em traduzir princípios abstratos à realidade local não se manifestaria apenas na política, mas em qualquer campo intelectual. Por toda a América Latina, haveria um mundo de bacharéis que reduziam ciência à leitura, sem entender que, após a leitura das ideias pensadas em outros contextos, é primordial testá-las na própria realidade. "Generalizações sem base – transcrição literal dos sistemas e abstrações filosóficas – substituíram a observação (BOMFIM, 2008[1905], p. 126). Isto originava reflexões que não passariam de pastiches e formavam

> espíritos puramente livrescos, escravos das fórmulas, guindados às ilusões soporíficas do absoluto. O prestígio dos axiomas, dos conceitos e sentenças é incontrastável, absolutamente tirânico. É fetichismo. Diante de uma fórmula, o indivíduo para, suspende o raciocínio, quebra a resolução, desanima e, dominado pelo respeito à frase consagrada, é incapaz de reagir, de avançar para o banzo e analisá-lo, para ver o que ali existe de justo e de exato (BOMFIM, 2008[1905], p. 130).

Bomfim (2008[1905]) argumenta que a aceitação servil de duas teorias estrangeiras, em especial, desempenhava papel primordial em impedir o avanço material e republicano da América Latina: o liberalismo econômico e o racismo. Sobre a primeira, o autor discute duas ideias largamente difundidas no Brasil da época: a vocação agrícola e o corte de despesas do Estado. Afirma que assumir a primeira implicava não observar a experiência dos países ricos, cujas economias se emanciparam ao se transformarem de puramente agrícolas em industriais através de políticas estatais. O discurso de que países teriam vocações econômicas imutáveis não seria, pois, verificável na realidade e não passaria de uma peça acessória na "fórmula do livre-comércio", jeito simplista de se entender desenvolvimento, cuja origem estaria em

> opiniões dos financeiros britânicos, os quais, certamente, não têm nenhum interesse em ver o Brasil (principalmente o Brasil) ou qualquer outra nação colonial encaminhar-se para a emancipação econômica. O seu interesse, a sua política, as suas doutrinas socioeconômicas propendem todas para induzir as nações novas a persistirem nesse regime, que as conserva numa situação de manifesta inferioridade, mercê da qual serão facilmente exploradas, quando não reduzidas a essa tutela financeira, qual a que a Inglaterra exerce sobre o Brasil (BOMFIM, 2008[1905], p. 131).

A ideia de vocação agrícola geraria, como consequência, a reivindicação do corte de despesas do Estado, posto que a este não é atribuída uma função econômica importante. Para Bomfim (2008[1905]), "uma democracia não é democracia se não faz o imposto progressivamente proporcional aos recursos de cada contribuinte e se não o emprega no custeio de serviços de interesse geral" (BOMFIM, 2008[1905], p. 151). O autor observa que os países ricos estavam aumentando despesas públicas para cumprirem tanto com o que chama de função guerreira-policial, tradicional do Estado moderno, quanto com novas funções, surgidas com a evolução moral da solidariedade social, como provisão de instrução profissional-industrial a trabalhadores, obras públicas, assistência social, previdência e higiene.

> Por mais triste que seja a condição do proletário europeu, é inegável que, lá, ele tem por si umas tantas vantagens e garantias que lhe facilitam a vida: as cooperativas de produção e de consumo, as organizações sindicais que o protegem, certa facilidade e possibilidade de protestar contra a exploração capitalista, condições políticas que permitem uma maior atividade social, uma tal ou qual participação na vida da nação. (BOMFIM, 2008[1905], p. 133).

Sobre a teoria do racismo, desenvolvida na Europa do século XIX e em voga entre a elite brasileira, Bomfim (2008[1905], p. 190) classifica-a como "um sofisma abjeto do egoísmo humano, hipocritamente mascarado de ciência barata e covardemente aplicado à exploração dos fracos pelos fortes". Neste caso, critica tanto a imitação da teoria pelos latino-americanos, quanto a pura má-fé intelectual dos sociólogos europeus e estadunidenses que a formularam. Bomfim (2008[1905]) acusa-os de terem deturpado ideias de Charles Darwin sobre evolução[36] e de não terem observado a história com honestidade.

[36] Obstinado em desmistificar as políticas de eugenia no Brasil, o autor expõe trechos de cartas de Darwin em que este apontava não ser possível concluir que mestiços são inferiores e afirmava que as condições primitivas manifestadas por negros talvez fossem um resultado das condições morais detestáveis a que geralmente eram submetidos. Além disso, Darwin teria sido o primeiro a romper com a filosofia clássica inglesa, representada por Bacon, Hobbes, Locke, Smith, Stuart Mill e Spencer, cuja moral baseava-se no utilitarismo: "Escreveu, no primeiro volume da sua obra *Descendência do homem e seleção sexual*, 271 páginas para explicar bem que, na evolução da espécie humana, [...] progresso se faz pelo desenvolvimento crescente dos sentimentos altruísticos, pela solidariedade cada vez mais forte entre os homens, sendo isto o que lhes confere superioridade; e designa, como o termo deste progresso, a solidarização de todos os povos, combatendo, assim, tudo que se possa opor à harmonia e unificação da espécie humana" (BOMFIM, 2008[1905], p. 197). Contra a suposta superioridade de uma raça ariana, o autor lembra o nascimento da cultura ocidental entre as "gentes morenas do Mediterrâneo", o avanço a que chegou o conhecimento tanto de árabes quanto de indígenas na América antes da chegada dos europeus, as inúmeras derrotas de nações brancas em guerras, o progresso que a cultura negra demonstrava nos

> Diz [a teoria] que os superiores devem governar os inferiores – porque estes são incapazes, absolutamente incapazes, de atingir uma civilização adiantada; ao mesmo tempo, proclama que os anglo-saxões são os "superiores" porque dominam hoje dois terços da Terra. Destarte, a superioridade da raça, que deveria ser definitiva para que a teoria possa prevalecer, deixa de ser definitiva. Estes, que são superiores hoje, eram inferiores há dois séculos; a superioridade de então pertencia aos espanhóis e portugueses. Outra extravagância: os anglo-saxões são superiores porque conseguiram criar nos Estados Unidos uma nação prodigiosamente próspera; mas, no Canadá, serão inferiores, pois que a colônia, ali, se arrasta mesquinha e reduzida, dez vezes menos populosa e cem vezes menos rica que os Estados Unidos (BOMFIM, 2008[1905], p. 193)

Bomfim (2008[1905]) afirma que a teoria racista mascarava uma pretensa ideia de progresso, pela qual progredir significaria chegar a um estágio superior, comparável ao das raças brancas. Intelectuais racistas partiriam do pressuposto evidente de que as sociedades do mundo não manifestavam o mesmo nível de desenvolvimento, mas, ao invés de reivindicarem condições iguais de competição, "por um raciocínio mais curto que o de um lagarto, concluem – 'só há um meio de progredir, é ser como os anglo-saxões; o povo que não se anglicizar está decaído'" (BOMFIM, 2008[1905], p. 259). O método de anglicização das raças inferiores seria o de deixar-se dominar pela raça superior, cuja consagração não deveria dar "nem tréguas aos fracos, nem esperança para os infelizes" (BOMFIM, 2008[1905], p. 258). Por extensão, a mestiçagem era desqualificada na teoria, pois o cruzamento de raças se afastaria do ideal. Bomfim (2008[1905], p. 197) rotula todo este raciocínio de "filosofia do massacre", pois estimularia a condição primitiva dos seres humanos como animais em luta. Isto em nada demonstraria uma superioridade intelectual, que corresponderia, para ele, à efetivação do humanismo, interessado "pela sorte do ser humano, qualquer que ele seja, independentemente de qualquer restrição – de classe ou de nacionalidade" (BOMFIM, 2008[1905], p. 26).

Postos os efeitos deletérios do liberalismo econômico e do racismo para a igualdade entre indivíduos e nações, Bomfim (2008[1905], p. 239) entende que reproduzi-los é do interesse de povos conquistadores que buscam riquezas e, "para se garantirem, trazem governo, autoridades, leis". Sendo assim, o autor busca responder, na maior parte da sua obra, o que podemos colocar nos seguintes termos: o que faz as sociedades latino-americanas assimilarem as ideias estrangeiras deletérias a si mesmas através da cópia, ao invés de adaptá-las, criando ideias próprias; e, além disso, como se pode alterar o hábito da cópia?

Para respondê-lo, Bomfim (2008[1905], p. 239), que era médico de formação, parte de uma combinação original entre teorias sociais formuladas por Tarde e Marx, alimentadas por pesquisas da psicologia e analogias com a biologia. De Tarde, herda as noções de que uma

---

Estados Unidos apesar da guerra implacável da população branca e a ausência absoluta de evidências cientificas de que mestiços tivessem algum traço fisionômico especial ou alguma modificação orgânica particular.

sociedade se forma quando indivíduos imitam ideias entre si e que progresso social seria possível apenas quando indivíduos opõem ideias novas às ideias habituais, devido à vontade de contestar um costume. A adoção de inovações de um povo por outro pode ser benéfica à difusão do progresso, porém, "fora das noções meramente técnicas, nenhuma inovação é proveitosa se a sua imitação e adoção não se traduzem por uma justa adaptação" ao novo contexto[37] (BOMFIM, 2008[1905], p. 128). De Marx, assume que as sociedades constituem-se historicamente por duas classes, o que seria passageiro na evolução humana, mas que teria forte resistência devido, sobretudo, à força dos costumes. Ademais, estende a luta de classes às relações entre países: "há, entre a colônia e a metrópole, a mesma relação que há entre a classe de trabalhadores escravizados ou explorados e a classe dos senhores ou exploradores" (BOMFIM, 2008[1905], p. 255). Da psicologia, toma o conceito de hereditariedade social, que define como a "transmissão, por herança, de qualidades psicológicas, comuns e constantes, [...] através de todas as gerações, [que] dão a cada grupo social um caráter próprio distintivo" (BOMFIM, 2008[1905], p. 112). Porém, "infelizmente, psicologia etnográfica não existe ainda, e é quase impossível discriminar, nos móveis de conduta de um povo, a parte devida exclusivamente à hereditariedade e a que é efeito da educação e imitação" (BOMFIM, 2008[1905], p. 114). Assim, assume que um indivíduo, ao nascer, encontraria tendências e inclinações de comportamento na herança social, ao passo que a educação completaria a formação do seu caráter no sentido de incentivar ou a imitação de tradições, ou a sua inovação. Da biologia, reivindica a necessidade de se conhecer o contexto espaço-temporal em que um organismo vive, pois formas de adaptação dependeriam do histórico do seu meio:

> Como organismos vivos, as sociedades dependem não só do meio, não só das condições de lugar, mas também das condições de tempo. Quer dizer: para estudar convenientemente um grupo social – uma nacionalidade no seu estado atual, e compreender os motivos pelos quais ela se apresenta nestas ou naquelas condições, temos de analisar não só o meio em que ela se acha, como os seus antecedentes. Uma nacionalidade é o produto de uma evolução; o seu estado presente é forçosamente a resultante de ação do seu passado, combinada à ação do meio. É mister estudá-la "no tempo e no espaço" (BOMFIM, 2008[1905], p. 28).

A partir desta base teórica, Bomfim (2008[1905]) argumenta que o costume das elites latino-americana de absorver ideias estrangeiras por imitação deve-se a uma herança social transmitida por Espanha e Portugal às colônias. O autor formula uma longa interpretação

[37] A apropriação de Tarde por Bomfim é particularmente interessante quando lembramos que este sociólogo francês competia com Émile Durkheim, na academia francesa, pelos rumos da disciplina de sociologia na sua origem, na Europa do século XIX. Como explica Consolim (2010), Durkheim desenvolvia uma sociologia onde a noção de indivíduo é fraca diante de uma sociedade totalizante e uniformizadora, enquanto Tarde propunha uma sociologia que combinasse dinâmicas coletivas e pessoais para se entender a interação entre indivíduos. O fato de Durkheim ter ganhado maior notoriedade ajuda a entender a resistência de teorias que diminuem a agência humana até hoje.

sobre a história das duas nações, da qual cabe destacar que, no final do século XV, quando teve início a colonização latino-americana, ambas eram o resultado de 1.200 anos de lutas entre povos diversos que disputaram o controle da península ibérica. Tamanho período conflituoso teria deixado duas marcas na cultura ibérica: uma educação guerreira, baseada em instintos belicosos e heroicos; e um regime econômico predatório, orientado por saques e razias, com impossibilidade, quase, de habituação ao trabalho pacífico. Guerreirismo e predatismo teriam se tornado práticas características de toda a população ibérica, além da luta de classes. Esta cultura teria incutido um pensamento único nos povos ibéricos desde o fim da Idade Média: conquistar o mundo por meio da escravidão de outros povos.

> A ideia coletiva aqui é varrer a Terra – o saque universal. Findou [...] o período da guerra necessária, da conquista da pátria. Mas tão laboriosa e longa e intensa foi essa luta que os povos só têm um pensamento – conquistas. Fazia-se a rapina, porque a guerra necessária a isto obrigava; agora, quer-se a guerra pelo amor do saque e da rapina. É o segundo período – o da expansão depredadora: sede de riqueza, voracidade desencadeada, apetites insaciáveis. [...] Admira até esse esforço a que certos historiadores se entregam para achar os motivos metafísicos que impeliram os povos ibéricos para o mar. Eles se lançam para ali porque vinham atrás do árabe, vivendo em grande parte das rapinas praticadas sobre ele, e viram as riquezas que eles – os sarracenos – desfrutavam lá, para além dos mares. Vencem-nos e desejam naturalmente essas riquezas (BOMFIM, (2008[1905], p. 44-46).

Para Bomfim (2008[1905]), a escravidão de indígenas e africanos por 300 anos na América Latina levou a uma transformação na cultura dos povos ibéricos. O predatismo, antes unido ao guerreirismo ("predatismo heroico"), passou a associar-se a um sedentarismo ("predatismo sedentário"). Em outros termos, guerreirismo deu lugar a parasitismo[38]. Nesta nova cultura, obriga-se o outro a produzir riqueza para si por meio de regulações institucionalizadas. O autor utiliza o termo em analogia ao parasitismo na biologia: o animal parasitário tira seu alimento de uma presa, fixa-se, acomoda-se, resume seu trabalho à sucção e deixa de exercitar seus órgãos sensoriais, locomotores e intelectivos, que passam a atrofiar-se. Em uma sociedade, o vigor de uma divisão do trabalho significaria a soma dos vigores dos trabalhos individuais que a constituem; porém, se parte da sociedade passa a simplesmente sugar trabalho alheio, passa-se a entravar o progresso possível dos demais indivíduos.

Quando o parasitismo se dá entre sociedades, teria como produto cultural principal, para a sociedade parasitária (metrópole), um forte conservadorismo de costumes, pois as classes dominantes, em defesa de seus interesses, "obstinam-se em não progredir, em

[38] O autor assinala que a transformação do predatismo em parasitismo foi aprendida, em parte, com a história de algumas tribos do Maghreb, sobre o que cita Massart e Vandervelde, autores de *Parasitisme organique el parasitisme social*, livro que parece ter servido de fonte para seus conceitos: "No começo, a destruição pura e simples das populações que resistem, a *razzia* predadora. Mais tarde, a tosquia regulada do país, os habitantes dos oásis reduzidos à condição de colonos parciários, duramente explorados pelos nômades, que vinham na época das colheitas embolsar tributos" (BOMFIM, 2008[1905], p. 64).

conservar as coisas para todo o sempre no mesmo estado; a sociedade – que não é possível fazer parar – entra a retrogradar" (BOMFIM, 2008[1905], p. 73). Por sua vez, na sociedade parasitada (colônia), o parasitismo teria três sintomas: 1) enfraquecimento, quando os indivíduos parasitados não conseguem resistir à espoliação devido a coerção, excesso de trabalho e deficiência de alimentação; 2) realização de serviços acessórios, quando indivíduos parasitados são usados para defender os parasitários, como indígenas em face de ataques de outras nações europeias; e 3) adaptação, quando os indivíduos parasitados manejam viver em situações de desconforto, pobreza e miséria que parecem incompatíveis com a vida.

Bomfim (2008[1905]) atribui ao parasitismo a raiz da decadência de Portugal e Espanha em face de seus vizinhos europeus, em aspectos científicos, artísticos e morais. A aptidão para descobertas científicas ficou comprometida: "uma sociedade que viva parasitariamente sobre outra perde o hábito de lutar contra a natureza; não sente necessidade de apurar os seus processos, [...] de ver, observar, guardar a experiência", pois não é da natureza diretamente que ela tira sua subsistência (BOMFIM, 2008[1905], p. 25). Desmerece-se a possibilidade de assimilação criativa do conhecimento dos escravizados, em favor da absorção imitativa da ciência produzida pelos povos considerados superiores. Isto também ocorreria nas artes, sobres as quais Bomfim vale-se de reflexão feita por Teófilo Braga, pensador português, segundo quem a península ibérica saiu de uma "sociedade de homens vivos", no início da modernidade, simbolizada pelo poeta Góngora e pela arquitetura barroca, para entrar "num recinto acanhado – séculos XVII e XVIII – e quase sepulcral", em que imperou a imitação servil e ininteligente da poesia e da arquitetura do passado greco-romano (BOMFIM, 2008[1905], p. 73,-74). A respeito da moralidade, Bomfim (2008[1905]) não poupa descrições sobre a violência, a tortura, o genocídio e à indução ao suicídio praticadas na colonização latino-americana e destaca que

> não se trata de coisas passageiras, de ódios e cruezas que acompanham as lutas armadas. Não; é a abjeção moral definitiva, a perversidade e a desumanidade permanentes: gerações e gerações de homens que viveram a martirizar, a devorar gerações de índios e de negros escravos – pela fome, o açoite, a fadiga... Não havia nada de humano nas relações de senhor e escravo. Arrancado à selva nativa, abandonado aqui à ganância implacável do colono, o pobre africano só tinha um meio de libertar-se: a morte (BOMFIM, (2008[1905], p. 92).

Bomfim (2008[1905]) destaca que diferentes segmentos das sociedades ibéricas sustentaram o parasitismo na América Latina, em vez de atribui-lo a uma classe uniforme: a nobreza parasitava as colônias no trabalho escravo; a burguesia, nos monopólios, no tráfico negreiro, no comércio monopolista; o Estado, na cobrança de altos impostos; e a Igreja, na aquisição de riquezas que afluíam para Roma e na inculcação de uma religião que

desmobilizava a transformação terrena e não se traduzia em nenhuma realidade de compaixão ou amor ao próximo. A plebe ibérica, sem emprego, vagava nos adros das igrejas e nos pátios dos fidalgos.

Por sua vez, na América Latina, Bomfim (2008[1905]) defende que o parasitismo sob o qual nasceram e viveram as colônias permaneceu influente após as independências, uma vez que teria criado vícios morais nos indivíduos, transmissíveis por hereditariedade social e educação. Tais vícios surgiram, sobretudo, a partir da dimensão econômica colonial, cujas implicações se refletiriam sobre toda a vida social. Na economia colonial, apenas escravos trabalhavam, fossem homens executando ofícios manufatureiros artesanais, fossem mulheres realizando trabalhos domésticos, ao passo que senhores parasitavam as riquezas produzidas, das quais o fisco, o comerciante e o padre tomavam uma parte. Se no começo da colonização havia duas classes perfeitamente distintas – senhores e escravos –, gradualmente surgiu um terceiro grupo de indivíduos livres, porém miseráveis, pois a proibição formal às indústrias manufatureiras e as restrições do acesso à educação e à leitura – resultantes da aversão parasitária à invenção e à mobilidade social – obstaculizavam esforços de iniciativa particular. Por sua vez, na dimensão política, o Estado colonial era um órgão exclusivamente sugador de riqueza, opressor, sem nenhuma afinidade com a população local, uma vez que funcionários vinham da metrópole e se empenhavam em entravar qualquer ensaio de regime comunal, como câmaras municipais e ajuntamentos. Finalmente, na dimensão moral, imperou o conservadorismo, a associação do trabalho a algo vil e infamante, a naturalização da violência corporal bestial (tanto na forma de punições de escravos, como de abuso sexual das escravas), o ódio em relação a governos (a noção abstrata de Estado moderno, que protege a sua população em alguma medida, torna-se inoperante) e a cisão da sociedade em grupos heterogêneos e repletos também de ódio entre si.

Uma vez emancipadas, as economias latino-americanas continuaram a basear-se no parasitismo, em que as elites exploram o trabalho de uma massa ignorante e paupérrima; uma política em que o Estado suga riqueza via impostos indiretos e as gasta em quatro rubricas (dívida pública, máquina governamental, força pública e repartições fiscais) que não se concretizam em obras públicas de interesse coletivo; e uma moralidade viciosa na cultura. Entre os vícios, Bomfim (2008[1905]) aponta o conservadorismo como o mais influente e pernicioso para a cópia de ideias estrangeiras, pois buscaria “conservar para uma classe, para certos grupos, umas tantas vantagens, ligadas a abusos e iniquidades” (BOMFIM, 2008[1905], p. 118). Influenciaria diretamente as ações dos homens dirigentes, que

> não suportam que as coisas mudem em torno deles. Adotam as ideias, aceitam as palavras, mas não podem aclimatar-se às coisas que essas palavras designam. [...] Na prática, todos esses homens das classes dirigentes são escravos passivos da tradição e da rotina; são ativos apenas para opor-se a qualquer inovação efetiva, qualquer transformação real, progressista. Dir-se-ia medo ou preguiça; conservam, porque têm a impressão de que assim estão no caminho mais seguro para evitar o imprevisto e criar o menos possível de dificuldades no momento (BOMFIM, 2008[1905], p. 116).

Bomfim (2008[1905]) entende que o conservadorismo é, em grande parte, inconsciente e mais afetivo do que intelectual. Entretanto, não seria absoluto na sociedade. Lutando contra ele, existiria um sentimento de repulsa, que o próprio parasitismo ensejaria, como quando um organismo parasitado cria mecanismos para reagir ao parasita.

> O fato de que o organismo parasitado deriva diretamente do parasita e é por ele educado dá a essa influência um aspecto completo e contraditório: o novo organismo nacional procura, ao mesmo tempo, imitar e repelir as instituições e o regime da metrópole. A hereditariedade, imitação e educação aproximando-as dos costumes e processos políticos da metrópole; a repulsa, a antipatia e o horror à opressão e espoliação de que foram vítimas afastando-as daquilo que a hereditariedade e a educação lhes impõem. Nacionalidades saídas das nações ibéricas, mas ao mesmo tempo oprimidas e exploradas por elas, as repúblicas [latino-americanas] viverão por muito tempo ainda neste conflito permanente consigo mesmas (BOMFIM, 2008[1905], p. 110).

Na época colonial, esta capacidade de reação manifestava-se em levantes populares frequentes de escravos contra os senhores e o Estado metropolitano. No período republicano, Bomfim (2008[1905], p. 161) vê como um mal perpetuar a "tendência às lutas armadas, a fúria belicosa, o amor às revoluções violentas" e entende que o fortalecimento da reação deve ocorrer por meio da expansão da educação científica, na forma de um serviço público e popular. A inclusão de descendentes dos povos escravizados a esta educação seria primordial. O autor classifica os povos indígenas e africanos como atrasados, virgens, rudimentares e infantis, não devido a um essencialismo de características inatas, mas por não terem criado o ideal humanista, como o Ocidente. Bomfim (2008[1905]) rejeita defeitos que racistas lhes atribuíam, como indolência, submissão e docilidade servil, afirmando que a história de revoltas e de quilombos mostrava, ao contrário, resistência, bravura e amor à liberdade. Por isto, avalia que a inclusão de seus descendentes no projeto humanista seria capaz de dar a este uma força renovadora, diante da degeneração parasitária de seus herdeiros, pois

> o verdadeiro impulso para o progresso é dado, naturalmente, pelos que sofrem e são oprimidos. São eles que, mordidos pela miséria, de arranco em arranco, atiram a sociedade para diante, ora quebrando os diques da resistência conservadora, ora disputando um lugar entre os membros dominantes, tornando-os voz ativa nos seus conselhos, forçando-os a uma ou outra concessão (BOMFIM, 2008[1905], p. 244).

Por sua vez, o caráter público e popular da educação implicaria reformar o Estado, levando-o a organizar e propagar serviços que, pela sua extensão e importância geral, apenas poderiam caber à sua competência. Bomfim (2008[1905], p. 152) entende o Estado como um

aparelho social de potência formidável, por ser meticulosamente constituído, regulado e especializado nas funções dos seus órgãos internos, o que o tornaria soberano sobre outros aparelhos sociais e capaz de bem atender interesses coletivos quando se aproxima do povo. Entretanto, Bomfim (2008[1905], p. 152) rejeita que se coloque o Estado "ao lado de cada indivíduo, dando uma profissão a toda gente". Este deveria garantir a iniciativa individual, promovendo meios gerais para o avanço do trabalho de todas as pessoas, protegendo-as de iniquidades e dando-lhes condições para se emanciparem pela ciência e pela crítica. Liberdade significaria o desenvolvimento da personalidade e da autonomia dos indivíduos frente a obstáculos da natureza e dogmatismos de autoridades, sejam elas políticas, econômicas ou religiosas.

A educação púbica e popular é vista por Bomfim (2008[1905], p. 117) não como um fim em si mesmo, mas como parte de uma "luta sistemática, direta, formal, conscientemente dirigida contra o passado", a fim de recompor toda a vida política, administrativa, econômica, social e intelectual das nações latino-americanas. O ponto de partida caberia à parte da sociedade não contaminada pelo parasitismo: indivíduos de espíritos combatentes e ardorosos, em variados campos de atividade, que, reconhecendo a causa da decadência, esforcem-se por combatê-la, "contrariando as tendências, os hábitos e as tentativas desses que já não sabem nem podem viver, senão parasitariamente" (BOMFIM, 2008[1905], p. 256). Por sua vez, não haveria um ponto final, um modelo social perfeito a ser atingido, como em uma teleologia, mas sim uma transformação permanente da sociedade que rejeita, constantemente, a paralisia de conservações. Bomfim (2008[1905]) entende que viver deve ser um esforço constante de acrescentar algo ao que existe e eliminar o que já não convém, para progredir o espírito a níveis mais elevados de ciência, conforto, arte e moral.

Todavia, no final tanto da sua vida quando da Primeira República, Bomfim lançou o livro *O Brasil Nação: realidade da soberania brasileira*, em 1930, no qual trocaria a proposta reformista-liberal por outra reformista-revolucionária. Bomfim (1996[1930]) ora manifesta preocupação com o surgimento do fascismo, na Europa e afirma ser impossível haver transformações sociais verdadeiras, com modificações radicais nos intuitos e nos processos políticos de um povo, senão por meio de revoluções completas, que eliminem todo o domínio de uma classe sobre outra. Sem isto, o Estado tenderia a ser um instrumento de dominação de uma burguesia que não dá as condições para a maioria do povo escolher bem seus representantes políticos. Entretanto, não coloca a necessidade de este processo dar-se via luta armada: critica as desordens faccionais e defende propagandas de reforma feitas com plena manifestação de opiniões.

Como se verá a seguir, o percurso da teoria crítica brasileira sobre importação de ideias pode ser entendido como um refinamento deste ensaio geral sobre o Brasil feito por Bomfim. Com o passar das décadas, foi se atualizando o diagnóstico de que há uma disputa entre grupos que copiam e grupos que adaptam ideias estrangeiras ao país, processo este que estaria no cerne da formação cultural brasileira e que abre caminhos distintos de conservação e progresso, no que toca tanto a opressão da maioria da população, quanto a falta de autodeterminação do país no mundo. Entretanto, o ponto final do caminho do progresso continuou em disputa, entre adeptos de um capitalismo nacionalista e defensores da sua eventual superação.

3.3 **Andrade e a escolha individual entre cópia e adaptação na arte**

Em fevereiro de 1922, a Semana de Arte Moderna foi organizada por um grupo da elite artística de São Paulo com o objetivo de expor obras plásticas, musicais e literárias que contrariavam as regras acadêmicas hegemônicas no Brasil. A exposição apresentava críticas à falta de originalidade na produção brasileira, acusada de ser uma cópia de ideias europeias e, dada a ausência de nacionalismo, rotulada como pré-moderna. O evento foi financiado por empresários paulistas, liderados por Paulo Prado, que advogavam pela substituição da importação de manufaturas, no Brasil, mediante um aprofundamento da industrialização nacional (WALDMAN, 2010). Este projeto de capitalismo industrial não encontraria eco nos governos de Epitácio Pessoa (à época), Artur Bernardes e Washington Luis, mas seria efetivamente implementado e liderado, a partir dos anos 1930, por Getúlio Vargas, quem, em discurso pronunciado na Universidade do Brasil, em 1951, apontou que

> as forças coletivas que provocaram o movimento revolucionário do modernismo na literatura brasileira, que se iniciou com a Semana da Arte Moderna de 1922, em São Paulo, foram as mesmas que precipitaram, no campo social e político, a revolução de 1930 (VARGAS, 1952, p. 382 *apud* SALLA, 2015, p. 123).

A liderança intelectual reconhecida do movimento artístico modernista foi Mário de Andrade, que, nos anos 1920, era leitor de Manoel Bomfim (SILVA, 1996). Entretanto, foi seu amigo de mesmo sobrenome, Oswald de Andrade, quem escreveu dois manifestos nos quais foi melhor elaborada a crítica feita em 1922 à importação de ideias na arte: o Manifesto da Poesia Pau-Brasil, publicado em 1924, no jornal Correio da Manhã, e o Manifesto Antropófago, em 1928, na primeira edição da Revista de Antropofagia, organizada por membros da Semana de 1922. Ambos os textos consistem em listas de elementos naturais e

culturais atribuídos tipicamente à Europa e ao Brasil, de modo a evidenciar a existência de dois universos que influenciariam a cultura brasileira, como se lê no seguinte trecho:

> Temos a base dupla e presente – a floresta e a escola. A raça crédula e dualista e a geometria, a álgebra e a química logo depois da mamadeira e do chá de erva-doce. Um misto de "dorme nenê que o bicho vem pegá" e de equações. [...] Obuses de elevadores, cubos de arranha-céus e a sábia preguiça solar. A reza. O Carnaval. A energia íntima. O sabiá. A hospitalidade um pouco sensual, amorosa. A saudade dos pajés e os campos de aviação militar (ANDRADE, 1970[1924], p. 9).

No Manifesto da Poesia Pau-Brasil, Andrade (1970[1924]) acusa a elite brasileira de sobrevalorizar o universo de raízes europeias e menosprezar ideias, hábitos e falas do seu povo conterrâneo. Nomeia esta mentalidade de bacharelismo ou gabinetismo, sinônimos de uma pseudoerudição, que define como uma desconexão entre o conhecimento do indivíduo com acesso ao ensino acadêmico e o país em que vive. No ensino das artes, aponta que a preferência pelo universo estrangeiro se manifestaria na tendência das Escolas de Belas Artes brasileiras em reproduzir, fielmente, conteúdos europeus, como observava ocorrer, à época, com a difusão do impressionismo na pintura, da fotografia e da música de piano.

Em face dos dois universos de influências culturais, Andrade (1970[1924]) entende que há uma luta pelo caminho com que a arte pode ser construída no Brasil: de um lado, o caminho da cópia do que é estrangeiro e, de outro, o da síntese entre o que é estrangeiro e local. O primeiro caminho, rejeitado por ele, leva à poesia de importação, quando as obras criadas no Brasil tão-somente reproduzem conteúdos importados. Já o segundo, defendido, produz a poesia de exportação ou poesia pau-brasil, quando as criações brasileiras alcançam conteúdos originais, como expresso a seguir:

> A contribuição milionária de todos os erros. Como falamos. Como somos. [...] Uma visão que bata nos cilindros dos moinhos, nas turbinas elétricas, nas usinas produtoras, nas questões cambiais, sem perder de vista o Museu Nacional. [...] O contrapeso da originalidade nativa para inutilizar a adesão acadêmica. A reação contra todas as indigestões de sabedoria. O melhor de nossa tradição lírica. O melhor de nossa demonstração moderna (ANDRADE, 1970[1924], p. 6-9).

Quatro anos mais tarde, no Manifesto Antropófago, Andrade (1970[1928]) reforça as críticas a quem ora chama de importadores de consciência enlatada, ou, em outros termos, quem mantém vivo um "espírito bragantino" de reverência ao estrangeiro, mesmo após o fim do regime imperial, e que, com isto, facilitam a exploração material do Brasil por outros países. Neste texto, o projeto de síntese cultural é batizado de antropofagia ou, ainda, de revolução caraíba, na medida em que o elemento estrangeiro deve ser "devorado" pelo local para fazer parte dele. Além disso, Andrade (1970[1928]) destaca a valorização necessária da cultura de povos indígenas neste processo. O autor acusa a elite brasileira de ter uma visão pejorativa e inferiorizante do indígena e de buscar doutrinas de civilização no exterior, sem

perceber que os povos autóctones já teriam alcançado uma doutrina religiosa sofisticada e uma organização social baseada no bem-estar comum. Entretanto, afasta-se da defesa de um retorno ao passado pré-colonial, por acreditar que apenas a "absorção do inimigo sacro", feita de modo eletivo, criaria amizade e paz. Fazendo referência explícita ao livro *Totem e Tabu*, de Sigmund Freud, de 1913, o autor reforça que apenas a síntese de universos é capaz de eliminar os complexos e os males da relação *eu-outro*, teorizados pelo psicanalista.

Por estes termos, se, por um lado, Andrade entende o modernismo de 1922 como um ato de revolta à subordinação do Brasil ante culturas estrangeiras, por outro, não lhes nega valor, destacando, em especial, a técnica científica como benéfica à vida social, tal como Bomfim. Não propunha, pois, a fundação de um nacionalismo hermético ou ufanista, inviável diante da consideração de que a cultura brasileira é tributária de gêneses diferentes. O que postula, ao artista nacional, é o dever de encontrar um equilíbrio entre as tradições culturais, por meio da seleção e da adaptação de ideias de origem externa ao contexto local. A vontade de inventar uma arte para exportação, ponto este novo em relação ao pensamento de Bomfim, revela a crença de que o produto criado, uma vez sendo original, tem potencial para tornar-se consumido por sociedades estrangeiras. Isto, por sua vez, desvela uma ambição maior: a de se construir uma interação equilibrada entre diferentes culturas nacionais no mundo, de modo recíproco. A noção de nação que emerge aqui, portanto, não corresponde nem a um nacionalismo conservador, nem a um conceito a ser repudiado em favor de uma suposta convergência de consciência autoevidente entre trabalhadores do mundo todo.

3.4 **Guerreiro e a escolha individual entre transposição ou redução na sociologia**

Se o modernismo de 1922 atribuía a cópia e a criação de ideias a uma escolha pessoal de artistas, as primeiras reflexões críticas sobre dependência econômica e subdesenvolvimento, que apareceram nos anos 1940, complexificaram este poder de escolha ao reforçar a existência de estruturas econômicas internacionais poderosas constrangendo o progresso da periferia, como Bomfim já notava. Alberto Guerreiro Ramos (1996[1958]) recusou desvios ao estruturalismo economicista que daí decorreram e aprofundou o debate sobre a importação de ideias no campo científico, também já apontado por Bomfim, ao tratar especificamente da sociologia, no livro *A redução sociológica*. Integrante da geração pioneira do ISEB, o autor era crítico da cópia de temas e métodos de pesquisa de países da Europa e dos Estados Unidos por pesquisadores brasileiros, afirmando que isto gerava uma "sociologia

enlatada" ou "consular", incapaz de responder adequadamente aos problemas do contexto nacional, particularmente o racismo contra a população negra.

Guerreiro (1996[1958]) foi original à teoria crítica brasileira especialmente ao apontar os fundamentos filosóficos que embasam a dificuldade de se transpor ideias de um país a outro. O autor definia-se como um pós-marxista, isto é, alguém com disposição de somar, ao pensamento de Marx, ideias posteriores a ele, com o objetivo de atualizá-lo, e não de descartá-lo. Na sua visão, o principal legado a ser mantido é o historicismo alemão, isto é, a visão do processo histórico como uma sucessão de épocas, "cada uma das quais constituindo totalidade de sentido, presidida por lei estrutural básica, que dá a razão de tudo o que dentro dela acontece" (GUERREIRO, 1996[1958], p. 130). A inovação de Marx, no debate alemão, foi explicar as épocas sobretudo a partir da dimensão material, inaugurando o materialismo histórico, o qual, porém, não se resumia apenas à economia:

> Cada uma dessas etapas, caracterizada por um meio de produção fundamental e por determinada modalidade de apropriação econômica, é uma totalidade aberta para o futuro, na qual se influenciam reciprocamente as condições não-materiais e as materiais, embora estas constituam a anatomia de cada formação histórico-social e, assim, em última análise, exerçam papel dominante na causalidade (GUERREIRO, 1996[1958], p. 131).

Segundo Guerreiro (1996[1958]), na metáfora do edifício social que Marx utiliza para explicar uma sociedade, a esfera da produção econômica criaria as condições materiais, como uma infraestrutura, base sobre a qual se eleva uma superestrutura jurídica e política, constituída pelas formas sociais de consciência. O autor mantém a noção marxista – ou, mais amplamente, moderna – de que progresso corresponde ao aumento do bem-estar material das sociedades, o que depende de "instalar dentro delas as condições primárias, isto é, as geradoras do desenvolvimento", por meio de industrialização da economia, liberando o trabalho humano das atividades primárias (agropecuária e extração) (GUERREIRO, 1996[1958], p. 140). No entanto, a industrialização não dependeria, exclusivamente, de um modo de produção capitalista. Em termos bastante particulares: "jamais levei a sério as elucubrações cerebrinas de certos intelectuais menores, pivetes do 'desenvolvimentismo' burguês" (GUERREIRO, 1996[1958], p. 36). Por outro lado, tampouco aderia a visões teleológicas do historicismo alemão, pois não haveria "no domínio da realidade histórico-social, nenhuma idade de ouro, na qual cesse a problematicidade da vida humana" (GUERREIRO, 1996[1958], p. 140).

Guerreiro (1996[1958]) entendia que a atualização do pensamento marxista deve dar-se no sentido de enriquecer os entendimentos sobre a formação social das consciências; em outros termos, deve tratar da cultura da sociedade. O autor destaca duas reflexões da

metafísica a se observar para tanto, avançadas por filósofos da primeira metade do século XX: em primeiro lugar, a fenomenologia de Edmund Husserl, que manteve o entendimento da filosofia clássica de que todos os objetos – inclusive as ideias – têm uma essência, mas, por outro lado, assumiu que eles são percebidos de modo distinto pelos indivíduos, cabendo à análise das consciências individuais descobrir suas essências[39]; e em segundo lugar, o existencialismo de Martin Heidegger, que levou o pensamento de Husserl às últimas consequências, ou seja, concluiu que não há essência nos objetos que transcenda os lugares e tempos em que que são percebidos pelos indivíduos, de modo que análises de objetos requerem considerações sobre o contexto em que estão inseridos. A síntese destes entendimentos, segundo Guerreiro (1996[1958], p. 72), é a seguinte: "a perspectiva em que estão os objetos em parte os constitui; portanto, se transferidos para outra perspectiva, deixam de ser exatamente o que eram". Além disso, o autor também conclui que,

> sem aceitar o idealismo de Husserl e Heidegger, nada impede de acolher a atitude metódica por eles perfilhada, a qual, em essência, se define por um propósito de análise radical dos objetos no mundo. Transpondo essa atitude para o âmbito da ciência social, pode-se afirmar que cada objeto implica a totalidade histórica em que se integra e, portanto, é intransferível, na plenitude de todos os seus ingredientes circunstanciais. Pode-se, no entanto, suspender, ou "pôr entre parêntesis", as notas históricas adjetivas do produto cultural e apreender os seus determinantes, de tal modo que, em outro contexto, possa servir, subsidiariamente, e não como modelo, para nova elaboração (GUERREIRO, 1996[1958], p. 88).

Esta "atitude metódica" para a apreensão de objetos, entre os quais as ideias, é chamado por Guerreiro (1996[1958]) de redução, que se orienta por

> descobrir as implicações referenciais, de natureza histórico-social, de toda sorte de produção intelectual e em referir sistematicamente essa produção ao contexto em que se verifica, para apreender exaustivamente o seu significado (GUERREIRO, 1996[1958], p. 96).

Guerreiro (1996[1958]) entende que exercícios de redução podem ser realizados em todas as áreas do conhecimento. Na sociologia, identifica que esforços neste sentido, embora não com este nome, começaram a ser feitos, na Europa, no que antes se conhecia por ciência das ideias e, posteriormente, por sociologia do conhecimento, com destaque para os trabalhos de Karl Mannheim. Mediante a leitura comparada de autores clássicos como Marx, Comte, Spence, Simmel, Tönnies, Weber, Scheler, Durkheim, Tarde, Pareto e outros, sociólogos do

[39] O exemplo dado por Guerreiro (1996[1958], p. 114) é pertinente para nós: "O que Husserl chama de *nóema* não equivale à *forma* aristotélica, àquilo que faz que o objeto seja o que é, à sua essência. Se assim fosse, cada objeto corresponderia apenas a um *nóema*. Para Husserl, um objeto pode aparecer à consciência segundo diversos *nóemas*, mantendo, no entanto, sua identidade apesar de todas as perspectivas. O *nóema* não é pois a essência do objeto, é o conteúdo objetivo de um ato intencional. Um objeto cultural, por exemplo o Estado, pode ser considerado, no domínio da sociologia, sob várias formas (*noémas*). O sociólogo norte-americano o considera de uma forma; o alemão, de outra; o francês, de outra. Cada uma dessas formas (*nóemas*) está referida ao ato referencial (*nóesis*) do respectivo sociólogo. Os *nóemas* não são paradigmas universais e portanto não podem ser transferidos da perspectiva *noética* em que se dão para outra".

conhecimento buscavam apreender enunciados gerais que conformariam um núcleo central do raciocínio sociológico. Tal apreensão seria feita "menos pela observação literal e direta do que esses autores pensaram, que mediante a percepção de como pensaram o que escreveram", de modo a evidenciar que a produção de conhecimento sempre está conectada a um meio histórico-social (GUERREIRO, 1996[1958], p. 124).

Por sua vez, em países de formação colonial, Guerreiro (1996[1958]) afirma que o trabalho intelectual é dominado pela "concepção ingênua de que os produtos culturais produzem os mesmos efeitos em qualquer contexto" (GUERREIRO, 1996[1958], p. 88). Assim, em vez de reduções, constata a ocorrência de transposições literais de temas e métodos de pesquisa, pensados originalmente por sociológicos do centro a partir de questões e técnicas que surgiram por causa do grau de desenvolvimento dos seus respectivos países[40]. Além disso, considera especialmente grave a importação de ideias da sociologia estadunidense, que define como descritiva e tautológica, dada à análise de comportamentos individuais que não culminam em elaborações conceituais ou teóricas. Isto seria um reflexo do estágio de desenvolvimento capitalista daquele país, onde a divisão do trabalho já seria tão intensa que os indivíduos, inclusive os intelectuais, seriam dominados por uma visão fragmentária, em vez de coletiva, da vida social. Ao não colocar estruturas sociais em tela, seria uma sociologia conservadora.

Guerreiro (1996[1958]) classifica a transposição literal como uma alienação do intelectual da periferia, provocada tanto pelo que chama de efeito de prestígio, uma consequência cultural da dependência econômica que faz o indivíduo tratar o conhecimento cêntrico como dogma, quanto por pressões materiais de organizações estrangeiras, que induzem temas e métodos de pesquisa ao oferecerem financiamentos. O autor acredita que apenas o desenvolvimento econômico, via industrialização, permite – mas não determina – a troca desta alienação por uma assimilação crítica do conhecimento. Elenca três motivos para tanto: projetos industriais, que requerem ação estatal e empresarial, podem estimular que indivíduos pensem a sua comunidade como um sujeito coletivo, dotado de uma existência própria que demanda planejamento; a industrialização, por sua vez, é acompanhada da urbanização, que aproxima indivíduos e acelera a consciência política de que constituem um povo; e a oferta de mais manufaturas no mercado interno leva a padrões de consumo para

[40] Exemplifica que, nos anos 1950, órgãos públicos brasileiros tentavam medir a mortalidade infantil a partir de uma distinção, elaborada na França, entre mortalidade infantil endógena (por causas anteriores ao nascimento ou por traumatismo no parto) e exógena (por fatores ambientais). No entanto, afirma que as dificuldades, no Brasil, de se fazer exames sofisticados para identificar causas endógenas e de não haver controle razoável de fatores ambientais tornavam este refinamento impraticável e dispensável.

além da subsistência, o que aumenta a pressão coletiva para obter mais recursos que assegurem níveis superiores de existência material. Dadas estas condições objetivas, que já observava no Brasil dos anos 1950, postula que apenas a prática da redução – frise-se, uma atitude do indivíduo – converteria o sociólogo de "consumidor passivo de ideias a instrumentador e até mesmo a produtor de novas ideias destinadas à exportação" (GUERREIRO, 1996[1958], p. 126).

Finalmente, Guerreiro (1996[1958]) destaca que a atitude de redução pressupõe um comprometimento do cientista em transformar o ambiente subdesenvolvido em que vive. No entanto, enfatiza que isto não se trata de condenar o transplante de ideias *per se*, pois a ciência seria um patrimônio da humanidade, a ser construído com "uma aspiração ao universal, mediatizado, porém, pelo local, regional ou nacional" (GUERREIRO, 1996[1958], p. 73). Vale registrar seu entendimento sobre o que é ciência:

> A sociologia, como toda ciência, é universal em duplo sentido. Em primeiro lugar, no mundo contemporâneo, os povos não estão compartimentados, mas estreitamente relacionados uns com os outros. Assim, em cada momento, o avanço científico obtido em um país tende a propagar-se rapidamente por todos os outros países. Mais do que nunca, a ciência é universal porque resulta de um esforço organizado de especialistas dispersos por toda parte. [...] Outro sentido é o seguinte: é universal a ciência enquanto todos os que a ela se devotam estão, em determinado momento, em um mesmo círculo semântico, isto é, admitem como válido um mesmo repertório central de enunciados (GUERREIRO, 1996[1958], p. 123-124).

Com vistas a este horizonte de maior interação entre os povos, Guerreiro (1996[1958]) comemora a atuação coletiva da periferia que começava a ocorrer no plano internacional, destacando as Conferências de Bandung (1955), Cairo (1957), Acra (1958) e Tânger (1958), nas quais países da África e da Ásia assumiram o propósito de pautarem suas políticas externas conforme projetos autônomos de existência. Reitera, assim, a noção de que o Brasil deve perseguir articulações com países que têm condições materiais semelhantes, já presente em Bomfim a respeito da América Latina, para criar novas rotas de circulação de ideias no mundo.

3.5 **Freire e a escolha coletiva entre educação bancária ou libertadora na pedagogia**

Paulo Freire combinou as reflexões sobre dependência econômica e os entendimentos de Guerreiro Ramos sobre redução sociológica para elaborar uma crítica própria às formas de ensino importadas do exterior ao Brasil, o que o levou a ser um dos principais responsáveis pelo desenvolvimento da noção de dependência cultural. Dois livros se destacam neste sentido: *Educação como prática da liberdade*, de 1967, e *Pedagogia do oprimido*, de 1968.

Freire (1967) parte do entendimento de que um país que tem o centro decisório de sua economia localizado fora dele acaba se orientando pela cultura do lugar onde este centro se localiza e se torna, assim, uma "sociedade reflexa", alienada de si para espelhar a "sociedade metropolitana". Sociedades reflexas teriam uma "elite superposta a seu mundo, ao invés de com ele integrada" (FREIRE, 1967, p. 35), ou, ainda, elites que são "puras metástases das elites dirigentes da sociedade metropolitana" (FREIRE, 1968, p. 93). Estas elites periféricas,

> incapazes de projetos autônomos de vida, buscam nos transplantes inadequados a solução para os problemas do seu contexto. São assim utopicamente idealistas, para depois se fazerem pessimistas e desesperançosas. O fracasso de seus empréstimos, que está na sua inorganicidade, confunde [as] elites e as conserva numa posição ingênua diante dos seus problemas. A sua grande preocupação não é, em verdade, ver criticamente o seu contexto. Integrar-se com ele e nele. Daí se superporem a ele com receitas tomadas de empréstimo. E como são receitas transplantadas que não nascem da análise crítica do próprio contexto, resultam inoperantes. Não frutificam. Deformam-se na retificação que lhes faz a realidade. De tanto insistirem essas sociedades nas soluções transplantadas, sem a devida "redução" que as adequaria às condições do meio, terminam as suas gerações mais velhas por se entregarem ao desânimo e a atitudes de inferioridade (FREIRE, 1967, p. 52).

Para Freire (1968), os transplantes de ideias sem redução impedem o que entende por desenvolvimento socioeconômico de uma sociedade, mesmo que industrializada.

> Não pode haver desenvolvimento socioeconômico em nenhuma sociedade dual, reflexa, invadida. É que, para haver desenvolvimento, é necessário: 1) que haja um movimento de busca de criatividade, que tenha, no ser mesmo que o faz, o seu ponto de decisão; 2) que esse movimento se dê não só no espaço, mas ao tempo próprio do ser, do qual tenha consciência. [...] Por tudo isto, é preciso não confundir desenvolvimento com modernização. Esta, sempre realizada induzidamente, ainda que alcance certas faixas da população da "sociedade satélite", no fundo interessa à sociedade metropolitana. A sociedade simplesmente modernizada, mas não desenvolvida, continua dependente do centro externo, mesmo que assuma, por mera delegação, algumas áreas mínimas de decisão. Isto é o que ocorre e ocorrerá com qualquer sociedade dependente, enquanto dependente (FREIRE, 1968, p. 92-93).

No Brasil, segundo Freire (1967), a elite seria marcada por um comportamento antidialógico em relação ao povo, o que atribui às características de fundação da pedagogia no país. Na organização econômica colonial, a hegemonia das grandes propriedades escravistas, autárquicas, separadas umas das outras, produziu uma postura de negação dos senhores de terra a experiências comunitárias. Quando surgiram preocupações de criar estabelecimentos de ensino, após a chegada da Corte portuguesa, no início do século XIX, foram erguidas escolas de ensino básico, técnico e universitário nos centros urbanos. Contudo, tais estabelecimentos ofereciam uma educação importada da metrópole, caracterizada pela verticalidade da relação entre professor e aluno, o controle absoluto do primeiro sobre o segundo, o paternalismo, a domesticação, a impotência e a verborragia, o que, em grande medida, reforçava aquela postura anticomunitária da vida colonial (FREIRE, 1967).

Freire (1968) chama esta pedagogia de educação bancária, na qual o saber é tratado como uma transação dos que se julgam sábios aos que julgam nada saber. Lembrando a lógica de um banco, educar é visto como um ato de depositar ideias e valores. O conhecimento é transmitido via relações narradoras ou dissertadoras, em que há um sujeito (o educador) e objetos ouvintes (os educandos). Ao se submeter à imposição da consciência do professor, o educando entenderia que seu futuro, enquanto adulto, é impor-se sobre os demais. O principal resultado disto seria a reprodução de uma cultura de autoritarismo (FREIRE, 1968).

Conforme Freire (1968), a manutenção da educação bancária, no período imperial, foi instrumental para reproduzir a ordem escravista e, no início do regime republicano, para manter relações de dominação da elite sobre o povo. No caso das universidades, Freire (1967) destaca a prática de importarem ideias sobre democracia, ensinadas na Europa, que não guardavam relação nenhuma com a realidade brasileira, especialmente na conjuntura escravista. Este tipo de importação de um conteúdo descolado da realidade faz, segundo ele, com que a elite reforce uma postura de afastamento em relação ao seu povo, por vê-lo distante das idealizações teóricas (FREIRE, 1967). Freire (1968) chama esta mentalidade de consciência colonizada, isto é, quando o educando reproduz a pauta do antigo colonizador ao invés de abandoná-la em favor da realidade concreta. Esta mentalidade, por sua vez, é definida como a manifestação de uma invasão cultural.

> No fundo, a invasão é uma forma de dominar econômica e culturalmente ao invadido. Invasão realizada por uma sociedade matriz, metropolitana, numa sociedade dependente, ou invasão implícita na dominação de uma classe sobre a outra, numa mesma sociedade. Como manifestação da conquista, a invasão cultural conduz à inautenticidade dos invadidos. [...] É importante, na invasão cultural, que os invadidos vejam a sua realidade com a ótica dos invasores e não com a sua. Quanto mais mimetizados fiquem os invadidos, melhor para a estabilidade dos invasores. Uma condição biônica ao êxito da invasão cultural é o convencimento por parte dos invadidos de sua inferioridade intrínseca. [...] Quanto mais se acentua a invasão, alienando o ser da cultura e o ser dos invadidos, mais estes quererão parecer com aqueles: andar como aqueles, vestir à sua maneira, falar a seu modo (FREIRE, 1968, p. 87).

Freire (1967) entende a superação da economia de agroexportação pela industrialização como um imperativo existencial para a descolonização de uma sociedade reflexa, mas afirma que este processo apenas reverte efetivamente a reflexividade se produz uma integração entre elite e povo. No Brasil, o autor via começar a surgir mudanças neste sentido, por efeito do avanço da industrialização a partir dos anos 1930. Este processo foi conduzido por meio de projetos e planos públicos, que levaram a elite a começar a ganhar um senso de responsabilidade pelo futuro do povo. Além disso, a industrialização deu origem, nas zonas urbanas, a indivíduos mais autônomos, uma vez que a melhoria da qualidade de vida nas grandes cidades possibilitou que o proletariado tivesse preocupações para além da

subsistência (FREIRE, 1967). Contudo, Freire (1967) julga que, nos trabalhadores dos anos 1960, ainda havia fragilidade na argumentação, simplicidade na interpretação dos problemas, forte teor de emoção, muito misticismo, terceirização de responsabilidades, preferência pela polêmica em vez do diálogo e sectarismo político. Esta última característica é especialmente criticada por Freire (1968), que a vê como uma manifestação de relações autoritárias.

Uma vez dados estes primeiros passos em direção de uma integração entre elite e povo, Freire (1967) afirma que ela apenas se consolidaria se o enriquecimento produzido pela industrialização fosse combinado a um avanço da democracia participativa, no plano político. Este avanço, por sua vez, requereria a substituição da educação bancária, centrada no mutismo e na passividade, pelo que chama de educação libertadora ou problematizadora, cujo cerne seria o diálogo (FREIRE, 1968). Neste método, inspirado na obra de Karl Mannheim, o professor educa e é educado ao dialogar com o aluno, culminando em uma troca mútua de conhecimentos e na síntese de um novo saber (FREIRE, 1968). Por sua vez, ao assumir uma postura críticas às ideias do professor, o aluno ganha experiência na defesa de seus pontos de vista e, ao submeter-se ao contraditório, adquire tolerância (FREIRE, 1968). Sua aplicação deveria ser de longo prazo, desde a alfabetização[41] à universidade pública[42], orientada pelo entendimento de que a educação deve ser pública e popular – tal como expresso por Bomfim. Como resultados deste esforço coletivo, Freire (1967) concebe, no longo prazo, a substituição de um saber alienado por um saber autêntico, fundado no contexto em que os indivíduos vivem, bem como a preparação de todos para a cultura democrática, baseada na livre expressão e na criação de ideias, abrindo-se espaço, assim, para novas experiências comunitárias no futuro.

3.6 **Candido e a escolha coletiva entre importar ou criar técnica na literatura**

A ressignificação de desenvolvimento e dependência em termos culturais avançada por Freire foi rapidamente absorvida na reflexão sobre literatura, na virada dos anos 1960 para

[41] Cumpre sempre registrar o método de alfabetização desenvolvido e aplicado por Freire (1968). Nele, o estudante deve formar palavras a partir de sílabas, em vez de memorizá-las por cartilhas, como ocorria na ditadura militar. Quando forma o nome de um objeto, deve, em seguida, ser estimulado a discutir, com docente e colegas, para que ele serve (dimensão da cultura) e como é produzido (dimensão do trabalho). Deste modo, deixaria de entender a realidade como natural para percebê-la como uma construção simbólica e material.

[42] Freire (1967) elogia duas instituições, o ISEB e a Universidade de Brasília, por fazerem os primeiros movimentos em direção ao que chamava de despertar da consciência nacional. Intelectuais de ambas começavam a criticar conteúdos importados da Europa e dos Estados Unidos e a pensar o Brasil a partir da sua própria realidade, buscando criar teorias e métodos originais nos estudos das humanidades. Alberto Guerreiro Ramos (ISEB) e Darcy Ribeiro (UnB) teriam sido os expoentes deste esforço.

os 1970. Antonio Candido não apenas analisou a produção literária brasileira pela lente da importação de ideias, como também defendeu uma nova proposta sobre como desincentivá-la: para ele, tão importante quanto questionar o conteúdo, na arte, era repensar a forma cêntrica de expressá-la. Encaixar ideias novas em moldes copiados não alcançaria toda a potência possível para enfrentar a dependência. Abre-se, aqui, uma diferença importante em relação ao pensamento de Andrade sobre arte: enquanto este aceitava o modo de produção europeu, Candido reivindica a sua superação. Expressou-o em dois ensaios emblemáticos: *Literatura de dois gumes*, de 1969, e *Literatura e subdesenvolvimento*, de 1973.

Segundo Candido (1989[1969]), ao longo dos três séculos de colonização brasileira, Portugal avançou na transição do feudalismo para o capitalismo e, no seu cânone literário, houve uma substituição gradual de conteúdos mágico-religiosos populares e formas de escrita espontâneas por uma visão cada vez mais realista do mundo, acompanhada por maiores exigências técnicas na escrita. A importação feita pelos escritores situados na colônia, portugueses ou brasileiros, consistia em utilizar esta estética para retratar uma região desconhecida, ou, em outros termos, experimentar a cultura europeia em outro contexto (CANDIDO, 1989[1969]). Estes homens ocupavam posições de comando no empreendimento colonial (senhores de terras, sacerdotes, juristas, burocratas, militares), encaravam a difusão de valores europeus como uma tarefa e tratavam a cultura indígena e africana como um folclore a ser esquecido. O principal resultado literário disto foi a escola barroca, cuja temática definidora era o contraste entre a inteligência do homem culto, herdeiro da cultura greco-latina, e o primitivismo do homem explorado, ao passo que antíteses eram marcantes na forma de escrita. Botelho de Oliveira foi expoente desta escola, retratando o Brasil com versos escritos em português, castelhano, italiano e latim (CANDIDO, 1989[1973]).

Após a independência do Brasil, Candido (1989[1973]) afirma que os escritores assumiram um papel de construtores da nação, ao longo do século XIX, e se lançaram em uma atividade de pesquisa social. O desconforto do contraste do barroco deu lugar a uma valorização do contato entre culturas. Em termos de conteúdo, as obras passaram a se caracterizar por uma descrição da natureza local e dos costumes populares, frequentemente expressas por meio de hipérboles, como retratado nos poemas ufanistas de Gonçalves Dias. A forma de escrita admitiu uma pluralidade de estilos, porém todos ainda importados da Europa, sobretudo da França, como nas escolas romântica, realista, naturalista, simbolista e parnasiana (CANDIDO, (1989[1973]). Nos seus termos, a junção de conteúdos locais e formas importadas era fruto de um aristocratismo alienador, praticado por uma oligarquia

cosmopolita que não se furtava de seguir utilizando línguas estrangeiras, enquanto entrevia o povo local "de longe e vagamente, menos como realidade do que como conceito liberal" (CANDIDO, 1989[1969], p. 146).

A grande importância do movimento artístico de 1922, para o autor, foi a denúncia desta literatura elitizada. Candido (1989[1969], p. 142) avalia que foi sob a influência do debate cultural aberto na década de 1920 que o romance modernista e regionalista dos anos 1930, feito por Graciliano Ramos, Jorge Amado, José Lins do Rego e Rachel de Queirós, pôde, pioneiramente, abandonar o tom documental e curioso sobre o povo e adotar uma postura de crítica diante da "realidade dos solos pobres, das técnicas arcaicas, da miséria pasmosa das populações, da sua incultura paralisante". Assim, a arte precedeu a tomada de consciência do subdesenvolvimento por economistas (CANDIDO, 1989[1969]). Além da literatura, o autor destaca que as influências mais imediatas do movimento de 1922 no modernismo dos anos 1930 deram-se na música clássica, com Heitor Villa-Lobos, e na arquitetura, com Lúcio Costa e Oscar Niemeyer, todos amparados pelo Estado varguista (CANDIDO, 1989).

Apesar do avanço modernista em termos de consciência nacional, Candido (1989[1969]) avalia que o debate sobre dependência econômica, em meados do século XX, levou à conscientização de que o hábito de artistas se voltarem para referências do exterior não se devia à busca apenas de padrões estéticos, mas também de um mercado consumidor maior que compensasse financeiramente o seu trabalho, já pensado como um produto de exportação. No campo literário, não bastasse a restrição do público leitor no Brasil, antevia-se uma perda maior de interesse pela leitura diante do avanço da mídia de massa, o que reduziria mais o mercado consumidor. Segundo Candido (1989[1969], p. 142), todo este diagnóstico era "agônico e leva à decisão de lutar, pois o traumatismo causado pela verificação de quanto o atraso é catastrófico suscita reformulações políticas".

Neste espírito de reformulação, Candido (1989[1969]) observa que se, por um lado, o conteúdo das obras literárias já refletia a realidade brasileira com maior fidedignidade, por outro lado, faltava-lhe originalidade na forma:

> Jamais criamos quadros originais de expressão, nem técnicas expressivas básicas. [...] E embora tenhamos conseguido resultados originais no plano da realização expressiva, reconheçamos implicitamente a dependência. Tanto é assim que nunca se viu os diversos nativismos contestarem o uso das formas importadas, pois seria o mesmo que se oporem ao uso dos idiomas europeus que falamos. O que requeriam era a escolha de temas novos, de sentimentos diferentes. [...] O simples fato de a questão nunca ter sido proposta revela que, nas camadas profundas da elaboração criadora (as que envolvem a escolha dos instrumentos expressivos), sempre reconhecemos como natural a nossa inevitável dependência. Aliás, vista assim, ela deixa de o ser, para tornar-se forma de participação e contribuição a um universo

> cultural a que pertencemos, que transborda as nações e os continentes, permitindo a reversibilidade das experiências e a circulação dos valores. [...] Em tais momentos, o que devolvemos não foram invenções, mas um afinamento dos instrumentos recebidos (CANDIDO, 1989[1969], p. 151-152).

Tal como Andrade, Candido (1989[1969]) também rejeita qualquer ruptura de contato com outras culturas e defende um processo de assimilação recíproca com vistas a se atingir uma interdependência cultural. Porém, distintamente, entende que este processo não pode confinar-se a uma escolha individual, mas sim pautar-se por uma ação coletiva abrangente. O caráter transnacional do subdesenvolvimento deveria levar, na sua concepção, escritores e escritoras de diferentes países a se entender como uma unidade na diversidade, de modo a agir coletivamente contra o imperialismo cultural das grandes potências (CANDIDO, 1989[1969]).

O autor reconhece que subsistem obstáculos ao caminho da inovação da técnica de escrita, pois o "atraso estimula a cópia servil de tudo quanto a moda dos países adiantados oferece, além de seduzir os escritores com a migração, por vezes migração interior" (CANDIDO, 1989[1969], p. 156). Entretanto, via na obra de João Guimarães Rosa um exemplo revolucionário da originalidade possível, na qual a temática do subdesenvolvimento, herdada do romance de 1930, passou a ser retratada com uma estética nova, nutrida de elementos não-realistas, como o absurdo e a magia, no conteúdo, e a recusa à escrita racional e linear, na forma, desafiando, assim, a mentalidade burguesa (CANDIDO, 1989[1969]).

3.7 **Furtado e a disputa entre coalizões pela importação de técnica na economia**

Na virada dos anos 1970 para os 1980, como mencionamos anteriormente, Celso Furtado fez o revisionismo do que havia escrito originalmente na CEPAL sobre o desenvolvimento do capitalismo na periferia ser alcançado via industrialização. Publicou-o nos livros *Criatividade e dependência na civilização industrial*, de 1978, e *Cultura e desenvolvimento em época de crise*, de 1984. Este revisionismo adota, para pensar a industrialização, uma distinção entre conteúdo e forma que lembra como Candido concebia a literatura. Na sua nova interpretação sobre subdesenvolvimento, copiar valores e técnicas industriais não significa automaticamente superá-lo, pois a importação destes dois conteúdos, pela periferia, pode dar-lhe maior ou menor dependência, em relação ao centro, consoante seja a forma de combinação dos dois elementos. Esta forma de se organizar a industrialização não poderia ser explicada pela estrutura da divisão internacional do trabalho, pois, se assim

fosse, o grau de dependência de todos os países periféricos que têm indústrias seria o mesmo. Furtado (1978) observa diferenças qualitativas importantes na autonomia dos países que se industrializaram no século XX e passa a explicá-las, então, a partir de escolhas feitas pelas elites políticas.

Para Furtado (1978), a evolução do capitalismo na Europa ocorreu a partir de uma difusão muito lenta, ainda na sociedade feudal, de uma cultura fermentada entre comerciantes burgueses da parte ocidental do continente. Os valores da cultura burguesa eram o desprendimento da contemplação religiosa, a primazia de sensações materiais, a inovação de mercadorias, o individualismo competitivo, o aumento da produtividade a partir da racionalidade instrumental, a matematização do conhecimento e a submissão de todas atividades à técnica. Estes valores transformaram as relações sociais de trabalho, que passaram de feudais a capitalistas. Assim, surgiu uma nova civilização, que Furtado (1978) chama de civilização industrial, cujos efeitos principais na organização social seriam a secularização, a industrialização e a urbanização.

No plano internacional, tanto os valores quanto as técnicas de produção da civilização industrial passaram ser difundidos a outros povos por meio de pressões materiais e culturais, inicialmente pela colonização europeia e posteriormente por ação dos Estados Unidos, que o potencializou através da mídia de massa (FURTADO, 1984). No cerne das pressões culturais, Furtado (1978) situa as ideias de progresso e desenvolvimento, que prescrevem que o futuro dos países periféricos pode ser melhor do que seu passado caso se espelhem na experiência dos países centrais.

> Posto que se concebe "desenvolvimento" como uma *performance* internacional – ignorando-se o custo da acumulação em termos de valores culturais próprios –, a história dos povos passa a ser vista como uma competição para parecer-se com as nações que lideram o processo acumulativo. [...] Ignorando as aspirações – conflitantes ou não – dos grupos constitutivos da sociedade, aponta[-se] para o simples transplante da civilização industrial, concebida esta como um estilo material de vida originado fora do contexto histórico do país em questão (FURTADO, 1978, p. 69-70).

Contudo, para Furtado (1978), a importação de valores e técnicas da civilização industrial não é uma imposição unilateral do centro, pois depende das ações de importação da periferia. O autor classifica as formas de importação em três tipos, conforme seja a forma de combinação entre valores e técnicas: 1) importação de técnicas que são adaptadas a valores locais, para produzir uma ordem social controlada por elites tradicionais, como ocorrido no Japão e na Rússia czarista; 2) importação de técnicas com ruptura de valores locais, para se avançar o nível material da sociedade rapidamente, sob o controle de uma nova elite, como na

União Soviética; e 3) importação incompleta, que transplanta mais os valores do que as técnicas, como na maioria dos países da periferia, inclusive o Brasil (FURTADO, 1978).

A via da importação incompleta seria a que gera o maior grau de dependência de um país periférico, segundo Furtado (1978). A cópia exclusiva dos valores culturais origina desejos de consumo que apenas podem ser saciados mediante a importação de bens que não são produzidos domesticamente, por falta de condições técnicas. Contribuindo para manter essa estagnação técnica, teorias importadas sobre liberalismo econômico seriam amplamente reproduzidas, reforçando a vulnerabilidade e a incerteza perante decisões comerciais estrangeiras – tal como Bomfim denunciava em 1905. Quando ocorreram importações de técnicas produtivas na periferia, geralmente ficaram confinadas a enclaves agrícolas ou mineiros, que eram controlados do exterior, geravam pouco emprego de mão-de-obra e tinham baixo impacto na transformação da sociedade (FURTADO, 1978).

Furtado (1978) avalia que as experiências mais avançadas de importação incompleta, como a brasileira, não alcançaram o mesmo grau de redução de dependência do que países que seguiram as outras duas formas de importação. Na via incompleta, a produção de manufaturas sofisticadas dentro do território nacional, mesmo quando incentivada pelo Estado, foi levada a cabo apenas com a anuência de empresas estrangeiras transnacionais, interessadas em reduzir custos com matéria-prima e mão-de-obra. Originou-se um sistema industrial estruturalmente dependente do centro, em que as filiais instaladas dependem das decisões de investimentos, compra de insumos, venda de produtos e contratação de trabalho tomadas pelas matrizes. Para Furtado (1978), o intuito principal das elites periféricas com políticas deste tipo não foi a criação de maior autonomia em relação ao centro, mas sim o desejo de acessarem bens de consumo sem enfrentar o risco de interrupção do comércio internacional por guerras ou crises econômicas. Além disso, a instalação de máquinas sofisticadas gerou desemprego no campo e pouca demanda por mão-de-obra nas cidades, o que comprimiu salários, não criou um mercado de consumo doméstico significativo e tampouco estimulou vínculos entre a elite e seu povo. Apenas uma pequena classe média ganhou bem-estar com a diversificação econômica, porém passou a pressionar por uma concentração de renda cada vez maior para acompanhar os desejos de consumo importados do centro (FURTADO, 1978).

O principal efeito de todo este processo foi o agravamento da heterogeneidade social, que é, para Furtado (1978), a grande marca da periferia, por ser o traço mais evidente, no cotidiano, do fracasso em tentar se copiar valores dos países centrais desacompanhados de suas técnicas. No centro, a evolução da civilização industrial produziu um desenvolvimento

real, que consistiria em dois processos: satisfação das necessidades básicas da população e integração crescente do povo em instâncias decisórias de poder, antes controladas apenas por elites. O segundo processo é dependente do primeiro, na medida em que este libera energia humana para a participação política. Se, por um lado, Furtado (1978) reconhece que muito desta energia humana foi canalizada para a invenção de novas técnicas que reproduzem dominações sociais, por outro lado, afirma que também houve a invenção de novas formas de convivência e associação, críticas à cultura dominante. Assim, o acesso de mais pessoas à esfera pública foi essencial para expandir um processo de criatividade cultural, definida, por ele, como a faculdade humana de interferir em determinismos e enriquecer o processo social com novos elementos (FURTADO, 1978).

Furtado (1978) entende cultura como um patrimônio da humanidade inteira, cuja construção deve receber a contribuição de todos os povos. Reproduzindo claramente noções de Freire, o autor afirma que ter ou não direito à criatividade cultural é um elemento diferenciador entre indivíduos do centro e da periferia:

> A visão que tenho do desenvolvimento é a de um processo criativo, de invenção da História pelos homens, em contraste com o quadro mimético e repetitivo de que são prisioneiras as sociedades dependentes. [...] O desenvolvimento é menos o domínio da natureza (se bem que esse domínio seja até certo ponto uma condição necessária) e mais um processo de criação de valores, portanto, de avanço na racionalidade substantiva ou dos fins. São dependentes as sociedades que introjetam valores criados fora delas mesmas, que se transformam de preferência sob a pressão de fatores exógenos, que reproduzem mimeticamente padrões de comportamento surgidos em outros contextos culturais e muitas vezes sem correspondência com sua base material (FURTADO, 1984, p. 63-64).

Na periferia, Furtado (1978) aponta que o mimetismo cultural da via incompleta de importação também impacta as instituições políticas. O autoritarismo aparece frequentemente como método para impor ordem à heterogeneidade social e manter vigente a concentração de renda e riqueza que a sustenta. Ademais, ao bloquear a participação popular na política, estimula que ideias continuem a ser importadas do exterior. No caso específico do Brasil, Furtado (1984) destaca que o autoritarismo se alimenta, também, da herança cultural de três séculos de colonização escravista, porém afirma que tradições de origem indígena e africana representam alternativas importantes à importação de valores.

Por fim, Furtado (1978; 1984) atualiza suas recomendações sobre como superar a dependência econômica-cultural. Concebe-o, ora, como um esforço político, nos planos doméstico e internacional, para disputar o controle de técnicas de produção com empresas transnacionais e expandir o direito à criação de novos valores na periferia via mecanismos de política participativa. Este processo corresponderia a uma nova forma, em relação às três mencionadas, de combinar a adaptação de técnicas industriais (que pertencem à humanidade

inteira) a valores locais (que devem refletir especificidades histórico-sociais), sem cair no cenário de controle elitista do Japão e da Rússia czarista. Tal receita, entretanto, em muito se parece com uma atualização do reformismo liberal do jovem Bomfim.

No nível doméstico, Furtado (1984) postula a necessidade de se reivindicar acesso popular às esferas decisórias do Estado, mesmo enquanto este seja um reflexo da estrutura de dominação social engendrada pela parceria entre elites econômicas nacionais e estrangeiras[43]. Acredita que, assim, seria possível começar um processo de reforma democrática do Estado, no sentido de ofertar um capitalismo de bem-estar social básico com mecanismos de participação popular, evitando-se um engessamento burocrático. Eventualmente, Furtado (1978) confia na consolidação de uma coalizão de forças domésticas capaz de levar o Estado a pensar o desenvolvimento como um processo endógeno, a confrontar interesses estrangeiros e a avançar uma nacionalização da economia capitalista. Entende que "endogeneidade outra coisa não é senão a faculdade que possui uma comunidade humana de ordenar o processo acumulativo em função de prioridades por ela mesma definidas" (FURTADO, 1984, p. 108). Trata especialmente a classe média como um ator político fundamental desta coalizão nacionalista, pois sobre ela incidiriam influências culturais tanto da civilização industrial como das tradições populares, de modo que, se fosse expandida e ganhasse consciência crítica, poderia promover "uma nova síntese, capaz de expressar a personalidade cultural brasileira" (FURTADO, 1984, p. 24-25).

No nível internacional, Furtado (1978) postula que esta coalizão doméstica deveria formar coalizões com outros grupos sociais da periferia, a fim de orientarem seus Estados a uma ação coletiva para enfrentar interesses das empresas cêntricas. Acredita que a integração econômica entre regiões da periferia é positiva, por somar recursos materiais, e destaca as organizações multilaterais como palcos importantes de disputa, onde seria possível trabalhar conjuntamente pela regulação da transferência de tecnologia, da circulação financeira, do acesso a mercados, do comércio de matérias-primas e da remuneração da mão-de-obra. Para tanto, deveria se pensar a geração de formas de vontade coletiva na periferia, capazes de resistir a dependência econômica, tutela cultural e autoritarismo político (FURTADO, 1978).

[43] Furtado (1978) aposta que as arenas onde a crítica social emanaria com mais força, no debate público, seriam as artes (insatisfação com o racionalismo), a ecologia (insatisfação com a degradação ambiental) e o feminismo (insatisfação com a divisão de trabalho desigual entre os sexos). Além disso, no caso do Brasil, avalia que a força crítica será tanto maior quanto mais houver igualdade de voz entre os indivíduos de todas as regiões brasileiras, o que seria possível através da implementação de políticas de desenvolvimento regionais pelo Estado, como reforma agrária, industrialização e expansão do ensino universitário. Caso contrário, acredita que a tendência de concentração de renda no Sudeste e no Sul, regiões onde a cultura importada é mais forte, limitaria o processo de criatividade cultural (FURTADO, 1984).

3.8 **Santos e a disputa entre coalizões pela formação de espaços na geografia**

Se Furtado estipulou que as formas de se importar valores e técnicas industriais suscitam disputas pelo Estado entre coalizões sociopolíticas, Milton Santos, por sua vez, tratou esta problemática a partir da geografia política e deu mais destaque à existência de uma resistência social não apenas à importação de valores, mas também à da própria técnica hegemônica. Aproximou-se, assim, da proposta de Candido de repensar o racionalismo técnico. Suas formulações espalham-se em livros de décadas distintas, com destaque para *Metamorfoses do espaço habitado*, de 1988; *A urbanização brasileira*, de 1993; e *A natureza do espaço*, de 2006.

Santos (1988) parte do entendimento de que todo espaço geográfico é um arranjo de objetos naturais e sociais, postos em animação por ação dos seres humanos. Entre estas ações, está a técnica, que define como o método que uma sociedade utiliza para transformar os objetos naturais em objetos novos (SANTOS, 1988). Segundo Santos (2006), no começo da história social, quando os grupos humanos ainda eram pequenos e dispersos, cada um tinha uma técnica própria, circunscrita ao seu entorno imediato e articulada a sistemas políticos e econômicos também particulares. Ao longo do tempo, os contatos entre os grupos disseminaram a técnica de uns e modificaram a de outros, seja por aceitação ou imposição, produzindo fusões, supressões ou integrações de técnicas. Estes movimentos acrescentaram "elementos externos a histórias até então autônomas" e incluiriam determinado espaço "numa história técnica e social mais abrangente" (SANTOS, 2006, p. 123-124). Desde o século XVI, Santos (2006) entende que a história da humanidade é caraterizada pelo êxito de sociedades europeias em universalizarem a técnica do capitalismo, que se tornou hegemônica no século XX, sobretudo após o fim da União Soviética:

> O movimento de unificação, que corresponde à própria natureza do capitalismo, se acelera, para hoje alcançar o seu ápice, com a predominância, em toda parte, de um único sistema técnico, base material da globalização. Com a emergência do período técnico-científico, no imediato pós-guerra, o respectivo sistema técnico se torna comum a todas as civilizações, todas as culturas, todos os sistemas políticos, todos os continentes e lugares (SANTOS, 2006, p. 125).

Para Santos (2006), a universalização gradual da técnica capitalista produziu, simultaneamente, uma tendência de homogeneização dos espaços geográficos no mundo, transformando-os de espaços naturais em espaços racionais. Partindo de definições de Karl Mannheim, Santos (2006, p. 197) define espaço racional como um espaço geográfico pensado para "permitir que uma série de ações alcancem objetivos previamente designados, antecipadamente calculados" (SANTOS, 2006, p. 197). Em outros termos, espaço racional

seria um campo artificial, criado para que ações funcionem do modo mais lógico e matemático possível, "onde cada peça convoca as demais a se pôr em movimento, a partir de um comando centralizado" (SANTOS, 2006, p. 204).

Conforme Santos (2006), nas experiências passadas de colonização, a criação e o comando dos espaços racionais eram feitos pela metrópole, que organizava o espaço racional da colônia por meio de atividades econômicas sob seu controle direto. Com o avanço da descolonização, no século XX, o comando destas atividades econômicas passou a empresas, bancos e instituições globais, que trabalhariam constantemente para pressionar os Estados periféricos a aumentarem a competitividade de suas economias, isto é, a reduzirem custos de produção e aumentarem lucros de investimento estrangeiro, sob a promessa de atrair mais capital externo. Isto implica, para Santos (2006), pressões para que os Estados criem mais espaços racionais e aumentem a racionalidade daqueles já existentes.

Todavia, segundo Santos (2006), sempre houve, em países periféricos, grupos sociais que resistem à anulação de culturas próprias e à aceitação da técnica capitalista. O tamanho espacial e a importância destes grupos variariam em cada país periférico, bem como a exposição que têm à cultura colonizadora e a forma como decidem adaptá-la ou não a leis, costumes ou religiões próprias. Com isto, todo país periférico abrigaria "uma razão global e uma razão local, que em cada lugar se superpõem e, num processo dialético, tanto se associam, quanto se contrariam" (SANTOS, 2006, p. 225). Esta dialética entre razão global e razão local fomentaria a desigualdade, em termos de quantidade e qualidade, dos espaços racionais entre países centrais (que os tem em maior medida) e países periféricos (que os tem em menor medida) (SANTOS, 2006). Esta desigualdade, por sua vez, constrangeria a possibilidade de países periféricos atingirem o mesmo nível de competitividade econômica que países centrais.

Além disso, entre os países periféricos, diferenças no grau de disposição ou de resistência de suas sociedades em aderirem à civilização técnica alimentaria a desigualdade de riqueza, dada a preferência efetiva dos atores globais em aplicarem seu capital em países com espaços mais racionais (SANTOS, 1988). Finalmente, conforme Santos (1993), o grau de racionalidade dos espaços mudaria dentro do território de um mesmo país, o que originaria uma divisão territorial de trabalho nacional. Os espaços mais racionais sediariam as atividades econômicas mais lucrativas, ligadas às ações de empresas, bancos e instituições globais. Os indivíduos com acesso facilitado a estes espaços seriam mais beneficiados materialmente do que aqueles mais afastados, gerando uma desigualdade de renda na sociedade.

> O espaço nacional fica dividido entre áreas onde os diversos aspectos da vida tendem a ser regidos pelos automatismos técnicos e sociais próprios à modernidade tecnicista e áreas onde esses nexos estão menos, ou quase nada, presentes. Seria uma oposição entre espaços inteligentes, racionais, e espaços opacos, não racionais ou incompletamente racionais, comandando uma divisão regional do país e determinando novas hierarquias: entre regiões com grande conteúdo em saber (nos objetos, nas instituições e empresas, nas pessoas) e regiões desprovidas dessa qualidade fundamental em nossa época; entre regiões do mandar e regiões do fazer (SANTOS, 1993, p. 47).

Como exemplo histórico, Santos (1993) analisa o crescimento econômico das regiões do Brasil, no século XX. Em linhas gerais, avalia que a disseminação de espaços racionais no Norte e no Centro-Oeste não encontrou o obstáculo de heranças culturais fortes, que tivessem sistemas técnicos concorrentes, dado o baixo povoamento. Ambas as regiões puderam receber, assim, uma infraestrutura nova, totalmente a serviço da técnica capitalista e por isso altamente rentável. Em uma situação oposta, o Nordeste, berço de uma cultura escravocrata e latifundiária, teria uma estrutura hostil a inovações materiais e sociais da técnica capitalista, o que retardou o avanço de espaços racionais. Por sua vez, o Sudeste e o Sul seriam casos intermediários, onde houve uma adaptação progressiva à técnica capitalista, mais forte na primeira região, em termos de industrialização, por ter tido mais recursos para investimento (SANTOS, 2006).

Para evitar uma desintegração social devido a esta desigualdade material, a coesão dos espaços subnacionais seria continuamente fomentada por forças centrípetas, que Santos (2006) identifica como sendo os atores econômicos dominantes do nível global e o Estado. Ambos trabalhariam para integrar os espaços subnacionais e ditar o trabalho em todos eles através de ordens financeiras, políticas, técnicas e culturais no dia a dia. Os atores globais fazem-se presentes, no plano doméstico, por meio de filiais, geralmente instaladas nas metrópoles nacionais, que operam no tempo das matrizes por meio de um fluxo instantâneo de informações, possibilitado pela informática (SANTOS, 1993).

Por outro lado, Santos (2006) entende que estas ações centrípetas são permanentemente ameaçadas por forças centrífugas, resistentes à organização hierárquica do espaço nacional. Destacam-se, aqui, os grupos sociais avessos à importação da técnica capitalista. Os dois tipos de forças, centrípetas e centrífugas, produziriam uma tensão permanente na psicoesfera, definida como "o reino das ideias, crenças, paixões e lugar da produção de um sentido" (SANTOS, 2006, p. 172), inclusive sobre técnica. Os atores globais pressionariam para a psicoesfera fornecer cada vez mais regras objetivas da racionalidade para o imaginário individual, distintamente dos grupos sociais vinculados a outras culturas (SANTOS, 2006).

Santos (1993) entende que pobres, migrantes, excluídos e minorias de todo tipo têm maior potencial de criar formas alternativas à racionalidade dominante (como Bomfim também acreditava), especialmente nas metrópoles de países periféricos, por uma questão de sobrevivência. Avalia que a mecanização do campo provoca um êxodo rural cada vez maior em direção às metrópoles, porém seus setores secundário e terciário não conseguem absorver toda a mão-de-obra disponível. Por conseguinte, estas cidades abrigariam uma justaposição tensa de diferentes atividades de trabalho, desde aquelas feitas em filiais de empresas globais até as consideradas marginais do ponto de vista tecnológico, financeiro e organizacional. Com a expansão numérica dos grupos marginalizados nas metrópoles, acredita que suas "contra-racionalidades" ocupariam um espaço crescente, tanto no meio físico quanto na psicoesfera, e a desafiar eventualmente a racionalidade dominante, que tende a ser mais característica de ricos e da classe média (SANTOS, 1993). Note-se um corolário deste raciocínio, distinto à avaliação de Furtado: se a classe média passar por um processo de expansão, a racionalidade dominante se fortaleceria, e não o contrário.

Santos (1988) vê o Estado como o ator fundamental capaz de intensificar ou enfraquecer um lado da tensão centrípeta-centrífuga, por possuir praticamente o monopólio do planejamento do território nacional, assim como a capacidade de executá-lo por meio da elaboração de regulamentos, do controle sobre grandes recursos para investimento e da construção de redes de comunicação de massa. Assim, o Estado poderia servir, ao mesmo tempo, como "uma porta de entrada e uma barreira para as influências exógenas" (SANTOS, 1988, p. 6). O que determinaria a prevalência de uma postura ou outra, em determinada conjuntura, seria a luta de grupos sociais pelo controle do Estado, organizada por duas variáveis: interesses de classe social e proteção de heranças culturais alternativas à dominante (SANTOS, 1988).

A centralidade tanto da luta de classes quanto da cultura é somada, assim, por Santos, para se entender os rumos da importação de ideias estrangeiras e da dependência. Em comparação, se Furtado preocupava-se em pensar a adaptação da técnica capitalista importada a valores culturais locais, por meio de instituições políticas participativas, para produzir um capitalismo de Estado nacionalista-democrático, Santos, por sua vez, complexifica esta relação. A tentativa de justapor importação de técnicas capitalistas e preservação de valores alternativos pode originar mais tensão do que estabilidade, para ele, à medida que a técnica hegemônica, se nacionalizada nas mãos de uma elite dotada de racionalidade instrumental tal como a estrangeira, for utilizada para marginalizar outras culturas, ao trazer consigo pressupostos sobre como o trabalho deve ser organizado nos espaços ainda não

suficientemente racionalizados (como são, por exemplo, comunidades urbanas pobres, indígenas e quilombolas). Tal como o velho Bomfim percebera, instituições participativas seriam insuficientes para produzir nações e democracias autênticas, na periferia, se não avançarem mudanças na propriedade dos meios de produção, capazes de equalizar o poder material de indivíduos vinculados a diferentes classes e culturas, para, assim, abrir-se mais espaço à razão crítica no debate público, em detrimento da racionalidade técnica.

3.9 **Kehl e a disputa entre coalizões pelos rumos do bovarismo na psicologia**

Desde os anos 1970, Maria Rita Kehl pensa a dependência cultural na arte brasileira com base na psicanálise, em um esforço que tanto aprofunda uma relação que Bomfim e Andrade já faziam entre importação de ideias estéticas e teoria freudiana, quanto aplica os entendimentos sobre criação cultural de Candido para além da literatura. Seus ensaios foram reunidos no livro *Bovarismo brasileiro*, de 2018. Ainda que a psicanálise se preocupe fundamentalmente com a análise de indivíduos, Kehl (2018) parte do princípio de que é possível estender alguns de seus preceitos à interpretação da sociedade, na medida em que considerar a história do espaço em que vive um indivíduo seria fundamental para compreender a sua subjetividade.

Com base na vertente psicanalítica de Jacques Lacan, Kehl (2018) explica que a modernidade, quando se desenvolveu na Europa, levou ao advento da personalidade, isto é, a manifestação da subjetividade nos indivíduos. No feudalismo, as pessoas valiam-se da origem familiar para socializarem no mundo, ao passo que, no capitalismo, elas precisariam apresentar a si como entes únicos e diferenciados para ganharem respeito e confiança. Para sustentar esta personalidade conscientemente, todo indivíduo precisaria compor uma narrativa sobre a sua história e assumir a responsabilidade pelo seu futuro. Por sua vez, a possibilidade de controle sobre o rumo da própria vida implica a noção de que um indivíduo seria "capaz de estabelecer livremente contratos com outro sem, aparentemente, subordinar-se a nenhuma autoridade divina ou monárquica" (KEHL, 2018, p. 16). Tal noção supõe que, na relação entre *eu-outro*, existiria igualdade jurídica e simetria de poder material.

Contudo, na prática, segundo Kehl (2018), o ideal de liberdade do indivíduo em tornar-se aquilo que deseja enfrenta restrições, dado que o mundo se organiza em relações hierárquicas de poder. Como consequência, a frustração de se alcançar o futuro desejado seria capaz de provocar uma série de distúrbios mentais e comportamentais, como as paranoias, que levam um sujeito a superestimar suas capacidades e a não perceber incoerências no seu

projeto de vida. Em outras palavras, a paranoia é uma falha do sujeito em decifrar o campo de forças sociais que condicionam as suas possibilidades de existência no mundo (KEHL, 2018).

Entre os diversos traços de uma paranoia, Kehl (2018) destaca o bovarismo, que define como sendo o poder de o sujeito conceber-se diferente do que é na realidade. O conceito foi cunhado pelo psicólogo francês Jules de Gaultier, em 1892, com base na personagem Emma Bovary, do romance *Madame Bovary*, escrito por Gustave Flaubert, no século XIX[44]. Passando da análise individual à coletiva, Kehl (2018) entende que o bovarismo é um traço da psicologia social de países periféricos, que buscam transformar-se em países centrais sem, porém, contarem com as capacidades de poder adequadas:

> Nas sociedades da periferia do capitalismo, que se modernizaram tomando como referência as revoluções industrial e burguesa europeias sem, no entanto, realizar nem uma nem outra, a relação com os ideais passa forçosamente pela fantasia de "tornar-se um outro". Só que esse outro é, por definição, inatingível, na medida em que o momento histórico que favoreceu a modernização, a expansão e o enriquecimento dos impérios coloniais não se repetirá. O bovarismo dos países periféricos não favoreceu sua modernização; pelo contrário, sempre inibiu e obscureceu a busca de caminhos próprios, emancipatórios, capazes de resolver as contradições próprias de sua posição no cenário internacional – a começar pela dependência em relação aos países ricos (KEHL, 2018, p. 31).

No Brasil, grande parte da sociedade se tomava como portuguesa, no século XVIII; inglesa ou francesa, no XIX; e norte-americana, a partir do XX[45]. A autora afirma que a persistência, hoje, da falta de percepção da inadequação entre a realidade do país e o modelo norte-americano idealizado é forte a ponto de haver uma identificação comum da população com ideais políticos importados, como republicanismo e igualitarismo, ao mesmo tempo em que demonstra tolerância a índices alarmantes de violência e desigualdade econômica, que contrariam tais ideais na prática.

Kehl (2018) avalia que o bovarismo pode ser tanto estimulado como refreado pelo que chama, respectivamente, de dispositivos bovaristas e antibovaristas. No nível individual, o

---

[44] Na história, Emma age para ascender socialmente, mas fracassa ao não compreender que seu projeto de futuro destoa das suas capacidades para alcançá-lo: "[Era] uma ambiciosa e sonhadora pequeno-burguesa de província que, à força de ter alimentado sua imaginação adolescente com literatura romanesca, ambicionou "tornar-se outra" em relação ao destino que lhe era predestinado. Nesse projeto tipicamente moderno de tornar-se autora de seu destino, Emma Bovary investiu tudo o que podia: sua vida erótica, sua imaginação romântica e (não nos esqueçamos do principal) o pouco dinheiro ganho por seu marido, o medíocre médico Charles Bovary. [...] Só que Emma, por ser mulher, não dispunha dos meios para tornar-se autora de sua história. Depois de uma série de tentativas canhestras de mudar o destino medíocre de mulher provinciana por meio de aventuras amorosas, o gesto autoral definitivo de Emma Bovary foi o suicídio" (KEHL, 2018, p. 20-25).

[45] Como aponta Kehl (2018), Lima Barreto, em artigo de 1904 sobre Gaultier, e Sérgio Buarque de Holanda, em *Raízes do Brasil*, livro de 1936, empregaram originalmente o conceito de bovarismo para descrever este fenômeno social. Todavia, para Kehl (2018), Machado de Assis foi o melhor intérprete do bovarismo brasileiro em *Quincas Borba*, livro de 1891. Semelhante a Emma Bovary, o protagonista, Rubião, tenta ascender socialmente, no Segundo Império, quando tal possibilidade se abria diante da importação de ideais progressistas da Europa. Contudo, Rubião gasta sua fortuna irresponsavelmente e fracassa na tentativa. Esta trajetória revelaria a incapacidade de Rubião dominar as regras do jogo da elite brasileira, ao mesmo tempo em que evidencia a dificuldade de uma ascensão social de moldes capitalistas em uma sociedade ainda escravocrata (KEHL, 2018).

dispositivo antibovarista mais eficiente seria a terapia psicanalítica, que permite a autoexpressão do indivíduo no consultório. Já no nível social, consistiria em veículos de cultura de massa. Por exemplo, em meados do século XX, o antibovarismo foi incentivado por projetos culturais que denunciavam o subdesenvolvimento econômico, como os teatros de Arena e Oficina, os Centros Populares de Cultura (CPCs) e o Cinema Novo. Contudo, desde a década de 1970, estes foram marginalizados pela televisão, que Kehl (2018, p. 109) classifica como um dispositivo bovarista capaz de difundir "padrões pequeno-burgueses, tornando a imitação acessível a quase qualquer outro estrato social". Segundo a autora, travou-se uma luta estética, em que as imagens de miséria daqueles dispositivos antibovaristas passaram a ser menos sedutoras à grande população do que a higienização da pobreza e a opulência visual oferecidas pela televisão em cores, ramificada pelo território nacional através da parceria entre o Estado brasileiro e a Rede Globo, durante a ditadura militar. Manifesta-se, aqui, a noção de que coalizões de atores tanto do Estado quanto da sociedade civil sustentam um tipo de dispositivo cultural.

Por outro lado, Kehl (2018) aponta a música como o dispositivo antibovarista que melhor conseguiu manter-se importante ao longo do século XX, destacando a bossa nova, o movimento tropicalista e, principalmente, o samba como exemplares. Por ter sido criado por escravos e desenvolvido em favelas do Rio de Janeiro, Kehl (2018) afirma que o samba guarda uma originalidade, em comparação com a música de países centrais, tanto em forma, celebrando a atuação coletiva, em roda e animada, quanto em conteúdo, valorizando letras que frequentemente refletem a vida dos marginalizados e denunciam o trabalho como um castigo mal pago após a abolição da escravidão, em contraste com as mensagens usualmente propagadas pela televisão. Nos anos 1990, a autora percebe originalidade, em conteúdo e forma, no manguebeat e no rap, que apareciam nas periferias de Recife e São Paulo. Dialogando explicitamente com Candido, Kehl (2018) entende que a criação cultural, em substituição à importação, seria mais revolucionária se os objetos de crítica deixarem de ser retratados por uma classe média politizada (tal como era João Guimarães Rosa), virarem sujeitos e passarem a se expressar por conta própria.

3.10 **Balanço da reflexão acumulada e lacunas sobre o Estado e a política externa**

Como este nosso esforço de genealogia procurou mostrar até aqui, a teoria crítica brasileira sobre importação de ideias seguiu rumos marcadamente distintos em relação aos entendimentos sobre criatividade lançados por Horkheimer e Adorno, nos anos 1940. Desde a

obra de Bomfim, em 1905, assume-se que a dinâmica de cópia e criação de ideias, no Brasil e na América Latina, está conectada à desigualdade de poder econômico entre países, o que seria melhor caracterizado posteriormente, com a elaboração dos conceitos de divisão internacional do trabalho, centro ou Norte, periferia ou Sul e dependência econômica pela CEPAL e pelo ISEB. Todavia, enquanto a interpretação economicista sobre dependência prescrevia que, para superá-la, bastaria avançar o nível material de um país periférico via industrialização, a interpretação cultural insiste, desde Bomfim, que a subordinação de um país a outro envolve dinâmicas no campo da cultura muito mais complexas, capazes de facilitar ou impedir o avanço material pretendido. Em última análise, não seria possível avançar a infraestrutura econômica tendo uma cultura baseada na cópia de ideias, sem adequá-las às exigências do nível do desenvolvimento material local. O copismo, porém, seria uma herança cultural resistente, alimentada, em grande medida, pelo racismo, que naturaliza a submissão intelectual de um povo perante outro[46].

Ainda assim, a teoria crítica brasileira não cai em um determinismo cultural, no qual não haveria espaço para avaliações individuais sobre como proceder diante do peso de estruturas. Na periferia, o que se produz e como se produz, em termos de leis, arte e ciência depende, em grande medida, do modo como indivíduos importam ideias produzidas no centro, inclusive a ideia de industrialização. Decisões de como importar ideias, se por cópia ou adaptação, cabem, pois, aos indivíduos, o que não implica desconhecer que a sua mentalidade é constrangida por estruturas socialmente construídas de ordem pedagógica, econômica, geográfica e psicológica. Tampouco incorre-se em argumentos individualistas, que resumiriam explicações de uma decisão à personalidade ou ao processo cognitivo de um sujeito. Assume-se, em suma, que indivíduos são constrangidos por estruturas socialmente produzidas, mas que alternativas para reproduzi-las ou alterá-las são possíveis de serem tomadas, por ação individual e coletiva, via coalizões sociopolíticas. A interpretação cultural sobre dependência nada mais faz do que reiterar que infraestrutura, superestrutura e agência devem ser pensadas conjuntamente.

Além disso, concebe-se uma dualidade geral nas mentalidades que baseiam as atitudes de cópia ou adaptação de ideias, muito anterior à formulação de Horkheimer sobre teoria tradicional e teoria crítica. Por um lado, a mentalidade copista entende que ideias teriam validade universal, sem perceber diferenças histórico-sociais entre os contextos de origem e

[46] Convém registrar que se trata de um entendimento distinto ao de Darcy Ribeiro, para quem, de uma perspectiva antropológica, o Brasil já seria uma "nova Roma", com integração entre suas etnias, restando apenas a segregação entre classes como um problema a ser resolvido (RIBEIRO, 1995).

aplicação. Esta mentalidade seria predominante na classe capitalista e levaria à conservação da condição periférica. Por outro lado, a mentalidade criativa compreende que ideias podem ter validade universal, desde que interpretadas à luz das diferenças dos contextos histórico-sociais. Esta mentalidade seria mais própria da classe proletária (mais integrada a tradições culturais distintas da eurocêntrica) e impulsionaria a alteração da condição periférica. Entretanto, a associação entre mentalidade e classe social não é determinista nem essencialista, pois se reconhece que pode haver capitalistas criativos (quando buscam importar valores e técnicas industriais de forma combinada, por exemplo) e proletários copistas. Em particular, os indivíduos de uma classe média (que podemos entender aqui como sendo o nível baixo da classe capitalista e o nível alto da classe proletária, em termos de renda e riqueza) aparecem como uma incógnita particular na teoria, pois as atitudes copista e criativa se manifestariam nela com certa concorrência.

Aliás, não nos parece ser por acaso que a teoria crítica brasileira tenha começado tratando de elites políticas, artísticas e intelectuais e evoluído para abordar coalizões sociopolíticas que não se resumem a uma dicotomia rígida de classes, mas sim a arranjos de suas frações. São indivíduos da classe média que normalmente ocupam postos de trabalho ligados à produção e à circulação de ideias na superestrutura (inclusive os autores e as autoras da teoria crítica), daí a importância fundamental deste extrato social para a conservação ou a alteração da dependência cultural. A exposição destes indivíduos a lógicas tanto de dominação quanto de resistência no seu cotidiano, por ocuparem lugares onde pequenos capitalistas e proletários convivem com maior proximidade, aumenta o espaço para reflexões sobre ideologia e a consequente responsabilização pela filiação adotada. Ademais, este tipo de socialização ajuda a explicar a tolerância com transformações culturais demoradas, em vez da inclinação a rupturas violentas. À medida que o processo de acumulação capitalista brasileira avançou no século XX, via industrialização, a classe média se expandiu, fazendo com que mais indivíduos ganhassem relativa autonomia material e intelectual para tomar decisões políticas e formular preferências próprias a respeito do desenvolvimento do país. Quanto maior o tamanho desta classe média passou a ser, mais aumentaram os aportes à teoria sobre o papel da classe média na superestrutura. Tampouco nos parece uma coincidência que os intelectuais da Escola de Frankfurt perceberam o dever de pensar mais detidamente a superestrutura do seu país em um período de expansão da classe média na Alemanha, que culminou na eleição de um líder autoritário, facilitada por novos meios de entretenimento de massa...

A dependência cultural facilita a manutenção de relações de dominação econômica na divisão internacional do trabalho, pois permite ao centro manter sua posição privilegiada por meio do consentimento da periferia às suas prescrições de desenvolvimento, sem precisar recorrer ao uso custoso de coerção. Para trilhar o caminho da autonomia econômica-cultural, a teoria crítica brasileira prescreve, para além da adaptação de ideias estrangeiras, a criação de novas ideias, seja inventando-se novas formas de expressão estética, seja dando-se voz, recursos e, para parte do grupo progressista, propriedades a quem pouco tem. Quanto maior for o número de indivíduos com condição material de construir campos culturais, como ciência e arte, mais estes patrimônios da humanidade se enriqueceriam, permitindo descobertas técnicas e entendimentos moralmente superiores sobre como utilizá-las na esfera do trabalho.

A técnica industrial do centro é entendida como um elemento que oferece benefícios e perigos ao ser importada pela periferia. Por um lado, reconhece-se que esta técnica é capaz de produzir vantagens materiais para o conjunto da sociedade, daí a valorização de políticas de industrialização. Não se trata de uma valorização da "técnica pela técnica", mas sim do reconhecimento – marxiano – de que ela é capaz de reduzir o tempo de trabalho socialmente necessário para se reproduzir a vida coletiva e liberar os seres humanos para outras atividades. Por outro lado, receia-se que a exacerbação da técnica industrial no cotidiano leve a um apagamento da identidade de grupos humanos diferentes. A diversidade de tradições culturais é vista como um elemento capaz de repensar a distribuição do excedente produzido e o emprego da técnica, devendo, por isso, ser protegida. Com isso, a valorização da diversidade cultural da humanidade ou o seu apagamento aparece como um processo político em disputa no mundo.

Diante da tensão entre benefícios e perigos que a técnica cêntrica oferece à periferia, há uma bifurcação dos caminhos sugeridos para se enfrentar a dependência econômica-cultural. Uma via, capitalista nacionalista, reivindica ao Brasil um desenvolvimento semelhante ao de bem-estar social do pós-guerra cêntrico: industrializante, regulador, distribuidor de renda entre as classes e dotado de democracia representativa. Outra via, socialista democrática, almeja a construção de um imaginário cultural distinto do capitalista, que possa estimular desejos de reformulação do direito de propriedade dos meios de produção pela maioria da sociedade, e não apenas por uma vanguarda minoritária. Apesar dos pontos finais dos caminhos serem diferentes, o meio é semelhante: um reformismo gradual, seja porque os custos de um enfrentamento violento de interesses dos países centrais seriam onerosos, seja porque uma ruptura imediata com a propriedade privada dos meios de

produção não seria uma garantia de fim da hegemonia de uma cultura autoritária na superestrutura, podendo, ao invés disso, acentuá-la ao concentrar rapidamente o poder econômico e político nas mãos de uma mesma minoria.

Há um esforço teórico em aberto na teoria crítica brasileira sobre importação de ideias, até aqui, a respeito da política institucional, que organize com mais clareza como estes caminhos de reforma traduzem-se em formas de Estado e opções de política externa. Sobre o plano doméstico, as disputas pelo controle do Estado aparecem com importância para a maioria dos intelectuais analisados quando reconhecem, explícita ou implicitamente, que políticas públicas incidem sobre o desenvolvimento da economia, das artes, da ciência, da educação, da organização do território e da psicologia social. Porém, o Estado em si não é profundamente teorizado. No plano internacional, aparecem elogios à solidariedade de países periféricos, reivindicações de atuação coletiva em organizações multilaterais e críticas a instituições globais que impõem agendas do centro à periferia, sem que tampouco se avancem entendimentos teóricos a respeito. Coube propriamente à Ciência Política e às Relações Internacionais fornecer entendimentos para preencher estas lacunas e explicar como o fenômeno da importação de ideias reflete-se nas ideologias políticas de um país periférico, na construção do seu Estado e na sua inserção internacional. Estes são os temas dos dois capítulos seguintes.

4 GENEALOGIA DE UMA TEORIA CRÍTICA BRASILEIRA SOBRE IMPORTAÇÃO DE IDEIAS NA PERIFERIA (II): AS IDEOLOGIAS POLÍTICAS E AS FORMAS DO ESTADO

Nos anos 2010, uma reflexão sobre importação de ideias em países periféricos, fora da teoria crítica, ganhou fôlego na Ciência Política a partir dos trabalhos de Christian Lynch, dedicados a teorizar como o Estado brasileiro pode ser moldado distintamente conforme seja o grupo da elite política no seu comando e a inclinação deste grupo a copiar ou adaptar ideias estrangeiras sobre regimes políticos e econômicos. O autor conceitua que esta dicotomia deu origem a duas tradições ideológicas no pensamento político brasileiro, a luzia (de tendência copista) e a saquarema (de tendência criativa), subdivididas, por sua vez, a partir de meados do século XX e até hoje, em ideologias políticas à esquerda e à direita, conforme se orientem por beneficiar materialmente setores sociais de formas diferentes.

Entretanto, uma teoria sobre importação de Estado foi desenvolvida, originalmente, no Norte, pelo cientista político francês Bertrand Badie, nos anos 1990, que procurou caracterizar a tentativa disseminada de se reproduzir instituições políticas ocidentais por sociedades que, na sua visão, não pertenceriam ao Ocidente. Nos anos 2000, em parceria de Guy Hermet, sociólogo também francês, Badie desenvolveu uma análise comparada sobre a formação do Estado em diferentes regiões do mundo, inclusive na América Latina, com o objetivo de apontar semelhanças e diferenças nos processos de importação. O trabalho de Badie e Hermet situa-se longe do materialismo histórico, na medida em que assume a teoria de sistemas de Talcott Parsons como inspiração principal para pensar o Estado.

Como explicado por Habermas (1976), as perspectivas materialista e sistêmica assumem compromissos epistemológicos radicalmente distintos, principalmente no que toca a agência humana. Teorias materialistas valorizariam a agência como um meio para se conservar ou mudar estruturas sociais, enquanto teorias sistêmicas a conceberiam como sendo eventualmente superável na explicação da realidade, uma vez que almejam explicar o mundo (particularmente o funcionamento de uma sociedade capitalista ideal) através de modelos estáveis (sistemas), circulares (dinâmica de *inputs-outputs*) e universalizáveis.

Um dos nossos objetivos, nesta tese, é levar a teoria crítica brasileira sobre importação de ideias para dentro da disciplina de Análise de Política Externa (APE), o que, porém, não pode ser confundido com reflexões do Norte sobre relações internacionais que compartilham termos semelhantes à primeira vista, mas que têm implicações epistemológicas e políticas radicalmente distintas. Assim, a fim de diferenciar as duas abordagens sobre importação de

Estado e destacar a originalidade da visão de Lynch, a primeira seção deste capítulo apresenta brevemente os entendimentos de Badie e Hermet e aponta as limitações de ser incorporada à teoria crítica.

Contudo, a proposta de Lynch é pouco materialista, posto que ele guia-se, sobretudo, pelo realismo. Por isso, em seguida, expomos a definição de ideologia política formulada por Hélio Jaguaribe, nos anos 1950. Apesar de este autor não destacar o fenômeno da importação de ideias como critério básico de organização do pensamento político brasileiro, salientou os efeitos materiais que ideologias têm tanto para a relação entre classes sociais, como para a promoção de autonomia ou dependência nacional, o que se mantém pertinente para compreendê-las hoje. A concepção de ideologia de Jaguaribe é, pois, superior em teor crítico à formulada por Lynch, que, a despeito de ter avançado uma caracterização original sobre a história das ideologias brasileiras, isenta-se, via de regra, de lhes atribuir efeitos materiais.

Finalmente, na última seção, passamos à descrição do modelo de Lynch, do qual procuramos nos apropriar nos marcos da teoria crítica, a partir dos vários artigos publicados pelo autor ao longo da última década (sem deixarmos de registrar, ao final do capítulo, um revisionismo que o autor vem elaborando de suas ideias, a partir do mesmo período em que esta tese era escrita). Destacamos que Lynch faz um esforço incipiente de estabelecer orientações em matéria de política externa que estariam abrigadas nas distintas ideologias do pensamento político brasileiro. Este esforço, porém, não ganha profundidade na sua obra, de modo que procuramos complementá-lo, no capítulo seguinte, a fim de nos aproximarmos de um modelo de APE que permita explicar a inserção internacional do Brasil, em parte, a partir da ideologia política do(a) Presidente da República.

4.1 **Limitações da teoria francesa sobre importação de Estado**

No livro *La politique comparée*, Badie e Hermet (2001) fazem uma análise comparada sobre a formação de Estados no mundo, partindo de definições de Parsons sobre política. Poder é definido por eles como sendo a capacidade de se conseguir que as unidades de um sistema político cumpram obrigações. Ademais, assumem que todo sistema político tem uma forma dinâmica, que até pode mudar conforme a ação humana, mas que manifestaria, via de regra, grande estabilidade, devido a constrangimentos da estrutura social, especialmente cultural. A cultura política das sociedades é a variável explicativa privilegiada por eles para explicar a formação de um Estado. Entretanto, à diferença de uma perspectiva crítica, esta

cultura é pensada como tendo uma coesão de longo prazo, ao invés de ser atravessada permanentemente por disputas ideológicas.

A partir destes pressupostos, Badie e Hermet (2001) definem o Estado como uma criação própria do sistema político do Ocidente, sendo este conformado pelos países da Europa Ocidental e posteriormente pelos Estados Unidos. O Estado é conceituado como o polo central e autônomo de poder político em um território. A construção do Estado no Ocidente teria ocorrido paulatinamente, a partir do século XII. Os autores apontam que a sociologia histórica, especialmente na obra de Charles Tilly, expôs os principais elementos envolvidos no advento do Estado, como criação de forças armadas, sistema tributário, burocracia, regulação de atividades econômicas, doutrinamento ideológico e imperialismo. Entretanto, acrescentam que a construção do Estado também dependeu de dois processos culturais de legitimação política perante a sociedade, importantes por serem a diferença fundamental em relação a outros sistemas políticos do mundo.

O primeiro processo de legitimação do Estado, ocorrido no século XVIII, foi a troca da autoridade teológica, hereditária e patrimonialista do monarca pela autoridade terrena, abstrata e burocratizada de um sujeito coletivo chamado de nação. A secularização desenvolveu-se em meio a conflitos feudais na Europa, que incentivaram a transferência gradual de poder dos senhores feudais para autoridades burocratizadas como uma estratégia de guerra. O segundo processo de legitimação do Estado, com origem simultânea ao primeiro, porém em andamento até hoje, foi o advento do ideal de democracia, princípio no qual os governados se reconhecem como os agentes da nova autoridade, tanto devido ao primado da liberdade do indivíduo, ao menos mental, em face do Estado, como através de eleições de governantes que traduzam a vontade da maioria. Ideias sobre democracia prosperaram em um contexto geopolítico europeu com múltiplos Estados soberanos e rivais, onde uma variedade de alianças possíveis impediu que uma unidade imperial se impusesse e estimulou a aceitação do pluralismo em matérias religiosas, ideológicas e partidárias. Ambos os processos de legitimação do Estado deram-se, assim, em meio a eventos circunscritos no tempo e no espaço do Ocidente, tendo ocorrido ainda um diferendo sobre a forma ideal do regime político democrático[47].

[47] A despeito dos traços evolutivos comuns do Estado ocidental, Badie e Hermet (2001) apontam uma subdivisão do Ocidente em duas culturas políticas democráticas, que representariam vozes concorrentes sobre o arranjo institucional do regime político do Estado. Os epítomes seriam o Reino Unido e a França, caracterizados pelo primado da sociedade sobre o Estado, no primeiro caso, e pelo inverso, no segundo. A distinção deveu-se a variáveis religiosas (calvinismo *vs.* catolicismo), jurídicas (Direito comunitário *vs.* Direito romano), topográficas (afastamento *vs.* proximidade em relação à Igreja católica, em Roma, marcada por uma forte cultura hierárquica) e econômicas (evolução lenta da industrialização *vs.* indução estatal da industrialização). O "caminho inglês"

Por meio de processos imperialistas, Badie e Hermet (2001) entendem que houve a disseminação do conceito de Estado para o que chamam de sociedades extra-ocidentais. Para governá-las, as autoridades enviadas pelas metrópoles tentavam reproduzir algumas instituições políticas que caracterizavam o Estado ocidental, porém contavam com menos recursos econômicos para fazê-lo. Além disso, as instituições importadas tinham baixa legitimidade perante a sociedade local, pois as culturas políticas pré-coloniais mantiveram-se resistentes, em alguma medida, sendo mais frequente a fidelidade política dos indivíduos nativos às suas famílias, clãs, tribos ou vilas.

Apesar destas dificuldades, os processos de independência das sociedades extra-ocidentais teriam sido guiados, em grande medida, pelo ideal de se avançar a construção de Estados, trocando-se apenas quem deveria controlar o processo. Os agentes políticos nativos que se dedicaram a desafiar as autoridades metropolitanas, chamados por Badie e Hermet (2001) de construtores do Estado, continuaram, pois, a importar instituições ocidentais. Por um lado, os autores reconhecem pressões do Ocidente para explicar esta ação, devido à pretensão deste de querer homogeneizar todos os sistemas políticos do mundo à sua semelhança, mesmo quando não detinha mais impérios formais. Tais pressões ocorriam através de meios políticos, econômicos, militares e culturais, que mantinham as ex-colônias em relações de dependência. Por outro lado, Badie e Hermet (2001) enfatizam a agência dos construtores de Estado no processo de importação, salientando seus perfis sociais de conexão com a antiga elite metropolitana, sua exposição a ideologias do Ocidente e, sobretudo, seus interesses de se manter no poder. Para este último objetivo, os construtores do Estado não poderiam abandonar totalmente a referência ocidental, sob o risco de sofrerem um isolamento internacional custoso; porém, por outro lado, precisavam levar em consideração o contexto cultural doméstico, sob o risco de as instituições importadas não serem compreendidas pela sociedade e, consequentemente, verem-se, eles próprios, contestados e alijados do poder.

Como resultado do cruzamento de pressões culturais estrangeiras e domésticas, Badie e Hermet (2001) entendem que os Estados, nas sociedades extra-ocidentais, foram amparados sempre por uma cultura política que chamam de híbrida. Na dinâmica de hibridização cultural, *todo elemento cultural do exterior seria transformado e adaptado*, por meio de interpretações e misturas com elementos culturais pré-coloniais. O "Estado híbrido" se

("aristocrático") mostrou-se imitável por outros países apenas quando o monarquismo foi adaptado ao presidencialismo pelos Estados Unidos, a partir de 1776. Já o "caminho francês" ("republicano") pretendeu-se universalizável após 1789 e foi seguido por Portugal, Espanha, Itália, Alemanha e países da Europa central.

inscreveria, assim, na "ordem do traduzido" (BADIE; HERMET, p. 171, tradução nossa[48]), uma vez que as fórmulas políticas do Ocidente, inicialmente tomadas de empréstimo, seriam *sempre* modificadas pelos construtores do Estado no momento de serem implementadas.

Como consequência da cultura política híbrida, Badie e Hermet postulam que, em vez de uma autêntica dinâmica política ocidental, os sistemas políticos na Ásia, África e América Latina teriam uma "dinâmica órfã", marcada por uma cultura política que não reproduz integralmente a matriz ocidental, mas que apresenta uma ruptura suficientemente profunda com suas tradições pré-coloniais. Os autores reconhecem que as realidades das sociedades extra-ocidentais são muito distintas entre si, porém, devido à participação de todas em uma "lógica da dependência suficientemente coerente" (BADIE; HERMET, 2001, p. 177, tradução nossa[49]), defendem que é possível classificar todos os seus sistemas políticos órfãos a partir de um mesmo conceito: o de neopatrimonialismo.

Neopatrimonialismo seria o prolongamento contemporâneo do patrimonialismo, conceito criado por Max Weber para caracterizar os absolutismos europeus, sistemas políticos em que o território era entendido como patrimônio do rei, os agentes político-administrativos eram tratados como seus clientes, e o processo decisório estava submetido ao seu poder discricionário. No caso dos sistemas políticos órfãos, Badie e Hermet (2001) entendem que o Estado domina a sociedade por ter uma abundância relativa de recursos políticos e econômicos; as autoridades estatais guiam-se por uma indiferenciação entre as fronteiras das esferas pública e privada; e a sociedade é fracamente mobilizada em vigiá-lo. O neopatrimonialismo seria a manifestação mais clara de que a importação de instituições e práticas do Ocidente se dá desacompanhada de sua cultura política democrática, impossível de ser recriada por ter sido produto de um contexto específico.

Diante do déficit democrático das sociedades extra-ocidentais, Badie e Hermet (2001) entendem que a socialização do conceito de Estado, no mundo, produziu réplicas disfuncionais, dada a incompatibilidade entre o funcionamento do Estado ocidental e a cultura política híbrida destas sociedades. Os autores estipulam que China, Índia, Rússia e o mundo muçulmano são os locais em que a absorção de elementos culturais ocidentais foi relativamente mais fraca, devido ao enraizamento resistente de culturas políticas milenares, de modo que explicações sobre seus Estados seriam relativamente mais complexas. Ao longo da obra, buscam estipular qual seria a essência destas culturas políticas milenares, traçando, de

[48] No original: *L'État hybride tel qu'il se construir s'inscrit ainsi dans l'ordre du traduit*.
[49] No original: *Les sociétés en développement participent toutes à une logique de dépendance suffisamment cohérente pour que les contours de l'État hybride qui en dérive puissent s'apprécier par référence à un même concept.*

forma original, uma evolução histórica das relações de autoridade e obediência ao longo de séculos. Este esforço manifesta a lógica weberiana de identificar tipos ideais ao longo da história, afastando-se da noção basilar do materialismo histórico de que culturas mudam qualitativamente conforme sejam as condições materiais de uma sociedade.

Por sua vez, a América Latina teria experimentado a maior ruptura com a cultura pré-colonial, na medida em que as culturas ameríndias teriam sido brutalmente apagadas e não teriam tido influência na construção do Estado. Conforme Badie e Hermet (2001), no início da colonização latino-americana, a cultura política ibérica era marcada pela hierarquização social: cristãos puro-sangue situavam-se no topo, seguidos por cristãos convertidos, muçulmanos e judeus. Em um processo de mimetismo, as sociedades latino-americanas foram organizadas, a partir do século XVI, em uma hierarquia semelhante de discriminação social, em que indígenas e africanos substituíram as duas últimas posições. Entretanto, ao invés de o processo de importação do Estado ter se tornado mais simples, dada a menor resistência cultural, a América Latina não acompanhou, nos séculos seguintes, a evolução cultural de suas ex-metrópoles em direção à cultura democrática. Assim, afastada da matriz original e sem ter um passado a resgatar devido à forte discriminação, a região teria passado a viver o processo de busca de uma identidade cultural com maiores incertezas no mundo.

Uma vez alcançadas as independências latino-americanas no século XIX, Badie e Hermet (2001) afirmam que os construtores de Estado passaram a importar instituições estatais mais liberais, com origem na França, no Reino Unido e nos Estados Unidos. Práticas de governo do Estado ibérico, como regulação dos assuntos públicos, passaram a ser tratadas como violação da liberdade privada, foram marginalizadas e, com isso, abriu-se espaço para amplas práticas de dominação privada, como o neopatrimonialismo, o caudilhismo e o clientelismo. O Estado importado começava, assim, seu distanciamento em relação às matrizes de origem: ao invés de fomentar os princípios de pluralismo e individualismo, a linguagem constitucional traduzia-se em um aumento do autoritarismo de oligarquias rurais. Neste cenário, no lugar do fortalecimento do Estado, as elites políticas optaram pelo enfraquecimento dele, assumindo como meta o Estado mais puramente liberal possível. Badie e Hermet (2001) classificam o regime político deste Estado como um simulacro de parlamentarismo, pois, em vez de qualquer estímulo à representação de interesses da sociedade, seu objetivo maior era resolver disputas dentro do grupo de construtores de Estado com menor uso de violência:

> Esse grupo se encontra unificado apenas no seu acordo em torno do jogo parlamentar reinterpretado, pois era dividido nacionalmente e regionalmente entre múltiplas famílias. Aos proprietários de terras tradicionais e clericais do interior,

> opunham-se os novos ricos anticlericais do litoral, que reivindicavam as terras da Igreja a partir dos anos 1850. Além disso, uma querela dividia os antigos, inclinados ao protecionismo comercial e ideológico, e os modernos, abertos às trocas livres (BADIE; HERMET, 2001, p. 188, tradução nossa[50]).

Para Badie e Hermet (2001), Brasil e México foram os países que melhor preservaram um aparelho estatal mínimo no pós-independência, dado que esta ocorreu sem uma ruptura institucional profunda. A partir dos anos 1930, os construtores de Estado de ambos os países desenvolveram as políticas estatais de industrialização mais bem-sucedidas da região. Os autores interpretam esta industrialização como parte de uma nova estratégia de dominação autoritária da elite política, voltada para os centros urbanos, que começavam a inchar por conta da impossibilidade de o campo absorver mão-de-obra, dada a organização em latifúndios e a substituição do trabalho escravo pelo assalariado. A industrialização nos dois países foi organizada por meio de instituições importadas do bonapartismo e do fascismo europeu. Uma vez alavancada, consubstanciou a estratégia de dominação populista, caracterizada por

> favorecer materialmente o pequeno grupo de trabalhadores [urbanos], com a intenção de desencorajar a tentação do radicalismo revolucionário e de rejuvenescer, ao mesmo tempo, o sistema de dominação no que tem de essencial: a estabilidade do controle tradicional nas zonas rurais (BADIE; HERMET, 2001, p. 190, tradução nossa[51]).

Para Badie e Hermet (2001), o populismo tendia a salvaguardar as desigualdades tradicionais em muitas de suas circunstâncias, inclusive reproduzindo o neopatrimonialismo. O Estado, nos dois países, foi fortalecido por meio de regimes políticos dominados pelo poder Executivo, ainda que de modo diverso, com base em conceitos weberianos: no México, deu-se um regime autoritário de partido, controlado pelo Partido Revolucionário Institucional, ao passo que, no Brasil, houve um regime autoritário-carismático, liderado por Getúlio Vargas. Além disso, surgiu, no interior do grupo de construtores de Estado, uma nova disputa, entre ruralistas e industriais, mas que tampouco ameaçava a dinâmica do sistema político, que seria controlado pelos primeiros:

> A estratégia populista contém inconvenientes perfeitamente controláveis no nível político. Posto que exige maiores aportes econômicos do mundo rural, este segue dominado pela tutela de notáveis que mantêm sua base local. Se tem o risco de

---

[50] No original: *En effet, cette caste se trouve unifiée seulement par son accord sur ce jeu parlementaire réinterprété, alors qu'elle demeure divisée nationalement aussi bien que régionalement entre de multiples familles au propre comme au figuré. Aux propriétaires fonciers traditionnels et cléricaux de l'intérieur s'opposent les nouveaux riches côtiers devenus anticléricaux en vertu de leur revendication des années 1850 sur les terres de l'Église. De même, une querelle divise les Anciens, acquis au protectionnisme commercial et idéologique, et les Modernes ouverts au libre-échange*.

[51] No original: *Issue qui consiste à flatter et à avantager matériellement ce groupe ouvrier restreint, avec le dessein de lui épargner la tentation du radicalisme révolutionnaire et de rajeunir par la même occasion le système de domination garant de l'essentiel : c'est-à-dire de la stabilite du contrôle traditionnel dans les zones rurales*.

> suscitar o desagrado de parte dos empresários industriais, estes permanecem marginais no seio da elite (BADIE; HERMET, 2001, p. 190, tradução nossa[52]).

Por fim, em meados do século XX, Badie e Hermet (2001) situam a origem de uma nova estratégia de dominação da elite política, em toda a América Latina: o autoritarismo burocrático moderno. Consistiu no advento do que chamam de pluralismo limitado, em que partidos e sindicatos eram proibidos de existir, de modo seletivo ou global. Na maior parte dos países, esta proibição servia como contrapeso ao voto universal, instituído pelos construtores de Estado em substituição ao voto censitário, cuja legitimidade popular havia se tornado insustentável. No caso de países com industrialização em curso, notadamente o Brasil, o pluralismo limitado também serviu para acelerá-la através da imposição de salários baixos. O neopatrimonialismo seguiu nutrido em toda a região, dada a ausência de prestação de contas em regimes autoritários. Para instituir o autoritarismo burocrático moderno, os construtores de Estado recorreram a importações institucionais da Espanha franquista e do Portugal salazarista. O Estado foi administrado frequentemente por governos militares, dirigidos de modo colegiado pelos chefes das Forças Armadas, ou de modo individual por uma sucessão de generais; em poucos casos, foi administrado por civis. O autoritarismo burocrático moderno perdeu força no final do século XX e deu lugar a processos de democratização pactuados, sob controle das elites, cujos resultados Badie e Hermet (2001) não chegam a analisar.

Ora, vejamos. Há dois distanciamentos principais entre toda esta formulação de Badie e Hermet e a teoria crítica brasileira sobre importação de ideias. Em primeiro lugar, os autores franceses assumem que o sentido de qualquer ação de uma elite política, latino-americana ou não, é reproduzir a cultura política que lhe garante ter uma posição dominante na sociedade. Uma vez que o ambiente cultural de uma sociedade periférica seria marcado pela hibridização entre elementos culturais domésticos e estrangeiros, atores políticos que detêm ou almejam deter o comando do Estado apenas poderiam fazê-lo funcionando como elos entre o Ocidente e a sociedade local. Concebe-se, assim, uma elite política como estando sempre interessada em manter sua relação de dependência em face do Ocidente, sem ter qualquer ambição de transformá-la. Esta é uma concepção que decorre da lógica parsoniana, na qual a reprodução de sistemas sociais é vista como regra da realidade, ao contrário da sua mudança. Assim,

---

[52] No original: *La stratégie populiste ne recèle que des inconvénients parfaitement maîtrisables sur le plan politique. Si elle requiert une ponction économique accrue sur le monde paysan, celui-ci demeure bien encadré par la tutelle des notables qui conservent leur assise locale. Si elle risque, également, de susciter l'expression d'un certain désagrément de la part des entrepreneurs industriels, ceux-ci demeurent assez marginaux au sein de l'élite*.

reproduzir sistemas torna-se a orientação esperada da agência humana, com pouco espaço para alterações qualitativas.

O materialismo histórico, por sua vez, reconhece que mudanças na infraestrutura econômica de uma sociedade transformam a sua superestrutura (onde está a cultura política) e vice-versa. Dinâmicas políticas e econômicas não são assumidas como subsistemas sociais autônomos entre si, mas sim como partes de uma interação contínua. Por esta razão, não se pode reduzir o Estado ao seu regime político, sem considerar a interação deste com o regime econômico. Dois Estados seriam qualitativamente distintos se têm regimes econômicos que priorizam a agroexportação ou a industrialização, na medida em que estes regimes abrem possibilidades diferentes de produção de riqueza e, por extensão, de cultura política. A depender do regime político do Estado, se mais ou menos democrático, a distribuição de riqueza na sociedade pode dar a um número maior ou menor indivíduos a capacidade material de resistir a lideranças autoritárias e patrimoniais. Logo, escolhas que uma elite política faça a respeito tanto do regime econômico quanto do regime político do Estado podem ter, igualmente, efeitos não desprezíveis sobre o desenvolvimento da cultura política da sociedade. Contudo, Badie e Hermet não veem diferenças significativas entre sociedades periféricas que passaram ou deixaram de passar por processos de industrialização, sendo todas reduzidas a neopatrimonialistas ao fim e ao cabo, característica esta ligada ao regime político.

Aliás, é particularmente inquietante que os dois autores franceses tenham escolhido o neopatrimonialismo – *grosso modo*, a corrupção – como o traço cultural unificador de sociedades não-ocidentais, cujas elites políticas agiriam incessantemente no sentido de reproduzi-lo. Isto merece destaque, na medida em que ecoa discursos de estigmatização tipicamente eurocêntricos que foram usados como justificativa para os processos de colonização. Tais discursos costumam esquecer que o desenvolvimento da ética liberal, que separa os espaços público e privado e estimula a igualdade formal dos indivíduos, desenvolveu-se na mesma época em que as grandes potências europeias controlavam tudo o que era público e privado na periferia, utilizavam mão-de-obra escrava para acumular capital, operavam tráfico internacional de pessoas e conduziam genocídios de povos indígenas. Findada a colonização formalmente, países da periferia foram sistematicamente invadidos e tiveram o desenvolvimento da sua economia e da sua democracia retardado. Embora Badie e Hermet façam menções ao imperialismo, parecem entendê-lo como uma parte acessória, menor, para o advento da teoria liberal, ao invés de um elemento contemporâneo, contraditório e absolutamente central para viabilizar financeiramente a infraestrutura do Estado ocidental. Cabe mencionar aqui as palavras de Franz Fanon (1968, p. 77): “o bem-

estar e o progresso da Europa foram construídos com o suor e o cadáver dos negros, árabes, índios e amarelos. Convém que não nos esqueçamos disto".

Além da desconsideração sobre a importância de regimes econômicos para pensar conservação e transformação na cultura política, Badie e Hermet concebem uma espécie de pactuação constante, entre os grupos que conformam a elite política de um país, a respeito de como fazer a importação de instituições do Estado ocidental, minimizando desavenças entre eles. Em termos de modo, sempre haveria uma adaptação da ideia estrangeira ao contexto local. Em termos de conteúdo, no caso brasileiro, por exemplo, os grupos da elite política teriam acompanhado, inicialmente, as elites latino-americanas na importação de um liberalismo que enfraquecia o Estado e, posteriormente, concordado em fortalecer a autoridade estatal. Há uma incapacidade da análise em dar centralidade a disputas entre projetos de construção do Estado, apoiados por grupos diferentes da sociedade (na qual tradições culturais distintas à eurocêntrica não morreram de todo), o que também decorre da teoria parsoniana, já que a ideia de que um sistema tende a se reproduzir no tempo exige que as peças deste sistema cumpram funções harmônicas entre si, em vez de concorrentes. Nada mais distante desta ideia do que o diagnóstico da teoria crítica brasileira de que há uma divergência marcante na forma de se importar ideias do centro à periferia[53].

4.2 A definição de ideologia política de Hélio Jaguaribe

Embora Hélio Jaguaribe não tenha dado tanta ênfase ao fenômeno da importação de ideias por cópia ou adaptação na sua obra, como feito pelos intelectuais que destacamos nesta

[53] Convém mencionar que, em trabalho posterior, Badie (2017) substitui o neopatrimonialismo pelo conceito de humilhação para explicar obstáculos ao desenvolvimento das sociedades extra-ocidentais. O problema não seria mais um traço cultural inerente a estas sociedades, mas uma arrogância do Ocidente em não conferir, ao Sul, um status de igualdade no sistema de Estados. O que parece um revisionismo promissor, porém, não é. Badie (2017) define a humilhação como uma patologia estrutural das relações internacionais modernas, cuja reprodução estaria além de vontades individuais por ser intrínseca ao sistema internacional westfaliano (isto é, estadocêntrico). O autor reconhece que a humilhação foi prática secular do Norte contra o Sul, com destaque para o imperialismo colonial, mas aponta que países do Sul passaram a reproduzi-la contra o Norte, seja através de movimentos terroristas antiocidentais, seja através de governos que praticam o que chama de diplomacia soberanista, com início na Conferência de Bandung de 1955, passando por Movimento Não-Alinhado, G-77, OPEP e BRICS. A partir desta comparação esdrúxula, baseada em uma falsa equivalência, Badie (2017) defende a criação de um sistema pós-westfaliano, centrado em um multilateralismo no qual atores sociais variados (empresas, ONGs, movimentos sociais etc.) participariam sem a mediação dos Estados. Acredita que, assim, o sistema mudará, a humilhação não será reproduzida, e emergirá uma divisão internacional do trabalho mais harmoniosa. Sua referência teórica sobre divisão do trabalho não é Marx, mas sim Durkheim, para quem a divisão de trabalho tende à harmonia. Como não parte da economia política, Badie (2017) não se preocupa em refletir sobre a desigualdade de poder material que há entre atores sociais diferentes do mundo para se inserirem internacionalmente. Do neopatrimonialismo à humilhação, a visão de mundo do autor é certamente curiosa, na medida em que reinventa motivos para condenar ao fracasso a construção de Estados na periferia.

tese, a sua definição de ideologia política, exposta em *O nacionalismo na atualidade brasileira* (1958), é pertinente para nossa reflexão. Uma ideologia política seria um "conjunto de valores e de ideias que apresentam como razoável e desejável determinado projeto ou estatuto convivencial para a comunidade, a partir dos interesses situacionais de determinada classe ou grupo social" (JAGUARIBE, 1958, p. 65). Além disso, uma ideologia política seria um fenômeno histórico-social, isto é, apenas poderia surgir e tornar-se socialmente relevante em determinada época e fase de desenvolvimento estrutural de uma comunidade. Ao assumir estas concepções, o autor declara buscar uma compreensão objetiva das ideologias políticas, entendendo, por isto,

> que o mundo, notadamente o da cultura, é sempre visto em perspectiva – cada perspectiva constituindo um ingrediente da própria realidade –, que a objetividade desejável e possível é a que, partindo da consciência dos condicionamentos, conduz à compreensão crítica das ideologias e ao reconhecimento do sentido ideológico de tudo o que é socialmente significativo (JAGUARIBE, 1958, p. 13).

Jaguaribe (1958) aponta o nacionalismo, o liberalismo cosmopolita e o marxismo como três ideologias em coexistência no Brasil à época em que escrevia. Seu objetivo centra-se em caracterizar sobretudo as duas primeiras ideologias, na medida em que seriam "as duas grandes posições políticas em que se divide a opinião pública brasileira, cortando transversalmente todas as estruturas sociais" (JAGUARIBE, 1958, p. 17), ao passo que avalia que o marxismo não tinha grande expressão na sociedade. O autor procura definir o conteúdo das ideologias nacionalista e liberal, reunindo, em cada uma, noções distintas sobre indivíduo, história, potencial de desenvolvimento do Brasil, cultura, direito, regime econômico, regime político e política externa. Além disso, aponta quais grupos sociais, nos anos 1950, tenderiam a adotar uma e outra ideologia.

A ideologia liberal, hegemônica no Brasil antes de 1930, compreenderia o indivíduo como um ente dotado de essência imutável, para o que não importaria o contexto em que vive. A história seria apreendida por um ponto de vista mecânico-formal, no qual o tempo é entendido como uma sucessão de eventos ocasionados por decisões livres de indivíduos. Seus adeptos teriam uma baixa confiança no potencial de desenvolvimento do Brasil devido à consciência das limitações do país, agravada pela comparação com índices dos países desenvolvidos, o que geraria frustração e, por vezes, um complexo de inferioridade, que esterilizaria o sentimento nacional e incitaria ao cosmopolitismo como compensação. Na cultura, tendem a uma "transplantação mecânica de categorias e métodos oriundos de condições diversas e impróprios à compreensão das realidades" (JAGUARIBE, 1958, p. 57). O direito seria analisado a partir de um forte jusnaturalismo, que concebe, por exemplo, uma oposição estática e invariável entre indivíduo e sociedade. O regime econômico do Estado,

pensado a partir da teoria neoclássica, deveria ser pautado por câmbio livre (para haver formação de preços domésticos ditada pelo mercado internacional), especialização comparativa e atribuição de responsabilidade a outros países (especialmente Estados Unidos) na incorporação de capital e tecnologia dentro do Brasil. O regime político deveria reduzir poderes da União. A política externa se orientaria, sobretudo, por um americanismo, isto é, um desejo de estreitar relações com os Estados Unidos. Os setores sociais mais inclinados ao liberal-cosmopolitismo seriam a burguesia latifúndio-mercantil e a classe média que ocupa cargos públicos com baixa ou nula funcionalidade no Estado cartorial.

Por sua vez, a ideologia nacionalista, dominante no Brasil após 1930, trataria o indivíduo como um ente com potencial de transformação ao longo da vida, em interação com seu contexto sociocultural. A história seria percebida por uma perspectiva dialética, em que o tempo é caracterizado por mudanças qualitativas. Seus adeptos teriam uma grande confiança no potencial de autossuficiência nacional, o que, em casos mais extremos, poderia levar a um nativismo xenófobo, que subvaloriza as limitações de um país em desenvolvimento. Na cultura, almejam-se "a superação do colonialismo espiritual e o enfoque original da própria realidade, assumida como tal, sem distorções e sem complexos" (JAGUARIBE, 1958, p. 57). O direito seria tratado como um conjunto de normas que devem ser modificadas em consonância com mudanças sociais. No regime econômico do Estado, privilegia-se um dirigismo racional pela União que favoreça a industrialização, medidas protecionistas, processos de transferência de renda, formação de capital nacional (sobretudo na forma de monopólios estatais, em setores estratégicos como petróleo e minerais atômicos) e ampliação do mercado de consumo doméstico. No regime político, busca-se o fortalecimento da União no quadro da federação, com respeito à democracia e à justiça social. A política externa seria orientada por uma posição tanto de maior autonomia, em face dos Estados Unidos e das grandes potências europeias, quanto de neutralidade, em relação ao conflito estadunidense-soviético na Guerra Fria. Os setores sociais mais propensos ao nacionalismo seriam a burguesia industrial, os quadros técnicos e administrativos do Estado, a *intelligentsia* da classe média e o proletariado, cuja capacidade de consumo se expandia com a industrialização.

Para que se alcance uma avaliação objetiva das ideologias, Jaguaribe (1958) descarta a utilidade de se julgá-las como boas e más, em termos éticos, ou certas e erradas, pela lógica. Entretanto, para não cair em um relativismo acrítico, o autor concebe dois conceitos para compará-las em determinada conjuntura social: representatividade e autenticidade. Uma

ideologia representativa seria aquela que corresponde, em maior grau, aos interesses situacionais que a suscitam. Nos seus termos, interesses situacionais são

> os que decorrem de uma situação social suficientemente caracterizada e geral, como as situações de classe, que determinam o projeto de estatuto convivencial a que aspiram os que nela se encontram. Esse fato, que condiciona todas as ideologias, estabelece entre elas e os interesses situacionais que as suscitaram uma relação de maior ou menor adequação. Nem sempre as aspirações sociais de determinada classe correspondem a seus interesses, por motivos cuja análise extravasaria o âmbito deste estudo. Na medida em que isso não ocorre, as classes ideologicamente mal orientadas tendem a sofrer as consequências da inadequada formulação de suas aspirações, tornando-se vítimas da própria ideologia e perdendo a oportunidade de organizar em função dela a sociedade a que pertencem (JAGUARIBE, 1958, p. 65-66).

Por sua vez, uma ideologia autêntica seria aquela que,

> [seja] quais forem os interesses situacionais que representem, [formule] para a comunidade, como um todo, critérios e diretrizes que a encaminhem no sentido de seu processo faseológico, ou seja, que permitam o melhor aproveitamento das condições naturais da comunidade, em função dos valores predominantes na civilização a que pertence (JAGUARIBE, 1958, p. 66).

Em termos mais simples, a representatividade diria respeito aos interesses de classe presentes em uma ideologia, enquanto a autenticidade apontaria o projeto social, supraclassista, que também pode haver em uma ideologia. Entretanto, ambas as definições são vagas e carecem de critérios que permitam empregá-las objetivamente. Parecem ser, mais bem, úteis para Jaguaribe (1958) defender a superioridade do nacionalismo em face do liberal-cosmopolitismo e do marxismo. Na sua visão, "o que empresta ao Brasil de após 1930 uma posição privilegiada é exatamente o fato de que, em nosso país, a linha de maior representatividade ideológica, para todas as classes sociais, corresponde à linha de maior autenticidade histórica" (JAGUARIBE, 1958, p. 67). Isto porque, segundo ele, o nacionalismo oferecia um programa de modernização do Brasil que renderia ganhos materiais tanto para a burguesia quanto para o proletariado – o que lhe tornaria representativo – e isto, por sua vez, permitiria à sociedade brasileira, como um todo, acompanhar o sentido de progresso no aproveitamento das suas condições naturais, estipulado pelos valores predominantes de desenvolvimento capitalista a que o país estava conectado na Guerra Fria – o que lhe tornaria autêntico.

Em contraste, o marxismo seria uma ideologia pouco representativa, dada a obviedade de não atender interesses da classe capitalista, e também pouco autêntica, pois, ao defender a unidade da classe proletária, amalgamaria trabalhadores tanto de setores industriais mais sofisticados quanto de setores vinculados à economia agroexportadora, que não teriam interesses coincidentes de desenvolvimento para Jaguaribe (1958). Por sua vez, o liberal-cosmopolitismo seria uma ideologia tanto pouco representativa, por atender menos, em

relação ao nacionalismo, os interesses de burgueses e proletários dos setores dinâmicos da economia, quanto pouco autêntica, pois seu efeito para a sociedade seria suscitar uma economia neocolonial, nos termos do autor, na qual o aproveitamento das condições naturais do país seria deixado a serviço dos projetos de desenvolvimento de comunidades estrangeiras.

Para os fins da teoria crítica brasileira que procuramos caracterizar nesta tese, a definição geral de ideologia política formulada por Jaguaribe (1958) mantém-se pertinente, ao tratá-la como uma concepção de mundo que impacta a relação de poder material entre as classes sociais e os países. A ideia essencial por trás do conceito de representatividade é útil para se pensar se uma ideologia beneficia mais a classe capitalista ou a classe proletária, ou, ainda, se almeja um pacto de classes. Por sua vez, o conceito de autenticidade nos parece uma espécie de primeiro passo no sentido de diferenciar ideologias que promovem maior autonomia nacional (considerando a sociedade como um todo) daquelas cujo efeito é perpetuar uma situação de dependência. Esforços maiores nestes dois sentidos podem ser formulados a partir da obra de juventude de Christian Lynch.

4.3 **Lynch e a disputa entre elites políticas pela forma do Estado brasileiro**

De modo semelhante a Badie e Hermet, Lynch reconhece a existência de uma cultura política nacional que é permeada por ideias importadas sobre a construção do Estado que teve origem na Europa. Além disso, também entende a reprodução do Estado, na periferia, como um legado do processo de colonização, que envolve pressões culturais, econômicas e militares até hoje. Por último, destaca igualmente as elites políticas como atores fundamentais no processo de importação de ideias sobre Estado, de modo que os resultados, entre países periféricos, podem diferenciar-se entre si.

Por outro lado, Lynch torna centrais entendimentos históricos da teoria crítica brasileira sobre importação de ideias. Em primeiro lugar, destaca uma disputa de estratégias de importação entre as elites políticas do país, constante do pós-independência até hoje, de modo que não existe uma concordância ou pactuação entre elas sobre o melhor modo de se construir o Estado. Em segundo lugar, reconhece a divisão internacional do trabalho como a estrutura fundamental que distingue países em centro e periferia, afastando-se do contraste culturalista entre sociedades ocidentais e extra-ocidentais, o qual se torna impreciso quando se admite que estas organizam-se, em parte, com base em ideais ocidentais. E em terceiro lugar, define a forma do Estado não apenas pelo seu regime político, como também pelo seu regime

econômico, dado que este influencia diretamente a posição que um país pode ocupar na divisão internacional do trabalho.

Além disso, Lynch também dialoga, particularmente, com a reflexão acumulada pela disciplina de Pensamento Político Brasileiro (PPB), dentro da qual cabe contextualizar a sua obra para ser melhor compreendida. Deve-se ter em mente, preliminarmente, uma distinção entre pensamento político enquanto um objeto e enquanto a disciplina que estuda este objeto. Enquanto objeto, pensamento político é o conjunto de obras que expressam as ideologias políticas presentes em uma sociedade e que, juntas, conformam a sua cultura política (LYNCH, 2016). Segundo Lynch (2016), exemplos de obras que manifestam ideologias políticas incluem livros, manuais, panfletos, artigos científicos, editoriais e artigos de jornal ou revista, tratados, ensaios, dicionários, dissertações, cartas, sermões, publicações em *blogs* políticos, discursos em parlamentos ou comícios, pronunciamentos televisivos, poemas e músicas. Em qualquer destes casos, para ser veículo de uma ideologia política, a obra deve ter, como objetivo central, analisar aspectos políticos ou sociais substantivos (LYNCH, 2016).

Por sua vez, a disciplina de PPB surgiu com a institucionalização da Ciência Política no Brasil, sobretudo nos anos 1970, ainda que estudiosos anteriores do tema tenham sido muitos, como Jaguaribe, por exemplo. Conforme Lynch (2011), o pensamento político passou a ser estudado com rigor científico inicialmente no âmbito dos primeiros programas de pós-graduação em Ciência Política no Brasil, criados na Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e no antigo Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro (IUPERJ). Para Lynch (2016), o criador do PPB foi Wanderley Guilherme dos Santos, membro-fundador do antigo IUPERJ, que reconhecia a existência de uma disputa histórica entre dois grupos da elite política brasileira sobre qual ideologia deveria orientar a construção do Estado.

Conforme Lynch (2016), Santos postulou que a divergência se daria entre um grupo que defende um liberalismo doutrinário e outro grupo que se coloca a favor de um autoritarismo instrumental. Ambas as ideologias se orientariam pela construção de uma ordem liberal no Brasil, mas conceberiam meios diferentes para alcançá-la. Os liberais doutrinários compreenderiam o Estado como um obstáculo para o enraizamento do liberalismo na sociedade, na medida em que ele oprimiria a liberdade individual, devendo, portanto, ser enfraquecido. Por sua vez, os autoritários instrumentais entenderiam que a sociedade brasileira é oligárquica e que o Estado é o único agente capaz de transformá-la em direção a uma ordem liberal, através da imposição de uma mudança nos comportamentos individuais de cima para baixo.

Ainda conforme Lynch (2016), a definição das duas ideologias por Santos recebeu críticas de intelectuais tanto liberais quanto marxistas do PPB. No campo liberal, Bolívar Lamounier discordou que o autoritarismo pudesse ser instrumental para se alcançar o liberalismo e reconceitualizou a disputa entre um grupo autoritário e outro liberal. No campo marxista, Luiz Werneck Vianna também renomeou as ideologias, tratando autoritários como ibéricos e liberais como americanistas, baseando-se nos lugares que teriam servido de fontes originais das ideias de cada grupo; além disso, entendeu que os grupos disputam a liderança de uma revolução passiva para instalar o capitalismo no Brasil, o qual via como incapaz de dar liberdade autêntica à maioria da população. Além de Vianna, Gildo Marçal Brandão também entendeu que os dois grupos da elite política, chamados por ele de liberal e conservador, seriam igualmente elitistas e defendeu que os estudos de PPB mapeiem ideologias criadas pela classe média e pelo operariado ao longo da história – esforço que, porém, não conseguiu executar em vida (LYNCH, 2016).

Lynch (2016) avalia que estes intelectuais liberais e marxistas, diferentemente de Santos – que define como realista –, interpretam a disputa ideológica de um ponto de vista substantivo, a partir da teleologia do desenvolvimento social com que se identificam, o que os levaria a buscar significados transcendentais para noções de liberdade e igualdade. Na contramão desta postura, Lynch (2016) aponta que trabalhos mais recentes de PPB, feitos sobretudo no Instituto de Estudos Sociais e Políticos da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (IESP-UERJ), descendente do antigo IUPERJ, questionam o evolucionismo presente nas visões liberal e marxista. Estes trabalhos – entre os quais os de Lynch – baseiam-se na história dos conceitos de Reinhart Koselleck e no contextualismo linguístico de Quentin Skinner e John Pocock. Por esta perspectiva, assume-se que ideologias políticas são produzidas por agentes historicamente situados, de modo que análises sobre o passado do pensamento político devem observar o significado dos vocábulos no contexto espaço-temporal em que foram utilizados, em vez de serem definidos pelo intelectual situado no futuro de acontecimentos. Em outros termos, entende-se que conceitos têm significados mutáveis no tempo e no espaço, cabendo ao intelectual descobrir as interpretações que diferentes indivíduos e grupos sociais podem dar-lhes (LYNCH, 2016). Contudo, conforme Lynch (2016) salienta, isto não implica adotar ilusões de neutralidade, mas apenas reduzir o espaço da visão pessoal na observação científica.

Lynch mantém, pois, o entendimento realista de Santos de que a distinção fundamental, nesta competição entre grupos da elite política, está menos na finalidade anunciada do que propõem – uma vez que ambos os grupos reivindicariam a liberdade

individual como horizonte – e mais no meio através do qual almejam alcançá-lo. Entretanto, enquanto Santos privilegiou uma oposição entre centralização e descentralização do poder doméstico como sendo a diferença principal de método para se alcançar maior liberdade, o modelo desenvolvido por Lynch situa este contraste dentro de uma divergência maior, a respeito das estratégias de importação de ideias estrangeiras sobre Estado.

O modelo de Lynch parte de três definições principais. Em primeiro lugar, a ideologia política seria um discurso político reproduzido de forma reiterado por grupos significativos de indivíduos no espaço e no tempo. Em segundo lugar, o conjunto de ideologias formaria a cultura política de uma sociedade. Em terceiro lugar, os grupos que representam cada ideologia competiriam constantemente pela formulação e pelo controle das políticas públicas desta sociedade (LYNCH, 2016).

Para Lynch (2016), o pensamento político brasileiro sempre teve, como característica definidora, a manifestação da percepção, por parte de seus formuladores, de que o Brasil ocupa um lugar periférico no mundo. Noções de subalternidade e atraso do Brasil em relação a um mundo visto como mais desenvolvido, moderno e positivo são marcantes. Assim, diagnósticos de retardo, barbárie e subdesenvolvimento, característicos de um complexo de inferioridade, aparecem frequentemente contrapostos a imperativos de progresso, civilização e evolução, que cumpre serem perseguidos (LYNCH, 2016; LYNCH 2017). Para se alcançar tais imperativos, sempre foi marcante a recomendação de que as instituições do Estado brasileiro devem ser importadas dos países considerados superiores.

> [Uma] característica do estilo periférico reside na abundância de "projetos nacionais" dependentes da aclimatação de modelos cêntricos. Parte nada desprezível dos escritos do PPB deposita uma grande confiança na importação de instituições políticas de países como a Inglaterra, a França e os Estados Unidos como método de aceleração da modernização social, como a monarquia constitucional, o unitarismo, o parlamentarismo, a república, o federalismo, o presidencialismo, o judiciarismo, a representação classista, as comissões parlamentares, o mandado de injunção, o júri etc. (LYNCH, 2016, p. 85-86).

A despeito desta recomendação geral à importação de instituições, Lynch (2011) entende que o pensamento político brasileiro sempre se dividiu em duas tradições a respeito de como as ideias estrangeiras devem ser importadas. Para explicar a evolução histórica de ambas as tradições, Lynch (2016) salienta que o ambiente intelectual brasileiro é marcado, de tempos em tempos, por entendimentos predominantes sobre a relação entre centro e periferia no que se refere à produção e ao consumo de conhecimento. Na concepção do autor, houve quatro períodos distintos na história do pensamento político brasileiro, cujos ambientes intelectuais constrangeram as noções de importação desenvolvidas pelos dois grupos: o

período inicial, o cosmopolita-periférico, o nacionalista-periférico e o contemporâneo (LYNCH, 2016).

4.3.1 **Primeiras manifestações da disputa ideológica entre cópia e adaptação do Estado**

Nos 50 primeiros anos do Brasil independente, durante o reinado de D. Pedro I, o período regencial e grande parte do reinado de D. Pedro II, a política era entendida por intelectuais brasileiros mais como arte do que ciência. Naquele contexto, a elite intelectual que formulava o pensamento político nacional consumia revistas e jornais estrangeiros e se dedicava a estudar comparativamente instituições, práticas, doutrinas constitucionais, biografias de estadistas e histórias dos países, particularmente de Reino Unido, França e Estados Unidos. Em especial, a Europa era vista como "uma espécie de câmara de antevisão do futuro, a partir da qual [a periferia] extraía lições a serem aproveitadas, promovendo inovações desejadas e postergando ou antecipando as indesejáveis" (LYNCH, 2016, p. 88).

Tratava-se de uma elite intelectual reduzida, que se ocupava tanto de pensar como de fazer a política institucional, sendo também, portanto, elite política – característica que apenas mudaria em meados do século XX, com a institucionalização da Ciência Política no Brasil. Apesar de pequena, Lynch (2016) identifica, desde os primórdios do país independente, uma diferença seminal na concepção de política entre dois grupos, os quais classifica, neste período inicial, como liberais e conservadores. Os liberais entendiam que a política é regida por um conjunto de regras imutáveis, universais e eternas, cabendo ao intelectual descobri-las e ao agente político assumir uma orientação idealista, moralista e cosmopolita na transformação da sociedade local. Por sua vez, os conservadores compreendiam que a política deve obedecer a regras dadas pela circunstância local e pela experiência, cabendo ao intelectual identificá-las e ao agente político assumir uma orientação realista, cética e prudente na administração da sociedade. José Bonifácio era a grande figura conservadora, enquanto liberais de destaque eram Gonçalves Ledo, no Rio; Diogo Feijó, em São Paulo; e Frei Caneca, em Pernambuco (LYNCH, 2011).

4.3.2 **Luzias e saquaremas no período cosmopolita-periférico**

Mais ou menos entre 1880 e 1930, Lynch (2013) define que o ambiente intelectual brasileiro foi marcado pela introdução das primeiras concepções científicas de política, oriundas de teorias positivistas da Europa, que concebiam uma evolução unilinear de todas as

sociedades do mundo. Estas teorias encontraram terreno para assimilação devido à expansão de instituições acadêmicas no país, durante o reinado de D. Pedro II, como faculdades de Direito, a Escola Politécnica, o Colégio de Dom Pedro II, o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) e a Academia Brasileira de Letras (ABL). Via de regra, os formuladores do pensamento político nacional passaram a conceber uma hierarquia entre os povos na construção da política enquanto ciência. Prevalecia a visão de uma espécie de divisão internacional do trabalho intelectual, na qual o centro produzia um conhecimento universal e superior, enquanto a periferia fabricava um conhecimento local e inferior. Esta distinção se manifestava no vocabulário utilizado: os textos criados no centro eram designados como filosofia ou teoria política e se caracterizam por ser universais e abstratos; por sua vez, os textos da periferia eram chamados de pensamento, distintos por terem uma validade apenas nacional e almejarem responder um problema prático a partir da aplicação das teorias cêntricas (LYNCH, 2013).

Lynch (2013) atribui a principal razão para os intelectuais brasileiros aceitaram uma inferioridade da própria produção à percepção deles de que o país tinha uma população, mas não tinha um povo. O conceito de povo, criado na Europa, exigia que uma população tivesse uma cultura própria, a partir da qual podia entender-se como um sujeito único na história da humanidade, capaz de construir um conhecimento original. Tratava-se de uma noção difundida por hegelianos como Victor Cousin, Hippolyte Taine e Ernest Renan. Os intelectuais brasileiros, porém, não se viam como porta-vozes de um povo, nem percebiam a existência de uma cultura propriamente brasileira. Ao contrário, vivenciariam o que Joaquim Nabuco chamou de dilema do mazombo: o sentimento de um pertencimento fraturado "entre uma jovem pátria 'geográfica', periférica, lugar do sentimento e da natureza (o Brasil), e uma antiga pátria 'espiritual', cêntrica, lugar da inteligência e da civilização (a Europa)" (LYNCH, 2013, p. 738). A ausência de um povo e de uma cultura brasileira reforçava o imperativo de que o Brasil deveria importar suas instituições políticas:

> A regra segundo a qual as instituições deveriam refletir e acompanhar o desenvolvimento da sociedade, válida para os países cêntricos, não era válida para os países atrasados. Aqui, organizar as instituições a partir do estado social nos levaria a consagrar o atraso em que já nos encontraríamos. Na periferia, o papel das instituições não seria o de refletir o estado social, que seria atrasado, e sim o de agir sobre ele, a fim de modificá-lo em sentido progressista. Há, portanto, um consenso acerca da premissa de que as instituições políticas e jurídicas devem ser mais adiantadas que o estado social, ficando as disputas em torno do grau de maior ou menor adiantamento que elas deveriam apresentar (LYNCH, 2017, p. 8).

Neste período cosmopolita-periférico, Lynch (2011) identifica que o dissenso entre dois grupos da elite política sobre a forma de se importar ideias passou a manifestar-se mais

claramente e a ganhar densidade através da rivalidade entre luzias e saquaremas. Estes grupos correspondiam, durante o reinado de D. Pedro II, respectivamente ao Partido Liberal e ao Partido Conservador, sendo Santa Luzia e Saquarema cidades importantes a cada qual: a primeira, em Minas Gerais, foi palco da maior derrota dos liberais nas revoltas de 1842 contra o poder imperial, durante o período regencial, enquanto a segunda, no estado do Rio de Janeiro, abrigava a fazenda do Visconde de Itaboraí, que servia como local para reuniões. Saquaremas de destaque eram Visconde do Uruguai, Barão do Rio Branco, Azevedo Amaral e Alberto Torres. Luzias eminentes incluíam Tavares Bastos, Rui Barbosa, Campos Salles e Alberto Salles (LYNCH, 2011).

Apesar de haver querelas internas, luzias e saquaremas tinham projetos de organização política do Brasil bastante discerníveis e distintos entre si, nos quais pressupostos sobre importação de ideias eram notáveis. Segundo Lynch (2011), os luzias entendiam que, no Brasil, a elite de proprietários latifundiários era virtuosa por liderar o crescimento econômico nacional, cabendo ao Estado o dever de refletir a sua vontade, isto é, defender os interesses dos grandes proprietários rurais. O melhor caminho para tanto seria se o Estado se subordinasse ao poder local e deixasse a elite econômica conduzir livremente seus negócios privados. Os luzias compreendiam que a prosperidade dos empresários significava o enriquecimento da sociedade e que isto – assumindo-se uma relação de causalidade automática – significava a elevação do nível geral de educação e disseminava o cultivo da liberdade individual. Na contramão desta liberdade, a centralização do poder nas mãos do Estado era vista como um caminho para o autoritarismo (LYNCH, 2011).

A forma de Estado que os luzias queriam importar para o Brasil, neste período, baseava-se no liberalismo conforme praticado na Inglaterra (LYNCH, 2017). No período imperial, Lynch (2011) explica que os luzias não foram antimonarquistas, pois temiam que discussões sobre republicanismo incentivassem revoltas de escravos. O que reivindicavam era uma monarquia federalista, na qual o imperador teria menos poder em relação às autoridades provincianas. O grupo passou a adotar a pauta republicana, com inspiração no liberalismo dos Estados Unidos, apenas no final do Segundo Reinado, diante do enfraquecimento do regime escravista.

> O ideal americano, é claro, era o do progresso baseado no crescimento econômico, no primado da sociedade sobre o Estado, da economia sobre o político. [...] Queriam uma nação de senhores. Ao mesmo tempo, os atrasados feudais, para eles, eram os burocratas, os altos funcionários públicos (LYNCH, 2011, p. 28).

Em termos de entendimento sobre o que é política, Lynch (2011) afirma que os luzias manifestavam a concepção liberal de que a política deve ser a obediência a um conjunto de

ideias universais e imutáveis. Além disso, aceitavam a premissa hegeliana de que a história da humanidade consiste em um processo evolucionista (LYNCH, 2016). Estes entendimentos, por sua vez, levavam à noção de que, no processo de importar instituições políticas, qualquer adaptação dos modelos democrático-liberais estrangeiros levaria ao fracasso do processo. Adaptar ideais seria deformá-las. Para evitá-lo, luzias defendiam a necessidade de sempre se fazer um transplante perfeito do modelo institucional (LYNCH, 2011).

Por sua vez, ainda conforme Lynch (2011), saquaremas partiam de um diagnóstico diferente sobre o Brasil. Viam-no como um país dominado pelos grandes proprietários rurais, donos de uma mentalidade feudal e opressores da maioria da população, a qual mantinham em uma condição subalterna para que não questionasse as relações de poder. Concebiam que o único ator capaz de fazer frente a este cenário de injustiça era o Estado, desde que controlado por uma elite política disposta a reformar a sociedade de cima para baixo. O cerne do projeto reformista deveria ser a construção de um Estado com poder centralizado, a fim de superar a lógica provinciana na formação de identidades políticas, a qual os saquaremas temiam que levasse à fragmentação territorial se não fosse alterada. Entendiam que apenas a partir da ação de um Estado forte, presente em todo o território nacional para implementar uma Constituição, a liberdade da maioria em face de uma minoria poderia se concretizar. Não colocavam em questão de maneira expressiva, neste período, o regime econômico agroexportador do Brasil.

A forma de Estado que os saquaremas defendiam, àquela altura, era o despotismo esclarecido europeu, isto é, um absolutismo constitucional, sendo que o modelo que mais inspirava-os era o da França, de forte viés estatizante e que era apresentado abertamente, pelos franceses, como um instrumento para outros povos chegarem à civilização (LYNCH, 2017). Tal projeto saquarema era o efetivamente concretizado à época do reinado de D. Pedro II e que refletia preferências históricas da dinastia Bragança.

> No século XVIII, países como Portugal, Espanha e Prússia haviam percebido que algo ocorrera com França e Inglaterra. Estes estavam muito mais à frente, tinham exércitos muito maiores, suas economias apareciam muito mais desenvolvidas. Aqueles começaram a se preocupar com os meios de resolver seu atraso. Perceberam que cabia ao Estado enfrentar os senhores feudais e a Igreja (LYNCH, 2011, p. 23).

A respeito de como entendiam a política, os saquaremas manifestavam a concepção realista de que, "antes de procurar alterar a realidade e promover reformas institucionais, [era] preciso conhecer a realidade nacional, olhar para o país e fazer as adaptações do que se deseja importar" (LYNCH, 2011, p. 30). Assim, acreditavam que a política deveria guiar-se pelas circunstâncias temporais e espaciais da sociedade. Além disso, adotaram o entendimento, também realista e minoritário na Europa, de que a história da humanidade se constitui através

de contingências, e não de uma teleologia que leva todos os seres humanos a viverem sob as mesmas condições (LYNCH, 2016).

Em linhas gerais, Lynch (2011) resume os dois grupos do seguinte modo:

> Ambos sabem que o Brasil é periférico. Atrasado, periférico e doente. A diferença é que o saquarema exibe o desconforto, mas tem uma visão mais nacionalista, acha que é menos universalista na proposição dos remédios e sustenta que cada país tem sua tradição, seu jeito de ser. Em suma, acredita que é possível resolver o problema do atraso sem desnaturar aquilo que seria autêntico do Brasil. O luzia, por outro lado, é orientado mais por teorias que vêm de fora, tem menos tolerância com a adaptação e vê nela a corrupção e a deformação. O que o saquarema vê como peculiaridades do Brasil é visto pelo luzia como desvio (LYNCH, 2011, p. 31).

Segundo Lynch (2011), durante o período imperial, o projeto de Estado centralizado dos saquaremas foi concretizado não apenas por meio da autoridade de D. Pedro II, mas também via ação da burocracia instalada no Rio de Janeiro desde o período joanino. Imperador e burocratas tinham uma visão unitária do país e eram vistos como decisivos, pelos saquaremas, para o Brasil não trilhar o caminho da desordem civil dos vizinhos latino-americanos. As revoltas regionais durante o período regencial reforçaram o receio do grupo de que a ausência de agentes integradores enfraquecia o Brasil. Em contradição aos princípios que orientavam o despotismo esclarecido europeu, o período foi marcado pela continuidade da escravidão, demonstração cabal, conforme Lynch (2001), da lógica saquarema de que ideias estrangeiras deveriam adaptar-se a particularidades quando importadas[54].

Com o fim do período imperial e o advento da Primeira República, os luzias desbancaram os saquaremas e tornaram-se hegemônicos na cena política. A construção de um Estado em moldes liberais ocorreu especialmente a partir do governo Campos Salles, que institucionalizou a autonomia das oligarquias estaduais (LYNCH, 2011).

4.3.3 **As tradições luzia e saquarema no período nacionalista-periférico**

Dos anos 1930 aos 1970, segundo Lynch (2013), a visão de uma hierarquia entre os conhecimentos produzidos pelo centro e pela periferia continuou a caracterizar o ambiente

[54] A respeito desta contradição, Schwarz (1977), em ensaio célebre, afirma que a pretensão da elite do Brasil imperial de dizer-se liberal por causa do absolutismo reformado e viver em meio à escravidão e à agroexportação produzia uma comédia ideológica, na qual os ideais liberais viravam "ideias fora do lugar", posto que eram desacompanhados das relações de trabalho capitalistas e do avanço material, via industrialização, que existiam na Europa. Tal pretensão ou farsa evidenciava-se na importação da arquitetura neoclássica, para que a elite se sentisse ambientada na Europa, mesmo tendo que trazer técnicas e materiais que o Brasil não produzia. Tratava-se, em verdade, de um projeto de poder de classe: os ideais liberais de igualdade, razão, trabalho e mérito eram importantes de ser disseminados para disciplinar um contingente de trabalhadores livres que aumentava, sem que lhes fossem as dadas condições materiais de sair da miséria e deixar de depender dos favores da elite. "Em resumo, as ideias liberais não se podiam praticar, sendo ao mesmo tempo indescartáveis" (SCHWARZ, 1977, p. 12).

intelectual brasileiro, porém a percepção de que o país não tinha um povo com uma cultura própria foi gradualmente abandonada. A principal razão para tanto foi a efervescência do nacionalismo no Brasil, com raízes nos anos 1920, o que levou a uma denúncia crescente contra imperialismos de todo tipo, inclusive cultural:

> O advento de um paradigma cultural nacionalista entre as duas guerras mundiais desencadeou [...] uma mudança importante no modo de conceber o lugar dos países periféricos no mundo e de aferir a qualidade da sua produção cultural. A crítica às concepções evolucionistas unilineares que haviam predominado sob o paradigma cosmopolita permitia identificar a singularidade da cultura de cada nacionalidade (LYNCH, 2013, p. 745).

Outras razões que levaram os intelectuais a interessar-se pelo povo brasileiro foram particulares ao meio acadêmico. Em primeiro lugar, houve uma grande recepção da obra de José Ortega y Gasset, responsável por traduzir o pensamento pós-hegeliano de Wilhelm Dilthey para o mundo ibero-americano (LYNCH, 2013). Nesta perspectiva, a noção de que há leis gerais da evolução da humanidade foi substituída pela investigação sobre as circunstâncias históricas da produção do conhecimento (LYNCH, 2013). Apareceram os ensaios clássicos sobre a formação do Brasil, cujos autores incluíam Sérgio Buarque de Holanda, Caio Prado Jr., Gilberto Freyre, Azevedo Amaral, Gilberto Amado, Martins de Almeida, Virgínio Santa Rosa e Otávio de Faria (LYNCH, 2013). Em segundo lugar, parte significativa da elite intelectual aderiu a entendimentos de cientistas políticos estadunidenses e sociólogos franceses que defendiam que o estudo das instituições do Estado deveria ser acompanhado da análise do comportamento dos atores políticos (LYNCH, 2016). Como consequência, em terceiro lugar, a Ciência Política brasileira paulatinamente se desenvolveu enquanto disciplina autônoma, sobretudo nos anos 1970, quando passou a desenvolver pesquisas de campo próprias (LYNCH, 2017). No PPB, houve uma reação ao estudo da política enquanto "técnica de direito constitucional manejada dedutivamente pelo estadista culto, à maneira dos juristas" (LYNCH, 2016, p. 91). Surgiram os primeiros estudos específicos sobre o PPB, feitos por Oliveira Viana, José Maria Belo e Nélson Werneck Sodré (LYNCH, 2013).

No período nacionalista-periférico, houve continuidade da divergência de estratégias de importação de instituições estrangeiras, porém, para além de instituições políticas, passou a haver um debate maior sobre instituições econômicas, na medida em que o modelo agroexportador passou a ser contraposto a um modelo industrializante, mais disseminado dentro do Norte, cuja adaptação a um país periférico a tradição saquarema passou a defender com ênfase. Lynch (2017) afirma que houve, então, uma cristalização das duas tradições no pensamento político brasileiro a respeito da construção do Estado, nos seus regimes políticos

e econômicos: a liberal-cosmopolita, herdeira do entendimento luzia de que as instituições importadas devem ser fielmente reproduzidas; e a nacional-estatista, sucessora do entendimento saquarema e realista de que as instituições importadas devem ser adaptadas ao contexto local.

Conforme Lynch (2017), o cerne de princípios substantivos da tradição saquarema está em defender o Estado enquanto centralizador do poder político na capital; gozador de certa autonomia decisória em relação à sociedade; protagonizado pelo poder Executivo no seu interior; motor do desenvolvimento por meio da intervenção na economia, através do controle ou do planejamento de setores estratégicos; e promotor de uma cultura nacionalista. Além disso, trata-se o imperialismo como uma ameaça constante no mundo. No período nacionalista-periférico, intelectuais da tradição saquarema olhavam menos para importações de instituições da França e mais para dos Estados Unidos no seu contexto dos anos 1930, quando o Estado passou a ter maior atuação no mercado (LYNCH, 2017).

Por sua vez, ainda segundo Lynch (2017), a tradição luzia caracteriza-se, substantivamente, por defender o primado da sociedade civil sobre o Estado; a descentralização do poder político por meio de fórmulas como federalismo, municipalismo e mecanismos eleitorais antimajoritários; a autorregulação do mercado doméstico e a sua abertura ao capital estrangeiro; a depreciação do nacionalismo, entendido como atrasado e autoritário, e a aproximação da cultura brasileira às culturas dos países centrais como via para reduzir a negatividade da formação colonial. Ademais, acredita-se que o mundo se torna mais cooperativo quando os países privilegiam, na economia, a produção de bens em que tenham vantagens comparativas. No período nacionalista-periférico, intelectuais luzias mantiveram-se admiradores das instituições liberais dos Estados Unidos nas suas versões mais antigas, em que o Estado intervinha pouco no mercado (LYNCH, 2017).

Lynch (2011) avalia ainda que a afiliação de intelectuais a uma das tradições ideológicas, neste período, teria um forte motivador geográfico. A tradição saquarema seria especialmente destacada no Rio de Janeiro, que, por ter sido capital nacional no período imperial e em grande parte do período republicano, valorizaria o Estado centralizador. Por sua vez, a tradição luzia teria raízes e ecos maiores em São Paulo, cidade historicamente resistente ao projeto de Estado centralizador. Ambas as tradições teriam instituições-símbolos: o ISEB, no primeiro caso, e a USP, no segundo (LYNCH, 2011).

A despeito das diferenças, Lynch (2017) destaca que as duas tradições coincidem em que o bom funcionamento das instituições importadas dependeria da educação da população por vanguardas modernizadoras, característica do pensamento político brasileiro que chama

de pedagogismo. Através dele, o povo poderia ser instruído, por exemplo, a praticar ideais importados de constitucionalismo, republicanismo e democracia (LYNCH, 2016). Tais vanguardas da elite podem estar localizadas no interior do Estado – chefe do Estado, militares, magistrados – ou da sociedade civil – intelectuais, bacharéis, fazendeiros, industriais. Análises históricas já evidenciariam que não necessariamente as vanguardas estatais defendem o legado nacional-estatista, nem as vanguardas civis, o liberal-cosmopolita (LYNCH, 2017).

A tradição saquarema foi dominante do advento da Era Vargas, em 1930, até o fim da ditadura militar, nos anos 1980 (LYNCH, 2011). Entrementes, após o fim do Estado Novo e com o início da Segunda República, nos anos 1940, ambos os grupos passaram a contar com uma clivagem interna entre esquerda e direita, explicada brevemente por Lynch (2011) da seguinte forma:

> Encerrada a guerra, surgiu a divisão entre saquaremas e luzias de esquerda e de direita, coisa que não havia antes. A direita luzia era obviamente a UDN, prolongamento dos partidos oligárquicos anteriores e a grande frente antigetulista. A esquerda luzia era democrática e se transforma no PSB, com Antonio Candido e outros da USP. Politicamente era insignificante, mas começou a produzir um discurso acadêmico a partir de uma perspectiva política. O PSB era também antigetulista: Hermes Lima, Evandro Lins e Silva, João Mangabeira, todos tinham uma origem liberal e seguiram para uma linha socialista e progressista. Surgiram também os saquaremas de esquerda, instalados no seio do trabalhismo. Pensemos em figuras como Guerreiro Ramos, Hélio Jaguaribe, os nacional-desenvolvimentistas, o ISEB – todos com suas diferenças se observados mais de perto, mas certamente comprometidos com a ideia de desenvolvimento a partir do Estado nacional. A diferença desse saquarema de esquerda para o anterior é que agora há o sindicato no meio do caminho. Já o saquarema de direita aparece no PSD e no grupo militar linha-dura e nacionalista. A partir dessa chave é possível entender o golpe de 1964 como uma aliança entre os luzias e os saquaremas de direita, contra os saquaremas e luzias de esquerda (LYNCH, 2011, p. 34-35).

Aqui aparece uma rara tomada de posição crítica do autor, que permite começar a encaminhar esta descrição histórica sobre o pensamento político brasileiro a um modelo para análises sobre ideologia política que esteja ancorado na teoria crítica[55]. Em nossos termos, podemos entender, pela noção de direita e esquerda, a concepção de que as tradições luzia e saquarema seriam atravessadas pela luta de classes, a partir da vigência de um regime econômico industrializante no Brasil e seus efeitos para a ação política, especialmente nos centros urbanos. Ambas as tradições passaram a abrigar uma ala que se identifica mais com a conservação de interesses da classe capitalista (direita), enquanto outra ala aproxima-se mais de mudanças em favor de interesses da classe proletária (esquerda). No campo da direita, a ala saquarema de direita compreende que o Estado-nação é necessário para ajudar a afirmar os

[55] Na banca de defesa desta tese, Lynch, descontente em ter sua obra aproximada da teoria crítica, explicou-nos que o texto de 2011 é mera transcrição de uma entrevista concedida sem pretensão de profundidade analítica.

interesses empresariais (no que podemos adicionar, por nossa conta, uma subdivisão, entre, de um lado, uma *ala saquarema de direita*, tolerante à democracia liberal no regime político, do PSD, e uma *ala saquarema de extrema-direita*, intolerante e ultra-centralizadora, dos militares), enquanto a *ala luzia de direita* entende que o Estado-nação atrapalha o exercício de tais interesses. No campo da esquerda, a *ala saquarema de esquerda* vê o Estado-nação como um instrumento de mediação e distensão entre as classes, capaz de recepcionar e atender interesses de ambas, nos marcos de um capitalismo de bem-estar social, ao passo que *a ala luzia de esquerda* trata o Estado e o nacionalismo como instrumentos de opressão sempre a serviço da classe capitalista, que devem ser eliminados para dar lugar ao comunismo, mantendo-se porém, no período de transição socialista, instituições políticas inspiradas nas democracias liberais, importantes para não se reproduzir o autoritarismo centralizador da experiência soviética, vista como desviante dos interesses da classe proletária[56].

A partir destas noções de esquerda e direita para caracterizar as tradições de pensamento político brasileiro, compreende-se que tanto o projeto geral de enfraquecer o Estado, da tradição luzia, como o projeto de fortalecê-lo, da tradição saquarema, contêm caminhos internos que levam a configurações qualitativamente diferentes da luta de classes. Podemos entender cada caminho como uma ideologia diferente, que contém uma combinação própria entre ideias de regime econômico e regime político para dar forma ao Estado importado, conforme esquematizado no quadro 1. A relevância de se frisar combinações está em destacar que a nomeação de ideologias habitualmente feita apenas a partir de preferências de regime econômico (desenvolvimentismo, trabalhismo, capitalismo de bem-estar social, capitalismo de livre mercado etc.) é insuficiente para captar a vinculação a preferências de regime político e a modos de se importar ideias do Norte.

Além disso, cabe destacar que Lynch isenta-se de atribuir um efeito concreto de autonomia nacional às ideologias saquaremas e de dependência às ideologias luzias, a despeito de caracterizar as primeiras como sendo orientadas pela adaptação criativa de ideias estrangeiras, e as segundas, pela cópia. Neste ponto, diferencia-se da definição de ideologia de

[56] Parece-nos, ainda que o contraste entre saquaremas de direita e esquerda ecoa a oposição clássica entre hegelianos de direita e esquerda, enquanto o contraste entre luzias de direita e esquerda indica interpretações diferentes sobre o kantianismo. Hegel entendia tempo e espaço como realidades objetivas, que se manifestariam no Estado-nação de cada povo. Entretanto, para hegelianos de direita, o Estado deveria ser incarnado por um governante absoluto (monarca), enquanto que, para hegelianos de esquerda, o Estado deveria ser republicano e democrático. Por sua vez, Kant compreendia tempo e espaço como realidades subjetivas, que transcendem povos e prescindem de Estados-nações. Kantianos buscariam abolir o Estado para romper barreiras de tempo e espaço que ele constrói entre os indivíduos do mundo todo sem discutir a equalização do poder material destes indivíduos, o que é contestado por marxistas que almejariam conduzir tais processos – supressão do Estado e distribuição do poder material – concomitantemente. Cabe desenvolver melhor este ponto, que situaria a raiz das diferenças entre as tradições de cópia e adaptação de ideias em entendimentos de ontologia.

Jaguaribe, que reconhece efeitos materiais tanto para a relação entre classes, como entre países: neste segundo caso, inclinações à cópia produzem quadros de neocolonialismo, enquanto posturas de adaptação vão na contramão disto. Lynch parece guiar-se, neste aspecto, pelo desejo, acima enunciado, de evitar avaliações pessoais na classificação de ideologias. Aliás, mesmo o contraste crítico entre esquerda e direita aparece apenas no texto referido de 2011. Cabe a nós, portanto, a responsabilidade por dar contornos mais enfáticos às noções de esquerda e direita, assim como por recusar o abandono da definição geral de ideologia formulada por Jaguaribe, a fim de situarmos o modelo de Lynch nos marcos da teoria crítica, sempre orientada, ao Norte e ao Sul, pela interação entre ideias e a realidade material das relações de poder.

Quadro 1 – Forma de Estado ideal para as tradições luzia e saquarema no período 1945-88

	Ideologia luzia de esquerda	**Ideologia luzia de direita**	**Ideologia saquarema de esquerda**	**Ideologia saquarema de direita**	**Ideologia saquarema de extrema-direita**
Representante emblemático	PSB	UDN	PTB	PSD	Militares
Modo de importar ideias políticas	Cópia	Cópia	Adaptação	Adaptação	Adaptação
Valores	Sociocentrismo	Sociocentrismo	Estadocentrismo	Estadocentrismo	Estadocentrismo
	Cosmopolitismo	Cosmopolitismo	Nacionalismo	Nacionalismo	Nacionalismo
Regime político	República presidencialista descentralizada	República presidencialista descentralizada	República presidencialista centralizada	República presidencialista centralizada	República presidencialista ultra-centralizada
Regime econômico	Socialismo com planejamento via processo decisório democrático e políticas de avanço industrial, reforma agrária e privilégio à classe proletária	Capitalismo de livre mercado, com políticas de abertura, especialização comparativa e privilégio à classe capitalista	Capitalismo com intervenção estatal e políticas de protecionismo, avanço industrial e pacto de classes	Capitalismo com intervenção estatal e políticas de protecionismo, avanço industrial e privilégio à classe capitalista	Capitalismo com intervenção estatal e políticas de protecionismo, avanço industrial e privilégio à classe capitalista

Fonte: Elaboração própria.

Convém ressaltar que Lynch não assume que estas sejam as únicas ideologias políticas existentes no Brasil de meados do século XX, mas tão somente aquelas que reivindicam a liberdade individual em alguma medida, como fim ou meio, para o progresso social. Isto parece levar à exclusão do PCB da sua análise, por exemplo, posto que este partido se orientava pelo socialismo soviético e pela noção de classe social enquanto sujeito. Além disso, o pleno controle do Poder Executivo federal pelos militares, durante a ditadura, colocou a disputa entre partidos políticos em segundo plano naquela esfera decisória, razão pela qual ARENA e MDB não figuram no modelo. Ademais, este não pretende dar conta de correntes internas que existem dentro da representação emblemática de cada ideologia. Finalmente, não se pretende negar que outras sociedades periféricas possam ter ideologias semelhantes, o que cabe a outros estudos investigar.

4.3.4 **As tradições luzia e saquarema no período contemporâneo**

Com a redemocratização do Brasil, a partir dos anos 1980, Lynch (2017) afirma que a disseminação da disciplina de PPB, nos cursos universitários de Ciência Política, levou à produção de pesquisas empíricas sobre intelectuais do campo. Os resultados evidenciaram que a postura de subalternidade do(a) intelectual brasileiro(a) perdeu força, diante de um repúdio ao eurocentrismo no plano epistemológico. Com isto, intensificou-se o debate já referido, na disciplina, em torno das conceituações sobre o seu objeto de estudo.

Lynch (2011) avalia que a república pós-1988 manteve viva a oposição entre os dois projetos históricos de construção do Estado brasileiro, ora caracterizado pela rivalidade entre o Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB) e o Partido dos Trabalhadores (PT). O autor entende que os dois partidos tiveram origem na tradição luzia de esquerda, porém o PT transformou-se e migrou para o campo saquarema de esquerda, enquanto o PSDB fez um reposicionamento dentro do campo luzia, passando da esquerda à direita.

> Convém lembrar que Lula era, na origem, um luzia de esquerda. O saquarema de esquerda era Brizola, herdeiro do trabalhismo. O PT surgiu contra o trabalhismo, em defesa de uma forma de esquerda não pelega, não populista. Lembremo-nos que o populismo foi uma categoria consagrada por Francisco Weffort na USP. E que Lula dizia: a CLT era o AI-5 dos trabalhadores. Aquilo era, portanto, um movimento luzia de esquerda, que negava Vargas, a tradição do Estado e a relação estabelecida entre Estado e sindicatos. Basta lembrar quem subscreve a fundação do PT: Sérgio Buarque de Holanda, Antonio Candido e Florestan Fernandes. Brizola era o velho caudilho. E, mais adiante, o PSDB era um partido luzia social-democrata. Com o tempo, acabou a transição, caiu o Muro de Berlim [...]. O PSDB se transformou num partido luzia de direita, liberal, americanista, sociocêntrico. Brizola desapareceu, e o trabalhismo morreu. E o PT virou um partido saquarema. Foi nesse momento que se deu a virada de Lula falando do desenvolvimentismo, fazendo elogios a Geisel e a Getúlio, a sua mão preta saindo do poço de petróleo. Por que Lula pôde dizer que

> admirava Geisel e, ao mesmo tempo, Getúlio? Porque ambos tinham em comum o estadocentrismo (LYNCH, 2011, p. 34-35).

Após cerca de 30 anos, esta polarização entre PT e PSDB perdeu força, conforme evidenciado pela eleição de Jair Bolsonaro à Presidência da República, em 2018. Em ensaio sobre os primeiros meses do governo Bolsonaro, Lynch (2020) avalia-o como sendo formado por uma coalizão de forças ideológicas muito semelhante à do governo Castelo Branco, mas com uma relação interna diferente. Enquanto quem liderava a coalizão de 1964 eram militares, com vistas a uma modernização do país controlada pelas elites, quem protagonizaria a coalizão do governo Bolsonaro seria uma pequena facção conservadora que sempre existiu na sociedade brasileira, mas jamais dirigiu o Estado, orientada pelo que o autor chama de neointegralismo, ideologia que combinaria elementos fascistas com outros retrógrados, anti-modernos. Nesta ideologia, a política econômica seria orientada por um liberalismo primitivo, com vistas a reduzir o Brasil ao papel colonial de abastecedor de bens primários de metrópoles, o que a diferenciaria do fascismo industrializante do século XX. A nova metrópole à qual servir seria a cidade de Washington, quando governada por Donald Trump. Por sua vez, o regime político ideal seria o de uma descentralização intensa, inspirada nas repúblicas cristãs da Idade Média europeia, época de sociedades estamentais, onde cavaleiros tinham milícias próprias de servos para lutar contra os adversários (outrora, mouros; hoje, todo tipo de minoria social). Por analogia ao Brasil, este regime político

> remete ao imaginário da sociedade colonial do século XVII, comandadas por chefes de família patriarcais descendentes de europeus. Enquanto os senhores de engenho levantavam igrejas e protegeriam o povo, viris "bandeirantes" chefiavam milícias de mestiços em expedições pelo sertão adentro para apresar índios e buscar riquezas naturais, extraindo da exuberante natureza o máximo que podiam, sem a presença incômoda de um Estado que, de resto, não existia. Daí a atração de Bolsonaro por tudo aquilo que a sociedade brasileira herdou de pior da colonização: o culto da morte e da violência, o autoritarismo, a exploração predatória da natureza, o anti-intelectualismo, o personalismo, o patrimonialismo etc. (LYNCH, 2020, p. 26).

No momento em que esta tese é escrita, o governo Bolsonaro ainda está em andamento, de modo que classificações sobre a continuidade ou o fim do que Lynch chamou de período contemporâneo do pensamento político brasileiro ainda seriam apressadas. Por esta razão, incluímos a ideologia bolsonarista neste período, ainda que, no futuro, possa-se argumentar em favor de uma cisão de épocas, o que exigiria reformulações conceituais. Além disso, para classificar o conjunto de ideias bolsonaristas, preferimos utilizar os termos da oposição luzia-saquarema, que tornam comparações mais intuitivas: tratar-se-ia, na nossa concepção, de uma ideologia luzia de extrema-direita, uma vez que potencializa as orientações de luzias de direita em favor da descentralização política e da desconstrução do poder material do Estado ao pretender anulá-lo completamente, inclusive no que toca o

monopólio legítimo da violência, via flexibilização do porte de armas. O endosso dos militares a este projeto de governo acentua a decadência da ideologia saquarema de extrema-direita, que deixa de ter um representante emblemático no período contemporâneo, tal qual a saquarema de direita.

Finalmente, gostaríamos de fazer um adendo a este período contemporâneo, a respeito do socialismo democrático. Lynch destaca a sua existência no período nacionalista-periférico, sob liderança do PSB, porém não se pronuncia sobre a sua continuação nos dias de hoje. Ora, parece-nos evidente que seu herdeiro é o Partido Socialismo e Liberdade (PSOL), que, tal como o antecessor, não tem peso decisivo nos rumos da política nacional, porém carrega uma proposta de forma de Estado *sui generis*, que contribui para salientar distinções no pensamento político brasileiro. Tal como o PSB, a institucionalização fraca do PSOL e a ausência de exercícios concretos do poder federal dificultam definições bem acabadas sobre a sua ideologia[57]. Porém, na nossa percepção, o partido parece representar uma mudança importante na estratégia de como avançar o socialismo democrático: o PSB, organizado no período da Guerra Fria em oposição ao stalinismo e ao varguismo, via como imprescindível a superação do Estado-nação; por sua vez, o PSOL, surgido em meio à Onda Rosa de governos progressistas na América Latina, reflete uma práxis mais recente, afasta-se da cópia de teses marxistas cêntricas antiestatais, modera a condenação ao Estado-nação (não mais reduzido a um "comitê da burguesia") diante da ofensiva neoliberal contra ele no plano mundial e apresenta candidatura própria em toda eleição presidencial para aceder ao governo central. Bandeiras tradicionais do PSB de avanço industrial e reforma agrária são mantidas nos programas eleitorais, assim como a defesa de um planejamento via interação entre governo e movimentos sociais, que evite burocratizações e conciliações com a classe capitalista. Esta atualização no regime político retiraria os socialistas democráticos da tradição luzia e os colocaria na saquarema, mais precisamente em uma *ala saquarema de extrema-esquerda*, dado o sectarismo maior com o empresariado em relação aos saquaremas de esquerda. Estes,

[57] Sobre a ideologia do PSB entre 1945-65, Anjos (2017) analisa o pensamento de alguns de seus fundadores e expõe as seguintes referências privilegiadas, nos anos 1940, para refletir sobre a combinação entre socialização dos meios de produção e democracia representativa ou direta: León Trotski, Rosa Luxemburgo, Victor Serge, Alexander Barmine, Arthur Rosenberg, Boris Souvarine, Max Eastman, Sidney Hook, James Burnham e Harold Laski; ademais, o partido estrangeiro mais admirado era o britânico *Labour Party*. Estudos semelhantes que se aprofundem sobre as referências de ideólogos(as) do PSOL seriam bem-vindos, pois poderiam revelar uma importação criativa do pensamento marxista produzido não mais ou apenas no Norte, mas na vizinhança latino-americana, nas últimas décadas, que incluiu elaborações originais sobre socialismo no século XXI, Estados plurinacionais e bem-viver. Fundamentalmente, debilitou-se a ideia clássica de que um Estado é um aparelho manipulado diretamente pela burguesia, sem reconhecimento da agência de atores políticos, nem possibilidade de melhorias qualitativas para a classe trabalhadora.

refletindo as inovações no trabalhismo de que Lynch fala, teriam passado a defender menos a intervenção direta do Estado na economia e mais a regulação do mercado.

Em resumo, tem-se o quadro 2:

Quadro 2 – Forma de Estado ideal para as tradições luzia e saquarema no período 1988-hoje

	Ideologia luzia de extrema-direita	**Ideologia luzia de direita**	**Ideologia saquarema de esquerda**	**Ideologia saquarema de extrema-esquerda**
Representante emblemático	Movimento bolsonarista	PSDB	PT	PSOL
Modo de importar ideias políticas	Cópia	Cópia	Adaptação	Adaptação
Valores	Sociocentrismo	Sociocentrismo	Estadocentrismo	Estadocentrismo
	Cosmopolitismo	Cosmopolitismo	Nacionalismo	Nacionalismo
Regime político	República presidencialista ultra-descentralizada	República presidencialista descentralizada	República presidencialista centralizada	República presidencialista centralizada
Regime econômico	Capitalismo libertário ou anárquico, com políticas imediatas de abertura, ultra-especialização e privilégio à classe capitalista	Capitalismo de livre mercado, com políticas graduais de abertura, especialização comparativa e privilégio à classe capitalista	Capitalismo de mercado regulado, com políticas de protecionismo, avanço industrial e pacto de classes	Socialismo com planejamento via processo decisório democrático e políticas de avanço industrial, reforma agrária e privilégio à classe proletária

Fonte: Elaboração própria.

A partir da classificação do PSDB como um partido luzia de direita e do PT como um partido saquarema de esquerda, podemos deduzir, para os fins desta tese, que governos liderados por um ou outro imprimiram, no Estado, a pauta da ideologia que representam. Assim, o governo de Fernando Henrique Cardoso, entre 1995 e 2002, por ser liderado pelo PSDB, na figura do presidente, implementou a agenda luzia de direita. Por sua vez, os governos de Luiz Inácio Lula da Silva, entre 2003 e 2010, e Dilma Rousseff, de 2011 a 2016, comandados pelo PT, também na figura destas lideranças, perseguiram os ideais saquaremas de esquerda.

No caso do governo de Michel Temer, entre 2016 e 2018, o presidente era filiado ao MDB – nome que adotou a partir de 2017, em substituição a PMDB –, partido para o qual Lynch não oferece uma classificação. Não caberia aqui um exame sobre a história do partido, mas análises sobre o governo Temer, no qual a presença de ministros do PSDB foi notória, apontam que a sua agenda econômica se orientou pela desconstrução do poder econômico do Estado (TAVARES, 2017), no que recebeu grande apoio da elite econômica (SANTOS, 2017), sem, porém, propor o fim do monopólio legítimo da violência. Estes pontos aproximam-no da ideologia luzia de direita.

Até aqui, o modelo de Lynch oferece poucas indicações sobre como as duas tradições do pensamento político brasileiro divergem em termos de orientações específicas para a política externa. Por ora, apenas temos que, a partir de meados do século XX, a tradição luzia mostrou-se favorável à integração econômica e cultural do Brasil com países centrais, enquanto a tradição saquarema demonstrou receio com movimentos imperialistas por parte destes e foi mais nacionalista nos campos econômico e cultural. Nos dois casos, assume-se que tais preferências contribuem para a construção da forma de Estado preferida por cada tradição. Entretanto, estes elementos são insuficientes para explicar, por exemplo, a relação bilateral do Brasil com outros países. Mais especificamente, não explicam, por si só, por que os governos Lula e Dilma perseguiriam uma aproximação maior do Brasil com a China do que, relativamente, os governos Cardoso e Temer, ponto de investigação desta tese.

4.3.5 **Limitação do modelo na definição dos paradigmas externos das duas tradições**

Lynch (2014) dá início a um esforço de definir preferências em matéria de política externa para cada tradição ideológica, ao tentar identificar qual seria a pauta privilegiada pelos saquaremas no período cosmopolita-periférico. Para tanto, analisa brevemente o histórico da política externa do Segundo Império e do período em que o Barão do Rio Branco foi Ministro das Relações Exteriores, na Primeira República, entre 1902 e 1912, a fim de encontrar convergências entre ações adotadas nos dois momentos. Enquanto o Segundo Império foi uma fase de protagonismo dos saquaremas no comando do Estado, a Primeira República teve uma hegemonia da tradição luzia, porém Lynch (2014) aponta que Rio Branco, mesmo servindo a presidentes luzias, era uma reconhecida liderança saquarema, com habilidade para negociações internacionais e disposição em não interferir nos assuntos domésticos do país, de modo que a política externa dos dois momentos seria reveladora das preferências da tradição saquarema.

Lynch (2014) avalia que a política externa do Segundo Império se caracterizou por três temas: consolidação das fronteiras brasileiras, negociação da livre navegação de rios compartilhados com países vizinhos e busca de equilíbrio de poder entre os países da bacia do rio da Prata. Além disso, o pacificismo foi privilegiado como forma de execução destas ações, porém admitiu-se excepcionalmente o emprego de instrumentos militares, como na Guerra do Paraguai. Lynch (2014) conclui que estes elementos de conteúdo e forma constituem o que chama de paradigma externo da tradição saquarema, cuja finalidade essencial seria equivalente à do paradigma interno do grupo: consolidar o Estado nacional contra a anarquia, cujos agentes promotores, no plano interno, seriam os luzias e, no externo, os caudilhos platinos.

Na Primeira República, ainda conforme Lynch (2014), o Barão do Rio Branco adaptou este paradigma externo a um novo contexto internacional. O chanceler tinha a percepção de que o Brasil se encontrava cercado de ameaças: no âmbito regional, pela Argentina, que passava por um processo de centralização do Estado e de modernização militar; para além da região, pelas grandes potências europeias, que se lançavam em investidas imperialistas na África e na Ásia, e também pelos Estados Unidos, que faziam o mesmo na América Central. Neste cenário, Rio Branco buscou uma aproximação pragmática com os Estados Unidos, a fim de ver reconhecida a liderança do Brasil no sul do continente americano, a despeito do estreitamento bilateral. O termo pragmático devia-se à discordância de preferências estadunidenses no plano multilateral. Tratava-se de uma época em que surgiam os primeiros foros internacionais, na forma das conferências de Haia. Neste palco, a política externa brasileira valeu-se do discurso idealista – muito vocalizado por Rui Barbosa – em favor da proteção dos países fracos por meio da igualdade de tratamento das nações no direito internacional, diferentemente de Washington, que procurava concentrar poder institucional nas grandes potências. Em ambos os movimentos, bilateral e multilateral, Lynch (2014) aponta que a preocupação central da política externa era realista: a defesa da integridade do Estado brasileiro (LYNCH, 2014).

O esforço analítico de Lynch (2014) esgota-se aqui, sem incluir uma reflexão sobre o que seria um paradigma externo da tradição luzia. Porém, o autor incita a realização de mais estudos, que ajudem a identificar o pensamento internacional dos dois grupos. Com este objetivo, no próximo capítulo, adotaremos um atalho em relação ao método indutivo iniciado por Lynch e partiremos de modelos interpretativos que já existem sobre a história da política externa brasileira, formulados por Amado Cervo e Maria Regina Soares de Lima, ambos

pioneiros na construção do campo de estudos das Relações Internacionais, institucionalizado no Brasil a partir do final da segunda metade do século XX.

Antes disso, cabe registrar que o modelo de Lynch vem passando por mudanças recentes elaboradas pelo próprio autor. Lynch (2021) afasta-se da classificação do pensamento político brasileiro por meio do contraste entre luzias e saquaremas e passa a tratá-lo como sendo conformado por três ideologias principais: liberalismo, nacionalismo e marxismo. Nesta nova classificação, Lynch (2021) ora critica a pertinência, para a história das ideias, de se promover dicotomias entre aqueles que veriam a realidade de forma distorcida e aqueles que a veriam de forma adequada. Caberia ao analista investigar, por exemplo, o que determinado indivíduo entende por ideia copiada e ideia adaptada, em vez de assumi-lo de antemão. Justifica-o com a necessidade de se afastar, mais, ciência e engajamento:

> A adoção de uma grade analítica dicotômica, alimentada por interesses práticos de intervenção no debate público, por mais defensável que seja do ponto de vista ético, pode produzir devastadores efeitos científicos. Ao reduzir artificialmente as hipóteses de pesquisa para predeterminar os resultados, ela esteriliza o potencial exploratório, inviabilizando uma agenda consistente de investigações. É verdade que, até certo ponto, a influência da ideologia sobre o método é inevitável, porque a neutralidade absoluta é uma impossibilidade para quem está enredado nas malhas do mundo social. Por outro lado, o reconhecimento da ilusão cientificista não autoriza o estudioso a abdicar do ideal de objetividade como horizonte normativo (LYNCH, 2021, p. 48).

Este novo ponto de vista do autor parece aproximá-lo mais da fenomenologia, guiada pelo projeto de narrar percepções passadas e presentes sobre o mundo, sem, porém, interessar-se pelo futuro, sobre o qual assume-se que intelectuais não teriam nenhuma responsabilidade. Embora a descrição de concepções de mundo com a devida contextualização histórica seja um exercício importante para se complexificar o estudo de uma sociedade, a isenção e a mera contemplação da realidade pelo intelectual leva a um relativismo sobre ideologias que, invertendo os termos supracitados de Lynch, por mais defensável que seja do ponto de vista científico, pode produzir devastadores efeitos éticos.

5 **GENEALOGIA DE UMA TEORIA CRÍTICA BRASILEIRA SOBRE IMPORTAÇÃO DE IDEIAS NA PERIFERIA (III): OS PAPEIS NA POLÍTICA INTERNA**

Neste capítulo, sistematizamos interpretações sobre a história da política externa brasileira, formuladas separadamente por Amado Cervo e Maria Regina Soares de Lima, com o objetivo de extrair-lhes hipóteses convergentes com o modelo das ideologias do pensamento político brasileiro de Christian Lynch, focado em orientações sobre a organização do plano doméstico e interpretado, por nós, nos marcos da teoria crítica e da definição de Hélio Jaguaribe sobre os efeitos materiais que ideologias têm para as relações entre classes sociais e países, conforme exposto no capítulo anterior. Ambos os modelos de Cervo e Lima destacam a política econômica de um governo como uma variável explicativa importante para a política externa brasileira, de modo que se mostram opções úteis, *a priori*, para nosso esforço de complementação, já que o regime econômico de que um governo busca dotar o Estado é um item de diferenciação entre ideologias políticas no Brasil, segundo Lynch.

A primeira seção a seguir expõe o modelo de Cervo, e a terceira, a de Lima. Entre ambas, incluímos uma segunda seção, que sintetiza entendimentos da escola realista estadunidense de Teoria das Relações Internacionais, com a qual Lima dialoga, para tornarmos mais didática a importação criativa que a autora faz dela para pensar a política externa brasileira, sem desconsiderar a clivagem Norte-Sul da divisão internacional do trabalho. A última seção destaca as hipóteses mais promissoras para complementar o modelo de Lynch, que pertencem à interpretação de Lima e que se vinculam à problemática da importação de ideias em países periféricos, uma vez que destacam a existência dos papeis de aceitar normas (*rule taking*) e criar normas (*rule making*) que diferentes governos brasileiros adotaram em organizações multilaterais da política internacional, no século XXI.

5.1 **A política externa brasileira no modelo dos paradigmas de Estado de Cervo**

No modelo de Amado Cervo, a política econômica é a variável *necessária e suficiente* para explicar a política externa, não apenas do Brasil, como também de qualquer país latino-americano. Assume-se que um determinado tipo de política econômica produz um padrão de política externa. Somadas, a política econômica e a política externa caracterizariam um paradigma de Estado, entendido como a expressão de um projeto de desenvolvimento econômico. As premissas básicas do modelo são as de que: o sistema internacional

corresponde à estrutura da divisão internacional do trabalho, que distingue os países em centro e periferia; as ações externas dos Estados latino-americanos são constrangidas por opções e limitações criadas pela trajetória de implementação do capitalismo dentro do país; e grupos da elite política doméstica disputam a melhor forma de fazer esta implementação, isto é, divergem sobre o projeto de desenvolvimento econômico a ser avançado. Esquematicamente, pode-se estabelecer a seguinte relação explicativa no modelo de Cervo: ideias de desenvolvimento econômico produzem, quando aplicadas, um paradigma de Estado, que determina uma política externa específica.

Por meio de análise histórica, Cervo (2007) aponta a existência de três paradigmas de Estado na história latino-americana e propõe um quarto como sendo o mais adequado para a prosperidade e a autonomia dos países no século XXI. Inicialmente, o *paradigma do Estado liberal-conservador* foi hegemônico, na região, entre o século XIX e a década de 1920. Priorizou a agroexportação herdada do período colonial como atividade econômica fundamental e priorizou uma relação de complementariedade comercial com países industrializados, para os quais exportava produtos primários e dos quais importava manufaturas. No caso do Brasil, vigorou do Império à Primeira República. A seguir, entre as décadas de 1930 e 1980, alguns países latino-americanos, incluindo o Brasil, experimentaram um processo de industrialização, realizado por meio de empresas públicas e de fomento estatal ao setor industrial privado nacional. Originou-se o *paradigma de Estado desenvolvimentista*, cuja política externa orientava-se pela busca de mercados, capitais e tecnologias que aprofundassem o processo industrial. No Brasil, correspondeu ao período entre os governos Vargas a Sarney. A partir dos anos 1980, disseminou-se o *paradigma do Estado neoliberal* na região. Neste, a ação econômica estatal é reduzida em favor da facilitação da entrada de capital estrangeiro em todos os setores da economia, ao passo que a política externa se orienta pela busca de acordos de livre comércio, participação em blocos comerciais regionais e aproximação com os Estados Unidos. No Brasil, vigorou nos governos Collor, Itamar e Cardoso. Cervo (2007) avalia o paradigma neoliberal como produtor de vulnerabilidades, na medida em que manteria a economia do país dependente de decisões estrangeiras. Por isto, o autor defende a sua substituição pelo *paradigma do Estado logístico*, no qual o Estado atua na economia por meio de parcerias entre os setores público e privado, dando suporte à expansão de empresas latino-americanas dentro da região e no mundo. No Brasil, avalia que o paradigma logístico manifestou-se de modo embrionário no governo Cardoso e consolidou-se no governo Lula (CERVO, 2007); por sua vez, no governo Dilma, foi mantido, ainda que de modo mais fraco (CERVO; LESSA, 2017).

Este modelo de Cervo abriga dois elementos que o afastam de uma compatibilidade com o modelo de Lynch sobre ideologias políticas. O primeiro elemento é um alto grau de generalização histórica, que o leva a conceber a política externa como uma política de Estado, sem modificações significativas entre governos próximos no tempo. A fim de ganhar simplificação analítica, são minimizadas diferenças de política externa entre governos no Império e na Primeira República, durante o paradigma de Estado agroexportador; entre governos do período de 1930-80, no paradigma de Estado desenvolvimentista; e entre governos dos anos 1990, no paradigma de Estado neoliberal. Assume-se que a finalidade da política externa, dentro de cada período, foi a mesma: reproduzir o paradigma de Estado vigente, por meio de ações econômicas no plano internacional. Nesta lógica, importam pouco os distintos meios políticos que podem ser empregados para se implementar uma concepção de desenvolvimento econômico. Trata-se, pois, de um modelo com alta carga economicista, na medida em que a política externa é resumida a um instrumento da política econômica. Concede-se espaço para agência humana na disputa pelo controle do Estado brasileiro, de modo que o modelo não assume nem uma teleologia sobre desenvolvimento, nem um determinismo estrutural. Porém, no que toca o governo do Estado, não explora as opções de inserção internacional que existem para se implementar um mesmo modelo de desenvolvimento econômico.

Em essência, este tratamento da política externa como política de Estado implica uma desvalorização do papel que indivíduos específicos têm em um governo. Por exemplo, os agentes formuladores da política externa do governo Goulart e do governo Castelo Branco tornam-se intercambiáveis no modelo de Cervo, pois, em ambos os contextos, a inserção internacional brasileira teria ocorrido sem diferenças significativas, dado que a finalidade era implementar o mesmo paradigma de Estado desenvolvimentista.

Tal concepção contraria dois entendimentos já estabelecidos por Lynch quando este autor tenta incluir orientações de política externa nas ideologias políticas brasileiras, conforme exposto no capítulo anterior. Em primeiro lugar, um governo marcado por determinada ideologia pode abrigar membros de outra ideologia, como foi o caso do Barão do Rio Branco (um saquarema) em governos luzias, o que significa que atentar para quem tem poder no processo decisório de política externa não é desprezível. Em segundo lugar, indivíduos inclinados a uma mesma ideologia, porém situados em momentos históricos diferentes, podem conceber meios distintos de inserção internacional conforme seja necessário adaptar-se a mudanças de conjuntura internacional, como foi o caso do Barão de Rio Branco em comparação à política executada por saquaremas no período imperial, o que

implica que o modo *percebido* pelo agente decisório como mais adequado para implementar uma agenda econômica importa.

O segundo elemento limitante do modelo de Cervo ajuda a explicar o primeiro e trata-se, mais bem, de uma dificuldade que perpassa grande parte da teoria crítica brasileira e está presente também no modelo de Lynch: há pouca sofisticação teórica sobre o plano internacional no que toca as possibilidades de agência dos Estados. A concepção de uma estrutura definida a partir da divisão internacional do trabalho – isto é, a infraestrutura econômica do mundo – permite situar os países nos estratos de centro e periferia (além de semiperiferia, em algumas versões) e explicar a origem das relações de dominação e dependência a partir da economia política. Como explicado no capítulo 3, as primeiras reflexões sobre dependência econômica concebiam os países de cada estrato como um conjunto unificado, de modo a presumir-se que seriam basicamente semelhantes, resumidos a reproduzir a dominação, no caso de países do centro, e pôr fim à dependência, no caso de países da periferia. Esta visão parece-nos tributária das primeiras análises marxistas sobre política doméstica, quando indivíduos eram reduzidos a padrões de consciência de classe e, portanto, assumia-se que deveriam apresentar interesses uniformes. Este enfoque simplista da relação centro-periferia não abre espaço teórico para se explicar como o pertencimento de dois países a um mesmo estrato da divisão internacional do trabalho pode gerar comportamentos qualitativamente diferentes entre si, como investigado pela disciplina de Análise de Política Externa (APE) desde meados do século XX e exposto no capítulo 2. Tampouco permite ver o que há na superestrutura política e cultural das relações internacionais que poderia ajudar a explicar, também, as interações entre países.

Uma consequência desta limitação é a insuficiência do modelo de Cervo para explicar relações bilaterais entre Estados. Não fica claro como países latino-americanos com paradigmas de Estado iguais ou diferentes agem entre si. Entende-se que Estados latino-americanos que adotam políticas econômicas mais liberais serão preferidos pelos países centrais, pois estabelecem uma relação de complementaridade de mercadorias que reproduz relações de dominação. Todavia, não é possível depreender como um Estado latino-americano se comporta perante distintos países centrais ou em relação a vizinhos também periféricos. Cervo (2008b) chega a elaborar os conceitos de rivalidade, conflito, cooperação, relações em eixo (cooperação intensa) e relações cíclicas (alternância de cooperação e conflito) para classificar o histórico das relações regionais do Brasil. Porém, não avalia se a semelhança ou a diferença de paradigmas de Estado foi determinante ou não para os resultados, de modo que tais conceitos ficam soltos, ao invés de integrados, no seu modelo.

As duas limitações apontadas – pouco espaço para agência individual e essencialismo sobre países periféricos – parecem ser escolhas deliberadas por parte do autor. Cervo (2008) se propõe explicitamente a formular conceitos aplicáveis apenas a contextos nacionais ou regionais com semelhança cultural entre si e que sirvam de instrumentos primários de análise das relações internacionais. Sua intenção é pensar mais a caracterização das unidades da política internacional (os Estados) do que a sua interação no ambiente internacional ou o processo decisório de formulação da política externa no ambiente doméstico. Cervo (2008) afirma que a criação de um conjunto de conceitos aproxima-se de uma teoria ao ter funções explicativas e valorativas, porém afasta-se dela ao pretender restringir-se à política externa de um país ou de um pequeno grupo de países. O autor defende que pesquisadores(as) extraiam da história de seu país generalizações aplicáveis a ele mesmo, ou, no máximo, a seus vizinhos (CERVO, 2008).

Se baseada nesta lógica de Cervo, uma análise crítica sobre a política externa do Brasil para a China, por exemplo, nos obrigaria a examinar as particularidades histórico-culturais de cada país para delinearmos seus paradigmas de Estado e, em seguida, examinar a relação entre eles, o que requereria ferramentas teóricas que o modelo, focado na América Latina, não fornece. Trata-se de um caminho que complexifica desnecessariamente o exame de relações bilaterais. Se acompanharmos as considerações feitas por Guerreiro Ramos, expostas no capítulo 3, indivíduos agem influenciados pelas percepções que têm de objetos, e não devido a uma essência a ser descoberta sobre estes objetos pelo(a) pesquisador(a). Nesta lógica, torna-se mais importante ao(à) pesquisador(a) compreender como uma autoridade de Estado *percebe* outro país e como sua percepção é constrangida pela cultura política nacional, do que definir, *a priori*, conceitos próprios sobre este outro país. Como explicado por Lynch sobre mudanças na disciplina de PPB, no capítulo 4, a formulação de conceitos que perpassam períodos históricos muito grandes ou espaços muito distantes torna-se um exercício estéril quando o objetivo do(a) pesquisador(a) é avaliar a agência de um indivíduo que está situado em um tempo-espaço específico e que age informado por um mapa conceitual próprio daquele contexto.

A importância da percepção da realidade de uma autoridade de Estado apenas pode ser admitida, na teoria, quando se reconhece a relevância do indivíduo em processos decisórios. No modelo de Cervo, o indivíduo é um mero porta-voz da ideologia de um grupo, e não alguém que faz escolhas particulares sobre como implementar tal ideologia concretamente quando detém poder. Conclui-se, assim, que seu modelo, ainda que reconheça uma disputa por projetos de Estado no Brasil, em temas econômicos, é limitante para a elaboração de

hipóteses maiores sobre as orientações em política externa das tradições ideológicas luzia e saquarema.

Por sua vez, o modelo que Maria Regina Soares de Lima elabora sobre a história da política externa brasileira supera as duas limitações mencionadas. Esta superação ocorre porque a autora compartilha entendimentos da teoria crítica brasileira sobre economia política, porém os soma a adaptações que faz, à realidade do Brasil, de entendimentos teóricos da escola realista estadunidense das Relações Internacionais. Esta escola assume noções sobre o ambiente internacional e o comportamento dos Estados nele que não partem da economia política e, com isso, oferece outras lentes para se pensar a estrutura internacional e as opções de agência de um governo. A fim de tornar mais clara a síntese teórica feita por Lima entre as teorias crítica e realista, situemo-nos brevemente nesta última.

5.2 **Variáveis explicativas de política externa na escola realista de Relações Internacionais**

A escola realista de Relações Internacionais surgiu nos Estados Unidos, no imediato pós-Segunda Guerra Mundial, e desdobrou-se em três vertentes ao longo do tempo. Todas, porém, mantêm quatro pressupostos em comum. Em primeiro lugar, o poder militar do Estado é o elemento primordial para garantir aqueles que seriam seus fins elementares: a segurança e a sobrevivência de uma comunidade política. Em segundo lugar, o plano internacional corresponde a um sistema anárquico (sem autoridade central institucionalizada), cujas unidades, os Estados, competem constantemente por poder militar com fins de autopreservação. Em terceiro lugar, a desigualdade relativa de poder militar entre os Estados – ou, em outros termos, a distribuição desigual de poder militar no sistema internacional – produz uma hierarquia entre eles. Em quarto lugar, ações dos Estados no sentido de manter ou alterar a posição que ocupam nesta hierarquia constituiriam a principal dinâmica da política internacional. O que diferencia as três vertentes são as variáveis utilizadas para explicar a decisão de um Estado em aceitar ou rejeitar um determinado *status quo* desta distribuição internacional de poder. Não há preocupação, em nenhuma das vertentes, de se pensar como a desigualdade relativa de poder material é *produzida* a partir da economia política, mas sim apenas como esta desigualdade é *operada*.

Morgenthau (1948), um acadêmico exilado alemão que havia visto a Alemanha nazista fracassar no seu projeto de expansão de poder militar, foi o precursor da *vertente realista clássica*. O autor define que um Estado em processo de aumentar seu poder militar é uma

potência emergente, isto é, uma potência que sobe posições na hierarquia de poder internacional[58]. Ao fazê-lo, este Estado torna-se uma ameaça à segurança dos demais. Estes, por sua vez, podem assumir dois caminhos básicos de reação, dependendo da capacidade militar que possuem: caso o Estado ameaçado seja forte o suficiente, evitará alianças militares e agirá sozinho para aumentar seu poder militar ou para reduzir o poder do emergente; caso o Estado seja mais fraco que o emergente, buscará aliar-se a ele para reduzir riscos à sua segurança, ou somará seu poder ao de outros Estados em uma aliança militar para frear seu processo de emergência.

Para Morgenthau (1948), apenas grandes potências têm capacidade para optar pelo primeiro caminho, enquanto as demais sempre seguem o segundo. Todas, entretanto, teriam as duas mesmas opções de reação a um país emergente: balancear contra ele – isto é, opor-se, como um contrapeso, à mudança de *status quo* na distribuição internacional de poder militar, em uma metáfora de que esta corresponderia a uma balança de poder ente Estados – ou alinhar-se a ele – ou seja, somar-se ao mesmo prato da balança, aderindo à mudança de *status quo*. A redução a estas duas opções de reação veta a possibilidade de um Estado ser a favor e contra um emergente ao mesmo tempo – ou, mantendo a metáfora, de ocupar pratos diferentes na balança. Assim, entende-se que o Estado ameaçado é constrangido, pelo sistema internacional, a assumir apenas uma estratégia de reação, cabendo às autoridades estatais fazer esta escolha.

Ainda que Morgenthau (1948) reconheça que a agência das autoridades estatais é fundamental para definir o apoio ou a oposição a mudanças ou manutenções da distribuição de poder internacional, o autor não se dispõe a teorizá-la com profundidade. Explicações sobre escolhas dos agentes ficam em segundo plano, pois o autor se concentra na criação do conceito de sistema internacional enquanto estrutura política que constrange as interações dos Estados. Morgenthau (1948) afirma que a oposição bipolar entre duas alianças militares, uma a favor e outra contra um *status quo* de distribuição de poder no sistema, é a configuração mais frequente da política internacional, como ocorrido na Guerra Fria. Além disso, assume

[58] Originalmente, Morgenthau (1948) utiliza o termo *rising power*, traduzível como potência ascendente. O termo *emerging power* ou potência emergente passou a ser utilizados posteriormente por realistas. Convém explicitar que, como explica Jaffrelot (2009), este segundo termo tem origem na expressão "economias de mercado emergentes", criada nos anos 1980 por instituições financeiras para designar os países que ofereciam melhores rendimentos para investimentos na conjuntura mundial de liberalização de fluxos de capital. Nesta lógica liberal, emergir significa transitar de um estágio econômico inferior a um superior, sendo este segundo caracterizado por uma maior abertura às transações econômicas transfronteiriças. Segundo Sgard (2009), economistas, bancos e organismos intergovernamentais ainda empregam o conceito de emergência neste sentido quando avaliam as políticas macroeconômicas dos países considerados como "em desenvolvimento". Esta acepção nada tem a ver com o uso que realistas passam a fazer de país emergente, empregando-o como sinônimo de potência ascendente, conforme a concepção de Morgenthau.

que uma autoridade de Estado sempre utilizará a razão para decidir qual aliança seu país deve integrar. A razão da autoridade é entendida como algo que substitui seus desejos pessoais pelo dever de obedecer ao "interesse nacional" – expressão típica da geopolítica alemã à época. Em outas palavras, entende-se que a política externa de um Estado sempre representaria interesses autoevidentes de toda a sociedade. Por consequência, assume-se que a mudança de autoridades no comando do Estado tem pouca importância para a política externa, já que o interesse nacional seria perseguido da mesma forma, por qualquer governante de ocasião. A política externa ganha, assim, caráter de política de Estado, cujas variáveis explicativas se resumem, no plano doméstico, ao interesse nacional e, no plano externo, à distribuição de poder militar entre Estados, em uma dada conjuntura.

Por sua vez, a *vertente realista estrutural* apaga completamente qualquer referência à agência humana na dinâmica da política internacional. Seus principais expoentes, Waltz (1979) e Mearsheimer (2001), desenvolvem teorizações especificamente sobre os efeitos que a estrutura internacional – isto é, a distribuição desigual de poder militar – exerce sobre os Estados. Em linhas gerais, a vertente centra-se em discutir se o caráter anárquico do sistema internacional permite que um Estado atinja um ponto ótimo de poder militar, com o qual se sente seguro e satisfeito – realismo defensivo de Waltz (1979) –, ou se o impele a buscar mais poder constantemente, pois predominam incertezas sobre as intenções de outros Estados – realismo ofensivo de Mearsheimer (2001). Em ambos os casos, a estrutura internacional é privilegiada para apontar uma tendência geral na agência dos Estados, entendidos como "bolas de bilhar" monolíticas, na expressão clássica de Waltz (1979), em que não importa seu aparelho decisório interno ou quaisquer variáveis sociais do plano doméstico.

Assim como o realismo clássico, o realismo estrutural concebe as alianças militares entre países a favor ou contra um *status quo* da balança de poder internacional como sendo estáveis ao longo do tempo. Waltz (1979) avalia que a oposição bipolar entre duas alianças é o arranjo que melhor estabiliza a distribuição de poder, evitando-se a oneração da guerra, e tende a ser buscada por grandes potências. Mearsheimer (2001) acrescenta, através de exemplos históricos, que, mesmo em períodos em que as grandes potencias dividem-se em mais de duas alianças (sistemas internacionais multipolares), a composição destas não costuma variar. Estes entendimentos reforçam a ideia clássica de que a política externa é uma política de Estado, pois alinhamentos entre países não mudariam significativamente com a troca de governos.

Tanto a vertente clássica quanto a estrutural tiveram início durante a Guerra Fria, quando a aliança dos blocos capitalista e socialista, em torno de Estados Unidos e União

Soviética, teve coesão significativa ao longo do tempo. No entanto, o fim da União Soviética desestabilizou aquele sistema bipolar e produziu dois constrangimentos na escola realista. Em primeiro lugar, de imediato, a ideia de que os governantes de ocasião de um Estado tinham importância marginal para a política internacional mostrou-se frágil, pois o desaparecimento do bloco de poder socialista dependeu da decisão das lideranças que chegaram ao topo do poder político na União Soviética, nos anos 1980. Em segundo lugar, nas décadas de 1990 e 2000, houve a formação de alianças menos coesas entre os países, de modo que posições a favor ou contra a potência mais forte do *status quo* – Estados Unidos – e a potência emergente de maior destaque – China – não foram tão claras. Por exemplo, as grandes potências integrantes da OTAN, bloco militar liderado pelos Estados Unidos desde a Guerra Fria, aderiram a mecanismos de cooperação econômica capitaneados pela China, como a Nova Rota da Seda, lançada em 2013, e o Banco Asiático de Investimento em Infraestrutura (BAII), fundado em 2014. Além disso, potências médias aumentaram a participação nas chamadas coalizões de geometria variável, cujos membros mudavam conforme o tema discutido em fóruns multilaterais (NARLIKAR, 2013). Por exemplo, Brasil, Índia e África do Sul trabalharam com China e Rússia, no âmbito do BRICS, para reformar instituições da ordem econômica internacional, opondo-se a interesses das potências do G-7, bloco informal do qual os Estados Unidos são membros. Entretanto, enquanto membros do G-7 seguiram integrando a OTAN, os BRICS não lançaram uma aliança militar rival. Apenas China e Rússia estabeleceram uma cooperação militar no âmbito da Organização pela Cooperação de Xangai (OCX), criada em 2001 e integrada pela Índia a partir de 2016. Por outro lado, Brasil, Índia, África do Sul e Rússia participaram de coalizões que divergiram de interesses chineses, como o G-4, em favor da reforma dos assentos permanentes do Conselho de Segurança da ONU; o IBAS, em prol de cooperações econômicas e securitárias nos oceanos do hemisfério sul; e a União Econômica Euroasiática, iniciativa russa para integrar os mercados da Ásia Central e reduzir a influência chinesa neles[59].

[59] No Brasil, a dificuldade de se simplificar ações coletivas entre países no período é ilustrada pelos trabalhos de Oliveira, Onuki e Oliveira (2006) e Silva (2015). No primeiro caso, a autora e os autores analisam as coalizões formadas pelo Brasil ao lado de Índia e África do Sul e afirmam que não há uma regra geral que consiga explicá-las. O melhor modo de entendê-las seria através da concepção de tipos ideais de coalizão, específicos a países em desenvolvimento, que se caracterizariam pela combinação complexa de dois eixos: se as motivações para a sua criação foram endógenas (para servir seus membros) ou exógenas (com objetivos externos à aliança); e se o seu caráter foi defensivo (conter uma agenda) ou ofensivo (promover uma agenda). Uma coalizão poderia ser classificada então como endógena-defensiva, endógena-ofensiva, exógena-defensiva ou exógena-ofensiva. Por sua vez, Silva (2015) destaca a heterogeneidade de países que compunham seis coalizões integradas pelo Brasil no governo Lula (BRICS, BASIC, IBAS, G-4, G-20 comercial e G-20 financeiro) e aponta que esta configuração permitiu, ao país, fazer uma estratégia de barganhas cruzadas em diferentes tabuleiros temáticos de negociação.

A dificuldade dos realismos clássico e estrutural para explicar decisões de alinhamento ou balanceamento no âmbito internacional sem olhar para o âmbito doméstico dos países contribuiu para o surgimento da *vertente realista neoclássica*. Esta procura ampliar o espaço das autoridades de Estado na explicação da política internacional através de decisões de política externa, sem descartar a importância da balança de poder militar entre Estados enquanto estrutura primordial, que constrangeria suas margens de ação. Por exemplo, Zakaria (1998) e Schweller (1998) valorizam a agência individual ao introduzir o papel da percepção para explicar decisões de autoridades decisórias, partindo de trabalhos da APE liberal sobre processos cognitivos de indivíduos. Assim, examinando a história dos Estados Unidos, Zakaria (1998) identifica episódios em que as percepções das autoridades sobre o aumento do poder militar do Estado teriam contribuído para a tomada de decisões importantes para seu processo de emergência, na virada do século XIX para o XX. O autor conclui que "percepções de autoridades mudam repentinamente, e não gradualmente, e são moldadas mais por crises e eventos galvanizantes, como guerras, do que por dados estatísticos" (ZAKARIA, 1998, p. 20, tradução nossa[60]). Por sua vez, Schweller (1998) analisa a formação das alianças entre países a favor do *status quo* internacional ou de seu revisionismo, antes e durante a Segunda Guerra Mundial, com base, em parte, nas percepções de autoridades de sete grandes potências sobre a ameaça que outro Estado representava. O autor afirma que, quando as capacidades de poder militar são próximas, a geografia é o que mais pesaria nesta percepção: "tudo o mais sendo igual, Estados geograficamente remotos perceberão menos ameaças à sua segurança do que Estados contíguos ou relativamente próximos a agressores em potencial" (SCHWELLER, 1998, p. 53, tradução nossa[61]).

A partir deste reconhecimento neoclássico da importância do indivíduo, é possível falar no surgimento de uma APE realista (LIMA, 2013), que passa a extrair modelos de análise de agência a partir de uma teoria de política internacional. A inclusão do conceito de percepção, na teorização, abre espaço para explicações sobre mudanças na política externa de um país no curto prazo, como decisões de alinhamento a outro país, a partir da troca de autoridades de Estado ou da variação de percepções de uma mesma autoridade. Contudo, como exemplificado, as percepções são entendidas como produtos exclusivos da dimensão psicológica individual. Não se concebe que percepções podem ser influenciadas por crenças

[60] No original: *statesmen's perceptions of national power shift suddenly, rather than incrementally, and are shaped more by crises and galvanizing events like wars than by statistical measures.*
[61] No original: *All other things being equal, geographically remote states will perceive less threat to their security than will states that are contiguous or relatively close to potential aggressors.*

construídas socialmente, as quais não mudam repentinamente com crises, nem são dadas pela geografia, pois esteriam inscritas na cultura política.

A limitação da APE realista em conceber ideologias políticas socialmente construídas como variável explicativa da política externa corresponde, no fundo, a um pressuposto que se pode localizar no realismo enquanto escola teórica da política doméstica, a qual marginaliza crenças para explicar a realidade. Explicitá-lo, em linhas gerais, é oportuno para nossa argumentação mais adiante. Conforme resume Bressan (2015), o modo como a escola realista concebe, no plano doméstico, a relação entre povo e elite, assim como a configuração desta elite, pode ser classificado em três vertentes. A teoria clássica das elites teve origem na primeira metade do século XX, a partir de trabalhos de Gaetano Mosca, Vilfredo Pareto e Robert Michels. Partiria de três ideias-chave: a sociedade é dividida entre governantes, que têm poder, e governados, que não têm; os governantes formam uma elite segmentada em grupos conforme funções (elites políticas, econômicas, intelectuais), mas que têm um espírito de corpo forte, que dá origem a interesses comuns, os quais são impostos a uma massa desarticulada de governados; e a democracia corresponderia a um regime de circulação das elites no poder. Por sua vez, a teoria pluralista das elites surgiu na segunda metade do século XX, formulada inicialmente por Robert Dahl e avançada por Joseph Shumpeter, Seymor Lipset e Raymond Aron. Estes autores apontam que os diferentes grupos da elite têm capacidades de poder e interesses divergentes, ao passo que a massa governada tem, em democracias, um meio importante para expressar seus interesses através do voto, que é objeto de disputa entre os grupos da elite. Por fim, na década de 1980, a teoria neoelitista foi iniciada por Peter Bachrach. Nesta, não se discorda de que há uma distinção natural entre elite e massa, nem que a elite tem grupos que competem por poder, mas postula-se que a democracia deve estimular meios de participação dos indivíduos nos processos de tomada de decisão para além do voto, a fim de aumentar a expressão dos interesses da massa e expandir controles sobre as ações das elites (BRESSAN, 2015).

A despeito das diferenças de teorização sobre o plano doméstico, mantém-se uma concepção essencial, no realismo, de que a política seria sempre conduzida por uma elite de indivíduos, enquanto uma massa permanece, via de regra, passiva. Além disso, concebe-se a dinâmica política como uma competição por poder, seja entre elite e massa ou entre grupos da elite. O interesse em buscar poder é tratado como um fim em si mesmo, isto é, busca-se poder porque é melhor ter poder e governar do que não ter e ser governado. Não se destaca que o poder possa ser um meio para a construção de um projeto coletivo que vá além das elites, o que faz com que crenças sobre como a sociedade pode ou deve funcionar sejam

desconsideradas na dinâmica política. Intelectuais realistas concentram-se, assim, em analisar *como* agentes ganham, mantêm ou perdem poder, em vez de *para que* utilizam-no em termos ideacionais ou morais. Mais importante, para análises realistas, é observar a relação de forças entre agentes, concebida como uma estrutura que determina quais interesses são vitoriosos ou derrotados.

Na teorização das relações internacionais, a marginalização das crenças manifesta-se não apenas na APE realista neoclássica, mas também nas explicações clássica e estrutural sobre a política internacional. Para todas as verntes, importa pouco se as grandes potências utilizam seu poder para além da própria segurança. Se o realismo não concebe, no plano doméstico, autoridades de Estado como porta-vozes de ideias qualitativamente diferentes para o bem-estar social, tampouco assume que Estados tenham propostas significativamente distintas para a ordem internacional. O realismo marginaliza noções de legitimidade ou consentimento para explicar alianças políticas, isto é, a ideia de que agentes poderosos – indivíduos ou Estados – podem governar, em maior ou menor grau, porque recebem apoio dos governados sobre ideais coletivos a serem perseguidos, para além de interesses particulares.

Em relação à teoria crítica desenvolvida no Brasil e largamente influenciada pela teorização econômica da relação centro-periferia, a escola realista de Relações Internacionais oferece instrumentos analíticos complementares no que toca a avaliação de movimentos de aproximação e afastamento de países, ao longo de diferentes governos, para se posicionar na balança de poder internacional, elemento este próprio da superestrutura política internacional. Entretanto, não se entra no mérito de como o poder material é ou deve ser produzido em dinâmicas da divisão internacional do trabalho, nem se pretende explicar as motivações para as decisões de uma autoridade de Estado com base em crenças do indivíduo que estão vinculadas à cultura política de seu país. Ainda assim, a escola joga luz sobre como a distribuição do poder material no mundo pode ser mantida ou alterada por meio de alinhamentos entre países, o que é um primeiro passo para se pensar, para além dos marcos do realismo, em dinâmicas de hegemonia e contra-hegemonia ideológica na superestrutura cultural internacional.

5.3 **A política externa brasileira no modelo dos paradigmas de alinhamento de Lima**

No modelo de Maria Regina Soares de Lima, a política econômica é uma *variável necessária para explicar a política externa brasileira, porém não é suficiente*. Admite-se a classificação entre países do Norte e do Sul na divisão internacional do trabalho, mas se

reconhece a existência de uma balança de poder cujos pratos não se dividem exatamente em países do Norte, de um lado, e países do Sul, de outro. O modelo aproxima-se do realismo neoclássico – ainda que este seja adaptado ao contexto brasileiro – ao adotar as seguintes premissas: há um sistema internacional marcado pela hierarquia dos Estados em termos de capacidades materiais de poder, para o que importa não apenas a posse de capacidade militar, mas também o grau de industrialização da economia; a polaridade do sistema (unipolar, bipolar, multipolar) é característica definidora de uma conjuntura internacional; e agentes estatais podem ter preferências distintas sobre como situar o país na balança de poder internacional. A política externa surge, assim, como o resultado de uma soma de variáveis: a posição que o país ocupa na hierarquia internacional de poder material, a polaridade do sistema internacional e escolhas dos agentes de Estado.

No que se refere à posição de um país na hierarquia internacional, Lima (1990) define o Brasil como uma potência média, cujo poder material cresceu, ao longo do século XX, à medida que o país foi dotado de um parque industrial-militar relativamente forte, sem, porém, adquirir armas nucleares que o incluíssem no patamar das grandes potências. A autora entende que o *status* de potência média confere ao Brasil uma multiplicidade de estratégias de inserção internacional ou, em outros termos, uma política externa multifacetada, pois permite que se apresente ora como um país fraco, ora como um país forte, a depender do país com que se relaciona ou do tema que negocia em fóruns multilaterais. Neste último caso, Lima (1990) destaca que instituições multilaterais são arenas importantes para potências não-hegemônicas organizarem ações coletivas.

A escolha de uma estratégia de inserção internacional é influenciada, conforme Lima (2000), por preferências dos tomadores de decisão do Estado, entre as quais está a concepção de desenvolvimento econômico, mas também as preferências tanto de alinhamento que o Brasil deve ter na balança de poder internacional, quanto de tipo de participação que deve ter nas organizações multilaterais. O modelo de Lima concebe, pois, que governos distintos podem adotar uma mesma política econômica, porém combiná-la a possibilidades diferentes de participação na política internacional. A política externa não se resume, pois, à busca de recursos econômicos, como capital, mercado e tecnologia, uma vez que inclui, também, decisões de efeitos globais sobre como o sistema internacional pode ser organizado por meio de alianças e instituições. Além disso, Lima (2000) aponta que as preferências dos agentes estatais podem ter maior ou menor peso na decisão final conforme seja a abertura que um regime político dá à interação entre Estado e sociedade no seu processo decisório. Ainda que

a autora não utilize o conceito de forma de Estado, seu modelo assume que tanto o regime econômico, quanto regime político do Brasil influenciam nos rumos da política externa.

Lima (2000) identifica três grandes períodos na história da política externa brasileira, definidos por marcos políticos domésticos e pela polaridade do sistema internacional. O primeiro período, *momento da construção do Estado*, incluiu o Império e a Primeira República, quando a balança de poder internacional era multipolar. Ambos os regimes políticos, monárquico e republicano, são classificados, pela autora, como oligárquicos, nos quais a política externa era assunto de Estado, isto é, as preferências das autoridades não eram debatidas com a sociedade. O Brasil inseriu-se na economia mundial como um país agroexportador, de modo que a política externa defendia interesses domésticos ligados a este tipo de especialização. Para manter este modelo econômico vigente, a posição do país na balança de poder internacional mudou: no Império, os governos privilegiaram um alinhamento com o Reino Unido, maior parceiro econômico e maior potência mundial do *status quo*, ao passo que, na Primeira República, os governos optaram por inclinar-se aos Estados Unidos, que emergia, importava produtos brasileiros crescentemente e liderava o projeto regional pan-americanista, a fim de contestar o *status quo* e reduzir a influência de potências europeias na balança de poder global. Além disso, segundo Lima (2005), a Primeira República foi marcada pelo engajamento do Brasil no sistema multilateral que começava a ser construído, especialmente após a Primeira Guerra Mundial. O país assumiu uma posição de mediador entre as grandes potências e de defensor dos interesses das potências menores em debates de segurança coletiva na Liga das Nações.

Em seguida, Lima (2000) caracteriza o *período da industrialização protegida*, que vigorou de 1946 a 1988, anos de novas Constituições, no Brasil, e os quais também se aproximam do início e do fim da ordem bipolar da Guerra Fria. Ainda que se tenha transitado de um regime político democrático a um autoritário, dentro do período, o Itamaraty foi continuamente insulado de pressões advindas de forças políticas e sociais, de modo que as preferências dos tomadores de decisão seguiram sendo pouco afetadas pela sociedade. O desenvolvimento econômico do Brasil foi orientado constantemente pela industrialização via substituição de importações. Ainda assim, como no período anterior, a continuidade do modelo de desenvolvimento não significou uma mesma estratégia de posicionamento do país na balança de poder internacional. Conforme Lima (1994), nos governos Dutra, Vargas, JK e Castelo Branco, prevaleceu o paradigma americanista, com raízes na Primeira República, que situava o Brasil em uma aliança tácita com os Estados Unidos, então potência do *status quo* mundial, após a Segunda Guerra Mundial. No marco da Guerra Fria, os governos brasileiros

apostavam que a demonstração de alinhamento à grande potência capitalista era a melhor garantia para o país conseguir ajuda externa e avançar sua industrialização. Por sua vez, nos governos Quadros, Goulart e demais da ditadura militar pós-Castelo Branco, adotou-se o paradigma globalista, cujo objetivo era diversificar das relações do Brasil, especialmente em direção às pequenas e médias potências do Sul, a fim de criar um esforço contra-hegemônico em relação às preferências das grandes potências do Norte, especialmente os Estados Unidos. Pela estratégia globalista, apostava-se que os Estados Unidos contribuiriam com maior disposição ao programa industrial quando se vissem contestados pelo Brasil e fossem impelidos a negociar para ter seu apoio na balança de poder internacional. Além disso, Lima (2005) avalia que a participação brasileira no multilateralismo ganhou densidade neste período. Mantendo-se ativo nos debates de segurança, desta vez no âmbito da ONU, o país ora procurou defender também os interesses do seu modelo de desenvolvimento industrial nos espaços de debate econômico, especialmente na Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento (UNCTAD) e nas reuniões do Acordo Geral de Tarifas e Comércio (GATT).

Finalmente, Lima (2000) classifica a *fase da integração competitiva*, que teve início em 1988, com um novo marco constitucional no Brasil, implementado em meio a um sistema internacional unipolar. O processo de democratização contribuiu para uma redução na autonomia decisória do Itamaraty e para uma maior politização da política externa, isto é, um maior debate social acerca de seus rumos. O modelo de desenvolvimento do país começou a orientar-se pelo neoliberalismo, mas, novamente, não houve consenso sobre a posição do Brasil na balança de poder internacional. A lógica de alinhamento e não-alinhamento perdeu sentido em um mundo sem potências com capacidade de poder material semelhante à dos Estados Unidos, de modo que o debate centrou-se no multilateralismo e na integração regional, capazes de facilitar ou dificultar o exercício de poder da única potência hegemônica. Conforme definido por Lima (2005), a oposição deu-se entre os paradigmas da credibilidade e da autonomia. O primeiro foi característico do governo Cardoso, quando a disposição em implementar o neoliberalismo era grande. O Brasil passou a aceitar normas internacionais e a participar mais de instituições multilaterais, em relação ao período anterior, tanto em temas de segurança como de economia, em consonância com as preferências dos Estados Unidos, que então buscava administrar o capitalismo neoliberal por via do multilateralismo. No plano regional, a prioridade brasileira foi estimular a abertura dos mercados vizinhos a fluxos econômicos estrangeiros. Por sua vez, o paradigma da autonomia foi implementado pelo governo Lula, quando a política econômica manteve alguns princípios da ortodoxia

neoliberal, misturados, porém, a legados do desenvolvimentismo, que foi revalorizado. No plano mundial, o Brasil passou a resistir a preferências dos Estados Unidos e formou articulações com países em desenvolvimento para redesenhar normas e instituições multilaterais conforme seus interesses. No plano regional, procurou aprofundar a integração regional entre vizinhos da América do Sul, indo além de temas econômicos para incluir também a cooperação política em temas variados.

Em uma curta e mais recente análise, Lima (2018) faz o importante acréscimo de que preferências em política externa estariam inscritas em coalizões sociais mais ou menos estáveis, a partir de meados do século XX, as quais se manifestariam, em períodos democráticos, na competição partidária. Conforme seus termos, nas décadas de 1950 e 1960, a coalizão de desenvolvimento liberal-conservador propunha um alimento incondicional aos Estados Unidos e uma defesa dos valores liberais ocidentais, enquanto a coalizão de desenvolvimento nacional-desenvolvimentista defendia uma política de solidariedade com o Terceiro Mundo, descolonização, estreitamento dos laços com nações africanas e integração regional. Com o fim da ditadura militar, a partir da década de 1990, a coalizão neoliberal-conservadora, liderada pelo PSDB, e a coalizão social-desenvolvimentista, capitaneada pelo PT, voltaram a apresentar um debate semelhante, em que a conexão entre orientação de desenvolvimento econômico e inserção internacional seria evidente.

A partir destas interpretações, é possível destacar dois avanços teóricos que o modelo de Lima apresenta, em comparação ao de Cervo, no que concerne a problemática da agência-estrutura nas relações internacionais. Em primeiro lugar, o sistema internacional aparece como uma estrutura que pode mudar, substancialmente, conforme potências menores façam movimentos coletivos de aproximação e afastamento em relação a grandes potências, bem como negociem normas de conduta internacional em instituições multilaterais. Aparecem, pois, as dimensões política e cultural da superestrutura internacional, para além da dimensão econômica da infraestrutura internacional. Isto não significa que o modelo de Lima negue a importância da economia política nas relações internacionais, na medida em que reconhece que as possibilidades de escolha de um país são constrangidas pelo nível de capacidade material que tem e que este, por sua vez, em grande medida, é construído ou desconstruído por meio das políticas econômicas de um governo (respectivamente, se industrializantes ou não). Mais do que isso, aponta-se que o êxito das políticas econômicas domésticas pode ser influenciado pelo modo como o poder está distribuído e é exercido no sistema internacional, pois esta configuração pode aumentar ou diminuir o acesso do Brasil a capital, mercado e tecnologia. A política externa seria um instrumento, pois, não apenas para obter recursos

econômicos, mas também para conservar ou alterar a balança de poder global (situando o Brasil em alianças internacionais mais ou menos inclinadas ao *status quo*) e facilitar ou dificultar o exercício do poder das grandes potências (orientando a participação do Brasil em organizações multilaterais para aceitar ou criar normas que afetam os comportamentos dos Estados).

Em segundo lugar, no modelo de Lima, o indivíduo ganha espaço na explicação da política externa. Ao contrário do que ocorre no modelo de Cervo, os tomadores de decisão nos governos Médici e Geisel, por exemplo, não são intercambiáveis entre si, na medida em que avaliações de conjuntura e preferências por alinhamentos na balança de poder internacionais ou participação em instituições multilaterais podem variar significativamente, mesmo ambos concordando com uma política econômica desenvolvimentista e um regime político autoritário. Assume-se, assim, que política externa é uma política de governo, e não de Estado, e que um indivíduo tem margem de manobra para agir de modos distintos sob o peso de estruturas.

Estas considerações permitem aproximar o modelo de Lima ao de Lynch na geração de hipóteses sobre a influência de ideologias políticas na orientação da política externa. À luz do modelo de Lima, é possível descartar temas que Lynch vinculou ao que chamou de paradigma externo saquarema, expostos no capítulo 4, mas que não servem, pela interpretação da autora, como elementos fortes de diferenciação da política externa brasileira ao longo do tempo: consolidação das fronteiras, negociação da livre navegação de rios e busca de equilíbrio de poder no Prata, além da forma geralmente pacífica de se relacionar no mundo. Nenhum governo brasileiro, seja de inclinação luzia ou saquarema, abriu divergência sobre estes temas, no decorrer do século XX.

Outra característica de diferenciação que Lynch cogitou foi o pragmatismo na relação com os Estados Unidos. Neste caso, um contra-argumento aprofundado é oferecido por Letícia Pinheiro (2002), que desenvolve conceitualmente os paradigmas de alinhamento (americanismo e globalismo) do modelo de Lima e os emprega em uma análise histórica sobre cada governo do Brasil republicano, entre 1889 e 2002. A autora conclui, entre outros pontos, que um americanismo pragmático foi praticado inclusive em governos que Lynch classifica como luzias, não servindo, portanto, como um tema distintivo em relação a saquaremas[62].

[62] Pinheiro (2000; 2004) define o *americanismo pragmático* como uma orientação de política externa em que se persegue uma aliança instrumental do Brasil com os Estados Unidos, a fim de se obter vantagens materiais; teria vigorado nos períodos 1902-45, 1951-61 e 1967-74. Por sua vez, o *americanismo ideológico* orientaria o Brasil a

Entretanto, Lynch havia cogitado que a participação do Brasil em organizações multilaterais poderia ser um elemento de diferenciação, posto que o Barão do Rio Branco, quando chanceler na Primeira República, havia buscado dar protagonismo ao Brasil nestes espaços, de forma original, para contrariar preferências das grandes potências. Indo ao encontro disso, o modelo de Lima abre caminho, indiretamente, para avançarmos uma hipótese de distinção sobre o pensamento internacional das tradições luzia e saquarema com base na sua classificação de que os governos Cardoso e Lula manifestaram disposições diferentes na negociação de normas internacionais em organizações multilaterais.

5.3.1 **Lima e a escolha de governo entre os papeis de aceitar ou criar normas internacionais na política externa**

Conforme avaliado por Lima com os paradigmas de credibilidade e autonomia, os governos Cardoso e Lula divergiram no grau de aproximação que o Brasil deveria ter com os Estados Unidos e com países em desenvolvimento, em parte, porque adotavam posturas diferentes em organizações multilaterais: o governo Cardoso entendia que o Brasil deveria aceitar normas e instituições apoiadas pela grande potência do Norte, enquanto o governo Lula perseguia a criação de normas e a reforma de instituições com apoio de países do Sul. Articulando isto com a classificação do modelo de Lynch sobre estes dois governos, tem-se que o governo Cardoso, representante da ideologia luzia de direita, teria orientado o Brasil a ser um seguidor de normas internacionais apoiadas pelos Estados Unidos, enquanto o governo Lula, representante da ideologia saquarema de esquerda, teria situado o país como um criador de normas internacionais.

O contraste de posturas que Lima aponta corresponde a uma oposição entre os papeis de *rule taker* e *rule maker*, conforme tradicionalmente chamados na literatura de Relações Internacionais. A diferença de um país aceitar ou criar normas, no plano multilateral, indica

---

um alinhamento com os Estados Unidos devido a uma suposta convergência de ideias predominantes nas sociedades dos dois países; teria pautado a política externa nos períodos 1946-51 e 1964-67. Além do americanismo, a autora caracteriza o globalismo como um paradigma que orientaria o Brasil a diversificar suas relações externas. O *globalismo de tipo hobbesiano* conceberia a política internacional como uma competição entre Estados e teria se manifestado no período 1974-90. Por sua vez, o *globalismo de tipo grotiano* assumiria a existência de um espaço para a cooperação entre os Estados e a formulação de regras de convívio internacional; teria vigido em 1961-64. Sobre os anos 1990, Pinheiro (2000; 2002) teoriza o surgimento de um novo paradigma na política externa brasileira: o *institucionalismo pragmático*, que privilegiaria a ação do país em instituições multilaterais para reduzir problemas de ação coletiva entre os países. Posteriormente, a autora adere à diferenciação proposta por Lima nos termos de credibilidade e autonomia para distinguir os governos Cardoso e Lula (HIRST; LIMA; PINHEIRO, 2010). Entretanto, uma classificação entre estes dois governos com base em uma oposição entre institucionalistas pragmáticos e autonomistas é elaborada por Saraiva (2010).

que existe, na política internacional, uma dicotomia entre importar ideias formuladas por outros países ou participar ativamente da construção coletiva de novas ideias. Grandes potências seriam típicas criadoras de normas; potências fracas, seguidoras; e as potências médias poderiam oscilar entre assumir um ou outro papel, conforme o governo de ocasião (MILANI; PINHEIRO; LIMA, 2017).

Como exemplos de *rule taking*, no caso do governo Cardoso, Lima (2005) inclui a adesão ao Regime de Controle de Tecnologia de Mísseis, em 1995; a assinatura do Tratado para a Proibição Completa de Testes Nucleares, em 1996; e a subscrição do Tratado de Não-Proliferação de Armas Nucleares, em 1998, instrumentos emblemáticos da ONU que governos do período militar se recusaram a assinar por limitarem a capacidade militar dissuasória do Brasil (LIMA, 2005). No mesmo sentido de adesão a preferências estadunidenses, podemos incluir, em direitos humanos, a aceitação da jurisdição obrigatória da Corte Interamericana de Direitos Humanos, ligada à Organização dos Estados Americanos (OEA), com sede em Washington (RICUPERO, 2017). Em matéria econômica, houve a aplicação das duas gerações de reformas neoliberais do chamado Consenso de Washington, exigidas pelo Banco Mundial e pelo Fundo Monetário Internacional sob o nome de boa governabilidade e que resultaram, no plano doméstico, na criação de regras e instituições favoráveis à expansão de empresas privadas transnacionais[63] (CERVO; BUENO, 2011). Entretanto, podemos identificar um exemplo importante de *rule making* no âmbito da Rodada Doha da Organização Mundial do Comércio (OMC), em 2001, quando o Brasil teve papel decisivo na formulação da normatização que permitiu a quebra de direitos de propriedade intelectual de medicamentos em caso de emergência de saúde pública (RICUPERO, 2017).

Por sua vez, no governo Lula, a disposição a *rule making* foi abundante. Conforme Hirst, Lima e Pinheiro (2010), houve criação do G-20 comercial no interior da OMC, entre países do Sul, para pressionar por uma redução de leis comerciais protecionistas no mercado agrícola do Norte, em 2003; ambição de ocupar um assento permanente no Conselho de Segurança da ONU, lugar de destaque na normatização sobre a guerra internacional, para o que se buscou aumentar as credenciais do Brasil via fundação do Fórum de Diálogo IBAS para cooperação em segurança marítima no hemisfério sul (entre outros objetivos), a partir de 2003, e aceitação do comando da missão de paz da ONU para estabilização do Haiti, em 2004; articulação do BASIC nas negociações ambientais da ONU, em 2009, para propor a

[63] Em uma primeira fase, implementaram-se políticas de rigidez fiscal, retração do Estado do bem-estar e privatização de empresas públicas, vendidas para companhias estrangeiras para arrecadar dólares e, assim, pagar a dívida externa. Em uma segunda fase, adotaram-se uma estrutura de regulação do mercado por meio de agências públicas e medidas de transparência de gastos públicos (CERVO E BUENO, 2011).

adoção de metas voluntárias de redução de poluição atmosférica a todos os países; formalização do BRICS para reformar instituições econômicas internacionais e para coordenar posições dentro do G-20 financeiro, no pós-crise econômica internacional, em desafio a políticas advogadas pelo G-7; e ativismo na criação de instituições regionais, como a Comunidade Sul-Americana (CASA), em 2004, renomeada para União das Nações Sul-Americanas (UNASUL), em 2008, e a Comunidade de Estados de América Latina e Caribe (CELAC), que seria formalizada apenas em 2011.

Ora, retomando entendimentos do modelo de Lynch, a tradição ideológica luzia promove importações de ideias políticas para o Brasil sem ajustes, diferentemente da tradição ideológica saquarema, na qual as ideias importadas são adaptadas a particularidades locais. Se a diferença essencial entre as duas tradições está na engenharia de instituições do Estado, é lógico supor que possam divergir, também, sobre como instituições internacionais devem funcionar. Por estas serem espaços de criação de normas, aplicáveis a todos os países, servem de foro, ao fim e ao cabo, para se debater ideias sobre a construção dos regimes político e econômicos dos Estados. Princípios normativos sobre direitos de propriedade, liberdade política, direitos humanos, soberania, autodeterminação, intervencionismo, acesso a mercados, acesso a empréstimos, normas ambientais etc. são discutidos nestes espaços. Se um governo brasileiro pode inclinar-se a tomar ou a criar normas no plano multilateral, isto indica, respectivamente, uma dicotomia entre aceitar ou disputar ideias que o Norte deseja exportar para o Sul sobre a forma que Estados devem assumir.

Como já mencionado, na conjuntura de hegemonia unipolar dos Estados Unidos no pós-Guerra Fria, este país incentivou a adoção de regimes econômicos neoliberais pelos Estados da periferia, inclusive como condição para receberem empréstimos de instituições como Fundo Monetário Internacional e Banco Mundial, nas quais o Norte tem, tradicionalmente, maior poder decisório do que o Sul. Uma vez que a ideologia luzia de direita do governo Cardoso convergia com o enfraquecimento do Estado brasileiro proposto pela agenda neoliberal hegemônica, ele pôde orientar a política externa a aceitar, via de regra, as normas do plano multilateral sem modificá-las e sem contestar as instituições patrocinadoras. Por sua vez, a ideologia saquarema de esquerda do governo Lula, orientada pelo fortalecimento do Estado brasileiro, constrangeu a política externa a buscar uma reforma das instituições multilaterais em parceria de países com o mesmo interesse, a fim de contestarem a hegemonia das ideias neoliberais.

Podemos pensar ainda que, no período da industrialização protegida (1946-1988), nos termos de Lima, a atenção de governos da tradição saquarema para fóruns econômicos foi

marcante porque era necessário criar normas que facilitassem a aplicação de regimes econômicos industrializantes na periferia, tais como os princípios de não-reciprocidade e de tratamento especial e diferenciado no GATT. Tratava-se de uma esforço contra-hegemônico inexistente na agenda econômica da Primeira República, cujo regime agroexportador do Estado não criava divergências profundas, no plano multilateral incipiente, entre os governos da tradição luzia e a agenda do Norte em favor da manutenção de relações de complementaridade comercial entre ex-metrópoles e ex-colônias.

Sendo assim, a distinção entre uma agência orientada pela cópia de ideias do Norte e outra orientada pela construção coletiva de ideias no mundo não é mero detalhe no modelo de Lima, mas sim a contribuição particular da autora à teoria crítica brasileira sobre importação de ideias na periferia. Se os agentes brasileiros da política institucional, das artes e das ciências tomam decisões, no plano doméstico, sobre importar ideias por cópia ou adaptação, por sua vez, excepcionalmente na política externa, diplomatas orientados pela autonomia do Estado e da nação podem antecipar-se à importação de normas, no plano doméstico, e criar ideias diretamente com representantes de outros povos, no plano externo – mais especificamente, nas organizações multilaterais –, as quais serão trazidas ao país como originais, e não como estrangeiras. Não se trata aqui exatamente de importar por adaptação, mas sobretudo de internalizar, na lei nacional, normas internacionais que já nasceram, em parte, brasileiras. O mesmo não é feito por diplomatas copistas, que, em última análise, traduzem normas do Norte ao português para agilizar a sua importação e reforçar a dependência econômica-cultural.

A partir da caracterização dos papeis de aceitar e criar normas internacionais, é possível formularmos a hipótese de que as duas tradições ideológicas brasileiras, no modelo de Lynch, têm visões distintas não apenas sobre a forma do Estado, mas também sobre a participação do país na construção da superestrutura cultural internacional, isto é, no conjunto de crenças compartilhadas entre países sobre como devem conduzir as relações entre si, o qual tem efeitos para a superestrutura política (balança de poder) e a infraestrutura econômica (divisão do trabalho) internacionais. Se a tradição luzia (qualquer que seja a ideologia, à direita ou à esquerda) entende as normas internacionais como instrumentos que devem estimular a transformação dos regimes político econômico dos Estados em cópias idênticas, então é possível supor que atribui à superestrutura cultural uma função de *homogeneizar as formas de Estado dos diferentes países do mundo*. Por sua vez, se a tradição saquarema (também, qualquer que seja a ideologia) entende as normas internacionais como mecanismos que devem proteger a autonomia dos países em definir as formas de seus Estados conforme

seus contextos histórico-sociais, é possível estipular que atribui à superestrutura cultural uma função de *garantir a coexistência de formas de Estado distintas*.

Uma distinção de crenças sobre como a superestrutura cultural internacional deve ser organizada já é possível de ser identificada no meio acadêmico brasileiro das Relações Internacionais, se comparamos ideias de Lima e de Celso Lafer. Por exemplo, avaliando os BRICS nos seus anos iniciais, Lima (2013), em coautoria de Daniel Castelan, manifesta-se a favor de que o bloco defenda a heterogeneidade de formas de Estado no mundo:

> Depois de mais de uma década em que "os mercados" e "a comunidade internacional" apareciam como as principais forças difusas impulsionadoras da mudança internacional, os BRICS e outros grandes periféricos reintroduziram o conceito de agência na mudança internacional e a preocupação com a salvaguarda dos setores mais afetados pela globalização e a interdependência. Analisando os desafios políticos à crise econômica europeia, Dani Rodrik (2011), em artigo recente, afirmou que o principal desafio hoje para as elites do centro e, acrescentaríamos, para todas as demais, é desenvolver uma nova narrativa política que enfatize os interesses e valores nacionais, sem indícios de nativismo e xenofobia (LIMA; CASTELAN, 2013, p. 265-266).

Em outro exemplo, Lima (2016), desta vez com Carlos Milani, avalia que a UNASUL deveria proteger o pluralismo de formas de Estado na região sul-americana:

> Os documentos prévios à constituição formal da UNASUL, como os produzidos na cúpula presidencial de Cochabamba, em 2006, enfatizaram a necessidade de um novo modelo de integração com identidade própria, mas pluralista, capaz de reconhecer as diferenças políticas e ideológicas e a pluralidade democrática dos países da região. [...] Diante desse quadro hoje bastante distinto do que anunciavam os primeiros anos do século XXI, não seria a heterogeneidade dos processos regionais e dos modelos de cooperação Sul-Sul a principal ameaça para o desenvolvimento na região, mas sim a falta de uma visão política desses processos e a ausência de exercício de liderança regional pelo Brasil (LIMA; MILANI, 2016, p. 28 e 33).

Por sua vez, Lafer (2012[2018]) concebe o pluralismo das formas de Estado no sistema internacional como um problema. A heterogeneidade seria causada por fatores como a distribuição desigual de poder, riqueza, produção de conhecimento e,

> como dizia Raymond Aron, porque os atores governamentais e não governamentais [...] não têm uma mesma e única concepção sobre os pressupostos que presidem a organização da ordem mundial e os modos de estruturação interna das sociedades e Estados nacionais. Daí o desafio da Torre de Babel de uma latente anarquia de significados num sistema internacional que se confronta com as forças centrífugas da fragmentação e as centrípetas da globalização. [...] Fazem do Direito Internacional, como lembrei, um direito em movimento que, por obra da multiplicidade de poderes políticos e econômicos, instaura no plano mundial um "estado de direito" que é apenas provisório e tem dificuldades de consolidar-se (LAFER, 2012[2018], p. 471-472).

Para superar a heterogeneidade de formas de Estado, Lafer (2012[2018]) trata como positiva a padronização das leis dos diversos países em moldes liberais:

> A Declaração Universal [dos Direitos Humanos] traçou uma política de Direito que foi levando a um Direito Internacional da Pessoa Humana, cuja *vis directiva* é a ideia da obra a realizar da construção de uma sociedade internacional constituída

> não só de Estados igualmente soberanos, mas de indivíduos livres e iguais. [...] O que quero apontar é que se consolidou, kantianamente, uma sensibilidade axiológica planetária que fez com que o direito violado numa parte do mundo passasse a ser sentido em todos os demais e que isto é, para continuar com Kant, evocado por Bobbio, um sinal positivo do progresso da convivência coletiva humana. Esta é uma das facetas positivas da internalização do mundo na vida dos países, trazida pelo processo de globalização e do Direito Internacional que foi sendo elaborado sob sua égide (LAFER, 2012[2018], p. 474-475).

Além disso, no pensamento diplomático brasileiro, Fonseca Jr. (2004) também contribui para esta reflexão sobre visões distintas sobre a ordem cultural internacional. O embaixador formula uma periodização própria sobre a história da política externa brasileira, a partir de duas variáveis, identidade do país e relações externas, as quais seriam combinadas por meio de escolhas feitas por um governo. Duas identidades do Brasil teriam prevalecido na história, país ocidental e país do Sul, e os governos teriam feito qualificações em ambas. Por exemplo, em meados do século XX, o governo Dutra teria sido ocidental puro e muito próximo dos Estados Unidos; os governos Vargas II e JK, ocidentais qualificados, com algum distanciamento em relação aos Estados Unidos; e os governos Jânio e Jango, ocidentais autônomos, com maior afastamento dos Estados Unidos, por defenderam, sobretudo, a identidade do Sul em contraste à do Norte. Esta classificação é discutível, na medida em que Fonseca Jr. (2004) tenta aproximar duas linhas teóricas de bases epistemológicas distintas para pensar identidade, o culturalismo (dicotomia Ocidente e não-Ocidente) e o marxismo crítico (dicotomia Norte-Sul), cujos pressupostos e implicações concretas não convivem bem, como apontamos no capítulo 4. Tampouco é produtiva a distinção que o autor faz para pensar a inserção do Brasil em fóruns multilaterais, entre autonomia pela distância (na Guerra Fria) e autonomia pela participação (nos anos 1990), posto que, se tudo é autonomia, nada é. Contudo, há uma hipótese geral que o autor estabelece sobre a relação entre identidade brasileira e política externa que é pertinente e que ele sugere que seja aprofundada:

> Para ficarmos em exemplos extremos, uma identidade nacional que se defina como privilegiada, missionária, superior, deve levar a atitudes que representem, também, um extremo de relação, a disposição de influência, de mudar o comportamento do outro. No outro lado do espectro, [há] uma identidade marcada pelo sentimento de especificidade e que tende a aceitar a especificidade do outro, sendo regida, portanto, não pela ideia de influenciar mas pela de compartilhar, e que deve levar ao que poderíamos chamar de encontros iguais, ao respeito pelo outro, à construção comum, à combinação de legitimidades e não a imposições unilaterais (FONSECA JR., 2004, p. 269).

Estas reflexões nos meios acadêmico e diplomático do Brasil são sintomáticas de que pode haver, na elite política, as mesmas crenças em disputa sobre a superestrutura cultural internacional. No próximo capítulo, nosso objetivo é tornar mais rigorosa nossa hipótese de que os comportamentos de aceitar e criar normas internacionais são partes de conjuntos maiores e distintos de pensamento político internacional, vinculáveis às ideologias políticas

brasileiras estipuladas por Lynch. Se refinada e testada, esta hipótese poderia revelar que movimentos de aproximação ou afastamento do Brasil em relação a outros países, por exemplo, são informados, em parte, pela percepção de convergência ou divergência de crenças, por autoridades decisórias, sobre a ordem cultural internacional que o governo de ocasião deseja construir.

Entretanto, isto exige entendimentos teóricos sobre como crenças compartilhadas entre governos podem dar origem a culturas políticas internacionais qualitativamente distintas, o que implica, por extensão, teorizações sobre *para que* serve o poder de um país em termos de ideal coletivo mundial. Como explicamos anteriormente, o realismo não avança reflexões sobre a dimensão das ideias na política. Por isto, seguiremos Pinheiro (2000; 2004) no esforço de aprofundar o modelo de Lima e buscaremos entendimentos a este respeito em outras duas escolas teóricas das Relações Internacionais: a inglesa, em maior medida, e a construtivista.

6 **PROPOSTA DE VINCULAÇÃO TEÓRICA ENTRE FORMA DO ESTADO, PAPEL DO ESTADO E PENSAMENTO POLÍTICO INTERNACIONAL**

No capítulo anterior, começamos um esforço de aproximação entre os modelos de tradições ideológicas do pensamento político brasileiro, criado por Christian Lynch (e interpretado à luz da definição geral de ideologia política dada por Hélio Jaguaribe), e de interpretação da história da política externa brasileira, formulado por Maria Regina Soares de Lima, a fim de tentarmos conectar as preferências de ordem doméstica, de um lado, e de ordem internacional, de outro, que conformariam as ideologias políticas brasileiras. Neste capítulo, nosso objetivo é aprofundar uma reflexão que extraímos do modelo de Lima: a de que os exercícios do papel de seguidor de normas internacionais (*rule taker*) pelo Brasil, no governo Cardoso, e de criador de normas internacionais (*rule maker*), no governo Lula, revelariam visões distintas de que a ordem cultural internacional deve funcionar como uma estrutura que, respectivamente, constrange os países a adotar formas de Estado idênticas ou viabiliza uma pluralidade de formas de Estado no mundo.

Posto que, para Lynch, Cardoso foi um representante da ideologia luzia de direita e Lula, da ideologia saquarema de esquerda, acreditamos que as orientações em favor da uniformização e do pluralismo das formas de Estado no mundo, podem estar, para além daqueles governos, na raiz dos pensamentos internacionais das tradições luzia e saquarema. Logo, os papeis de aceitar e criar normas estariam associados às disposições ideológicas de um governo sobre a forma que deseja imprimir ao Estado brasileiro (seus regimes político e econômico). Nosso esforço ora se dará no sentido de costurar um raciocínio teórico que explique a gênese dos tipos diferentes de crenças sobre a organização do plano internacional e que culmine em hipóteses específicas sobre como elas se desdobrariam em orientações de política externa para as distintas ideologias brasileiras dos períodos 1945-88 e 1988-hoje. Estas hipóteses serão expostas no próximo capítulo.

Nas Relações Internacionais, há uma literatura consolidada sobre vertentes de crenças do pensamento político internacional, que forneceriam concepções distintas sobre como o mundo deve ser organizado. As seções a seguir sistematizam as ideias de quatro autores eminentes: Martin Wight, Hedley Bull, Andrew Hurrell e Alexander Wendt. Mais especificamente, na disciplina de Teoria das Relações Internacionais, costuma-se filiar os três primeiros à Escola Inglesa e, ao último, ao construtivismo (estadunidense). Esta classificação torna-se menor quando se entende que Wendt é, em grande medida, tributário das ideias de Wight e Bull. Todos estes autores compartilham a ideia fundamental de que três tradições de

crenças sobre a política internacional coexistem na cultura ocidental, as quais orientariam, de formas diferentes, as ações das elites políticas em matéria de política externa.

As formulações da escola inglesa emergiram de um movimento organizado de intelectuais no âmbito do *British Committee on the Theory of International Politics*, financiado pela Fundação Rockfeller, a partir do final dos anos 1950 (BUZAN, 2001). O nome da escola devia-se ao intuito de demarcar um contraste com o debate acadêmico das Relações Internacionais nos Estados Unidos, durante a Guerra Fria, polarizado entre, de um lado, liberais que privilegiavam o exame de cálculos racionais e individuais na Análise de Política Externa (APE) (conforme explicamos no capítulo 2) e, de outro, realistas que marginalizavam o papel das crenças na explicação da política internacional (consoante resumimos no capítulo 5). Em síntese, podemos resumir em três os pressupostos sobre política que se mantiveram essenciais à Escola Inglesa de Wight, Bull e Hurrell: em primeiro lugar, crenças orientam valores e ações, de modo que a política deve ser analisada a partir das crenças que indivíduos têm sobre ela; em segundo lugar, as crenças políticas são formadas socialmente, na interação dos indivíduos, ao longo da história, dando origem a padrões de crenças que se tornam tradições e costumes; e em terceiro lugar, as crenças intersubjetivas se formam e são reproduzidas mesmo em ambientes anárquicos, no qual não há autoridade política instituída, como o plano internacional. O construtivismo estadunidense de Wendt não se afasta destes preceitos, mas, conforme Hurrell (2002), a Escola Inglesa confere, relativamente, maior importância ao direito internacional enquanto estrutura normativa e tem uma visão diferente sobre a história da ordem cultural internacional, o que explicaremos adiante.

Além disso, convém explicitar uma relação cronológica entre os autores ingleses. O ponto de origem de todo este programa teórico está em teses desenvolvidas por Martin Wight quando lecionava na *London School of Economics and Political Science*, em meados do século XX. Contudo, ele popularizou-se, no meio acadêmico das Relações Internacionais, a partir da obra de Hedley Bull, ex-aluno de Wight, que deu uma versão própria às teses do professor antes de que este as organizasse de forma acabada. Bull publicou o livro *The anarchical society* em 1977, ao passo que o livro com as principais ideias de Wight, *International theory: the three traditions*, foi lançado apenas postumamente, em 1992, por iniciativa de sua esposa, Gabrielle Wight, e de outro ex-aluno, Brian Porter, com base em aulas, palestras e anotações feitas por Wight na década de 1950. Tanto as ideias de Wight como as de Bull foram elaboradas na conjuntura da Guerra Fria, superada nos anos 1990. Em 2007, Andrew Hurrell, que foi aluno de Bull, insere-se na discussão fazendo um esforço de

atualização das ideias dos predecessores no livro *On global order*. Esta ordem temporal entre três gerações é importante para se compreender algumas modificações e simplificações das teses originais de Wight que foram feitas por Bull e Hurrell e sobre as quais problematizaremos.

Por sua vez, Wendt publicou o livro *Social theory of international politics*, em 1999, no pós-Guerra Fria, quando lecionava na Universidade de Chicago. Seu objetivo declarado era refutar o pressuposto da escola realista de Relações Internacionais de que relações de poder entre países se orientariam apenas por diferenças de poder material, sem incluir ideais normativos sobre como a violência deve ser administrada entre eles. Entretanto, tal como a escola realista, sua teoria parte da noção de que existe e sempre existirá uma distribuição de poder material desigual entre as sociedades. Sua intenção é refletir sobre como esta distribuição é *exercida*, mas não como é *criada ou alterada* na divisão internacional do trabalho, de modo que a desigualdade material aparece como um fato natural. Assim como realistas estadunidenses, Wendt é fortemente influenciado pela teoria sistêmica, de modo que concebe, via de regra, o sistema político como sendo separado do sistema econômico. Entretanto, inspira-se, ainda, no construtivismo de Anthony Giddens, segundo o qual existiria, na realidade social, uma constituição simultânea entre estruturas e agência.

No marxismo e na teoria crítica, a estrutura tem antecedência ontológica aos agentes, uma vez que indivíduos já encontram as estruturas de classe, raça, gênero, sexualidade etc. dispostas na realidade social ao nascerem, embora isto não implique negar a importância da agência destes indivíduos para a reprodução ou a transformação destas estruturas ao longo de suas vidas. Por sua vez, Wendt rejeita, abertamente, o materialismo como base principal de explicação da realidade internacional. Isto não o impede, porém, de conferir grande importância a variáveis materiais para explicar o emprego de poder por países, mas estas, para ele, seriam secundárias às ideias. Em termos mais específicos, ele reconhece que a diferença de poder material entre países distingue as suas capacidades de influir sobre o modo como a violência deve ser administrada no mundo, porém postula que esta disparidade de poder material não leva, *per se*, a conflitos, pois países fracos podem consentir às preferências de países fortes. Por esta razão, conflitos adviriam, principalmente, da existência de diferentes ideias sobre como regular a violência entre países. Tais ideias são as tradições de pensamento político internacional descritas originalmente por Wight.

Contudo, Wendt contribui à nossa reflexão ao teorizar como uma tradição de pensamento internacional prevaleceria na cultura política internacional, que chama de cultura de anarquia. O autor aponta que um processo de socialização das ideias de uma tradição no

mundo é influenciado por quem são as autoridades no comando dos Estados, quais são suas preferências sobre dar-lhes formas padronizadas ou não e quais são suas percepções da conjuntura internacional. Por forma de Estado, entende a combinação particular de um regime político e um regime econômico (o que, neste ponto específico, admite ser uma definição gramsciana). Entre as estratégias que um(a) governante concebe para construir uma forma de Estado, aponta a definição de um papel de Estado, isto é, um comportamento previsível que o Estado cumprirá ao se relacionar com outros Estados.

O que queremos deixar patente, com este preâmbulo sobre os quatro autores, é que eles, além de serem intelectuais do Norte comprometidos com este local de fala, não são adeptos nem do marxismo, nem da teoria crítica, e que, portanto, suas ideias exigem uma importação seletiva para se encaixarem, em alguma medida, à teoria crítica brasileira sobre importação de ideias. Apenas teorias amparadas na economia política podem dar conta de explicar como a desigualdade material é criada socialmente no âmbito do trabalho (infraestrutura da sociedade) a partir da mais-valia, seja em nível doméstico ou internacional, e influencia outros âmbitos da vida, como a política e a cultura (superestrutura da sociedade). Análises com raiz no materialismo marxista em muito já avançaram para além do economicismo para explicar, no plano doméstico, o funcionamento de elementos da superestrutura que estimulam a reprodução da desigualdade material, com destaque para as teorizações de Antonio Gramsci sobre hegemonia cultural civil-estatal, Theodor Adorno sobre indústria cultural e Louis Althusser sobre aparelhos ideológicos de Estado. Todavia, a respeito do plano internacional, as análises materialistas ainda tendem a concentrar-se no funcionamento da infraestrutura econômica, isto é, na divisão internacional do trabalho e na desigualdade material entre países que decorre dela, como avançado, de modos distintos, por intelectuais como Teotônio dos Santos, Ruy Mauro Marini, Vânia Bambirra, Giovanni Arrighi, Immanuel Wallerstein e Samir Amin[64].

Entretanto, procuraremos argumentar que as ideias de Wight, Bull, Hurrell e Wendt oferecem ferramentas complementares para a análise da superestrutura cultural internacional, ao proporem uma simplificação das vertentes do pensamento político internacional e uma conceituação sobre como uma delas torna-se hegemônica no mundo, em uma dada conjuntura. Trata-se de uma formulação teórica que acreditamos que pode contribuir para reflexões que partam do materialismo histórico, desde que seja adaptada, em alguma meidda, a ele. Tentaremos fazer uma redução deste conjunto de ideias, nos termos de Guerreiro Ramos

[64] Para uma análise sobre a história do conceito de imperialismo nas Relações Internacionais, ver Osório (2018).

expostos no capítulo 3, ao importar conscientemente algumas ideias e descartar outras para os fins desta tese.

No Brasil, a partir o modelo de Lima, Letícia Pinheiro (2000; 2004) fez um primeiro esforço de apropriar-se da teoria da Escola Inglesa (especialmente na versão de Bull) para explicar a inserção internacional do país em momentos do século XX. Nosso esforço busca-se somar ao feito pela autora na importação destas ideias ao Brasil, adicionando obras que foram publicadas muito proximamente ou posteriormente às suas; salientando a pertinência de se refletir sobre pensamento político internacional para interpretar a política externa brasileira; e procurando conectar as vertentes de pensamento político internacional identificadas pela Escola Inglesa às tradições ideológicas do pensamento político brasileiro definidas por Lynch.

6.1 **A tese original de Wight sobre as três tradições do pensamento político internacional**

Martin Wight (1992) criou uma tese própria para explicar a política internacional a partir das diferenças de crenças que autoridades de Estado, no Ocidente (especialmente na Europa ocidental), podem ter sobre o melhor modo de se administrar a violência no mundo. Podemos resumir em dois os argumentos basilares da sua tese: em primeiro lugar, no Ocidente, as ideias sobre como o plano internacional deve ser organizado, via política externa dos países, foram derivadas, por pensadores, do debate da filosofia política moderna sobre como um Estado deve ser construído (em outros termos, a política internacional sempre foi pensada como um corolário do processo de se construir determinada ordem doméstica); em segundo lugar, estas ideias sobre o plano internacional dividiram-se em três tradições de pensamento no longo prazo. O autor assume, assim, que governantes ocidentais, do início da modernidade ao século XX, reproduzem ideias sobre política internacional que foram originalmente formuladas por pensadores europeus, socializadas ao longo de gerações de indivíduos e cristalizadas em vertentes que passaram a coexistir na cultura política ocidental. Logo, para ele, os atos de governantes seriam melhor compreendidos à luz da história das ideias ocidentais.

O fato de Wight não ter revisado a versão acabada de seu argumento, publicado postumamente, gera uma hesitação na nomeação das três tradições de pensamento internacional ao longo do livro de 1992, ora chamadas de *realista, racionalista e revolucionária*, de modo mais abrangente, ora de maquiavélica, grotiana e kantiana, quando destaca quem seriam seus pensadores mais influentes. O segundo conjunto de termos é mais reducionista e empobrece o potencial analítico oferecido pelo primeiro, privilegiado por nós.

Nas três tradições de pensamento, segundo Wight (1993), desenvolveram-se entendimentos particulares sobre cinco temas em especial: *balança de poder, guerra, diplomacia, direito internacional e organizações internacionais*. O autor chama todos estes elementos de instituições internacionais, e seu esforço, ao longo do livro, se dá no sentido de distinguir como cada tradição concebe as cinco instituições, apresentando tanto formulações de pensadores quanto exemplos de discursos de líderes de Estado, especialmente europeus, para exemplificar. Sua definição de instituição é a de um "padrão de comportamento organizado, integrado, complexo e duradouro através do qual um controle social é exercido e por meio do qual desejos sociais ou necessidades fundamentais são alcançados" (WIGHT, 1992, p. 141, tradução nossa[65]).

Wight (1992) destaca a importância do contexto de origem do debate moderno sobre a construção do Estado, isto é, a Europa ocidental do século XVI, quando o sistema feudal estava conflagrado em guerras religiosas. De um lado do debate, havia pensadores protestantes e humanistas que propunham a consolidação de Estados-nações soberanos como solução para a paz, de modo duradouro para os primeiros, que desejavam demarcar fronteiras firmes entre as correntes do cristianismo; e de modo transitório para os segundos, que ambicionavam a formação eventual de uma comunidade humana sem fronteiras. De outro lado do debate, havia pensadores católicos que rejeitavam o projeto estatal e sugeriam a formação de um império supranacional regido pelo papa católico. Ao longo dos séculos seguintes, o debate ocidental sobre a organização no plano internacional teria continuado a girar, essencialmente, em torno da manutenção ou da superação do Estado como unidade política básica.

Para Wight (1992), a *tradição realista* herdou a defesa protestante de que o Estado-nação deve continuar sendo a unidade fundamental das relações internacionais e desenvolveu o postulado de que um(a) governante deve orientar-se sempre pela busca da maior autonomia possível para a sua comunidade política definir seus interesses, sem subjugar-se às preferências de outra comunidade, fim para o qual não precisaria obedecer a nenhum limite moral. A ontologia realista seria a de que o determinante principal das ações humanas são as sensações, relacionadas à vida material, especialmente o medo da morte. Para se ter longevidade, seria inescapável a um indivíduo pertencer a uma comunidade, capaz de proteger melhor a sua vida ao organizar um sistema de defesa coletivo. Os Estados-nações teriam se mostrado mais eficientes em dar longevidade aos indivíduos do que os pequenos

[65] No original: *(...) an enduring, complex, integrated, organized behaviour pattern through which social control is exerted and by means of which the fundamental social desires or needs are met*.

feudos ou os grandes impérios, daí a posição em favor da sua continuidade. Exemplos de realistas seriam Maquiavel, Hobbes, Richelieu, Hume, Hegel, Bismarck, Edward Carr e Hans Morgenthau.

Realistas assumiriam que a política internacional deve funcionar como um sistema de Estados, conceito que Wight (1992) define como um ambiente pré-social, onde predomina a competição entre os Estados-nações. O plano internacional seria análogo ao estado de natureza, conforme expresso por Hobbes, o qual existiria antes de um contrato social ser instituído pelos indivíduos para formar um Estado, capaz de impor leis à força (doutrina do juspositivismo). Na ausência de uma autoridade instituída, haveria apenas uma luta permanente por sobrevivência de um indivíduo, no plano doméstico, ou de um Estado, no plano internacional, contra todos os demais, de modo que egoísmo, autopreservação e incapacidade de conciliar interesses seriam valores dominantes. Estes entendimentos produziram a orientação realista de que um(a) governante deve conceber apenas a sua população como sendo digna de proteção, em nome da qual tem o direito de conquistar outros povos, considerados bárbaros, para, em seguida, segregá-los, escravizá-los ou exterminá-los, conforme julgar melhor.

Maquiavel teria sido o inaugurador da tradição realista quando estipulou que a política é um conflito de interesses permanente e que a história é uma sucessão de disputas entre grupos dominantes e dominados, sem nenhuma linearidade. O poder para concretizar interesses sempre estaria distribuído desigualmente, entre indivíduos ou Estados, como numa balança de poder, cujos pratos jamais alcançam um ponto de equilíbrio horizontal. Manter ou alterar uma distribuição de poder envolveria, fundamentalmente, o exercício da violência, o que, no plano internacional, traduz-se na crença realista de que a guerra é inevitável. Por sua vez, a diplomacia, o direito internacional e as organizações internacionais seriam instituições precárias, pois não teriam capacidade material de coerção sobre os Estados. Entretanto, Wight (1992) concebe uma subdivisão de crenças entre pensadores realistas acerca destas três últimas instituições: *realistas extremos* descartariam a necessidade de existência delas completamente, ao passo que *realistas moderados* entenderiam que elas são expressões dos interesses dos Estados mais fortes, ajudam-lhes no exercício do seu poder e lhes conferem maior legitimidade perante os Estados mais fracos. Para realistas moderados, manter diplomacia, leis e organizações internacionais não se trataria de benevolência, mas sim apenas de prudência para gerenciar descontentamentos com desigualdades de poder com menor violência.

Por sua vez, a *tradição racionalista* também teria herdado a defesa protestante de que o Estado-nação deve seguir sendo a unidade básica da política internacional, porém desenvolveu o postulado de que há constrangimentos para um(a) governante buscar maior autonomia para sua comunidade política. Como ontologia, pensadores desta tradição entenderiam que, em vez de sensações, é a razão que informa, por excelência, as ações humanas. Na razão, existiriam princípios morais intrínsecos, com destaque para a aversão ao assassinato – o que Wight (1992) entende ser um resquício do mandamento cristão, em que se modificou a submissão a Deus pela obediência à razão. Em nome da coexistência de indivíduos, racionalistas prescrevem que a redução de incertezas e a conciliação de interesses deve ser buscada por meio de diálogo, negociações, acordos e leis. Estes dois últimos elementos, se respeitados no longo prazo, podem originar costumes, que diminuem ainda mais a imprevisibilidade da convivência entre indivíduos. No plano internacional, os Estados teriam conseguido organizar a coexistência de religiões de modo mais estável do que feudos ou impérios quando acordaram novos princípios para demarcar fronteiras entre si, como soberania e nação, daí devendo ser mantidos. Exemplos de racionalistas seriam Tomás de Aquino, Francisco de Vitória, Francisco Suárez, Grotius, Locke, Montesquieu, Burke, George Washington, Lord Castlereagh, F. D. Roosevelt e Winston Churchill.

Na lógica racionalista, a política internacional deve funcionar como uma sociedade de Estados, conceito de Wight (1992) que, diferentemente de sistema de Estados, significa um ambiente onde imperam elementos de vínculo social, como cooperação e costumes, sendo estes entendidos como revelações de leis naturais (doutrina do jusnaturalismo). Adere-se à interpretação de Locke de que, em ambientes onde não existe uma autoridade instituída, como o estado de natureza e o plano internacional, os imperativos morais da razão moderam o uso da violência. Por extensão, um(a) governante não teria um compromisso moral de respeitar apenas as vidas de seus cidadãos, mas também as de outros povos, sempre e quando estes comportem-se racionalmente. Entretanto, Wight (1991) diferencia racionalistas em uma *ala conservadora*, que assumiria um paternalismo de povos supostamente mais racionais na educação daqueles menos racionais, e uma *ala liberal*, que acreditaria que cada povo é o melhor juiz de si.

Ademais, racionalistas conceberiam a história como uma teleologia, em direção a um uso cada vez maior da razão, no mundo todo. A crença de que leis podem aperfeiçoar o convívio humano leva seus pensadores, com destaque para Grotius, a prestigiarem o direito internacional como uma instituição internacional importante, por ser capaz de moderar o uso da força pelo Estado, tanto na relação com a sociedade doméstica, quanto com outros Estados.

A balança de poder seria uma instituição valorizada pelo mesmo motivo de moderar ações entre Estados, porém Wight (1992) afirma que, enquanto realistas a concebem apenas como um conceito descritivo de como a política é, racionalistas lhe dão um sentido prescritivo de como a política deve ser: enquanto que, para os primeiros, a distribuição desigual de poder seria um dado da natureza, por sua vez, para os segundos, a balança de poder é um bem a ser preservado, por servir de freio a mudanças bruscas na ordem social. No que se refere a mudanças, portanto, racionalistas seriam conservadores (no sentido britânico), que aceitam apenas reformas graduais e pactuadas na distribuição de poder entre integrantes de uma sociedade, seja a doméstica ou a internacional.

A guerra seria uma instituição mal vista por racionalistas, por significar uma derrota do diálogo racional. Intervenções de um Estado no espaço doméstico de outro são tratadas como uma violação do princípio primeiro do direito internacional: o de que Estados têm soberania para regular seus assuntos internos, sempre e quando não adotem princípios de hostilidade em relação a outros. Neste último caso, admite-se a possibilidade de se empreender uma "guerra justa" – conceito da tradição que Wight (1992) afirma ser vago e polêmico – para proteger a sociedade de Estados contra o membro rebelde. Por sua vez, a diplomacia e as organizações internacionais seriam instituições valorizadas por racionalistas, pois teriam a capacidade de incentivar debates sobre a coibição do uso do poder dos Estados e reformas pactuadas da distribuição de poder entre eles.

Finalmente, a *tradição revolucionária* teria herdado os pontos de vista humanista e católico de que o Estado deve ser abandonado eventualmente como a unidade básica da política internacional, para dar lugar a uma organização política em que não haja a separação da humanidade por fronteiras. Pensadores desta tradição teriam, em comum, o fato de se guiarem pela construção de um horizonte em que todos os seres humanos viverão sob um conjunto universal de princípios morais, criados pela razão, conforme teorizado originalmente por Kant, o que eliminaria conflitos entre eles e estabeleceria uma paz perpétua. Wight (1992) afirma que tais pensadores se veem como missionários de uma verdade universal, no que seriam herdeiros seculares dos projetos cruzadistas cristãos – ainda que encontrados em outras religiões também – que almejam homogeneizar os entendimentos sobre bem e mal de todos os indivíduos. Estados são tratados como positivos por terem superado a grande fragmentação territorial do feudalismo, porém transitórios na evolução de um mundo sem qualquer divisão entre povos.

Dentro da tradição revolucionária, Wight (1992) situa *vertentes liberais, marxistas e fascistas*, que disputariam, entre si, o novo conjunto de princípios morais e de configuração

política da humanidade. Kant, Rousseau, Marx, Lênin, Hitler e Mussolini aparecem, pois, como exemplos de revolucionários, uma vez que utilizam conceitos morais como vontade geral, consciência de classe e hierarquia racial para ordenar toda a humanidade, ainda que Wight (1992) reconheça que as moralidades e os projetos sociais que orientam cada uma das vertentes são profundamente distintos. Este ponto da teoria, controverso à primeira vista por aproximar pensadores tão diferentes, é compreensível quando se atenta para o fato de que o autor se reconhece explicitamente como um conservador, inclinado à tradição racionalista e ao estadocentrismo.

A política internacional não seria tratada por revolucionários pelos prismas de um sistema de Estados nem de uma sociedade de Estados, mas sim pelo de uma sociedade internacional, conceito que Wight (1992) define como um ambiente de integração crescente da humanidade. Adeptos das três vertentes internas da tradição conceberiam a história teleologicamente, como um movimento progressivo em direção à vitória dos seus ideais. Contudo, não haveria consenso, nem mesmo dentro de cada vertente, sobre o momento de superação do Estado-nação e sobre a forma concreta da nova ordem política.

Wight (1992) distingue três estratégias de integração da humanidade concebidas por pensadores revolucionários. A primeira estratégia seria um processo gradual de uniformização dos Estados, que passariam a ter instituições semelhantes; por isso, cooperariam mais; eventualmente, conformariam uma federação; e, finalmente, diluiriam suas fronteiras. A segunda estratégia seria a construção imediata de um império mundial por parte de um Estado que julgue ter instituições inimitáveis ou uma nação superior, arrogando-se, por isso, o direito de destruir outros Estados e conquistar outras nações à força, pelo bem da humanidade. A terceira estratégia seria a desconstrução, também imediata, das ideias de Estado e nação pelos indivíduos para dar lugar a uma sociedade cosmopolita, sem via média entre os seres humanos, alternativa que, segundo Wight (1992), seria a menos avançada teoricamente na tradição (lembremos que ele escrevia nos anos 1950).

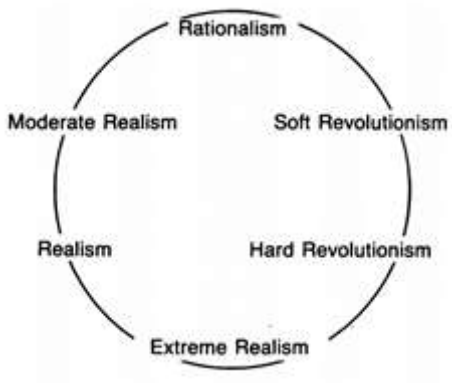
Kant teria sido o expoente da tradição revolucionária por ter sugerido as duas primeiras estratégias de integração da humanidade: em algumas passagens de sua obra, defendeu o advento de uma federação de Estados republicanos, enquanto em outras, concebeu o surgimento de um Estado republicano alargado que passasse a monopolizar a força. Além disso, Wight (1992) identifica dois modos possíveis e não-excludentes de promover cada uma das três estratégias: persuasão e violência. Esta distinção o faz subdividir a tradição em revolucionários *leves* e *duros*, conforme se privilegie persuasão ou violência, respectivamente.

Wight (1992) afirma que revolucionários veem os adversários de seu projeto de homogeneização moral como infiéis a serem derrotados. Não acreditam, pois, que a vida social seja uma luta de todos contra todos (indivíduos ou Estados), como quer o realismo, mas de alguns contra outros. Por conseguinte, a guerra é tratada como a instituição internacional mais importante, seja ela empreendida por meio de armas ou propaganda. Influir ou intervir no domínio doméstico de outros Estados é visto como um dever moral para libertar parte da humanidade que está sendo subjugada por lideranças párias. Por sua vez, balança de poder, diplomacia, direito internacional e organizações internacionais são tratadas com menor importância, pois são vistas como instrumentos táticos para acomodar interesses temporariamente, a serem manipulados conforme as conveniências do avanço do projeto de homogeneização da humanidade, que, quando concluído, fará todas as instituições internacionais desaparecerem[66].

Uma vez descritas as três tradições, Wight (1992) enfatiza, por diversas vezes, que elas são meramente ideais, das quais as crenças de um indivíduo real somente podem se aproximar ou se afastar, sem jamais corresponder em estado puro. No mundo concreto, admite a possibilidade de as tradições encontrarem pontos de encontro, como quando líderes revolucionários passam a se comportar ou como realistas, anulando princípios morais no processo de disseminar suas ideias (principalmente fascistas, os menos tolerantes ao diálogo para o autor), ou como racionalistas, para defender um momento de coexistência e tolerância; ou, ainda, quando racionalistas se aproximam de um realismo moderado ao aceitarem guerras, sob a qualificação de serem justas. Esquematicamente, Wight (1992) imaginava as três tradições conformando um espaço de distâncias relativas, conforme desenhou na figura 2, dentro do qual indivíduos típicos poderiam ser posicionados.

[66] Wight (1993) considera ainda que o pacifismo, defendido por Gandhi e por algumas seitas religiosas, poderia ser entendido como um "revolucionismo invertido": revolucionário porque entenderia que o pacifismo é uma ideologia universalizável; invertido porque advogaria pelo não-uso de poder para afirmá-lo. Todavia, o estímulo a que o indivíduo se volte para dentro de si para elevar-se moralmente e abstraia questões materiais dificulta que teorizações maiores sobre a política internacional sejam feitas a seu respeito.

Figura 2 – Distância entre indivíduos típicos das
tradições do pensamento político internacional



Fonte: Wight, 1992, p. 47

Wight (1992) não se preocupou em normatizar o futuro ideal das relações internacionais. Sua intenção restringiu-se a esquematizar os três conjuntos de interpretações que avaliava serem importantes, igualmente, para a análise da política internacional, uma vez que estariam em uma espécie de rivalidade permanente por predominância na cultura política ocidental. Acreditava que uma tradição ou uma combinação de duas delas sempre caracterizada uma dada época. O autor chegou a esboçar um esquema de períodos históricos, do século XV ao XX, sobre esta predominância, como mostra o quadro 3. Este esquema não ganhou explicações detalhadas no seu livro, exceto no que toca o século XX, que especificamos a seguir. Porém evidencia que, para Wight (1992), não haveria uma teleologia entre as três tradições.

Quadro 3 – Força relativa das tradições do pensamento político internacional
na história ocidental

Período	**Tradição(ões) dominante(s)**
Final do século XV	Maquiavelismo dominante; grotianismo ainda não havia emergido da escolástica decadente
Da Reforma a 1648	Paixões por doutrinação na Reforma acenderam um kantianismo religioso, que rivalizou com o maquiavelismo até 1648, quando se fundirem largamente; grotianismo emergiu com [Francisco de] Vitória (1480-1546), recessiva e lentamente
1648-1789	Maquiavelismo dominante, grotianismo secundário, kantianismo latente
1789-1815	Kantianismo *versus* grotianismo
1815-1848	Grotianismo dominante, kantianismo recessivo, maquiavelismo latente
1848-1878	Kantianismo dominante, grotianismo e maquiavelismo

	igualmente secundários
1878-1914	Grotianismo e maquiavelismo igualmente dominantes, kantianismo recessivo
1914-1939	Kantianismo e maquiavelismo destroem o experimento grotiano supremo
1939-1960	Kantianismo dominante e grotianismo recessivo; maquiavelismo absorvido por ambos (?)

Fonte: Tradução nossa a partir de Wight, 1992, p. 162-163

Wight (1992) tampouco desenvolveu uma explicação teórica sofisticada sobre como uma tradição se tornaria dominante em uma dada conjuntura. Apenas é possível deduzir da sua obra que governantes guiam a política externa de um Estado com base nas crenças que uma tradição oferece sobre as instituições internacionais e que, portanto, quanto mais governantes se inclinarem a uma mesma tradição, mais ela passa a ser dominante no plano internacional. Se os líderes mudam, este predomínio pode se alterar. Embora o autor não trate de diferenças de capacidades materiais entre Estados, nem utilize conceitos da escola realista de Relações Internacionais, como hierarquia de poder ou processo de emergência, é fundamental frisar que, explicitamente, a sua tese se refere, apenas, a Estados ocidentais, isto é, aqueles que sempre foram os dominantes no mundo moderno. O que Wight esquematiza, em suma, são crenças que via como orientadoras da política externa destes Estados particulares, posto que seriam os únicos construídos com base na cultura política ocidental.

Para Wight (1992), um problema inédito havia surgido, na política internacional, a partir do fim dos impérios coloniais, em meados do século XX. Com este processo, uma maioria de Estados, no mundo, passou a tentar ser construída sem ter, por base, a cultura política ocidental. O autor acreditava que o fim dos impérios coloniais havia tensionado a sociedade de Estados ocidentais, à medida que Estados não-ocidentais passavam a mobilizar as instituições internacionais que, anteriormente, eram operadas apenas por um *establishment* europeu, o qual compartilhava uma cultura política semelhante. Após a II Guerra Mundial, a moderação e a coexistência pregadas pelo racionalismo teriam entrado em decadência e dado lugar a projetos revolucionários de homogeneizar as formas dos novos Estados, em tipos capitalistas ou socialistas, na Guerra Fria.

Entretanto, para Wight (1992), tão importante quanto o embate entre capitalismo e socialismo era a tensão gerada pelo anticolonialismo que emanava dos países recém independentes. Para ele, o anticolonialismo correspondia a uma "filosofia política do *outsider"* – ou seja, uma filosofia política diferente da ocidental, oriunda de fora da sociedade original de Estados –, representada, sobretudo, pelo que chamava de "bloco de Bandung" –

países afroasiáticos que se reuniram em uma conferência nesta cidade indonésia, em 1955, para contestar o colonialismo e reivindicar, entre outros pontos, a igualdade entre raças. Esta filosofia política do *outsider* seria marcada pela denúncia da falta de um sentimento de fraternidade na sociedade de Estados e pela reivindicação de liberdade e igualdade, inclusive material, entre os velhos e novos Estados. Pensadores do anticolonialismo oscilariam entre prescrever ações de revisionismo da ordem política internacional por reforma ou por guerra.

Comparando à cultura política ocidental, Wight (1999) atribuía ao anticolonialismo um caráter mais próximo do revolucionismo, porém seu objetivo final não seria uniformizar os Estados do mundo, construir um império ou fundar uma cosmópolis, mas sim generalizar o direito dos Estados à autodeterminação. Ademais, entendia o anticolonialismo como uma reação à brutalidade do processo de colonização europeu:

> A razão mais profunda por que os ocidentais ficaram chocados com Hitler foi a introdução que ele fez de métodos coloniais de poder político – métodos coloniais deles próprios – nas relações internacionais. Nações não-europeias não podiam compartilhar o horror europeu com relação aos métodos de Hitler, mesmo o massacre feito contra judeus: a II Guerra Mundial, para elas, foi uma guerra civil europeia cujos métodos elas já haviam visto antes (WIGHT, 1992, p. 61, tradução nossa[67]).

É fundamental salientar a avaliação de Wight de que o anticolonialismo estaria mais próximo da tradição revolucionária. À primeira vista, seria mais lógico situar o anticolonialismo como mais próximo das tradições racionalista ou realista, pois, como o autor reconhece, o objetivo da pauta de Bandung era reforçar a autonomia dos Estados, princípio típico destas duas tradições, ao invés de reivindicar a sua desconstrução revolucionária. Porém, cabe lembrar que, para Wight, o racionalismo é uma tradição que tende ao conservadorismo. Assim, o que admite, nas entrelinhas, é que estender o princípio da autodeterminação aos Estados descolonizados tenderia a desorganizar, ao invés de conservar, a sociedade de Estados que foi desenvolvida pelos ocidentais. Em outros termos, *quando os povos periféricos reivindicam as tradições estadocêntricas do pensamento político internacional, ambas ganham um caráter anticonvervador, pois a pressão para que as premissas de igualdade de tratamento sejam efetivadas no mundo todo perturba a ordem que foi estabelecida em favor do Ocidente*. De um ponto de vista crítico, entende-se que, se cada sociedade descolonizada autodeterminar os regimes econômico e político dos seus Estados, a divisão internacional do trabalho torna-se ameaçada por projetos de autarquia econômica e de tomada lenta e democrática de decisões políticas.

---

[67] No original: *The deepest reason why the West was shocked by Hitler was his introducing colonial methods of power politics, their own colonial methods, into international relations. Non-European nations could not share European horror at Hitler's methods, even his massacre of the Jews: the Second World War was for them a European civil war and its methods they had seen before*.

Contudo, Wight (1992) não formula uma análise sobre o que esperar da relação entre Estados ditos ocidentais e não-ocidentais a partir da segunda metade do século XX, nem recomenda o melhor modo de se conduzi-la. Apenas afirma ter a esperança de que o racionalismo voltasse a ser valorizado no Ocidente, inclusive por acadêmicos das Relações Internacionais, que teriam reduzido o debate ao realismo e ao liberalismo kantiano. Nas décadas seguintes, Bull e Hurrell se ocuparam de dar uma orientação clara sobre o que o Ocidente deveria fazer em meio a tantos "*outsiders*" querendo construir Estados-nações.

6.2 **As atualizações da tese original por Bull e Hurrell**

A partir dos ensinamentos de Wight, Bull (1977) incumbiu-se de esquematizá-los ao grande púbico em primeira mão com uma intenção declarada: retirá-los de um plano eminentemente filosófico e torná-los operacionalizáveis em análises da Ciência Política. Conforme explica no prefácio do livro póstumo de Wight, acreditava que o exercício teórico de seu mentor deveria ganhar maior instrumentalidade e tornar-se "mais disciplinado do que Wight estava disposto a permitir" (BULL, 1992, p. 22, tradução nossa[68]).

Esta intenção levou Bull (1977) a dar contornos mais rigorosos às três tradições do pensamento político internacional: por um lado, firmou a posição de nomeá-las como hobbesiana (no lugar de maquiavélica), grotiana e kantiana, em vez de realista, racionalista e revolucionária; por outro lado, não incluiu as subclassificações de realistas em extremos e moderados; nem de racionalistas em conservadores e liberais; nem de revolucionistas em leves e duros. Estes movimentos produziram, por conseguinte, a anulação da ideia de Wight que há espaços relativamente próximos ou distantes entre as três tradições, conforme ilustrado na figura 2.

Além disso, Bull (1977) fez mudanças maiores na tradição revolucionária. Em primeiro lugar, Wight considerava que revolucionários postulam a existência de uma sociedade internacional, porém Bull (1977) passou a tratar sociedade internacional como um sinônimo de sociedade de Estados, típica da tradição racionalista, e cunhou o conceito de sociedade mundial como sendo aquele que orientaria revolucionários. A escolha de Bull é compreensível, pois se, para revolucionários, as nações darão lugar eventualmente a uma humanidade integrada, o termo sociedade "internacional" não caberia. Além disso, uma vez que, em "várias prescrições contemporâneas marxistas e neomarxistas, [...] não figuram

[68] No original: *I believe myself, however, that an inquiry that is philosophical can be more public, more rational, more disciplined than Wight was willing to allow*.

demandas pela abolição do Estado ou da nação, exceto como especulações sobre um futuro remoto" (BULL, 1977, p. 299, tradução nossa[69]), intelectuais marxistas são apagados da tradição revolucionária pelo autor, sem serem reposicionados nas outras tradições, reduzidas a Locke e Hobbes. Sobre fascistas, que Wight também incluía como revolucionários, não há sequer menções relevantes. Bull (1977) reduz, assim, a tradição revolucionária à vertente liberal.

A forma de descrição das três tradições por Bull (1977) não difere de como elas são expostas por Wight (1992), isto é, com base nas interpretações particulares que cada uma tem sobre as instituições internacionais. Não reproduziremos, portanto, este ponto; porém há uma diferença na lista das instituições analisadas. Bull (1977) não inclui as organizações internacionais, que chama de pseudo-instituições por serem historicamente recentes e auxiliares das instituições mais básicas, que seriam a balança de poder, a guerra, a diplomacia, o direito internacional e, em uma inovação em relação a Wight (1992), as grandes potências. Apesar do estranhamento que implica tratar atores como instituições, Bull (1977) afirma que as grandes potências têm um papel predominante em dar forma à sociedade internacional, criando suas regras e seus valores, pois podem ou não preservar balanças de poder, limitar ou não guerras, causar ou conter crises diplomáticas e decidir como querem se relacionar com potências menores: se através de dominação (uso frequente da força), hegemonia (uso raro da força ou ameaça latente de uso da força) ou primazia (conquista de legitimidade para exercer poder com consentimento). Com isso, Bull (1977) dá o destaque merecido a algo que estava pressuposto em Wight (1992): o predomínio de uma tradição do pensamento internacional depende, em maior medida, das crenças manifestadas pelas autoridades dos Estados mais poderosos, em uma dada conjuntura.

Mais do que disciplinar o pensamento de Wight para fins analíticos, o objetivo particular de Bull (1977), ao fazer simplificações conceituais e destacar a agência das grandes potências, é colocar a tese das três tradições a serviço de uma teoria de justiça global, com vistas a dar maior estabilidade à política internacional, o que, para ele, significaria um cenário em que os países mais poderosos governariam por primazia, isto é, com legitimidade. A motivação deste esforço parte do mesmo problema que Wight apontara sobre o século XX,

[69] No original: *the various contemporary Marxist and neo-Marxist prescriptions for revolution are essentially directed towards the revolt of oppressed classes, so as to achieve justice within states, and the revolt of oppressed nations, so as to achieve justice among them: demands for the abolition of the state itself, or of the nation, do not figure in these prescriptions, except as speculations about the remote future.*

expresso por Bull (1977, p. 90, tradução nossa[70]) do seguinte modo: "a área de consenso na sociedade internacional diminuiu como consequência da divisão ideológica entre Estados comunistas e não-comunistas e da sua expansão para além da tradição cultural originalmente europeia ou ocidental". Escrevendo nos anos 1970, Bull (1977) percebia uma proliferação de guerras civis no Terceiro Mundo, de empresas transnacionais e de organizações internacionais. Tudo isto estaria contribuindo, na sua visão, para "uma retração de afirmações confiantes [...] de que os membros da sociedade internacional são Estados e nações, em direção a ambiguidades e imprecisões" (BULL, 1977, p. 37, tradução nossa[71]).

Bull (1977) receava a possibilidade de uma ruptura violenta da ordem internacional e via a necessidade de que intelectuais proclamassem novos conceitos e princípios normativos que dessem forma e direção às tendências que se voltavam contra o sistema existente, onde o grotianismo (racionalismo) estava em franca decadência. Para o ele, "a ordem que homens buscam na vida social não é um padrão ou uma regularidade de relações entre indivíduos ou grupos, mas sim um padrão que leva a um resultado particular, um arranjo que promova certos objetivos ou valores" (BULL, 1977, p. 3-4, tradução nossa[72]).

A partir desta ambição, Bull (1977) assume uma argumentação abertamente prescritiva em favor do revolucionismo kantiano enquanto a tradição que deveria predominar na ordem política internacional no futuro, a ser construída gradualmente a partir da ruína racionalista. Declara que um mundo em desordem que se aproximasse, por um lado, da tradição hobbesiana – resumida, por ele, à ausência de comprometimento com instituições diplomáticas, ao desrespeito a leis internacionais e ao surgimento de balanças de poder voláteis, sentido que Wight (1992) classificara como sendo apenas o extremo da tradição realista – representaria a desordem máxima, ao passo que, por outro lado, situa a tradição kantiana como o ideal a ser atingido, pois "é a ordem entre toda a humanidade que devemos tratar como tendo valor primário, não a ordem dentro de uma sociedade de Estados" (BULL, 1977, p. 21, tradução nossa[73]).

---

[70] No original: *In our own times the area of consensus in international society has shrunk as the consequence of the ideological split between communist and noncommunist states, and as a consequence of the expansion of international society beyond its originally European or Western base*.

[71] No original: *In the twentieth century, also, there has been a retreat from the confident assertions, made in the age of Vattel, that the members of international society were states and nations, towards the ambiguity and imprecision on this point that characterised the era of Grotius*.

[72] No original: *The order which men look for in social life is not any pattern or regularity in the relations of human individuals or groups, but a pattern that leads to a particular result, an arrangement of social life such that it promotes certain goals or values*.

[73] No original: *It is necessary to state at this point, however, that if any value attaches to order in world politics, it is order among all mankind which we must treat as being of primary value, not order within the society of states*.

O que Bull (1977) prescreve abertamente é, pois, um processo de reforma da sociedade de Estados em direção à sociedade mundial. Para tal reforma, o autor descarta as estratégias outrora concebidas como parte da tradição revolucionária: por um lado, uniformizar Estados em uma mesma forma não seria garantia de sucesso para se chegar à sociedade mundial, pois as ideologias políticas mudariam no tempo e no espaço, de modo que Estados poderiam continuar a se diferenciar indefinidamente; por outro lado, criar um grande império poderia levar à opressão dos indivíduos e seria irrealizável em uma era de balança de poder nuclear. Sobre a estratégia remanescente, fundar imediatamente uma cosmópolis, afirma ser uma utopia, pois abriria o risco de surgir um governo único que levasse ao cenário de opressão imperial. Bull (1977) formula então o que chama de estratégia do neomedievalismo: tratar-se-ia de instituir uma sociedade mundial em que o Estado-nação ainda existe, mas tem seu poder diluído entre autoridades que representem tanto grupos maiores que uma nação (como regiões), quanto menores que ela (como províncias). Estas autoridades seriam seculares, estariam enredadas por direitos e deveres e manteriam contato constante em um mundo unificado pela tecnologia (principal ponto de distinção ao antigo medievalismo). A lógica de pesos e contra-pesos entre autoridades com poder semelhante anularia gradualmente a noção cultural de soberania estatal, ao mesmo tempo que impediria concentrações de poder, produzindo, eventualmente, uma nova e autêntica cultura cosmopolita.

Entretanto, no período de transição, Bull (1977) afirma não ser possível atingir uma situação de plena justiça substantiva, tanto na relação entre indivíduos quanto entre Estados, que satisfaça integralmente todas as partes e que, portanto, seria mais factível tratar justiça em termos processuais, em que as partes interessadas podem apresentar demandas, deliberar e tomar decisões, desde que estabeleçam interesses mínimos que não poderiam ser violados ao longo do processo. O autor então conceitualiza a existência de três objetivos elementares ou universais na vida social: estabilidade de propriedades, segurança contra violência que resulte em morte ou dano físico e cumprimento de acordos. Outros objetivos coletivos, como o modo de distribuir propriedades, a forma de administrar a violência e as regras para acordos, seriam qualificações dos objetivos elementares e variariam no tempo e no espaço. Mesmo indivíduos que buscam subverter determinada ordem procurariam substitui-la por uma nova em que os três objetivos elementares deveriam ser respeitados, pois, na ausência deles, expectativas sobre o futuro se tornariam insuportavelmente incertas.

Traduzindo os objetivos elementares para o plano internacional, Bull (1977) propõe o reconhecimento do Estado como a unidade básica na administração da violência, a aceitação

de limites à guerra, o respeito à soberania (e, por extensão, à propriedade) dos Estados e o cumprimento de tratados internacionais. Uma vez acordados estes pontos mínimos, um processo reformista da sociedade de Estados em direção à sociedade mundial deveria começar pelo encaminhamento de dois problemas, sem o que não se poderia dar passos maiores: uma redistribuição radical de recursos e de poder em favor dos Estados fracos e pobres do Terceiro Mundo e a construção de uma cultura cosmopolita a partir da absorção de elementos não-ocidentais em um grau muito maior do que o atual, se quisesse ser genuinamente universal.

Em essência, o que Bull normatiza é uma troca de concessões entre países centrais e periféricos, em que estes ganhariam mais recursos para construírem seus Estados (processo este controlado internacionalmente) e, em troca, se comprometeriam a não violar o objetivo elementar de respeitar direitos estrangeiros de propriedade, em um contexto no qual as empresas transnacionais se expandiam. Trata-se, por óbvio, de uma receita altamente dependente de uma escolha por tolerância das grandes potências capitalistas em relação à ascensão dos "*outsiders"* de Wight, mas que daria a elas, como contrapartida, uma dominação com maior legitimidade, em que governariam por consenso, correndo menos riscos de serem surpreendidas por perturbações violentas no Terceiro Mundo.

Como a história mostrou poucos anos após a publicação do livro de Bull, o advento da cartilha econômica neoliberal, a partir dos anos 1980, até convergiria com o sentido proposto de desconstrução dos Estados-nações, porém de modo imediato, por meio de desregulações abruptas das relações de troca, imposição de condicionalidades de austeridade estatal para países periféricos receberem empréstimos em meio a crises de dívida externa e consequente transferência de vastos recursos ao centro, na contramão da qualquer tolerância a princípios de justiça processual, muito menos substantiva. Em seguida, nos anos 1990, com o fim da Guerra Fria, houve uma proliferação da democracia liberal no mundo, à medida que ditaduras, muitas das quais até então apoiadas pelas grandes potências do Primeiro e Segundo Mundo, deixaram de existir.

Após duas décadas de hegemonia do liberalismo econômico e político, Hurrell (2007) publicou sua contribuição à Escola Inglesa. Se Bull havia reduzido a tese das três tradições de Wight a uma dicotomia entre racionalistas e revolucionários liberais, Hurrell (2007) afasta-se ainda mais das formulações originais ao se concentrar, quase exclusivamente, em discussões dentro do revolucionismo liberal para normatizar o futuro das relações internacionais. Parte do pressuposto de que "não faz mais nenhum sentido pensar a política mundial nos termos da

distinção elaborada por Martin Wight" (HURREL, 2007, p. 297, tradução nossa[74]) e acusa Bull de ter ficado ainda preso a uma concepção obsoleta de sociedade de Estados. Na sua opinião, "estamos condenados a negociar os termos de colaborações e de cooperações cada vez mais extensas, o que não significa que não haja espaço para pluralismo e tolerância de diferenças [...], mas significa que este espaço diminuiu" (HURREL, 2007, p. 299, tradução nossa[75]).

Em grande medida, Hurrell (2007) normaliza o processo de desconstrução dos Estados em voga no mundo. Dinâmicas neste sentido, conforme constata, teriam se manifestado em três arenas: organizações internacionais, mercado e sociedade civil. Nas organizações internacionais, houve aumento de intervenções coercitivas da ONU em países cujos Estados foram considerados falidos; criação de tribunais permanentes, fora de soberanias estatais, que julgam indivíduos por crimes contra a humanidade; e proliferação de instituições regulatórias, na União Europeia e na OCDE, com corpo técnico próprio. No mercado, aumentaram fluxos financeiros que fogem ao controle dos Estados, avaliações de risco financeiro feitas por agências privadas, normas técnicas ao setor produtivo produzidas por entidades privadas, centros privados de arbitragem de interesses empresariais e expansão de empresas privadas de segurança. E na sociedade civil, houve aumento de ações de ONGs e de movimentos sociais contra Estados e empresas, expansão de grupos paramilitares que disputam territórios contra Estados, maior incidência de terrorismo e reavivamento de identidades religiosas transnacionais. A avaliação de Hurrell (2007) é que o enfraquecimento relativo dos Estados não representa, *per se*, um fenômeno ruim, pois pode levar a uma maior distribuição do poder deste com o mercado e a sociedade civil. O trio de elementos seria importantes na ordem social, que dependeria de uma balança delicada entre eles.

Este é um raciocínio que lembra o neomedievalismo de Bull, mas apenas no seu objetivo final, posto que Hurrell (2007) discorda dos meios para se alcançá-lo. Para ele, a perda de poder do Estado apenas originaria uma ordem mundial estável se fosse amparada por uma governança global, cujas instituições passassem a recepcionar autoridades do mercado e da sociedade civil em iguais condições de participação. Assim, Hurrell (2007) também entende que a justiça global deve ser pensada a partir de um processo deliberativo, porém, enquanto Bull prescrevera um multilateralismo centrado nos Estados, como um primeiro

[74] No original: *It no longer makes any sense to think of world politics in terms of the distinction drawn by Martin Wight that does so much analytical work in the classical pluralist conception […]*.
[75] No original: *We are condemned instead to negotiate the terms of ongoing and evermore extensive forms of collaboration and active cooperation. This does not mean that there is no space for pluralism and toleration of difference. […] But it is does mean that that this space has diminished and that the disagreements surrounding the terms of cooperation have become far more intractable*.

passo, seu sucessor sugere que estes deixem de ser os protagonistas no palco de negociações imediatamente.

Hurrell (2007) reconhece que muitos Estados ainda têm maior capacidade material para impor seus interesses do que entes do mercado e da sociedade civil, assim como avalia que a distribuição desigual de capacidade entre Estados de países ricos e pobres persiste como um problema fundamental no mundo. Entretanto, acredita que uma justiça processual orientada pela diversidade dos atores incluídos nela serviria como "uma das razões morais mais poderosas para que levemos a distribuição [de poder] a sério" (HURRELL, 2007, p. 316, tradução nossa[76]).

Esta proposta leva Hurrell (2007) a reformular radicalmente a tese das três tradições. O autor reorganiza-as em apenas duas tradições, que chama de pluralismo e solidarismo. O pluralismo reuniria todas as crenças que têm como fim a manutenção do Estado-nação como unidade básica da política internacional. O autor agrupa, portanto, as tradições realista e racionalista em uma tradição só, sem salientar diferenças internas significativas. O valor básico defendido por pluralistas seria a diversidade de povos dentro da humanidade, seja em capacidades de poder, seja em aspectos culturais, o que produz distintas ordens jurídicas e apenas admite uma sociedade de Estados. Por sua vez, o solidarismo corresponderia especificamente a crenças em favor da superação da supremacia do Estado para dar lugar a instituições globais como espaço destacado para a elaboração de normas para toda a humanidade. Ademais, haveria, dentro do solidarismo, uma diferença de meios: pensadores do solidarismo coercitivo defenderiam mecanismos de imposição das regras criadas, por vezes enveredando para propostas de criação de um governo mundial; por sua vez, pensadores do solidarismo consensual apostariam no consentimento gradual da humanidade a estas regras, privilegiando mecanismos de governança complexa. Conforme explica:

> Um elemento importante no deslocamento do governo para a governança tem sido uma confiança maior nos mercados. Para alguns [solidaristas], a atenção maior ao papel dos mercados em debates sobre governança nos últimos 20 anos reflete preferências normativas claras: mercados como garantidores de liberdade, instrumentos de mudança democrática ou caminhos para a paz internacional. [...] Mas [para outros], apesar das ideias de Hayek sobre ordem espontânea ou dos chamados de Cobden às "menores trocas entre governos e maiores conexões entre nações", todos os mercados precisam de ordenamento político (HURRELL, 2007, p. 105, tradução nossa[77]).

---

[76] No original: *Fair process, then, does not diminish our concern with global inequality and with distributive justice. Quite the reverse. It provides one of the most powerful moral reasons why we should take distribution seriously*.

[77] No original: *As noted above, an important element in the move from government to governance has been increased reliance on markets. For some, increased attention to the role of markets in governance debates over the past twenty years reflects straightforward normative preference: markets as guarantors of freedom, as*

Hurrell (2007) não aponta as diferenças entre o pluralismo e o solidarismo a partir de crenças sobre as instituições internacionais, como Wight (1997) e Bull (1977) fizeram em relação às três tradições, mas sim a partir de cinco temas: nacionalismo, direitos humanos, violência, economia e ecologia. Detém-se, sobretudo, em debates liberais do final do século XX, apresentando teses a favor e contra a legitimidade de os Estados decidirem, apenas entre si, normas internacionais sobre os cinco temas. Descrever as teses pluralistas repetiria pontos que já expusemos anteriormente sobre as tradições realista e racionalista. Mais relevante nos parece ser destacar as inovações do lado solidarista, pois, se Wight apontava que a estratégia cosmopolita de desconstrução imediata dos Estados era a menos desenvolvida, nos anos 1950, Hurrell mostra que pensadores da vertente liberal avançaram neste sentido, no pós-Guerra Fria, em prol da construção de uma cosmópolis de livre-mercado operada através da internet.

Em resumo, Hurrell (2007) elenca uma série de argumentos solidaristas de que o aumento das dinâmicas transfronteiriças e informatizadas do mercado e da sociedade civil, somado a uma elevação de desastres ambientais, teria revelado a necessidade impreterível de se desenvolver normatizações globais que sirvam de inspiração ou se sobreponham a normas nacionais, de modo a padronizar o comportamento do maior número de indivíduos e, assim, reduzir a imprevisibilidade do futuro. Além disso, o respeito aos direitos humanos, que restringiriam cada vez mais o uso de coerção por autoridades estatais, serviria como um obstáculo capaz de impedir o surgimento de um império mundial ou mesmo de um Estado hegemônico todo-poderoso, como exemplificado com as denúncias de violações de direitos humanos cometidas pelos Estados Unidos ao combater o extremismo islâmico, nos anos 2000.

Hurrell (2007) defende que estas teses cosmopolitas, anti-estatistas, devem ser implementadas por meio de uma governança global complexa. Afirma que "não há nenhum caminho viável ou aceitável para reafirmar uma visão pluralista da sociedade internacional", pois "a administração da globalização inevitavelmente envolve a criação de regras e instituições profundamente intrusivas" e isto seria "uma mudança estrutural" (HURRELL, 2007, p. 292, tradução nossa[78]). Curiosamente, porém, contraria o próprio proselitismo ao reconhecer que, nos anos 2000, havia países que não aderiam às práticas de enfraquecimento estatal:

---

instruments for democratic change, or as paths to international peace. […] But despite Hayekian ideas about spontaneous order and despite Cobdenite calls for 'as little intercourse between the Governments, as much connexion as possible between the Nations of the world', all markets require political ordering.

[78] No original: *But, however powerful the attractions of pluralism may be, there is no acceptable or viable way of reasserting a pluralist view of international society. […] The management of globalization inevitably involves the creation of deeply intrusive rules and institutions and debate on how different societies are to be organized domestically. This is a structural change*.

> A visão pluralista continua sendo mantida por muitos teóricos influentes e continua a expressar as preferências centrais de muitos países importantes. Mesmo com todas as suas acomodações às mudanças dos anos do pós-Guerra Fria, China, Rússia, Índia e Brasil têm continuado a compartilhar uma preferência por concepções relativamente duras de soberania nacional e, apesar de algumas vezes professarem um gosto pelo multilateralismo, tendem a resistir a uma delegação efetiva de autoridade a organismos internacionais (HURRELL, 2007, p. 291-292, tradução nossa[79]).

A ofensiva de desconstrução dos Estados-nações prescrita por Hurrell é uma resposta mais drástica do que a proposta relativamente moderada de Bull para o problema levantado por Wight, nos anos 1950, sobre o que fazer com uma sociedade de Estados em que os membros descolonizados passaram a ser maioria. Enquanto Wight não parecia ver pontos de contato possíveis entre os velhos e novos Estados, que seriam orientados por filosofias políticas diferentes, e Bull confiava que os povos recém-libertos poderiam concordar com pontos básicos do liberalismo clássico, em troca de recursos e reconhecimento cultural, Hurrell, por sua vez, sugere um abandono geral do projeto estatal em favor do empoderamento de atores privados, em um momento em que possíveis ameaças – outrora colônias ou protetorados do Reino Unido – fortaleciam seus Estados.

Para além de motivações políticas mais ou menos veladas da Escola Inglesa, o problema levantado por Wight, em meados do século XX, não deixa de ser legítimo. Mas, ao contrário da sua avaliação, uma sociedade de Estados seguiu predominante, mesmo com uma maioria de Estados periféricos no mundo e *por causa dela*, posto que as ameaças de sua desconstrução emanaram sobretudo dos países centrais, seja na Guerra Fria, seja no auge da globalização neoliberal. Casos de sucesso excepcional na construção de Estados-nações poderosos, como a China, salientam que a interpretação de incompatibilidade cultural entre ocidentais e não-ocidentais, assumida por Wight, era falaciosa, pois a cultura política de países periféricos tem elementos importados do Ocidente, em vez de ter uma natureza *outsider*. Como argumenta o modelo de Lynch sobre importações de ideias, tradições de crenças ocidentais influenciam processos de construção do Estado tanto no centro quanto na periferia. Bull e Hurrell já reconheciam-no, de certa forma, ao proporem rumos universais para estes processos, no sentido de seu controle ou enfraquecimento, respectivamente. Endossaram, assim, o receio de Wight de que, a despeito das formações culturais diferentes,

[79] No original: *This pluralist view continues to be upheld by many influential theorists and continues to express the core preferences of many major states. For all their accommodations to the changes of the post–Cold War years, China Russia, India, and Brazil have continued to share a preference for relatively hard conceptions of national sovereignty and, although sometimes professing a liking for multilateralism, have tended to resist the effective delegation of authority to international bodies*.

tentativas autodeterminadas de reproduzir Estados-nações na periferia podem pôr em risco a posição de dominação dos países centrais tradicionais.

Para pensarmos a importação que um país como o Brasil faz do pensamento político internacional, objetivo desta tese, não é necessário assumirmos as normatizações sobre o futuro feitas por Bull e Hurrell, nem o sacrifício que fizeram das divisões e subdivisões das três tradições de Wight. Por outro lado, parece-nos indiscutível o reconhecimento por Bull de que as grandes potências são atores de destaque na definição de qual tradição de pensamento predomina em determinada conjuntura internacional. Além disso, cabe aceitar a constatação de Hurrell de que, dentro do grupo de pensadores revolucionários liberais, uma disputa sobre a velocidade com que o Estado deve ser enfraquecido aumentou nas décadas que se seguiram ao fim da Guerra Fria. Pode-se entender, em linhas gerais, que liberais mais ligados à teoria clássica kantiana concebem o Estado como uma organização política ainda fundamental, mesmo que vislumbrem a possibilidade de sua superação no longo prazo, ao passo que liberais vinculados a teorias recentes de inspiração hayekiana, como o neoliberalismo e o libertarianismo, inclinam-se a uma desconstrução imediata do Estado, a fim de acelerar a desregulação estatal das dinâmicas de mercado e da sociedade civil, operadas cada vez mais via internet.

6.3 **Contribuições de Wendt sobre como uma tradição de pensamento torna-se hegemônica na superestrutura internacional**

Wendt (1999) dialoga com a tese das três tradições de pensamento político internacional, mas, ao contrário de Bull e Hurrell, não tem a intenção principal de atualizar as ideias de Wight. Seu objetivo destacado é organizar os fundamentos da escola construtivista de Relações Internacionais, cujo início situa na publicação do livro *World of our making*, de Nicholas Onuf (1989), a partir do qual teria ocorrido uma subdivisão entre as vertentes moderna (na qual se inclui), associada a John Ruggie e Friedrich Kratochwill; pós-moderna, liderada por Richard Ashley e Rob Walker; e feminista, avançada por Ann Tickner e Spike Peterson. Os movimentos teóricos que Wendt (1999) faz vão no sentido de defender o liberalismo kantiano nas relações internacionais do pós-Guerra Fria, indo contra a desconstrução imediata dos Estados-nações encampada pela vertente pós-moderna e, para além do construtivismo, rebater a teoria do realismo estrutural, em voga nos Estados Unidos desde meados da Guerra Fria.

Para nosso objetivo de extrair da tese das três tradições um modelo operacional de APE brasileira nos dias de hoje, parte do que Wendt (1999) elabora é útil, enquanto outra parte é descartável. Entretanto, é forçoso que percorramos as linhas gerais do seu raciocínio para tornarmos clara esta distinção e fazermos uma importação seletiva das suas ideias. Assim, inicialmente, vejamos sucintamente seus entendimentos sobre estrutura internacional, para, em seguida, passarmos às suas elaborações sobre a agência das autoridades dos Estados.

O que Wendt (1999) entende por estrutura internacional (que por vezes chama de superestrutura internacional, em uma alusão a Gramsci que não é explicitada) ampara-se, segundo ele mesmo, em duas premissas da teoria social construtivista, particularmente a de Anthony Giddens: em primeiro lugar, as estruturas de associação humana seriam determinadas, primeiramente, por ideias compartilhadas (isto é, cultura) e não por forças materiais; em segundo lugar, as identidades e os interesses dos atores seriam construídos por estas ideias compartilhadas, em vez de estarem dados pela natureza.

Wendt (1999) acredita que o Estado ainda deve ser a unidade básica da política internacional, pois entende que o problema social fundamental dos seres humanos é a regulação da violência, capaz de afetar todas as dimensões da vida de um ser humano, e que, no plano internacional, é o Estado quem tem maior capacidade de fazer esta regulação, em comparação a indivíduos, empresas ou outras organizações. Todavia, entende que o Estado, em vez de uma construção finalizada e monolítica, como concebem muitos realistas, corresponde a um projeto de autoridade política ou, resumidamente, a um processo. Nos seus termos, "o Estado pode ser visto, no sentido gramsciano, como um 'projeto' político em andamento, desenhado para produzir e reproduzir o monopólio legítimo e potencial da violência organizada" (WENDT, 1999, p. 9, tradução nossa[80]). O autor reconhece que há dificuldade por parte de um Estado, na prática, em alcançar o monopólio idealizado, dada a competição com outros atores, como mercenários, piratas, guerrilheiros ou terroristas. Podemos acrescentar, no caso de Estados periféricos, que tais obstáculos incluem ações recorrentes dos Estados centrais.

Para Wendt (1999), os Estados não existem em um vazio, mas sim integrados em um sistema de Estados, estrutura anárquica que moldaria tanto a identidade quanto a ação destes Estados e que, em sentido recíproco, seria moldada pelos Estados. Em outros termos, os Estados seriam o que são e agiriam como agem entre si condicionados, em parte, pela estrutura internacional, enquanto esta poderia, por sua vez, assumir formas distintas a

[80] No original: *This suggests that the state can be seen as a "project" in the Gramscian sense, an on-going political program designed to produce and reproduce a monopoly on the potential for organized violence.*

depender da identidade e da ação dos Estados. Por esta razão, tal como o Estado, o sistema de Estados é, para Wendt (1999), um projeto político em construção ou, novamente, um processo. O sistema de Estados não seria, portanto, um mero espaço de convívio entre unidades pré-concebidas que se reconhecem como independentes (entendimento realista), mas sim um elemento que constrangeria a autonomia de suas unidades.

O que faz o sistema de Estados moldar as identidades e ações dos seus membros é o fato de ter uma cultura política internacional, que Wendt (1999) chama de cultura de anarquia. A principal característica do sistema de Estados, em uma dada conjuntura histórica, seria a cultura de anarquia, isto é, o entendimento prevalecente no sistema a respeito de como a violência pode ser empregada por Estados na relação entre si (novamente, há uma referência clara e não-explicitada a Gramsci, no que se refere ao conceito de hegemonia cultural).

Wendt (1999) concebe a existência de três culturas de anarquia, que extrai da obra de Bull, porém assume, de forma pouquíssimo convincente, que elas se sucederiam na história humana nesta sequência: a hobbesiana, a lockeana e a kantiana. A cultura hobbesiana teria predominado da antiguidade clássica (*sic*) à modernidade, mas estaria extinta atualmente, pois as sociedades já teriam aprendido que a desconfiança entre elas pode ser reduzida por meio de negociações. Por sua vez, a cultura lockeana estaria vigente no sistema internacional desde o século XVII, na qual há normas, leis e instituições internacionais regulando a administração da violência. Timidamente, Wendt (1999) reconhece que a cultura lockeana, desenvolvida pelos europeus, foi combinada, no início do período, a um processo hobbesiano de colonialismo, ponto que, porém, não aprofunda. Por fim, a cultura kantiana seria a cultura de anarquia que fundamentava o advento da União Europeia e que tenderia a tornar-se global:

> No final do século XX, acredito que o sistema internacional está passando por outra mudança estrutural, em direção a uma cultura kantiana de segurança coletiva. Até agora, essa mudança está limitada sobretudo ao Ocidente e, mesmo aí, é embrionária, mas é possível argumentar que uma mudança está em andamento (WENDT, p. 1999, p. 314, tradução nossa[81]).

Wendt (1999) trata esta tendência não como uma normatização do futuro, mas como uma verdadeira teleologia idealista das relações internacionais, afastando-se completamente do ponto crucial da Escola Inglesa de que as três tradições concorrem na cultura política ocidental:

> A trajetória histórica do sufrágio em sociedades democráticas provê uma analogia instrutiva. [...] Uma vez que pessoas tenham internalizado o privilégio de votar, elas lutarão pelo direito de mantê-lo, tornando uma regressão muito custosa. Isto agrega o seguinte ao constrangimento tradicional da dependência de trajetória: não apenas o

[81] No original: *In the late twentieth century I believe the international system is undergoing another structural change, to a Kantian culture of collective security. So far this change is limited mostly to the West, and even there it is still tentative, but a case can be made that change is happening*.

> futuro de um sistema é moldado pelo caminho por que passou no passado, como a opção de "voltar atrás" em um caminho escolhido é fechada. Um argumento similar pode ser aplicado a Estados. A cada cultura internacional "mais elevada", Estados adquirem direitos à soberania, no caso lockeano, e à liberdade de violência e assistência em segurança, no caso kantiano, elementos estes que abominarão perder, quaisquer que sejam as novas instituições que possam ser criadas no futuro. [...] O argumento sugere que a história da política internacional será unidirecional: se houver mudanças estruturais, elas serão historicamente progressivas (WENDT, 1999, p. 312, tradução nossa[82]).

Porém, minando a própria aposta teleológica, Wendt (1999) assume que nem todos os Estados aceitam a cultura de anarquia de uma época – e aqui aparece uma reflexão sobre contra-hegemonia cultural (também escamoteada da obra de Gramsci). O autor concebe três graus de internalização dos entendimentos culturais sistêmicos sobre uso da violência pelos Estados. O primeiro grau seria a coerção, quando um Estado discorda das normas culturais, mas é constrangido a agir consoante elas por pressão de outros Estados mais fortes. O segundo grau seria o autointeresse, quando um Estado não tem o desejo de contrariar as normas predominantes, de modo que não precisa ser coagido a cumpri-las, porém obedece-lhes por pragmatismo, a fim de obter ganhos individuais em temas específicos, como segurança e economia. O terceiro grau seria a legitimidade, quando um Estado cumpre com as normas culturais voluntariamente por entendê-las como o melhor modo de regular as relações interestatais. Este esquema lembra o de Bull sobre as formas de dominação por grandes potências, porém Wendt está tratando aqui do potencial de resistência ou resignação dos países dominados. O autor reconhece que os níveis de aceitação da cultura de anarquia vigente são explicáveis apenas por variáveis domésticas, sobre as quais, porém, não tem a intenção de teorizar.

Uma vez reforçado o reconhecimento, feito por Bull, de que há pressões de Estados mais fortes sobre Estados mais fracos para moldar a cultura de anarquia, mas que estes têm opções de agência, Wendt (1999) afirma que a diferença de capacidades materiais de poder, tão valorizada por realistas, não deixa de ser importante, porém acredita que elas são secundárias e devem ser contextualizadas à luz das interpretações dominantes no sistema internacional a respeito de como armas podem ser empregadas. As decisões de um Estado sobre como usar seu poder militar seriam informadas mais pelas ideias compartilhadas

[82] No original: *The historical trajectory of the franchise in democratic societies provides an instructive analogy. […] once people have internalized the privilege of voting they will fight hard to keep it, making regression too costly. This adds to the traditional constraint of path dependency: not only is the future of a system shaped by the path it took in the past, but the option of ``turning around'' in the chosen path is closed off. A similar argument may apply to states. With each "higher" international culture states acquire rights – to sovereignty in the Lockean case, freedom from violence and security assistance in the Kantian – that they will be loathe to give up, whatever new institutions they may create in the future. […] the argument suggests that the history of international politics will be unidirectional: if there are any structural changes, they will be historically progressive.*

internacionalmente e menos por entendimentos particulares de um(a) governante. Em outras palavras, as crenças e as expectativas que os Estados têm uns em relação aos outros orientariam os significados de uso do poder material que cada um detém. Conforme exemplifica:

> Quinhentas armas nucleares do Reino Unido são menos ameaçadoras para os Estados Unidos do que cinco da Coreia do Norte, por causa dos entendimentos compartilhados que baseiam seu uso. O que dá significado a forças de destruição são [...] as ideias compartilhadas, sejam cooperativas ou conflitivas, que estruturam a violência entre Estados (WENDT, 1999, p. 255, tradução nossa[83]).

A postura coletiva dos Estados, ao longo do século XX, de estipular limites maiores para a guerra e para o uso de armamentos, por meio da proliferação de tratados e criação de instituições internacionais, ainda que precárias em termos de coerção, seria a prova, para Wendt (1999), de que o poder material submete-se, em alguma medida, a ideias compartilhadas no sistema internacional. Assim, nas culturas lockeana e kantiana, Estados poderiam seguir aumentando seu poder militar e mesmo assim não poderiam utilizá-lo livremente, devido aos entendimentos mais restritivos sobre o seu uso, em comparação à cultura hobbesiana.

Contudo, Wendt (1999) admite que há ao menos três axiomas sobre quando a força material independeria do contexto cultural. Em primeiro lugar, a distribuição do poder material entre países afeta a probabilidade de certos acontecimentos: é baixa a possibilidade de um Estado militarmente fraco conquistar um Estado militarmente forte. Em segundo lugar, a qualidade do poder material distribuído importa: Estados com tecnologia mais avançada tendem a impor vontades sobre Estados com tecnologia relativamente obsoleta. Em terceiro lugar, a produção de poder material é desigual devido a condições difíceis de alterar, como geografia e disponibilidade de recursos naturais. Estes três axiomas dariam limites importantes para a agência dos Estados. Em síntese, o autor admite que "efeitos [de força material bruta] interagem com interesses e com cultura para dispor a ação social e os sistemas em certas direções e não em outras (WENDT, 1999, p. 111-112, tradução nossa[84]).

Deste modo, a teoria wendtiana sofistica conceitualmente o que Bull já havia expressado: os rumos da cultura de anarquia são influenciados pela distribuição de poder material entre Estados no sistema. Logo, apesar de mudanças da cultura de anarquia serem

---

[83] No original: *Five hundred British nuclear weapons are less threatening to the US than five North Korean ones because of the shared understandings that underpin them. What gives meaning to the forces of destruction are […] the shared ideas, whether cooperative or conflictual, that structure violence between states*.

[84] No original: *These effects interact with interests and culture to dispose social action and systems in certain directions and not others. The term ``interaction'' is significant here, since it means that at some level material forces are constituted independent of society, and affect society in a causal way. Material forces are not constituted solely by social meanings,61 and social meanings are not immune to material effects*.

possíveis, não se assume que sejam fáceis ou mesmo realizáveis em determinados contextos. Wendt (1999) reconhece que obstáculos como balanças de poder entre Estados, além de problemas de ação coletiva e dificuldades de institucionalização, são variáveis importantes para haver ou não uma mudança na cultura de anarquia. Isto ocorreria apenas quando a quantidade de Estados insatisfeitos e interessados em um revisionismo for maior do que a quantidade de Estados satisfeitos com o *status quo* e interessados em mantê-lo. Em outros termos, diferentes distribuições de interesses entre os Estados a respeito de como a cultura de anarquia deve funcionar geram possibilidades distintas de conservá-la ou mudá-la. Os interesses de conservação e mudança cultural, por sua vez, dependeriam das crenças que governantes dos Estados têm, em uma dada conjuntura, sobre a utilização ideal do poder material no mundo.

Aqui começa uma contribuição original de Wendt (1999), em relação a Wight, Bull e Hurrell, para pensar a relação entre superestrutura cultural internacional e agência de governantes. Conhecimento é definido por ele como qualquer ideia que um ator julga verdadeira e usa para formular seus interesses. Na política internacional, o conhecimento seria de dois tipos: privado a um Estado ou compartilhado entre Estados. O compartilhamento de conhecimento entre Estados, por sua vez, daria origem a dois tipos de estrutura cultural no sistema de Estados: as microestruturas e a macroestrutura.

Uma microestrutura seria formada pela interação dos conhecimentos privados de dois ou mais Estados sobre como devem administrar a violência entre si. Haveria tantas microestruturas quantas forem as relações entre os Estados, sejam bilaterais, trilaterais ou multilaterais. As ideias dos diferentes Estados, em uma dada relação, sobre como devem usar a força entre si produziriam um *conhecimento comum*. Este permitiria que os Estados diminuam incertezas e coordenem expectativas de interação no curto prazo. Não significaria que os Estados desta relação passam a agir do mesmo modo, mas sim que podem agir de modo semelhante, seja de forma cooperativa ou conflitiva. Os Estados podem, ainda, ter o interesse de manter ou alterar o conhecimento comum sobre uso da força, o que caracterizaria uma *distribuição de interesses* entre eles, cujo efeito prático pode ser a aceitação ou a negação da *distribuição de poder material* entre eles.

Por sua vez, a macroestrutura seria formada pelo conjunto de conhecimentos comuns de todos os Estados no longo prazo. Existiria apenas uma macroestrutura no sistema internacional, criada pelos padrões de ideias que as múltiplas interações dos Estados nas microestruturas manifestam. Estes padrões gerariam um *conhecimento coletivo*, isto é, um conhecimento produzido pelos comportamentos reiterados dos Estados no longo prazo. Ao

contrário do que acontece com o conhecimento comum, os Estados não decidem compartilhar o conhecimento coletivo. Este seria uma acumulação histórica de ideias, socializadas ao longo de gerações de indivíduos, que produziria uma cultura que predomina de forma resistente. Exemplos de conhecimento coletivo seriam as culturas de anarquia, o capitalismo e o regime de livre comércio. Para Wendt (1999),

> estruturas do conhecimento coletivo dependem, para sua existência e seus efeitos, de microfundamentos nos níveis da unidade e da interação; sem agentes e processos, não há estrutura. [...] Em contraste com o conhecimento comum, os padrões de comportamento que suscitam não mudam apenas porque seus elementos mudam, ainda que – por uma questão de superveniência – uma mudança no nível macro implique uma mudança no nível micro (WENDT, 1999, p. 164, tradução nossa[85]).

Estes entendimentos de Wendt representam noções substancialmente distintas às da escola realista, que apresentamos no capítulo 5, sobre por que Estados buscam aumentar seu poder material, ou, em outros termos, *para que* desejam ascender na hierarquia de poder internacional. No realismo, estipula-se que o acúmulo de poder material é a maior garantia para a segurança e a sobrevivência de um Estado em um mundo anárquico, sem governo central institucionalizado. Por sua vez, o argumento de Wendt é que acumular poder material não é um fim em si mesmo, mas sim um meio para um país socializar ideias aos demais sobre como o poder material deve ser utilizado por todos.

Na macroestrutura cultural, um Estado não seria capaz de alterar o conhecimento coletivo no curto prazo, por tratar-se de um processo que envolve todos os Estados, ao longo do tempo. Entretanto, nas microestruturas culturais, um Estado teria poder para alterar vários conhecimentos comuns, no curto prazo, pois estes seriam produzidos pela interação cotidiana entre Estados. É lógico admitir, por conseguinte, que Estados que aumentam a quantidade e a intensidade de interações com outros Estados elevam sua influência no nível micro, isto é, na construção dos conhecimentos comuns. E se é a partir dos conhecimentos comuns do nível micro que surge, no longo prazo, o conhecimento coletivo do nível macro, conclui-se que um Estado que aumenta sua influência no nível micro eleva também sua influência sobre a construção do conhecimento coletivo no nível macro, incluindo a cultura de anarquia (ou o capitalismo). Tem-se, portanto, que um Estado que constrói poder material aumenta a sua capacidade de tornar hegemônica uma das tradições do pensamento internacional.

---

[85] No original: *Collective knowledge structures depend for their existence and effects on microfoundations at the unit- and interaction-level; without agents and process there is no structure*. […] *In contrast to common knowledge, structures of collective knowledge and the patterns of behavior to which they give rise do not by definition change simply because their elements have changed, even though – by supervenience – a change at the macro-level does imply one at the micro-level.*

Pode-se questionar por que a análise da política internacional deveria deixar de ser feita apenas nos termos realistas, já que acumular poder material seria a base para um Estado aumentar a sua influência sobre os rumos da cultura de anarquia. A resposta é que aceitar a concepção sobre cultura internacional de Wendt abre espaço para uma definição sobre *para que* Estados utilizam seu poder ou almejam aumentá-lo: para organizar a violência no sistema internacional a partir das crenças de uma tradição do pensamento político internacional, que socializam nas suas relações da microestrutura cultural, esperando que se tornem hegemônicas na macroestrutura cultural.

Não precisamos assumir o argumento de Wendt de que o idealismo é mais importante do que o materialismo nas relações internacionais (seus próprios axiomas no sentido contrário enfraquecem-no o suficiente), mas sim concordar que a hegemonia de um ou outro conjunto de ideias pode mudar qualitativamente a ordem mundial e depende da distribuição de interesses dos países em conservá-la ou alterá-la. Isto, por sua vez, oferece-nos as condições de assumirmos que aproximações ou afastamentos entre países pautam-se, em parte, pela existência de *coalizões ideológicas internacionais* a favor ou contra a hegemonia de determinada tradição do pensamento político internacional.

Contudo, cumpre enfrentar a noção wendtiana de que existiria uma teleologia da cultura de anarquia em direção ao liberalismo kantiano, o que anularia, de antemão, a possibilidade de disputas significativas sobre seus rumos. Esta noção está ligada à teorização do autor sobre os Estados. Ele concebe-os como unidades que têm aprendizados acumulados, desde a antiguidade clássica, sobre como relacionar-se entre si e pressupõe que todas as sociedades tendem a concordar sobre qual é o melhor modo de organizar a sua interação. Em outros termos, a experiência histórica das relações entre Estados revelaria a todos, do mesmo modo, as melhores e as piores ideias sobre como conduzi-las.

Retomemos, agora, que a teoria wendtiana postula que o sistema internacional constitui, para além das possibilidades de comportamento dos Estados, as suas identidades. Isto quer dizer que Wendt compreende que o modo como os Estados organizam a violência coletivamente está ligado, em parte, à identidade que assumem. Logo, se haveria uma teleologia sobre como a violência deve ser praticada, exige-se, também, que haja uma teleologia sobre a identidade que Estados assumem. E se o futuro da cultura de anarquia é kantiano, o que o autor pressupõe é que os Estados tendem a assumir identidades baseadas no liberalismo kantiano.

É incompatível com a teoria crítica, seja do Norte ou do Sul, conceber que Estados (construções europeias que surgem na transição do feudalismo para o capitalismo) existem

desde a antiguidade clássica, o que apenas pode ser admitido por alguém situado bem longe do materialismo histórico. Wendt está descolando um elemento da superestrutura social (o Estado) em relação à infraestrutura, de modo que mudanças na ordem econômica de uma sociedade não implicariam alterações qualitativas na ordem política, ponto que já rebatemos no capítulo 4, quando tratamos da sociologia história francesa das Relações Internacionais. Ainda assim, detenhamo-nos na teorização que Wendt elabora especificamente sobre identidade de Estado, a qual oferece conceitos úteis para análises de política externa.

6.3.1 As quatro identidades do Estado: pessoal, forma, papel e coletiva

Wendt (1999) define o Estado como um ente unitário antropomórfico que possui identidade, isto é, que tem certas ideias sobre quem se é em determinada situação. É a partir da sua identidade que um Estado forma seus interesses, que, por sua vez, orientariam seu comportamento no plano internacional. Longe de concepções realistas sobre o Estado como ente unitário, o autor divide a identidade do Estado em quatro tipos, do mais essencial ao menos. Cada tipo seria constituído distintamente por dinâmicas domésticas (relação entre Estado e sociedade) ou internacionais (relação entre Estados).

A identidade mais essencial, que todos os Estados teriam, é a *identidade pessoal do Estado*. Reuniria cinco atributos, imutáveis desde a antiguidade clássica: um território, uma sociedade, uma ordem institucional-legal (princípios, regras e normas que governam a sociedade), uma organização que opera o monopólio legítimo do uso da violência (polícia e forças armadas) e uma organização que opera a soberania (governo e funcionários administrativos). Esta identidade pessoal seria trans-histórica. Diferenciações de Estados ao longo do tempo seriam concebíveis apenas a partir dos demais tipos de identidade[86].

A identidade pessoal do Estado seria constituída apenas pela relação Estado-sociedade no plano doméstico. Wendt (1999) entende que o Estado existe, primordialmente, em relação à sociedade que governa. Por isto, os cinco atributos da identidade pessoal do Estado não dependeriam das relações com outros Estados para existir. O autor rejeita, inclusive, a ideia de que a soberania pressupõe uma sociedade de Estados (algo que, sem dúvida, a história de qualquer sociedade periférica teria dificuldade em comprovar):

> Contrariamente a alguns construtivistas [pós-modernos], [...] a soberania é intrínseca ao Estado, não contingente. Soberania empírica pode existir sem soberania jurídica. Reconhecimento confere aos Estados certos poderes em uma sociedade de Estados,

[86] Wendt (1999) assume que faz uma associação entre Estados e indivíduos: assim como todos os indivíduos de todas as épocas teriam corpos, todos os Estados sempre teriam os cinco atributos mencionados.

> mas a liberdade com relação a autoridades externas *per se* não o pressupõe. Esta é uma fonte importante para o caráter essencialista do meu argumento (WENDT, 1999, p. 209, tradução nossa[87]).

A identidade pessoal funcionaria como uma plataforma para as demais identidades do Estado. Logo em seguida, formando uma espécie de segunda camada, haveria a *identidade de forma do Estado*. Corresponderia aos regimes econômico e político do Estado, que organizam a posse e o controle dos meios de produção e de destruição na sociedade. A forma dO Estado é responsável por dar uma organização particular aos cinco atributos pessoais do Estado. Exemplos desta identidade incluiriam formas de Estado capitalistas, socialistas, monárquicas, fascistas e democráticas.

Uma forma de Estado seria constituída, via de regra, na relação entre Estado e sociedade do plano doméstico. Segundo Wendt (1999), *excepcionalmente*, poderia ser *causada* pela interação com outros Estados – cita como exemplo a imposição da democracia no Japão após 1945, quando foi ocupado pelos Estados Unidos –, mas, "em um sentido constitutivo, são exógenas ao sistema porque não dependem de outros Estados para a sua existência" (WENDT, 1999, p. 226, tradução nossa[88]) – ou seja, conforme também exemplifica, um Estado poderia ser democrático por si só, a depender apenas da cultura política da sua sociedade. Expresso ainda de outro modo, "as características que embasam as identidades de forma são fundamentalmente intrínsecas aos atores" e, portanto, "pré-sociais" (WENDT, 1999, p. 226-227, tradução nossa[89]). A desconsideração reiterada sobre as dinâmicas de centro-periferia impressiona[90].

A terceira camada de identidade seria a *identidade de papel do Estado*. Corresponderia ao desempenho de uma função pelo Estado no sistema internacional ao dar-lhe um comportamento esperado em relação a Estados que possuírem contra-papéis. Não haveria um número mínimo ou máximo de papéis para um Estado. Exemplos incluíram os papéis de Estado hobbesiano (ou inimigo), lockeano (ou rival) e kantiano (ou amigo), predominantes, respectivamente, na cultura de anarquia hobbesiana, lockeana e kantiana. Outro exemplo, na

---

[87] No original: *In contrast to some constructivists, […] sovereignty is intrinsic to the state, not contingent. Empirical statehood can exist without juridical statehood. Recognition confers upon states certain powers in a society of states, but freedom from external authority per se does not presuppose it. This is an important source of the essentialist character of my argument.*

[88] No original: *in a constitutive sense they are exogenous to the states system because they do not depend on other states for their existence*.

[89] No original: *the characteristics that underlie type identities are at base intrinsic to actors […] the characteristics that give rise to type identities are pre-social.*

[90] Wendt (1999) está se baseando, novamente, em uma comparação de Estados com indivíduos. Seriam atributos individuais de forma, por exemplo, idade, preferência partidária e orientação sexual. Um indivíduo não dependeria de interações particulares com indivíduos específicos para dar um conteúdo a estas características.

cultura de anarquia lockeana, seria o papel de Estado soberano, atribuído por outros Estados quando aceitam juridicamente uma soberania alheia sobre um território e uma sociedade.

Ao contrário dos tipos anteriores de identidade, um papel de Estado não poderia se constituir a partir da relação entre Estado e sociedade, mas apenas da relação de um Estado com outro e, mais especificamente, de como eles se percebem na relação *eu-outro*. Assim, papeis de Estado

> apenas existem como tais quando são culturalmente reconhecidos. Ao passo que este reconhecimento é parcialmente externo, dado por entendimentos de *outros*, também é interno ao que Mead chamou de *eu*: significados que o ator atribui a si mesmo quando se pensa a partir de perspectivas alheias. Esta disposição em definir o *eu* com referência ao *outro* é um elo-chave na corrente pela qual a cultura constitui os agentes (WENDT, 1999, p. 182, tradução nossa[91]).

Ao reconhecer a importância da dimensão doméstica para as concepções de papel nacional, Wendt (1999) postula que *as opções de papel que um Estado pode ter seriam constrangidas pelas identidades pessoal e de forma, por estas serem mais fundamentais.* Ou seja, os cinco atributos essenciais e os regimes político e econômico do Estado não determinariam papeis, mas delimitariam as possibilidades de papeis que um Estado pode assumir, pois forneceriam elementos para este Estado se perceber em relação a outros, em uma dada conjuntura.

Wendt (1999) exemplifica este ponto com o Estado monárquico e o Estado socialista: tratam-se de formas de Estado que constrangem, sem determinar, papeis no plano internacional, pois dois Estados monárquicos ou dois Estados socialistas podem ser amigos ou rivais, entre si, a depender das crenças que socializam nas suas relações bilaterais. A socialização de crenças incluiria tanto mecanismos de imitação (imita-se o papel daquele Estado que é percebido como exitoso, seja qual for a interpretação que se tenha de êxito), quanto mecanismos de aprendizado social (aprende-se um papel em resposta a como se é tratado por outro Estado no que concerne recompensas e punições). Em alguns casos, um papel de Estado poderia ser uma imposição, quando a força de crenças compartilhadas no plano internacional seria tanta que se tornaria praticamente impossível para um Estado abandonar determinado papel – Wendt (1999) cita como exemplo o conflito árabe-israelense, em que os papeis de inimigo seriam forçados por representações poderosas de *eu* e *outro* socializadas internacionalmente, no longo prazo.

---

[91] No original: *While this recognition is partly external, out there in the understandings of Others, it is also internal, in what Mead called the ``Me'': the meanings an actor attributes to itself while taking the perspective of Others, while seeing itself as a social object. This willingness to define the Self by reference to how Others see it is a key link in the chain by which culture constitutes agents.*

Por último, a quarta camada de identidade do Estado seria a *identidade coletiva do Estado*, que um Estado pode ou não ter. Surge quando dois ou mais Estados se identificam entre si no sistema internacional com tamanha intensidade que esmaecem os limites cognitivos entre *eu* e o*utro*, de modo que o bem-estar de um passa a depender do outro. Haveria uma espécie de ultrapassagem das fronteiras territoriais, no plano mental, por novas fronteiras, cognitivas e compartilhadas. No mundo real, os Estados seguem diferenciados, porém passam a estabelecer o que o autor chama de região cognitiva para atingir um interesse comum em temas específicos ou contra ameaças particulares por meio de ação coletiva. As identidades coletivas seriam um tipo específico de identidades de papel, de modo que também dependeriam do sistema internacional para existir e seriam constrangidas pelas identidades pessoal e de forma.

Exemplos de identidades coletivas seriam as identidades de Estado lockeana e kantiana quando internalizadas no grau mais alto, contexto em que, segundo Wendt (1999), dão aos atores um interesse na preservação de sua cultura. Neste caso, Estados lockeanos agiriam coletivamente para punir ameaças à sobrevivência de um Estado, ao passo que Estados kantianos atuariam em grupo para dissuadir qualquer ameaça militar no mundo, ponha ela em risco a sobrevivência de um Estado ou não, como na União Europeia. Por este raciocínio, o autor assume que mudanças na cultura de anarquia, na macroestrutura, dependeriam da formação de identidades coletivas, nas microestruturas. Isto reforça por que uma cultura de anarquia demoraria para mudar: pois dependeria do momento em que Estados, em peso significativo, conformam uma identidade coletiva e um ponto de virada é atingido na distribuição internacional de interesses. Nos termos de Wendt (1999, p. 336-337, tradução nossa[92]): "mudanças estruturais ocorrem quando atores redefinem quem são e o que querem".

Ora, vejamos. Em primeiro lugar, a concepção de uma identidade coletiva entre Estados reforça a ideia de que eles formam coalizões ideológicas em favor ou contra determinada tradição do pensamento internacional. Em segundo lugar, parece-nos evidente que o conceito de identidade pessoal do Estado é inconciliável com o materialismo histórico, pois pressupõe um essencialismo trans-histórico do que sejam noções como território, sociedade, governo e monopólio legítimo do uso da violência. Para uma perspectiva materialista, apenas tem sentido a articulação que é feita destes elementos em configurações particulares de forma do Estado, que devem ser reconhecidas, portanto, como a camada mais básica de suas identidades.

---

[92] No original: *Structural change occurs when actors redefine who they are and what they want.*

Em terceiro lugar, quando Wendt assume que apenas identidades de papel e coletivas se formam no plano internacional, distancia-se do pressuposto, caro à teoria crítica brasileira sobre importação de ideias, de que ideias sobre formas de Estado são exportadas e importadas entre países. A compreensão estreita da realidade por Wendt apaga as relações de dependência que constrangem a construção de formas de Estado na maioria das sociedades do mundo. Uma vez formalmente livres dos processos de colonização, sociedades latino-americanas, africanas e asiáticas viram-se na tarefa de construírem Estados próprios. A posição de Wendt indicaria que o complexo Estado-sociedade, nestes locais, teve êxito em decidir, *per se*, quais regimes políticos e econômicos seriam constituídos. A história não poderia ter sido mais diferente. Os regimes de Estados periféricos foram e são constituídos sob a influência de países cêntricos, por meio de pressões culturais e materiais, posto que as culturas domésticas são formadas, em grande medida, por ideias importadas que frequentemente não são acompanhadas dos recursos e dos direitos de propriedade necessários para se concretizá-las.

A despeito destas limitações, nos é útil, para fins analíticos, a sua ideia de que uma forma de Estado constrange as opções de papel que um país pode desempenhar na política internacional, em uma dada conjuntura. Em outros termos, isto significa aceitar que formas de Estado delimitam – mas não determinam – rumos para a política externa. Chegamos, assim, ao último ponto da teorização de Wendt (1999): o espaço que cabe à agência de um(a) governante para vincular uma forma e um papel de Estado.

6.3.2 A reprodução das identidades do Estado e as escolhas subjetivas das autoridades

O foco privilegiado da obra de Wendt (1999) é desenvolver os entendimentos sobre a estrutura cultural internacional e a identidade dos Estados, de modo que trata relativamente menos da agência de governantes dos Estados. As identidades de um Estado são entendidas pelo autor como necessidades para a sua existência: uma vez constituídas, determinam interesses e, por conseguinte, comportamentos no sistema internacional. Um Estado apenas poderia querer algo e fazer algo, no plano internacional, depois de saber quem é. Uma vez havendo esta segurança ontológica, nos termos do autor, as autoridades do Estado atuariam para reproduzir as identidades dele no tempo. Portanto, ações de política externa são entendidas como meios que governantes empregam para reproduzir uma identidade de Estado.

Surge, assim, uma distinção entre *constituição* das identidades de Estado e *reprodução* destas identidades. No processo de constituição, explicado anteriormente, as identidades pessoal e de forma seriam criadas na relação entre Estado e sociedade, enquanto as identidades de papel e coletiva apenas existiriam a partir da relação entre Estados. Por sua vez, no processo de reprodução, todas as identidades demandariam, em alguma medida, ações de política externa. Isto significa que, apesar de a constituição das identidades pessoal e de forma ocorrer no complexo Estado-sociedade, a sua reprodução sempre dependeria da política externa. Em outras palavras, para Wendt (1999), um Estado teria tanto seus cinco atributos pessoais (território, sociedade, ordem institucional-legal, agentes de segurança e agentes administrativos), quanto seus regimes político e econômico, definidos na relação com a sociedade, porém dependeria de ações no plano internacional para mantê-los.

Além disso, a reprodução de cada identidade de Estado dependeria da satisfação de *interesses objetivos (necessários)* e *interesses subjetivos (percebidos)*. Wendt (1999) define interesses como ideias sobre como atender necessidades. Os interesses objetivos seriam todos aqueles que, se não atendidos, levariam à destruição da identidade do Estado, independentemente das crenças das autoridades governantes, como neste exemplo:

> Os Estados Unidos não podem ser um Estado sem o monopólio sobre a violência organizada (identidade pessoal), um Estado capitalista sem a imposição de direitos de propriedade privada (identidade de forma), um Estado hegêmona sem seus clientes (identidade de papel) e um Estado ocidental sem a solidariedade de outros Estados ocidentais (identidade coletiva). Tais necessidades são "objetivas" no sentido de que existem mesmo que o governo dos Estados Unidos não esteja ciente delas (WENDT, 1999, p. 232, tradução nossa[93]).

Wendt (1999) estipula apenas quais seriam os interesses objetivos para a reprodução da identidade pessoal. Sempre seriam quatro: sobrevivência física, autonomia (habilidade para controlar, domesticamente, trocas de governo no comando do Estado e alocar recursos econômicos), bem-estar econômico (manutenção de um modo de produção e, por extensão, da base de recursos do Estado) e autoestima coletiva (satisfação da sociedade em relação ao seu *status* no mundo, o que envolve percepções de *eu-outro*)[94]. A este conjunto, o autor dá o nome de "interesse nacional". Por sua vez, os interesses objetivos para a reprodução de identidades de forma, papel e coletiva seriam mais numerosos e variáveis histórica e

[93] No original: *the US cannot be a state without its monopoly on organized violence (corporate), a capitalist state without enforcing private property rights (type), a hegemon without its clients (role), and a member of the West without its solidarity with other Western states (collective). Such needs are ``objective'' in the sense that they exist even if the US government is not aware of them*.

[94] Para estipular os interesses objetivos da identidade pessoal, Wendt (1999) traça, novamente, uma analogia com indivíduos, cujas necessidades materiais poderiam ser resumidas a cinco, em ordem de importância decrescente: segurança física, segurança ontológica (expectativas relativamente estáveis sobre os mundos natural e social), sociabilidade, autoestima e transcendência (melhoria da condição de vida).

culturalmente, de modo que Wendt (1999) afirma que uma generalização a respeito deles seria impossível.

Por sua vez, os interesses subjetivos seriam todos aqueles que, se atendidos, reforçam a reprodução de uma identidade de Estado. Dependeriam das crenças que as autoridades do Estado têm, em uma dada conjuntura percebida por elas, sobre a melhor forma de reproduzir esta identidade, o que também impede generalizações, desta vez inclusive para a identidade pessoal. Um exemplo de interesse subjetivo mencionado por Wendt (1999) seria a autoajuda, modo pelo qual um Estado trata outros de forma instrumental (sem consideração pelo seu bem-estar) para reproduzir uma identidade pessoal, de forma ou de papel. Identidades coletivas kantianas apenas seriam concebíveis porque a autoajuda corresponderia a um interesse subjetivo, e não objetivo.

É apenas isto que Wendt (1999) tem a dizer sobre a agência de governantes. No entanto, incentiva aproximações maiores entre sua teoria e a APE:

> Uma preocupação sobre como poder e interesse são constituídos por ideias é compartilhada pela tradição fenomenológica de estudos de tomada de decisão em política externa, que pode ser comparada por causa da sua ênfase em percepções individuais. Seria interessante explorar o que uma abordagem construtivista poderia adicionar a esta abordagem (WENDT, 1999, p. 371, tradução nossa[95]).

A distinção elaborada pelo autor entre interesses objetivos e subjetivos nos parece pouco convincente. Não é compreensível em que medida os elementos da identidade pessoal – sobrevivência, autonomia, bem-estar econômico e autoestima coletiva de um país – não dependem, também, do significado subjetivo que as autoridades estatais lhes atribuem, em determinado governo. Assumir o interesse nacional como sendo autoevidente, para qualquer governo que assuma o comando do Estado, significaria que toda a sociedade se satisfaz com as mesmas políticas públicas adotadas para se reproduzir sobrevivência física, autonomia, bem-estar econômico e autoestima coletiva, o que é obviamente falso. Não há motivo para aceitarmos, tampouco, que identidades de forma, papel e coletivas exijam interesses objetivos para a sua reprodução. Assumir este tipo de objetividade trata-se de uma simplificação teórica que foge da realidade e reflete um positivismo datado do século XIX. Mas é ela, precisamente, que está por trás da noção de teleologia da cultura de anarquia de Wendt: assumir que um país tem interesses nacionais indiscutíveis em itens tão complexos como os quatro mencionados é o primeiro passo para iludir-se de que o liberalismo kantiano será, indisputadamente, uma unanimidade entre a humanidade inteira.

---

[95] No original: *A concern with how power and interest are constituted by ideas is shared by the phenomenological tradition in the study of foreign policy decision-making, which might be likened to a "subjectivist"' approach to ideas because of its emphasis on individual perceptions. It would be interesting to explore what, if anything, a more selfconsciously constructivist approach might add to this approach.*

Assumindo, criticamente, que o futuro está em aberto, pois a reprodução de formas e papeis de Estado sempre depende das escolhas subjetivas de governantes, levemos a lógica de Wendt às últimas consequências para entender seus efeitos sobre a política externa, adotando uma perspectiva materialista, distante da fenomenologia. A ideia de que a reprodução da forma de um Estado depende de ações no plano internacional pode ser exemplificada por um Estado capitalista ou socialista que precisa de recursos de fora do seu território para sustentar este capitalismo. O modo de obter estes recursos, por sua vez, pode variar conforme as crenças subjetivas das autoridades governantes: o Estado pode agir com mais ou menos violência – por guerra ou comercio, por exemplo – para obter tais recursos de outros países, a depender do governo de ocasião. A cultura de anarquia predominante sobre o uso da violência constrange, mas não determina, opções para o emprego de força.

Ademais, se as capacidades materiais de um Estado não são negligenciáveis na política internacional, então tem-se que, quanto mais poderoso um Estado for, mais importância terá para as dinâmicas de reprodução das formas de outros Estados, por poder inviabilizá-las ou não com o uso da força. Isto quer dizer que a reprodução de regimes políticos democráticos ou regimes econômicos industrializantes, em países relativamente fracos, por exemplo, pode ser afetada por quem sejam os(as) governantes de Estados de grandes potências e como decidem empregar a força. Em outros termos, grandes potências podem fazer usos distintos de força contra potências menores, a depender das crenças das autoridades sobre o melhor modo de reproduzir a forma dos seus respectivos Estados capitalistas ou socialistas.

Além disso, a teoria permite estipular que um Estado pode assumir inúmeros papeis em relação a outro Estado, no mesmo período de tempo, conforme sejam os interesses que suas autoridades concebem para a reprodução da forma do seu respectivo Estado. Deste modo, pode-se admitir a existência de comportamentos multifacetados conforme interesses temáticos. Por exemplo, o governo de um país A pode discordar do governo de um país B em matéria de direitos humanos, por constrangimentos dos regimes políticos de cada Estado, o que leva-os a assumir papeis de Estado diferentes em negociações multilaterais sobre direitos humanos. Porém ambos os governos podem concordar em matérias comerciais, devido a constrangimentos de regimes econômicos semelhantes, adotando os mesmos papeis de Estado em negociações multilaterais do regime comercial internacional. Assim, uma definição rígida e inflexível no tempo entre ser pró ou contra determinado país B, como exige a noção realista de balança de poder, pode ser abandonada em favor da noção de que A se afasta ou se

aproxima de B devido à soma de convergências e divergências entre papeis dos seus Estados, os quais podem mudar no tempo e no espaço, conforme os governos de ocasião.

Concluímos, assim, nossa redução da teoria de Wendt. Se Wight, Bull e Hurrell trabalharam o conteúdo das três tradições de pensamento político internacional, Wendt, por sua vez, completou lacunas teóricas sobre como uma tradição torna-se a cultura política hegemônica na superestrutura internacional. Trata-se de um tema pouco aprofundado na teoria crítica brasileira sobre importação de ideias. O processo é pautado, sobretudo, por duas variáveis: a primeira, extraída da escola realista, é o *status quo* da distribuição de poder material entre os países; a segunda, proposta por Wendt, são as crenças de governantes sobre o melhor modo de reproduzir a forma do seu Estado, o que exige a vinculação a um papel de Estado. Este é responsável por situar o país em uma coalizão ideológica internacional, a fim de mudar ou conservar a cultura de anarquia hegemônica, que é sustentada pela balança de poder internacional, em uma dada conjuntura. Isto, por sua vez, interfere nas relações bilaterias que o país persegue.

A ideia de que uma forma de Estado constrange as opções de papel de Estado sugere que as crenças sobre regime político e regime econômico que existem no ambiente doméstico de um país associam-se a crenças sobre papel, ainda que não as determinem, pois a subjetividade com que governantes percebem a conjuntura do mundo é assumida como uma variável interveniente na tradução prática de uma forma de Estado em um papel de Estado. Em outros termos, reconhece-se que o indivíduo governante tem espaço para agir em meio à estrutura cultural da sociedade em que vive. No capítulo a seguir, elaboramos hipóteses sobre a vinculação que haveria entre formas e papeis de Estado nas ideologias da cultura política brasileira, a fim de viabilizar investigações empíricas sobre a influência de uma ideologia nas percepções de mundo de um(a) Presidente da República.

7 **HIPÓTESES SOBRE AS ORIENTAÇÕES DE POLÍTICA EXTERNA INSCRITAS NAS IDEOLOGIAS POLÍTICAS BRASILEIRAS**

Neste capítulo, apresentamos hipóteses sobre como as tradições ideológicas do pensamento político brasileiro (conjuntos de crenças sobre a forma ideal do Estado, nos termos de Christian Lynch, que têm efeitos materiais para a relação entre classes sociais e países, na concepção de Hélio Jaguaribe, conforme apresentado no capítulo 4) conectam-se às tradições do pensamento político internacional (conjuntos de crenças sobre o papel ideal do Estado no mundo, consoante avançado por Martin Wight, Hedley Bull, Andrew Hurrell e Alexander Wendt e exposto criticamente no capítulo 6), de modo a ampliar a sugestão aberta pelo modelo interpretativo da política externa brasileira que seguimos (formulado por Maria Regina Soares de Lima e exposto no capítulo 5) de que haveria preferências distintas, na sociedade, pela adoção de um papel de seguidor ou de criador de normas internacionais. Estes papeis, respectivamente, levariam a importações copistas de ideias estrangeiras e à manutenção da dependência cultural do Brasil, ou a importações criativas de ideias formuladas coletivamente no plano internacional e a uma maior autonomia cultural do país.

O primeiro passo no nosso esforço é retomar a figura do campo de posições que Wight (1997) havia esboçado para representar, didaticamente, afastamentos ou aproximações de indivíduos em relação às três tradições do pensamento político internacional. Esta figura foi resgatada e incrementada por Buzan (2001), que incluiu os meios de avançá-las, concebidos por Wight, e inseriu fronteiras internas que apontam o espaço onde elas se aproximam, no mundo real. Adaptamos sua proposta conforme a figura 3. Mantivemos os termos originais de Wight (1997) para as três tradições, isto é, realista, racionalista e revolucionária, no lugar de maquiavélica, grotiana e kantiana, pois estas últimas diminuem o potencial analítico da sua tese. Entretanto, na subdivisão da tradição racionalista, trocamos a denominação da ala liberal, feita por Wight (1997), para ala igualitária, sem prejuízo do significativo, também com a finalidade de ampliar seu escopo, para além do liberalismo. Finalmente, preferimos adotar o conceito de sociedade mundial, formulado por Bull (1977), em vez de sociedade internacional, de Wight (1997), pois o primeiro expressa melhor o sentido da tradição revolucionária de fundar uma humanidade sem fronteiras.

Figura 3 – Distância entre indivíduos típicos das tradições do pensamento político internacional (aprimorado)



Fonte: Tradução e adaptação próprias da figura de Buzan (2001, p. 475)

A diferença primordial entre indivíduos revolucionários, racionalistas e realistas típicos está no grau de semelhança entre as formas dos Estados (regime político e regime econômico) que exigem para haver paz no mundo: alto grau de semelhança para revolucionários, que reivindicam o fim da diversidade de regimes, com o objetivo de integrar a humanidade em uma mesma estrutura social e, assim, eliminar a violência entre nações, seja usando força (revolucionários duros) ou persuasão (revolucionários leves), seja ainda buscando uma transição rápida (revolucionários imediatistas) ou lenta (revolucionários gradualistas); médio grau de semelhança para racionalistas, que apenas exigem racionalidade nas ações interestatais e aceitam a coexistência de regimes, com o objetivo de moderar a violência entre nações, entre as quais entende-se que algumas seriam responsáveis pelo desenvolvimento de outras (racionalistas conservadores) ou não (racionalistas igualitários); e baixo grau de semelhança para realistas, que apenas assumem que a relação deve ocorrer entre Estados que se reconhecem enquanto tais, não importando seus regimes, pois a violência

seguiria latente em qualquer caso, devendo os Estados adotar comportamentos ofensivos (realistas extremos) ou defensivos (realistas moderados). Em síntese, tem-se que a cultura política ocidental comporta projetos concorrentes de tolerância à diferença de formas de Estado no mundo.

As preferências de um(a) governante, em matéria de política externa, são orientadas pela forma que deseja dar ao seu Estado – se capitalista, socialista, autoritária, democrática, monárquica, republicana, presidencialista, parlamentarista etc. A forma do Estado constrange os papeis que este Estado assume, nas relações internacionais, para promover a cultura de anarquia que lhe dê suporte e permita a sua reprodução no tempo. Um papel de Estado pode ser entendido, assim, como o conjunto de crenças de uma tradição do pensamento político internacional sobre aqueles elementos que Wight (1997) primeiramente classificou como instituições internacionais: balança de poder, guerra, diplomacia, direito internacional e organizações internacionais.

No Brasil, conforme o modelo de Lynch sobre a política doméstica e alguns acréscimos nossos, explicados no capítulo 4, as tradições luzia e saquarema disputam o regime político do Estado, desde o século XIX, e seu regime econômico, a partir de meados do XX, quando então dividiram-se, cada qual, em alas de esquerda e direita. Sobrepondo as histórias brasileira e internacional (a partir da Guerra Fria), temos que, no período de 1945-88, existiram as ideologias saquarema de direita, representada pelo PSD; saquarema de extrema-direita, pelos militares; saquarema de esquerda, pelo PTB; luzia de direita, pela UDN; e luzia de esquerda, pelo PSB. Por sua vez, no período 1988-hoje, as ideologias saquarema de direita, saquarema de extrema-direita e luzia de esquerda perderam importância; a saquarema de esquerda passou a ser representada pelo PT, com um trabalhismo mais popular e menos tutelado pelo Estado, em comparação ao PTB varguista; a luzia de direita passou a ser capitaneada pelo PSDB; surgiu a saquarema de extrema-esquerda, encampada pelo PSOL, a favor de um socialismo democrático com preservação do Estado-nação; e, mais recentemente, despontou a luzia de extrema-direita, liderada pelo movimento bolsonarista, com respaldo expressivo de militares e defensor da prevalência de uma espécie de civilização judaico-cristã que unificaria a humanidade.

Para começar a associar cada uma destas ideologias às tradições de pensamento político internacional, temos, até aqui, um ponto inicial no modelo de Lima sobre política externa, segundo o qual o governo Cardoso (PSDB) adotou um papel de seguidor de normas internacionais (*rule taking*) nas organizações multilaterais, e o governo Lula (PT), de criador de normas (*rule making*). Isto já nos sugere que, no período 1988-hoje, a ideologia luzia de

direita (PSDB) inclina-se à tradição revolucionária, dada a tendência, à época, de copiar ideias hegemônicas sobre liberalismo kantiano socializadas pelos Estados Unidos, enquanto a ideologia saquarema de esquerda (PT) pende para a tradição realista ou racionalista, dada a maior resistência em aceitar as ideias de enfraquecimento do poder econômico do Estado.

Tendo em vista estas considerações, nossa hipótese específica, primeiramente, é a de que *toda a tradição luzia seria adepta da tradição revolucionária do pensamento internacional*. Seja a ala de esquerda, direita ou extrema-direita, nos períodos 1945-1988 e 1988-hoje, todas coincidiriam em apoiar um horizonte de enfraquecimento dos Estados-nações, abolição de fronteiras e integração da sociedade mundial sob um mesmo conjunto de princípios morais, ainda que este varie substantivamente: comunista, no caso do PSB da Guerra Fria; liberal, no caso de UDN/PSDB; e neofascista, no caso do movimento bolsonarista.

Sendo adepto do revolucionismo, qualquer governante da tradição luzia tenderia a ser crítico a formas de Estado, em outros países, que não correspondam à forma de Estado que prefere para o Brasil, já que este indivíduo seria favorável à uniformização das sociedades em todo o mundo a partir das ideias emanadas por um país-matriz ou um polo de países-matrizes, onde o poder material estaria concentrado e em relação ao qual o Brasil teria dependência econômica e cultural. A balança de poder internacional seria vista como uma instituição superável com a consolidação de uma unipolaridade. O direito internacional seria importante para padronizar os direitos nacionais. A diplomacia e as organizações internacionais seriam úteis para disseminar ideias e isolar Estados consideradas párias. Aproximações ou afastamentos bilaterais seriam decididos com base na percepção de semelhanças ou diferenças nas formas dos Estados (*tanto regime político quanto econômico*).

Entretanto, haveria uma distinção nos meios de se alcançar uma sociedade mundial. PSB e UDN/PSDB privilegiariam uma estratégia revolucionária gradual e leve de fusão de Estados semelhantes, através, no primeiro caso, de federações socialistas para planejar a transição ao comunismo ou, no segundo caso, de acordos econômicos de capitalismo de livre-mercado que levem a uma cosmópolis liberal. A estratégia gradual e leve deve-se ao reconhecimento de que o Estado brasileiro não tem capacidade militar para impor seus interesses de forma dura, por meio de guerra. Porém, no caso dos luzias de direita, tanto o apoio da UDN à promoção de ditaduras militares pelos Estados Unidos na Guerra Fria, quanto a atual inclinação de uma geração mais jovem do PSDB à desconstrução rápida do Estado, aproximariam esta ideologia da fronteira interna com o revolucionismo duro e imediato (ver figura 4). Por sua vez, o movimento bolsonarista estaria plenamente situado no

campo revolucionário duro e imediato, por meio de guerra de informação, com vistas a avançar um projeto de império centralizado politicamente nos Estados Unidos (desde que governado pela ala extremista do Partido Republicano), libertário na economia e ordenado socialmente por uma combinação de religião a marcadores de raça, gênero e sexualidade, em vez de nações, a partir de uma supremacia de homens cristãos ou judeus, brancos e heterossexuais. A guerra de informação seria possível com o avanço da internet.

Por outro lado, nossa suposição é de que *a tradição saquarema estaria dividida entre as tradições racionalista e realista do pensamento político internacional*. Pinheiro (2000; 2004) emprega os termos de Bull para apontar que a política externa brasileira teve inspiração grotiana (racionalista) nos governos do período 1961-64 e hobbesiana (realista) nos governos do período 1974-90. Não temos razão para discordar desta classificação. Ora, a influência ideológica sobre a política externa, no período 1961-1964, foi maior por parte de saquaremas de esquerda, se considerarmos a atuação de João Goulart e San Tiago Dantas, lideranças do PTB, nas coalizões de governo; e, no período 1974-90, por parte de saquaremas de extrema-direita, tratando-se dos militares.

Todas as ideologias saquaremas sempre teriam em comum a preferência por que o Estado continue sendo a unidade primordial da política internacional e, ainda que por razões diferentes, não seriam favoráveis à homogeneização das formas dos Estados no mundo. Coincidiriam em entender que um modo de se implantar o capitalismo ou o socialismo é contingente no espaço e no tempo, devendo refletir características próprias de cada país. Isto resulta na defesa, para o Brasil, de projetos de maior autonomia econômica e cultural em relação a outros países.

Apesar destes pontos em comum, saquaremas de direita (PSD da Guerra Fria) e de extrema-direita (militares na Guerra Fria) seriam realistas. Estariam orientados pela construção de um sistema de Estados, e não de uma sociedade de Estados. Naturalizariam a competição interestatal e o comportamento de autoproteção por parte do Brasil. Perceberiam o direito internacional e as organizações multilaterais como expressão, sobretudo, de interesses das grandes potências (sendo a OEA um caso emblemático do período da Guerra Fria). Ainda assim, ambos seriam instrumentos úteis a serem defendidos pelo Brasil, via diplomacia, para proteger potências menores contra agressões externas e para distribuir recursos econômicos ou criá-los coletivamente (sobretudo por meio do multilateralismo regional, como a proposta da Operação Pan-Americana e a criação da Associação Latino-Americana de Livre Comércio, ambas no governo JK), permitindo-lhes fortalecer seus Estados e o sistema estadocêntrico. A importação de ideias se daria por adaptação ao contexto brasileiro. Apoiariam uma balança de

poder multipolar, para reduzir riscos de unilateralismo por grandes potências. Reconheceriam que o Estado brasileiro não tem capacidade militar para adotar um realismo extremo e promover guerras. Entretanto, no que se refere a preferências de aproximação bilateral, os saquaremas de direita (PSD) e extrema-direita (militares) teriam diferenças. Na Guerra Fria, os governos Dutra, JK e militares coincidiram em privilegiar a interação com países de *regime econômico semelhante* (capitalista, em linhas gerais), ainda que, por raras vezes, tenham se afastado disto ao reconhecer governos socialistas na Ásia e na África. Entretanto, no caso dos militares, adicione-se o privilégio, também, a países de *regime político semelhante*, como demonstrado enfaticamente pela Operação Condor, montada com ditaduras vizinhas para perseguir, prender, torturar e matar suspeitos de comunismo. Comparativamente, isto situaria o PSD no campo do realismo moderado, mais próximo da fronteira com o racionalismo conservador, e os militares, no realismo extremo, mais inclinados a uma ampliação ofensiva das fronteiras ideológicas do Estado e, portanto, muito próximos da fronteira com o revolucionismo (de tipo fascista) (ver figura 4).

Por sua vez, saquaremas de esquerda (PTB da Guerra Fria e PT) e extrema-esquerda (PSOL) seriam racionalistas. Também buscariam uma balança de poder multipolar e a participação ativa do Brasil, via diplomacia, no desenvolvimento do direito internacional e das organizações multilaterais. Contudo, além dos motivos supracitados, veriam estes dois últimos elementos como espaços de diálogo capazes de criar uma cultura de cooperação entre países e de fortalecer uma sociedade de Estados, de modo que a importação por adaptação daria lugar a uma internalização de regras criadas coletivamente. A diferença entre estas duas vertentes estaria nos meios para se avançar o racionalismo: a saquarema de esquerda (PTB e PT) seria conservadora, próxima da fronteira com o realismo moderado, enquanto a saquarema de extrema-esquerda (PSOL) seria igualitária, muito próxima da fronteira com o revolucionismo (de tipo comunista) (ver figura 4). Isto se expressaria hoje, por um lado, na crença do PT de que o Brasil tem responsabilidade pelo desenvolvimento econômico de países mais pobres e um assento permanente a ocupar no Conselho de Segurança da ONU em nome da sua região; e, por outro lado, na crença do PSOL de que a política externa deve ser pautada mais pelos direitos humanos do que por investimentos de multinacionais e militarismo. Além disso, saquaremas de extrema-esquerda (PSOL) seriam mais sensíveis a avaliações sobre a *semelhança completa das formas de Estado* para decidir aproximações bilaterais, enquanto saquaremas de esquerda (PT), ainda que menos sectários, considerariam a *semelhança de regimes econômicos*, pois uma condescendência completa com a adoção de

regimes econômicos neoliberais, antiestatistas, entraria em contradição com a conservação da sociedade de Estados.

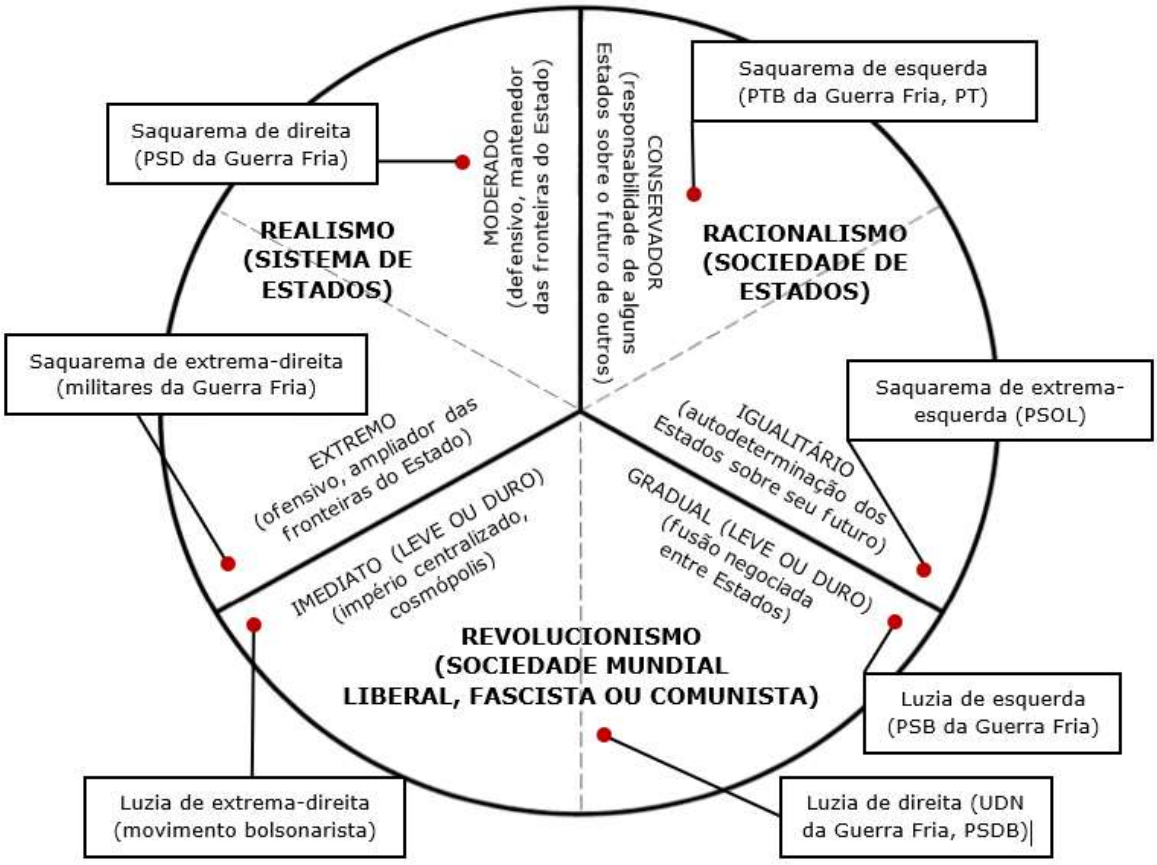
Como o Brasil não é uma grande potência e, assim, depende, em alguma medida, de recursos externos para se desenvolver, todas estas orientações ideais de política externa *jamais seriam suficientes para definir, sozinhas, os rumos da política externa*. Qualquer forma de Estado no mundo precisa de recursos materiais para ser reproduzida e, na periferia, a dependência externa a estes recursos é maior. Por esta razão, todas as ideologias brasileiras guardariam orientações, também, para se obter recursos materiais no plano externo, seja via comércio, atração de investimentos, captação de empréstimos ou formação de parcerias em ciência e tecnologia. O peso maior ou menor deste tipo de orientação na política externa dependeria da agência do governo.

Isto não significa, entretanto, que a busca por recursos materiais seja uma dimensão pragmática da política externa, livre de ideologia, o que seria incompatível com a epistemologia crítica. Aqui nos distanciamos da diferenciação que Pinheiro (2000; 2004) propõe entre americanismo ideológico e pragmático (ver capítulo 5). Como podemos extrair do modelo de Lima, os governos Dutra (PSD), Vargas (PTB), JK (PSD), Castelo Branco (militar) e Cardoso (PSDB) privilegiaram estratégias de atração de recursos materiais do Norte, especialmente dos Estados Unidos (paradigmas de alinhamento e credibilidade), enquanto os governos Quadros (PTN), Goulart (PTB), demais militares e Lula (PT) implementaram estratégias de atração de recursos do Norte combinada com construção de recursos com o Sul, especialmente via integração regional (paradigmas de diversificação e autonomia). Esta interpretação sugere que saquaremas de direita e extrema-direita (PSD e militares) oscilam entre uma e outra estratégia, podendo buscar recursos no Norte e no Sul conforme a conjuntura; que saquaremas de esquerda (PTB e PT) tendem a buscá-los simultaneamente no Norte e no Sul (neste segundo caso, justificada pela lógica da responsabilidade pelo desenvolvimento de países mais pobres); e que luzias de direita (UDN e PSDB) preferem buscá-los no Norte. Somemos a isto que luzias de extrema-direita (movimento bolsonarista) defendem um alinhamento automático com os Estados Unidos (se governado pela ala extremista do Partido Republicano), inclinando-se à obtenção de recursos no Norte, e que saquaremas de extrema-esquerda (PSOL) são vocais no privilégio à cooperação Sul-Sul, preferindo construí-los aí. Não temos razão para supor que o socialismo democrático sob hegemonia do PSB fosse diferente, neste ponto, do que o do PSOL, estando ambos tão distantes da tradição realista (ver figura 4).

Cabe registrar, finalmente, que toda hipótese é uma simplificação da realidade. Por isto, não pretendemos dar conta das coalizões partidárias que podem sustentar um governo, na prática, e que complexificam a aplicação de um projeto em particular.

A seguir, a figura 4 situa cada ideologia no campo de posições relativas, conforme imaginamos. Por sua vez, os quadros 4 e 5 resumem os papeis de Estado ideais de cada ideologia, para os períodos 1945-88 e 1988-hoje, respectivamente.

Figura 4 – Distância entre indivíduos típicos das tradições de pensamento político internacional no Brasil



Fonte: Elaboração própria

Quadro 4 – Papel do Estado conforme as ideologias brasileiras (período 1945-1988)

	Ideologia luzia de esquerda	**Ideologia luzia de direita**	**Ideologia saquarema de esquerda**	**Ideologia saquarema de direita**	**Ideologia saquarema de extrema-direita**
Representante emblemático	PSB	UDN	PTB	PSD	Militares
Tradição de pensamento internacional	Revolucionária comunista, gradual e leve	Revolucionária liberal, gradual e leve	Racionalismo conservador	Realismo moderado	Realismo extremo
Polaridade da balança de poder internacional	Unipolar	Unipolar	Multipolar	Multipolar	Multipolar
Preferência por diplomacia ou guerra	Diplomacia	Diplomacia	Diplomacia	Diplomacia	Diplomacia
Função de organização internacional (mundial e regional)	Facilitar a homogeneização de formas de Estado para haver uma sociedade mundial	Facilitar a homogeneização de formas de Estado para haver uma sociedade mundial	Permitir um pluralismo de formas de Estado na sociedade de Estados	Manter o sistema de Estados	Manter o sistema de Estados
Função do direito internacional	Padronizar direitos nacionais	Padronizar direitos nacionais	Absorver ideias das várias nações	Proteger interesses nacionais	Proteger interesses nacionais
Orientação para o Brasil em organizações internacionais	Importar por cópia as normas do(s) país(es)-matriz(es)	Importar por cópia as normas do(s) país(es)-matriz(es)	Internalizar as normas criadas em cooperação	Importar por adaptação as normas criadas que protejam interesses percebidos	Importar por adaptação as normas criadas que protejam interesses percebidos
Orientação para o Brasil em relações bilaterais	Aproximar-se pela semelhança de formas de Estado + Obter recursos materiais no Sul	Aproximar-se pela semelhança de formas de Estado + Obter recursos materiais no Norte	Aproximar-se pela semelhança de regimes econômicos + Obter recursos materiais no Norte/Sul	Aproximar-se pela semelhança de regimes econômicos + Obter recursos materiais no Norte/Sul	Aproximar-se pela semelhança de formas de Estado + Obter recursos materiais no Norte/Sul

Fonte: Elaboração própria.

Quadro 5 – Papel do Estado conforme as ideologias brasileiras (1988-hoje)

	Ideologia luzia de extrema-direita	**Ideologia luzia de direita**	**Ideologia saquarema de esquerda**	**Ideologia saquarema de extrema-esquerda**
Representante emblemático	Movimento bolsonarista	PSDB	PT	PSOL
Tradição de pensamento internacional	Revolucionário fascista, imediato e duro	Revolucionário liberal, gradual e leve	Racionalismo conservador	Racionalismo igualitário
Polaridade da balança de poder internacional	Unipolar	Unipolar	Multipolar	Multipolar
Preferência por diplomacia ou guerra	Guerra de informação	Diplomacia	Diplomacia	Diplomacia
Função de organização internacional (mundial e regional)	Impor homogeneização das formas de Estado para haver uma sociedade mundial	Facilitar homogeneização de formas de Estado para haver uma sociedade mundial	Permitir um pluralismo de formas de Estado na sociedade de Estados	Permitir um pluralismo de formas de Estado na sociedade de Estados
Função do direito internacional	Padronizar direitos nacionais	Padronizar direitos nacionais	Absorver ideias das várias nações	Absorver ideias das várias nações
Orientação para o Brasil em organizações internacionais	Importar por cópia as normas do(s) país(es)-matriz(es)	Importar por cópia as normas do(s) país(es)-matriz(es)	Internalizar as normas criadas em cooperação	Internalizar as normas criadas em cooperação
Orientação para o Brasil em relações bilaterais	Aproximar-se pela semelhança de formas de Estado + Obter recursos materiais no Norte	Aproximar-se pela semelhança de formas de Estado + Obter recursos materiais no Norte	Aproximar-se pela semelhança de regimes econômicos + Obter recursos materiais no Norte/Sul	Aproximar-se pela semelhança de formas de Estado + Obter recursos materiais no Sul

Fonte: Elaboração própria.

Postas estas hipóteses específicas para cada ideologia, as possibilidades de testá-las são múltiplas, conforme seja o recorte de uma pesquisa. Nosso interesse, aqui, está na orientação para o Brasil em relações bilaterais no período 1988-hoje (última linha do quadro 5). Pela teoria wendtiana, a percepção das autoridades do Estado importa para atribuir-lhe um papel, pois a sua subjetividade funciona como um filtro entre crenças domésticas socialmente construídas e a conjuntura da balança de poder internacional. A avaliação da realidade internacional feita por estes indivíduos torna-se, portanto, fundamental para os rumos da política externa, pois lhes informam quais ideias são hegemônicas e contra-hegemônicas em determinada conjuntura e, por conseguinte, quais são as estratégias adequadas para seu governo fomentar determinada cultura de anarquia e como pensar as relações entre *eu-outro* ao avaliar outros países.

Um caminho para testar nossas hipóteses sobre orientação bilateral é, pois, evidenciar a presença de ideologia em discursos oficiais enunciados por um(a) Presidente da República quando menciona outro país. Para a comprovação das hipóteses, as percepções sobre outro país feitas por governantes que representam ideologias brasileiras distintas deverão diferir substancialmente, dado o pressuposto de que considerariam diferentes aspectos sobre sua forma de Estado e sua utilidade para o ganho de recursos materiais pelo Brasil.

No próximo capítulo, explicamos o método da Análise Crítica do Discurso, ideal para pesquisas que adotem a epistemologia crítica, pois não se confunde com as análises discursivas de matriz liberal ou pós-moderna. Em seguida, procedemos a um teste parcial das nossas hipóteses, examinando as percepções emitidas por presidentes brasileiros sobre a China, entre 1995-2018. Este período permite avaliar dois governos inclinados à ideologia luzia de direita: Cardoso (1995-2002) e Temer (2016-2018), dada a liderança presidencial do PSDB no primeiro – além de o Ministério das Relações Exteriores (MRE) ter sido chefiado, entre 2001-02, por Celso Lafer, quadro do partido – e seu destaque no segundo, quando José Serra e Aloysio Nunes, outros quadros do partido, lideraram o MRE. E também permite avaliar dois governos inclinados à tradição saquarema de esquerda: Lula (2003-2010) e Dilma (2011-2016), haja vista a liderança presidencial do PT em ambos, além da influência de Marco Aurélio Garcia, quadro do partido que ocupou o cargo de assessor especial da Presidência da República para assuntos internacionais.

Conforme explicado no capítulo 2, a relação entre Brasil e China foi relativamente mais intensa nos governos Lula e Dilma do que nos governos Cardoso e Temer. De acordo com nossas hipóteses, isto teria ocorrido porque os governantes luzias de direita percebiam menos semelhanças entre os papeis de Brasil e China na promoção de uma mesma cultura de

anarquia do que os governantes saquaremas de esquerda. Comparativamente, isto teria se manifestado, em tese, em discursos dos governantes luzias de direita com maiores críticas à forma do Estado chinês (regime econômico e regime político), considerada pouco semelhante à preferida por eles para o Estado brasileiro (e, logo, negativa para o advento de uma sociedade mundial liberal), assim como por uma menor disposição em desenvolver a cooperação material por não ser um país típico do Norte. Por sua vez, nos discursos dos governantes saquaremas de esquerda, haveria, em tese, percepções de maior semelhança entre o regime econômico dos dois países (considerado positivo para o fortalecimento de uma sociedade de Estados racionalista-conservadora), assim como uma maior disposição em desenvolver recursos materiais conjuntamente.

8 **TEORIA E MÉTODO DA ANÁLISE CRÍTICA DO DISCURSO**

Na pesquisa em ciências humanas, a metodologia de análise de discurso é atravessada por debates epistemológicos e teóricos sobre o que é linguagem e como se pode interpretá-la. Estas disputas estão longe de ser pacificadas, uma vez que envolvem a própria definição do que é um discurso e se ideologias políticas importariam para sua caracterização. Em ordem cronológica, desenvolveram-se uma perspectiva positivista, outra convencionalmente chamada de pós-moderna ou pós-estruturalista e uma terceira, crítica. Na primeira seção deste capítulo, apresentamos brevemente as as três perspectivas, detendo-nos sobretudo na crítica, conforme desenvolvida por Norman Fairclough, autor que faz uma aproximação entre a linguística e o pensamento de Gramsci. Na segunda seção, expomos o método analítico de Fairclough para detectar ideologias políticas em discursos.

8.1 **Perspectivas teóricas na análise discursiva**

Análises científicas de textos começaram a ser feitas pelo método que é conhecido, hoje, como *análise de conteúdo do texto*, baseado na epistemologia positivista e na teoria behaviorista. Segundo Chizotti (2006), nesta perspectiva, a linguagem é entendida como uma representação da realidade feita por indivíduos através de palavras que têm significados precisos para identificar objetos. Tal método começou a ser desenvolvido nos Estados Unidos, nos anos 1920, por questões mais pragmáticas do que teóricas, pois era um interesse do governo estadunidense identificar o conteúdo político de mensagens veiculadas na imprensa, na publicidade, na literatura e no meio militar, diante da ascensão da União Soviética. O procedimento quantitativo, que foi inicialmente privilegiado por pesquisadores, examina a frequência de palavras citadas em um texto, por meio de estatística e/ou de categorias descritivas, a fim de medir o peso atribuído a determinadas ideias, assuntos ou temas pelo(a) enunciador(a). Por sua vez, o procedimento qualitativo, explorado a partir dos anos 1950, confere maior atenção ao exame da subjetividade individual e almeja relacionar as palavras usadas no texto à psicologia do(a) autor(a), interpretando-as como a manifestação de opções, intenções, preferências, valores, ideologia, conjuntura e contexto social (CHIZOTTI, 2006).

Uma crítica aos limites desta perspectiva positivista, particularmente no que toca discursos políticos, é apresentada por Barbosa (2004, p. 5):

> Na ânsia de conferir cientificidade ao conhecimento histórico, os positivistas exageraram na sacralização do documento, em especial do escrito. A singela lembrança de que os documentos podem mentir, tanto quanto os homens que os

> fizeram, recoloca a questão em sua devida dimensão. [...] Sabe-se que, em geral, o discurso político tende a ocultar, mais do que a revelar. Tal como age o passado em relação ao presente, ele prefere emitir sinais em vez da afirmação imperativa.

Com vistas a desvendar estruturas escondidas na representação do mundo, uma segunda perspectiva, a *análise do discurso*, surgiu na França, em 1969, a partir dos trabalhos de Michel Pêcheux, grande contribuidor para o que hoje se chama de pós-modernismo ou – erroneamente – pós-estruturalismo. Segundo Torres Lima (2003), uma das introdutoras desta perspectiva no Brasil, Pêcheux distancia-se da concepção instrumental de linguagem do positivismo ao entendê-la não como um mero instrumento de comunicação entre um indivíduo e um mundo exterior a ele, mas sim como um trabalho simbólico de construção do mundo (inclusive da identidade dos indivíduos), o qual estaria em disputa por meio de discursos, textuais ou não, os quais cabe ao(à) analista desnudar. Pêcheux alimenta-se de quatro aportes teóricos principais para criar um conceito ou, mais bem, uma teoria do discurso, acentuadamente estruturalista: a linguística estrutural de Saussure, o marxismo estrutural de Althusser, o conceito de formação discursiva de Foucault e a psicanálise de Lacan. De Saussure, herdou a noção da língua (elemento social) enquanto objeto essencial de investigação científica, sobre a qual cumpre descobrir leis gerais de funcionamento, enquanto a fala (elemento individual) seria acessória, mais ou menos acidental e, portanto, de menor importância científica. De Althusser, tomou o entendimento de que todo elemento social seria passível de ser caracterizado a partir da luta de classes, a qual criaria predisposições políticas e ideológicas que não são obras de indivíduos particulares, mas sim de formações sociais histórica e materialmente constituídas. De Foucault, absorveu o conceito de formação discursiva, isto é, um conjunto de enunciados relacionados a um mesmo sistema de regras, historicamente determinadas; nesta lógica, importariam pouco separações entre teoria, ciência e ideologia, já que os três elementos seriam criados a partir de uma formação discursiva semelhante. Por fim, de Lacan, adveio uma teoria da subjetividade, segundo a qual o inconsciente da mente e o processo de recalque (repressão) de ideias retiraria do indivíduo o controle plenamente calculado sobre aquilo que expressa; isto levou ao entendimento de que discursos se realizariam nos sujeitos individuais, mas não teriam neles a sua origem (TORRES LIMA, 2003).

Com base nesta combinação teórica, ainda segundo Torres Lima (2003), o método de análise do discurso proposto por Pêcheux procura, em estruturas semânticas do texto, o sentido do que é dito e não-dito em uma mensagem, a fim de elucidar o que seriam formações discursivas vinculadas às posições de classe, reproduzidas conscientemente ou não pelos seus membros. Um texto não é tratado como um objeto de autoria particular, mas como um meio

que revela as condições de produção das formações discursivas de uma sociedade. Toda formação discursiva teria uma dimensão imaginária, responsável por fornecer as imagens que o(a) enunciador(a) de um discurso faz da sua identidade e da identidade do *outro* (a imagem que faz de um operário, de um presidente, de um pai etc.). Podem existir distintas formações discursivas em uma sociedade, que mantêm relações de aliança, antagonismo ou dominação entre si. As condições de produção de formações discursivas incluem o meio ambiente material e institucional em que o(a) enunciador(a) se expressa no presente, assim como tudo o que já foi dito na sua sociedade, no passado (chamado de pré-construído ou memória discursiva).

Com base no materialismo histórico, Pêcheux assumiu que, em uma mensagem enunciada no presente, haveria uma relação entre o que se está dizendo e o já-dito e, mais do que isso, que o já-dito no passado *determina* o dito no presente, pois um indivíduo apenas poderia dizer, hoje, com base naquilo que já foi estabelecido como dizível, no passado. Ademais, conforme Torres Lima (2003, p. 84-85) "é preciso que o que foi dito por um sujeito específico, em um momento particular, se apague na memória, para que, passando para o 'anominato', possa fazer sentido em 'minhas' palavras". Este anonimato assume a forma de pressupostos em um discurso no presente, que dissimulam a existência de discursos concorrentes na sociedade, no passado. O(a) enunciador(a) do discurso é pouco consciente destes pressupostos, pois Pêcheux assume dois níveis de recalque que geralmente o(a) acometeriam: o esquecimento número um (ideias que o sujeito desconhece, por estarem no seu inconsciente, devido, em parte, a pressões do discurso dominante na sociedade para apagá-las) e o esquecimento número dois (ideias que estão no pré-consciente do sujeito, de modo que ele(a) as expressa no seu discurso, mas não nota que contêm contradições durante a enunciação, as quais seriam oriundas de formações discursivas concorrentes, ligadas a interesses de classe distintos) (TORRES LIMA, 2003).

Caberia ao(à) analista do discurso evidenciar a dimensão imaginária presente em um discurso (análise do intradiscurso) e a sua relação (de aliança, antagonismo ou dominação) com outros discursos no presente da sociedade (análise do interdiscurso). O que interessa ao(à) analista não é, portanto, classificar palavras, como na perspectiva positivista, mas sim desnudar mecanismos estruturais de reprodução de ideias e apontar seus efeitos para as relações de classe. Este exercício não deixa de incluir, necessariamente, a análise do conteúdo do texto, porém a sua finalidade é radicalmente distinta à do positivismo. Ao recusar-se o pressuposto desta de que existem sujeitos racionais, com controle pleno daquilo que expressam, assume-se que a realidade é o produto de forças inconscientes, que constroem os

indivíduos *a priori*, e que estes apenas têm a ilusão de uma autonomia na produção de ideias (TORRES LIMA, 2003).

No desenvolvimento desta perspectiva pecheuxniana, a partir dos anos 1970, houve uma mudança de peso nas suas fontes teóricas. Segundo Deusdará e Rocha (2006), por um lado, a influência de Althusser decaiu, devido a críticas de que seu marxismo estruturalista aproximava-se do stalinismo e de que a correlação entre um tipo de discurso e uma classe social tentada por Pêcheux era muito mecanicista. Por outro lado, o prestígio de Foucault aumentou, ganhando terreno seu entendimento de que todo discurso produziria uma rede de relações de poder multifacetada, de modo que não existiria "uma" ideologia repressora e "uma" verdade a serem descobertas enquanto duas estruturas discursivas plenamente discerníveis. Nas últimas décadas, a influência de autores como Gilles Deleuze e Félix Guattari ampliou, nesta corrente, tanto a ideia de que que a estrutura cultural teria predominância em relação à agência individual, quanto a orientação, ao(à) analista, de denunciar qualquer forma de dominação discursiva, reproduzida seja por Estado, burocracia, família, casal ou até superego (ROCHA, 2006).

Críticas frequentes à análise do discurso pós-moderna apontam que ela leva à morte do sujeito racional (BARDIN, 2011). Embora assuma-se que o discurso é uma prática política que tem o potencial de transformar as relações sociais por meio do desnudamento de estruturas de poder e da reformulação de demandas, não se explica como o indivíduo, com pouco ou nenhum controle de escolha sobre o que expressa e cercado por opressões estruturais múltiplas, conseguiria fazê-lo.

Entre a perspectiva positivista que marginaliza estruturas e a perspectiva pós-moderna que desconsidera a agência humana, surgiu uma via média na metodologia de análise discursiva: a Análise Crítica do Discurso. Esta parte de um entendimento teórico sobre linguagem em que estrutura e agência estão articuladas. A origem institucional desta vertente remonta a um simpósio europeu de linguística realizado em 1991, na Universidade de Amsterdã (SILVA; GONÇALVES, 2016). No Brasil, a recepção desta perspectiva deu-se já por volta da mesma época, por iniciativa de Magalhães (2001) e continuação por Resende e Ramalho (2006; 2011), todas pesquisadoras de linguística vinculadas à Universidade de Brasília.

A principal liderança reconhecida da Análise Crítica do Discurso é Norman Fairclough, professor na Universidade de Lancaster, no Reino Unido – razão pela qual a vertente é, por vezes, chamada de análise de discurso inglesa, para se contrapor à francesa, pós-moderna. Fairclough (2001) conceitua "crítico" como aquilo que almeja mostrar

conexões e causas que estão ocultas na realidade social, fornecendo recursos para ações de mudança de uma situação em favor de quem se encontra em desvantagem. A intenção da sua obra é combinar teoria social e método de análise de discurso para produzir uma "teoria social do discurso", cujo objetivo seria

> reunir a análise de discurso orientada linguisticamente e o pensamento social e político relevante para o discurso e a linguagem, na forma de um quadro teórico que será adequado para uso na pesquisa científica social e, especificamente, no estudo da mudança social (FAIRCLOUGH, 2001, p. 89).

Fairclough (2001, p. 91) entende que "o discurso é uma prática, não apenas de representação do mundo, mas de significação do mundo, constituindo e construindo o mundo em significado". O ato de enunciar discursos é definido como um tipo de prática social, que, por sua vez, seria toda atividade que não é "puramente individual ou reflexo de variáveis situacionais" (*ibid.*, 90). Um discurso pode materializar-se por meio de diversos instrumentos semióticos, inclusive um texto. Assim, um texto (objeto individual e concreto) seria a instância de um discurso (objeto social e abstrato), que, por sua vez, seria um tipo de prática social. Didaticamente, Fairclough (2001) propõe o que chama de concepção tridimensional do discurso, conforme a figura 5, na qual um texto está incluído em um discurso (ou prática discursiva), que, por sua vez, é um exemplo de prática social.

Figura 5 – Concepção tridimensional do discurso



Fonte: Fairclough (2001, p. 101)

No que toca a dimensão criadora da realidade que um discurso tem, Fairclough (2001, p. 91) está em conformidade com as proposições de Foucault, também assumidas por Pêcheux, de que "o discurso contribui para a constituição de todas as dimensões da estrutura social que, direta ou indiretamente, o moldam e o restringem", através de normas, convenções e instituições. Também aceita que há múltiplos discursos coexistindo na sociedade. Todavia,

Fairclough (2001) rejeita três postulados foucaultianos. O primeiro é o relativismo absoluto, isto é, a ideia de que "a verdade é relativa a formações discursivas particulares, a sistemas de poder/conhecimento particulares, os quais, portanto, não estão abertos à crítica de posições externas ou acima delas" (*ibid.*, p. 86) – ideia esta que afirma que sequer Foucault seguiu, na medida em que fazia críticas a arranjos de poder-conhecimento que surgiram na história. O segundo é o conceito de ideologia, tratado por Foucault como sinônimo de qualquer forma de conhecimento, definição esta que, para Fairclough (2001), desconsidera o atravessamento da relação de classes. O terceiro é a concepção foucaultiana de sujeito como sendo determinado socialmente, em vez de constrangido:

> Embora eu aceite que tanto os objetos quanto os sujeitos sociais sejam moldados pelas práticas discursivas, eu desejaria insistir que essas práticas são constrangidas pelo fato de que são inevitavelmente localizadas dentro uma realidade material, constituída, com objetos e sujeitos sociais pré-constituídos. Os processos constitutivos do discurso devem ser vistos, portanto, em termos de uma dialética, na qual o impacto da prática discursiva depende de como ela interage com a realidade pré-constituída. [...] Os sujeitos sociais constituídos não são meramente posicionados de modo passivo, mas capazes de agir como agentes e, entre outras coisas, de negociar seu relacionamento com os tipos variados de discursos a que eles recorrem (FAIRCLOUGH, 2001, p. 87).

Moderando a influência de Foucault na sua teoria social do discurso, Fairclough (2001) assume três outras referências: a linguística de Michael Halliday, o conceito de ideologia de Gramsci e o entendimento de subjetividade de Habermas. De Halliday, que se contrapõe ao estruturalismo de Saussure, Fairclough (2001) herda a concepção da linguagem enquanto uma articulação entre língua (social) e fala (individual), dotada de três funções: textual (organização de enunciados através de léxico, sintaxe etc.), ideacional (representação do mundo físico) e interpessoal (forma de interação social) – esta última divide-se em interpessoal-identitária (representação de identidades) e interpessoal-relacional (representação da relação entre as identidades). De Gramsci, absorve os conceitos de ideologia e hegemonia: uma ideologia seria um conjunto de "significações/construções da realidade (o mundo físico, as relações sociais, as identidades sociais) que [...] contribuem para a produção, reprodução ou a transformação das relações de dominação" (FAIRCLOUGH, 2001, p. 117); por sua vez, uma hegemonia seria uma dominação nos campos econômico, político e cultural de uma sociedade por uma classe, a fim de angariar consentimento da outra ao seu exercício de poder, "mas nunca atingido senão parcial e temporariamente, como um 'equilíbrio instável'" (FAIRCLOUGH, 2001, p. 122). O caráter da luta constante por hegemonia é o ponto que Althusser erroneamente marginalizou na sua teoria marxista, segundo Fairclough (2001), ao conceber a dominação ideológica como uma imposição unilateral dos aparelhos ideológicos de Estado. Ao invés de sobrevalorizar a estrutura comunicativa, Fairclough (2011) aproxima-

se da conceituação de Habermas sobre ação comunicativa: nestas, assume-se que os sujeitos individuais têm sempre potencial para utilizar a língua em funções comunicativas (orientadas pela compreensão), a despeito de os sistemas político e econômico pressionarem pela sua substituição em favor de funções utilitárias[96] (FAIRCLOUGH, 2001).

Esta combinação teórica leva Fairclough (2001) a conferir reflexividade para todos os sujeitos individuais e atribuir-lhes a capacidade de agirem, individual ou coletivamente, como agentes no compromisso de crítica e oposição a determinada ideologia. Eis o que pode ser considerado um postulado central da sua teoria social do discurso:

> É importante adotar a posição dialética que defendi anteriormente: os sujeitos são posicionados ideologicamente, mas são também capazes de agir criativamente no sentido de realizar suas próprias conexões entre as diversas práticas e ideologias a que são expostos e de reestruturar as práticas e as estruturas posicionadoras. O equilíbrio entre o sujeito 'efeito' ideológico e o sujeito agente ativo é uma variável que depende das condições sociais, tal como a estabilidade relativa das relações de dominação. Todo discurso é ideológico? Sugeri que as práticas discursivas são investidas ideologicamente à medida que incorporam significações que contribuem para manter ou reestruturar as relações de poder. Em princípio, as relações de poder podem ser afetadas pelas práticas discursivas de qualquer tipo, mesmo as científicas e as teóricas. Isso impede uma oposição categórica entre ideologia e ciência ou teoria que alguns autores que escrevem sobre linguagem / ideologia sugerem [...]. Mas daí nem todo discurso é irremediavelmente ideológico. As ideologias surgem nas sociedades caracterizadas por relações de dominação com base na classe, no gênero social, no grupo cultural e assim por diante e, à medida que os seres humanos são capazes de transcender tais sociedades, são capazes de transcender a ideologia. [...] Além disso, o fato de que todos os tipos de discurso são abertos, em princípio, e sem dúvida de certo modo concretamente, ao investimento ideológico em nossa sociedade não significa que todos os discursos são investidos ideologicamente no mesmo grau. Não deve ser muito difícil mostrar que a publicidade em termos amplos sofre investidas com mais vigor do que as ciências físicas (FAIRCLOUGH, 2001, p. 121-122).

Como exemplo da agência individual, o autor expõe o seguinte:

> Os textos estabelecem posições para os sujeitos intérpretes que são 'capazes' de compreendê-los e 'capazes' de fazer as conexões e inferências, de acordo com os princípios interpretativos relevantes, necessários para gerar leituras coerentes. Tais conexões e inferências podem apoiar-se em pressupostos de tipo ideológico. Por exemplo, o que estabelece a ligação coerente entre as duas frases "Ela pede demissão do emprego na próxima quarta-feira. Ela está grávida" é o pressuposto de que as mulheres param de trabalhar quando têm filhos. À medida que os intérpretes tomam essas posições e automaticamente fazem essas conexões, são assujeitados pelo texto, e essa é uma parte importante do 'trabalho' ideológico dos textos e do discurso na 'interpelação' dos sujeitos. [...] Entretanto, existe a possibilidade não

[96] Convém lembrarmos que a renovação da teoria marxista, no âmbito da superestrutura, proposta por Habermas foi conscientemente reativa aos pós-modernos franceses. Um ano após Jean-François Lyotard publicar *A condição pós-moderna*, Habermas (1992[1980]) acusou o movimento de ser neoconservador (destacando nominalmente Foucault e Derrida), haja vista que retomava a interpretação niilista de Nietzsche sobre a modernidade e rejeitava o ideal de aperfeiçoamento da moral humana, inaugurado pelo Iluminismo europeu. Habermas (1992[1980]), um membro da Escola de Frankfurt, julgava correto que o ideal moderno de progresso estava sendo posto em xeque nas sociedades desenvolvidas, uma vez que o excesso de racionalidade instrumental induzia uma redução do potencial cognitivo individual; porém, acusava os pós-modernos de não apontar causas, nem sugerir escapes para este problema.

> apenas de luta quanto a diferentes leituras dos textos, mas também de resistência às posições estabelecidas nos textos (FAIRCLOUGH, 2001, p. 113-114).

Por esta definição, *não é possível haver mudança social sem criatividade, que, por sua vez, não pode ser desvinculada de capacidades individuais para acontecer*. Estas capacidades são materialmente desiguais em uma sociedade de classes e, dentro destas, variam conforme as várias relações de dominação cultural que envolvem um indivíduo, de modo que nem todos os membros de uma classe terão as mesmas capacidades de reflexividade.

Uma mudança social ocorreria, em parte, a partir da produção ou da interpretação de textos que envolvam "formas de transgressão, o cruzamento de fronteiras, tais como a reunião de convenções existentes em novas combinações, ou a sua exploração em situações que geralmente as proíbem" (FAIRCLOUGH, 2001, p, 127). Isto leva Fairclough (2001) a propor uma diferença conceitual entre intertextualidade – a relação entre textos que está presente no texto que o(a) analista examina, manifestada, por exemplo, por meio de citações – e interdiscursividade – a relação entre discursos (ou, ainda, ideologias) em que o texto examinado pode ser situado. Esta é uma distinção central na sua reflexão, pois seria na manipulação de textos específicos (concretos) que um indivíduo pode agir para conservar ou alterar a relação entre hegemonia e contra-hegemonia de discursos (ou ideologias). Para ele,

> como produtores, estamos diante de escolhas sobre como usar uma palavra e como expressar um significado por meio de palavras e, como intérpretes, sempre nos confrontamos com decisões sobre como interpretar as escolhas que os produtores fizeram (que valores atribuir a elas). Essas escolhas e decisões são de natureza puramente individual [...]. Os textos criativos são caracterizados por ambiguidades e ambivalências de significados e pelo jogo retórico com os significados potenciais das palavras. Os textos criativos usam necessariamente os significados potenciais como recursos, mas eles contribuem para desestruturar e reestruturá-los, incluindo a mudança de limites e de relações entre significados (FAIRCLOUGH, 2001, p. 230-231).

Destes entendimentos teóricos, surge uma inovação primordial do método de Análise Crítica do Discurso proposta por Fairclough (2001). Se a capacidade de usar a língua guarda uma dimensão individual no momento da expressão, então justifica-se que o(a) pesquisador(a) investigue não apenas a presença de ideologias em um texto enunciado, mas também como um indivíduo faz uma "aceitação normativa" ou uma "transformação criativa" de uma ideologia. Para a teoria crítica brasileira sobre importação de ideias, este tipo de exame pode vir a contribuir para se verificar, empiricamente, quando um indivíduo faz uma apropriação copista ou criativa de ideias estrangeiras – exercício em que, porém, não nos deteremos nesta tese, posto que nosso objetivo é mais fundamental: identificar empiricamente que ideologias políticas manifestam-se em discursos.

8.2 **O método de Fairclough na Análise Crítica do Discurso**

A partir de sua teoria social do discurso, Fairclough (2001) elabora um método de análise que pode ser empregado em pesquisas com objetivos específicos variados, desde que não se afastem de um mesmo objetivo geral: identificar como uma ideologia (ou mais de uma) manifesta-se no que chama de sete propriedades formais de um texto. *Análises do texto* buscariam revelar efeitos de ideologias em quatro destas propriedades, relacionadas à produção textual: vocabulário (palavras utilizadas), gramática (combinações de palavras feitas em orações e frases), coesão (relação entre orações ou frases por meio de conjunções, pronomes, artigos etc.) e estrutura textual (organização em larga escala do texto, como ordem de parágrafos, de seções etc.).

Por sua vez, *análises da prática discursiva* jogariam luz sobre a manifestação de ideologias em outras três propriedades, relacionados à dimensão da interpretação do texto: a força ou o tipo de enunciados usados (promessas, pedidos, ameaças etc.; tom de suavidade, rispidez, agressividade etc.; destaque conferido a trechos específicos na organização do texto), a intertextualidade (apropriação de textos passados no texto presente, identificando gêneros – notícia, entrevista, exame, confissão etc. – e estilos – formal, informal, falado, escrito, descritivo, argumentativo etc.) e a coerência dos enunciados (os variados sentidos interpretativos que se pode extrair do texto).

Finalmente, *análises da prática social* procurariam conectar o texto, por meio da interpretação do(a) analista, a uma ideologia e/ou um exercício de hegemonia ou contra-hegemonia ideológica, presente em instituições como Estado, família, escola, tribunal etc., a fim de identificar como o texto se situa em relações sociais de poder (entre classes sociais; cônjuges; docente e discente; acusação e defesa etc.). A respeito deste último tipo de análise, propõe

> tomar como exemplo o discurso político de Thatcher. Este pode ser interpretado como rearticulação da ordem discursiva política existente, que reuniu os discursos conservador tradicional, neoliberal e populista em uma nova mescla e também constituiu um discurso de poder político sem precedente para uma líder mulher. Tal rearticulação discursiva materializa um projeto hegemônico para a constituição de uma nova base e agenda política, que é uma faceta do projeto político mais amplo de reestruturação da hegemonia do bloco centrado na burguesia em novas condições econômicas e políticas. [...] Elementos autoritários coexistem com elementos democráticos e igualitários (por exemplo, o pronome inclusivo 'nós', que implica uma tentativa de falar para as pessoas comuns, coexiste com o uso de 'você' como pronome indefinido [...]) e elementos patriarcais com elementos feministas (FAIRCLOUGH, 2001, p. 124).

A prática da ideologia neoliberal no governo Thatcher, no Reino Unido, nos anos 1980, é o que Fairclough (2001) confessadamente explica estar por trás do seu interesse em

desenvolver uma teoria e um método de análise discursiva amparada na teoria crítica, assim como em tornar mais acessível o conhecimento em linguística. A extensão de práticas de mercado para áreas antes protegidas pelo Estado de bem-estar social, como educação e saúde, teria produzido uma mudança na linguagem destes setores, afetando a identidade dos profissionais envolvidos e, por consequente, as suas ações políticas. Instituições de ambas as áreas passaram a desenvolver campanhas de *marketing* para vender "produtos" e a tratar, discursivamente, alunas(os) e pacientes como "clientes" e professoras(es) e médicas(os) como "prestadoras(es) de serviço". Outro caso de mudança discursiva foram empresas que passaram a tratar trabalhadores como "empreendedores individuais". Fairclough (2001) chama isto de "relexicalização", isto é, a troca de vocabulário a partir da colonização de uma atividade por palavras típicas de outra (naqueles casos, oriundas da administração de empresas privadas). Houve também trocas de outras propriedades textuais para além de vocabulário, como estilo, quando programas de televisão passaram a adotar uma linguagem mais informal para aproximar-se do público com menor instrução formal; e gênero, quando programas televisivos que tradicionalmente vinculavam notícias (gênero típico da esfera pública) passaram a incluir quadros de bate-papo (gênero da esfera privada), com o mesmo objetivo. O autor trata estas mudanças nos meios de comunicação de massa como um projeto ideológico deliberado para dominar setores proletários com a racionalidade de mercado, possível de ser feito com meticulosidade precisamente porque o número de profissionais especializados em linguística aumentou no Reino Unido. Discursos passaram a ser estudados e moldados profissionalmente (além de disseminados mundialmente com maior facilidade), com o fim de gerarem maior consentimento a relações de poder. A operacionalização de discursos por especialistas é chamada por Fairclough (2001) de tecnologização do discurso. Entretanto, o fato de alguns indivíduos da classe proletária terem adotado estas mudanças discursivas, enquanto outros resistiram, evidenciou, para ele, a insuficiência do pressuposto da análise do discurso pós-moderna quanto à incapacidade de reflexão individual sobre a construção simbólica do real.

Fairclough (2001) é taxativo em afirmar que não existe um procedimento fixo para se fazer uma análise discursiva crítica, precisamente porque se parte do princípio epistemológico de que a realidade está em transformação constante. Além disso, reconhece que a linguística é complexa e bastante técnica por vezes, porém, como a teoria social do discurso se pretende multidisciplinar, "não se pode exigir uma grande experiência linguística prévia de seus praticantes, do mesmo modo que não se pode exigir experiência prévia em sociologia, psicologia ou política" (FAIRCLOUGH, 2001, p. 102). Por estas razões, o autor entende que um método deve ser ajustável para dar conta da apreensão de um problema empírico e sempre

dependerá da subjetividade da(o) analista no momento de empregá-lo, conforme a pergunta de pesquisa, o banco de dados à disposição e a(s) ideologia(s) que almeja investigar. Fairclough (2001) sugere, assim, diretrizes gerais de análise, baseadas em categorias analíticas que o(a) pesquisador(a) pode escolher, conforme a dimensão do discurso que queira analisar, assim como perguntas que pode tentar responder em cada caso. Esquematizamo-as no quadro 6.

Quadro 6 – Método de Fairclough para a Análise Crítica do Discurso

Dimensão do discurso	**Categoria para análise**	**Objetivo da análise**	**Perguntas possíveis**
Texto	Significado das palavras	Destacar palavras-chave que têm significado cultural mais geral ou mais local; palavras cujos significados são variáveis e mutáveis no texto; significados potenciais de uma palavra em que incide um foco de disputa hegemônica	A qual contexto a palavra remete? O significado da palavra muda ao longo do texto? Os indivíduos (numa conversação) divergem sobre o significado de uma palavra?
	Criação de palavras	Contrastar as formas de lexicalização do texto com a de outros (tipos de) textos para identificar a perspectiva interpretativa subjacente	O texto contém itens lexicais novos? Em caso positivo, que significado teórico, cultural e ideológico eles têm? Que relações intertextuais estão delineadas para produzir a lexicalização no texto? O texto contém evidência de perífrase ou relexicalização, em comparação a outro?
	Transitividade	Verificar que tipos de processo e de participantes particulares são favorecidos no texto, a fim de destacar fatores como agência, causalidade e atribuição de responsabilidade	Que tipos de processo (ação, evento, relacional, mental) são mais mencionados? A voz ativa ou a voz passiva predomina? Há processos gramaticais de nominalização? O uso de metáforas é significante?
	Tema	Verificar se há um padrão discernível na estrutura do texto para as escolhas dos temas	Qual é a estrutura temática do texto? Os temas são frequentes e, em caso positivo,

		abordados	apresentam-se motivações? Que suposições (por exemplo, sobre um conhecimento ou uma prática) lhe são subjacentes?
	Modalidade	Determinar padrões, no texto, quanto ao emprego de elementos modais; avaliar o significado destes elementos para as relações entre participantes de conversações e as representações da realidade	Que tipos de modalidade (verbos de modo, advérbios de modo etc.) são mais frequentes? Que características de modo se exprime? São as modalidades predominantemente subjetivas ou objetivas?
	Avaliação	Identificar juízos de valor enunciados por meio de adjetivos, verbos valorativos, afirmações valorativas, pressupostos	As avaliações são explicitas ou implícitas? Qual é a intensidade valorativa (p. ex.: gostar, adorar, amar etc.)? A que sistemas de valores ou noções morais o(a) autor(a) se compromete (em termos de bem, mal, (in)desejável, certo, errado?
	Pressupostos	Identificar pressupostos de existência, proposição, valor	Qual é o tipo do pressuposto? Ele pode ser visto como ideológico?
	Metáforas	Caracterizar as metáforas usadas no texto em contraste com as metáforas usadas para sentidos similares em outro lugar; determinar que fatores (cultural, ideológico etc.) influenciaram a escolha da metáfora	Qual é(são) o(s) sentido(s) das metáforas usadas neste texto? Que efeitos têm para o pensamento e a prática social?
	Gênero	Caracterizar o gênero	O texto se situa em um gênero específico ou uma mistura de gêneros? O que se pode caracterizar a partir dele (atividade, relação social, tecnologia comunicativa)?
	Estilo	Caracterizar o estilo	Que estilos estão

			presentes e, se mais de um, como se combinam? Como são evidenciados (léxico, metáfora, modalidade, avaliação)?
	Polidez	Determinar quais estratégias de polidez são mais usadas, se há diferenças entre os participantes e o que essas características sugerem sobre as relações sociais entre os participantes	Quais estratégias são usadas (polidez negativa, positiva, implícita), por quem e com quais propósitos?
	Diferença	Determinar a orientação em relação a diferenças, como aceitação, acentuação, superação, mitigação ou consenso	A aceitação se dá por meio de diálogo? A acentuação se dá por meio de polêmica (em torno de significados, normas, poder)? Como a superação é resolvida? A mitigação se dá com foco na solidariedade, comunalidade? Como o consenso é estabelecido?
	Coesão	Mostrar como as orações e os períodos estão conectados no texto; descrever funções dos enunciados ou o modo retórico (argumentativo, narrativo, imperativo, interrogativo, hipotético, preditivo, avaliativo etc.)	Que relações funcionais / semânticas existem entre as orações e os períodos do texto? Que tipos de marcadores são mais usados (referência, elipse, conjunção, lexical)?
	Controle interacional	Descrever as propriedades organizacionais gerais de conversações, como funcionamento regular e o controle	Quem controla a conversação? Em que extensão o controle é negociado ou assimétrico? Que regras de tomada de turnos estão em operação? São os direitos e as obrigações dos participantes (com respeito à justaposição ou ao silêncio, por exemplo) simétricos ou assimétricos?

			Como e por quem as agendas são introduzidas e desenvolvidas?
	Representação de eventos sociais	Destacar os elementos que compõem um evento social	A qual evento social o texto se vincula? Que elementos de um evento social são incluídos e excluídos? Como atores sociais são representados (ativados, passivados, nomeados, indeterminados, classificados)? Como espaço e tempo, assim como a relação entre eles, são representados?
	Ethos	Reunir as diversas características que vão em direção à construção do *eu* ou de identidades relacionais	Qualquer uma das categorias analíticas anteriores pode ser relevante
Prática discursiva	Condição da prática discursiva	Especificar as práticas sociais de produção e consumo do texto, associadas com o tipo de discurso (gênero, estilo)	O texto é produzido / consumido individual ou coletivamente? Há estágios na produção ou no consumo?
	Intertextualidade manifesta	Especificar o que outros textos estão delineando na constituição do texto que está sendo analisado e como isto ocorre	O discurso representado no texto está claramente demarcado? Se sim, como está contextualizado? Quais são os pressupostos sugeridos no texto? São sinceros ou manipulativos? Estão ligados a textos principais de outros(as) autores(as) ou a textos anteriores do(a) produtor(a) do texto?
	Intertextualidade constitutiva (ou interdiscursividade)	Especificar os tipos de discurso que estão delineados no texto sob análise e como isto é feito	Há uma maneira óbvia de caracterizar um discurso (em termos de gênero, estilo etc.)? O texto delineia mais de um gênero, estilo etc.?
	Cadeia textual	Descrever as cadeias intertextuais de um discurso, isto é, as	Que tipos de transformação esse discurso sofre ao longo

		séries de textos nas quais ou das quais o discurso é transformado	da cadeia? As cadeias são relativamente estáveis ou inconstantes, contestadas? Há sinais de que o(a) produtor(a) do texto antecipa mais do que um tipo de audiência?
	Coerência	Considerar as implicações interpretativas das propriedades intertextuais e interdiscursivas do texto (uma sugestão é fazer pesquisa de leitor(a), isto é, uma pesquisa de como os textos são realmente interpretados)	Quão heterogêneo e ambivalente é o texto para um(a) intérprete particular e, consequentemente, quanto de trabalho inferencial é requerido? Este texto recebe leituras resistentes? De que tipo de leitor(a)?
Prática social	Matriz social do discurso	Especificar as relações e as estruturas sociais e hegemônicas que constituem a matriz do texto	Como este texto aparece em relação a estruturas e relações sociais (é convencional e normativo, criativo e inovador, orientada para reestruturá-las, opositivo etc.)? Que efeitos traz, em termos de sua reprodução ou transformação?
	Ordem do discurso	A partir da categoria de intertextualidade constitutiva, especificar a relação do texto com as ordens de discurso que delineia e os efeitos de reprodução e transformação das ordens de discurso para as quais contribui	Quais são as tendências de larga escala desta ordem de discurso?
	Efeitos ideológicos e políticos do discurso	Identificar os efeitos que o discurso que o texto representa têm sobre sistemas de conhecimento e crença, identidade do *eu* e relações sociais	Que efeitos o discurso tem sobre formas de conhecimento, identidades e relações?

Fonte: Elaboração própria com base em Fairclough (2001, p. 282-291; 2003, p. 191-194)

Dentre todos os tipos de discurso que existem na vida social, o discurso político, em que se expressam relações de poder entre indivíduos, é o mais privilegiado na Análise Crítica do Discurso, tanto por ser inerentemente imbuído de ideologia política, como por ser cada vez mais um produto de especialistas em linguística, detalhistas na sua montagem. Fairclough (2000 *apud* MACEDO, 2014, p. 39) caracteriza o discurso político ou discurso de poder como "um espaço de lutas entre grupos sobre diferentes aspectos da vida social, inclusive, da distribuição de recursos em sentido amplo".

A valorização de Fairclough (2005) a análises de discurso político leva-o a fazer proposições específicas para quem almeja analisar, inclusive, o processo de construção de um discurso dentro de organizações. Uma organização seria uma comunidade de fala com capacidade de (re)produzir discursos e, portanto, ideologias, através de normas próprias. O autor sugere que analistas investiguem quatro temas no ambiente organizacional: emergência (como discursos novos surgem em meio a velhos dentro de uma mesma organização); hegemonia (como discursos se tornam hegemônicos em relação a outros e passam a ser naturalizados entre os membros da organização); recontextualização (como uma organização incorpora e modifica um discurso externo, vindo de outra organização, por exemplo, que pode ser de escala local, nacional ou internacional); e operacionalização (como novos discursos mudam práticas e identidades dentro da organização). Pesquisas sobre processo decisório, inclusive na Análise de Política Externa, poderiam se beneficiar desta perspectiva. Silva e Gonçalves (2016, p. 16) defendem a aplicação da Análise Crítica do Discurso em estudos de administração pública e apontam que

> entender a organização como um campo discursivo implica imaginá-la como uma arena de interesses e valores conflitantes (espaço de mediação e de contestação), manifestados por atos discursivos [...]. Engajar-se em práticas discursivas (escritas, faladas, visuais etc.) é um modo de agir politicamente, isto é, de disputar a hegemonia por meio da determinação de conceitos e ações e pela ocupação de papéis-chave na organização, que asseguram o direito de produzir novos discursos.

Para além de processos organizacionais, Fairclough e Fairclough (2012) propõem, também, um modelo de análise de discurso político a partir da lógica. Para tanto, o discurso deve ser do gênero deliberativo, em que predomina a argumentação prática, isto é, quando o indivíduo enuncia uma opinião abertamente a favor ou contra determinado assunto, de modo a tentar convencer um público sobre um curso de ação que deve ser tomado. Neste caso, a(o) analista deve buscar premissas e conclusões nos argumentos do texto, a fim de avaliar o processo lógico feito pelo(a) enunciador(a). O objetivo da(o) analista não seria deter-se sobre as representações de mundo contidas no texto, mas sobre as propostas de ação política apresentadas. Fairclough e Fairclough (2012) justificam este exercício como importante para

o aprofundamento de uma democracia deliberativa, no qual a razoabilidade de premissas deve ser avaliada constantemente – especialmente, conforme apontam, no contexto da crise econômica internacional iniciada em 2008, quando programas de austeridade eram propostos por autoridades políticas, a despeito dos seus efeitos deletérios para a igualdade social.

Especificamente sobre discursos presidenciais, Macedo (2014) define-o como um discurso governamental, pois vincula-se ao plano de governo de um grupo político. A autora aponta, ainda, que se trata de um discurso nodal, isto é, um discurso de grande alcance, enunciado de alta posição de poder, capaz, por sua vez, de dar suporte a outros discursos na sociedade. Sua capacidade de ter amplos efeitos sociais seria a principal justificativa para a sua análise crítica. Macedo (2014) também destaca a imbricação, cada vez maior, entre assuntos locais e globais em discursos presidenciais, no contexto de globalização econômica.

Por sua vez, Palumbo (2014) salienta que o público ao qual um discurso presidencial se dirige aumenta a sua singularidade para a Análise Crítica do Discurso, pois é composto por populações tanto domésticas quanto estrangeiras, às quais se dirigem representações cognitivas que almejam regular o que falam, o que pensam e como agem. O que se enuncia no discurso presidencial, segundo a autora, é o produto de reuniões de planejamento restritas, de pouca circulação, em que estratégias discursivas são ponderadas. Um discurso presidencial seria permeado, pois, por relações complexas de poder, tanto nacionais quanto internacionais:

> A condição – correspondente a qualquer prática discursiva – de ter de responder e de se ajustar a um contexto histórico-social faz que um presidente da República tenha de adquirir, de manter/reforçar, no mínimo, um duplo credenciamento: alicerçar sua legitimidade como chefe de Estado perante os cidadãos – haja vista que essa pode ser questionada pela sociedade – e garantir, como representante máximo de seu país, que este seja reconhecido no cenário internacional (PALUMBO, 2014, p. 1314).

Com base neste conjunto de definições, passemos à nossa pesquisa empírica, que buscou combinar a análise de três elementos do método de Fairclough – tema, cadeia textual e matriz social do discurso –, conforme detalhado no próximo capítulo.

9 **AS PERCEPÇÕES DE PRESIDENTES BRASILEIROS SOBRE A CHINA EM DISCURSOS OFICIAIS (1995-2018)**

Neste capítulo, damos início ao teste das nossas hipóteses de que a política externa para a China dos governos Cardoso e Temer, por um lado, e dos governos Lula e Dilma, por outro, foi influenciada por ideologias políticas distintas, que guardariam concepções diferentes sobre a forma doméstica e o papel internacional que o Estado brasileiro deve assumir. Tais concepções informariam, mais especificamente, as percepções de um(a) presidente sobre outros países, em uma dada conjuntura internacional, e contribuiriam para a tomada de decisões sobre aproximação ou afastamento bilateral. A subjetividade do(a) governante é assumida como uma variável interveniente entre as prescrições ideológicas de longo prazo (culturais) e a realidade concreta. Sendo assim, para verificar a existência de ideologias em percepções individuais sobre o mundo, examinamos os discursos presidenciais emitidos pelos quatro chefes de governo que continham menções à China. Para este exame, empregamos o método de Análise Crítica do Discurso, desenvolvido por Norman Fairclough, descrito no capítulo 8. Na primeira seção a seguir, explicamos nosso desenho de pesquisa. Na sequência, começamos a apresentar os resultados alcançados, o que completamos no capítulo seguinte e no apêndice desta tese.

9.1 **Desenho de pesquisa**

Nosso objeto de análise foi o conjunto de textos do discurso presidencial brasileiro, enunciados entre 1995 e 2018, que continham menções à China. Todos os textos que consultamos pertencem à base de dados de discursos presidenciais do Laboratório de Análise Política Mundial (LABMUNDO), grupo de pesquisa do Instituto de Estudos Sociais e Políticos da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (IESP-UERJ). Assumimos o pressuposto de que todo discurso presidencial é de responsabilidade de quem o enuncia, de modo que quem o escreveu originalmente – seja no âmbito da assessoria da Presidência da República, do Itamaraty ou de outro órgão – importa pouco para nosso objetivo. O momento da enunciação enseja a chancela, pelo(a) chefe de Estado, de um texto que frequentemente é preparado por outra pessoa, mas que pode ter partes modificadas por ele(a) no ato, que é o que recebe registro histórico.

Por meio do programa de informática NVivo, a equipe do LABMUNDO selecionou e nos passou todos os textos do período destacado que continham os seguintes termos: China,

chinês, chinesa, chineses, chinesas. A variedade de termos foi usada para abranger o máximo de possibilidades de referências à China. Uma vez recebidos os textos, excluímos da nossa análise aqueles que foram enunciados por presidentes em exercício, para evitar distorções dos resultados devido à mudança do indivíduo enunciador: do governo Lula, foram desconsiderados nove textos do vice-presidente, José Alencar, e um do presidente da Câmara dos Deputados, Aldo Rebelo; e do governo Dilma, dois do vice-presidente Michel Temer. O número resultante de textos com que trabalhamos foi de 111 para Cardoso, 464 para Lula, 102 para Dilma e 43 para Temer, somando 720 textos. As referências de todos os textos analisados estão na segunda seção do apêndice desta tese.

Nosso objetivo empírico foi descobrir *se* e *como* a forma e o papel do Estado chinês foram mencionados no discurso presidencial brasileiro. No capítulo 2 desta tese, descrevemos que a aproximação do Brasil com a China foi relativamente maior nos governos Lula e Dilma do que nos governos Cardoso e Temer e, no capítulo 7, formulamos as hipóteses de que tais mudanças teriam ocorrido, em parte, porque os dois pares de governo orientavam-se por ideologias distintas, capazes de constranger a percepção de indivíduos sobre outros países. De acordo com nossas hipóteses, Cardoso e Temer seriam representantes da ideologia luzia de direita e, por isso, orientariam o Brasil a aproximar-se de países com Estados que desempenham um papel revolucionário-liberal na superestrutura internacional, o que se traduziria na percepção de semelhanças entre as formas dos Estados (regime político e econômico) brasileiro e chinês. Por sua vez, Lula e Dilma, representantes da ideologia saquarema de esquerda, orientariam o Brasil a aproximar-se de países com Estados que assumem um papel racionalista-conservador, o que se traduziria em uma semelhança percebida no regime econômico dos Estados brasileiro e chinês. Entretanto, os quatro presidentes estariam constrangidos, em maior ou menor medida, pela necessidade de obter recursos materiais no plano internacional, ainda que para fins distintos de política econômica, de modo que aquelas percepções de semelhança não seriam suficientes para pautar as decisões de aproximação com a China e seriam acompanhadas por percepções sobre os recursos materiais que este país podia oferecer ao Brasil.

Para identificar as ideologias presentes nos 720 textos, as categorias do método de Fairclough que privilegiamos (ver quadro 6, no capítulo 8) foram tema, cadeia de texto e matriz social do discurso. A análise de tema implicou a leitura integral dos textos, seguida por uma classificação das menções à China em categorias de temas construídas por nós. Antes de iniciar a leitura, havíamos pré-definido as categorias *papel do Estado chinês*, *forma do Estado chinês* e *intercâmbio material*, explicadas a seguir. Uma vez iniciada a leitura, criamos outras

categorias para dar conta de menções que encontrávamos e que não se encaixavam naquelas pré-definidas, assim como passamos a estipular subcategorias para registrar, com maior precisão, variações que percebíamos dentro de um mesmo tema (por vezes, um mesmo texto podia conter subcategorias diferentes sobre um mesmo tema). Nossa intenção, com isso, foi identificar o conjunto de temas mais específico possível que pode levar um(a) presidente a formar uma percepção sobre o papel que um país desempenha na estrutura internacional. Criamos, ao todo, cinco categorias de temas e 14 subcategorias para contemplar os diferentes tipos de menção feitas à China entre 1995 e 2018:

- *Papel do Estado chinês*: menção a respeito de ações da China no plano internacional; subcategorias:
    - *Ascensão:* percepção genérica de que a China adquiriu poder em determinada dinâmica regional e/ou mundial;
    - *Convergência*: percepção de que China e Brasil atuam ou devem atuar em sintonia a respeito de algum tema no plano internacional;
    - *Articulação contra-hegemônica* (tipo específico de convergência): percepção de que China e Brasil atuam ou devem atuar em sintonia a respeito de algum tema no plano internacional, colocando-se ambos *explicitamente* contra hegemonias e preferências de países desenvolvidos ou do Norte, ou a favor de interesses de países em desenvolvimento, emergentes ou do Sul;
    - *Divergência*: percepção de que China e Brasil têm preferências distintas ou um conflito de interesses em algum tema do plano internacional.
- *Forma do Estado chinês*: menção a respeito da organização do Estado chinês no seu regime político e/ou econômico; subcategorias:
    - *Regime político*: percepção sobre elementos como democracia, autoritarismo, liberdade política, (des)centralização política, instituições políticas, cultura política, segurança e defesa da China;
    - *Regime econômico*: percepção sobre elementos como política econômica, desempenho econômico, relação entre Estado e mercado, e abertura ou protecionismo às trocas internacionais da China;

    - *Semelhança:* percepção de que as formas de Estado de China e Brasil têm similaridade em elementos do regime econômico e/ou político;
    - *Diferença:* percepção de que as formas de Estado de China e Brasil têm distinção em elementos do regime econômico e/ou político.
- *Intercâmbio material entre China e Brasil*: menção a assuntos que concernem a troca direta de bens, serviços, recursos ou conhecimentos entre os dois países, sem envolver outros países; subcategorias:
    - *Comércio*: menção a importação e exportação de mercadorias, ou à concorrência entre produtos chineses e brasileiros dentro do Brasil;
    - *Investimento*: menção a envio ou recepção de recursos destinados ao setor produtivo da China ao Brasil ou vice-versa;
    - *Ciência e tecnologia*: menção a cooperações ou parcerias em ciência e tecnologia;
    - *Outros*: menção a cooperações ou parcerias em temas como empréstimo financeiro, cultura, turismo e segurança.
- *Diversificação das relações do Brasil*: menção a um esforço do governo brasileiro de diversificar as relações externas do país, na qual a China aparece como parceira a ser buscada; subtemas:
    - *Genérica*: quando a menção à China é acompanhada pela citação de outros países, sem se fazer qualquer qualificação a respeito do grupo;
    - *Específica*: quando a menção à China é acompanhada pela citação de outros países, qualificando-se *explicitamente* tal grupo como sendo de países em desenvolvimento, emergentes, do Sul ou similares ao Brasil.
- *Neutro*: quando a menção não revela percepções significativas sobre as identidades do Estado chinês ou a relação sino-brasileira (exemplos mais comuns: viagem feita pelo(a) presidente à China; evento ocorrido na China; obra ou monumento localizado na China; menção superficial sobre a relação da China com outro país; provérbio, ditado ou ideograma chinês; imigração chinesa na formação demográfica do Brasil; saudação a autoridade chinesa na nominata do discurso; exemplo arbitrário de país citado para ilustrar um raciocínio, sem prejuízo de sentido caso “China” fosse trocado pelo nome de outro país).

A análise de tema foi organizada em quadros (um para cada presidente), que estão expostos na primeira seção do apêndice desta tese. Cada quadro contém os temas, subtemas e uma pequena descrição de cada menção à China encontrada nos 720 textos. O principal resultado desta análise foi a própria constatação de que o universo de referências à China pôde ser resumido em cinco temas principais e 14 subtemas.

A partir dos resultados da análise de tema, procedemos à análise da cadeia textual, que apresentamos na próxima seção. Neste momento, nosso esforço foi identificar semelhanças e diferenças nas percepções temáticas sobre a China de forma comparada entre os quatro presidentes, em cada uma das cinco categorias relevantes (ou seja, excluindo-se a de "neutro"), a fim de concluir se houve convergências e divergências entre os pares Cardoso-Temer e Lula-Dilma ao longo do tempo. É esta análise que nos permite avaliar se há ou não padrões de percepção sobre a China que marcam, em comum, o discurso presidencial de Cardoso e Temer, por um lado, e de Lula e Dilma, por outro.

Por fim, a partir das conclusões da análise da cadeia textual, procedemos à análise da matriz social do discurso, apresentada no próximo capítulo. Nesta terceira análise, interpretamos os padrões de percepção dos presidentes sobre a China à luz da dicotomia ideológica entre luzias de direita e saquaremas de esquerda. Para tanto, acrescentamos as percepções dos quatro presidentes sobre a forma do Estado brasileiro e sobre outros temas do pensamento internacional que encontramos nos mesmos 720 textos. Este acréscimo não era um propósito antecipado no desenho da pesquisa, pois, virtualmente, qualquer texto enunciado por um(a) presidente da República pode ser relevante para mapear o que ele(a) pensa sobre a forma do Estado brasileiro e as relações internacionais, de modo que todo o banco de discursos presidenciais seria útil, a princípio, para uma análise deste tipo. Entretanto, nosso conjunto de textos continha trechos substanciais sobre como a forma do Estado brasileiro era pensada pelos quatro presidentes, nos seus regimes político e econômico, assim como temas de multilateralismo, integração regional e polaridade da balança de poder internacional que não eram vinculados diretamente à China. Por isto, reconhecemos tratar-se de uma análise não-exaustiva sobre percepções a respeito da forma do Estado brasileiro, multilateralismo, integração regional e polaridade, razão pela qual não elaboramos uma classificação definitiva nestes casos. Porém, desperdiçarmos estas percepções residuais seria deixarmos de fortalecer nossas hipóteses sobre diferenciação ideológica. É esta análise da matriz social do discurso que permite verificar se os padrões de percepções presidenciais sobre a China (*outro*), identificados na análise da cadeia de texto, variaram *pari passu* com percepções sobre a forma do Estado brasileiro (*eu*) e a itens de organização da superestrutura

internacional, de modo que constituiriam um mesmo universo ideológico. Podemos concluir, assim, se elementos do pensamento político internacional podem funcionar como marcadores discursivos de representes das ideologias luzia de direita e saquarema de esquerda do pensamento político brasileiro, tanto quanto os elementos da forma do Estado brasileiro caracterizados por Christian Lynch.

9.2 **Análise de cadeia textual: mudanças e continuidades nas percepções**

Nas subseções a seguir, descrevemos as convergências e divergências nas percepções presidenciais sobre a China, ao longo do tempo, conforme nossas categorias e subcategorias sobre temas.

9.2.1 Papel do Estado chinês

O número de textos contendo menções ao papel do Estado chinês na estrutura internacional foi de 22 no discurso de Cardoso, 141 no de Lula, 46 no de Dilma e nove no de Temer. Nestes textos, Cardoso fez sete menções à ascensão internacional da China, 10 a convergências entre os papeis de China e Brasil, quatro a articulações contra-hegemônicas e três a divergências de papeis; Lula fez 28 menções à ascensão, 32 a convergências, 72 a articulações contra-hegemônicas e 18 a divergências; Dilma fez 19 menções à ascensão, 10 a convergências, 21 a articulações contra-hegemônicas e nenhuma a divergências; e Temer não fez nenhuma menção à ascensão, 10 a convergências, uma a articulação contra-hegemônica e uma a divergência.

No *discurso de Cardoso*, menções à *ascensão internacional* da China começaram marcadas, em 1995 e 1996, pela percepção de que "um pedaço do país" conformaria, ao lado de Japão e Sudeste Asiático, um dos quatro polos de poder do século XXI, ademais de União Europeia, NAFTA e MERCOSUL[97]. Todavia, na metade final do governo, a qualificação de pedaço deixou de aparecer no discurso, e China e Índia passaram a ser citadas conjuntamente, em textos de 1999 e 2000, como exemplos de países que ganhariam importância nos 50 anos seguintes[98]. O presidente caracterizava a ascensão chinesa, conforme texto de 1996, pelo

[97] Textos nº 24 e 28 no quadro de Cardoso em apêndice.
[98] Textos nº 48, 60 e 63 no quadro de Cardoso em apêndice.

crescimento da sua economia, da sua participação no comércio mundial e da sua capacidade de atrair investimentos externos[99].

Quanto às *convergências de papeis de Estado* entre China e Brasil, Cardoso destacou, ao longo de todo o governo, a disposição conjunta de reformarem a sua institucionalidade multilateral, porém houve uma ampliação no foco da reforma ao longo do tempo. Entre 1995 e 2001, o foco sempre foi o multilateralismo econômico: o presidente defendia que ambos os países apoiassem regras universalmente aplicáveis e antiprotecionistas no regime comercial, assim como contribuíssem para uma maior estabilidade dos fluxos financeiros; e, para estes fins, declarou-se a favor, respectivamente, da entrada da China na OMC (o que ocorreu em 2001) e da inclusão de China e Brasil, entre outros países em crescimento, no G-7 e no G-8[100]. Por sua vez, dois textos de 2001 ampliaram o foco de convergência para o multilateralismo securitário: Cardoso ora afirmava que China e Brasil aspiravam a uma nova ordem internacional, mais justa e fundada na ausência de monopólios e imposições, na desconcentração de poder e riqueza, na multipolaridade e no fortalecimento da ONU, através de uma participação mais ampla de países nos seus organismos regulares, especialmente para que ela ganhasse legitimidade em questões de segurança internacional[101]. Finalmente, em 2002, duas menções sugeriram uma mesma disposição quanto ao regime ambiental internacional, quando Cardoso informou que pediria à China e outros países para ratificar o Protocolo de Quioto, após o Brasil tê-lo feito naquele ano[102].

A coincidência de posições de Brasil e China na agenda ambiental internacional foi aquela que Cardoso mais tratou nos termos de uma *articulação contra-hegemônica*, isto é, opondo explicitamente interesses de países em desenvolvimento e desenvolvidos. Esta lógica foi exposta em três textos de 2000 e 2001, nos quais o presidente afirmou a necessidade de países em desenvolvimento, com destaque para Brasil, China e Índia, cobrarem respeito dos países desenvolvidos ao princípio das "responsabilidades comuns porém diferenciadas" no que se referia à redução da poluição atmosférica[103]. Para além da agenda ambiental, a percepção contra-hegemônica apareceu explicitamente apenas mais uma vez, quando Cardoso declarou, em 2001, que a entrada da China na OMC era um acréscimo de peso na defesa dos interesses comerciais dos países em desenvolvimento[104].

---

[99] Texto nº 27 no quadro de Cardoso em apêndice.
[100] Textos nº 16, 48 e 50 no quadro de Cardoso em apêndice.
[101] Textos nº 68 e 76 no quadro de Cardoso em apêndice.
[102] Textos nº 89 e 101 no quadro de Cardoso em apêndice.
[103] Textos nº 59, 61 e 69 no quadro de Cardoso em apêndice.
[104] Texto nº 68 no quadro de Cardoso em apêndice.

Finalmente, *divergências de papel de Estado* entre China e Brasil eram percebidas por Cardoso apenas no comércio internacional. Em 1995, afirmou que os dois países eram, em parte, competidores na conquista de mercados externos para produtos de mesmo nível tecnológico e na atração de capital e tecnologia estrangeira, porém fez a ressalva de que ser competidor não significava ser rival[105]. Além disso, em 2002, destacou que a China era um país com quem o Brasil tinha brigas técnicas na OMC e voltou a mencionar que ela, assim como a Índia, disputavam mercados externos com o Brasil e também com a Argentina[106].

No *discurso de Lula*, registros sobre a *ascensão internacional* da China foram constantes e frequentes ao longo dos oito anos de governo. Por diversas vezes, o presidente repetiu que a transformação da China em uma grande potência havia começado no final do século XX e ainda prosseguia no início do século XXI[107]. O processo sempre foi caracterizado em termos de crescimento econômico e aumento de importância do país no comércio internacional[108]. Motivos atribuídos à ascensão apareceram em dois textos: em 2007, Lula afirmou que a China era uma novidade no mundo econômico mundial porque estava incluindo milhões de pessoas na cidadania, isto é, dando-lhes trabalho, escola e alimento; e em 2010, destacou que a decisão do governo Nixon de estabelecer uma parceria preferencial entre Estados Unidos e China, em 1973, contribuiu para que ela se tornasse uma potência[109].

Ainda sobre a ascensão internacional da China, Lula destacou a influência que o país estava ganhando na definição de preços internacionais de matérias-primas e energia, sobretudo soja e aço[110]. Avaliava que o apoio brasileiro passado à inclusão da China na OMC havia sido acertado, pois era necessário envolver mais o país em discussões sobre os espaços que estava ocupando no mundo[111]. Em discurso de 2010, apontou, ainda, que a China estava "descobrindo" a África, em busca de matérias-primas, alimentos e minérios[112]. Finalmente, nos dois anos finais de governo, descreveu a ascensão chinesa através dos efeitos que tinha para o Brasil: em 2009, declarou que as quedas da Bolsa da China passaram a preocupar o país e, em 2010, afirmou ter ganhado a noção de que tanto Estados Unidos quanto China representavam muito para as relações mundiais e brasileiras[113].

---

[105] Texto nº 16 no quadro de Cardoso em apêndice.
[106] Textos nº 87 e 103 no quadro de Cardoso em apêndice.
[107] Textos nº 93, 94, 103, 114, 135, 151, 152, 155, 157, 177, 261, 280, 346 e 448 no quadro de Lula em apêndice.
[108] Textos nº 4, 82, 111, 132 e 145 no quadro de Lula em apêndice.
[109] Textos nº 222 e 426 no quadro de Lula em apêndice.
[110] Textos nº 146, 307 e 428 no quadro de Lula em apêndice.
[111] Textos nº 143 e 146 no quadro de Lula em apêndice.
[112] Texto nº 430 no quadro de Lula em apêndice.
[113] Textos, respectivamente, nº 373 e 407 no quadro de Lula em apêndice.

Sobre a *convergência de papeis de Estado* entre China e Brasil, Lula percebia-a, sobretudo, em temas ligados à dimensão econômica internacional, ao longo de todo o governo, e também na agenda ambiental, no segundo mandato. Referências sobre convergência na área de segurança apareceram apenas em um texto de 2004, quando Lula informou que a China apoiava a obtenção de um assento permanente pelo Brasil no Conselho de Segurança da ONU, que ambos os países atuavam conjuntamente nos efetivos da ONU alocados no Haiti e que trabalhavam para favorecer um sistema internacional multipolar, com distribuição tanto de poder quanto de recursos[114].

A percepção de convergência mais frequente e relevante para Lula dava-se na mudança das regras da OMC, particularmente em temas agrícolas, através da mobilização do G-20 comercial, criado em 2003[115] (o que, por vezes, era expresso em termos contra-hegemônicos, conforme exposto em seguida). Além disso, em dois textos de 2004, Lula manifestou que China e Brasil, ao lado de Índia e África do Sul, poderiam redesenhar o mapa mundial no que se referia ao fluxo de mercadorias e ao estabelecimento de rotas comerciais[116]. Neste sentido, declarou, em 2004, satisfação com o aumento de investimentos da China na América do Sul, onde poderia contribuir para a integração territorial e energética buscada pelo Brasil; em 2007, que Brasil, China e Índia disputavam alguns espaços do mundo em conjunto para vender seus produtos; e, em 2010, que estes três países, mais os Estados Unidos, coincidiam em descobrir o potencial de investimentos que a África oferecia e que China e Brasil, em particular, faziam uma cooperação triangular com este continente[117].

A partir de 2008, apareceram novas percepções de convergência na dimensão econômica, no sentido de Brasil e China assumirem mais responsabilidades pela estabilidade do sistema internacional, devido, inicialmente, à inflação mundial de alimentos que marcou a primeira metade daquele ano e, posteriormente, à eclosão da crise econômica mundial. Na esteira da inflação de alimentos, Lula saudou a inclusão de China e Brasil em reunião ampliada do G-8 para coordenar uma resposta global[118]. Por sua vez, diante da crise econômica internacional, declarou a necessidade de Brasil, China, Índia e Rússia discutirem, em conjunto, o que fazer com seus altos níveis de reservas internacionais para terem uma inserção maior nas decisões políticas mundiais; informou a promoção, por estes quatro países, de uma Sessão Especial do Conselho de Direitos Humanos da ONU sobre a crise; exaltou o

[114] Texto nº 96 no quadro de Lula em apêndice.
[115] Textos nº 72, 96, 161, 175, 184, 187, 232 e 234 no quadro de Lula em apêndice.
[116] Textos nº 97 e 100 no quadro de Lula em apêndice.
[117] Textos nº 96, 221, 400 e 423 no quadro de Lula em apêndice.
[118] Textos nº 258 e 266 no quadro de Lula em apêndice.

dever que Brasil, China e Índia tinham de emprestar dinheiro a países mais pobres naquela conjuntura; e atribuiu responsabilidade a Brasil e China sobre o desenvolvimento de países menores[119].

Para além da dimensão econômica, Lula percebia uma grande convergência entre China e Brasil na agenda ambiental, incluindo-se aqui a produção de energia renovável em um cenário de alta do preço internacional do petróleo[120]. Em vários discursos de 2007 e 2008, celebrou a criação do Fórum Internacional de Biocombustíveis, com a participação de Brasil, China, Índia, África do Sul, Estados Unidos e União Europeia, a fim de criar padrões e normas técnicas para a comercialização de biodiesel[121]. Em um discurso de 2008, também saudou a realização do Fórum de Legisladores dos Países do G-8, do Brasil, da China, da Índia, do México e da África do Sul – G-8 + 5 – para debater um meio ambiente equilibrado[122]. E em 2009, observou que Brasil, China e Estados Unidos tomaram a iniciativa de anunciar intenções quantitativas de redução de gases poluentes para incentivar o debate entre mais países na ONU[123].

A ampliação da percepção da convergência de papeis internacionais entre Brasil e China, ao longo do tempo, culminou em uma declaração de Lula, em texto de 2010, sobre o BRIC – ainda sem a África do Sul, incluída apenas em 2011 –, na qual afirmou a existência de interesses comuns nas áreas política, comercial, financeira, agrícola, energética e ambiental[124].

A representação das convergências entre China e Brasil nos termos de uma *articulação contra-hegemônica*, no discurso de Lula, foi abundante do início ao fim do governo e também se concentrou na dimensão econômica, em maior medida, e na agenda ambiental. Entretanto, referências contra-hegemônicas à reforma do Conselho de Segurança da ONU apareceram em dois textos: uma em 2003, quando Lula afirmou que os dois países desejavam construir uma ordem internacional sem hegemonismos, o que passava por ter um Conselho mais representativo, e outra em 2009, quando destacou que China e Brasil concordavam em dar mais espaço a países em desenvolvimento no órgão[125].

Na dimensão econômica, houve quatro assuntos principais, com recortes temporais bem definidos, a que Lula conferiu um sentido contra-hegemônico. Em primeiro lugar, entre

[119] Textos nº 234, 332, 341 e 431 no quadro de Lula em apêndice.
[120] Texto nº 325 no quadro de Lula em apêndice.
[121] Textos nº 180, 194, 195, 201 e 228 no quadro de Lula em apêndice.
[122] Texto nº 229 no quadro de Lula em apêndice.
[123] Texto nº 368 no quadro de Lula em apêndice.
[124] Texto nº 399 no quadro de Lula em apêndice.
[125] Textos nº 11 e 326 no quadro de Lula em apêndice.

2003 e 2007, teve destaque o envolvimento de Brasil e China no G-20 comercial, no âmbito da OMC, até que as negociações da Rodada Doha ficassem paralisadas. Lula descrevia o G-20 comercial como uma combinação de forças entre países em desenvolvimento para brigar e promover uma luta política e comercial contra o mundo desenvolvido, destacadamente Estados Unidos e União Europeia, que acusava de promoverem protecionismo agrícola e praticar subsídios que prejudicavam a igualdade no comércio internacional e desequilibrava o mundo dos negócios[126].

Em segundo lugar, no mesmo período de 2003 a 2007, apesar da enorme valorização ao G-20 comercial, Lula sempre conferiu importância, paralelamente, à formação de um núcleo menor de países para representar o mundo em desenvolvimento no conflito comercial com o mundo desenvolvido. Seu receio, desde 2003, era de que o G-20 comercial fosse dividido pelos países mais ricos por meio de acordos bilaterais com seus membros e, por isso, apontava Brasil, China, Índia, Rússia e África do Sul como países que deveriam estabelecer uma política de trocas entre si, aumentar a sua complementaridade econômica, não depender do G-8 para se articular e brigar juntos na OMC em nome de países mais pobres que não tinham a mesma capacidade de se organizar[127]. O caminho prático que passou a apontar para esta formação era uma ampliação do G-3 (ou IBAS), formado em 2003 entre Brasil, Índia e África do Sul, no sentido de incluir China e Rússia, para juntar países similares em população, PIB e renda *per capita*, de modo a reunir praticamente metade da humanidade para negociar seus interesses comerciais com os países ricos[128]. Ainda que tenha citado México e Argélia como outros candidatos a este grupo seleto, em textos de 2003 a 2005[129], a nomenclatura BRIC passaria a ser usada por Lula a partir de 2007, sendo este bloco descrito como um esforço de cooperação Sul-Sul para construir uma nova geografia econômica mundial, não excludente, com maior participação de países emergentes nas suas instâncias decisórias[130].

Em terceiro lugar, textos de 2008 a 2010, em meio à crise econômica internacional, ampliaram a caracterização da contra-hegemonia de Brasil e China para além da agenda comercial, sobretudo em menções ao BRIC. Lula passou a apontar que o crescimento econômico de países da periferia, como Brasil e China, devido à adoção de políticas econômicas anticíclicas, estava salvando o "centro nervoso do capitalismo" de uma crise causada pela irresponsabilidade dos países ricos e que os países emergentes do BRIC

[126] Textos nº 30, 31, 126, 160, 185, 195, 196, 197, 198 e 219 no quadro de Lula em apêndice.
[127] Textos nº 15, 20, 37, 39, 45, 62, 75, 164 e 188 no quadro de Lula em apêndice.
[128] Textos nº 30, 34, 41 e 42 no quadro de Lula em apêndice.
[129] Textos nº 16, 84 e 118 no quadro de Lula em apêndice.
[130] Texto nº 188 no quadro de Lula em apêndice.

deveriam criar parcerias e estratégicas comuns para resolvê-la, sobretudo no âmbito do G-20 financeiro – onde o G-8 era percebido como tendo uma agenda adversária em política econômica –, assim como para reformar as instâncias multilaterais, com destaque para o Banco Mundial e o FMI[131].

Finalmente, em quatro lugar, também de 2008 a 2010, ganhou enorme espaço, no discurso contra-hegemônico de Lula, uma defesa da China na conjuntura da inflação mundial de alimentos[132]. O presidente insistiu, repetidamente, em desmentir acusações, atribuídas a *lobbies* poderosos, de que a inflação se devia ao aumento do consumo de petróleo pela China, o que teria feito saltar o preço do barril e, com isso, encarecido um componente importante na produção e no transporte de comida no mundo. Para Lula, a subida no preço do petróleo era causa importante para a inflação mundial de alimentos, mas sua origem estava especulação do mercado financeiro, principalmente de fundos de pensão dos Estados Unidos que procuravam ativos rentáveis, como o petróleo, em meio à crise do *subprime* imobiliário, em 2008. Ademais, em três textos de 2009, além de desmerecer as acusações contra a China, também rejeitou afirmações de que a produção de etanol pelo Brasil teria contribuído para a inflação de alimentos ao destinar parte da produção agrícola à produção de energia[133]. Percebia, portanto, ambos os países como sendo erroneamente culpados por algo que atribuía ao Norte.

Para além da contra-hegemonia na dimensão econômica, Lula coincidiu com Cardoso na agenda ambiental e defendeu, em textos de 2008 a 2010, que os países em desenvolvimento deveriam ter responsabilidades diferenciadas de redução de gases poluentes, em relação a Estados Unidos e países europeus, assim como celebrou a articulação do BASIC, ao lado de Índia e África do Sul, na COP-15 da ONU, para evitar que os países em desenvolvimento, especialmente a China, recebessem responsabilidades elevadas e desproporcionais (em relação ao acumulado histórico) de redução de poluentes, como advogavam os países desenvolvidos[134].

A ampliação da percepção de articulação contra-hegemônica entre Brasil e China por Lula ao longo do tempo refletiu-se em declarações de 2009 e 2010 que apresentavam os dois países como gigantes em desenvolvimento que desejavam moldar o mundo e que se uniam, por interesses, em coalizões e tabuleiros diferentes, a fim de construir uma ordem internacional multipolar e mais justa, dando respostas progressistas à globalização assimétrica

[131] Textos nº 287, 288, 289, 292, 295, 317, 320, 323, 325, 331, 399 e 419 no quadro de Lula em apêndice.
[132] Textos nº 261, 262, 263, 264, 267, 268, 286, 290, 293, 301, 304, 310, 311, 312, 319, 322, 327, 270, 408 e 412 no quadro de Lula em apêndice.
[133] Textos nº 310, 312 e 327 no quadro de Lula em apêndice.
[134] Textos nº 270, 294, 379, 381, 384, 401, 447 e 458 no quadro de Lula em apêndice.

e disfuncional, bem como almejando um processo decisório multilateral reformado, onde países em desenvolvimento tivessem mais espaço[135]. O presidente afirmou, ainda, que "o século XIX foi da Europa, o século XX foi dos Estados Unidos e o século XXI tem que ser do Brasil, da China, da Índia e dos países pobres"[136].

Por outro lado, Lula também percebia *divergências de papeis de Estado* entre Brasil e China, sobretudo em questões de competição econômica, tal como Cardoso. Entre 2004 e 2007, as divergências foram em menor número e destacavam que os dois países tinham empresas multinacionais que concorriam entre si no mundo e que ambos competiam: na indústria automobilística; na recepção de recursos externos; na atração de investimentos de empresas multinacionais; e na disputa de mercados para a venda de produtos, como calçados para os Estados Unidos[137]. Além disso, em 2005, Lula reconheceu, vagamente, que Brasil e China tinham divergências sobre a reforma do Conselho de Segurança da ONU[138].

A partir de 2007 até 2010, as menções de divergência aumentaram, quando Lula passou a perceber uma competição entre China e Brasil na África e, em menor medida, na Ásia e na América Latina. O presidente percebia os dois países como sendo concorrentes na África, pois buscavam introduzir-se nos mesmos setores tecnológicos e industriais; e avaliava que o Brasil não podia ficar parado diante do aumento de investimentos chineses em ferrovia, hidrovia e extração de minérios[139]. Em 2007, apontou que o Brasil deveria ganhar mais ascendência sobre o desenvolvimento de Angola, onde a China estava investindo relativamente mais, assim como deveria "fazer uma ocupação da Indonésia", levando seus produtos e estabelecendo uma relação competitiva com a China naquele mercado[140]. Em 2010, afirmou que o Brasil deveria oferecer financiamento aos países africanos e latino-americanos para comprar seus produtos através de bancos brasileiros lá instalados, do mesmo modo que a China fazia[141]. Naquele mesmo ano, criticou a China por levar mão-de-obra própria para realizar obras na África, deixando de gerar emprego para a população local[142].

Nos dois últimos anos de governo, Lula estendeu as divergências com a China para além da competição econômica. Em 2009, declarou ser preciso sempre "ficar de olho na possibilidade de uma parceria mais forte entre China e Estados Unidos, a criação de um G-2,

[135] Textos nº 326, 347 e 400 no quadro de Lula em apêndice.
[136] Texto nº 389 (p. 11) no quadro de Lula em apêndice.
[137] Textos nº 65, 110, 156, 170, 171, 190 e 221 no quadro de Lula em apêndice.
[138] Texto nº 126 no quadro de Lula em apêndice.
[139] Textos nº 193, 255 e 377 no quadro de Lula em apêndice.
[140] Texto nº 218 (p. 8) no quadro de Lula em apêndice.
[141] Textos nº 415 no quadro de Lula em apêndice.
[142] Texto nº 422 no quadro de Lula em apêndice.

que vai tomar decisões sobre coisas que vão implicar nas nossas economias"[143]. Também naquele mesmo ano, criticou China e Estados Unidos por serem mais reticentes em apresentar metas de redução de gases poluentes do que Brasil e Alemanha[144]. E em dois textos de 2010, afirmou que China e Estados Unidos estavam desvalorizando artificialmente suas moedas, em uma guerra cambial, o que não era correto nem justo para o comércio internacional, e criava um problema para a economia mundial[145].

No *discurso de Dilma*, as menções sobre a *ascensão internacional* da China sempre estiveram associadas ao seu peso para a melhora ou piora da economia mundial como um todo. Em 2013 e 2014, as menções apontavam no sentido de que a economia chinesa estava tendo um bom desempenho, o que contribuía diretamente para a recuperação e a estabilidade da economia mundial em meio à crise internacional, inclusive dos países do MERCOSUL[146]. Por sua vez, em 2015 e 2016, as menções, cada vez mais frequentes neste subtema, passaram a apontar que a diminuição do crescimento econômico da China era um fator de impacto na retração da economia mundial, levando ao fim de um ciclo de alta nos preços internacionais de *commodities*, prejudicando os países do MERCOSUL e servindo como um choque externo para a piora da economia brasileira naquele momento[147].

No que se refere tanto à convergência quanto à articulação contra-hegemônica entre os papeis de Estado de Brasil e China, o foco das menções de Dilma foi, predominantemente, o BRICS. O uso de termos contra-hegemônicos foi maior nos anos iniciais do governo, enquanto a caracterização de convergência apareceu apenas a partir de 2014.

No discurso de Dilma sobre *articulações contra-hegemônicas*, referências somente a Brasil e China foram feitas em 2011, quando a presidente apontou que os dois países uniam forças para projetar visões alternativas na ONU, na OMC, no G-20, no BASIC e no BRICS, a fim de construir uma nova ordem internacional e afirmar, na agenda ambiental, que países emergentes tinham responsabilidades diferenciadas em relação aos desenvolvidos para reduzir a emissão de gases poluentes[148]. (Convém ressaltar que, no governo Dilma, o G-20 refere-se a reuniões entre as 20 maiores economias do mundo, sendo também chamado de G-20 financeiro, que surgiu nos anos 1990, voltou a ganhar força na esteira da crise internacional e era distinto do G-20 comercial, que reunia países em desenvolvimento e havia perdido força com a paralisação da Rodada Doha da OMC, ainda no governo Lula.)

[143] Texto nº 363 (p. 8) no quadro de Lula em apêndice.
[144] Texto nº 369 no quadro de Lula em apêndice.
[145] Texto nº 449 e 453 de Lula no quadro em apêndice.
[146] Textos nº 32, 42, 49 e 66 no quadro de Dilma em apêndice.
[147] Textos nº 68, 69, 70, 71, 82, 84, 85, 87, 88, 91, 95, 96, 97, 99 e 100 no quadro de Dilma em apêndice.
[148] Textos nº 1 e 11 no quadro de Dilma em apêndice.

As menções de cunho contra-hegemônico mais comuns ao longo de todo o governo referiam-se ao BRICS como um todo e o retratavam como expressão do objetivo dos grandes países emergentes em alcançar uma ordem internacional que fosse: mais solidária, democrática e representativa; capaz de produzir benefícios para os países menos desenvolvidos, com destaque para a redução de fome, pobreza e desigualdade, assim como a proteção dos seus interesses no G-20; multipolar, sem tentações de hegemonia, disputas por áreas de influência ou qualquer forma de domínio ou opressão entre países autônomos, soberanos e diversos nas suas visões de mundo; multilateral, com uma governança reformada, que refletisse o peso dos países emergentes no FMI, no Banco Mundial e no Conselho de Segurança da ONU; e sustentável, com a elaboração de um novo paradigma de desenvolvimento, baseado em respeito ao meio ambiente com crescimento econômico e inclusão social[149].

Além disso, em textos de 2012 e 2013, Dilma passou a destacar uma diferença entre as políticas econômicas do BRICS e dos países desenvolvidos para superar a crise econômica internacional. Estes eram criticados por injetar liquidez excessiva no mercado financeiro, o que exportava a crise para países emergentes ao provocar desequilíbrios cambiais, assim como por cortarem gastos e investimentos, o que agravava a recessão mundial e precarizava as relações de trabalho. Por sua vez, os BRICS eram retratados como executores de uma política baseada na expansão de mercados de massa não-autárquicos, no equilíbrio entre consumo e investimento e no aumento do comércio entre si, o que gerava atração de recursos externos, crescimento econômico, distribuição de renda, mitigação da crise global e uma transformação dos fluxos econômicos internacionais, antes estruturados em torno do eixo Norte-Sul[150].

Dilma acrescentou, em dois discursos de 2014, que o BRICS procurava oferecer modelos alternativos para o mundo em desenvolvimento em matéria de inclusão social e desenvolvimento sustentável e que seus países-membros desejavam estender uma cooperação entre si que fosse centrada em políticas públicas nas áreas de saúde, agricultura, indústria, cultura e turismo, inclusive formulando uma metodologia própria para medir indicadores sociais que levassem em conta características de países em desenvolvimento[151].

Finalmente, ainda tratando o BRICS como uma articulação contra-hegemônica, Dilma saudou, de 2012 a 2015, a criação do Novo Banco de Desenvolvimento, do Arranjo

[149] Textos nº 3, 5, 18, 21, 36, 40, 60, 63, 73, 81, 94 no quadro de Dilma em apêndice.
[150] Textos nº 17, 18, 19, 20, 23, 35 e 58 no quadro de Dilma em apêndice.
[151] Textos nº 58 e 59 no quadro de Dilma em apêndice.

Contingente de Reservas e do Conselho Empresarial dos BRICS, instrumentos para reconfigurar o sistema de governança econômica internacional; garantir um crescimento econômico mais vigoroso a países emergentes, não permitindo que problemas dos países avançados lhes criassem obstáculos; e servir de alternativa às necessidades de infraestrutura e sustentabilidade ambiental para países em desenvolvimento, dada a insuficiência de crédito nas instituições multilaterais existentes [152].

Paralelamente, a partir de 2014, com a piora dos índices econômicos, aparecerem as menções à *convergência de papeis* entre Brasil e China, no discurso de Dilma, as quais não demarcavam, explicitamente, oposições a países desenvolvidos. Naquele ano e em 2015, o BRICS foi caracterizado como uma parceria sólida com consequências positivas para o sistema internacional, em favor da multipolaridade, de um multilateralismo mais democrático na governança política e econômica (com destaque para o Conselho de Segurança da ONU, o Novo Banco de Desenvolvimento e o Arranjo Contingente de Reservas) e da criação de mecanismos de coordenação política e econômica nas regiões dos países-membros[153]. Especificamente sobre a convergência apenas entre Brasil e China, Dilma apontou a coincidência de atuações no G-20 e no BASIC, assim como a disposição em reformar a governança internacional em matéria de segurança cibernética e a realizar o 1º Foro China-Comunidade dos Estados Latino-Americanos e Caribenhos (CELAC) com vistas à cooperação em infraestrutura, energia, agricultura e educação [154].

Menções a *divergências de papeis* de Estado entre China e Brasil não foram expressadas por Dilma.

Por fim, no *discurso de Temer*, não encontramos menções à *ascensão internacional* da China. A maioria das suas menções aos país referiu-se à *convergência de papeis de Estado* com o Brasil, sobretudo no BRICS. O bloco foi percebido pelo presidente, em 2016 e 2017, como uma organização cujos valores principais eram o multilateralismo e o universalismo; cujos membros deveriam permanecer unidos na diversidade; que tinha preocupações muito parecidas com as do G-20, relacionadas a desemprego, inovação tecnológica, clima e antiterrorismo; que o bloco contribuía para a estabilidade econômica global, devendo trabalhar para reformar o FMI e o Banco Mundial, fortalecer a OMC em temas agrícolas e resistir a tendências comerciais protecionistas; e, por fim, que deveria trabalhar também para defender a Agenda 2030 de Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da ONU e uma maior

[152] Textos nº 18, 35, 36, 58, 59 e 80 no quadro de Dilma em apêndice.
[153] Textos nº 58, 67, 73, 74 e 86 no quadro de Dilma em apêndice.
[154] Textos nº 61, 69, 73 e 74 no quadro de Dilma em apêndice.

representatividade no seu Conselho de Segurança[155]. Sobre a convergência apenas entre Brasil e China, Temer resumiu, em 2017, que os dois países tinham uma parceria estratégica global no combate às mudanças climáticas, na defesa do sistema multilateral de comércio, no G-20 e no BRICS[156]. Ademais, registrou, em 2018, a semelhança de Brasil e China em terem sido os primeiros países a entregar, na ONU, a assinatura do Acordo de Paris para o clima, formulado em 2015[157].

A única percepção de Temer sobre *articulação contra-hegemônica* envolvendo Brasil e China foi expressa em 2016, quando declarou que o Novo Banco de Desenvolvimento do BRICS deveria permanecer a serviço das nações em desenvolvimento e conceder empréstimos a projetos ligados a desenvolvimento sustentável, energia renovável e mudanças climáticas[158].

Por sua vez, a única *divergência de papeis de Estado* entre Brasil e China, no discurso de Temer, foi pronunciada em 2017, quando o presidente declarou que os dois países eram competidores internacionais no setor de siderurgia e que se preocupava com que a venda de aço pela China fosse prejudicial ao Brasil[159].

Conclui-se o seguinte a respeito das percepções presidenciais sobre o papel do Estado chinês no mundo:

- Em termos gerais, menções sobre a papel da China na superestrutura internacional deram-se sobretudo através de comparações com o papel do Brasil (convergência, articulação contra-hegemônica ou divergência), o que evidencia que, entre países, a identidade de papel do *outro* é geralmente percebida em relação à do *eu* pelo(a) governante brasileiro(a).
- Sobre a *ascensão internacional* da China, Cardoso, Lula e Dilma sempre associaram-na, destacadamente, ao aumento da sua influência em dinâmicas econômicas (internacionais, regionais e brasileiras), de modo crescente ao longo dos três governos. A ausência de referências à ascensão chinesa no discurso de Temer (o "não-dito") sugere que o fenômeno já era consolidado e óbvio. Ademais, Cardoso e Lula explicaram a ascensão econômica da China com motivos diferentes: o primeiro destacou a abertura da sua economia nos anos

[155] Textos nº 5, 7, 12, 24, 33 e 34 no quadro de Temer em apêndice.
[156] Texto nº 29 no quadro de Temer em apêndice.
[157] Textos nº 39, 40 e 42 no quadro de Temer em apêndice.
[158] Texto nº 7 no quadro de Temer em apêndice.
[159] Texto nº 26 no quadro de Temer em apêndice.

1990, enquanto o segundo salientou tanto políticas públicas de inclusão social, quanto cálculos geopolíticos dos Estados Unidos.

- Sobre a *convergência de papeis* entre Brasil e China, todos os presidentes coincidiram em percebê-la, em maior medida, nas agendas econômica e ambiental discutidas em fóruns multilaterais. A expressão das convergências em termos de uma *articulação contra-hegemônica* foi muito mais frequente e aprofundada nos discursos de Lula e Dilma do que de Cardoso e Temer, tendo havido, além disso, diferenças entre os dois pares conforma a agenda.
- Na agenda econômica, todos os presidentes apontaram *convergência* na disposição de reformar o regime comercial, porém com uma diferença de propósito: por um lado, Cardoso e Temer percebiam a China como parceira para alcançar regras universais contra o protecionismo na OMC, enquanto Lula e Dilma percebiam-na como parceira no G-20 comercial, dentro da OMC, para criar regras contra o protecionismo especificamente em temas agrícolas, o que frequentemente (mas nem sempre) retratavam nos termos de uma articulação *contra-hegemônica* para combater políticas do Norte.
- Ainda na agenda econômica, todos os presidentes apontaram *convergência* na disposição de reformar a governança financeira, mas apenas Lula e Dilma retrataram-na, de forma expressiva, nos termos de uma *articulação contra-hegemônica*, a fim de promover interesses percebidos como sendo de países emergentes ou em desenvolvimento. Ademais, houve uma diferença de método: Cardoso, Temer e Lula falaram mais em reforma do poder decisório nas instituições existentes (FMI e Banco Mundial), enquanto Dilma enfatizou mais a criação de novas instituições, na esteira da crise econômica internacional (Fundo e Banco dos BRICS). Sobre o BRICS, Lula e Dilma percebiam-no, sobretudo, como uma *articulação contra-hegemônica*, capaz de exportar políticas públicas para países em desenvolvimento, no momento da crise financeira internacional, que se contrapunham a preferências dos países desenvolvidos, ao passo que Temer tratava-o nos termos de uma *convergência* e não percebia diferenças significativas entre sua pauta e a do G-20 financeiro.
- Na agenda ambiental, todos os presidentes perceberam *convergência* na formulação de um regime internacional, seja para ratificar o Protocolo de Quioto (Cardoso), criar o Fórum Internacional de Biocombustíveis (Lula), articular-se no BASIC (Lula e Dilma) e defender o Acordo de Paris (Temer). Além disso, esta foi

a única agenda que todos os presidentes coincidiram em retratar, também, nos termos de *articulação contra-hegemônica*, caracterizando os engajamentos de Brasil e China na formulação do regime internacional e/ou no financiamento do desenvolvimento sustentável como sendo orientados pelo interesse de favorecer países em desenvolvimento.

- Além disso: a *convergência* de Brasil e China em construir uma ordem multipolar foi reiterada por Lula e Dilma, expressa uma única vez por Cardoso e nenhuma por Temer; apenas Lula e Dilma viram *convergência* de interesses entre a sua política de integração regional e o aumento de cooperação em desenvolvimento da China com países sul-americanos ou latino-americanos; e menções de *convergência* sobre a reforma do Conselho de Segurança da ONU, embora comuns aos quatro presidentes, foram sempre marginais.
- Sobre a *divergência de papeis* entre Brasil e China, Cardoso, Temer e Lula coincidiram em perceber uma competição econômica na venda de produtos no mercado internacional, mas apenas Lula destacou uma concorrência por acesso a mercados novos ao Brasil, especialmente na África. Por sua vez, a ausência de menção a divergências por Dilma, assim como o fato de Temer só ter feito uma menção deste tipo, talvez se explique pela conjuntura de avanço da crise econômica brasileira, o que reduziu a competição internacional dos dois países em favor da China e acentuou uma assimetria de poder econômico que Lula já percebia despontar no fim do seu governo, quando apontava uma certa equivalência de poder econômico entre China e Estados Unidos.

9.2.2 Forma do Estado chinês

O número de textos contendo menções à forma do Estado chinês foi de 50 no discurso de Cardoso, 151 no de Lula, 32 no de Dilma e três no de Temer. Nestes textos, Cardoso fez 11 menções ao regime econômico, três ao regime político, 33 a semelhanças com os regimes político e/ou econômico do Brasil e 12 a diferenças entre eles; Lula, 14 ao regime econômico, três ao regime político, 69 a semelhanças e 74 a diferenças; Dilma, 11 ao regime econômico, nenhuma ao regime político, 21 a semelhanças e seis a diferenças; e Temer, três ao regime econômico e nenhuma a regime político, semelhança ou diferença.

No *discurso de Cardoso*, a percepção sobre o *regime econômico* do Estado chinês foi marcada por uma avaliação positiva sobre a política de abertura econômica adotada no pós-

Guerra Fria, continuamente elogiada ao longo dos oito anos de governo[160]. Ademais, em texto de 1995, Cardoso classificou a China como um exemplo de sucesso econômico por ter feito reformas em proveito da globalização, da recepção de capital estrangeiro, da inserção em mercados externos, da redução de custos de produção, da melhoria da competitividade e da elevação da poupança seguida pelo investimento no setor produtivo, na educação básica e no bem-estar social[161].

Em textos de 1997 e 1998, Cardoso percebia que diferentes países, entre os quais a China, estavam adaptando um único modo de produção, generalizado no mundo após o fim da Guerra Fria, às especificidades locais, como cultura, instituições, relações jurídicas, oportunidades e ação política, de modo que o processo chinês de abertura econômica obedecia a circunstâncias, peculiaridades e interesses próprios[162]. Críticas ao regime econômico chinês foram feitas apenas duas vezes: uma, em 1995, avaliava que o mercado ainda tinha pouca expressão no país; e outra, em 1997, apontava uma mentalidade pouco inovadora e uma disciplina pouco democrática de trabalho[163].

Por sua vez, o *regime político* do Estado chinês era percebido por Cardoso através de recortes culturalistas entre Ocidente e não-Ocidente. Em textos do primeiro mandato, expressou que a organização política da China não pertencia ao mundo ocidental: a presença do confucionismo e a ausência de princípios cartesianos seriam marcas da cultura chinesa que a diferenciariam da cultura ocidental, com repercussões, ainda, sobre como o trabalho era organizado no país[164].

As *semelhanças* percebidas entre as formas de Estado de Brasil e China por Cardoso foram, majoritariamente, sobre elementos relacionáveis a regime econômico, no que tiveram uma ligeira diferença entre o primeiro e o segundo mandato. Entre 1995 e 1998, predominaram qualificações de que ambos eram países em desenvolvimento continentais, populosos, de grande mercado interno e economia diversificada, que executavam políticas de projeção econômica regional e presença comercial global (*global traders*)[165]. Já entre 1996 e 2002, tiveram maior destaque as percepções de que ambos os países eram grandes receptores de investimento externo direto e estavam entre aqueles que mais formavam doutores em universidades[166]. Além disso, em 1999, a experiência de abertura econômica da China serviu

[160] Textos nº 11, 12, 15, 18, 45, 46, 49, 71 e 72 no quadro de Cardoso em apêndice.
[161] Texto nº 18 no quadro de Cardoso em apêndice.
[162] Textos nº 33 e 46 no quadro de Cardoso em apêndice.
[163] Textos nº 5 e 29 no quadro de Cardoso em apêndice.
[164] Textos nº 13, 18, 22 e 26 no quadro de Cardoso em apêndice.
[165] Textos nº 3, 15,16, 17, 18, 23, 27, 34, 35 e 43 no quadro de Cardoso em apêndice.
[166] Textos nº 41, 52, 57, 58, 71, 72, 77, 79, 81, 85, 86, 88, 102 e 104 no quadro de Cardoso em apêndice.

como uma justificativa para Cardoso defender que o Brasil deveria fazer o mesmo, pois manter sua economia fechada seria atrasado e insensato[167].

As menções de *diferença* feitas por Cardoso ficaram concentradas no ano de 2002, quando se pronunciou diversas vezes sobre um relatório do Banco Mundial que apontava que o Brasil havia tido um desempenho superior na melhora de indicadores de desenvolvimento socioeconômico em saúde e educação do que a China e outros países, nos dez anos anteriores – entretanto, o próprio presidente reconheceu que o número absoluto de pobres com que a China tinha de lidar era muito maior do que o do Brasil[168]. Ainda em 2002, Cardoso avaliou que os dois países adotavam caminhos diferentes para aumentar suas vantagens comparativas na economia internacional, sem entrar em detalhes[169]. Para além da dimensão econômica, uma única menção comparativa sobre diferença de regime político foi expressa em 1995, quando Cardoso apontou que China e Brasil eram impulsionados historicamente por linhas políticas diferentes, sendo a brasileira marcada pela democracia, e afirmou que a modernização de ambos os países, nos anos seguintes, apenas teria êxito se houvesse um diálogo permanente de seus governos com suas respectivas sociedades[170].

No *discurso de Lula*, o *regime econômico* do Estado chinês foi percebido, sobretudo, como exitoso em promover o desenvolvimento do setor produtivo através de políticas públicas. A forma de abertura econômica da China foi saudada apenas em dois textos de 2003 e 2004 por ter sido combinada à inclusão social e à geração de benefícios para toda a população[171]. Em vez da abertura econômica percebida com importância por Cardoso, o que ganhou maior admiração no discurso de Lula, de forma reiterada nos oito anos de presidência, foi a política de inovação técnica da China, baseada na interação entre universidades (pesquisa em ciência e tecnologia) e empresas (transformação das pesquisas em produtos comercializáveis), ponto ao qual atribuiu responsabilidade pelo "salto chinês" dos anos 1990[172]. Lula também expressou admiração pela política pública de ensino técnico de nível médio, em 2003; pelo alto investimento público em educação, em 2006; e pelo avanço chinês na redução da pobreza, em 2004 e 2009;[173].

Além disso, Lula notava uma associação decisiva entre os regimes econômico e político da China para explicar seu sucesso econômico e, sobre o segundo, demonstrava

[167] Texto nº 49 no quadro de Cardoso em apêndice.
[168] Textos nº 93, 95, 97, 98, 108 e 111 no quadro de Cardoso em apêndice.
[169] Texto nº 91 no quadro de Cardoso em apêndice.
[170] Texto nº 16 no quadro de Cardoso em apêndice.
[171] Textos nº 11 e 69 no quadro de Lula em apêndice.
[172] Textos nº 57, 61, 128, 139, 210 e 432 no quadro de Lula em apêndice.
[173] Textos nº 29, 86, 157 e 347 no quadro de Lula em apêndice.

pouco apreço. Em 2009, afirmou que havia baixo custo de produção e alta atração de investimento estrangeiro na China porque lá "não tem jornal para falar mal, não tem Congresso para não votar, não tem sindicato para fazer greve, o partido decide"[174]. Em 2007, afirmou que países latino-americanos, africanos e asiáticos, entre os quais a China, deveriam consolidar, no século XXI, tanto um desenvolvimento com justiça social quanto a democracia[175]. Por outro lado, em 2004, elogiou a decisão da empresa Marcopolo de fazer negócios na China e ganhar mercado lá sem colocar em discussão a existência de um partido único[176].

As *semelhanças* percebidas por Lula entre as formas do Estado de Brasil e China foram, predominantemente, sobre regime econômico, porém o presidente salientou aspectos diferentes aos de Cardoso. Em 2003 e 2004, avaliou que ambos os países de industrialização tardia e grande desigualdade interna integravam-se à globalização sem abrir mão da autonomia de seus processos decisórios e buscavam desenvolver-se com justiça social para alcançar estabilidade doméstica[177]. A partir de 2007, passou a salientar a expansão dos mercados internos de consumo de massa nos dois países[178]. Além disso, em meio à inflação mundial de alimentos de 2008, conferiu enorme destaque ao fato de Brasil, China e outros países em desenvolvimento terem tido êxito em reduzir a fome de sua população mais pobre nos anos anteriores e, para evitar retrocessos, sugeria que deveriam aumentar a produção interna de alimentos[179]. Com a eclosão da crise econômica internacional, em 2008, passou a qualificar Brasil e China, por um lado, como vítimas vulneráveis do sistema financeiro operado irresponsavelmente pelos países ricos[180]; e, por outro lado, como países que tinham boas condições relativas para enfrentar aquela conjuntura, dadas as grandes reservas de dólar, os parques industriais diversificados e os baixos déficits fiscais, o que teria se comprovado com a continuidade de altas taxas de crescimento econômico e de criação de empregos formais[181]. Em 2010, destacou que os dois países, em meio à crise, faziam políticas de capitalização de empresas estatais, investiam no complexo petroquímico, fomentavam

[174] Texto nº 363 (p. 8) no quadro de Lula em apêndice.
[175] Texto nº 217 no quadro de Lula em apêndice.
[176] Texto nº 55 no quadro de Lula em apêndice.
[177] Textos nº 29, 69, 70, 72 e 97 no quadro de Lula em apêndice.
[178] Textos nº 210, 288, 299, 363 e 459 no quadro de Lula em apêndice.
[179] Textos nº 229, 235, 241, 243, 244, 245, 246, 247, 248, 249, 251, 253, 254, 256, 257, 262, 263, 272, 279, 294, 312, 325, 349, 450 e 451 no quadro de Lula em apêndice.
[180] Textos nº 302, 310, 311, 370 e 371 no quadro de Lula em apêndice.
[181] Textos nº 285, 340, 405, 407, 410, 414, 417, 431 e 452 no quadro de Lula em apêndice.

grandes programas de habitação popular e tinham muitas obras em andamento, especialmente ferrovias[182].

A respeito das *diferenças* de regimes entre Brasil e China percebidas por Lula, estas concentraram-se em dois tipos: comparações superficiais de desempenho econômico e distinções acentuadas de regime político. Sobre desempenho econômico, comparações foram feitas por Lula especialmente em termos de taxa de crescimento, nível de produto, nível de renda e competitividade, geralmente desfavoráveis ao Brasil[183]. Exceções favoráveis apareceram a partir da crise econômica internacional, quando Lula manifestava a crença de que o Brasil sofreria prejuízos menores do que a China, pois o PIB desta dependia mais de exportações[184]. Além disso, comparações de desempenho em setores econômicos específicos apareceram de modo variado, tendo tido destaque, no segundo mandato, por um lado, a contrariedade com os fatos de a China estar aumentando sua produção de aço mais do que o Brasil, mesmo este sendo um maior produtor de ferro, e de a China valorizar mais sua indústria militar do que o Brasil[185]; e, por outro lado, o otimismo de que o Brasil tinha maior capacidade do que a China para aumentar sua produção de alimentos, por ter mais terras produtivas[186]. Por último, Lula acreditava que a China se dispunha a prestar maior ajuda econômica aos países pobres, particularmente na África, porque o Brasil ainda se via apenas como um país que deveria receber recursos externos, o que se refletia no fato de as embaixadas brasileiras terem um tamanho relativamente menor[187].

Sobre diferenças de regime político, Lula apontou-as no seu discurso de forma cada vez mais frequente com o passar dos anos. Em 2005, afirmou que competir economicamente com a China, particularmente no setor de calçados, não era fácil, pois lá havia menor dificuldade para se fazer leis e menor pressão de sindicatos reivindicando aumento de salário; e expressou que lhe machucava quando citavam a China como um exemplo a ser seguido para ter crescimento econômico extraordinário, pois ninguém gostaria que as condições do Brasil e da China fossem as mesmas[188]. Em 2006, declarou que o Brasil tinha uma economia menos competitiva do que a China porque ambos tinham diferenças na "situação do trabalhador", no "compromisso com o Estado" e na democracia; e disse que o Brasil não podia e não deveria oferecer aos empresários, em disputas econômicas com a China, as mesmas condições que ela

[182] Textos nº 439, 440, 450 e 461 no quadro de Lula em apêndice.
[183] Textos nº 125, 138, 142, 144, 145, 146, 152, 153, 154, 155, 172, 185, 238, 353, 354 e 356 no quadro de Lula em apêndice
[184] Textos nº 297, 300, 303, 343 e 377 no quadro de Lula em apêndice.
[185] Textos nº 184, 218, 223, 274, 352 e 398 no quadro de Lula em apêndice.
[186] Textos nº 406, 409, 423, 436 e 451 no quadro de Lula em apêndice.
[187] Textos nº 213, 348, 355 e 401 no quadro de Lula em apêndice.
[188] Texto nº 133 e 134 no quadro de Lula em apêndice.

oferecia, pois era necessário manter a democracia brasileira com sindicatos, Congresso e Justiça fortes, além de imprensa livre[189]. Em 2008, afirmou que o trabalho chinês era mais barato que o brasileiro porque a China não tinha as mesmas obrigações sociais que o Brasil e que este trilhava um caminho de desenvolvimento mais complicado porque o fazia em um regime altamente democrático[190]. Em 2009, afirmou que a China tinha vantagens, na percepção de muitos, que lhe pareciam desvantagens: "Lá um partido pode muito. Lá, quando um partido decide, acontece. Aqui nós temos que ouvir muitas coisas. Aqui nós temos um Congresso livre, aqui nós temos imprensa livre, aqui nós temos sindicatos livres"[191]. Finalmente, em 2010, afirmou que o Brasil lidou melhor com a crise econômica internacional do que a China porque o fez em um regime democrático, onde decisões não eram tomadas por apenas um partido e onde a imprensa cobria aquilo que tinha mais apelo à sociedade[192].

Entre a admiração ao regime econômico e as críticas ao regime político da China, Lula avaliou resumidamente, em 2004, que China e Brasil tinham muito o que aprender um com o outro em matéria de desenvolvimento econômico, político, social e humano[193]. Mas destacou, em 2005, que o Brasil, para passar ao rol de países ricos, deveria, antes de ficar olhando para China ou Estados Unidos, "olhar para nós, para a nossa indústria, para a nossa cultura, para a nossa política, para as nossas possibilidades"[194].

No *discurso de Dilma*, o *regime econômico* do Estado chinês também recebeu menções de admiração, sobretudo, pela sua capacidade de promover o crescimento da economia produtiva. A política pública que a presidente mais elogiou foi a de compras governamentais, que frisava ser praticada tanto pela China quanto pelos Estados Unidos e que seria capaz de estruturar vários setores da economia nacional, especialmente industriais, devido ao grande poder de demanda do Estado[195]. Além disso, elogiou políticas públicas relacionadas à inovação técnica, vendo como positiva a ênfase em ciência e tecnologia que foi estipulada pelo 12º Plano Quinquenal da China, em 2011; o envio de estudantes chineses para universidades do exterior e sua posterior incorporação ao desenvolvimento nacional, também em 2011; e a educação em tempo integral, em 2013[196]. Ainda no mesmo sentido, a presidente também percebia como positiva, em 2012 e 2014, a política chinesa de enfrentamento à crise

[189] Texto nº 145 (p. 8) e 170 no quadro de Lula em apêndice.
[190] Textos nº 242 e 260 no quadro de Lula em apêndice.
[191] Texto nº 321 (p. 4) no quadro de Lula em apêndice.
[192] Textos nº 455 e 462 no quadro de Lula em apêndice.
[193] Texto nº 96 no quadro de Lula em apêndice.
[194] Texto nº 136 (p. 9) no quadro de Lula em apêndice.
[195] Textos nº 11, 13 e 27 no quadro de Dilma em apêndice.
[196] Textos, respectivamente, nº 1, 10 e 37 no quadro de Dilma em apêndice.

econômica internacional, baseada no incentivo a consumo e investimento, assim como na ampliação de ações de inclusão social, combate à pobreza e redução de desigualdades[197].

Ainda sobre o regime econômico chinês, em dois textos de 2011, Dilma destacou, como Lula havia feito, que cada país deveria procurar sua trilha para o desenvolvimento econômico e que, no caso chinês, adotava-se um modelo próprio de transformação do Estado, marcado pela adoção de modelos ocidentais de gestão em bancos e empresas para competir no mercado internacional, o que considerou positivo, "mesmo que nós possamos, com os nossos olhos, julgar algumas coisas incompletas [n]a China"[198]. Finalmente, em 2013, classificou críticas feitas no Brasil contra a presença de empresas estatais chinesas na exploração de petróleo no pré-sal como tolice, ingenuidade, xenofobia e preconceito, pois estas empresas estavam entre as maiores do mundo e pertenciam a um país que era grande importador de petróleo[199].

Dilma não manifestou percepções sobre o *regime político* do Estado chinês.

As *semelhanças* percebidas por Dilma entre as formas de Estado de Brasil e China também foram, predominantemente, sobre regime econômico, tanto ao comparar os países diretamente entre si, quanto ao tratá-los no conjunto dos demais países do BRICS. Comparando apenas Brasil e China, Dilma afirmou, em dois textos de 2011, que os países compartilhavam visões sobre a combinação de crescimento econômico com justiça social, integração soberana ao mercado globalizado e redução da vulnerabilidade externa[200]. Em outras ocasiões, salientou, sobretudo, serem dois países em desenvolvimento que expandiam seus mercados internos e experimentavam altas taxas de investimento, tanto de fonte externa quanto doméstica, no que destacou o apoio do Estado a obras de infraestrutura e programas de habitação popular[201]. Quando tratou do conjunto do BRICS, classificou seus cinco membros como países em desenvolvimento, continentais, em crescimento econômico, com políticas de presença regional e internacional, porém ainda marcados por desigualdade, pobreza e fome[202].

Para além de semelhanças em aspectos econômicos, vale registrar que Dilma avaliou, em dois textos de 2013, que o Brasil, ao investir no desenvolvimento de um submarino nuclear, estava ingressando em um seleto grupo de pares, conformado pela China e pelos demais membros permanentes do Conselho de Segurança da ONU[203].

---

[197] Textos nº 20 e 61 no quadro de Dilma em apêndice.
[198] Textos nº 11 e 14 (p. 4) no quadro de Dilma em apêndice.
[199] Texto nº 45 no quadro de Dilma em apêndice.
[200] Textos nº 2 e 3 no quadro de Dilma em apêndice.
[201] Textos nº 35, 38, 47, 48, 53, 61, 92, 98 e 101 no quadro de Dilma em apêndice.
[202] Textos nº 17, 22, 24 e 91 no quadro de Dilma em apêndice.
[203] Textos nº 33 e 34 no quadro de Dilma em apêndice.

Por sua vez, em relação a *diferenças* nas formas de Estado, Dilma pontuou, em 2011, que o Brasil promovia uma maior distribuição de renda do que seus pares do BRICS[204] e, em 2012, que os países do bloco eram diferentes entre si nas suas culturas – salientou, porém, que esta diversidade cultural era o seu maior patrimônio[205].

No *discurso de Temer*, as três menções ao *regime econômico* do Estado chinês trataram do mesmo assunto: em textos de 2016 e 2017, o presidente demonstrou admiração pelo grande número de micros, pequenos e médios empresários na China, importantes para a sua produção manufatureira e industrial, assim como para sua capacidade de exportação[206].

Temer não fez menções ao *regime político* do Estado chinês, nem a *semelhanças* ou *diferenças* entre as formas dos Estados brasileiro e chinês.

Concluímos o seguinte a respeito das percepções presidenciais sobre a forma do Estado chinês:

- Em termos gerais, menções sobre a forma do Estado na China apareceram mais através de comparações (semelhanças ou diferenças) com a forma do Estado brasileiro do que isoladamente, o que evidencia que, entre países, a identidade da forma do Estado do *outro* é geralmente percebida em relação à do *eu* por presidentes.
- Menções ao regime econômico da China apareceram com maior frequência e continuidade, ao longo dos anos, do que ao seu regime político. Além disso, Cardoso, Lula e Dilma manifestaram o mesmo entendimento de que todo país tem uma trajetória diferente de desenvolvimento, sugerindo, portanto, certo direito à China de ter a forma de Estado que lhe conviesse, porém com uma diferença fundamental: Cardoso percebia que cada trajetória nacional, incluindo a chinesa, deveria adaptar-se a uma tendência universal – no caso, a abertura da economia às transações globais –, o que não apareceu nos discursos de Lula e Dilma, para quem a trajetória de desenvolvimento de um país era particular e contingente.
- Quanto ao *regime econômico* da China, Cardoso e Temer deram maior importância a aspectos relacionados a dinâmicas de mercado (elogios, respectivamente, à abertura da economia e ao desempenho de pequenas e médias empresas que, naquele país, pertencem ao setor privado), enquanto Lula e Dilma destacaram aspectos relacionados a ações do Estado (elogios a políticas públicas

[204] Textos nº 9 e 12 no quadro de Dilma em apêndice.
[205] Textos nº 17, 22 e 24 no quadro de Dilma em apêndice.
[206] Textos nº 10, 22 e 27 no quadro de Temer em apêndice.

que estimulam a produção e reduzem a desigualdade social, assim como à atuação doméstica e internacional de grandes empresas que, naquele país, são estatais).

- O regime econômico teve destaque nas comparações de *semelhança* por Cardoso, Lula e Dilma, mas com distinções marcantes: enquanto Cardoso percebia uma semelhança da abertura da economia dos dois países ao mundo, sobretudo com vistas à recepção de investimento externo, Lula e Dilma destacavam a semelhança no fortalecimento da economia doméstica por meio de políticas públicas para expandir o mercado de consumo e os investimentos estatais. Além disso, as comparações de *diferença* evidenciaram que Lula, relativamente aos outros três presidentes, percebia o Brasil e a China como países de desempenho econômico comparável e concorrente, àquela altura da história.
- Quanto ao *regime político* da China, Cardoso percebeu-o como não sendo ocidental, através de uma lente culturalista que separava Ocidente e não-Ocidente, o que não apareceu no discurso de Lula. Porém, em comparações de *diferença* com o Brasil, tanto Cardoso quanto Lula (muito mais enfaticamente) coincidiram em avaliar negativamente a falta de democracia na China. Finalmente, a ausência de menções ao regime político por Dilma e Temer sugere que o avanço da crise econômica brasileira, somado à deterioração democrática do Brasil na passagem dos dois governos, diminuiu o espaço para avaliações sobre democracia na China.

9.2.3 Intercâmbio material entre Brasil e China

O número de textos contendo menções à relação bilateral entre China e Brasil foi de 30 no discurso Cardoso, 107 no de Lula, 28 no de Dilma e 25 no de Temer. Nestes textos, Cardoso fez 21 menções a comércio, oito a investimento, 12 a ciência e tecnologia e nenhuma a outros temas; Lula, 85 a comércio, 26 a investimento, 17 a ciência e tecnologia e dez a outros temas; Dilma, 14 a comércio, 20 a investimento, 12 a ciência e tecnologia e duas a outros temas; e Temer, 17 a comércio, 15 a investimento, quatro a ciência e tecnologia e duas a outros temas.

No *discurso de Cardoso* sobre *comércio*, o ganho de importância das trocas bilaterais foi notável ao longo do tempo: no primeiro mandato, o presidente fez apenas quatro registros superficiais de que este comércio se expandia, tendo a China se tornado o 2º maior parceiro

do Brasil na Ásia, em 1996[207]; já no segundo mandato, fez 17 menções ao tema, nas quais a China foi caracterizada como um mercado em expansão para produtos brasileiros variados, como soja, carne, aviões da Embraer e turbinas da VoithSiemens para a hidrelétrica de Três Gargantas[208]. Em um texto de 2001, apareceu, pela primeira vez, um desejo de diversificar a pauta exportadora brasileira, para que incluísse mais bens de alto valor tecnológico[209]. Neste sentido, em 2002, anunciou que a China estava em uma lista de grandes mercados com quem o Brasil negociava acordos que poderiam beneficiar suas indústrias de automóveis e aviões[210].

No que concerne *investimento*, as menções de Cardoso predominaram no primeiro mandato e foram marcadas por desejos de expansão recíproca em setores variados, sobretudo infraestrutura[211]. Ações concretas foram referidas em apenas dois textos: em 1997, quando o presidente saudou a vitória de empresas brasileiras em uma concorrência para construir a hidrelétrica de Três Gargantas; e em 2001, quando anunciou um estudo para a produção conjunta de aviões na China[212]. Em três ocasiões, Cardoso expressou que o melhor meio para negócios brasileiros se expandirem no país asiático seria através de associações e *joint-ventures* com empresas chinesas[213].

Finalmente, na área de *ciência e tecnologia*, o destaque no discurso de Cardoso, com referências ao longo de todo o governo, foi a cooperação na área espacial, especificamente no projeto *China-Brazil Earth Resources Satellites* (CBERS), para a produção conjunta de satélites de sensoriamento terrestre, tendo sido o primeiro deles lançado em 1999[214].

Cardoso não fez referências significativas a *outros temas* da relação bilateral.

No *discurso de Lula*, as diversas menções ao *comércio* bilateral tiveram o sentido, em primeiro lugar, de registrar o aumento contínuo do fluxo de bens, particularmente das exportações brasileiras[215]. Em especial, o presidente informou que a China havia se tornado o 2º maior parceiro comercial do Brasil, em 2003; que a concessão do *status* de economia de mercado à China pelo Brasil, em 2004, prometia aumentar ainda mais as trocas; e que a China havia conquistado o posto de 1º parceiro comercial do Brasil, em 2009[216]. Os produtos exportados pelo Brasil que mais aparecem no seu discurso eram, sobretudo, primários, com

[207] Textos nº 15, 16, 18 e 27 no quadro de Cardoso em apêndice.
[208] Textos nº 56, 62, 64, 68, 65, 72, 73, 74, 75, 78, 81, 82, 90, 93 e 100 no quadro de Cardoso em apêndice.
[209] Texto nº 68 no quadro de Cardoso em apêndice.
[210] Textos nº 105 e 106 no quadro de Cardoso em apêndice.
[211] Textos nº 15, 16, 27, 29 e 68 no quadro de Cardoso em apêndice.
[212] Textos nº 38 e 72 no quadro de Cardoso em apêndice.
[213] Textos nº 18, 29 e 72 no quadro de Cardoso em apêndice.
[214] Textos nº 15, 26, 27, 42, 53, 68, 78 no quadro de Cardoso em apêndice.
[215] Textos nº 24, 26, 40, 48, 62, 73, 76, 96, 97, 208, 287, 309, 325, 327, 330, 338, 339, 341, 362, 385, 392 e 401 no quadro de Lula em apêndice.
[216] Textos nº 48, 96 e 327 no quadro de Lula em apêndice.

destaque para alimentos (citado desta forma genérica), soja, carne, minério de ferro e bauxita[217]. Já os produtos importados pelo Brasil mais mencionados eram, sobretudo, manufaturados, especialmente navios, trilhos, vagões e equipamentos para explorar petróleo[218].

Em segundo lugar, as menções de Lula ao comércio bilateral expressaram, também de modo contínuo, o desejo manifestado por Cardoso de diversificar a pauta exportadora brasileira em direção a bens de maior valor agregado, para que as trocas fossem mutuamente vantajosas e "a promessa do comércio Sul-Sul seja uma realidade"[219]. Sobre a importação elevada de produtos chineses, Lula, em 2005, atribuiu-a ao fim de cotas comerciais estipulado na Rodada Uruguai do GATT, em 1994, que havia entrado em vigor a partir daquele ano; afirmou que seu governo poderia colocar salvaguardas de importação para evitar problemas na economia; mas julgou que a questão era complicada, pois apenas uma parte do empresariado brasileiro tinha dificuldade de competir com os importados chineses, enquanto outra parte não tinha[220]. Por outro lado, no fim da presidência, sua preocupação com a importação elevada era maior, conforme transparece em declaração de 2010, quando declarou que "os chineses, se puderem, vendem tudo o que quiserem para nós, até a gente ficar devendo o que não tem para eles"[221].

Ainda sobre comércio, convém mencionar uma declaração dada por Lula em 2010, no Encontro Empresarial Brasil-Tanzânia. Para estimular que empresários brasileiros investissem naquele país africano, afirmou que, ao fazê-lo, aproveitariam, quando exportassem a produção pelo porto de Dar es Salaam, "não apenas o mercado africano, mas [também] o mercado chinês, o mercado indiano e uma parte do mercado asiático, que está mais próximo, sobretudo com os navios da Vale do Rio Doce passando por aqui e pegando parte da carga do que vocês vão produzir"[222]. Vinculam-se, aqui, as políticas externas do Brasil para a China e para a África.

Sobre *investimento*, o discurso de Lula começou marcado, em textos de 2004, pelo desejo de integrar as economias dos dois países e estabelecer uma política de complementaridade, de modo a construir um paradigma de cooperação Sul-Sul, no qual deveria haver a exigência de que as empresas chinesas estabelecessem *joint-ventures* no

[217] Textos nº 25, 28, 53, 74, 84, 85, 91, 92, 104, 135, 153, 169, 193, 206, 263, 269, 275, 278, 285, 289, 299, 302, 333, 352, 361, 367, 387, 403, 407, 409, 415, 416, 418, 420, 442, 443, 454 e 456 no quadro em apêndice.
[218] Textos nº 63, 84, 115, 119, 123, 135, 157, 282, 352, 365, 377, 398, 407, 420, 437 e 445 no quadro em apêndice.
[219] Textos nº 11, 67, 69, 72, 95, 96, 289, 299, 400 (p. 2) no quadro em apêndice.
[220] Textos, respectivamente, nº 115, 123 e 135 no quadro em apêndice.
[221] Texto nº 386 no quadro em apêndice.
[222] Texto nº 422 (p. 2) no quadro em apêndice.

Brasil, assim como a China exigia em seu território[223]. Naquele mesmo ano, Lula anunciou a criação de duas iniciativas para discutir investimentos bilaterais: a Comissão Sino-Brasileira de Alto Nível de Concertação e Cooperação (COSBAN) e o Conselho Empresarial Brasil-China[224]. Em 2009, informou que os diálogos haviam resultado na elaboração de um Plano de Ação Conjunta[225].

Em aspectos concretos, Lula ressaltou, em diferentes momentos do governo, a formação de parcerias entre empresas do Brasil e da China: Embraer-AVIC para produzir aviões, Vale-BoaSteel para fabricar aço, Petrobras-Sinopec para explorar petróleo e trocar conhecimento sobre xisto, e LLX-Wisco para construir o porto de Açu, no Rio de Janeiro[226]. No sentido de investimentos do Brasil para a China, saudou a abertura de fábricas da Embraer e da Marcopolo, em alguns anos, porém, em outros, expressou preocupação com que empresas brasileiras, particularmente do setor automobilístico, transferissem seus negócios à China para produzir com custos mais baixos[227]. Já no sentido de investimentos da China para o Brasil, destacou, sobretudo, a participação chinesa em obras ferroviárias, na construção do Gasoduto Sudeste-Nordeste (Gasene) e na ampliação da termoelétrica de Candiota, no Rio Grande do Sul[228].

Cabe destacar que, em texto de 2010, Lula afirmou que a construção do Gasene com participação chinesa havia sido uma decisão ideológica, pois existia a opção de fazê-lo com financiamento do Japão, mas que, após votação realizada entre alguns ministros, decidiu-se priorizar a construção de uma parceria estratégica com a China[229].

Sobre cooperação em *ciência e tecnologia*, assim como Cardoso, Lula fez menções, sobretudo, ao projeto CBERS, que teve um satélite lançado em 2007, salientando por diversas vezes que, em troca do empréstimo de tecnologia em satélite que a China fazia ao Brasil, este, em sentido contrário, emprestava-lhe sua tecnologia para construir aviões[230]. Ademais, desde 2003, Lula expressava o desejo de fomentar uma cooperação em pesquisas sobre etanol, inclusive com transferência de tecnologia brasileira na adaptação de motores de

[223] Textos nº 69, 93 e 97 no quadro em apêndice.
[224] Textos nº 72, 96 e 97 no quadro de Lula em apêndice.
[225] Texto nº 325 no quadro de Lula em apêndice.
[226] Textos nº 68, 69, 91 e 400 no quadro de Lula em apêndice.
[227] Textos nº 11, 53, 55, 146, 207 e 252 no quadro de Lula em apêndice.
[228] Textos nº 63, 72, 95, 153, 166, 382, 394 e 395 no quadro de Lula em apêndice.
[229] Texto nº 395 (p. 2) no quadro de Lula em apêndice.
[230] Textos nº 11, 69, 81, 82, 84, 85, 86, 87, 89, 91, 95, 96, 212, 326 e 400 no quadro de Lula em apêndice.

automóveis[231]. Com este sentido, em 2010, celebrou a abertura de um laboratório da Embrapa, na China, para desenvolver pesquisas de ponta[232].

Para além de comércio, investimento e ciência e tecnologia, Lula fez menções pontuais a *outros temas*, especialmente iniciativas de cooperação em diversas áreas, com destaque para turismo e combate a crime organizado[233]. Ademais, no final do governo, ganhou destaque, no seu discurso, a concessão de um empréstimo de US$ 10 bilhões que a China fez à Petrobras, em 2009, em um cenário de pouco crédito ofertado por bancos estadunidenses, europeus e japoneses, dada a crise internacional[234].

No *discurso de Dilma*, as menções ao *comércio* bilateral foram marcadas por registros sobre sua expansão ao longo de todo o governo e, sobretudo, pela insistência de que era premente aumentar as exportações brasileiras de maior valor agregado à China[235]. Em 2011, a presidente caracterizou a relação comercial como uma relação Sul-Sul produtiva e vantajosa, porém afirmou que ela deveria ir além da complementaridade econômica para tornar-se mais equilibrada e sustentável[236]. Neste sentido, em dois textos de 2012, Dilma celebrou a aprovação, pelo Congresso Nacional, da Resolução nº 72, que unificou a alíquota do Imposto de Circulação de Mercadorias e Serviços (IMCS) entre os estados brasileiros, medida esta que, na sua visão, colocaria fim à chamada "guerra dos portos", que incentivava importações e funcionava como uma subvenção ao trabalho na China e em outros países, em detrimento da criação de emprego no Brasil[237]. Por outro lado, a busca de maior equilíbrio comercial não impediu, em 2015, que a presidente celebrasse um acordo do BRICS para facilitar procedimentos e harmonizar padrões técnicos nas trocas comerciais entre os países-membros[238]. Apesar dos desejos de diversificação, os produtos de exportação do Brasil à China mais mencionados pela presidente, ao longo do tempo, foram carne e minérios[239]. Menções sobre produtos chineses específicos importados pelo Brasil não tiveram destaque no seu discurso.

Por sua vez, na área de *investimentos*, Dilma reivindicou, também insistentemente, um aumento de investimentos chineses no Brasil, especialmente em infraestrutura, cadeia de

[231] Textos nº 11, 69 e 325 no quadro de Lula em apêndice.
[232] Texto nº 400 no quadro de Lula em apêndice.
[233] Textos nº 3, 72, 95, 96, 116, 326 e 459 no quadro de Lula em apêndice.
[234] Textos nº 351, 362 e 391 no quadro de Lula em apêndice.
[235] Textos nº 2, 5, 61, 67, 73, 74, 75 e 86 no quadro de Dilma em apêndice.
[236] Texto nº 2 no quadro de Dilma em apêndice.
[237] Textos nº 26 e 29 no quadro de Dilma em apêndice.
[238] Textos nº 80 e 81 no quadro de Dilma em apêndice.
[239] Textos nº 5, 72, 73, 75 e 102 no quadro de Dilma em apêndice.

petróleo e indústria de alta tecnologia[240]. Em 2011, após registrar que a China havia se tornado o maior país investidor no Brasil no ano anterior, afirmou que um aumento de investimentos naqueles setores, com transferência de tecnologia, significaria um salto de qualidade na cooperação bilateral, uma parceria efetiva e um verdadeiro processo de integração sino-brasileira[241].

As ações concretas de investimento mencionadas pela presidente foram, em sua maioria, sobre parcerias entre empresas brasileiras e chinesas, assim como feito por Lula: Eletrobrás-Furnas-State Grid para construção de linhas de transmissão entre a usina de Belo Monte, no Pará, e Minas Gerais; Eletrobrás-Furnas-Grupo Três Gargantas para construção da hidrelétrica do Rio Tapajós, também no Pará; Odebrecht-Changi para administrar o aeroporto do Galeão, no Rio de Janeiro; e (com grande destaque no discurso) Petrobras-Sinopoec-CNOOC para explorar petróleo no Campo de Libra do pré-sal[242]. Além disso, Dilma fez referência, em 2014, a investimentos, em São Paulo, pela montadora de automóveis Chery e pela empresa de maquinário para construção civil Sany; ainda em 2014, celebrou a assinatura de protocolo entre o Ministério de Ciência e Tecnologia e a empresa Huawei para investimentos em processamento de dados e computação em nuvem; em 2015, anunciou que Brasil, China e Peru haviam começado estudos para construir uma ferrovia transnacional e bioceânica para facilitar o comércio sino-brasileiro (aparece, aqui, uma vinculação entre as políticas externas do Brasil para a China e para a América do Sul); e, também em 2015, saudou um acordo do BRICS para facilitar investimentos entre os países-membros[243]. No sentido de investimentos do Brasil para a China, a única menção significativa foi uma declaração de apoio, em 2015, à criação do Banco Asiático de Investimento em Infraestrutura (BAII), pela China, com vistas a incentivar a presença de construtoras brasileiras nos mercados chinês e asiático[244].

Em matéria de *ciência e tecnologia*, Dilma enfatizou, ao longo do governo, a cooperação para o envio de estudantes brasileiros, das áreas de exatas e biológicos, a universidades chinesas, nos marcos do programa Ciência Sem Fronteiras[245]. Também houve menções ao projeto CBERS, que teve satélites lançados em 2013 e 2014, e a um acordo do BRICS, em 2015, para incentivar cooperações e pesquisas nos setores de tecnologia espacial,

[240] Textos nº 1, 2, 5, 11, 61, 73, 75, 78 e 86 no quadro de Dilma em apêndice.
[241] Textos nº 1 e 2 no quadro de Dilma em apêndice.
[242] Textos nº 43, 44, 45, 49, 54, 61, 73, 75 e 83 no quadro de Dilma em apêndice.
[243] Textos nº 61, 73, 80 e 81 no quadro de Dilma em apêndice.
[244] Textos nº 73 no quadro de Dilma em apêndice.
[245] Textos nº 2, 8, 55, 56, 61 e 73 no quadro de Dilma em apêndice.

nanobiotecnologia, parques industriais, energias renováveis, eficiência energética, recursos hídricos e sistemas nacionais de inovação[246].

Finalmente, no que toca *outros temas* da relação bilateral, apareceram, no discurso de Dilma, muitas menções a cooperações no setor financeiro, em 2014 e 2015, sobretudo em referência ao novo Plano de Ação Conjunta 2015-2021: assinatura de acordos entre BNDES-Eximbank da China e BNDES-Banco de Desenvolvimento da China-Fundo Soberano da China para ofertar financiamento ao desenvolvimento brasileiro; acordo entre Caixa Econômica Federal-Banco Industrial e Comercial da China para criar um fundo de US$ 50 bilhões para projetos de infraestrutura; proposta chinesa de criação de um fundo bilateral de US$ 20 bilhões para investimentos nas áreas de siderurgia, cimento, vidro, material de construção, equipamentos e manufaturas; concessão de novo empréstimo de US$ 10 bilhões à Petrobras por Banco de Desenvolvimento da China, Banco de Indústria e Comércio da China e Eximbank da China; e abertura da primeira agência de um banco brasileiro na China, pertencente ao Banco do Brasil (enquanto, no Brasil, já operavam três bancos chineses)[247]. Ademais, em 2014, nas áreas de segurança e defesa, a presidente fez referência à assinatura de um protocolo para cooperação em tecnologia de informação e sensoriamento remoto, a fim de monitorar desmatamentos na Amazônia, combater atividades ilícitas e desenvolver interesses militares ao longo da fronteira brasileira[248].

No *discurso de Temer*, menções ao *comércio* bilateral tiveram dois destaques. Em primeiro lugar, o presidente caracterizava a China como um mercado para exportação de produtos agrícolas e pecuários, com destaque para carne[249]. Referências a importações de produtos chineses pelo Brasil não foram feitas. Em segundo lugar, Temer apontava os países do BRICS como pilares para a recuperação da economia brasileira em crise e desejava que eles impulsionassem mais a "cooperação intra-BRICS" e o seu "componente não-governamental", isto é, fluxos entre empresas que originassem uma integração econômica em setores estratégicos e complementares[250].

As menções de Temer a *investimento* também se referiram à expectativa de aumento do fluxo entre os países do BRICS, no que destacou como prioridade, em 2017, a infraestrutura de transportes[251]. Referências específicas à China, no sentindo de expressar o

[246] Textos nº 61, 73, 74, 80 e 81 no quadro de Dilma em apêndice.
[247] Textos nº 61, 73 e 75 no quadro de Dilma em apêndice.
[248] Texto nº 61 no quadro de Dilma em apêndice.
[249] Textos nº 1, 2, 4, 16, 17, 18, 19, 23 e 42 no quadro de Temer em apêndice.
[250] Textos nº 12, 24 (p. 2), 30, 31 (p. 2) e 32 no quadro de Temer em apêndice.
[251] Textos nº 12, 13, 24, 30, 31 e 32 no quadro de Temer em apêndice.

desejo de que o país investisse mais no Brasil, foram frequentes ao longo de todo o governo[252].

Sobre *ciência e tecnologia*, as menções de Temer também se referiram, sobretudo, aos países do BRICS enquanto conjunto, destacando que deveriam buscar complementaridades dos seus sistemas nacionais de inovação e anunciando pesquisas em energia renovável e combate à tuberculose[253]. Especificamente sobre a China, o presidente fez apenas uma menção superficial, em 2017, à cooperação bilateral no setor espacial[254].

Por fim, sobre *outros temas* da relação, Temer destacou, superficialmente, cooperações feitas em turismo, cultura e, entre os BRICS, compartilhamento de informações entre suas agências de inteligência[255].

Concluímos o seguinte a respeito das percepções presidenciais sobre a relação bilateral entre Brasil e China:

- Todos os presidentes coincidiram em discursar favoravelmente ao incremento dos fluxos de comércio e investimento, assim como de parcerias científicas e tecnológicas. Entretanto, as referências de Temer à relação bilateral foram relativamente vagas e feitas sobretudo por meio de menções ao BRICS, ao contrário dos casos de Lula e Dilma, governos em que o bloco já existia, o que sugere uma perda relativa de disposição de Temer em buscar recursos materiais ao Brasil na China.
- Sobre *comércio*, à medida que o volume deste aumentou entre os governos Cardoso, Lula e Dilma, houve uma preocupação crescente com o predomínio de bens primários na pauta exportadora brasileira e uma reivindicação cada vez maior pelo aumento da exportação de produtos industriais pelo Brasil à China, o que, porém, não apareceu no discurso de Temer. Para justificar esta reivindicação, Lula e Dilma retrataram a posição do Brasil de exportar *comodities* à China e lhe importar manufaturas como sendo contrária a um ideal de relação Sul-Sul, o que, porém, não constou nos discursos de Cardoso e Temer. Ademais, Lula e Dilma coincidiram em associar a promoção de iniciativas econômicas do Brasil na África (presença de empresas) e na América do Sul (construção de ferrovia) ao desejo de expandir e facilitar rotas de comércio com a China.

[252] Textos nº 9, 15, 25, 36, 37 e 43 no quadro de Temer em apêndice.
[253] Textos nº 12, 24 e 32 no quadro de Temer em apêndice.
[254] Texto nº 29 no quadro de Temer em apêndice.
[255] Textos nº 29 e 32 no quadro de Temer em apêndice.

- Sobre *investimento*, Lula e Dilma manifestaram disposição em orientá-lo através de instituições e planos específicos para tal fim, ao contrário de Cardoso e Temer. No sentido do envio de investimentos do Brasil à China, as menções foram sempre marginais pelos quatro presidentes, e o único destaque comparativo foi que Cardoso e Dilma coincidiram em valorizar a entrada de empreiteiras brasileiras no setor de construção civil da China. No sentido de recepção de investimentos da China pelo Brasil, Lula e Dilma coincidiram em reivindicar o desenvolvimento tanto da infraestrutura logística (ferrovia, porto, aeroporto) quanto da energética (gasoduto, hidrelétrica, termoelétrica e exploração de petróleo), enquanto Temer citou somente a infraestrutura logística, no âmbito de cooperação do BRICS. Além disso, Lula e Dilma manifestaram maior atenção relativa ao setor industrial brasileiro, porém de modos diferentes: Lula expressou receio de que ele encolhesse com a saída de investimentos brasileiros para a China (ora percebida como ameaça à industrialização nacional), ao passo que Dilma enfatizou a possibilidade de desenvolvê-lo através de investimentos oriundos da China (ora percebida como capaz de fomentar a industrialização nacional). Lula e Dilma também coincidiram em destacar a recepção de investimentos chineses pelo Brasil por meio da formação de associações com empresas brasileiras (privadas e estatais) para gerar emprego local e transferir tecnologia, enquanto Cardoso manifestou a importância de associações apenas no sentido contrário, isto é, quando empresas brasileiras quisessem operar na China, ao passo que Temer não qualificou a forma como investimentos deveriam ser feitos.
- Sobre *ciência e tecnologia*, todos os presidentes reconheceram a importância da cooperação espacial, nomeadamente a continuidade do projeto CBERS. Ademais, Lula, Dilma e Temer coincidiram em expressar o desejo de maior cooperação em pesquisas sobre energia renovável, sendo, no caso dos dois últimos, no âmbito do BRICS.
- Sobre *outros temas* da relação bilateral, Lula, em menor medida, e Dilma, sobretudo, destacaram a oferta de empréstimos da China ao Brasil para o setor produtivo, o que indica um aumento de assimetria econômica bilateral na passagem dos dois governos. Além disso, Dilma e Temer coincidiram em citar cooperações em inteligência, o que deveria ser feito, no caso do segundo, no âmbito do BRICS.

9.2.4 A China na diversificação de relações do Brasil

Nesta última categoria de percepção sobre a China, o número de textos contendo menções a um esforço do governo brasileiro para diversificar as relações externas do país, nas quais a China foi citada como uma parceira a ser buscada, foi de 13 no discurso de Cardoso, 79 no de Lula, dois no de Dilma e um no de Temer. Nestes textos, Cardoso fez 12 menções genéricas (sem exprimir qualificações sobre os países de quem o Brasil deveria se aproximar) e uma específica (ao contrário, exprimindo qualificações); Lula, 50 genéricas e 29 específicas; Dilma, duas genéricas e nenhuma específica; e Temer, uma genérica e nenhuma específica.

No *discurso de Cardoso*, a única menção do tipo *específico* foi feita na sua posse, em 1995, quando afirmou que o Brasil deveria aproximar-se de países continentais que enfrentavam desafios similares de desenvolvimento econômico e social, citando China e Índia como exemplos[256]. Nas demais menções, todas do tipo *genérico* e feitas sobretudo no seu segundo mandato, predominaram tanto registros superficiais sobre a existência de um esforço de diversificação das relações brasileiras[257], quanto justificativas para fazê-lo sempre relacionadas a uma necessidade de abrir o Brasil ao mundo, tais como: não ser um país de provincianos, que fica fechado; não ficar com a cabeça na areia como um avestruz durante a globalização; e buscar participação e integração no mundo, em vez de distanciamento ou isolamento[258]. Para além deste tipo de justificativa, Cardoso explicou, em 1996 e 2000, que o Brasil se aproximava de países para conseguir democratizar o processo decisório em nível mundial e renegociar a ordem internacional[259]; em 1997, que o Brasil tinha uma vocação global; e, em 2002, que o universalismo era o método por excelência da diplomacia brasileira[260].

No *discurso de Lula*, as menções à diversificação das relações do tipo *genérico*, feitas ao longo de todo o governo, ou foram registros superficiais sobre o movimento deliberado de se buscar novas parcerias, colaborações etc.[261], ou estiveram associadas a ambições econômicas, como aumento de comércio (sobretudo), exportações, mercados, investimentos,

[256] Texto nº 1 no quadro de Cardoso em apêndice.
[257] Textos nº 55, 64, 67 e 94 no quadro de Cardoso em apêndice.
[258] Textos nº 25, 31, 47 e 109 no quadro de Cardoso em apêndice.
[259] Textos nº 20 e 54 no quadro de Cardoso em apêndice.
[260] Textos nº 32 e 107 no quadro de Cardoso em apêndice.
[261] Textos nº 11, 12, 32, 58, 79, 84, 143, 146, 147, 153, 158, 184, 188, 192, 211, 225, 367 e 413 no quadro de Lula em apêndice.

negócios pelo Brasil[262]. Apenas uma menção do tipo genérico, feita em 2003, justificou a diversificação como uma busca de parceiros para fortalecer o multilateralismo[263].

Por sua vez, as menções do tipo *específico*, no discurso de Lula, concentraram-se no primeiro mandato e foram marcadas pela ideia de que o Brasil diversificava relações em direção, especificamente, a países em desenvolvimento, emergentes ou similares. Houve três tipos de justificativa para este esforço, interrelacionadas em uma mesma lógica: ora Lula apresentava os países em desenvolvimento como espaços de oportunidade para conquistar novos mercados a produtos e serviços brasileiros, haja vista a maior dificuldade de se penetrar nos países desenvolvidos devido à maior concorrência ou protecionismo[264]; ora tratava-os como aliados em potencial para negociar coletivamente contra países desenvolvidos em fóruns multilaterais, especialmente na OMC[265]; ora (sobretudo) classificava-os como parceiros na construção de uma nova geografia comercial internacional, na qual teriam laços econômicos e políticos mais fortes e haveria menor predomínio dos países desenvolvidos do século XX[266].

No *discurso de Dilma*, as duas menções sobre o tema foram do tipo *genérico* e superficiais, feitas em 2011 e 2014, quando a presidente apontou países com quem o Brasil diversificava negócios e estreitava relações[267].

Por fim, no *discurso de Temer*, a única menção, do tipo *genérico,* foi feita em 2017, quando o presidente citou países para exemplificar a implementação de uma política externa universalista pelo Brasil, sem preconceitos e orientada pela busca de processos decisórios mais representativos no mundo[268].

Concluímos o seguinte a respeito das percepções presidenciais sobre a diversificação das relações externa do Brasil:

- Todos os presidentes percebiam a China com um país de destaque em direção ao qual o Brasil deveria se aproximar. Entretanto, a queda expressiva de menções por Dilma e Temer, em relação a Cardoso e Lula, sugere que a China deixou de ser vista como uma novidade nas relações externas do Brasil.
- Quanto a *menções genéricas* sobre diversificação, todos os presidentes expressaram-nas, porém com motivos distintos. Para justificar os países dos quais

[262] Textos nº 4, 14, 18, 44, 46, 48, 74, 83, 85, 89, 90, 106, 111, 115, 178, 215, 227, 237, 274, 280, 283, 285, 289, 297, 327, 342, 421, 424 no quadro de Lula em apêndice.
[263] Texto nº 36 no quadro de Lula em apêndice.
[264] Textos nº 23, 33, 76, 77, 104, 108, 124, 131 e 166 no quadro de Lula em apêndice.
[265] Textos nº 22, 27, 50, 98, 105, 109 e 234 no quadro de Lula em apêndice.
[266] Textos nº 8, 50, 51, 78, 81, 87, 99, 101, 109, 120, 159, 240 e 287 no quadro de Lula em apêndice.
[267] Textos nº 5 e 50 no quadro de Dilma em apêndice.
[268] Texto nº 20 no quadro de Temer em apêndice.

o Brasil deveria se aproximar, Cardoso e Temer coincidiram em apontar uma tradição universalista da política externa e um desejo de angariar parceiros para reformar processos decisórios multilaterais, ao passo que Lula e Dilma coincidiram em manifestar o desejo de expandir negócios do Brasil no mundo.

- Quanto a *menções específicas* sobre diversificação, apenas Cardoso (em uma única menção) e Lula expressaram-nas, também com distinção de motivos. Para justificar os países dos quais o Brasil deveria se aproximar, Cardoso apontou uma semelhança em tamanho geográfico e desafios de desenvolvimento, enquanto Lula percebia uma coincidência de serem, especificamente, países em desenvolvimento ou emergentes com interesses comuns e contrários ao de países desenvolvidos, principalmente no sentido de expandir o comércio entre si, mudar o regime comercial internacional na OMC e criar uma nova geografia comercial no mundo.

As conclusões apontadas em cada subseção da análise de cadeia de texto revelam uma coincidência estreita ente as percepções de Cardoso e Temer, por um lado, e de Lula e Dilma, por outro, sobre a forma e o papel do Estado chinês, assim como sobre a dinâmica do intercâmbio material e a justificativa para incluir o país asiático no esforço de diversificação das relações brasileiras. Entretanto, para que todo este descritivismo de temas e subtemas ganhe relevância para além de si mesmo, o método de Fairclough estimula que se estabeleça a sua vinculação às estruturas ideológicas de uma sociedade por meio da análise de matriz ideológica. Este é o exercício feito no capítulo seguinte.

10 AS IDEOLOGIAS POLÍTICAS POR TRÁS DAS PERCEPÇÕES DE PRESIDENTES BRASILEIROS SOBRE A CHINA (1995-2018)

As conclusões que alcançamos na análise temática da cadeia textual do discurso presidencial brasileiro, no capítulo 9, relevaram que os padrões de percepção sobre a China passaram por mudanças expressivas quando ocorreu a substituição de Cardoso por Lula e de Dilma por Temer na Presidência da República, sendo os padrões de Cardoso e Temer, por um lado, e de Lula e Dilma, por outro, marcados por similaridades substanciais entre si. Estas evidências nos permitem argumentar agora, por um lado, que se confirmou nossa hipótese geral, apresentada no capítulo 1, de que decisões de política externa são afetadas significativamente por ideologias do pensamento político brasileiro, porque estas contêm ideias socialmente criadas sobre como a construção do Estado, no plano doméstico, e as relações entre Estados, no plano internacional, devem ser organizadas. Porém, por outro lado, obrigam-nos a avaliar a pertinência de nossas hipóteses específicas, formuladas no capítulo 7, sobre a dimensão internacional das ideologias luzia de direita e saquarema de esquerda. A fim de atender ambos os objetivos, este capítulo dá sequência à nossa análise crítica do discurso presidencial brasileiro, baseada no método de Fairclough, e se volta para a identificação de suas matrizes ideológicas.

10.1 Análise de matriz ideológica: as raízes das mudanças e continuidades nas percepções presidenciais

Nossas hipóteses específicas sobre a orientação para relações bilaterais eram de que: Cardoso e Temer, por representarem a ideologia luzia de direita, dariam importância à semelhança ou à diferença de formas de Estado (tanto regime político quanto regime econômico), pois decidiriam aproximações ou afastamentos bilaterais com o objetivo de contribuir para uma cultura de anarquia revolucionária-liberal, na qual os Estados exercem papeis de homogeneização entre si em direção a uma mesma forma. Diferentemente, Lula e Dilma, por representarem a ideologia saquarema de esquerda, não dariam importância à semelhança ou à diferença de regimes políticos, mas sim de regimes econômicos, pois decidiriam aproximações ou afastamentos bilaterais, em parte, com o objetivo de contribuir para uma cultura de anarquia racionalista-conservadora, na qual os Estados exercem papeis de respeito à pluralidade de suas formas, mas cuja manutenção entra em crise se houver uma plena permissividade com políticas econômicas neoliberais de enfraquecimento estatal.

Entretanto, as decisões de autoridades filiadas tanto à tradição luzia quanto à saquarema seriam constrangidas, em alguma medida, pela necessidade de obter recursos materiais do plano internacional para o Brasil, sendo luzias de direito mais inclinados a buscá-los no Norte e saquaremas de esquerda, tanto no Norte quanto no Sul.

A primeira reformulação de hipótese que as conclusões da análise de cadeia textual exigem, em primeiro lugar, é a de que, no caso da ideologia luzia de direita, o conceito de forma de Estado precisa ser desmembrado nos seus componentes de regime econômico e regime político para que a hipótese específica ganhe precisão. A expectativa de que Cardoso e Temer dariam atenção à semelhança ou diferença entre formas de Estado mostrou-se válida, apenas, para o regime econômico, sobre o qual ambos destacaram aspectos pró-mercado (abertura econômica e valorização de empresas privadas) que percebiam coincidir nos dois países, enquanto suas menções a regime político foram praticamente nulas. Assim, para a ideologia luzia de direita, o resultado da pesquisa impõe a correção de que aproximações bilaterais orientam-se, em parte, por uma semelhança percebida entre formas de Estado, mas não necessariamente na sua totalidade, podendo ser apenas no regime econômico. As convergências de papel entre Brasil e China enunciadas por Cardoso e Temer derivaram da semelhança percebida em parte do regime econômico, pois ambos associaram as orientações de abertura da economia à atuação conjunta dos países para formular regras antiprotecionistas universais no regime comercial internacional e desconcentrar o poder decisório no sistema financeiro.

Por sua vez, a expectativa de que Lula e Dilma não levariam em consideração semelhanças ou diferenças de regime político, mas sim de regime econômico, mostrou-se correta. Lula foi o mais crítico de todos os presidentes ao regime político do Estado chinês e, mesmo assim, isto não foi um elemento que coibiu a aproximação bilateral. Além disso, tanto Lula quanto Dilma deram enorme destaque a uma coincidência percebida nos regimes econômicos, que não obedeciam às ideias hegemônicas de desconstrução do poder econômico estatal. Isto levou-os frequentemente à representação das convergências entre Brasil e China em termos contra-hegemônicos, seja para criar regras antiprotecionistas especificamente contra países desenvolvidos no regime comercial internacional, seja para mudar tanto a concentração de poder quanto as diretrizes antiestistas do sistema financeiro.

O que se demonstra, assim, de modo geral, para ambas as ideologias, é que as percepções sobre o regime econômico de outro país são variáveis explicativas relevantes na condução de relações bilaterais. O maior grau de semelhança percebido por Lula e Dilma entre regimes econômicos vinculou-se a uma ampliação da percepção de que Brasil e China

tinham papeis de Estado convergentes e contra-hegemônicos, em relação a Cardoso e Temer, o que serve como um elemento de explicação para a intensificação da aproximação sino-brasileira naqueles dois governos.

Além disso, a análise de cadeia textual confirmou que a dimensão do intercâmbio material é importante tanto para presidentes luzias de direita, quanto saquaremas de esquerda. Entretanto, os resultados permitem-nos sofisticar mais este ponto da hipótese. O fato de os quatro presidentes terem pautado a relação direta com a China por assuntos de comércio, investimento e cooperação científica-tecnológica não significa que a *forma* e a *finalidade* de se fazê-lo tenham sido iguais, como se estes assuntos pertencessem a uma dimensão pragmática da relação bilatera,l em que a ideologia não adentraria. Em termos de *forma*, Lula e Dilma buscaram planificar o intercâmbio material por meio de instituições próprias para tal fim, o que também nos parece ser um elemento que ajuda a explicar a intensificação da aproximação bilateral, uma vez que estimulou contatos entre governos e – especificamente no caso de Lula – permitiu que se encontrasse um *modus vivendi* na conquista de mercados externos, a fim de moderar divergências. Em termos de *finalidade*, Lula e Dilma foram, relativamente, mais enfáticos na necessidade de aumentar a exportação de manufaturas, diversificar os setores de destino de investimentos chineses dentro do Brasil, formar associações binacionais entre empresas para transferir conhecimento e ampliar a pauta de cooperação científica-tecnológica para além do projeto CBERS, o que, novamente, parece-nos ser um fator explicativo para a maior aproximação bilateral, ao potencializar as expectativas sobre ela. Estas orientações de forma e finalidade do intercâmbio material estão conectadas, claramente, às visões distintas sobre o regime econômico do Estado brasileiro tidas por luzias e saquaremas, a favor, respectivamente, do incentivo a dinâmicas de mercado e a decisões planejadas pelo Estado.

Ademais, os resultados sobre intercâmbio material comprovaram a parte das nossas hipóteses, oriunda do modelo de Maria Regina Soares de Lima sobre a política externa brasileira, de que diferenças ideológicas manifestam-se na importância dada à posição que um país ocupa no centro ou na periferia da divisão internacional do trabalho, o que influencia maiores aproximações ou afastamentos bilaterais. De forma relativamente muito mais intensa, Lula e Dilma pautaram-se pela economia política e retrataram Brasil e China como países em desenvolvimento com oportunidades de negócios entre si, apresentando a relação como um exemplo de cooperação Sul-Sul, na qual novos canais de produção de poder material podem ser abertos a partir da ampliação de comércio, investimento e parcerias em ciência e tecnologia. Isto, por sua vez, esteve inerentemente ligado à aproximação bilateral no plano

multilateral, onde a reforma de instituições econômicas, sobretudo, tinha o intuito de ampliar as oportunidades de o Brasil fazer comércio e ter maior controle sobre os fluxos financeiros internacionais em relação aos países desenvolvidos. Por sua vez, Cardoso e Temer demonstraram uma disposição de obter recursos materiais na China relativamente muito menor e apenas coincidiram com Lula e Dilma em valorizar a característica de países em desenvolvimento para conseguir recursos ao Brasil, no plano multilateral, em negociações do regime ambiental internacional. Neste tema, países desenvolvidos tradicionalmente tentam impor um ônus a países em desenvolvimento que é desproporcional à sua responsabilidade histórica pela poluição atmosférica, sem oferecer compensações significativas em troca, o que parece incomodar tanto presidentes luzias de direita quanto saquaremas de esquerda, no período 1988-hoje, e sugere a existência de *constituencies* fortes no Brasil a este respeito.

Os resultados e as correções feitas até aqui apontam um ponto forte e dois pontos fracos no raciocínio teórico que construímos para embasar nossas hipóteses. O ponto forte está na confirmação de que *relações entre países tendem a ser percebidos, por presidentes, como um par de identidades entre* eu-outro, *posto que a forma e o papel do Estado de outro país são apreendidos, geralmente, de modo comparado (por semelhança ou diferença) à forma e ao papel do Estado brasileiro que este(a) presidente tem como ideais, conforme sua ideologia.* Este ponto é importante por salientar a relevância da agência na tomada de decisões em política externa, por meio das percepções e ideologias que um indivíduo pode ter, o que reforça, por sua vez, que visões estruturalistas e/ou economicistas sobre características do Brasil não conseguem explicar, *per se*, mudanças na inserção internacional do país.

Por outro lado, o primeiro ponto fraco na nossa construção teórica decorre do que acabamos de expressar: os resultados empíricos abrem margem para se argumentar que as identidades de forma e papel do Estado brasileiro apenas podem ser percebidas, por um(a) presidente, quando relacionadas às de outro país, ou, em outros termos, que o *eu* apenas existe quando interage com *outro* e percebe tanto semelhanças e diferenças entre formas de Estado, quanto convergências e divergências entre papeis de Estado. O que argumentamos, em teoria, era o contrário: com base na teoria de Wendt, formas de Estado constrangeriam as possibilidades de papeis de Estado, ou seja, o *outro* seria pensado a partir das características de cultura política do *eu* e, apenas depois, as decisões sobre interação seriam tomadas. Em outros termos, seria necessário ter um projeto de país em mente para depois saber que aliados internacionais devem ser conquistados para concretizá-lo. Explicamos, no capítulo 2, que isto envolve um debate teórico sobre onde estaria a origem de concepções de papel nacional: se na interação de países no plano internacional, ou em características domésticas de um país. É

importar marcar posição neste debate, que opõe visões mais típicas, respectivamente, de interacionistas simbólicos e materialistas.

Além disso, o segundo ponto fraco é que os resultados empíricos parecem debilitar a nossa hipótese de que, para decidir aproximações bilaterais, luzias de direita se orientariam pela construção de uma cultura de anarquia revolucionária-liberal. Afinal, Cardoso e Temer não demonstraram disposição significativa em fazer considerações sobre o regime político do Estado chinês. Este "não-dito" abre espaço para argumentar-se que luzias de direita não se importariam com a difusão do liberalismo político no mundo a ponto de pautarem as relações bilaterais do Brasil com base nisto, em alguma medida. Logo, se considerassem apenas semelhanças de regime econômico e necessidade de obter recursos materiais, não se poderia falar em uma orientação ideológica no sentido de homogeneizar as formas dos Estados. Também cumpre firmarmos uma posição sobre isto, pois coloca-se em xeque a própria essência da tese de Wight de que haveria uma oposição significativa, no pensamento político internacional, entre tolerância e intolerância ao pluralismo de ordens sociais no mundo.

Temos condições de enfrentar estes dois pontos fracos e tornar mais sólida a atribuição de matrizes ideológicas às percepções presidenciais a partir de uma descrição de outros trechos dos 720 textos que analisamos, para destacar tanto as percepções dos presidentes a respeito da forma do Estado brasileiro, que nem sempre fazem referência a *outro* para se pensar o *eu*, quanto a percepção sobre outros pontos da política externa, para além da China, que ajudam a entender o comportamento luzia de direita. O primeiro ponto não deixa de ser uma ilustração do modelo das ideologias políticas de Christian Lynch, segundo o qual regimes econômicos e políticos se somam na caracterização de uma forma de Estado, em discursos políticos. Por sua vez, o segundo ponto permitirá nos aproximarmos de algo que já estava sugerido, de certo modo, no modelo de Lima, quando, após o fim da Guerra Fria, o regionalismo ganhou força, e os governos passaram a disputar os rumos da integração regional: a necessidade de se conceber que a orientação para relações bilaterais pode ser distinta se o país pertence à vizinhança brasileira ou se está fora dela.

10.1.1 Percepções residuais sobre a forma do Estado brasileiro

No que se refere ao *regime político* do Estado brasileiro, os discursos de Cardoso[269] e Temer[270] continham menções frequentes sobre a importância da autonomia do poder local em

[269] Textos nº 5, 21, 43, 50, 58 e 65 na lista de referências de Cardoso em apêndice.
[270] Textos nº 25, 26 e 40 na lista de referências de Temer em apêndice.

relação ao poder central. Por outro lado, o discurso de Lula[271] foi caracterizado por menções em favor tanto da coordenação dos entes federados, quanto da participação social via mecanismos regidos pelo poder central. Não encontramos menções sobre regime político no discurso de Dilma.

Em particular, cabe destacar que Cardoso afirmou, em 1995, que o Estado brasileiro deveria ser ativado pela sociedade organizada e que isto deveria ocorrer por meio de conselhos locais, incumbidos de discutir objetivos de programas e distribuição de recursos públicos; em 1996, que o Estado deveria ser um agente das forças sociais que lhe são anteriores e que o modelam; em 1998, que um Brasil municipalista e descentralizado era uma sinalização de confiança da administração pública em relação aos cidadãos; e em 2001, que seu governo havia começado a desmontar o "Estado de mal-estar social" que existia no Brasil, no qual imperavam corrupção, burocracia e clientelismo[272].

Em sentido semelhante, Temer descreveu, em 2017 e 2018, a história brasileira pela perspectiva do centralismo político estabelecido, via de regra, pelas suas Constituições; atribuiu as crises por que o país passou, ao longo dos séculos, à falta de autonomia de estados e municípios; afirmou que seu governo buscava destruir esta visão autoritária e paternalista de ordem política; e defendeu um regime semipresidencialista para o Brasil, "uma coisa do tipo português, do tipo francês", no qual o Legislativo teria mais responsabilidades[273]. Também em 2017, enunciou uma curta teleologia do Direito Administrativo brasileiro, que teria começado apenas com regras de administração direta e depois se flexibilizado para incluir autarquias, empresas públicas, sociedades mistas, concessões e, por fim, privatizações[274].

Por outro lado, Lula expressou, em 2003, que, apesar de a sociedade brasileira já contar com organizações próprias, cabia ao governo canalizá-las em um movimento e orientá-las à participação pública[275]. Em algumas ocasiões, registrou a realização de fóruns promovidos pelo governo central com governadores, prefeitos e sociedade civil para formular o Plano Plurianual de Investimentos 2004-2007[276] e, em outras, a organização de conferências nacionais, precedidas de etapas estaduais e municipais, entre governo e sociedade civil, a fim de discutir diretrizes para diferentes políticas públicas[277]. Ademais, sobre a relação entre Executivo e Legislativo, rechaçou, em 2009, críticas de que o Conselho de Desenvolvimento

[271] Textos nº 1, 5, 25, 30, 33, 73, 89, 315, 343, 381 e 413 na lista de referências de Lula em apêndice.
[272] Textos, respectivamente, nº 5, 21, 43, 80 e 110 na lista de referências de Cardoso em apêndice.
[273] Textos, respectivamente, nº 25 e 40 (p. 21) na lista de referências de Temer em apêndice.
[274] Texto nº 26 na lista de referências de Temer em apêndice.
[275] Texto nº 5 na lista de referências de Lula em apêndice.
[276] Textos nº 5, 30, 33 na lista de referências de Lula em apêndice.
[277] Textos nº 89, 315, 381, 413 e 462 na lista de referências de Lula em apêndice.

Econômico e Social, criado em 2003, tinha o objetivo de enfraquecer o Congresso Nacional, afirmando que representava, na verdade, um avanço democrático na escuta do governo a diferentes setores da sociedade[278].

Sobre o *regime econômico* do Estado brasileiro, os discursos de Cardoso[279] e Temer[280] possuíam diversas menções em defesa do corte de gastos públicos, da privatização de empresas estatais, da desburocratização e da abertura da economia. Por outro lado, os discursos de Lula[281] e Dilma[282] privilegiavam menções em defesa do investimento público, do planejamento econômico, das parcerias público-privadas, de um pacto social (entre empresários e trabalhadores) e da expansão da classe média.

Em favor da desconstrução econômica do Estado, Cardoso apontou, em 1995, que ações estatais na economia eram positivas apenas em casos excepcionais, como concessão de renda mínima a idosos ou pessoas com deficiência; em 1997, que cabia aos empresários se conscientizar de que deveriam aumentar seus investimentos e que, excepcionalmente no setor de infraestrutura, cabia ao Estado estabelecer parcerias com o setor privado; que o Estado deveria deixar de proteger setores econômicos via subsídios, para desestimular quadros de desigualdade e acumulação perversa; que a austeridade era a única atitude compatível com os interesses do povo brasileiro, pois reduzia a inflação e aumentava o poder aquisito dos salários; em 1998, que a criação de agências reguladoras era a forma moderna de o Estado interferir na economia, sem gerar interferência clientelística; em 2001, que a questão-chave a ser enfrentada por países em desenvolvimento não era a distribuição de renda, mas sim a diminuição da pobreza, o que deveria ser feito com combate à inflação e políticas focalizadas na população pobre; e em 2002, que não era mais possível imaginar a modernização do Brasil com base em poupança e investimento públicos, sendo preferível valer-se de investimento privado e externo direto[283].

No mesmo sentido, as menções de Temer enfatizaram a criação do Teto de Gastos Públicos via emenda constitucional (que passou a permitir aumentos de despesas somente para cobrir a inflação passada) e em flexibilizações da legislação trabalhista (para priorizar acordos negociados diretamente entre empregadores e funcionários, em relação ao estipulado

[278] Texto nº 343 na lista de referências de Lula em apêndice.
[279] Textos nº 1, 5, 35, 36, 38, 46, 55, 58, 95, 100 e 102 na lista de referências de Cardoso em apêndice.
[280] Textos nº 1, 6, 9, 10, 12, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 23, 25 e 29 na lista de referências de Temer em apêndice.
[281] Textos nº 1, 4, 6, 10, 14, 23, 25, 33, 56, 61, 73, 74, 90, 94, 144, 145, 146, 260, 277, 310, 351, 359, 413, 444 e 451 na lista de referências de Lula em apêndice.
[282] Textos nº 6, 14, 15, 20, 27, 29, 32, 38, 39, 63 e 83 na lista de referências de Dilma em apêndice.
[283] Textos, respectivamente, nº 5, 35, 36, 38, 46, 82 e 102 na lista de referências de Cardoso em apêndice.

em leis)[284]. Além disso, em 2016, o presidente criticou a proteção do Estado a grandes empresas "campeãs nacionais", afirmando que eram as micro, pequenas e médias que mais beneficiavam a população ao gerar emprego; ainda em 2016, também destacou apenas o setor de infraestrutura como aquele onde Estado e setor privado poderiam interagir; e em 2017, especificou que a gestão da infraestrutura deveria ocorrer por privatização ou concessão (esta, enfatizava, com regras renovadas em relação às praticadas no governo Dilma)[285].

Convém registrar, ainda, que Cardoso emitiu críticas à noção econômica clássica de que alguns países teriam vocações agrícolas e outros, industriais. Afirmou que vocações eram construídas em vez de estarem dadas, que o setor industrial era vital para o sistema econômico e que, no caso do Brasil, o *agribusiness* era uma cadeia que conseguia englobar tanto agricultura quanto indústria[286]. Temer também classificou setores industriais como sendo estratégicos para a economia, especificamente a siderurgia[287].

Além disso, Cardoso repudiou, por diversas vezes, a classificação de que seu regime econômico era neoliberal[288]. Em texto de 1995, acusou seus críticos de quererem importar um conceito que vinha da Inglaterra, mas que não se aplicava ao Brasil, onde o Estado seria fundamental para recompor a economia e a sociedade, ao ter poder de desconstruir o clientelismo e o patrimonialismo dominantes[289]. No mesmo texto, afirmou que a política que aplicava deveria ser chamada de "neo-social" ou, em texto de 1999, de "terceira via", isto é, um projeto entre a via de uma esquerda burocrático-autoritária e a via de uma direita de livre-mercado fundamentalista[290]. Emitiu, ao longo de todo o governo, afirmações sobre a incapacidade de o mercado resolver, por si só, problemas sociais[291]. Em outras ocasiões, acrescentou que almejava construir um "Estado necessário", nem máximo nem mínimo, assim como renovar a socialdemocracia por meio de uma maior participação pública: ao dar voz a grupos excluídos, este Estado levaria ao aperfeiçoamentos do convívio social, mas não a sociedades inteiramente novas (o que caracterizou como uma ideia marxista, falida e inibidora das forças criativas do mercado), pois a igualdade de oportunidades, conforme definida por Alexis de Tocqueville, seria o objetivo mais nobre da socialdemocracia, e não a criação de uma sociedade igualitária em termos de padrão de vida, de consumo, de renda[292].

---

[284] Textos nº 1, 6, 9, 12, 14, 17 e 29 na lista de referências de Temer em apêndice.
[285] Textos, respectivamente, nº 10, 12 e 31 na lista de referências de Temer em apêndice.
[286] Textos nº 48, 49 e 91 na lista de referências de Cardoso em apêndice.
[287] Texto nº 26 na lista de referências de Cardoso em apêndice.
[288] Textos nº 3, 5, 21, 50 e 58 na lista de referências de Cardoso em apêndice.
[289] Texto nº 5 na lista de referências de Cardoso em apêndice.
[290] Textos, respectivamente, nº 3 e 50 na lista de referências de Cardoso em apêndice.
[291] Textos nº 3, 5, 21, 34, 35, 50, 62, 85, 102 e 109 na lista de referências de Cardoso em apêndice.
[292] Textos, respectivamente, nº 5 e 21 na lista de referências de Cardoso em apêndice.

Esta postura autoproclamada de Cardoso de rejeitar ideias neoliberais vindas de fora do Brasil foi explicada por ele em dois textos de 2001, quando citou um artigo de sua autoria, intitulado *A originalidade da cópia* e publicado pela CEPAL em 1977, no qual escreveu que a absorção de ideias estrangeiras, no pensamento econômico latino-americano, tinha a característica de ser feita de forma adaptativa para gerar algo novo e assim avançar a ideia original[293]. Em 1998, Cardoso atribuiu a capacidade de o Brasil absorver criativamente ideias estrangeiras à matriz cultural portuguesa, que seria dotada de plasticidade, o que também existiria nas culturas espanhola, alemã, italiana, búlgara[294]. Isto teria transformado o Brasil em um país do "extremo Ocidente", onde conviveriam princípios culturais europeus e africanos[295]. Em termos concretos, exemplificou esta noção de adaptação de ideias – na qual, note-se, a clivagem centro-periferia não aparece, ao contrário do enfatizado pela teoria crítica brasileira sobre importação de ideias – em 2002, ao explicar que manteve o Ministério do Planejamento no seu governo, a despeito das ideias de livre mercado em voga no mundo, porém com um estilo de planejamento distinto à dos governos militares, posto que era baseado em indução ao invés de ação estatal e estabelecido por um Plano Plurianual, elaborado por uma consultoria do BNDES com duração de sete anos, previsão de orçamentos anuais e aprovação pelo Congresso Nacional[296].

Por sua vez, Temer, em um pequeno esforço de classificação do regime econômico que buscava implementar, coincidiu com Cardoso em recusar, em textos de 2016 e 2017, a construção tanto de um Estado mínimo – pois as demandas sociais seriam muitas e urgentes, exigindo políticas específicas aos setores mais vulneráveis –, quanto de um Estado máximo – que alimentaria desperdício e ineficiência –, defendendo a construção de um "Estado adequado", que oferecesse igualdade de oportunidade para todos os indivíduos, com base em responsabilidade social e fiscal[297]. Em outro texto de 2016, Temer citou Margareth Thatcher como inspiração para a política de contenção de gastos públicos, pois, tal como uma casa, o Estado não deveria dispender mais do que arrecada[298].

Por outro lado, em favor da construção do poder econômico do Estado, Lula apontou, em 2003, que o ponto principal do seu modelo de desenvolvimento econômico era a ampliação da poupança interna e da capacidade própria de investimento do Brasil; que o BNDES contribuiria para a industrialização do país; que o Estado deveria se antecipar ao

[293] Textos nº 78 e 81 na lista de referências de Cardoso em apêndice.
[294] Texto nº 44 na lista de referências de Cardoso em apêndice.
[295] Texto nº 36 e 78 na lista de referências de Cardoso em apêndice.
[296] Texto nº 102 na lista de referências de Cardoso em apêndice.
[297] Textos nº 9 e 15 na lista de referências de Temer em apêndice.
[298] Texto nº 14 na lista de referências de Temer em apêndice.

conflito de terras e promover reforma agrária, assim como decidir em que regiões do país alguns setores da economia deveriam ser implantados; que a Embrapa deveria fazer pesquisas científicas em parceria com grandes e pequenos produtores rurais; que a crença de que apenas marcos regulatórios alavancam investimentos privados foi equivocada, e o Estado deveria assumir responsabilidades por meio de parcerias público-privadas; que se o Estado estimula o empresário nacional a investir, o empresário estrangeiro se anima a aportar capital; em 2004, que a parceria entre Estado e sociedade deveria levar a uma coordenação democrática do desenvolvimento; em 2006, que país capitalista tem que ter capital, e para ter capital é preciso que o Estado ajude; que o Estado tem obrigações intransferíveis na coordenação do crescimento com distribuição de oportunidades sociais; em 2008, que a harmonia entre os mundos do trabalho, do capital e do governo era uma necessidade para tornar o país desenvolvido e unido perante seus competidores; em 2010, que os Estados com melhores políticas sociais eram aqueles com carga tributária mais elevada, como nos Estados Unidos, Alemanha, França, Suécia e Dinamarca; que a política industrial deveria atentar para o fato de que as grandes empresas brasileiras têm dificuldade de competir no mundo, pois concorrem com matrizes de multinacionais; e que o Estado deveria assumir a responsabilidade pela melhoria da educação, pois ele "é a razão da nossa existência, e nós somos a razão da existência do Estado"[299].

Ainda sobre o pacto de classes, Lula situava o Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social, que reunia empresários e trabalhadores, como sua expressão institucional[300]. Além disso, ao invés de política de renda mínima, como expresso por Cardoso, falava em política de transferência de renda, e entendia o Bolsa Família como um *New Deal*, devido ao impacto positivo que causava na atividade econômica[301]. Finalmente, narrava a história brasileira pela lente do desenvolvimento econômico, destacando fases de avanço e recuo de investimentos em indústria e infraestrutura inter-regional[302]. Frisava o governo de Juscelino Kubitschek como sendo uma inspiração[303].

Assim como Cardoso, Lula foi profícuo em tentativas de explicar o regime econômico que perseguia. Avaliava que o Estado deveria ser regulador e indutor do planejamento, o que não significava transformar-se em um Estado empresarial, pois haveria áreas em que a sociedade teria mais competência, agilidade e experiência, cabendo ao governo ouvi-la; que o

[299] Textos, respectivamente, nº 1, 4, 6, 10, 23, 25, 61, 145, 146, 260, 397 e 451 (p. 11) na lista de referências de Lula em apêndice.
[300] Textos nº 1, 4, 14, 33 na lista de referências de Lula em apêndice.
[301] Textos nº 56 e 277 na lista de referências de Lula em apêndice.
[302] Textos nº 74 e 351 na lista de referências de Lula em apêndice.
[303] Textos nº 130 e 141 na lista de referências de Lula em apêndice.

mercado seria uma alavanca necessária para a vida econômica, porém existiriam valores que não devem ser submetidos à lógica mercantil; que, após a crise internacional iniciada em 2009, a ideologia neoliberal do Estado mínimo estava no seu crepúsculo, e os Estados deveriam buscar uma combinação entre regulação econômica e democracia política; que o Brasil tinha aspirações desenvolvimentistas; e que "o modelo do Brasil não serve para todo mundo, e não quero que ninguém copie o modelo do Brasil"[304].

No lugar do paternalismo ou clientelismo frisados por Cardoso, Lula destacava a subserviência e a mentalidade colonizada ante Europa e Estados Unidos, especialmente entre a elite brasileira, como um grande mal social a ser reparado, associando-o a motivações para corrupção e a preconceitos com o aprofundamento que seu governo fazia das relações do Brasil com África e Ásia[305]. Para superar esta mentalidade, defendia que o Brasil produzisse conhecimento próprio para não ser um mero consumidor de tecnologias importadas e que, quando exportasse este conhecimento, estaria consagrado como uma nação desenvolvida[306].

Ademais, Lula recusava a classificação de que seu regime econômico fosse socialista. Em 2003, afirmou que o PT não era filiado à Internacional Socialista – ainda que mantivessem uma relação fraterna –, pois pertencia a outra geração de partidos, que buscavam soluções não-dogmáticas, baseadas no contexto nacional e tolerantes à convivência na diversidade – ponto este, segundo ele, que o Foro de São Paulo sempre trabalhou para divulgar na América Latina, longe de qualquer radicalismo[307]. Explicava que se dizia socialista na juventude, mas que, nos tempos de líder sindical, uma viagem à Suécia havia lhe mostrado que patrões e empregados podiam cooperar, e outra viagem, à Alemanha Oriental, que o socialismo produzia bens materiais escassos e obsoletos[308]. Destacava que sua finalidade era construir um país capitalista de classe média expressiva, com acesso a educação, saúde, lazer e consumo. Em texto de 2010, celebrou ter tornado a classe média mais de 50% da população brasileira, "para comprar mais aço do Gerdau, para comprar mais leite da Nestlé, para comprar mais produtos da Natura, para abrir mais contas no Itaú, para comprar mais no Extra, para comprar mais no Pão de Açúcar"[309].

Semelhantemente a Lula, Dilma afirmou, em 2011, que o Brasil deveria ter um modelo de desenvolvimento econômico com características próprias, de acordo com sua

[304] Textos nº 30, 73, 91, 104, 249, 299, 304, 319 (p. 12), 351, 363, 410, 413 na lista de referências de Lula em apêndice.
[305] Textos nº 2, 6, 77, 79, 89, 109, 179, 192, 351 e 413 na lista de referências de Lula em apêndice.
[306] Textos nº 29 e 76 na lista de referências de Lula em apêndice.
[307] Texto nº 36 na lista de referências de Lula em apêndice.
[308] Textos nº 197, 356, 382, 438, 455 e 459 na lista de referências de Lula em apêndice.
[309] Textos nº 212 e 444 (p. 5) na lista de referências de Lula em apêndice.

realidade e experiência histórica; que o Estado deveria ganhar maior capacidade de investimento e defesa da economia; que investimentos deveriam ser feitos via parceria público-privada, enquanto a gestão das obras concluídas, especificamente em logística, deveriam ocorrer por contratos de concessão; em 2012, que o mercado interno de consumo deveria ser expandido via políticas de inclusão social; em 2013, que a política industrial não deveria se pautar pela substituição de importações, como no passado, mas sim pelo apoio do Estado tanto na geração de demanda interna para as empresas, como na conquista de mercados externos; e em 2014, que não existiria desenvolvimento sustentável sem industrialização[310]. A presidente também defendeu frequentemente o fortalecimento da classe média, que entendia ser capaz de dar sustentação econômica ao país quando tinha seu poder de consumo ampliado[311].

Concluímos o seguinte a respeito das percepções presidenciais sobre a forma do Estado brasileiro:

- A forma do Estado brasileiro não requiriu, obrigatoriamente, uma associação com a de outro país para ser racionalizada pelos presidentes, o que confirma nossa teoria no ponto de que a identidade de forma do Estado precede as identidades de papel possíveis. Noções do *eu* (existentes na cultura política doméstica) precisam existir *a priori* para que este saiba como se relacionar com *outro* no plano internacional.
- Sobre *regime político*, em conformidade com o modelo de Lynch, saquaremas de esquerda – Lula – advogaram por um modelo presidencialista centralizado, no qual o Executivo federal deve orientar todo o aparelho estatal, em diálogo com outros órgãos e setores civis. Por sua vez, luzias de direita – Cardoso e Temer – guiaram-se pela construção de um modelo presidencialista descentralizado, que transfere tanto poderes da União a estados e municípios, quanto do Executivo ao Legislativo.
- Sobre *regime econômico*, também em conformidade com o modelo de Lynch, saquaremas de esquerda – Lula e Dilma – almejaram a construção de um regime econômico capitalista de mercado regulado, com políticas de protecionismo, avanço industrial e pacto de classes. Por sua vez, luzias de direita – Cardoso e Temer – orientaram-se por um capitalismo de livre mercado, com políticas graduais de abertura, especialização comparativa e privilégio à classe capitalista,

[310] Textos, respectivamente, nº 6, 14, 15, 20, 38 e 63 na lista de referências de Dilma em apêndice.
[311] Textos nº 9, 15, 39 e 83 na lista de referências de Dilma em apêndice.

> especialmente por meio da privatização do patrimônio público. Ainda que luzias de direita tenham mostrado uma pequena defesa da industrialização brasileira nos seus discursos (o que poderia contrair a expectativa de orientarem-se por uma especialização comparativa), não apontavam um caminho para tanto que não fosse esperar um voluntarismo por parte do empresariado privado nacional e estrangeiro, sem data para acontecer e sem incluir aporte de recursos públicos. Além disso, na passagem de referências de Tocqueville, feitas por Cardoso, a Thatcher, por Temer, pode-se notar um afastamento da direita luzia em relação ao liberalismo clássico e em direção a ideias de desconstrução mais imediata do Estado.

10.1.2 Percepções residuais sobre multilateralismo, integração regional e polaridade

Voltemo-nos ora a adendos do pensamento político internacional dos presidentes que foram além das percepções sobre a relação bilateral com a China, a fim de fortalecermos e corrigirmos alguns pontos de nossas hipóteses específicas. Nos discursos de Cardoso[312] e Temer[313], predominaram menções a favor tanto de um multilateralismo reformado, sobretudo na área econômica, quanto de uma integração regional pautada por regimes econômicos liberais e regimes políticos democráticos. Por sua vez, nos discursos de Lula[314] e Dilma[315], predominaram menções em favor tanto de um multilateralismo reformado nas áreas econômica e securitária, para atender interesses dos países em desenvolvimento, quanto de uma integração econômica regional que se aprofundasse em uma cooperação política tolerante à diversidade das formas de Estado dos países-membros. Ademais, Cardoso, Lula e Dilma coincidiram em defender um sistema multipolar, ao passo que não identificados menções de Temer sobre polaridade.

No que se refere ao *multilateralismo*, Cardoso não justificava a reforma de instituições internacionais, via de regra, como um meio para países em desenvolvimento ganharem espaço na gestão da ordem internacional em contraposição a países desenvolvidos. Em 1995, chegou a afirmar que tratar o Sul como entidade única para discutir desenvolvimento tinha sido um erro do passado e que a transformação do plano internacional em direção a uma nova ordem

[312] Textos nº 16, 44, 45, 49, 50, 79 e 100 na lista de referências de Cardoso em apêndice.
[313] Textos nº 3, 9, 12, 20 e 33 na lista de referências de Temer em apêndice.
[314] Textos nº 1, 8, 23, 31, 32, 33, 36, 41, 48, 54, 108, 123, 158, 174, 188, 194, 200, 232, 248, 252, 298, 313, 332, 344, 348, 362, 410 e 452 na lista de referências de Lula em apêndice.
[315] Textos nº 4, 5, 17, 18, 23, 24, 40, 50, 58 e 67 na lista de referências de Dilma em apêndice.

econômica não era mais possível[316]. Estas posições foram flexibilizadas no segundo mandato, após a crise cambial brasileira de 1999, quando afirmou que o Sul deveria se organizar para sensibilizar o Norte em negociações comerciais[317].

A despeito desta menção isolada, o que Cardoso desenvolveu como justificativa para reformar o multilateralismo foram dois raciocínios, subsequentes no tempo e ligados à afirmação do liberalismo econômico e político no mundo. Inicialmente, argumentava que a globalização econômica havia criado uma maior interdependência, de modo que países desenvolvidos e em desenvolvimento teriam passado a ter o mesmo interesse de torná-la mais estável, por meio de uma regulação que fosse construída através de um processo decisório representativo[318]. Este *argumento de interdependência econômica* também perdeu força no segundo mandato, quando o presidente admitiu que existiam situações estruturais diferentes entre os países do mundo, de modo que "obviedades para aqueles que estão do lado de cá do mundo [não são] obviedades para os que estão no outro lado do mundo, e nem são do interesse [deles]"[319]. Assim, posteriormente, passou a argumentar que, se a democracia deveria se expandir como regime político nos Estados de todo o mundo, também deveria se refletir no plano multilateral onde as nações conviviam, através de um respeito maior à voz das minorias[320]. Este *argumento da democracia* apresentava, em essência, uma demanda por maior justiça processual no multilateralismo, o que não incluía uma denúncia sobre *o que* estava sendo decidido nos fóruns internacionais àquela época, mas apenas *como* se decidia ou *quem* decidia.

Em relação a isto, Cardoso defendeu a redução de protagonismo dos Estados nos órgãos multilaterais, que deveriam contemplar também organizações não-governamentais, empresas multinacionais e sindicatos[321]. Aparece, aqui, uma noção de justiça processual antiestadocêntrica ou cosmopolita. Além disso, o presidente sempre dispendeu menor atenção relativa a reformas do Conselho de Segurança da ONU do que aos órgãos econômicos de Bretton Woods, mesmo que menções a respeito do primeiro tenham aumentado no segundo mandato, após os ataques do 11 de Setembro de 2001 nos Estados Unidos. Em 1998, reconheceu que "estava mais interessado em ter vez e voz para o Brasil na área do comércio mundial, da economia mundial, do que em um órgão de controle político-militar"[322].

---

316 Texto nº 3 na lista de referências de Cardoso em apêndice.
317 Texto nº 82 na lista de referências de Cardoso em apêndice.
318 Textos nº 16, 35, 44 e 50 na lista de referências de Cardoso em apêndice.
319 Texto nº 49 na lista de referências de Cardoso em apêndice.
320 Textos nº 50 e 77 na lista de referências de Cardoso em apêndice.
321 Texto nº 78 na lista de referências de Cardoso em apêndice.
322 Texto nº 45 na lista de referências de Cardoso em apêndice.

Ademais, Cardoso manifestou repúdio a visões que advogavam pela desinstitucionalização do sistema internacional, como a supressão do FMI. Em texto de 2001, classificou esta posição como reacionária, cujo resultado seria a acentuação de crises em países pobres e o fortalecimento de países ricos[323]. Conforme nossas hipóteses específicas, esta visão de desinstitucionalização seria mais própria, de fato, de adeptos de uma ideologia luzia de extrema-direita, que estariam mais próximos do libertarianismo e seriam contrários a qualquer amarra institucional, dentro ou fora de um país.

Por sua vez, Temer apresentou um esforço de reflexão sobre multilateralismo muito menor do que Cardoso. Cabe destacar apenas que Temer também tendia a criticar a condução de relações do Brasil com base em blocos ou segmentações e que emitiu apenas uma menção no sentido de apoiar a OMC, a fim de avançar a liberalização do comércio mundial, e outra em prol da reforma do Conselho de Segurança da ONU, pois sua composição estaria aferrada ao passado[324].

Por outro lado, Lula expressava-se frequentemente em favor da união dos países do Sul, percebidos como semelhantes ao Brasil, para que construíssem uma nova ordem econômica internacional[325]. Apenas duas vezes, em 2003, detectamos o argumento da democracia para justificar a reforma do multilateralismo, quando o presidente afirmou, por exemplo, que "o aperfeiçoamento do sistema multilateral é a contraparte necessária do convívio democrático no interior das nações"[326]. Muito mais comum foi que Lula justificasse a necessidade de reformas multilaterais com o objetivo de produzir uma igualdade de oportunidades entre os países para competirem na economia internacional, o que não existiria ainda devido às políticas protecionistas de países ricos, que minavam o ideal de livre comércio no mundo e contribuíam para a manutenção da pobreza e da fome nos países pobres[327]. Este *argumento da igualdade de oportunidades* postula, implicitamente, que apenas países em desenvolvimento podem promover uma reforma justa do plano multilateral, já que a injustiça era praticada contra eles pelos países desenvolvidos. Trata-se de um raciocínio de *justiça substantiva*, em que *o que* se decide em fóruns multilaterais importa para a produção e a distribuição de poder no mundo e, portanto, tem mais destaque para justificar mudanças no multilateralismo do que a inclusão de quaisquer atores *per se.*

[323] Texto nº 76 na lista de referências de Cardoso em apêndice.
[324] Textos nº 3, 9, 12, 20 e 33 na lista de referências de Temer em apêndice.
[325] Textos nº 1, 2, 12, 39, 40, 113, 123, 188, 194, 450 e 451 na lista de referências de Lula em apêndice.
[326] Textos nº 32 (p. 2) e 36 na lista de referências de Lula em apêndice.
[327] Textos nº 31, 32, 33, 36, 39, 49, 50, 71, 257, 393 na lista de referências de Lula em apêndice.

Além disso, Lula destacava a necessidade de se reformar tanto o Conselho de Segurança da ONU quanto os órgãos econômicos de Bretton Woods e a OMC a partir da maior participação dos países em desenvolvimento. Novamente, a rejeição às ideias hegemônicas (*o que* se decide) nestes órgãos era manifesta, como quando afirmou o seguinte: em 2008, que o Brasil não queria reformar o Conselho de Segurança para fazer o mesmo que os cinco membros permanentes, mas sim para executar uma proposta nova: criar, "no continente, um conselho de defesa sul-americano, e que o Brasil esteja no Conselho de Segurança em nome desse conselho"; naquele mesmo ano, que o papel que o Brasil exercia na OMC não poderia ser desempenhado pelos Estados Unidos, pois baseava-se em um ideal próprio de mudar a política comercial do mundo; e, em 2009, que FMI e Banco Mundial deveriam ser reformados, respectivamente, para deixar de exigir condicionalidades em empréstimos e para recomendar políticas anticíclicas aos países diante da crise internacional[328].

Em 2010, Lula chegou a afirmar que ambicionava uma "combinação perfeita, que é a harmonia entre os países desenvolvidos e os países em desenvolvimento"[329]. Contudo, manifestava certa consciência dos limites do argumento da igualdade de oportunidades entre países, nos marcos do capitalismo internacional, ao mencionar a necessidade de virtudes morais de solidariedade, elemento este que evidencia, de forma expressiva, a visão racionalista-conservadora de sociedade de Estados que atribuímos aos saquaremas de esquerda. Por exemplo, em 2004, Lula expressou o desejo de que Brasil e Índia "deixem de ser países subdesenvolvidos ou países em desenvolvimento e passem a fazer parte do grupo privilegiado dos países ricos do planeta"[330]. Também pode-se incluir, neste tipo de raciocínio, as menções frequentes de Lula, referidas no capítulo anterior, de que o BRICS, formado pelos maiores países emergentes, deveria se descolar do G-20 comercial, integrado por países em desenvolvimento de forças variadas, para ter mais êxito nas suas demandas. Como atenuante a este reconhecimento de que diferenças materiais entre países continuariam no seu horizonte de ordem internacional, Lula retratou o Brasil, em diferentes ocasiões, como sendo um país de vocação humanista, disposto à cooperação, amizade e generosidade, bem como dotado de obrigação moral, política e econômica de ajudar seus pares na superação da pobreza,

[328] Textos, respectivamente, nº 232 (p. 7), 248 e 362 na lista de referências de Lula em apêndice.
[329] Texto nº 452 na lista de referências de Lula em apêndice.
[330] Texto nº 50 (p. 8) na lista de referências de Lula em apêndice.

especialmente a África (com a qual afirmava que o país tinha uma dívida histórica devido à escravidão) e seus vizinhos fronteiriços[331].

Ademais, Lula sempre inclinou-se ao protagonismo dos Estados no plano multilateral. Atribuiu apenas a eles, em 2008, a responsabilidade de regular o sistema financeiro global e reverter a doutrina de redução do Estado promovida por bancos nas décadas anteriores[332]. Teve, porém, uma convergência com Cardoso ao repudiar, em 2010, ideias em defesa do enfraquecimento da ONU, o que acreditava incentivar políticas unilaterais e dar ainda mais poder a países fortes[333].

Por sua vez, Dilma manifestava a mesma disposição de Lula em promover justiça substantiva no multilateralismo em favor de países em desenvolvimento, porém o argumento da igualdade de oportunidades não apareceu no seu discurso. Em vez disto, a presidente transformou a ideia, embrionária nos anos finais do discurso de Lula, de que as políticas de países em desenvolvimento eram francamente melhores do que as de países desenvolvidos, em um *argumento de superioridade moral*. Como vimos nas menções da presidente à China, no capítulo anterior, Dilma expressava, frequentemente, o desejo de que os órgãos econômicos de Bretton Woods recomendassem as políticas de expansão dos investimentos estatais e do mercado interno dos BRICS a outros países para enfrentar a crise internacional, posto que as políticas contracionistas dos países desenvolvidos gerariam pobreza e precarização das relações de trabalhos, aprofundando a crise.

Por sua vez, para a reforma de órgãos multilaterais securitários, Dilma afirmava que o quadro doméstico de respeito aos direitos humanos dos países era julgado de forma seletiva e discriminatória nos fóruns internacionais[334]. Assim, sobre o Conselho de Segurança da ONU, usava o mesmo argumento da superioridade moral ao defender uma mudança da sua doutrina de "responsabilidade de proteger" para outra de "responsabilidade ao proteger": a primeira teria levado a uma utilização indiscriminada de sanções econômicas e de ações militares que deterioraram situações que pretendiam resolver, sobretudo no Oriente Médio (que então passava pela chamada Primavera Árabe), ao passo que a segunda, proposta pelo Brasil, seria orientada pelo princípio de que o diálogo e o reconhecimento das diversidades dos países

[331] Textos nº 51, 71, 81, 82, 152 e 219 na lista de referências de Lula em apêndice.
[332] Texto nº 298 na lista de referências de Lula em apêndice.
[333] Texto nº 410 na lista de referências de Lula em apêndice.
[334] Textos nº 5, 23 e 58 na lista de referências de Dilma em apêndice.

eram componentes essenciais para a paz[335]. Em 2013, Dilma definiu o multilateralismo como uma condição para a afirmação da personalidade própria de todos os povos[336].

Note-se que todos estes argumentos para justificar a reforma do multilateralismo não divergem do nosso quadro de hipóteses sobre orientações para o Brasil no plano multilateral (ver capítulo 7), mas sim aprofundam modos de se detectar diferenças ideológicas entre luzias de direita e saquaremas de esquerda. Buscar justiça processual no multilateralismo com argumentos de interdependência econômica ou democracia avança a promoção do revolucionismo-liberal no mundo, ao ressaltar a necessidade de homogeneizar, por um lado, os regimes econômicos dos Estados em favor da complementariedade comercial entre centro e periferia e, por outro, seus regimes políticos em prol da democracia liberal. Por outro lado, propor justiça substantiva no multilateralismo com argumentos de igualdade de oportunidades no capitalismo ou de superioridade moral de políticas públicas pró-estatais dos países do Sul em relação às do Norte salienta a promoção do racionalismo-conservador, ao frisar que os Estados-nações do mundo devem ter a mesma capacidade material para competirem entre si e que os países mais fortes do Sul devem ter responsabilidade sobre o desenvolvimento econômico dos mais fracos, via exportação de políticas de desenvolvimento que contrastam com preferências do Norte.

No que concerne *integração regional*, Cardoso descreveu-a, em 1995 e 2001, como um processo que deveria catalisar a globalização econômica e promover a democracia no mundo[337]. Neste sentido, percebia o MERCOSUL como um espaço de convergência entre países democráticos e orientados pela abertura econômica, devendo ampliar ambições de acordos comerciais gradualmente com Pacto Andino, União Europeia e Estados Unidos[338]. Também saudou, em 2002, a transformação do respeito à democracia em cláusula de tratados do MERCOSUL, afirmando que "a melhor maneira de se obter a realização do que se deseja é fazer com que todos desejem o que nós desejamos"[339]. Ademais, destacava a necessidade de a América do Sul avançar uma integração em infraestrutura[340].

Por sua vez, Temer adotou um discurso no mesmo sentido de Cardoso, atribuindo ao MERCOSUL tanto uma "vocação original" de democracia e livre mercado, que cumpria resgatar após o fim do governo Dilma, quanto uma orientação de aproximar-se da Aliança do

[335] Textos nº 17 e 18 na lista de referências de Dilma em apêndice.
[336] Texto nº 40 na lista de referências de Dilma em apêndice.
[337] Textos nº 16 e 79 na lista de referências de Cardoso em apêndice.
[338] Textos nº 2, 31 e 44 na lista de referências de Cardoso em apêndice.
[339] Texto nº 94 (p. 583) na lista de referências de Cardoso em apêndice.
[340] Textos nº 44, 64 e 96 na lista de referências de Cardoso em apêndice.

Pacífico (bloco comercial conformado por México, Colômbia, Peru e Chile, em 2011, a partir da iniciativa de governos com orientação liberal na economia)[341].

Por outro lado, Lula defendia uma integração regional, seja no MERCOSUL, na UNASUL ou na CELAC, que fosse pautada pelo respeito às normas constitucionais de cada país, pela convivência democrática na pluralidade, pela elaboração dialogada de consensos, pela construção de uma globalização que respeitasse valores e interesses nacionais e pelo fim da subserviência a modelos criados pelo Norte[342]. Em 2003, avaliou que a integração de infraestrutura na América do Sul era apenas um primeiro passo para uma integração comercial, cultural e política, a qual deveria ser construída por meio da criação coletiva de políticas públicas sobre diversos assuntos e, especificamente no MERCOSUL, também através do Parlasul[343].

Semelhantemente, Dilma defendeu que MERCOSUL, UNASUL e CELAC deveriam formular estratégias comuns de coordenação política e desenvolvimento econômico sem discriminações de ordem ideológica entre os países-membros[344]. Ademais, entendia que o Brasil, sendo o país de maior poder econômico, tinha a responsabilidade de desenvolver uma política não-imperialista para a América Latina, que integrasse cadeias produtivas nas quais todos os países tivessem ganhos, sem usar força ou impor modelos[345].

Estes dados reforçam nossas hipóteses sobre a orientação de luzias de direita e saquaremas de esquerda sobre menor e maior tolerância ao pluralismo de ordens sociais no mundo. Diferentemente do registrado nas percepções sobre a China, a disposição de homogeneizar regimes políticos e econômicos aparece claramente, agora, nos discursos de Cardoso e Temer, em direção à promoção de um revolucionismo-liberal na vizinhança, via exportação de ideias sobre livre comércio e democracia. Por sua vez, os discursos de Lula e Dilma manifestam maior respeito à diversidade de formas de Estado na região, sem deixar de propor, entretanto, uma integração profunda entre os países, que incluísse tanto o diálogo para formular políticas públicas comuns, em diferentes setores, quanto o fomento a cadeias produtivas, o que salienta a orientação de se construir recursos materiais com países do Sul via planejamento estatal, e não apenas fazer comércio.

Por fim, no que se refere à *polaridade da balança de poder internacional*, Cardoso, no seu segundo mandato, passou a emitir um discurso fortemente crítico à unipolaridade dos

[341] Texto nº 20, 33 na lista de referências de Temer em apêndice.
[342] Textos nº 1, 8, 23, 158, 174, 200, 344, 348 e 413 na lista de referências de Lula em apêndice.
[343] Textos nº 31 e 33 na lista de referências de Lula em apêndice.
[344] Textos nº 58 e 67 na lista de referências de Dilma em apêndice.
[345] Texto nº 24 na lista de referências de Dilma em apêndice.

Estados Unidos, que percebia como geradora de um unilateralismo prejudicial à ordem mundial e que deveria dar lugar à multipolaridade[346]. O caminho para este horizonte passava tanto por avançar a construção de blocos regionais, conforme texto de 2000, quanto por manter a influência de organizações multilaterais capazes de frear o unilateralismo, consoante texto de 2001[347].

As menções de Cardoso sobre polaridade poderiam nos levar a rever nossa hipótese de que a tradição luzia de direita seria refratária à configuração unipolar do mundo. Contudo, cabe cotejá-las a outro traço muito característico do discurso deste presidente: a crença de que havia um progresso nas ideias predominantes no mundo, após o fim da Guerra Fria, que cumpria ao Brasil acompanhar. Cardoso usou dois tipos principais de argumentos que exprimiam esta mesma crença. Em primeiro lugar, defendia que disputas ideológicas haviam dado lugar a uma *convergência de valores* que uniam toda a humanidade (definida como um sujeito coletivo com interesses próprios), tais como democracia, antiprotecionismo, preservação ambiental, direitos humanos, crimes humanitários e quebra de patentes de medicamentos em casos excepcionais[348]. Em segundo lugar, afirmava a *inexistência de alternativa ou escolha* à abertura das economias nacionais à globalização, sobre o que exprimiu, em 1995, que "a História tenderia a ser cruel para os que se situam à margem do *mainstream*"; em 1997, que cabia ao Brasil ter uma política de "captação dos sinais do mundo, para saber como será possível tirar vantagens máximas, dentro das condições existentes"; em 1999, que "não há país hoje, diante da globalização, que se possa dar ao luxo de ter uma economia doméstica que não siga certas regras, e que sejam regras sancionadas, aprovadas pela economia internacional, pelo sistema internacional"; e em 2002, que "quando os paradigmas mudam, há um corte cultural-civilizatório, [e] se as pessoas não percebem que têm que fazer uma transformação grande no modo de ver as coisas, vão ver tudo cada vez pior"[349].

O que estes elementos do discurso de Cardoso revelam, fundamentalmente, é a aceitação da hegemonia cultural, na superestrutura internacional, à época, o que nada tem a ver com rejeição da unipolaridade. No pós-Guerra Fria, liberalismo econômico e político eram advogados, pelos Estados Unidos, como receitas universais para o progresso da humanidade, de modo que, para Cardoso, seria insensato ao Brasil contestá-las, cabendo-lhe

[346] Textos nº 54 e 85 na lista de referências de Cardoso em apêndice.
[347] Textos nº 54 e 85 na lista de referências de Cardoso em apêndice.
[348] Textos nº 1, 3, 21, 33, 59, 76, 77, 78, 79, 82 e 85 na lista de referências de Cardoso em apêndice.
[349] Textos, respectivamente, nº 3 (p. 143), 35, 36 (p. 321), 48, 49, 50 e 106 (p. 610) na lista de referências de Cardoso em apêndice.

apenas aceitá-las. Por diversas vezes, o presidente expressou o entendimento de que o processo inevitável de adaptar as ideias em voga, em qualquer país, deveria obedecer a uma interação com variáveis domésticas, como cultura, etnias, instituições e agência política[350]. Refutava, ainda, que diferentes culturas estivessem fadadas a um choque de civilizações que as impedisse de ter entendimentos comuns[351]. Emblematicamente, afirmou, em texto de 1995, que a transformação do mundo passava "pelas reformas internas, pelo *homework*, pela questão da 'boa governança' em todos os países em desenvolvimento"; e, em texto de 1996, que "as forças da globalização, econômicas e simbólicas, [...] projetam-se sobre as sociedades nacionais, que as absorvem no marco de suas histórias", classificando como positivo que políticas sociais fossem "submetidas ao escrutínio e à pressão internacionais, a partir de parâmetros de avaliação homogêneos", desde que não houvesse seletividade e falta de cooperação entre os países[352].

Ora, posto que as percepções sobre multilateralismo e integração regional de Cardoso eram, como acabamos de ver, tudo menos contrárias ao projeto ideológico de disseminação da democracia e do livre mercado que pavimentava a unipolaridade dos Estados Unidos, o que as suas menções sobre polaridade revelam é uma contradição. Se seu discurso, naqueles dois temas, não estipulava a necessidade de o Brasil fazer um exercício de contra-hegemonia ideológica, restava ao país, por exclusão, a opção de contribuir para a construção da hegemonia, ao concordar que liberalismo econômico e político eram, de fato, as melhores receitas para a integração da humanidade. A conclusão lógica do seu raciocínio sobre polaridade, portanto, não poderia ser uma disposição de minar a unipolaridade estadunidense, mas sim de promover uma divisão de trabalho no seu gerenciamento, colocando o Brasil como um aliado regional dos Estados Unidos. Isto não pode ser confundido com a construção de um sistema multipolar: neste, a capacidade material de um único país ter hegemonia ideológica no mundo deve estar posta em xeque.

Não encontramos menções residuais de Temer sobre polaridade.

Em sentido diverso ao de Cardoso, Lula defendia uma multipolaridade, no lugar da unipolaridade dos Estados Unidos, que fosse construída por meio de uma nova correlação de forças internacionais, para o que apontava, como estratégicos, a reforma do multilateralismo com maior valorização dos países em desenvolvimento e o reforço do diálogo Sul-Sul[353]. Igualmente, Dilma defendia um avanço da multipolaridade a partir de articulações do Sul, que

[350] Textos nº 1, 3, 16, 21, 33, 38 e 48 na lista de referências de Cardoso em apêndice.
[351] Texto nº 15 na lista de referências em de Cardoso apêndice.
[352] Textos nº 3 (p. 148) e 21 (pp. 597 e 602) na lista de referências de Cardoso em apêndice.
[353] Texto nº 1 e 123 na lista de referências de Lula em apêndice.

levassem, por exemplo, a uma maior representação do BRICS dentro de instituições multilaterais e à construção de um processo de integração sul-americano, em economia e defesa, que fizesse a região resolver seus problemas e desafios sem intervenção externa[354]. Em ambos os casos, trata-se de uma visão que não aceita a resignação às ideias hegemônicas que grandes potências estão socializando no mundo e que propõe alternativas a elas.

Com base nestes dados residuais de pesquisa, especialmente sobre integração regional, podemos sofisticar nossas hipóteses específicas sobre a orientação para aproximações bilaterais da ideologia luzia de direita e postular que elas são pensadas de modos diferentes para um país que pertença ou não ao plano regional. Assim, *para avançar a construção de uma cultura de anarquia revolucionária-liberal, luzias de direita buscariam homogeneizar os regimes políticos e econômicos dos Estados no plano regional, de modo que decisões de aproximação ou afastamento especificamente com países vizinhos seriam pautadas pela semelhança tanto entre regime político quanto econômico*; *entretanto, no plano mundial, a necessidade de obter recursos materiais moderaria este comportamento*, como visto no caso da China, em relação à qual as considerações sobre regime político foram mínimas. Pesquisas poderiam testar mais detidamente esta nova hipótese, por exemplo, comparando o silêncio de Temer sobre o regime político do Estado chinês com as suas percepções sobre a Venezuela, país que foi suspenso do MERCOSUL com o apoio de seu governo por ser acusado de violar a cláusula democrática do bloco.

Por sua vez, saquaremas de esquerda, para avançar uma cultura de anarquia racionalista-conservadora, podem aproximar o Brasil de países por semelhança de regimes econômicos, no plano mundial, como visto no caso da China, a fim de opor-se à socialização de políticas antiestatais nas organizações multilaterais. Se fôssemos nos basear apenas nos discursos de Lula e Dilma sobre integração regional, o mesmo não aconteceria no plano regional, onde prevaleceria o respeito à heterogeneidade tanto de regimes políticos, quanto de regimes econômicos. Contudo, parece-nos contraditório com os fins da multipolaridade que, no plano regional, saquaremas de esquerda deixariam de recear a hegemonia da ideologia neoliberal e parassem de pautar decisões de aproximação ou afastamento bilateral com países vizinhos também, em parte, pela semelhança ou diferença de regimes econômicos, tal como fazem no plano mundial. Pesquisas podem sofisticar mais esta hipótese, por exemplo, analisando relações bilaterais a partir das diferenças de percepção de Lula ou Dilma sobre países vizinhos que implantavam regimes econômicos distintos à época, como Argentina,

[354] Textos nº 4, 40 e 58 na lista de referências de Dilma em apêndice.

inclinada a um capitalismo regulado nos governos Kirchner, e Colômbia, mais favorável ao livre mercado nos governos Uribe e Santos.

A partir destas considerações, podemos atualizar nossas hipóteses sobre aproximação bilateral para as duas ideologias analisadas, conforme o quadro 7.

Quadro 7 – Novas hipóteses de orientações para relações bilaterais
das ideologias luzia de direita e saquarema de esquerda no período 1988-hoje

	Ideologia luzia de direita	**Ideologia luzia de esquerda**
Orientação para o Brasil em relações bilaterais	Aproximar-se pelo grau de semelhança percebido nos regimes econômico e político, no plano regional; ou sobretudo econômico, no plano mundial + Obter recursos materiais no Norte	Aproximar-se pelo grau de semelhança percebidos nos regimes econômicos, seja no plano regional ou mundial + Obter recursos materiais no Norte/Sul

Fonte: Elaboração própria.

Por fim, passemos, no próximo capítulo, às conclusões que alcançamos nesta tese e façamos algumas considerações finais sobre como avançar a agenda de pesquisa de uma APE crítica em um assunto que apareceu na pesquisa empírica, mas que é pouco explorado pela teoria crítica brasileira: a exportação de ideologias pelo Brasil a outros países por meio da política externa, principalmente via constrangimentos institucionalizados em blocos de integração regional e transferências negociadas de políticas públicas entre Estados.

11 **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A pergunta que procuramos responder ao longo desta tese foi como a ideologia de um(a) Presidente da República afeta a política externa brasileira. A hipótese geral que estabelecemos foi a de que uma ideologia constrange a percepção de mundo desta autoridade, pois contém ideias socialmente criadas sobre como a construção do Estado, no plano doméstico, e as relações entre Estados, no plano internacional, devem ser organizadas. Buscamos explicar as mudanças da política externa do Brasil para a China, entre 1995 e 2018, a partir da influência desta variável nas percepções de quatro presidentes sobre o país, registradas em discursos oficiais.

Mostramos que a disciplina de Análise de Política Externa (APE) que é desenvolvida no Norte não destaca ideologia como uma variável explicativa relevante, nem mesmo na linha de estudos sobre concepção de papel nacional. Entretanto, no Sul, os modelos sobre o pensamento político brasileiro, criado por Christian Lynch (desde que interpretado à luz da definição de ideologia de Hélio Jaguaribe, que destaca seus efeitos concretos para relações materiais de poder), e sobre a história da política externa brasileira, fundado por Maria Regina Soares de Lima, dão sequência ao programa de investigação já secular da teoria crítica brasileira sobre importação ideias em um país periférico (cuja genealogia esboçamos) e podem convergir no sentido de viabilizar um modelo de APE em que ideologias políticas, coexistentes na cultura política nacional, são tratadas como elemento de destaque na definição de papeis que o Brasil assume nas relações internacionais.

A partir de um caminho inaugurado por Letícia Pinheiro, apontamos que, por um lado, o modelo de política externa de Lima pode receber aportes seletivos das escolas inglesa (com destaque para Martin Wight, Hedley Bull e Andrew Hurrell) e construtivista (particularmente, Alexander Wendt) das Relações Internacionais, cujas discussões sobre tradições do pensamento político internacional, cultura de anarquia, papel de Estado e forma de Estado, ausentes na obra da autora, contribuem para distinguir projetos distintos de estrutura internacional, que estariam em disputa na sociedade brasileira. Além disso, tais projetos podem ser vinculados, também, ao modelo de pensamento político de Lynch, ao adicionarem uma dimensão internacional às ideologias brasileiras, que iriam além dos conjuntos de preferências sobre os regimes político e econômico do Estado, destacados por este autor. Formulamos dois quadros de hipóteses específicas sobre o conteúdo internacional das ideologias – um para o período 1945-88 e outro para 1988-hoje –, além de uma figura para ilustrar as distâncias relativas entre indivíduos típicos de cada uma.

Testamos parte de nosso modelo de uma APE crítica para o Brasil por via do método da Análise Crítica do Discurso, elaborado por Norman Fairclough, que concebe discurso como um meio de manifestação de determinada ideologia. A leitura, a classificação e a interpretação de 720 textos do discurso presidencial brasileiro que continham menções à China levaram à constatação de padrões de percepção diferentes sobre este país entre, de um lado, os presidentes Fernando Henrique Cardoso e Michel Temer e, de outro, Luiz Inácio Lula da Silva e Dilma Rousseff. As percepções diferiram sobre a forma e o papel do Estado chinês; o intercâmbio material buscado entre Brasil e China; e o motivo para diversificar as relações brasileiras em direção à China. Subsidiariamente, percepções sobre a forma ideal do Estado brasileiro e sobre outros elementos da política externa (multilateralismo, integração regional e polaridade internacional) reforçaram a distinção na concepção de mundo entre os dois pares de governo.

Argumentamos que os resultados corroboraram nossa hipótese geral, mas parcialmente nossas hipóteses específicas sobre a orientação para relações bilaterais do Brasil. Por um lado, os padrões de percepção evidenciaram ideias substancialmente distintas sobre a China, o que ajuda a explicar as mudanças na intensidade da relação sino-brasileira a partir das ideologias políticas dos presidentes. Em seus discursos, Cardoso e Temer, cujos governos buscaram menor proximidade relativa com a China, manifestaram elementos da ideologia luzia de direita em suas percepções sobre o país, enquanto Lula e Dilma, da ideologia saquarema de esquerda. Por outro lado, o conceito de forma de Estado que empregamos na hipótese sobre a ideologia luzia de direita mostrou-se pouco preciso para apreender o que seus adeptos privilegiam ao perceber outros países, de modo que sugerimos a necessidade de fragmentá-lo em regime político e regime econômico. Além disso, os dados indicaram uma nova hipótese de que a localização de um país na vizinhança do Brasil ou fora dela pode ser um fator levado em consideração nas orientações bilaterais.

Pesquisas da APE crítica que avancem esta nova hipótese podem dar contribuições importantes ao jogar luz sobre um aspecto da teoria crítica brasileira pouco explorado: a exportação de ideologias políticas a outros países. O foco de atenção nesta tese foi o fenômeno da importação de ideias, privilegiado pela teoria crítica brasileira. Entretanto, como expusemos no capítulo 3, alguns intelectuais críticos manifestavam expectativas de que o processo de importação criativa originasse ideias exportáveis do Brasil para outros países, de modo a fundar novas dinâmicas de interação cultural, mutuamente benéficas, em vez de assimétricas. Neste sentido, a exportação de ideias na arte era ambicionada por Oswald de Andrade e Antonio Candido e, na ciência, por Alberto Guerreiro Ramos. Na política

doméstica, o modelo de Lynch é útil para iluminar as dinâmicas de importação de ideias sobre construção do Estado, porém não trata de possíveis processos de exportação, isto é, *se* e *como* as tradições luzia e saquarema se empenhariam em difundir ideias sobre regimes políticos e econômicos a outros países. Por sua vez, na política externa, o modelo de Lima sugere que criar ideias em organismos multilaterais, ao invés de importá-las por cópia, seria um traço da tradição saquarema. Em adendo, os resultados da nossa pesquisa sugeriram que adeptos da tradição luzia prefeririam colaborar na difusão de ideias exportadas pelo país-matriz ou conjunto de países-matrizes que, em dada conjuntura, é visto como fonte de ideias a serem copiadas pelos países do mundo todo.

Ora, como define Lima, sendo o Brasil uma potência média, nem tão forte nem tão fraca, sua política externa é multifacetada, pois o Estado tem poder para ser, ao mesmo tempo, o que Keohane (1969 *apud* LIMA, 2005) distingue entre aquele que afeta o sistema internacional (*system-affecting State*) e aquele que é afetado por ele (*system-affected State*). Por esta razão, seria razoável supor que o ganho de capacidade material pelo Brasil, após o processo de industrialização do século XX, abriu espaço para uma ambição de suas elites políticas em participarem mais ativamente da construção de hegemonias ou contra-hegemonias ideológicas na superestrutural internacional. Sendo assim, pesquisas que avancem teorizações de *como* estas elites tentam exportar ideias sobre regime econômico e/ou regime político via política externa tornam-se pertinentes.

Já temos elementos para responder *por que* luzias de direita e saquaremas de esquerda o fariam. Pela linha de raciocínio que desenvolvemos nesta tese, podemos supor, *a priori*, que a tradição luzia seria favorável à exportação de ideias sobre formas de Estado pelo Brasil na sua vizinhança, dada a orientação revolucionária de uniformizar os Estados no mundo (traço este que identificamos nos discursos de Cardoso e Temer). Por sua vez, a tradição saquarema seria favorável à diversidade de formas de Estado no mundo, haja vista o entendimento racionalista de que cada contexto sócio-histórico é específico, de modo que caberia às sociedades decidirem suas formas de Estados. Entretanto, uma condescendência muito grande por parte dos saquaremas com a proliferação de regimes econômicos que descontroem Estados entraria em contradição com o próprio propósito racionalista de manter uma sociedade de Estados. Além disso, a via conservadora de se avançar o racionalismo atribuiria ao Estado brasileiro certa responsabilidade pelo desenvolvimento de Estados de países mais pobres (traço este que identificamos nos discursos de Lula e Dilma).

Contudo, isto nada nos diz sobre o modo com que cada uma destas concepções de mundo seria exportada efetivamente, via política externa. Para tanto, neste capítulo final, nos

deteremos, brevemente, em pesquisas sobre ações do Brasil nas áreas de cooperação internacional para o desenvolvimento e de integração regional que já oferecem elementos para a formulação de algumas hipóteses, a partir de evidências de que ambas as áreas são permeadas por disputas ideológicas encaminhadas por decisões de política externa. Na sequência, justificaremos a premência deste esforço de investigação com a exposição da nossa avaliação crítica sobre qual ideologia o Brasil deveria socializar no mundo para ganhar autonomia, em uma conjuntura de competição hegemônica cada vez mais intensa entre Estados Unidos e China e de manifestação do neofascismo em diversas sociedades, inclusive na brasileira, durante o governo de Jair Bolsonaro.

11.1 **Cópia e criação de ideias na exportação de políticas públicas: hipóteses para uma agenda de pesquisa**

Milani (2018) define a cooperação internacional para o desenvolvimento (CID) como um tipo de cooperação entre países que ocorre especificamente através de meios institucionalizados, a fim de avançar um conjunto de objetivos, consensos, agendas, regras e instituições. A CID teve início com o Plano Marshall, nos anos 1940, quando os Estados Unidos fizeram grandes investimentos na Europa Ocidental para reconstruí-la após a Segunda Guerra Mundial. Consolidou-se com a criação da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), nos anos 1960, com vistas a facilitar a padronização de políticas públicas capitalistas entre países cêntricos, que em seguida as difundiam aos países periféricos, especialmente ex-colônias recém independentes. Após o fim da Guerra Fria, ainda segundo o autor, organizações como o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional ganharam importância nas dinâmicas da CID ao proverem recursos à periferia sob a condição de que o governo receptor deveria adotar políticas neoliberais e subordinar-se a autoridades representantes destes organismos. Crises econômicas subsequentes a esta adoção da agenda neoliberal geraram insatisfação com os resultados do que passou a ser chamado de cooperação de tipo Norte-Sul, acusada de promover interesses de empresas transnacionais e reproduzir relações assimétricas de poder. Países periféricos passaram a buscar, então, uma cooperação de tipo Sul-Sul, que, para Milani (2018), não deixa de basear-se em interesses políticos dos países que concedem recursos, compartilham técnicas ou difundem ideias, mas que teria maior potencial de reformar a política internacional ao ampliar as opções de parcerias entre países e, com isso, reduzir o protagonismo do Norte no mundo. Assim,

> a cooperação Sul-Sul pode ser uma das ferramentas de construção de uma solidariedade de oposição, de resistência e de bloqueio ao *status quo*, mas também de propostas e de retomada de um pensamento não mais exclusivamente ocidental na definição das normas e regras do jogo, no plano das relações internacionais (MILANI, 2018, p. 238).

Milani e Carvalho (2013) avaliam que a cooperação Sul-Sul feita pelo Brasil com países africanos, durante os governos Lula e Dilma, mostrou diferenças qualitativas em relação à cooperação Norte-Sul de cunho neoliberal, ainda que tenha sido relativamente menos desenvolvida em termos institucionais. O autor e a autora destacam as parcerias que o Brasil estabeleceu com Moçambique (projeto da Fiocruz no campo da saúde pública); Chade, Mali, Burkina Faso e Benin (projeto Embrapa Cotton+4 de desenvolvimento agrícola) e Cabo Verde (projeto de educação superior). Salientam, ainda, que todas estas iniciativas foram orientadas pelo objetivo explícito e inovador de se promover mudanças estruturais na economia produtiva dos países africanos por meio da transferência tanto de conhecimento sobre experiências brasileiras quanto de equipamentos sofisticados. Além disso, a cooperação feita pelo Brasil foi definida oficialmente, nos governos Lula e Dilma, como sendo somente aquela que envolve doações de recursos a fundo perdido por parte do governo, excluindo, assim, interesses de internacionalização de empresas privadas brasileiras do escopo oficial da agenda (MILANI; CARVALHO, 2013) [355].

Por sua vez, no campo de estudos sobre integração regional, especificamente da América Latina, Dabène (2009) define este tipo de processo como um projeto político que afeta a construção ou desconstrução de Estados nos países locais e que sempre foi atravessado por uma disputa, no imaginário social, sobre quais deveriam ser os contornos da região. Discursos sobre uma identidade de América, América Latina ou América do Sul teriam sido mobilizados, ao longo da história, por distintos governos interessados em criar instituições regionais que reforçassem o predomínio de uma forma de Estado preferida, em uma área geográfica particular. Ainda segundo o autor, as instituições vinculadas a processos de integração regionais nunca contaram com recursos significativos, de modo que jamais exerceram coerção material sobre um país-membro e foram facilmente transformadas após a

[355] Convém adicionar que a exportação de formas de Estado é uma problemática que está na raiz de discussões acadêmicas sobre integração regional, no Brasil, desde as suas primeiras elaborações, feitas, por exemplo, por Jaguaribe (2017[1968]). Este autor entendia o capitalismo industrial nacionalista, induzido pelo Estado, como a melhor via de desenvolvimento para o Brasil e defendia que a sua política externa perseguisse um modelo autônomo de desenvolvimento e integração da América Latina (MADIAL). Para reduzir a dependência da região frente aos países centrais, Jaguaribe (2017[1969]) destacava, como imperativo no MADIAL, a implementação de regimes políticos, econômicos e sociais semelhantes em países-chave da região. Esta coincidência dificultaria que projetos favoráveis à manutenção da dependência prevalecessem, pois viabilizaria a criação de uma interdependência planejada de mercados. Na sua avaliação, os países-chave com regimes semelhantes deveriam restringir a participação de membros no processo integrativo para consolidá-lo entre si antes de expandi-lo.

troca de governos com preferências distintas. Por estas razões, esquemas de integração regional funcionariam, sobretudo, como instrumentos simbólicos para ancorar uma comunidade regional ideal de Estados uniformes (DABÈNE, 2009).

Dabène (2009) classifica como "isoformismo institucional" o fenômeno de um governo projetar características de suas instituições domésticas nas instituições regionais de um bloco. Neste sentido, aponta que, entre os anos 1960 e 1970, imperaram projetos de integração regional (ALALC, ALADI, CARICOM, Pacto Andino) apenas em setores econômicos específicos, o que refletia o predomínio de governos que construíam Estados ditatoriais e desenvolvimentistas, inclinados a preservar o máximo de autodeterminação nacional nos regimes político e econômico. Em seguida, nos anos 1980 e 1990, surgiram projetos de integração (NAFTA, MERCOSUL, CAN) que almejavam construir uma maior interlocução política e uma maior interdependência econômica entre países-membros, o que refletia e reforçava a construção de Estados orientados pela democracia liberal e pelo livre mercado. Finalmente, nos anos 2000, houve maior divergência de projetos regionais devido à maior variação de orientções econômicas entre os governos: os Estados Unidos tentaram implementar a ALCA para avançar a desregulação do seu mercado e da vizinhança; Cuba e Venezuela lançaram a ALBA como o cerne de uma integração baseada na luta contra a pobreza através, primordialmente, de ações públicas dos Estados-membros; e Brasil, Argentina e Uruguai, membros do MERCOSUL, tentaram equilibrar, por um lado, mercado privado e, por outro, redução das desigualdades sociais por ação do Estado. Neste último período, Dabène (2009) salienta a especificidade da UNASUL, criada em 2008, que corresponderia a um acordo pragmático entre os países sul-americanos para marginalizarem a agenda comercial e priorizarem o diálogo político em áreas variadas, como políticas sociais, educação, energia, infraestrutura, financiamento e meio ambiente.

Assumindo-se, assim, que tanto a CID quanto processos de integração regional podem interferir diretamente na construção ou na desconstrução de formas de Estado, pesquisas que se situem na interseção entre elas – isto é, que investiguem a CID em blocos de integração regional – têm potencial para revelar modos distintos de se exportar ideias políticas via política externa, que poderiam ser vinculados às ideologias do pensamento político brasileiro.

Gilardi (2010 *apud* MARIN, 2011) aponta que a quantidade de pesquisas científicas sobre transferência internacional de políticas públicas teve um grande salto a partir dos anos 1990, quando estadunidenses passaram a investigar a disseminação de políticas liberais no mundo. Dados de Graham, Shipan & Volden (2008 *apud* FARIA, 2012) mostram que estudos sobre este assunto pautaram cerca de 800 artigos publicados em revistas de Ciência Política

nos últimos 50 anos, tendo sido metade publicada após o fim da Guerra Fria[356]. Entretanto, na academia brasileira, Faria (2012) aponta que o tema da transferência internacional de políticas públicas ainda desperta pouco interesse, apesar de o Brasil já ser tanto um importador quanto um exportador de políticas públicas.

A despeito da relativa escassez de publicações nacionais, estudos brasileiros vêm salientando que processos de integração regional podem estimular que Estados se assemelhem nas suas instituições internas, via transferência de políticas públicas feita de forma negociada (ou não-coercitiva), conforme perseguido nos governos Lula e Dilma. Cabe destacar três trabalhos publicados na última década, a título sugestivo. Neste sentido, Marin (2011) busca verificar a existência de um processo de transferência negociada de políticas públicas no MERCOSUL. Para tanto, elabora um estudo de caso sobre a Reunião Especializada sobre Agricultura Familiar (REAF), criada em 2004 por iniciativa do governo Lula com a finalidade de disseminar práticas de agricultura familiar, inclusive reforma agrária, no bloco[357]. O autor verifica a ocorrência de transferência de política pública, na medida em que Argentina e Uruguai passaram tanto a contar com instituições de Estado específicas para agricultura familiar, quanto a elaborar, pela primeira vez, políticas utilizando este conceito.

Por sua vez, Pereira (2015) elabora outro estudo de caso sobre o MERCOSUL, com foco no processo de elaboração e internalização de uma política de harmonização de registros profissionais da área da saúde, construída para facilitar a circulação destes trabalhadores no bloco. O autor descreve etapas de negociação da Matriz Mínima de Registro dos Profissionais de Saúde do MERCOSUL, em 2004, e aponta que o Brasil a incorporou, à normatização nacional, por meio de uma portaria do Ministério da Saúde publicada em 2005. O autor destaca que, ao fazê-lo por meio de portaria, o governo Lula afirmava a soberania do Estado na regulação de políticas públicas, refletindo as características inerentes de um bloco intergovernamental, pois persistiu a necessidade de se observar as leis vigentes no país ao se revalidar os diplomas de um(a) profissional oriundo(a) de outro país do MERCOSUL.

---

[356] A teorização crescente sobre transferência de políticas públicas caminha, desde seu início (DOLOWITZ; MARSH, 2000; BULMER; PADGETT, 2004), no sentido de produzir modelos que explicitem a agência humana e a conjuntura histórica, incluindo elementos tais como quais atores participam destes processos, em que circunstâncias uma transferência ocorre e quais variáveis intervêm para seu êxito ou fracasso. Este esforço rende análises mais flexíveis e férteis a vários blocos regionais do que modelos de integração regional formulados em meados do século XX, que normatizam a existência de um suposto processo ideal a qualquer contexto do mundo, tanto em abordagens econômicas – como os modelos de etapas de comércio de Bela Belassa, de área monetária ótima de Robert Mundell e de integração industrial de Raúl Prebisch –, quanto em abordagens político-institucionais – como o funcionalismo de David Mitrany e o neofuncionalismo de Ernest Haas.

[357] A REAF é dividida em cinco grupos de trabalho, os quais elaboram propostas de resolução que, se aprovadas na plenária da REAF, passam à votação do Grupo Mercado Comum, instância decisória executiva (MARIN, 2011).

Por último, Teixeira (2017) oferece um terceiro estudo de caso de transferência de política pública envolvendo um bloco regional intergovernamental, com foco, desta vez, na UNASUL. A autora analisa o seu Conselho de Saúde Sul-Americano (CSS), criado em 2008 com o objetivo, entre outros, de promover políticas públicas comuns em saúde. Entre as políticas difundidas pelo Brasil, a autora destaca o acesso universal das populações a sistemas de saúde gratuitos e a medicamentos, tal como existe no Sistema Único de Saúde (SUS). Uma vez que o CSS efetivamente socializava tais ideias para outros países, Teixeira (2017) aponta que a UNASUL atuava no sentido de valorizar as funções do Estado de prover e regular serviços na sociedade, em favor da equidade e da inclusão social, à revelia de ideais neoliberais. Por meio de entrevistas com dezenas de atores envolvidos no CSS, governamentais e não-governamentais, nos governos Lula e Dilma, Teixeira (2017) aponta três fatores que mais pesariam para haver discordâncias e descontinuidades nos trabalhos do órgão: o nível de compromisso político dos países com a UNASUL; as mudanças de autoridades e funcionários nos Ministérios de Saúde dos países; e as ideologias políticas que orientam os governos da região. Por outro lado, as entrevistas também revelaram que a possibilidade de consenso aumenta quando coalizões técnicas entram em ação, pois funcionários especializados conseguiriam encontrar pontos de entendimento em meio a divergências ideológicas entre governos.

Estas três pesquisas evidenciam que os governos Lula e Dilma estimularam a negociação entre os países-membros do MERCOSUL e da UNASUL para criar políticas públicas comuns, de cunho estadocêntrico, nas áreas de agricultura e saúde. Isto manifesta a disposição de *rule making* que o modelo de Lima atribui ao governo Lula e vai ao encontro da nossa hipótese de que a ideologia saquarema de esquerda, se, por um lado, admite a coexistência de ordens sociais no mundo, por outro, orienta ações de contra-hegemonia em relação a concepções de mundo em que o Estado é visto como um mal a ser enfraquecido. Estas ações incluem a criação de instituições intergovernamentais para dar maior previsibilidade à cooperação e ao diálogo entre países, com vistas a adensar uma sociedade de Estados no plano internacional, nos marcos da tradição racionalista do pensamento político internacional. É possível formularmos a hipótese, portanto, de que *representantes da ideologia saquarema de esquerda socializam ideias sobre regime econômico, em organizações multilaterais, por meio de negociação, convencimento ou construção conjunta de políticas públicas com governos e burocracias de outros países.*

Mais pesquisas são necessárias para estabelecer distinções em relação às outras ideologias brasileiras sobre as formas privilegiadas para exportar ideologias no plano

internacional. Os dados da nossa pesquisa permitem levantar suposições apenas sobre luzias de direita do período 1988-hoje. O governo Cardoso liderou, no âmbito do MERCOSUL, a criação da cláusula democrática do Protocolo de Ushuaia, em 1998, a qual estabeleceu que os Estados-membros devem ter plena vigência de instituições democráticas liberais, sob pena de suspensão do bloco em caso contrário. Tratou-se de um desvio do princípio diplomático de não-intervenção em assuntos internos de outros países (GUIMARÃES, 2006), o que sugere que *luzias de direita teriam preferência por formas de coerção para constranger a adoção de formas de Estado semelhantes na vizinhança*, bastante diferente da transferência negociada de políticas públicas privilegiada por saquaremas de esquerda. Esta hipótese estaria alinhada com a tendência da tradição revolucionária-liberal ao sectarismo ideológico, ao invés da coexistência pacífica, perseguida pela tradição racionalista. Convém lembrar que o governo Temer apoiou a suspensão da Venezuela, no MERCOSUL, em 2016, com base na cláusula democrática. Por sua vez, o apoio do governo Dilma à suspensão do Paraguai, em 2012, com base no mesmo instrumento, lembra que toda regra, em teoria, pode ter exceções na prática.

11.2 **Uniformidade *versus* diversidade de formas de Estado no século XXI**

Investigar como ideologias podem ser exportadas por governos brasileiros torna-se particularmente importante diante de um futuro que se apresenta, hoje, como marcado por dois fenômenos: a competição cada vez maior por preferências sobre regime político e econômico entre Estados Unidos e China, o que já começa a ser chamado, sem haver consenso ainda, de uma Nova Guerra Fria ou Segunda Guerra Fria, a qual intensificaria uma disputa entre centro e periferia pela tolerância ou não ao pluralismo de ordens sociais no mundo; e o surgimento de movimentos neofascistas de massa, que usam a internet como meio de comunicação primordial para propagar ideias, o que já interfere na disputa ideológica entre coalizões sociopolíticas orientadas pela autonomia e pela dependência no Brasil, hoje. Diante deste cenário, cumpre nos posicionarmos, para encerrar esta tese, sobre quais ideias cabem ao Brasil exportar para superar a dependência frente às potências centrais e trilhar um caminho de maior progresso social.

No século XXI, uma das grandes atualizações do modo de produção capitalista, tanto em versões mais orientadas pelo livre mercado quanto mais reguladas pelo Estado, é o método de se baratear dominação por meio de tecnologia digital. Como conceitua Zuboff (2019), a desregulamentação neoliberal do mercado feita nos Estados Unidos, a partir dos anos 1980, deu origem a um “capitalismo de vigilância”, no qual os indivíduos são incitados, em uma

mistura de consentimento e coerção, a compartilhar gratuitamente dados pessoais com empresas como Google, Facebook, Apple, Microsoft e Amazon. Estas empresas passaram a ser proprietárias de uma base de informações pessoais de tamanho sem precedentes, que compartilham com pouca transparência, dada a fraca regulamentação, tanto com empresas de varejo que desejam direcionar publicidade a um público com hábitos de consumo conhecidos (sofisticando a acumulação de capital), quanto com governos que ambicionam vigiar atividades políticas (criando uma nova estrutura totalitária, em que dissidentes podem ser perseguidos de forma personalizada). Nos últimos anos, esta lógica passou a ser reproduzida na China por empresas como Baidu e Alibaba, que compartilham suas bases de dados com o Estado chinês (ZUBOFF, 2019).

Ora, uma das principais disputas em curso entre Estados Unidos e China ocorre precisamente no controle da infraestrutura de comunicação digital de ponta. Os dois países competem para liderar a fabricação dos equipamentos de conexão de 5ª geração e obter contratos governamentais para a sua instalação no mundo todo, a fim de montar uma rede que servirá de base para o funcionamento da internet nas próximas décadas. As implicações, evidentemente, estendem-se para além do conhecimento sobre o comportamento de indivíduos, para incluir também a censura ou a disseminação de ideias particulares; o controle sobre transações financeiras feitas por pessoas físicas, empresas e bancos; e a liderança em guerras automatizadas. Esta dinâmica torna-se central para os rumos da divisão internacional do trabalho e da cultura política internacional, pois pode reduzir a possibilidade de povos autodeterminarem as formas de seus Estados.

Após o fim da Guerra Fria, os Estados Unidos continuaram a agir para universalizar o modelo capitalista, ora na sua versão neoliberal. Como argumenta Zahran (2012), nunca houve uma tradição política, nos Estados Unidos, que se contrapusesse com força ao liberalismo, de modo que há, culturalmente, uma dificuldade de o país compreender sociedades com princípios diferentes aos seus, assim como uma tendência a assumir que os seus valores são universais. Esta dificuldade se intensificou nos anos 1990, quando imperou um sentimento geral, no país, de que os Estados Unidos deveriam reorganizar a ordem mundial (ZAHRAN, 2012). Incursões militares dos Estados Unidos em países periféricos para impor preferências de forma de Estado foram constantes entre os governos de Bush pai a Obama (Panamá, Bósnia, Kosovo, Afeganistão, Iraque, Síria, Líbia). O governo Trump, ainda que adotando um discurso isolacionista, ameaçou usar força contra o Irã e articulou abertamente uma invasão à Venezuela, embora sem sucesso.

Por sua vez, o debate sobre se a China age (ou se tem o desejo de agir) para exportar seu sistema de normas domésticas não é consensual. Há duas interpretações concorrentes hoje: uma aponta que a China não age neste sentido, enquanto outra argumenta o contrário. A interpretação de que a China não quer exportar sua forma de Estado foi formulada no início dos anos 2000, quando Ramo (2004) cunhou o termo "consenso de Pequim" para descrever um conjunto de princípios que caracterizariam o desenvolvimento da China e que contrastaria com o consenso de Washington, nome dado pelo economista John Williamson a uma série de políticas neoliberais que o setor financeiro dos Estados Unidos desejava que fosse implementada pelos governos da América Latina, nos anos 1990, e que foi importada por cópia globalmente[358]. Segundo Ramo (2004), o modelo de desenvolvimento chinês seria baseado, na política econômica, pelo privilégio ao crescimento, com os objetivos de reduzir a pobreza, construir capacidade de poder estatal e manter o Partido Comunista da China dominante, sem basear-se, portanto, em ideias neoliberais, como privatização e livre comércio, vistas como deletérias àqueles objetivos. Ramo (2004) avalia que a China deseja projetar o consenso de Pequim no exterior no sentido de incentivar que países tracem seus desenvolvimentos nacionais com autonomia, distanciando-se de uma postura de ditar prescrições. Escrevendo sobre a China no governo de Hu Jintao (2003-2013), Visentini (2014) aponta uma continuidade do consenso de Pequim e situa suas raízes em uma tradição cultural inaugurada nas primeiras décadas da República Popular da China, quando Chu En-lai, cunhou a diplomacia da coexistência pacífica.

Por outro lado, a interpretação de que a China age para exportar o seu modelo de desenvolvimento, tal qual ocidentais tradicionalmente fazem, foi desenvolvida por Halper (2010). O autor apropria-se do termo "consenso de Pequim", porém altera seu significado: este corresponderia a uma doutrina de capitalismo de Estado ou autoritarismo de mercado, que combina instituições autocráticas ou semiautocráticas, no regime político, com práticas liberais em alguns setores do mercado, na política econômica, sendo ambas exportadas a outros países via política externa. As formas de exportação do consenso de Pequim pela China seriam três. Em primeiro lugar, o Estado capitalista autoritário seria promovido via concessão de empréstimos a países em desenvolvimento sem exigir condicionalidades de liberalização econômica ou política, como feito pelo Ocidente, o que o autor interpreta de vários modos:

[358] Ramo (2004) conta que Williamson ficou sinceramente chocado ao ver seu modelo sendo aplicado mundo afora, nos anos 1990, pois tratava-se de uma "lista dos sonhos" de banqueiros para negociar a dívida externa latino-americana que pouco tinha a ver com melhorar diretamente a vida das pessoas. Todavia, a lista servia como um guia perfeito para países pobres atraírem capital destes bancos, daí seu apelo global. Ramo (2004) afirma que, ao fim e ao cabo, o modelo não sobreviveu ao teste mais básico de sustentabilidade na maioria dos países e destaca os casos de Indonésia e Argentina como tendo sido os mais desastrosos.

respeito da China à não-interferência em assuntos domésticos para ter a reciprocidade (e assim coibir o separatismo de Taiwan e Tibete); estratégia para não ter que negociar com grupos domésticos de outros países e, com isso, conseguir assinar acordos econômicos mais rapidamente; e, principalmente, um estímulo à emulação do seu modelo por governos autocratas que não desejam submeter-se à liberalização ocidental ou por governos descontentes com a instabilidade causada pelos Estados Unidos ao promover a globalização neoliberal e as intervenções no Oriente Médio. Em segundo lugar, a exportação do modelo chinês ocorreria via propaganda, como o autor exemplifica com um projeto lançado pelo governo chinês, em 2009, no valor de US$ 6,8 bilhões, para criar uma rede de escritórios que divulgassem a modernização da China a outros países, uma rede de televisão com transmissão 24 horas e jornais disponíveis na internet com tradução para o inglês. Em terceiro lugar, a difusão do consenso de Pequim ocorreria via diplomacia, valendo-se de discursos, encontros bilaterais, conferências, cúpulas e programas de intercâmbio para disseminar ideias e expertise em áreas técnicas, especialmente macroeconomia, infraestrutura e planejamento econômico.

Entre 2017 e 2020, a relação entre os governos de Donald Trump e Xi Jinping foi crescentemente tensa, o que estimulou análises de conjuntura que tenderam a apontar para uma Segunda Guerra Fria, devido às diferenças nas formas dos Estados dos dois países e à política mais assertiva de Xi no sentido de concentrar poderes em si e designar o modelo de desenvolvimento chinês como sendo imitável por outros países, a partir do 19º Congresso do Partido Comunista da China, realizado em 2017. Contudo, Walt (2020) analisa um conjunto destas análises e argumenta que há exagero em se utilizar, por enquanto, o termo de Segunda Guerra Fria, uma vez que nem a coexistência de formas de Estado capitalistas mais e menos liberais entre grandes potências, nem o fato de haver competição entre elas são novidades. Na sua interpretação, o que há, por ora, é a vontade da China de reduzir a influência dos Estados Unidos nos países do seu entorno sem precisar arcar com o custo de impor-lhes regimes de capitalismo de Estado com partido único, ao passo que os Estados Unidos resistem em abandonar o cerco de alianças montado ao seu redor desde o século XX (WALT, 2020).

Não temos condições, neste trabalho, de fazer uma avaliação própria sobre a inserção internacional da China. Porém, para uma reflexão sobre autonomia e dependência de um país periférico no capitalismo internacional, tenha ele uma configuração de viés mais liberal ou mais estatista, Nobre (2004) nos lembra que um princípio central da teoria crítica desenvolvida pela Escola de Frankfurt, para fins de contra-hegemonia, é o de que *o capitalismo deve ser confrontado por reivindicações de que cumpra as promessas do*

liberalismo clássico de que todos os indivíduos devem ter as mesmas oportunidades de realizarem os projetos de vida que desejam para si. Trata-se de um programa de ação política que busca dar vida ao que ainda é letra morta no liberalismo para melhorar qualitativamente a vida da classe proletária, mas que, inerentemente, tensiona os limites do capitalismo: este, por excelência, não consegue oferecer as mesmas oportunidades a todos os indivíduos prometidas pelo liberalismo clássico, dada a estrutura de classes. As raízes deste programa, baseado na contradição entre promessa e realidade, estão na dialética negativa desenvolvida por Adorno[359].

Como explica Silva (2011), a estratégia da Escola de Frankfurt de almejar justiça substantiva através de demandas de efetivação dos ideais do liberalismo teve um ponto de desenvolvimento teórico fundamental em Habermas, para quem as instituições políticas liberais devem ser criticadas a partir das premissas que supostamente deveriam cumprir, mas não o fazem. Habermas passou a normatizar que regimes democráticos devem estimular, sobretudo, a deliberação, racional e lógica, dentro das instituições do Estado. A ação comunicativa no espaço público viabilizaria a manifestação de justificativas transparentes de atos de governantes e incentivaria a multiplicidade de vozes dentro do Estado, o que Habermas acreditava ser capaz de gerar consensos e maior solidariedade social (SILVA, 2011).

Lubenow (2010) aponta que a tese habermasiana de justiça foi posteriormente enriquecida com as teorizações de Axel Honneth e Nancy Fraser. Para Honneth, seria ilusório esperar que o conflito social dê lugar a consensos por meio da deliberação, de modo que sugere que a ação comunicativa deveria ter um sentido programático: estimular empatia e estima entre indivíduos por meio da reivindicação ao reconhecimento das suas diferenças, o que significaria dar mais espaço, especificamente, a minorias no debate público. Por sua vez, para Fraser, a luta pelo reconhecimento das diferenças exige a redistribuição de recursos materiais entre indivíduos e grupos para que possam participar do debate público em igualdade de condições, de modo que *reconhecimento e redistribuição formariam um par inseparável*, com o objetivo de avançar transformações, simultaneamente, tanto na dimensão cultural quanto na econômica. Neste sentido, justiça processual deveria ser sempre acompanhada de justiça substantiva para ser efetiva (LUBENOW, 2010).

[359] A tendência de homogeneização das mentalidades que Adorno verificava em sociedades de acumulação avançada levou-o a estipular que o indivíduo crítico precisa negar o *status quo* da realidade a partir de conceitos ideais e reivindicar constantemente a concretização destes na luta política (2009[1966]).

O ponto de Fraser parece-nos fundamental para um projeto de justiça social adequado à atual conjuntura do século XXI, uma vez que conecta a problemática do identitarismo à economia política, até então marginalizada pela Escola de Frankfurt. Não faltam evidências de que a luta identitária consegue mobilizar multidões às ruas nas últimas décadas, em atos de reivindicação por dignidade, em países tanto do centro quanto da periferia, que contestam a desigualdade econômica-cultural e a destruição ambiental que o neoliberalismo ampliou. Isto não significa que a luta de classes tenha se tornado obsoleta em face de lutas por reconhecimento individual, mas apenas que classe é uma categoria insuficiente para caracterizar indivíduos, uma vez que existem hierarquias de poder dentro de ambas as classes, dadas por estruturas de raça, gênero, sexualidade etc. Entretanto, se desarticulado da luta de classes, o identitarismo falha naquilo que mais almeja, que é a igualdade de poder para todos os indivíduos se autoafirmarem.

Como pensado por Fraser (2006), a estrutura de classes é aquela, entre todas as outras, que produz capacidades materiais desiguais para indivíduos protegerem suas identidades com o mesmo nível de dignidade. Para a autora, o caminho da justiça social, no plano doméstico, deve levar a que a falta de estima cultural contra minorias seja confrontada com a desconstrução discursiva de hierarquias entre identidades de forma combinada à supressão da privação econômica da classe proletária. Esta supressão deve dar-se por meio de programas universalistas de bem-estar social, políticas de pleno emprego, impostos elevados, criação de um vasto setor público não-mercantil, propriedades públicas e/ou coletivas significativas, e decisões democráticas quanto às prioridades socioeconômicas básicas (FRASER, 2006).

Entretanto, convém lembrar que esta evolução teórica no marxismo cêntrico, que combina problemáticas econômicas e culturais para pensar opressão e justiça no capitalismo, não fez mais do que colocar, para a política doméstica, uma pauta que os países periféricos foram pioneiros em apresentar para a reforma da estrutura capitalista internacional, nos planos econômico e cultural. Isto ocorreu inicialmente com a Conferência de Bandung, em 1955, em que a denúncia do racismo nas relações internacionais foi uma pauta de destaque (BISSIO, 2015), e posteriormente com o projeto de Nova Ordem Econômica Internacional, entre os anos 1960-70, através de uma série de resoluções apresentadas na Assembleia Geral da ONU para promover uma melhor distribuição de poder material entre os países (TRINDADE, 1984).

Estas reivindicações da periferia por tanto reconhecimento cultural quanto justiça econômica são frequentemente esquecidas por marxistas do centro, que ainda têm uma dificuldade de ver marcadores de identidade como sendo atravessados, também, pelo

pertencimento de um indivíduo a sociedades com posições diferentes na divisão internacional do trabalho. Enquanto se reconhecem as mais variadas estruturas domésticas de opressão, costuma-se negligenciar aquela que envolve a estrutura centro-periferia. Por exemplo, quando normatiza a justiça no plano internacional, Fraser (2010) reivindica uma ordem pós-westfaliana, em que o Estado deixaria de ser o ator central, para dar lugar a estruturas de governança cosmopolita, nas quais se tornaria um entre outros atores incluídos na discussão de um tema em fóruns multilaterais. A autora justifica-o com argumentos de que o Estado pode ser um veículo de injustiça ao bloquear a participação de movimentos sociais e facilitar a de grupos poderosos no espaço deliberativo e de que a globalização neoliberal debilitou identidades nacionais, colocou em questão a premissa da cidadania determinada por nacionalidade ou território e deu lugar a um multiculturalismo transnacional.

Esta perspectiva antiestadocêntrica lembra as propostas de autores não-marxistas, que criticamos nesta tese pelos seus fins conservadores, posto que não explicam como empresas privadas poderosas não teriam maior influência relativa neste esquema cosmopolita para avançar seus interesses. Fraser (2010) falha em deixar de complexificar que o Estado pode servir, também, como o instrumento de defesa mais forte que países da periferia têm contra o imperialismo econômico do centro; pressupõe que os conceitos de Estado e nação oprimem a diferença de identidades individuais, quando, por vezes, pode protegê-la através de leis e políticas públicas; e naturaliza um multiculturalismo alimentado por ondas migratórias que são consequência da pobreza na periferia[360].

Contrapontos concretos à visão antiestatista de Fraser já existem e foram oferecidos pelos países sul-americanos no período da Onda Rosa, quando governos progressistas se tornaram hegemônicos e buscaram combinar reconhecimento individual e redistribuição econômica com o fortalecimento de Estados-nações. Em todos os países, a estrutura de classes foi mantida: a apropriação de meios de produção por meio de estatizações, quando ocorreu, deu-se em setores pontuais e coexistiu com um empresariado privado ainda poderoso, mesmo em casos que reivindicavam um "socialismo do século XXI". A experiência soviética de amplo planejamento da economia pelo Estado foi incapaz de sobreviver ao cenário de constante instabilidade internacional criado com o advento do padrão dólar-flexível, nos anos

[360] Halliday (1994) previa que o mundo pós-Guerra Fria viveria uma tendência de exacerbação das contradições do projeto capitalista, entre promessas de felicidade geral e realidade de empobrecimento relativo da maioria da população, o que levaria ao crescimento de migrações. As razões seriam, sobretudo, a substituição do emprego humano por máquinas e a desregulamentação da economia que o capitalismo promovia na sua versão neoliberal. O autor acreditava que o processo de difusão destas políticas para a periferia capitalista, por meio da homogeneização dos arranjos internos dos seus Estados, tenderia a gerar ondas migratórias em direção ao centro por parte de trabalhadores penalizados pela redução de salários e pela crise ecológica que o desemprego tecnológico e a desregulamentação produziriam.

1970. Como este cenário ainda vigora, estatizações completas da economia, ainda mais na periferia, tornam-se inviáveis.

A fundação constitucional de um Estado plurinacional em Venezuela (governo Chávez), Bolívia (governo Morales) e Equador (governo Correa), aspirantes ao socialismo do século XXI, baseou-se na ideia de que nações periféricas se fortalecem quando o Estado reconhece a multiplicidade de tradições culturais e formas de propriedade que conformam uma sociedade, redistribui recursos econômicos e atua no mercado primário-exportador com empresas próprias. Por sua vez, no Brasil (governos Lula e Dilma), avançaram-se, por reformas graduais, o reconhecimento às identidades individuais, a redistribuição econômica e a criação de parcerias público-privadas no mercado capitalista. Argentina (governos Kirchner), Uruguai (governos Vázquez e Mujica), Paraguai (governo Lugo) e Chile (governos Bachelet) aproximaram-se mais do caso brasileiro. Apesar das diferenças, em nenhum dos casos houve uma política externa que tenha defendido uma ordem internacional sem protagonismo dos Estados (LIMA *et al.*, 2020). Pelo contrário, buscou-se uma nova forma de convívio entre Estados a partir da UNASUL, marcada pelo reconhecimento da diferença de formas de Estado na vizinhança, a fim de avançar um esforço de cooperação política para fazer frente às instabilidades da globalização econômica (LIMA; PINHEIRO, 2020). Instituições como Fundo do Mercosul (FOCEM), Banco do Sul, Fundo dos BRICS e Banco dos BRICS nasceram desta preocupação periférica, compartilhada para além da região, de continuar pressionando por uma nova ordem econômica internacional, menos dependente do dólar.

O período recente da história sul-americana revela que, em face da tentativa por uma grande potência de uniformizar os Estados do mundo, *o par reconhecimento-redistribuição, no plano doméstico, foi articulado à tradição racionalista, no plano externo, para formarem um tripé de princípios normativos com vistas a reformar estruturas de desigualdade, seja entre indivíduos, no primeiro caso, seja entre países, no segundo, valendo-se da mesma lógica de pressionar o capitalismo a cumprir ideais que o liberalismo promete, entre os quais está o ideal de Estado-nação*.

Em termos mais específicos, no plano doméstico, assumiu-se que o reconhecimento do direito de todos os indivíduos portarem uma identidade com dignidade deve ser combinado a uma redistribuição de poder econômico entre eles para que todos possam desenvolver suas identidades como queiram. Semelhantemente, no plano internacional, assumiu-se que o reconhecimento do direito igualitário dos países de terem Estados-nações soberanos deve ser combinado a uma redistribuição de poder econômico entre eles, para que todos possam

defender a sua soberania em condições semelhantes. Trata-se, pois, de um projeto de justiça transversal aos planos doméstico e internacional, que, se foi bem teorizado pelo marxismo cêntrico para o plano doméstico, foi melhor perseguido pela periferia recentemente, em ambos os planos.

Como vimos nesta tese, no Brasil, uma estratégia de reformismo com fim revolucionário, via apropriação de princípios liberais, tem um ponto seminal na obra de Manoel Bomfim, anterior à Escola de Frankfurt. Todavia, talvez o melhor esboço de um projeto transversal de reforma, tanto da sociedade doméstica quando da sociedade de Estados, tenha sido expresso por San Tiago Dantas, ministro das Relações Exteriores brasileiro, entre setembro de 1961 a julho de 1962, e um dos artífices da Política Externa Independente. Dantas (1962) anunciou dois interesses fundamentais ao Brasil a serem perseguidos naquele momento da Guerra Fria, em que duas superpotências tentavam homogeneizar as sociedades do mundo: por um lado, aspiração ao desenvolvimento e à emancipação econômica; por outro, conciliação entre o regime democrático representativo e uma reforma social capaz de suprimir a opressão da classe trabalhadora pela classe proprietária. Para alcançar estes interesses, entendia que dois princípios deveriam nortear a política externa. O primeiro princípio seria a defesa da coexistência pacífica entre os blocos capitalista e socialista, pois

> o contato entre os mundos socialista e democrático é benéfico a democracias, como a brasileira, onde o regime de liberdades políticas, característico do Estado de direito, se acha superposto a uma estrutura social baseada na dominação econômica de uma classe por outra, e, portanto, na denegação efetiva da própria liberdade. Daí resulta um permanente incentivo à reforma social, com a criação, no seio da sociedade, de pressões crescentes, que podem ser captadas para modificação progressiva de sua estrutura, sem quebra de continuidade do regime democrático (DANTAS, 1962, p. 12).

O segundo princípio norteador da política externa seria a autodeterminação dos povos (que teria como corolários a defesa da não-intervenção em assuntos domésticos e da descolonização afro-asiática), na medida em que

> protege alguma coisa de vital, que é a autenticidade do processo ao longo do qual se opera a transformação dos povos e se dá o pleno amadurecimento de suas independências. Nenhuma transformação política é válida, se é imposta à sociedade, que a executa, pela consciência de um outro povo ou pelo poder de dominação de outro Estado, ou força, que substitui a sua vontade. Daí a necessidade de nos conformarmos com as vicissitudes da história nacional de um povo, e de esperarmos que ele amadureça sua própria experiência, em vez de submeter-se a um esquema imposto do exterior (DANTAS, 1962, p. 14).

Dantas era trabalhista e um quadro do PTB, partido-símbolo do nacionalismo progressista, mas, na conjuntura em que escrevia, tentava angariar apoio da esquerda revolucionária ao Movimento pela Legalidade (VISENTINI, 1995). Assim, o que o ex-chanceler sinalizava, nestes trechos, é que a política externa pode ser um instrumento

importante para o fomento do socialismo democrático quando defende a tradição racionalista para a cultura de anarquia, ancorada na autodeterminação dos povos. Além disso, expunha a crença, mais evidente hoje, de que a recusa do ideal de Estado-nação não deve ser copiada do marxismo cêntrico, por ora.

A agenda racionalista da Política Externa Independente seria moderada e combinada a um projeto de reformismo liberal, no plano doméstico, no governo presidencialista de Goulart, que propôs as Reformas de Base. O golpe militar de 1964 interrompeu-o e substituiu a orientação democrática dos saquaremas de esquerda pela visão autoritária dos saquaremas de direita na construção da autonomia econômica do Brasil. Demoraram quase 40 anos para o Brasil ter, na administração federal, um trabalhismo atualizado, que rearticulasse reformismo liberal no plano doméstico com racionalismo do tipo conservador no plano internacional, como feito nos governos Lula e Dilma.

O novo projeto de capitalismo nacionalista-democrático foi feito com estímulo à interação do Estado com a sociedade, especialmente nas conferências nacionais de políticas públicas (POGREBINSCHI; SANTOS, 2011). Fome, pobreza e desigualdade socioeconômica foram reduzidas no Brasil, porém este projeto – assim como a Onda Rosa no geral – teve dificuldade de avançar a industrialização com um câmbio valorizado, uma classe capitalista fortemente inclinada ao rentismo e um ambiente internacional volátil, dominado pela financeirização especulativa (PAULA; SANTOS; MOURA, 2019). Ainda assim, teve êxito em estimular a autonomia política dos indivíduos, ao invés de cooptação, acomodação ao *status quo* ou mera "inclusão social pelo consumo", como evidenciaram as Jornadas de Junho de 2013, protestos de massa que chegaram a mobilizar 1,5 milhão de pessoas em mais de 100 cidades, no seu auge (SINGER, 2013)[361].

Após as Jornadas de Junho, o governo Dilma buscou responder às ruas propondo um aprofundamento na construção de um Estado mais aberto à participação social, no que foi a tentativa mais ambiciosa de institucionalizar a comunicação direta entre sociedade e Estado, no Brasil, e que teria aprofundado o componente democrático do capitalismo nacionalista pretendido. O governo lançou, em 2014, o decreto presidencial nº 8.243, que criava a Política Nacional de Participação Social (PNPS) e o Sistema Nacional de Participação Social (SNPS).

[361] Singer (2013, p. 27) avalia dados colhidos em entrevistas *in loco* e aponta que o público majoritário das manifestações foi composto por jovens adultos com (ou em) formação universitária, que, em termos de renda, dividiam-se entre compor uma classe média tradicional e uma massa de trabalhadores "que conseguiram emprego com carteira assinada na década lulista (2003-2013), mas que padecem com baixa remuneração, alta rotatividade e más condições de trabalho". As inquietações variaram, sobretudo, entre demandas por serviços públicos melhores e mais baratos nas cidades, quando o indivíduo se autodeclarava mais à esquerda do espectro político-ideológico, e insatisfação com corrupção estatal, quando declarava-se mais à direita (SINGER, 2013).

Entre outros efeitos, o SNPS poderia vir a atender propostas de criação de um Conselho Nacional de Política Externa, demandado por setores da sociedade civil desde 2013 para aumentar a abertura do Itamaraty à consulta pública.

Contudo, o decreto presidencial terminou rejeitado pelo Congresso Nacional ainda em 2014. Na sequência, conforme explica Wanderley Guilherme dos Santos (2017), Dilma Rousseff, uma vez reeleita em 2015 com uma estreita margem de votos e tendo a legitimidade da sua vitória questionada pelo presidente do PSDB, alterou seu projeto de governo surpreendentemente em relação à campanha eleitoral, direcionou a política econômica para atender preferências da oposição, promoveu uma forte austeridade que desmobilizou sua própria base social e, com isto, abriu espaço para o golpe parlamentar de 2016, que pôs fim ao projeto de capitalismo nacionalista-democrático. Em seguida, o governo Temer deu forte ímpeto ao neoliberalismo ao constitucionalizar a austeridade econômica, via emenda nº 95, que congelou investimentos públicos por 20 anos. Em 2018, após quatro anos de estímulo à vulnerabilidade socioeconômica, entremeados por escândalos de corrupção e livre circulação de *fake news* na internet, Jair Bolsonaro foi eleito presidente.

Atualmente vigente, o projeto bolsonarista de desconstrução e descentralização acelerada do Estado, com vistas a um capitalismo libertário ou anárquico e dependente do Norte, vem sendo propagandeado como solução para um suposto comunismo (que imperaria no Brasil desde o fim da ditadura militar e que seria alimentado hoje pela China), suscita um movimento de massa que atravessa as classes e foi implementado, nos seus dois primeiros anos, com o auxílio de uma política externa inédita, chefiada por Ernesto Araújo. Sobre esta política externa, Lynch (2020) afirma que ela se guiou pela construção de uma nova ordem mundial, pautada por uma cruzada, chefiada por Donald Trump, contra "novos mouros", como chineses, mexicanos, muçulmanos e progressistas de qualquer matiz.

Hoje, o que está em discussão no Brasil é se ainda estamos vivendo na república inaugurada em 1988, ou se estamos, mais bem, em um interregno de hegemonias, nos termos gramscianos, em que uma velha ordem morreu, baseada na democracia liberal, e uma nova, de inspiração fascista, luta para se afirmar (FERNANDES, 2019). A ilusão de uma política externa que não percebe que brasileiros estão mais próximos de mexicanos do que de estadunidenses é manifestação clara de agudo bovarismo, isto é, um transtorno psicológico motivado por colonialismo mental, como diagnostica Maria Rita Kehl. O projeto denota que, no século XXI, o racismo segue sendo a principal estrutura cultural a reforçar a dependência periférica frente a países centrais.

A nosso juízo, cabe a uma coalizão das forças saquaremas, orientadas pela construção criativa-democrática da autonomia do Brasil, resgatar e aprofundar o projeto de um Estado-nação orientado pelos princípios de reconhecimento e redistribuição, na política doméstica, e racionalismo, na política externa, o que, hoje, deve enfatizar a disputa dos rumos da internet. O fato de experiências esporádicas de autonomia política de massa, via amplos protestos de rua, serem seguidas por ressacas conservadoras não significa que o projeto saquarema de esquerda seja ineficaz para produzir transformações culturais progressistas, mas sim que a dose das suas reformas é pequena e que é necessário aumentá-la, o que apenas pode ser feito quando se adota o projeto saquarema de extrema-esquerda como horizonte.

Neste sentido, devem-se aprofundar políticas redistributivas que expandam a classe média, ampliem o mercado consumidor doméstico, avancem uma industrialização com controle endógeno de tecnologia, popularizem o acesso a espaços púbicos de ensino, preservem tradições culturais não-eurocêntricas e estimulem a pluralidade de vozes da classe proletária em processos de tomada de decisão no Estado e em empresas privadas, meios de comunicação, partidos, sindicatos, movimentos sociais, universidades etc., a fim de que mais indivíduos ganhem experiência político-administrativa e passem a se questionar sobre o direito de propriedade dos meios de produção.

Noções sobre interesses de classe são relacionais entre si e devem se atualizar conforme a práxis. Simplismos de que o Estado se resume a um comitê da burguesia e que, portanto, disputar eleições nos marcos do capitalismo seria irrelevante, não encontram mais eco na experiência histórica. Ao final da sua vida, Antonio Candido (2002), um fundador do PT, classificava suas posições antiestatistas de juventude, quando integrava o PSB, como sendo utópicas, informadas por um contexto histórico em que o Estado varguista tutelava a sociedade com autoritarismo. Hoje, o contexto de radicalização de neoliberais em libertários reforça a certeza de que a possibilidade mínima de fortalecimento de Estados democráticos, na periferia, virou uma afronta aos interesses das forças que se orientam por cristalizar relações desiguais de poder material, dentro e fora do Brasil.

É sintomático que, no centro do capitalismo, conservadores tenham se afastado, enquanto marxistas tenham se aproximado do liberalismo clássico, formulado enquanto proposta de superação da desagregação feudal por meio da criação de um Estado, quando a burguesia nascente ainda não tinha poder de gerir a segurança pública via empresas de vigilância digital. No Brasil, condições materiais mudaram com o avanço da industrialização, e interesses de ambas as classes se fracionaram. Quem outrora propunha-se a destruir o aparelho estatal, passou a defendê-lo; quem o construiu por vias autoritárias, durante a

ditadura militar, hoje participa da erosão. Por sua vez, quem aderia ao liberal-cosmopolitismo do PSDB tendeu a radicalizar-se em direção ao neofascismo bolsonarista.

Apesar deste novo adversário em comum, uma união tácita entre nacionalistas progressistas, a favor da conciliação de classes (saquaremas de esquerda), e de socialistas democráticos (saquaremas de extrema-esquerda), que visam à sua superação, torna-se difícil quando o atual representante emblemático do socialismo democrático, o PSOL, é frequentemente acometido por um sectarismo contraproducente, em vez de reconhecer que esta ideologia ainda é marginal na cultura política do país e precisa de aliados em múltiplas frentes para ganhar força. Uma conduta mais pertinente é adotada por uma ala minoritária do PT, a Democracia Socialista, que tenta disputar a hegemonia do campo saquarema a partir de dentro de um partido institucionalizado, bem dotado de recursos e com ampla penetração na sociedade, o que abre espaço para eleger representantes e intervir em políticas públicas.

Aumentar a capacidade reflexiva dos indivíduos de escolherem os rumos de sua sociedade é um projeto de transformação econômica e cultural de longo prazo. No plano doméstico, como ensinou Paulo Freire, substituir uma cultura de cópia do que é estrangeiro por uma cultura criativa exige expor pessoas constantemente à liberdade de expressão e à crítica feita com diálogo, evitando-se sectarismos, em espaços coletivos ao longo da vida, desde salas de aula até instituições do Estado. A educação deve ser popular e pública para confrontar o velho argumento liberal de que apenas uma minoria de especialistas é capaz de opinar sobre os rumos do Estado, o que somente ocorre quando o sistema educacional não é inclusivo e, com isso, contribui para o que Habermas (1987[1968]) chamou de transformação da técnica e da ciência em ideologias de dominação de uma minoria, em vez de instrumentos de emancipação acessíveis à maioria.

O desafio de estimular a criatividade individual ganha novos contornos, hoje, para uma geração que tem maior acesso à circulação de ideias na internet e, ao mesmo tempo, maior facilidade de copiar e colar textos, dificultando a percepção de que existem fronteiras espaço-temporais entre sociedades com níveis diferentes de desenvolvimento material, inclusive na internet, e que, portanto, o transplante de ideias de uma a outra continua permeado por relações materiais de poder. Como postulado por Milton Santos, não é porque o tempo no mundo está sendo ditado pela instantaneidade do mercado financeiro que as fronteiras espaço-temporais entre nações estão se apagando. Pelo contrário, elas estão se reforçando devido às crises econômicas provocadas pela volatilidade de capitais, que atingem os países da periferia com mais força do que os países do centro.

No plano internacional, como mostra a história, o fomento a uma cultura da coexistência entre formas de Estado diferentes é aquele com maior capacidade de angariar apoio entre países periféricos em uma ação contra-hegemônica aos interesses de países centrais. Entretanto, um papel de Estado racionalista-igualitário, em vez de conservador, deve pautar-se não apenas pela defesa de instrumentos que dificultem o uso de coerção pelas potências centrais (multipolaridade, negociação multilateral, cooperação Sul-Sul, integração regional), mas também por um fortalecimento da regulação de empresas multinacionais brasileiras em temas trabalhistas, ambientais e tributários; por uma mudança no processo decisório de política externa, que contemple uma participação popular institucionalizada, sobretudo de movimentos sociais; e pela concepção de uma internet que seja tanto um espaço que permita múltiplas soberanias digitais, quanto uma ferramenta capaz de reinventar o planejamento econômico dos Estados, através de uma interação estreita com as respectivas sociedades e executada com maior agilidade e menor burocratização do que no passado.

Parte importante da afirmação da autonomia cultural do Brasil passa pela consolidação da área de estudos de Relações Internacionais, expandida nos governos Lula e Dilma como uma peça no projeto soberano de inserção internacional, com o objetivo de estimular a criação de uma massa crítica que não copie teorias e modelos produzidos no centro. Para tanto, como esta tese procurou apontar, cumpre que a disciplina de Análise de Política Externa se oriente pela interdisciplinaridade característica da teoria crítica brasileira, capaz de apreender a totalidade social (infraestrutura, superestrutura e agência, tanto de indivíduos quanto de coalizões sociopolíticas); receba aportes maiores sobre pensamento político (brasileiro e internacional), de modo a aperfeiçoar e atualizar os elementos que podem compor uma ideologia em determinada conjuntura; expanda bases de dados sobre discursos políticos, para que mais análises críticas sejam oportunizadas, inclusive sobre processo decisório, para detectar como consensos ou conflitos ideológicos se processam; explore mais elementos do método de análise discursiva de Fairclough, como investigações sobre cópia ou adaptação criativa de ideias estrangeiras; e se aproxime dos estudos sobre transferência de políticas públicas, a fim de identificar meios e condições em que uma política externa pode contribuir para a construção de formas de Estado que articulem emancipação econômica, liberdade política e estima cultural.

REFERÊNCIAS

A ORAÇÃO DE S. EXCELÊNCIA. Jornal *A Noite*, edição de 7 de set. de 1922. Disponível em: http://memoria.bn.br. Acesso em 01/07/2020.

ACHARYA, Amitav. How ideas spread: whose norms matter? Norm localization and institutional change in Asian regionalism. *International Organization* 58, Spring 2004, Cambridge, p. 239-275.

ADORNO, Theodor. *Dialética negativa.* Rio de Janeiro: Zahar, 2009, versão eletrônica.

_____; HORKHEIMER, Max. *Dialética do esclarecimento*. Rio de Janeiro, Zahar, 1985.

ALMEIDA, Maria Hermínia Tavares de; ONUKI, Janina; CARNEIRO, Leandro Piquet. *Brasil, as Américas e o mundo*: opinião pública e política externa 2010-2011. São Paulo: IRI-USP, 2014.

ANDERSON, Perry. *Considerações sobre o marxismo ocidental*: nas trilhas do materialismo histórico. São Paulo: Boitempo, 2019.

ANDRADE, Oswald de. Manifesto da poesia pau-brasil. Jornal Correio da Manhã, 1924. In: _____. *Obras completas de Oswald de Andrade*: do pau-brasil à antropofagia e às utopias. 2a ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1970, p. 3-10.

_____. Manifesto antropófago. Revista de Antropofagia, 1928. In: _____. *Obras completas de Oswald de Andrade*: do pau-brasil à antropofagia e às utopias. 2a ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1970, p. 11-19.

ANJOS, Herbert. *Socialismo e liberdade*: uma história do PSB (1945-1965). Jundiaí: Paco e Littera, 2017.

BADIE, Bertrand. *Humiliation in international relations*: a pathology of contemporary international systems. Oxford: Hart Publishing, 2017.

_____; HERMET, Guy. *La politique comparée*. Paris: Armand Colin, 2001.

BANQUETE NO CATETE. Jornal *O Paiz*, edição de 10 de set. de 1922. Disponível em: http://memoria.bn.br. Acesso em 01/07/2020.

BARBOSA, Antonio. Mais que palavras. In: BONFIM, João Bosco Bezerra. *Palavra de Presidente*: os discursos presidenciais de posse, de Deodoro a Lula. Brasília: LGE Editora, 2004.

BECARD, Danielly Silva Ramos. O que esperar das relações Brasil-China? *Revista de Sociologia Política*, Curitiba, v. 19, n. suplementar, p. 31-44, nov. 2011.

_____; BARROS-PLATIAU, Ana Flávia; OLIVEIRA, Carina Costa de. O Brasil, a China e a VI Cúpula do BRICS. *Contexto Internacional*, Rio de Janeiro, vol. 37, no 1, janeiro/abril 2015, p. 81-112.

BENJAMIN, Walter. Paris, capital do século XIX. 1939. In: _____. *Passagens.* Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2007.

BERNAL-MEZA, Raúl. Contemporary Latin American thinking on International Relations: theoretical, conceptual and methodological contributions. *Revista Brasileira de Política Internacional*, vol. 59, no. 1, Brasília, 2016.

BERRINGER, Tatiana. *A burguesia brasileira e a política externa nos governos FHC e Lula*. Curitiba: Appris, 2015.

BISSIO, Beatriz. A posteridade do espírito de Bandung: continuidade e ruptura na diplomacia do Sul, 1955-2015. *Contra Relatos desde el Sur*, 2015. (12), 61-77.

BOMFIM, Manoel. *A América Latina:* males de origem. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2008.

_____. *O Brasil Nação*: realidade da soberania nacional. 2ª ed. Rio de Janeiro: Topbooks, 1996.

BRESSAN, Regiane Nitsch. Elites políticas, integração regional e política externa. *Estudos Políticos*, vol. 6, n. 1, p. 228-253, dezembro 2015.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. As três interpretações da dependência. *Perspectivas*, São Paulo, v. 38, p. 17-48, jul./dez. 2010

BRINGEL, Breno; BRASIL JR., Antonio. Introducción al pensamiento crítico brasileño. In: _____ (Coord.). *Antología del pensamiento brasileño contemporaneo*. Buenos Aires: CLACSO, 2018.

BULL, Hedley. The anarchical society: a study of order in world politics. Nova York: Columbia University Press, 1977.

BULMER, Simon; PADGETT, Stephen. Policy transfer in the European Union: an institutionalist perspective. *British Journal of Political Science*, n. 35, 2004, p. 103–126.

BURIAN, Camilo López; SILVA, Rodinei Tarciano. El discurso político partidario sobre la política exterior: Brasil y Uruguay en perspectiva comparada (2003-2014). *Revista Uruguaya de Ciencia Política*, 24 (2), 2015, p. 67-84.

BUZAN, Barry. The English School: an underexploited resource in IR. *Review of International Studies*, Vol. 27, No. 3 (Jul., 2001), p. 471-488.

CANDIDO, Antonio. Literatura de dois gumes. Suplemento Literário de Minas Gerais, IV, 196, 1969. In: _____. *A educação pela noite e outros ensaios*. São Paulo: Ática, 1989, p. 163-180.

_____. Literatura e subdesenvolvimento. Revista Argumento, I, 1, 1973. In: _____. *A educação pela noite e outros ensaios*. São Paulo: Ática, 1989, p. 140-162.

_____. Um presidente, muita esperança. *Folha de S. Paulo*, 28 de out. de 2002. Disponível em: https://www1.folha.uol.com.br/fsp/especial/fj2810200233.htm. Acesso em 20/12/2020.

CANTIR, Cristian; KAARBO, Juliet. Unpacking ego in role theory. In: _____ (Ed.). Domestic role contestation, foreign policy, and international relations. Nova York: Routledge, 2016.

CARNEIRO, Paulo Luiz. Agora é oficial: presidente Epitácio Pessoa inicia transmissão de rádio no Brasil. *O Globo*, 4 de set. de 2017. Disponível em: https://acervo.oglobo.globo.com/em-destaque/agora-oficial-presidente-epitacio-pessoa-inicia-transmissao-de-radio-no-brasil-21784529. Acesso em 01/07/2020.

CASARÕES, Guilherme. Leaving the club without slaming the door: Brazil's return to middle power status. In: ESTEVES, Paulo; JUMBERG, Maria Gabrielsen; CARVALHO, Benjamin de (Ed). *Status and the rise of Brasil*: global ambitions, humanitarian engagement and international challenges. Suíça: Pallgrave Macmillan, 2020.

CERVO, Amado. *Relações internacionais da América Latina*: velhos e novos paradigmas. 2ª ed. São Paulo: Saraiva, 2007.

_____. Conceitos em Relações Internacionais. *Revista Brasileira de Política Internacional*, Brasília, v. 51, n. 2, jul.-dez. 2008, p. 8-25.

_____ (b). *Inserção internacional*: formação dos conceitos brasileiros. São Paulo: Saraiva, 2008.

CERVO, Amado; BUENO, Clodoaldo. *História da política exterior do Brasil*. Brasília : UnB, 2011.

CERVO, Amado; LESSA, Antoni Carlos. O declínio: inserção internacional do Brasil (2011–2014). *Revista Brasileira de Política Internacional*, Brasília, v. 57, n. 2, 2014, p. 133-151.

CHANG, Ha-Joon. *Chutando a escada*: a estratégia do desenvolvimento em perspectiva histórica. São Paulo: UNESP, 2004.

CHEIBUB, Zairo. Diplomacia e construção institucional: o Itamaraty em uma perspectiva histórica. *Revista Dados*, vol. I, 28, no 1, 1985.

CONSOLIM, Marcia. Émile Durkheim e Gabriel Tarde: aspectos teóricos de um debate histórico (1893-1904). *História: Questões & Debates*, Curitiba, n. 53, p. 39-65, jul./dez. 2010.

DABÈNE, Olivier. *The politics of regional integration in Latin America*. Nova York: Pallgrave, 2009.

DANTAS, Francisco San Tiago. *Política Externa Independente*. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2011.

DOLOWITZ, David; MARSH, David. Learning from abroad: the role of policy transfer in contemporary policy-making. *Governance: An International Journal of Policy and Administration*, Vol. 13, No. 1, January 2000, pp. 5–24.

FAIRCLOUGH, Norman. *Discurso e mudança social*. Brasília: Editora da UnB, 2001.

_____. *Analysing discourse*: textual analysis for social research. Londres / Nova York: Routledge, 2003.

_____. Peripheral vision: discourse analysis in organization studies – the case for critical realism. *Organization Studies*, v. 26, n. 6, p. 915-939, 2005.

_____; FAIRCLOUGH, Isabela. *Political discourse analysis*: a method for advanced students. New York: Routledge, 2012.

FANON, Franz. *Os condenados da Terra.* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.

FARIA, Carlos Alberto Pimenta de. A difusão de políticas sociais como estratégia de inserção internacional: Brasil e Venezuela comparados. *INTERSEÇÕES*, v. 14 n. 2, p. 335-371, dez 2012.

FERNANDES, Sabrina. *Sintomas mórbidos.* São Paulo: Autonomia Literária, 2019.

FERREIRA, Marcos Alan S. V. *Análise de política externa em perspectiva:* instituições e novos temas. João Pessoa: Editora da UFPB, 2020.

FIGUEIRA, Ariane Roder. *Introdução à análise de política externa*. São Paulo: Saraiva, 2011.

FONSECA, Anna Cristina Cardozo da. A construção da modernidade: a música e a exposição internacional do Rio de Janeiro (1922). *Anais eletrônicos do 15º Seminário de História da Ciência e da Tecnologia*. Florianópolis, Santa Catarina, 16-18 de novembro de 2016.

FONSECA JR., Gelson. O pensamento brasileiro em relações internacionais: o tema da identidade nacional. In: _____. *A legitimidade e outras questões internacionais.* 2ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 2004.

FRANK, Manfred. *What is neostructuralism?* Minneapolis: University of Minnesota Press, 1989, cap. 1, 6 e 12.

FRASER, Nancy. Da redistribuição ao reconhecimento? Dilemas da justiça na era pós-socialista. *Cadernos de Campo,* v. 15 n. 14-15 (2006).

_____. *Scales of Justice*: reimagining political space in a globalizing world. Nova York: Columbia University Press, 2010.

FREIRE, Paulo. *Educação como prática da liberdade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1967.

_____. *Pedagogia do oprimido*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

FURTADO, Celso. *Criatividade e dependência na civilização industrial*. São Paulo: Círculo do Livro, 1978.

_____. *Cultura e desenvolvimento em época de crise*. 2ª ed. Rio de Janeiro / São Paulo: Paz e Terra, 1984.

GIACALONE, Rita. Latin American Foreign Policy Analysis: external influences and internal circumstances. *Foreign Policy Analysis*, vol. 8, n. 4, Oct. 2012.

GOLDSTEIN, Judith; KEOHANE, Robert. Ideas and foreign policy: an analytical framework. In: _____ (ed.). *Ideas and foreign policy*: beliefs, institutions, and political change. Nova York: Cornell University Press, 1993.

GONÇALVES, Fernanda Nanci; PINHEIRO, Letícia. *Análise de política externa:* o que estudar e por quê? Curitiba: Intersaberes, 2020.

GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do cárcere:* volume 1. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.

GUERREIRO RAMOS, Alberto. *A redução sociológica*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 1996.

GUIMARÃES, Samuel Pinheiro. *Desafios brasileiros na era de gigantes.* Rio de Janeiro: Contraponto, 2006.

HABERMAS, Jürgen. Técnica e ciência como "ideologia". 1968. In: _____. *Técnica e ciência como "ideologia".* Lisboa: Edições 70, 1987.

_____. *Para a reconstrução do materialismo histórico.* São Paulo, Brasiliense, 1976.

_____. Modernidade, um projeto inacabado. 1980. In: ARANTES, Otília; ARANTES, Paulo. *Um ponto cego no projeto moderno de Jürgen Habermas*. São Paulo: Brasiliense, 1992.

_____. *Teoria e práxis:* estudos de filosofia social. São Paulo: Editora da UNESP, 2011.

HALLIDAY, Fred. *Repensando as relações internacionais*. Porto Alegre: UFRGS, 2007

HALPER, Stephen. *The Beijing Consensus*: how China's authoritarian model will dominate the 21st century. New York: Basic Books.

HARDMAN, Francisco Foot. *Trem-fantasma*: a ferrovia Madeira-Mamoré e a modernidade na selva. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

HEGEL, Georg W. F. *Ciência da lógica*: 1 – A doutrina do ser. Petrópolis, RJ : Vozes ; Bragança Paulista, SP : Editora Universitária São Francisco, 2016, versão eletrônica.

HERMANN, Margaret; HERMANN, Charles. Who makes foreign policy decisions and how: an empirical inquiry. *International Studies Quarterly*, Vol. 33, No. 4. (Dec., 1989), pp. 361-387.

HEY, Jeanne. Three building blocks of a theory of Latin American foreign policy. *Third World Quarterly*, vol. 18, n. 4, Sep. 1997.

HILL, Christopher. What is to be done? Foreign policy as a site for political action. *International Affairs*, 2003.

HIRST, Monica; LIMA, Maria Regina Soares de; PINHEIRO, Letícia. A política externa brasileira em tempos de novos horizontes e desafios. *Nueva Sociedad*, ed. especial em português, dez. 2010.

HOLANDA, Sergio Buarque de. *Raízes do Brasil*. 26ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

HOLZHACKER, Denilde Oliveira. Atitudes e percepções das elites e da população sobre a política externa brasileira nos anos 90. Tese de Doutorado (Ciência Política). Universidade de São Paulo, 2009.

HONNETH, Axel. *Luta por reconhecimento*: a gramática moral dos conflitos sociais. São Paulo: Editora 34, 2003.

HORKHEIMER, Max. Teoria tradicional e teoria crítica. In: _____; ADORNO, Theodor. *Textos escolhidos*. São Paulo: Nova Cultural – 1989.

_____. Eclipse da razão. São Paulo: Centauro, 2002.

HUDSON, Valerie. Foreign Policy Analysis: actor-specific theory and the ground of International Relations. Malden/Oxford: *Foreign Policy Analysis* (2005) 1, p. 1–30.

_____. Foreign Policy Analysis beyond North America. In: BRUMMER, Klaus; HUDSON, Valerie (Ed.). *Foreign Policy Analysis beyond North America*. Boulder: Lynne Rienner Publishers, 2015.

_____. The history and evolution of foreign policy analysis. In: SMITH, Steve; HADFIELD, Amelia; DUNNE, Tim (Ed.). *Foreign policy: theories, actors, cases*. Oxford: Oxford University Press, 2016.

_____; VORE, Christopher. Foreign Policy Analysis yesterday, today, and tomorrow. *Mershon International Studies Review*, vol. 39, no. 2, Oct., 1995, p. 209-238

HURELL, Andrew. Foreword to the third edition: the anarchical society 25 years on. 2002. In: BULL, Hedley. *The anarchical society*: a study of order in world politics. 3ª ed. In: Nova York: Palgrave, 2002.

_____. *On global order*: power, values and the constitution of international society. Oxford: Oxford University Press, 2007.

IANONI, Marcus. *Coalizões e Estado*: história, teoria e método. Universidade de Oxford (Latin American Centre) – UFF, 2016.

JAFFRELOT, Christophe. Introduction. In: _____ (Ed.). *The emerging states*: the wellspring of a new world order. New York: Columbia University Press, 2009.

JAGUARIBE, Helio. *O nacionalismo na atualidade brasileira*. 1958. FUNAG: Brasília, 2013.

_____. Dependencia y autonomía en América Latina. 1968. In: _____ et al. *La dependência político-económica de América Latina*. Buenos Aires: CLACSO, 2017.

KEHL, Maria Rita. Bovarismo brasileiro: ensaios. Versão digital em formato epub. São Paulo: Boitempo, 2018.

KONDER, Leandro. *O que é dialética*. São Paulo: Brasiliense, 2008.

LAFER, Celso. A máquina do mundo – desafios da globalidade: assimetrias da sociedade internacional. 2012. In: _____. *Relações internacionais, política externa e diplomacia brasileira*: pensamento e ação. Vol. 1. Brasília: FUNAG, 2018.

LÊNIN, Vladimir I. Sobre o direito das nações à autodeterminação. In: _____. *Obras escolhidas.* Avante: Lisboa, 1977.

LENTNER, Howard. Public policy and foreign policy: divergences, intersections, exchange. *Exchange. Review of Policy Research*, 2006.

LIMA, Maria Regina Soares de. A economia politica da politica externa brasileira: uma proposta de analise. *Contexto Internacional*, v. 6, n.12, p. 7-28, 1990.

_____. Eixos analíticos e conflito de paradigmas na política exterior brasileira. *Cadernos do IPRI*, Brasília, n. 11, 1994.

_____. Instituições democráticas e política exterior. *Contexto Internacional*, vol. 22, no. 2, julho/dezembro de 2000, 265-303.

_____. A política externa brasileira e os desafios da cooperação Sul-Sul. *Rev. Bras. Polít. Int*. 48 (1): 24-59, 2005.

_____. Relações internacionais e políticas públicas: a contribuição da Análise de Política Externa. In: MARQUES, Eduardo; FARIA, Carlos Aurélio Pimenta de. (Org.). *A política pública como campo multidisciplinar*. São Paulo, Editora Unesp; Rio de Janeiro, Editora Fiocruz, 2013, pp. 127-153.

_____. Política externa e eleições. In: PAULA, Carolina de; FERES JR., João. *Eleições 2018 e a crise da democracia brasileira.* Curitiba: Appris, 2018.

_____; CASTELAN, Daniel. O Brasil, os BRICS e a institucionalização do conflito internacional. In: FUNAG. *O Brasil, os BRICS e a agenda internacional*. 2ª ed. rev. amp. Brasília: FUNAG, 2013.

_____; DUARTE, Rubens. Diplomacia presidencial e politização da política externa: uma comparação dos governos FHC e Lula. *Observador Online*, Rio de Janeiro, v. 8, n. 9, 2013.

_____; MILANI, Carlos R. S. Política externa, geopolítica e modelos de desenvolvimento. In: _____; MUÑOZ, Enara Echart (ed.). *Cooperación Sur-Sur, política exterior y modelos de desarrollo en América Latina*. CLACSO, 2016, p. 21-40.

_____; PINHEIRO, Letícia. Introdução. In: _____ et al. (Orgs.). *América do Sul no século XXI*: desafios de um projeto político regional. Rio de Janeiro: Multifoco, 2020.

_____; PINHEIRO, Letícia; ALBUQUERQUE, Marianna; GONÇALVES, Fernanda; NIÑO, Andrés. *América do Sul no século XXI*: desafios de um projeto político regional. Rio de Janeiro: Multifoco, 2020.

LOPES, Dawisson Belém. A política externa brasileira e a "circunstância democrática": do silêncio respeitoso à politização ruidosa. *Revista Brasileira de Política Internacional*, 2011, vol. 54, n. 1, p. 67-86.

LOUREIRO, Maria Rita; OLIVIERI, Cecília; MARTES, Ana Cristina Braga. Burocratas, partidos e grupos de interesse. In: LOUREIRO, Maria Rita; ABRUCIO, Fernando Luiz; PACHECO, Regina Silvia (Orgs.). *Burocracia e política no Brasil*: desafios para a ordem democrática no século XXI. Rio de Janeiro: FGV, 2010.

LUBENOW, Jorge Adriano. As críticas de Axel Honneth e Nancy Fraser à filosofia política de Jürgen Habermas. *Veritas*, v. 55, n. 1, jan./abr. 2010, p. 121-134.

LUXEMBURGO, Rosa. *Reforma, revisionismo e oportunismo.* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1975.

LYNCH, Christian Edward Cyril. Saquaremas e Luzias: a sociologia do desgosto com o Brasil. *Insight Inteligência* (Rio de Janeiro), v. 55, p. 21-37, 2011.

_____. Por que pensamento e não teoria?: a imaginação político-social brasileira e o fantasma da condição periférica (1880-1970). *Dados* (Rio de Janeiro. Impresso), v. 56, p. 727-767, 2013.

_____. Um saquarema no Itamaraty: por uma abordagem renovada do pensamento político do Barão do Rio Branco. *Revista Brasileira de Ciência Política*, nº15. Brasília, set.-dez. 2014.

_____. Cartografia do pensamento político brasileiro: conceito, história, abordagens. *Revista Brasileira de Ciência Política*, v. 1, p. 75-119, 2016.

_____. Cultura política brasileira. *Revista da Faculdade de Direito da UFRGS*, Porto Alegre, n. 36, p. 4-19, ago. 2017.

_____. A utopia reacionária do governo Bolsonaro (2018-2020). *Insight Inteligência*, n. 89, 2020.

_____. Idealismo e realismo na teoria política e no pensamento brasileiro: três modelos de história intelectual. *Revista Brasileira de Ciência Política*, nº 34, 2021, pp. 1-57.

MACEDO, Denise Silva. Discurso presidencial: entre hegemonias e resistências. *Discursos Contemporâneos em Estudo*, v. 3 (3), p. 25-50. 2018.

MAGALHÃES, Izabel. Prefácio à edição brasileira. In: FAIRCLOUGH, Norman. *Discurso e mudança social*. Brasília: Editora da UnB, 2001.

MARCUSE, Herbert. *A ideologia da sociedade industrial:* o homem unidimensional. Rio de Janeiro: Zahar, 1973.

MARIN, Pedro de Lima. MERCOSUL e a disseminação internacional de políticas públicas. *Cadernos Gestão Pública e Cidadania*, v. 16, n. 58, São Paulo: 2011.

MARINI, Ruy Mauro. Ideología y praxis del subimperialismo. 1969. In: BRINGEL, Breno; BRASIL JR., Antonio. Introducción al pensamiento crítico brasileño. In: _____ (Coord.). *Antología del pensamiento brasileño contemporaneo*. Buenos Aires: CLACSO, 2018.

MARX, Karl. *Contribuição à crítica da economia política.* 2ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

_____. Posfácio da segunda edição. 1873. In: _____. *O Capital:* crítica da economia política. Vol. 1, livro 1, tomo 1. São Paulo: Nova Cultural, 1996.

_____; ENGELS, Friederich. *A sagrada família ou crítica da Crítica crítica contra Bruno Bauer e consortes*. São Paulo: Boitempo, 2011.

MEARSHEIMER, John. *The tragedy of great power politics.* Nova Iorque: W. W. Norton & Company, 2001.

MILANI, Carlos. *Solidariedade e interesse*: motivações e estratégias na cooperação internacional para o desenvolvimento. Curitiba: Editora Appris, 2018.

_____; CARVALHO, Tássia. C. O. Cooperação Sul-Sul e Política Externa: Brasil e China no Continente Africano. Estudos Internacionais: revista de relações: revista de relações internacionais da PUC. MINAS, V. 1, 2013. p. 11-35.

_____; PINHEIRO, Letícia. Política externa brasileira: os desafios de sua caracterização como política pública. Rio de Janeiro: *Contexto Internacional*, 2013, v. 35, n. 1, pp.11-41.

_____; PINHEIRO, Letícia; LIMA, Maria Regina Soares de. Brazil's foreign policy and the 'graduation dilemma'. *International Affairs*, 93: 3 (2017) 585–605.

MORETTIN, Eduardo. Cinema e Estado no Brasil: a Exposição Internacional do Centenário da Independência em 1922 e 1923. *Novos Estudos CEBRAP*, São Paulo, n. 89, mar. 2011.

MORGENTHAU, Hans. *Politics among nations*. Nova Iorque: McGraw Hill, 1948.

MOURA, Gerson. *Autonomia na dependência*: a política externa brasileira de 1935 a 1942. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1980.

NARLIKAR, Amrita. Negotiating the rise of rising powers. *International Affairs*, volume 89, issue 3, May 2013.

NOBRE, Marcos. *A teoria crítica.* Rio de Janeiro: Zahar, 2004.

OLIVEIRA, Amâncio; ONUKI, Janaína. Eleições, partidos políticos e política externa brasileira. *Revista Política Hoje*, vol. 19, n. 1, 2010.

OLIVEIRA, Amâncio Jorge Nunes de; ONUKI, Janina; OLIVEIRA, Emmanuel de. Coalizões Sul-Sul e multilateralismo: Índia, Brasil e África do Sul. *Contexto Internacional*, Rio de Janeiro, 2006, vol. 28, n. 2, p. 465-504.

OSÓRIO, Luiz Felipe. *Imperialismo, Estado e relações internacionais.* São Paulo: Ideias & Letras, 2018.

PALUMBO, Renata. Análise crítica do discurso presidencial: abordagem sociocognitiva. *Estudos Linguísticos*, São Paulo, 43 (3): p. 1308-1322, set-dez 2014.

PAULA, Carolina de; FERES JR., João. *Eleições 2018 e a crise da democracia brasileira.* Curitiba: Appris, 2018.

PAULA, Luiz Fernando de; SANTOS, Fabiano; MOURA, Rafael. O projeto desenvolvimentista dos governos do PT: uma avaliação integrada de economia e política. *Anais do 43º Encontro Anual da ANPOCS*, Caxambu, 21-25 de outubro de 2019.

PEREIRA, Alexsandro Eugenio. Transferência e difusão de políticas públicas no MERCOSUL: análise da formação de recursos humanos e do exercício profissional na área de saúde (1996-2014). Anais do 39º Encontro Anual da ANPOCS, São Paulo-SP, 2015.

PINHEIRO, Letícia. Traídos pelo desejo: um ensaio sobre a teoria e a prática da política externa brasileira contemporânea. *Contexto Internacional*, Rio de Janeiro, v. 22, n. 2, jul.-dez. 2000.

_____. *Política externa brasileira*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2004.

PINTO, José Marcelino de Rezende. A teoria da ação comunicativa de Jürgen Habermas. *Paidéia*, Ribeirão Preto, no.8-9, Feb./Aug. 1995.

POGREBINSCHI, Thamy; SANTOS, Fabiano. Participação como representação: o impacto das conferências nacionais de políticas públicas no Congresso Nacional. Rio de Janeiro: *Dados*, v. 54, nº 3, 2011, pp. 259-305.

PRADO JR., Caio. *História econômica do Brasil*. 26ª ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1981.

RAMANZINI JR., Haroldo; FARIAS, Rogério de Souza. *Análise de Política Externa.* São Paulo: Contexto, 2021.

RAMO, Joshua Cooper. *The Beijing Consensus.* The Foreign Policy Centre, 2004.

RESENDE, Viviane de Melo; RAMALHO, Viviane. *Análise de discurso crítica*. São Paulo: Contexto, 2006.

_____. *Análise de discurso (para a) crítica:* o texto como material de pesquisa. Campinas / São Paulo: Pontes, 2011.

RICUPERO, Rubens. *A diplomacia na construção do Brasil (1750-2016)*. Rio de Janeiro: Versal Editores, 2017.

SAFATLE, Vladimir. Materialismo e dialéticas sem Aufhebung: Adorno, leitor de Marx; Marx, leitor de Hegel. *Veritas:* Porto Alegre, v. 62, n. 1, jan.-abr. 2017, p. 226-256.

SALOMÓN, Monica; PINHEIRO, Letícia. Análise de Política Externa e Política Externa Brasileira: trajetória, desafios e possibilidades de um campo de estudos. *Revista Brasileira de Política Internacional*, online, 2013, vol. 56, n.1, pp.40-59.

SANTOS, Milton. *Metamorfoses do espaço habitado*: fundamentos teórico e metodológico da geografia. São Paulo: Hucitec, 1988.

_____. *A urbanização brasileira*. São Paulo: Hucitec, 1993.

_____. *A natureza do espaço*: técnica e tempo, razão e emoção. 4a ed., 2a reimpr. São Paulo: EDUSP, 2006.

SANTOS, Wanderley Guilherme dos. *A democracia impedida*: o Brasil no século XXI. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2017.

SARAIVA, Miriam Gomes. A diplomacia brasileira e as visões sobre a inserção externa do Brasil: institucionalistas pragmáticos x autonomistas. *Mural Internacional*, Rio de Janeiro, v.1, n.1, 2010.

SCHWARZ, Roberto. As ideias fora do lugar. In. _____. *Ao vencedor as batatas*. São Paulo: Duas Cidades, 1977.

SCHWELLER, Randall. *Deadly imbalances*: tripolarity and Hitler's strategy of world conquest. Nova York: Columbia University Press, 1998.

SGARD, Jérôme. What is an emerging country and is it an interesting concept for the Social Sciences? In: JAFFRELOT, Christophe (Ed.). *The emerging states*: the wellspring of a new world order. New York: Columbia University Press, 2009.

SILVA, André Luiz Reis da. Geometria variável e parcerias estratégicas: a diplomacia multidimensional do governo Lula (2003-2010). *Contexto Internacional*, online, 2015, vol. 37, n.1.

SILVA, Felipe Gonçalves. Entre potenciais e bloqueios comunicativos: Habermas e a crítica do Estado democrático de direito. *Caderno CRH*, vol.24, n.62, Salvador, mai-ago 2011.

SILVA, José Maria de Oliveira. O pensamento historiográfico de Manoel Bomfim. *Tomo*, Aracaju, n. 1, 1998.

SILVA, Marco Antonio de Meseses. Teoria crítica em Relações Internacionais. *Contexto Internacional*, vol. 27, no 2, Rio de Janeiro, jul/dez 2005.

SILVA, Everton Rodrigues da; GONÇALVES, Carlos Alberto. Possibilidades de incorporação da análise crítica do discurso de Norman Fairclough no estudo das organizações. *Cad. EBAPE.BR*, v. 14, nº 2, Artigo 10, Rio de Janeiro, Abr./Jun. 2016.

SILVA, José Luiz Werneck da; GONÇALVES, Williams da Silva. *Relações exteriores do Brasil (1808-1930)*: a política externa do sistema agroexportador. Petrópolis: Editora Vozes, 2009.

SINGER, André. Brasil, junho de 2013: classes e ideologias cruzadas. *Novos Estudos CEBRAP*, dossiê especial, novembro de 2013.

SOUZA, Amaury de. *A agenda internacional do Brasil*: a política externa brasileira de FHC a Lula. Rio de Janeiro: Elsevier, CEBRI, 2009.

TAVARES, Maria da Conceição. Restaurar o Estado é preciso. *Insight Inteligência*, ano XX, n. 79, out.-nov.-dez. 2017.

TEIXEIRA, Mariana Faria. *O Conselho de Saúde da UNASUL e os desafios para a construção de soberania sanitária*. 224f. Tese (Doutorado em Ciências) – Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, 2017.

TRINDADE, Antônio Augusto Cançado. As Nações Unidas e a Nova Ordem Econômica Internacional. *R. Inf. Legisl*., Brasília a. 21 n. 81 jan./mar. 1984, suplemento.

VIANA, Oliveira. *Instituições políticas brasileiras*. Brasília: Conselho Editorial do Senado Federal, 1999.

VISENTINI, Paulo. *Relações internacionais e desenvolvimento*: o nacionalismo e a Política Externa Independente, 1951-1964. Petrópolis: Vozes, 1995.

_____. A Ásia no sistema internacional e a China como pivô. *Conjuntura Internacional*, Belo Horizonte, v. 11, n. 1, p. 83 - 91, 1º sem. 2014.

WALDMAN, Thaís. À "Frente" da Semana de Arte Moderna: a presença de Graça Aranha e Paulo Prado. *Estudos Históricos*, online, v. 23, n. 45 (2010).

WALT, Stephen. Everyone misunderstands the reason for the U.S.-China Cold War. *Foreign Policy*, June 30 2020. Disponível em: https://foreignpolicy.com/2020/06/30/china-united-states-new-cold-war-foreign-policy/. Acesso em 01/07/2020.

WALTZ, Kenneth. *Theory of international politics.* Boston: Addison-Wesley, 1979.

WENDT, Alexander. *Social theory of international politics*. Cambridge: Cambridge University Press, 1999.

WIGHT, Martin. *International theory*: the three traditions. Nova York: Holmes & Meier, 1992.

ZAHRAN, Geraldo. *Tradição liberal e política externa nos Estados Unidos*: um diálogo com interpretações realistas e idealistas. Rio de Janeiro: Apicuri, 2012.

ZAKARIA, Fareed. *From wealth to power*: the unusual origins of America's world role. Princeton University Press, 1998.

ZUBOFF, Shoshana. *The age of surveillance capitalism:* the fight for a human future at the new frontier of power. Nova York: Public Affairs, 2019.

APÊNDICE – Classificação temática das percepções presidenciais sobre a China

Fernando Henrique Cardoso

Quadro 8 – Temas das percepções sobre a China
no discurso presidencial de Fernando Henrique Cardoso

Referência do texto conforme 2ª seção deste apêndice	Ano	Tema(s) das menções à China
1	1995	1) **Diversificação das relações do Brasil: específica** (o Brasil deve se aproximar de China, Índia e Rússia por serem países continentais com desafios similares para se alcançar desenvolvimento econômico e social)
2	1995	1) **Intercâmbio material: ciência e tecnologia** (Brasil e China mantêm relações muito proveitosas em desenvolvimento tecnológico). 2) **Neutro** (relação entre China e Uruguai)
3	1995	1) **Forma de Estado chinês: semelhança** (países continentais com grande mercado interno)
4	1995	1) **Neutro** (imigração chinesa na formação do Brasil)
5	1995	1) **Forma do Estado chinês**: **regime econômico** (percepção de que o mercado tem pouca expressão na China)
6	1995	1) **Neutro** (evento da ONU ocorrido na China)
7	1995	1) **Neutro** (viagem feita à China)
8	1995	1) **Neutro** (surgimento histórico de cidades na China)
9	1995	1) **Forma do Estado chinês: diferença** (valores de PIB *per capita*)
10	1995	1) **Neutro** (viagem a ser feita à China)
11	1995	1) **Forma do Estado chinês: regime econômico** (percepção positiva sobre a abertura econômica da China)
12	1995	1) **Forma do Estado chinês: regime econômico** (percepção positiva sobre a abertura econômica da China)
13	1995	1) **Forma do Estado chinês: regime político** (percepção de que a organização política da China não pertence ao mundo ocidental)
14	1995	1) **Neutro** (viagem a ser feita à China)
15	1995	1) **Papel do Estado chinês: ascensão** (China ocupa posição de liderança no cenário internacional, de cerne do crescimento econômico da Ásia-Pacífico), **convergência** (lideranças regionais, inserções internacionais assemelhadas, vocações a grande projeção internacional). 2) **Forma do Estado chinês: regime econômico** (percepção positiva sobre a abertura econômica da China), **semelhança** (países em desenvolvimento com desafios comuns de desenvolvimento). 3) **Intercâmbio material: comércio** (constatação de crescimento), **investimento** (potencial recíproco em infraestrutura), **ciência e tecnologia** (projeto CBERS)

16	1995	1) **Papel do Estado chinês: convergência** (China e Brasil devem agir para defender: um sistema multilateral do comércio com regras universalmente aplicáveis e antiprotecionistas, a OMC com participação da China, e uma maior estabilidade nos fluxos financeiros; devem coordenar uma participação mais intensa em processos decisórios de fóruns políticos e econômicos; têm interesses comuns e concretos a serem defendidos internacionalmente; têm capacidade de atuação política extra-regional), **divergência** (China e Brasil são, em parte, competidores – mas não rivais – na conquista de mercados para produtos de nível tecnológico semelhante e na atração de capital e tecnologia), **semelhança** (países em mudança, polos de dinamismo econômico regional, presença comercial global, desafios semelhantes de desenvolvimento; pertencimento a um grupo reduzido de países em desenvolvimento, grandes, populosos e com economia diversificada), **diferença** (os dois países são impulsionados historicamente por linhas políticas e visões de mundo diferentes, sendo a brasileira marcada pela democracia; o êxito da modernização da China dependeria, como no Brasil, de um diálogo permanente entre governo e sociedade). 2) **Intercâmbio material: comércio, investimento e ciência e tecnologia** (desejo de aumentar fluxos e parcerias nestes itens)
17	1995	1) **Forma do Estado chinês: semelhança** (países em desenvolvimento, grandes, populosos, com recursos naturais diversos, projeção econômica regional e internacional significativa, desejo atual de abertura econômica e de maior capacidade para influir na ordem internacional do século XXI). 2) **Neutro** (imigração chinesa na formação do Brasil)
18	1995	1) **Forma do Estado chinês: regime econômico** (China é um exemplo de sucesso econômico por ter sabido investir em educação básica e bem-estar social, fazer reformas em proveito da globalização, reduzir custos de produção, melhorar competitividade, abrir-se ao capital internacional, poupar e investir na produção, buscar mercados externos; devido à tradição confunciana, valoriza a educação, o apego ao trabalho, a disciplina, o preparo individual e o sentido do equilíbrio), **semelhança** (dois grandes países em desenvolvimento). 3) **Intercâmbio material: comércio** (constatação de crescimento), **investimento** (desejo de que empresas brasileiras entrem em diversos setores na China, especialmente através de *joint-ventures*)
19	1996	1) **Neutro** (viagem feita à China)
20	1996	1) **Diversificação das relações do Brasil: genérica** (exemplo de país entre outros, dos quais o Brasil deve se aproximar para construir paz universal e democratização do processo decisório em nível mundial)
21	1996	1) **Neutro** (exemplo de vários países onde o marxismo foi aplicado no século XX)

22	1996	**1**) **Forma do Estado chinês: regime político** (China é "outra grande cultura", que mantém um "confucionismo básico", o qual se expressa no Dia da Sorte, quando se inauguram obras públicas, como aeroportos). 2) **Neutro** (menção de viagem feita à China)
23	1996	1) **Forma do Estado chinês: semelhança** (lista de países continentais com grande mercado interno)
24	1996	1) **Papel do Estado chinês: ascensão** (Japão, um pedaço da China e Sudeste Asiático conformarão um dos quatro polos de poder fundamentais do século XXI, além de União Europeia, NAFTA e MERCOSUL)
25	1996	1) **Diversificação das relações do Brasil: genérica** (exemplo de país entre outros, dos quais o Brasil deve se aproximar para não ser um país de provincianos, que fica fechado)
26	1996	1) **Intercâmbio material: ciência e tecnologia** (programa espacial)
27	1996	1) **Papel do Estado chinês: ascensão** (maior presença da China devido ao crescimento da sua economia, da participação no comércio mundial e da capacidade de atrair investimento), **ação cooperativa** (apoio à entrada da China na OMC para tornar a relação bilateral mais madura e mutuamente benéfica sob o amparo de regras transparentes e universais). 2) **Forma do Estado chinês: semelhança** (dois países continentais com desafios semelhantes), **diferença** (Brasil e China são diferentes em "muitos aspectos", o que deve ser respeitado). 3) **Intercâmbio material: comércio** (crescimento; 2º maior parceiro na Ásia), **investimento** (desejo de desenvolver áreas como infraestrutura, energia, petroquímica, comunicação, tecnologia aeroespacial), **ciência e tecnologia** (programa espacial)
28	1996	1) **Papel do Estado chinês: ascensão** (Japão, um pedaço da China e Sudeste Asiático conformarão um dos quatro polos de poder fundamentais do século XXI, além de União Europeia, NAFTA e MERCOSUL)
29	1997	1) **Forma do Estado chinês: regime econômico** (há uma mentalidade pouco inovadora e uma disciplina de trabalho pouco democrática). 2) **Intercâmbio material: investimento** (desejo de expandir negócios brasileiros na China, especialmente com associações e *joint-ventures*)
30	1997	1) **Neutro** (exemplo de vários países em que houve reforma agrária)
31	1997	1) **Diversificação das relações do Brasil: genérica** (exemplo de país entre outros, dos quais o Brasil deve se aproximar para não "ficar com a cabeça na areia como um avestruz" na globalização)
32	1997	1) **Diversificação das relações do Brasil: genérica** (exemplo de país entre outros, dos quais o Brasil deve se aproximar por ter uma vocação global)
33	1997	1) **Forma do Estado chinês: regime econômico** (há apenas um modo de produção generalizado no mundo, presente "na

		China, na Inglaterra thatcheriana, na Espanha socialista, no Brasil ou no Uruguai", porém com especificidades locais dadas por cultura, instituições, relações jurídicas, oportunidades e ação política)
34	1997	1) **Forma do Estado chinês: semelhança** (pertencimento a uma família de países que necessitam de um espaço econômico maior do que o mercado local devido ao grande porte das suas economias; *global traders*)
35	1997	1) **Forma do Estado chinês: semelhança** (lista de países continentais com grande mercado interno)
36	1997	1) **Forma do Estado chinês: regime político** (enquanto a cultura ocidental é marcada pelo princípio cartesiano da não-contradição, as culturas chinesa e iorubá são marcadas pelo princípio da coexistência do bem e do mal). 2) **Intercâmbio material: mercado** (venda de aviões e de geradores para a hidrelétrica de Três Gargantas)
37	1997	1) **Forma do Estado chinês: semelhança** (países marcados pelo contraste de uma parte que cresce e outra parte que sofre)
38	1997	1) **Intercâmbio material: investimento** (empresas brasileiras vencem concorrência para construir hidrelétrica de Três Gargantas)
39	1997	1) **Neutro** (menção a ideograma chinês)
40	1997	1) **Forma do Estado chinês: semelhança** (maiores mercados emergentes do mundo)
41	1997	1) **Forma do Estado chinês: semelhança** (países que mais atraem empresas estrangeiras nos setores de indústria e serviços)
42	1997	1) **Intercâmbio material: ciência e tecnologia** (projeto de cooperação em satélites)
43	1998	1) **Neutro** (lista de países continentais)
44	1998	1) **Papel do Estado chinês: convergência** (países que estão em crescimento e que deveriam ser incluídos no G-7, assim como Argentina, México e Índia). 2) **Neutro** (menção de autoridade chinesa)
45	1998	1) **Forma do Estado chinês: regime econômico** (China está respondendo aos desafios da história de maneira competente ao manter um rumo que permite uma continuidade dos fluxos de comércio e desenvolvimento)
46	1998	1) **Forma do Estado chinês: regime econômico** (China faz uma forma de abertura econômica que leva em conta circunstâncias, peculiaridades e interesses próprios)
47	1999	1) **Diversificação das relações do Brasil: genérica** (exemplo de país entre outros, dos quais o Brasil se aproxima por buscar participação e integração no mundo, e não distanciamento)
48	1999	1) **Papel do Estado chinês: ascensão** (China, Índia e América do Sul terão maior importância no século XXI)
49	1999	1) **Forma do Estado chinês: semelhança** (optar por manter a economia brasileira fechada seria atrasado e insensato em um momento em que a China, que era um país fechado a conexões mundiais, está se abrindo)

50	1999	1) **Papel do Estado chinês: convergência** (países que deveriam ser incluídos no G-7 e no G-8 de modo a surgir um G-20 que supra o déficit de governabilidade no plano mundial no que se refere ao sistema financeiro)
51	1999	1) **Forma do Estado chinês: diferença** (dúvida de que a China ou outro país em desenvolvimento tenha uma burocracia melhor que o Brasil)
52	2000	1) **Forma do Estado chinês: semelhança** (lista de países emergentes que, como o Brasil, contam com um sistema de apoio à pesquisa e ciência)
53	2000	1) **Intercâmbio material: ciência e tecnologia** (cooperação na fabricação de satélites)
54	2000	1) **Diversificação das relações do Brasil: genérica** (exemplo de país entre outros, dos quais o Brasil deve se aproximar para ter maior participação nas renegociações da ordem internacional). 2) **Neutro** (civilizações descobertas pelos europeus ao expandirem seu comércio com o mundo)
55	2000	1) **Diversificação das relações do Brasil: genérica** (exemplo de país entre outros com quem o Brasil fala)
56	2000	1) **Intercâmbio material: comércio** (mercado para produtos brasileiros)
57	2000	1) **Forma do Estado chinês: semelhança** (países emergentes de economia com alta densidade científico-tecnológica). 2) **Intercâmbio material: ciência e tecnologia** (fabricação de satélites)
58	2000	1) **Forma do Estado chinês: semelhança** (países com grande atração de investimento externo direito)
59	2000	1) **Papel do Estado chinês: contra-hegemonia** (grandes países em desenvolvimento, como China e Brasil, devem cobrar respeito dos países desenvolvidos ao princípio de responsabilidades desiguais na agenda climática)
60	2000	1) **Papel do Estado chinês: ascensão** (China e Índia devem ganhar importância nos próximos 50 anos)
61	2000	1) **Papel do Estado chinês: contra-hegemonia** (Brasil, China e Índia sustentaram uma posição diferente à de países desenvolvidos, liderados pelos Estados Unidos, na discussão sobre meio ambiente em Quioto)
62	2000	1) **Intercâmbio material: comércio** (mercado para café brasileiro). 2) **Neutro** (menção de ideograma chinês e autoridade chinesa)
63	2000	1) **Papel do Estado chinês: ascensão** (o aumento da importância da China é uma realidade inescapável nos próximos 50 anos)
64	2001	1) **Papel do Estado chinês: convergência** (Brasil ajudou a China a entrar na OMC). 2) **Intercâmbio material: comércio** (mercado para o Brasil), **ciência e tecnologia** (existência de acordos). 3) **Diversificação das relações do Brasil: genérica** (exemplo de país entre outros)
65	2001	1) **Intercâmbio material: comércio** (mercado para turbinas)
66	2001	1) **Papel do Estado chinês: convergência** (capacidade de

		virar potência no futuro)
67	2001	1) **Diversificação das relações do Brasil: genérica** (exemplo de país entre outros, que exemplificam o relacionamento amplo do Brasil). 2) **Neutro** (menção a autoridade chinesa)
68	2001	1) **Papel do Estado chinês: convergência** (Brasil e China aspiram a uma nova ordem internacional: mais justa, fundada na amizade, no respeito mútuo, na observância dos princípios do direito internacional, na ausência de monopólios e imposições de qualquer tipo, na multipolaridade, na desconcentração de poder e riqueza, no fortalecimento da ONU e na sua maior legitimidade para lidar com questões de segurança internacional; são dois países de destaque em suas regiões), **contra-hegemonia** (a entrada da China na OMC é um acréscimo de peso na defesa de interesses dos países em desenvolvimento), **semelhança** (duas maiores economias do mundo em desenvolvimento). 2) **Intercâmbio material: comércio** (mercado para soja brasileira; desejo de ampliação e diversificação em direção a bens de alto valor tecnológico, como venda de aviões por parte do Brasil), **investimento** (oportunidades recíprocas, especialmente, no Brasil, em infraestrutura), **ciência e tecnologia** (projeto CBERS)
69	2001	1) **Papel do Estado chinês: contra-hegemonia** (China, Brasil e Índia devem cobrar respeito dos países desenvolvidos, especialmente dos Estados Unidos, ao princípio das responsabilidades comuns porém desiguais na agenda climática)
70	2001	1) **Neutro** (menção a ideograma chinês)
71	2001	1) **Forma do Estado chinês: regime econômico** (percepção positiva sobre a maior abertura da China ao comércio internacional), **semelhança** (dois países que mais atraem investimento externo direto)
72	2001	1) **Forma do Estado chinês: regime econômico** (percepção positiva sobre a maior abertura da China ao comércio internacional), **semelhança** (dois países que mais atraem investimento externo direto). 3) **Intercâmbio material: comércio** (exportação de turbinas para hidrelétrica de Três Gargantas), **investimento** (estudo para *joint-venture* que produziria aviões na China)
73	2001	1) **Intercâmbio material: comércio** (exportação de turbinas para hidrelétrica de Três Gargantas)
74	2001	1) **Intercâmbio material: comércio** (exportação de turbinas para hidrelétrica de Três Gargantas)
75	2001	1) **Intercâmbio material: comércio** (exportação de turbinas para hidrelétrica de Três Gargantas)
76	2001	1) **Papel do Estado chinês: convergência** (Brasil e China compartilham o entendimento de que é preciso rever a ordem internacional no sentido de fortalecer a ONU através de uma participação mais ampla de vários países nos organismos regulares)
77	2001	1) **Forma do Estado chinês: semelhança** (lista de países com

		grande número de doutores formados nas universidades). 2) **Intercâmbio material: ciência e tecnologia** (produção de satélites)
78	2001	1) **Intercâmbio material: comércio** (desejo de ganhar mercado na China), **ciência e tecnologia** (produção de satélites)
79	2001	1) **Forma do Estado chinês: semelhança** (dois países que mais recebem investimento externo direto)
80	2001	1) **Forma do Estado chinês: diferença** (dúvida sobre se China ou Índia têm um programa de renda mínima maior que o Brasil)
81	2001	1) **Intercâmbio material: comércio** (exportação de turbinas para hidrelétrica). 2) **Forma do Estado chinês: semelhança** (lista de países com grande número de doutores formados nas universidades)
82	2001	1) **Forma do Estado chinês: semelhança** (lista de países cujo Estado dispõe de agências e institutos de pesquisa em contato com universidades)
83	2001	1) **Forma do Estado chinês: semelhança** (lista de países com grande mercado interno)
84	2002	1) **Forma do Estado chinês: diferença** (China publica mais artigos científicos do que o Brasil)
85	2002	1) **Forma do Estado chinês: semelhança** (dois países que mais recebem investimento externo direto). 2) **Intercâmbio material: comércio** (desejo de ganhar mercado na China)
86	2002	1) **Forma do Estado chinês: semelhança** (lista de países com maior produção de grãos; lista de países com maior número de doutores formados em universidades)
87	2002	1) **Papel do Estado chinês: divergência** (lista de países com quem o Brasil tem "brigas técnicas" na OMC)
88	2002	1) **Forma do Estado chinês: semelhança** (dois países que mais atraíram investimento externo direto em 2001)
89	2002	1) **Papel do Estado chinês: convergência** (pedido para que China e Índia ratifiquem o Protocolo de Quioto)
90	2002	1) **Intercâmbio material: comércio** (desejo de ganhar mercado na China)
91	2002	1) **Forma do Estado chinês: diferença** (Brasil e China têm caminhos diferentes para aumentar suas vantagens comparativas na economia internacional)
92	2002	1) **Forma do Estado chinês: semelhança** (lista de países com maior rede de telefonia fixa)
93	2002	1) **Forma do Estado chinês: diferença** (Brasil registrou maior queda na mortalidade infantil e maior aumento no acesso à escola, segundo autoridade do Banco Mundial). 2) **Intercâmbio material: comércio** (venda de geradores para hidrelétrica na China)
94	2002	1) **Diversificação das relações do Brasil: genérica** (exemplo de país entre outros)
95	2002	1) **Forma do Estado chinês: diferença** (Brasil registrou maiores avanços na área social que a China, segundo

		autoridade do Banco Mundial, em setores como saúde, educação, mortalidade infantil, acesso a atendimento hospitalar, queda do número de analfabetos etc.)
96	2002	1) **Forma do Estado chinês: semelhança** (lista que países que constroem termoelétricas)
97	2002	1) **Forma do Estado chinês: diferença** (Brasil registrou avanços na área social, nos últimos 10 anos, comparáveis aos de China e Cuba, mas em um regime democrático, segundo autoridade do Banco Mundial)
98	2002	1) **Forma do Estado chinês: semelhança** (Brasil registrou um avanço na área social, nos últimos 10 anos, segundo autoridade do Banco Mundial, que "talvez só, e são países não atingidos por ele, a China e Cuba" se comparem)
99	2002	1) **Forma do Estado chinês: semelhança** (lista de países em que houve redução de pobreza em termos absolutos)
100	2002	1) **Intercâmbio material: comércio** (mercado para carne brasileira e para geradores de hidrelétrica)
101	2002	1) **Papel do Estado chinês: convergência** (pedido para que China, Índia, Polônia e Rússia ratifiquem o Protocolo de Quioto)
102	2002	1) **Forma do Estado chinês: semelhança** (dois países que mais receberam investimento externo direto depois do Plano Real; lista de países com grande produção de grãos)
103	2002	1) **Papel do Estado chinês: divergência** (Brasil e Argentina disputam, em conjunto, terceiros mercados com China e Índia)
104	2002	1) **Forma do Estado chinês: semelhança** (lista de países que mais formam doutores em universidades)
105	2002	1) **Intercâmbio material: comércio** (lista de países com quem o Brasil negocia acordos comerciais para beneficiar a indústria automobilística)
106	2002	1) **Intercâmbio material: comércio** (mercado para produtos animais e aviões brasileiros, estes talvez em coprodução com a China; incluída em lista de mercados que o Brasil busca abrir mais a seus produtos)
107	2002	1) **Diversificação das relações do Brasil: genérica** (exemplo de país entre outros, cuja aproximação exemplifica o universalismo como método por excelência da diplomacia brasileira)
108	2002	1) **Forma do Estado chinês: diferença** (Brasil avançou mais em indicadores sociais do que China, Rússia e México segundo relatório do Banco Mundial)
109	2002	1) **Diversificação das relações do Brasil: genérica** (exemplo de país entre outros, dos quais o Brasil se aproxima para não ficar isolado do mundo)
110	2002	1) **Neutro** (menção sobre mandarinato chinês do passado)
111	2002	1) **Forma do Estado chinês: diferença** (Brasil teve maior desenvolvimento social do que China, Índia e México, segundo dados de autoridade do Banco Mundial; Brasil talvez tenha um programa de alimentação maior do que China e Índia; comparações sobre pobreza entre Brasil e China devem

		considerar a diferença de tamanho absoluto das populações)

Fonte: Elaboração própria

Luiz Inácio Lula da Silva

Quadro 9 – Temas das percepções sobre a China
no discurso presidencial de Luiz Inácio Lula da Silva

Referência do texto conforme 2ª seção deste apêndice	**Ano**	**Tema(s) das menções à China**
1	2003	1) **Diversificação das relações do Brasil: específica** (exemplo de grande nação em desenvolvimento, entre outras, com a qual o Brasil deve aprofundar relações)
2	2003	1) **Neutro** (menção à possibilidade de viagem; menção de pessoas na plateia)
3	2003	1) **Papel do Estado chinês: convergência** (duas nações-continentes com pretensões de ser potências). 2) **Intercâmbio material: comércio, ciência e tecnologia e outros** (cultura) (China deve ser entendida como parceira estratégica do Brasil nestas áreas). 3) **Neutro** (menção de viagem passada)
4	2003	1) **Papel do Estado chinês: ascensão** (a China "acordou" e mostra um potencial de crescimento que preocupa o mundo). 2) **Forma do Estado chinês: semelhança** (o Brasil é uma nação capaz de fazer o que a China faz para emergir e ocupar espaço no mundo). 3) **Diversificação das relações do Brasil: genérica** (exemplo de país entre outros, importantes para a sobrevivência competitiva da indústria e agricultura brasileiras).
5	2003	1) **Neutro** (menção a jogo de futebol na China)
6	2003	1) **Neutro** (metáfora sobre "paciência chinesa")
7	2003	1) **Forma do Estado chinês: diferença** (Brasil tem capacidade para incrementar sua agricultura porque tem mais terras produtivas do que China). 2) **Neutro** (metáfora sobre paciência)
8	2003	1) **Diversificação das relações do Brasil: específica** (exemplo de país em desenvolvimento entre outros, com quem o Brasil busca uma parceria de importância inédita, dentro do esforço do governo de construir uma ordem mundial menos assimétrica e excludente)
9	2003	1) **Neutro** (menção à Muralha da China)
10	2003	1) **Neutro** (saudação a autoridade chinesa na nominata)
11	2003	1) **Forma do Estado chinês: regime econômico** (a China oferece um exemplo de como integrar a economia nacional à globalização gerando benefícios a toda a população). 2) **Papel do Estado chinês: contra-hegemonia** (Brasil e China compartilham o desejo de construir uma ordem internacional

		"democrática e sem hegemonismos", com um Conselho de Segurança da ONU mais representativo e legítimo). 3) **Intercâmbio material: comércio** (desejo de explorar mais a potencialidade da relação e de exportar produtos brasileiros de maior valor agregado), **investimento** (inauguração de fábrica da Embraer na China), **ciência e tecnologia** (cooperação nas áreas de etanol, satélite e capacitação em medicamentos genéricos para AIDS). 4) **Diversificação das relações do Brasil: genérica** (exemplo de país entre outros, onde o Brasil deve buscar novas fronteiras de relação)
12	2003	1) **Diversificação das relações do Brasil: genérica** (exemplo de país entre outros, onde o Brasil deve abrir novos espaços e colaborações)
13	2003	1) **Neutro** (menção de reunião do G-7 e países convidados)
14	2003	1) **Diversificação das relações do Brasil: genérica** (exemplo de país, entre outros, com quem o Brasil deve expandir relações de comércio e investimento)
15	2003	1) **Papel do Estado chinês: contra-hegemonia** (Brasil, China, Rússia, Índia e África do Sul deveriam estabelecer uma política de trocas entre si, sem depender do G-8 para se articular)
16	2003	1) **Papel do Estado chinês: contra-hegemonia** (Brasil, China, Rússia, Índia, África do Sul, Argélia e México deveriam se juntar contra a política de subsídios comerciais do mundo desenvolvido)
17	2003	1) **Neutro** (menção de autoridade chinesa)
18	2003	1) **Diversificação das relações do Brasil: genérica** (exemplo de país entre outros, no esforço de exportar mais produtos do agronegócio)
19	2003	1) **Forma do Estado chinês: diferença** (a produção em aquicultura da China é muito maior do que a do Brasil)
20	2003	1) **Papel do Estado chinês: contra-hegemonia** (países emergentes, como Brasil, China, entre outros deveriam se reunir sem depender do G-8)
21	2003	1) **Diversificação das relações do Brasil: genérica** (exemplo de país entre outros, com os quais aumentar relações econômicas)
22	2003	1) **Diversificação das relações do Brasil: específica** (exemplo de país entre outros, com quem o Brasil pode aumentar sua força para negociar com países ricos)
23	2003	1) **Diversificação das relações do Brasil: específica** (a multiplicação da presença brasileira em outras economias e fronteiras promissoras do século XXI, como a China, reduz a dependência do Brasil de mercados tradicionais)
24	2003	1) **Intercâmbio material: comércio** (mercado promissor)
25	2003	1) **Intercâmbio material: comércio** (mercado para açúcar). 2) **Forma do Estado chinês: diferença** (Brasil consome mais açúcar *per capita* que China)
26	2003	1) **Intercâmbio material: comércio** (aumento de exportações)

27	2003	1) **Diversificação das relações do Brasil: específica** (exemplo de país entre outros, com os quais o Brasil pretende compor um bloco capaz de ter força política para negociar, na Organização Mundial do Comércio, em contra de subsídios agrícolas de estadunidenses e europeus). 2) **Intercâmbio material: investimento** (desejo de atrair recursos empresariais ao Brasil)
28	2003	1) **Intercâmbio material: comércio** (mercado para soja)
29	2003	1) **Forma do Estado chinês: regime econômico** (admiração pela política tecnológica, que incentiva a formação de técnicos de nível médico e estimula cada província a utilizar todos os meios técnicos ao seu alcance). 2) **Forma do Estado chinês: semelhança** (dois países de grandes disparidades na disponibilidade de conhecimento técnico entre suas regiões internas)
30	2003	1) **Papel do Estado chinês: contra-hegemonia** (criação do G-21 [*sic*] em Cancún, que inclui Brasil, China e outros países, para combinar uma força capaz de ir contra o protecionismo de Estados Unidos e União Europeia nas relações comerciais; desejo de incluir China e Rússia no G-3, conformado por Brasil, Índia e África do Sul, com o mesmo objetivo)
31	2003	1) **Papel do Estado chinês: contra-hegemonia** (criação do G-21 [*sic*] na OMC, "o grupo dos países em desenvolvimento", que inclui Brasil e China, para fazer uma "luta política e comercial" com os chamados "blocos desenvolvidos", sobretudo Estados Unidos e União Europeia, a fim de serem tratados com igualdade no comércio)
32	2003	1) **Diversificação das relações do Brasil: genérica** (exemplo de país, entre outros, com quem o Brasil descobre novas complementaridades)
33	2003	1) **Diversificação das relações do Brasil: específica** (exemplo de grande país em desenvolvimento, entre outros, com quem o Brasil estreita vínculos para além das relações tradicionais com o mundo desenvolvido)
34	2003	1) **Papel do Estado chinês: contra-hegemonia** (desejo de transformar o G-3 em G-5, com inclusão de China e Rússia, para juntar países que têm similaridades com o Brasil em população, PIB e renda *per capita*, de modo a criar força para negociar interesses comerciais com os países ricos, nomeadamente Estados Unidos, União Europeia e Japão; receio de que estes países ricos dividam o G-22 [sic] por meio de acordos bilaterais)
35	2003	1) **Neutro** (metáfora sobre longa distância)
36	2003	1) **Diversificação das relações do Brasil: genérica** (exemplo de país, entre outros, de quem o Brasil se aproxima para fortalecer o multilateralismo)
37	2003	1) **Papel do Estado chinês: contra-hegemonia** (desejo de construir com China, Índia e Rússia um bloco político-econômico que possa ter força de negociação na OMC e fazer

		com que os países pobres e em desenvolvimento sejam mais bem respeitados pelos países ricos em questões de tarifas e subsídios). 2) **Neutro** (metáfora com paciência; exemplo arbitrário de nacionalidade)
38	2003	1) **Diversificação das relações: específica** (exemplo de país, entre outros, que têm condições similares ao Brasil e de quem este deve se aproximar para criar parcerias como o G-22 [*sic*])
39	2003	1) **Papel do Estado chinês: contra-hegemonia** (desejo de estabelecer uma política estratégica com China e outros países em desenvolvimento para negociar mais igualdade de oportunidades em relação aos países ricos na OMC)
40	2003	1) **Intercâmbio material: comércio** (expansão das trocas)
41	2003	1) **Papel do Estado chinês: contra-hegemonia** (desejo de incluir China e Rússia no G-3 para ter, "praticamente, quase metade da humanidade" e assim ganhar força na OMC para pressionar Estados Unidos e União Europeia a mudarem práticas de comércio como subsídios e cotas)
42	2003	1) **Papel do Estado chinês: contra-hegemonia** (desejo de incluir China e Rússia no G-3 para ter mais da metade da população mundial e assim pedir aos países ricos um comércio exterior mais igualitário)
43	2003	1) **Forma do Estado chinês: diferença** (a produção em aquicultura da China é muito maior do que a do Brasil)
44	2003	1) **Diversificação das relações do Brasil: genérica** (exemplo de país, entre outros, que são importantes para o Brasil fazer comércio)
45	2003	1) **Papel do Estado chinês: contra-hegemonia** (desejo de juntar forças entre os países em desenvolvimento, como a China, para aumentar as correntes de comércio e investimentos entre si e dialogar, de igual para igual, com os países do Norte, criticados por serem protecionistas)
46	2003	1) **Diversificação das relações: genérica** (exemplo de país, entre outros, cuja aproximação é importante para o Mercosul)
47	2003	1) **Neutro** (menção às Olimpíadas na China)
48	2003	1) **Diversificação das relações: genérica** (exemplo de país, entre outros, cuja aproximação aumentou o peso político internacional do Brasil e lhe abriu mercados). 2) **Intercâmbio material: comércio** (expansão das trocas; transformação da China em 2º maior parceiro).
49	2004	1) **Papel do Estado chinês: convergência** (países emergentes no século XXI, entre outros, que foram tratados como se fossem países de segunda categoria durante muito tempo)
50	2004	1) **Diversificação das relações do Brasil: específica** (desejo de estabelecer relações fortes com China e outros países para terem maior lastro político na OMC contra as tarifas dos países ricos e, assim, mudar a "geografia comercial do planeta Terra")
51	2004	1) **Diversificação das relações do Brasil: específica** (exemplo de país, entre outros, do qual o Brasil se aproxima por ter similaridades, mercado emergente, grande população e

		crescimento sustentável com justiça social, buscando novos negócios para criar uma nova geografia comercial no mundo)
52	2004	1) **Neutro** (menção à Muralha da China e a reunião multilateral)
53	2004	1) **Intercâmbio material: comércio e investimento** (exportação de aviões e destino de investimentos da Embraer)
54	2004	1) **Papel do Estado chinês: convergência** (estão entre os grandes países do mundo)
55	2004	1) **Forma do Estado chinês: regime político** (admiração pela política da Marcopolo de fazer negócios na China e ocupar mercado, sem discutir se tem um partido único). 2) **Intercâmbio material: investimento** (destino de investimentos da Marcopolo)
56	2004	1) **Neutro** (exemplo arbitrário de nacionalidade)
57	2004	1) **Forma do Estado chinês: regime econômico** (admiração pela política de interação entre universidades e empresas, que transforma pesquisas em produtos)
58	2004	1) **Diversificação das relações do Brasil: genérica** (exemplo de país, entre outros, com quem o Brasil busca parceria estratégica)
59	2004	1) **Neutro** (menção de reunião multilateral)
60	2004	1) **Neutro** (menção de viagem à China)
61	2004	1) **Forma do Estado chinês: regime econômico** (admiração pela política dos anos 1990 que levou ao "salto chinês", através de escolhas estratégicas, senso de responsabilidade pública e investimento em inovação técnica, incluindo uma interação entre universidades e empresas que permite a estas incorporar tecnologia e inovação científica), **diferença** (número de patentes registradas)
62	2004	1) **Papel do Estado chinês: contra-hegemonia** (junção de forças com China, Índia, Rússia e África do Sul para brigar com mais força contra o mundo desenvolvido na OMC). 2) **Intercâmbio material: comércio** (desejo de ampliar compras e vendas)
63	2004	1) **Intercâmbio material: comércio e investimento** (desejo de importar bens e atrair investimentos relacionados a ferrovias)
64	2004	1) **Neutro** (menção de viagem à China)
65	2004	1) **Papel do Estado chinês: divergência** (Brasil e China passaram a ser competidores no mercado de calçados nos Estados Unidos, o que prejudicou a indústria brasileira)
66	2004	1) **Neutro** (menção de viagem à China)
67	2004	1) **Intercâmbio material: comércio** (desejo de ampliar a relação e diversificar as exportações brasileiras)
68	2004	1) **Intercâmbio material: investimento** (parceria entre Petrobras e Sinopec para explorar águas profundas)
69	2004	1) **Forma do Estado chinês: regime econômico** (admiração pela combinação entre políticas de abertura econômica e inclusão social), **semelhança** (têm o objetivo de integrar-se à globalização sem deixar de lado o desenvolvimento

		econômico e social). 2) **Intercâmbio material: comércio** (destaque para a diversificação das exportações brasileiras em curso), **investimento** (desejo de integrar as economias e transformar em exemplo de cooperação Sul-Sul; destaque para parcerias Embraer-AVIC em aviões, Vale-Boasteel em aço, Petrobras-Sinopec em exploração de petróleo e conhecimento de xisto), **ciência e tecnologia** (destaque para parceria em satélites; oferta de cooperação do Brasil, com transferência de tecnologia, no setor de etanol e de adaptação de motores a ele), **outro** (facilitação do turismo)
70	2004	1) **Forma do Estado chinês: semelhança** (dois grandes países em desenvolvimento, com cultura rica e diversificada, industrialização tardia na periferia e em meio a transformações sociais e políticas)
71	2004	1) **Neutro** (menção de viagem à China)
72	2004	1) **Papel do Estado chinês: convergência** (desejo de intensificar cooperação em foros internacionais, com destaque para a mudança das regras da OMC). 2) **Intercâmbio material: comércio** (desejo de aumentar o comércio em bases mutuamente vantajosas), **investimento** (destaque para parcerias entre empresas; destaque para investimentos chineses na malha ferroviária brasileira), **outros** (desejo de fortalecer a confiança política em pé de igualdade e de aumentar o conhecimento e intercâmbio entre setores civis; concessão de destino turístico autorizado ao Brasil pela China). 3) **Forma do Estado chinês: semelhança** (Brasil e China estão unidos pelos mesmos anseios de desenvolvimento e de justiça social; são dois grandes países em desenvolvimento – os maiores do Ocidente e do Oriente – que procuram integrar-se nas correntes internacionais de comércio e investimento sem abrir mão da autonomia dos seus processos decisórios)
73	2004	1) **Intercâmbio material: comércio** (conquista de mercado na China)
74	2004	1) **Intercâmbio material: comércio** (exportação de turbinas para hidrelétrica de Três Gargantas). 2) **Diversificação das relações do Brasil: genérica** (exemplo de país, entre outros, onde o Brasil abriu mercados).
75	2004	1) **Papel do Estado chinês: contra-hegemonia** (desejo de incluir China e Rússia na parceria com Índia e África do Sul para que possam criar uma força política contra os interesses dos países ricos no mundo comercial, o que incluir ter maior complementaridade econômica entre si). 2) **Neutro** (menção de reunião multilateral)
76	2004	1) **Diversificação das relações do Brasil: específica** (exemplo de país, entre outros, onde o Brasil conquista novos mercados, apesar do protecionismo erguido por países ricos contra países em desenvolvimento). 2) **Intercâmbio material: comércio** (menção a negócios fechados pela Apex)
77	2004	1) **Diversificação das relações do Brasil: específica**

		(exemplo de grande país emergente, entre outros, com o qual o Brasil desenvolve negociações comerciais)
78	2004	1) **Diversificação das relações do Brasil: específica** (exemplo de país do Sul, entre outros, com o qual o Brasil busca fortalecer laços políticos e econômicos para forjar uma nova geografia econômica e comercial no mundo, tornando-o mais equânime)
79	2004	1) **Diversificação das relações do Brasil: genérica** (exemplo de país, entre outros, do qual o Brasil se aproximou)
80	2004	1) **Neutro** (exemplo arbitrário de nacionalidade)
81	2004	1) **Diversificação das relações do Brasil: específica** (exemplo de país, entre outros, que é similar ao Brasil e do qual cabe se aproximar para tentar criar uma nova geografia comercial no mundo). 2) **Intercâmbio material: ciência e tecnologia** (Brasil empresta tecnologia para construir aviões, e China empresta tecnologia para lançar satélites)
82	2004	1) **Papel do Estado chinês: ascensão** (a China é um gigante que surgiu no mercado mundial e balançou as regras do comércio). 2) **Intercâmbio material: ciência e tecnologia** (Brasil manda tecnologia para construir aviões, e China manda tecnologia para lançar satélites)
83	2004	1) **Diversificação das relações do Brasil: genérica** (exemplo de país, entre outros, para o qual o Brasil exporta mais)
84	2004	1) **Papel do Estado chinês: contra-hegemonia** (coordenação com China, Índia, América do Sul e África para pôr fim aos subsídios agrícolas de Estados Unidos e União Europeia, que prejudicam países em desenvolvimento). 2) **Diversificação das relações do Brasil: genérica** (exemplo de país, entre quase 40, para o qual já viajou). 3) **Intercâmbio material: comércio** (envio de soja, compra de carvão), **ciência e tecnologia** (Brasil dá tecnologia para construir aviões, e China dá tecnologia para lançar satélites)
85	2004	1) **Diversificação das relações do Brasil: genérica** (exemplo de país, entre outros, com os quais se busca uma política de complementaridade econômica). 2) **Intercâmbio material: comércio** (mercado para soja), **ciência e tecnologia** (Brasil troca sua tecnologia para construir aviões pela tecnologia da China para lançar satélites)
86	2004	1) **Forma do Estado chinês: regime econômico** (a China deu um salto de qualidade que a América Latina também pode dar para deixar de ser a parte pobre do mundo). 2) **Intercâmbio material: ciência e tecnologia** (Brasil exporta sua tecnologia para construir aviões e importa tecnologia da China para lançar satélites)
87	2004	1) **Diversificação das relações do Brasil: específica** (exemplo de país, entre outros, do qual o Brasil se aproximou para reduzir a dependência em relação aos Estados Unidos e à Europa, a fim de discutir uma nova geografia internacional em que os países em desenvolvimento se ajudem mutuamente). 2) **Intercâmbio material: ciência e tecnologia** (Brasil dá sua

		tecnologia para construir aviões e recebe tecnologia da China para lançar satélites)
88	2004	1) **Neutro** (menção às Paraolimpíadas na China)
89	2004	1) **Diversificação das relações do Brasil: genérica** (exemplo de país, entre outros, para o qual o Brasil exporta mais). 2) **Intercâmbio material: ciência e tecnologia** (Brasil ensina sua tecnologia para construir aviões e recebe tecnologia da China para lançar satélites)
90	2004	1) **Diversificação das relações do Brasil: genérica** (exemplo de país, entre outros, para o qual o Brasil pode exportar mais)
91	2004	1) **Intercâmbio material: comércio** (mercado para carne), **investimento** (desejo de que as empresas do setor industrial dos dois países façam parcerias entre si), **ciência e tecnologia** (Brasil ensina sua tecnologia para construir aviões e recebe tecnologia da China para lançar satélites)
92	2004	1) **Intercâmbio material: comércio** (mercado para soja)
93	2004	1) **Papel do Estado chinês: ascensão** (o final do século XX "foi da China"). 2) **Intercâmbio material: investimento** (desejo de estabelecer uma política de complementaridade, exigindo que as empresas dos dois países estabeleçam *joint-ventures* no Brasil, assim como a China exige que seja feito lá)
94	2004	1) **Papel do Estado chinês: ascensão** (a China virou uma grande potência no final do século XX e início do XXI).
95	2004	1) **Papel do Estado chinês: convergência** (há um propósito compartilhado de contribuir para o equilíbrio, a equidade, a paz e a estabilidade do sistema internacional). 2) **Intercâmbio material: comércio** (desejo de expandir e diversificar em direção à exportação de produtos de maior valor agregado pelo Brasil), **investimento** (recepção de recursos chineses nos setores de ferrovia, portos, siderurgia e produção e transmissão de energia), **ciência e tecnologia** (projeto CBERS), **outros** (criação do Mecanismo de Destino Aprovado para aumentar o turismo chinês no Brasil; acordo de cooperação em crime organizado)
96	2004	1) **Papel do Estado chinês: contra-hegemonia** (os dois países trabalham para favorecer um sistema internacional que contemple a participação plena dos países em desenvolvimento nos mecanismos multilaterais), **convergência** (os dois países devem ter coordenação em fóruns multilaterais, com destaque para o G-20 e as negociações agrícolas; apoio da China à obtenção de um assento permanente pelo Brasil em um CSNU reformado; atuação conjunta nos efetivos da ONU no Haiti; satisfação do Brasil em ver a China estreitando relações com a América do Sul, onde pode investir em integração territorial e energética). 2) **Forma do Estado chinês: diferença** (Brasil e China têm muito o que aprender, um com o outro, em matéria de estratégias de desenvolvimento social, político, econômico e humano). 3) **Intercâmbio material: comércio** (concessão do

		status de economia de mercado à China pelo Brasil; perspectiva de maior abertura da China a produtos brasileiros; desejo de exportar produtos de maior valor agregado), **investimento** (criação da Comissão de Alto Nível de Concertação e Cooperação para avaliar os setores estratégicos; perspectiva de receber US$ 7 bilhões da China nos setores de infra-estrutura ferroviária, portuária, energética, siderúrgica e de telecomunicações), **ciência e tecnologia** (projeto CBERS), **outros** (cooperação em crime organizado, turismo, finanças, combate à fome e à pobreza, prevenção à AIDS, agricultura familiar, pesca artesanal, setor sucro-alcooleiro)
97	2004	1) **Papel do Estado chinês: convergência** (construção conjunta de uma nova geografia comercial, política e cultural no mundo; estão redesenhando o mapa mundial no que se refere ao fluxo de mercadorias e ao estabelecimento de novas rotas comerciais). 2) **Forma do Estado chinês: semelhança** (Brasil e a China mantiveram inalteráveis suas trajetórias em rumo ao progresso e à estabilidade econômico-social). 3) **Intercâmbio material: comércio** (expansão), **investimento** (potencial para cooperação em diversos setores; criação do Conselho Empresarial Brasil-China; desejo de integrar as duas economias e construir um paradigma de cooperação Sul-Sul)
98	2004	1) **Diversificação das relações do Brasil: específica** (exemplo de país emergente, entre outros, com quem o Brasil deve estabelecer políticas de complementaridade para ter força em negociações com os países mais fortes)
99	2004	1) **Diversificação das relações do Brasil: específica** (exemplo de grande país, entre outros, com quem o Brasil reforça a relação Sul-Sul com vistas a alterar a geografia econômica e comercial do mundo)
100	2004	1) **Papel do Estado chinês: convergência** (Brasil, China, Índia e África do Sul podem criar uma nova geografia comercial no mundo, no século XXI)
101	2004	1) **Diversificação das relações do Brasil: específica** (exemplo de mercado não-tradicional, entre outros, com que o Brasil busca acordos preferenciais de comércio para conformar uma nova geografia comercial internacional)
102	2004	1) **Neutro** (exemplo arbitrário de país)
103	2005	1) **Papel do Estado chinês: ascensão** (o final do século XX "foi da China")
104	2005	1) **Diversificação das relações do Brasil: específica** (exemplo de parceiro, entre outros, com muita similaridade com o Brasil, em via de desenvolvimento, onde o potencial de penetração comercial é maior do que o de uma economia desenvolvida, como União Europeia e Estados Unidos). 2) **Intercâmbio material: comércio** (mercado para carne)
105	2005	1) **Diversificação das relações do Brasil: específica** (exemplo de parceiro, como a Índia, de quem o Brasil se aproximou para tentar mudar a correlação de força dos fóruns

		multilaterais, onde predomina a política dos países ricos)
106	2005	1) **Diversificação das relações do Brasil: genérica** (exemplo de país, entre outros, para os quais a exportação brasileira cresceu)
107	2005	1) **Intercâmbio material: comércio** (importação de carvão)
108	2005	1) **Diversificação das relações do Brasil: específica** (exemplo de país, entre outros, com certas similaridades, com a mesma igualdade econômica, com o mesmo conhecimento científico e tecnológico, populosos e em crescimento, de quem o Brasil se aproxima para tentar criar um polo que possa evitar que seja "a fatia de mortadela no meio das duas grandes economias do mundo")
109	2005	1) **Diversificação das relações do Brasil: específica** (exemplo de aliado, entre outros, de quem o Brasil se aproximou para mudar a geografia comercial do mundo e ter mais força em fóruns internacionais)
110	2005	1) **Papel do Estado chinês: divergência** (Multinacionais da China e do Brasil podem ser competidoras na economia internacional, o que não é um problema, desde que se respeitem)
111	2005	1) **Papel do Estado chinês: ascensão** (a China hoje toma grande parte do comércio internacional). 2) **Diversificação das relações: genérica** (exemplo de país, entre outros, onde o Brasil deve buscar mercado)
112	2005	1) **Neutro** (saudação na nominata)
113	2005	1) **Neutro** (exemplo de país populoso)
114	2005	1) **Papel do Estado chinês: ascensão** (o século XXI "está sendo um pouco da China")
115	2005	1) **Diversificação das relações do Brasil: genérica** (exemplo de país, entre outros, com quem o Brasil fortaleceu a relação e passou a fazer mais negócios). 2) **Intercâmbio material: comércio** (importação alta de produtos, especialmente têxteis, que preocupam empresários brasileiros, mas que é resultado do fim de cotas estipulado na Rodada Uruguai de 1994 e em vigor a partir de 2005)
116	2005	1) **Intercâmbio material: outros** (cooperação em esporte de alto rendimento)
117	2005	1) **Forma do Estado chinês: diferença** (China exporta muito mais roupas do que o Brasil)
118	2005	1) **Papel do Estado chinês: contra-hegemonia** (Brasil, China, Índia, África do Sul e México são representantes do Sul no diálogo com o Norte, em reunião ampliada do G-8, e refletem uma postura de valorização do multilateralismo, esgotamento do receituário econômico conservador e necessidade de reformar a ONU e as instituições econômicas internacionais)
119	2005	1) **Intercâmbio material: comércio** (importação de vagões)
120	2005	1) **Diversificação das relações do Brasil: específica** (exemplo de país igual, entre outros, com quem o Brasil quer construir parcerias para mudar a geografia mundial)

121	2005	1) **Neutro** (China tem maior extensão territorial que o Brasil)
122	2005	1) **Neutro** (exemplo arbitrário de nacionalidade)
123	2005	1) **Intercâmbio material: comércio** (o Brasil pode colocar salvaguardas para evitar que os produtos chineses possam, de forma descontrolada, causar problemas na economia)
124	2005	1) **Diversificação das relações do Brasil: específica** (exemplo de grande economia emergente, entre outras, com quem o Brasil negociou acesso privilegiado a produtos e serviços)
125	2005	1) **Forma do Estado chinês: diferença** (nível de crescimento econômico)
126	2005	1) **Papel do Estado chinês: contra-hegemonia** (a ação de Brasil, China e outros países, ao integrarem o G-20, é reivindicar maior igualdade aos países ricos, cujos subsídios agrícolas prejudicam o comércio de países mais pobres), **divergência** (Brasil e China têm divergências sobre a reforma do Conselho de Segurança da ONU)
127	2005	1) **Diversificação das relações do Brasil: genérica** (exemplo de país, entre outros, onde o Brasil busca mercado)
128	2005	1) **Forma do Estado chinês: regime econômico** (admiração pela parceria entre universidades e empresas, que financiam pesquisas e depois comercializam o produto)
129	2005	1) **Forma do Estado chinês: diferença** (Brasil tem mais facilidade do que China e Índia de cumprir as Metas do Milênio da ONU por ter uma população menor)
130	2005	1) **Neutro** (referência à relação entre China e França)
131	2005	1) **Diversificação das relações do Brasil: específica** (exemplo de grande país emergente, entre outros, com quem o Brasil abriu novas fronteiras econômicas)
132	2005	1) **Papel do Estado chinês: ascensão** (país emergente que está crescendo muito)
133	2005	1) **Forma do Estado chinês: diferença** (competir economicamente com a China, particularmente no setor de calçados, não é fácil, pois lá há menor dificuldade para se fazer uma lei e menor pressão de sindicatos reivindicando aumento de salário)
134	2005	1) **Forma do Estado chinês: diferença** (a China tem um crescimento extraordinário, mas "me machuca" quando citam-na como exemplo a ser seguido, pois "certamente, nenhum de vocês gostaria que as condições do Brasil fossem as da China. Não vamos olhar apenas para o crescimento, vamos olhar para o conjunto dos problemas e das soluções que encontrou a China".)
135	2005	1) **Intercâmbio material: comércio** (mercado para suco de laranja; parte do setor têxtil brasileiro tem dificuldade de competir com a China, enquanto outra parte não tem)
136	2005	1) **Forma do Estado chinês: diferença** (para que o Brasil passe ao rol de países ricos, não adianta olhar para China ou Estados Unidos, pois "nós temos que olhar para nós, para a nossa indústria, para a nossa cultura, para a nossa política,

		para as nossas possibilidades")
137	2005	1) **Papel do Estado chinês: ascensão** (o final do século XX "foi um pouco da China e também do Japão")
138	2006	1) **Forma do Estado chinês: diferença** (o Brasil tem uma economia menos competitiva do que a China e outros países)
139	2006	1) **Forma do Estado chinês: regime econômico** (admiração pela ligação entre a universidade pública e as empresas, transformando conhecimento teórico em produtos que podem ser industrializados e gerando riqueza)
140	2006	1) **Neutro** (menção de viagem à China)
141	2006	1) **Neutro** (menção de encontro internacional)
142	2006	1) **Forma do Estado chinês: diferença** (nível de crescimento econômico, número de vagas em universidades para crianças pobres). 2) **Neutro** (menção de viagem à China)
143	2006	1) **Papel do Estado chinês: ascensão** (China é uma novidade que deve ser levada a sério; a concessão do status de economia de mercado e o apoio à sua entrada na OMC, pelo Brasil, deveu-se à necessidade de envolver a China em discussões internacionais sobre os espaços que passou a ocupar). 2) **Diversificação das relações do Brasil: genérica** (exemplo de país, entre outros, com quem explora mais a relação). 3) **Neutro** (imigração chinesa na formação do Brasil)
144	2006	1) **Forma do Estado chinês: diferença** (o Brasil tem uma economia menos competitiva do que a China)
145	2006	1) **Papel do Estado chinês: ascensão** (China aumentou o espaço no mercado internacional). 2) **Forma do Estado chinês: diferença** (o Brasil tem uma economia menos competitiva do que a China; ambos têm diferenças na "situação do trabalhador", no "compromisso com o Estado" e na democracia).
146	2006	1) **Papel do Estado chinês: ascensão** (China exerce influência sobre o preço internacional de matérias-primas e energia; ter reconhecido a China como economia de mercado e apoiado sua entrada na OMC foi para envolvê-la em mesas de discussão). 2) **Forma do Estado chinês: diferença** (o Brasil tem menor crescimento econômico do que China e outros países porque investe pouco em infraestrutura). 3) **Diversificação das relações do Brasil: genérica** (exemplo de país, entre outros, do qual o Brasil se aproximou). 4) **Intercâmbio material: investimento** (preocupação de que empresários brasileiros levem suas empresas para produzir mais barato na China).
147	2006	3) **Diversificação das relações do Brasil: genérica** (exemplo de país, entre outros, do qual o Brasil se aproximou). 2) **Neutro** (menção à Muralha da China)
148	2006	1) **Neutro** (menção à Muralha da China)
149	2006	1) **Neutro** (citação arbitrária, entre outros países)
150	2006	1) **Forma do Estado chinês: semelhança** (Petrobras tem nível semelhante de competitividade ao de empresas chinesas

		e estadunidenses)
151	2006	1) **Papel do Estado chinês: ascensão** (o século XXI está sendo da China)
152	2006	1) **Papel do Estado chinês: ascensão** (o século XXI está sendo aproveitado pela China). 2) **Forma do Estado chinês: diferença** (nível de renda e produto)
153	2006	1) **Intercâmbio material: comércio** (mercado para biodiesel), **investimento** (recurso chinês no Gasoduto Sudeste-Nordeste). 2) **Forma do Estado chinês: diferença** (nível de renda e produto). 3) **Diversificação das relações do Brasil: genérica** (exemplo de país, entre outros, com quem há uma parceria forte)
154	2006	1) **Forma do Estado chinês: diferença** (nível de renda e produto).
155	2006	1) **Papel do Estado chinês: convergência** (China, Brasil, entre outros, são países levados em conta no jogo político internacional), **ascensão** (o século XXI está sendo melhor aproveitado pela China). 2) **Forma do Estado chinês: diferença** (nível de renda e produto).
156	2006	1) **Papel do Estado chinês: divergência** (a China virou uma competidora do Brasil na indústria automobilística)
157	2006	1) **Forma do Estado chinês: regime econômico** (admiração pelo alto investimento da China em educação). 1) **Papel do Estado chinês: ascensão** (o final do século XX e o início do século XXI estão sendo da China). 3) **Intercâmbio material: comércio** (importação de vagões)
158	2006	1) **Diversificação das relações do Brasil: genérica** (exemplo de país, entre outros, com quem o Brasil mantém relações)
159	2006	1) **Diversificação das relações do Brasil: específica** (exemplo de país, entre outros, de quem o Brasil se aproximou para tentar mudar a geografia política e comercial do mundo, para que esta não dependa mais dos mesmos países que a dominaram no século XX). 2) **Neutro** (menção de encontro internacional)
160	2006	1) **Papel do Estado chinês: contra-hegemonia** (Brasil, China e outros países estão entre as principais lideranças do mundo em desenvolvimento e devem atuar para destravar a crise política que paralisa a Rodada Doha da OMC, causada pela resistência dos países desenvolvidos em abandonar seu protecionismo agrícola)
161	2006	1) **Papel do Estado chinês: convergência** (China, Brasil, entre outros, são países levados em conta nas discussões sobre comércio internacional na OMC).
162	2006	1) **Neutro** (menção de viagem à China)
163	2006	1) **Forma do Estado chinês: diferença** (qualidade do sistema bancário)
164	2006	1) **Papel do Estado chinês: contra-hegemonia** (China, Brasil, Índia e África do Sul são lideranças do G-20, que almejam construir um mundo mais justo, humano, solidário, sem terrorismo, fome e miséria, em nome de países mais

		pobres que não têm a mesma capacidade de se organizar)
165	2006	1) **Neutro** (menção à Muralha da China)
166	2006	1) **Intercâmbio material: investimento** (participação chinesa na construção da termoelétrica de Candiota). 2) **Diversificação das relações do Brasil: específica** (o Brasil formou parcerias estratégicas com China, Índia e África do Sul, que são países similares e com oportunidades para novos negócios). 3) **Forma do Estado chinês: semelhança** (o Nordeste brasileiro tem crescimento e distribuição de renda similares ao padrão chinês). 4) **Neutro** (menção de autoridade chinesa)
167	2006	1) **Neutro** (menção à Muralha da China)
168	2006	1) **Neutro** (saudação a autoridade chinesa na nominata)
169	2006	1) **Intercâmbio material: comércio** (mercado para soja). 2) **Neutro** (tamanho de território)
170	2006	1) **Papel do Estado chinês: divergência** (Brasil, China e Índia competem por recursos externos). 2) **Forma do Estado chinês: diferença** ("A disputa hoje é Brasil e China, é Brasil e Índia, e as condições que alguns países oferecem para os empresários nós não podemos oferecer, não devemos oferecer, porque uma delas é o fortalecimento da democracia que nós precisamos manter neste País, ter sindicatos fortes, ter imprensa livre, ter Congresso forte, ter Justiça forte, ou seja, esse é o equilíbrio da democracia e nós precisamos aprender a conviver com ele, mesmo na diversidade")
171	2006	1) **Papel do Estado chinês: divergência** (Brasil, China e Índia competem por recursos externos)
172	2006	1) **Forma do Estado chinês: diferença** (taxa de crescimento econômico)
173	2006	1) **Neutro** (metáfora com padrão chinês de crescimento)
174	2007	1) **Neutro** (exemplo arbitrário de país entre outros)
175	2007	1) **Papel do Estado chinês: convergência** (China, Brasil, Índia e África do Sul são países em transformação, que são levados em conta nas discussões do comércio internacional)
176	2007	1) **Neutro** (menção às Olimpíadas na China)
177	2007	1) **Papel do Estado chinês: ascensão** (o século XXI não pode ser apenas da China e da Índia)
178	2007	1) **Diversificação das relações do Brasil: genérica** (exemplo de país, entre outros, com quem o Brasil negocia)
179	2007	1) **Neutro** (exemplo arbitrário de país)
180	2007	1) **Papel do Estado chinês: convergência** (criação do Fórum Internacional de Biocombustíveis para criar as bases de um mercado neste setor, com a participação de Brasil, Estados Unidos, China, Índia, África do Sul e União Europeia)
181	2007	1) **Neutro** (menção de viagem à China)
182	2007	1) **Forma do Estado chinês: semelhança** (grandes reservas de dólares)
183	2007	1) **Forma do Estado chinês: semelhança** (grandes reservas de dólares)

184	2007	1) **Papel do Estado chinês: convergência** (China, Brasil, entre outros membros do G-20, são levados em conta nas negociações internacionais). 2) **Diversificação das relações do Brasil: genérica** (exemplo de país, entre outros, com quem o Brasil tem parceria). 3) **Forma do Estado chinês: diferença** (a China e os demais membros permanentes do CSNU valorizam mais a indústria militar do que o Brasil)
185	2007	1) **Papel do Estado chinês: contra-hegemonia** (o G-20 foi criado para brigar contra Estados Unidos e União Europeia pela formação de um mundo negocial mais equilibrado). 2) **Forma do Estado chinês: diferença** (China e Índia têm maior competitividade que o Brasil)
186	2007	1) **Neutro** (exemplo de nacionalidade entre outras)
187	2007	1) **Papel do Estado chinês: convergência** (China, Brasil, entre outros membros do G-20, são levados em conta para a criação de grandes acordos). 2) **Neutro** (metáfora com paciência chinesa)
188	2007	1) **Papel do Estado chinês: contra-hegemonia** (o Brasil deve ter uma cooperação mais ativa com os chamados BRICs, pois a cooperação Sul/Sul ajuda a construir uma nova geografia econômica mundial, não excludente, que deve ter maior participação de países emergentes nas instâncias decisórias). 2) **Diversificação das relações do Brasil: genérica** (exemplo de país, entre outros, com quem o Brasil tem parceria).
189	2007	1) **Neutro** (menção à Muralha da China)
190	2007	1) **Papel do Estado chinês: divergência** (Brasil e China competem por investimentos de multinacionais)
191	2007	1) **Forma do Estado chinês: diferença** (tamanho do mercado de computadores de mesa)
192	2007	1) **Diversificação das relações do Brasil: genérica** (exemplo de país, entre outros, para quem o Brasil passou a olhar mais)
193	2007	1) **Papel do Estado chinês: divergência** (Brasil e China são concorrentes na África, onde se introduzem nos setores tecnológico e industrial). 2) **Intercâmbio material: comércio** (mercado para minério de ferro)
194	2007	1) **Papel do Estado chinês: convergência** (criação do Fórum Global sobre Etanol ao lado de África do Sul, China, Índia, Estados Unidos e União Europeia)
195	2007	1) **Papel do Estado chinês: convergência** (criação do Fórum Internacional de Biocombustíveis ao lado de Índia, África do Sul, China, Estados Unidos e União Europeia), **contra-hegemonia** (o G-20 foi criado para mudar a lógica de que apenas Estados Unidos e União Europeia deveriam ser referência de comércio para países como Brasil, China, entre outros)
196	2007	1) **Papel do Estado chinês: contra-hegemonia** (Brasil, China, entre outros emergentes, recusaram-se a ceder às pressões de Estados Unidos e União Europeia em reunião de Bruxelas da Rodada Doha da OMC)
197	2007	1) **Papel do Estado chinês: contra-hegemonia** (Brasil,

		China, entre outros membros do G-20, recusaram-se a ceder aos interesses das economias desenvolvidas em reunião de Bruxelas da Rodada Doha da OMC)
198	2007	1) **Papel do Estado chinês: contra-hegemonia** (Brasil, China, entre outros países em desenvolvimento do G-20, recusaram-se a ceder aos interesses de União Europeia e Estados Unidos em reunião Rodada Doha da OMC)
199	2007	1) **Forma do Estado chinês: diferença** (consumo no Nordeste cresce mais do que consumo na China)
200	2007	1) **Forma do Estado chinês: semelhança** (Brasil, China, entre outros países do G-20, pertencem ao mundo em desenvolvimento, são populosos e têm grande potencial de crescimento)
201	2007	1) **Papel do Estado chinês: convergência** (criação do Foro Internacional de Biocombustíveis para criar padrões e normas técnicas sobre o etanol e o biodiesel, ao lado de África do Sul, China, Estados Unidos, Índia e União Europeia)
202	2007	1) **Neutro** (relação China-União Europeia)
203	2007	1) **Forma do Estado chinês: diferença** (consumo no Nordeste cresce mais do que consumo na China)
204	2007	1) **Forma do Estado chinês: diferença** (China deve ter mais reservas internacionais do que o Brasil)
205	2007	1) **Diversificação das relações do Brasil: genérica** (exemplo de país, entre outros, para quem o Brasil passou a olhar mais)
206	2007	1) **Intercâmbio material: comércio** (mercado para etanol)
207	2007	1) **Intercâmbio material: investimento** (abertura de fábrica da Embraer na China)
208	2007	1) **Intercâmbio material: comércio** (mercado para produtos brasileiros). 2) **Neutro** (relação China-Japão)
209	2007	1) **Neutro** (menção à Muralha da China)
210	2007	1) **Forma do Estado chinês: regime econômico** (admiração pelo investimento de empresas em universidades na China), **semelhança** (China e Brasil estão construindo grandes mercados de massa). 3) **Neutro** (menção à Muralha da China)
211	2007	1) **Diversificação das relações do Brasil: genérica** (exemplo de país, entre outros, com quem o Brasil ampliou relações)
212	2007	1) **Intercâmbio material: ciência e tecnologia** (lançamento de satélite do projeto CBERS)
213	2007	1) **Forma do Estado chinês: diferença** (tamanho das embaixadas)
214	2007	1) **Neutro** (menção arbitrária de país entre outros)
215	2007	1) **Diversificação das relações do Brasil: genérica** (exemplo de país, entre outros, com quem o Brasil elevou o comércio)
216	2007	1) **Neutro** (menção de apelido de pessoa)
217	2007	1) **Forma do Estado chinês (regime político e regime econômico) e sobre papel internacional (contra-hegemonia)** (“os países africanos, os países latino-americanos, a China, a Índia e outros países asiáticos, que não tiveram chance no século XX, precisam conquistar o século

		XXI como o século da consolidação da democracia nos nossos países, como o século da consolidação de um desenvolvimento com justiça social, como o século em que a gente possa combater as graves doenças existentes nos nossos países")
218	2007	1) **Papel do Estado chinês: divergência** (Brasil deve "fazer uma ocupação da Indonésia", levando seus produtos e estabelecendo uma relação competitiva com a China; a China está fazendo mais investimentos em Angola do que o Brasil, o qual poderia ter maior "ascendência no desenvolvimento" de Angola). 2) **Forma do Estado chinês: diferença** (China está aumentando sua produção siderúrgica mais que o Brasil, mesmo este sendo maior produtor de ferro)
219	2007	1) **Papel do Estado chinês: contra-hegemonia** (G-20 almeja que os países mais pobres do planeta sejam os beneficiários do acordo final da Rodada de Doha da OMC)
220	2007	1) **Forma do Estado chinês: diferença** (China está aumentando sua produção siderúrgica mais que o Brasil). 2) **Neutro** (menção de viagem à China)
221	2007	1) **Papel do Estado chinês: convergência e divergência** (na disputa entre as grandes economias pela venda de seus produtos, "o Brasil tem espaços a disputar neste mundo globalizado, alguns deles junto com Índia e China, e alguns deles, contra China e Índia")
222	2007	1) **Papel do Estado chinês: ascensão** (China e Índia são novidades na economia internacional por terem milhões de pessoa para incluir na cidadania)
223	2007	1) **Forma do Estado chinês: diferença** (China está aumentando sua produção siderúrgica mais que o Brasil)
224	2007	1) **Intercâmbio material: comércio** (mercado para ferro)
225	2007	1) **Diversificação das relações do Brasil: genérica** (exemplo de país, entre outros, com quem tem parceria estratégica)
226	2007	1) **Neutro** (menção de viagem à China)
227	2007	1) **Diversificação das relações do Brasil: genérica** (a aproximação do Mercosul com a China, entre outros países, é um caminho importante para o bloco)
228	2008	1) **Papel do Estado chinês: convergência** (criação do Fórum Internacional de Biocombustíveis para coordenar posições com África do Sul, China, Estados Unidos, Índia e União Europeia)
229	2008	1) **Papel do Estado chinês: convergência** (realização do Fórum de Legisladores dos Países do G8, do Brasil, da China, da Índia, do México e da África do Sul, o chamado G8 + 5, iniciativa da Organização Global de Legisladores para um Ambiente Equilibrado). 2) **Forma do Estado chinês: semelhança** (os dois países têm inflação puxada pelo preço de alimentos; há mais pessoas comendo em ambos e na Índia; precisam conciliar proteção ao meio-ambiente sem desconsiderar suas necessidades econômicas)
230	2008	1) **Neutro** (tamanho da população)

231	2008	1) **Neutro** (menção às Olimpíadas na China)
232	2008	1) **Papel do Estado chinês: convergência** (os países do G-20, como Brasil e China, precisam ser considerados nas negociações do mundo hoje pelo seu PIB e tamanho populacional)
233	2008	1) **Neutro** (menção à Muralha da China)
234	2008	1) **Papel do Estado chinês: convergência** (os países do G-20 precisam ser levados em consideração na OMC hoje; Brasil deve discutir com China, Índia e Rússia o que fazer com seus altos níveis de reservas internacionais "para que a gente comece a ter uma inserção maior nas decisões políticas do mundo"). 2) **Diversificação das relações do Brasil: específica** (exemplo de país em desenvolvimento, entre outros, com similaridades ao Brasil, do qual foi importante se aproximar para negociar com os países ricos). 3) **Neutro** (relação China-Japão)
235	2008	1) **Forma do Estado chinês: semelhança** (no Brasil e na China, entre outros países, a população pobre está comendo mais)
236	2008	1) **Neutro** (menção à Muralha da China)
237	2008	1) **Diversificação das relações do Brasil: genérica** (exemplo de país, entre outros, com quem aumentou o comércio). 2) **Forma do Estado chinês: diferença** (o consumo em partes do Nordeste supera o consumo na China)
238	2008	1) **Forma do Estado chinês: diferença** (taxa de crescimento econômico)
239	2008	1) **Forma do Estado chinês: semelhança** (o consumo no Nordeste supera o consumo na China)
240	2008	1) **Diversificação das relações do Brasil: específica** (exemplo de grande país, entre outros, dos quais o Brasil se aproximou para mudar a geografia comercial do mundo)
241	2008	1) **Forma do Estado chinês: semelhança** (no Brasil e na China, entre outros países, a população pobre está comendo mais)
242	2008	1) **Forma do Estado chinês: diferença** ("ninguém consegue produzir nos preços da China, porque na China, também, eles não têm as obrigações sociais que nós temos neste País e, portanto, eles podem trabalhar muito mais barato do que nós")
243	2008	1) **Forma do Estado chinês: semelhança** (no Brasil e na China, entre outros países em desenvolvimento, o consumo de alimentos aumentou)
244	2008	1) **Forma do Estado chinês: semelhança** (no Brasil e na China, entre outros países em desenvolvimento, o consumo de alimentos aumentou, o que impactou na inflação e deve ser respondido com um aumento da oferta)
245	2008	1) **Forma do Estado chinês: semelhança** (no Brasil e na China, entre outros países pobres, o consumo de alimentos aumentou)
246	2008	1) **Forma do Estado chinês: semelhança** (há inflação puxada pelo preço de alimentos, no Brasil, na China e em outros

		países)
247	2008	1) **Forma do Estado chinês: semelhança** (há inflação puxada pelo preço de alimentos, no Brasil, na China e em outros países, ao passo que a produção não cresceu proporcionalmente)
248	2008	1) **Forma do Estado chinês: semelhança** (há inflação puxada pelo preço de alimentos, no Brasil, na China e em outros países, o que se deve a fatores como aumento do consumo e subida do preço do barril de petróleo). 2) **Neutro** (menção arbitrária ao país, entre outros)
249	2008	1) **Forma do Estado chinês: semelhança** (há inflação puxada pelo preço de alimentos, no Brasil, na China e em outros países, o que se deve à diminuição da fome)
250	2008	1) **Neutro** (metáfora com quantidade de pessoas)
251	2008	1) **Forma do Estado chinês: semelhança** (há inflação mundial puxada pelo preço de alimentos devido à incorporação de consumidores aos mercados e do desenvolvimento de grandes países antes considerados pobres, como Brasil e China)
252	2008	1) **Intercâmbio material: investimento** (empresas do setor automobilístico brasileiro têm desejo de ir para a China)
253	2008	1) **Forma do Estado chinês: semelhança** (há inflação puxada pelo preço de alimentos, no Brasil, na China e em outros países, o que se deve ao aumento de consumo)
254	2008	1) **Forma do Estado chinês: semelhança** (diminuição da fome)
255	2008	1) **Papel do Estado chinês: divergência** (o Brasil não pode "ficar parado" diante do aumento de investimentos da China na África em ferrovia, hidrovia e extração de minérios)
256	2008	1) **Forma do Estado chinês: semelhança** (há inflação puxada pelo preço de alimentos, no Brasil, na China e em outros países, o que se deve ao aumento de consumo e exige maior produção; China, Índia e Brasil estão na disputa para se tornarem grandes nações no século XXI)
257	2008	1) **Forma do Estado chinês: semelhança** (há inflação puxada pelo preço de alimentos, no Brasil, na China e em outros países, o que se deve a fatores como aumento de consumo nos países em desenvolvimento, queda de estoques, protecionismo nos países ricos, alta do petróleo, especulação financeira, mudanças cambiais; *lobbies* poderosos tentam atribui-la à produção de etanol, o que seria uma cortina de fumaça)
258	2008	1) **Papel do Estado chinês: convergência** (participação de Brasil e China em reunião ampliada do G-8)
259	2008	1) **Neutro** (menção de viagem à China)
260	2008	1) **Forma do Estado chinês: diferença** (o Brasil trilha um caminho de desenvolvimento mais complicado que o da China, pois o faz em um regime altamente democrático no que toca Congresso, imprensa e partidos, ao contrário do caso chinês, que tem partido único, apenas jornais do partido e televisão com pouca pluralidade)

261	2008	1) **Papel do Estado chinês: ascensão** (o século XXI começou com uma China muito poderosa), **contra-hegemonia** (é falsa a acusação de que o petróleo encareceu porque a China compra demais, pois o verdadeiro motivo é a especulação no mercado financeiro)
262	2008	1) **Papel do Estado chinês: contra-hegemonia** (é falsa a acusação de que o petróleo encareceu porque a China comprou tudo, pois há grande especulação do preço do barril no mercado financeiro). 2) **Forma do Estado chinês: semelhança** (a inflação mundial de alimentos deve-se, em parte, à diminuição da fome do povo pobre em países como Brasil, China, entre outros)
263	2008	1) **Papel do Estado chinês: contra-hegemonia** (é meia-verdade a acusação de que o petróleo encareceu porque a China comprou tudo, pois há grande especulação do preço do barril no mercado financeiro, principalmente após a crise imobiliária nos Estados Unidos). 2) **Forma do Estado chinês: semelhança** (a inflação mundial de alimentos deve-se, em parte, à diminuição da fome do povo pobre em países como Brasil, China, entre outros). 3) **Intercâmbio material: comércio** (mercado para carne)
264	2008	1) **Papel do Estado chinês: contra-hegemonia** (é meia-verdade a acusação de que o petróleo encareceu porque a China ou a Índia compram demais, pois há grande especulação no mercado financeiro, principalmente de fundos de pensão após a crise imobiliária nos Estados Unidos). 2) **Forma do Estado chinês: semelhança** (expectativa de aumento de consumo de alimentos em Brasil, China, entre outros países)
265	2008	1) **Neutro** (menção às Olimpíadas na China; saudação a autoridade chinesa na nominata)
266	2008	1) **Papel do Estado chinês: convergência** (participação em reunião ampliada do G-8 para coordenar uma resposta global à crise mundial do preço de alimentos, à necessidade de energia renovável e ao aquecimento global)
267	2008	1) **Papel do Estado chinês: contra-hegemonia** (tenta-se jogar a culpa do encarecimento do petróleo nos países em desenvolvimento, especialmente na China, mas discute-se pouco a especulação financeira)
268	2008	1) **Papel do Estado chinês: contra-hegemonia** (é simplista culpar a China pelo aumento do preço do petróleo, pois há grande especulação no mercado futuro)
269	2008	1) **Forma do Estado chinês: diferença** (taxa de poluição atmosférica, taxa de inflação). 2) **Intercâmbio material: comércio** (mercado para alimentos brasileiros)
270	2008	1) **Papel do Estado chinês: contra-hegemonia** (em reunião ampliada do G-8, defesa de que China tem menos responsabilidade histórica pelo aquecimento global do que Estados Unidos e Inglaterra, pois começou a poluir a menos tempo). 2) **Forma do Estado chinês: diferença** (taxa de

		poluição atmosférica)
271	2008	1) **Neutro** (menção de viagem à China)
272	2008	1) **Forma do Estado chinês: semelhança** (momento de inflação alta nos dois países; são países que reduziram a fome)
273	2008	1) **Neutro** (menção à Olimpíada na China; metáfora com cor vermelha)
274	2008	1) **Diversificação das relações do Brasil: genérica** (exemplo de país, entre outros, com quem o comércio aumentou). 2) **Forma do Estado chinês: diferença** (China expandiu mais sua indústria siderúrgica do que Brasil)
275	2008	1) **Intercâmbio material: comércio** (mercado para soja)
276	2008	1) **Forma do Estado chinês: semelhança** (países emergentes)
277	2008	1) **Neutro** (menção de viagem à China)
278	2008	1) **Intercâmbio material: comércio** (mercado para bauxita)
279	2008	1) **Forma do Estado chinês: semelhança** (momento de inflação alta)
280	2008	1) **Papel do Estado chinês: ascensão** ("a China ganhou o final do século XX e o começo do século XXI"). 2) **Diversificação das relações do Brasil: genérica** (exemplo de país, entre outros, com quem o comércio aumentou)
281	2008	1) **Forma do Estado chinês: diferença** (investimentos recebidos da Noruega)
282	2008	1) **Intercâmbio material: comércio** (importação de navios)
283	2008	1) **Diversificação das relações do Brasil: genérica** (exemplo de país, entre outros, com quem comercializa)
284	2008	1) **Neutro** (menção às Olimpíadas na China)
285	2008	1) **Forma do Estado chinês: semelhança** (altas reservas internacionais). 2) **Diversificação das relações do Brasil: genérica** (exemplo de país, entre outros, com quem o comércio aumentou). 3) **Intercâmbio material: comércio** (mercado para minério de ferro)
286	2008	1) **Papel do Estado chinês: contra-hegemonia** (a responsabilização da China pelo encarecimento do petróleo se mostrou equivocada, ao contrário da tese em torno da especulação financeira)
287	2008	1) **Papel do Estado chinês: contra-hegemonia** (o crescimento econômico de países da periferia, como Brasil e China, está salvando o "centro nervoso do capitalismo"). 2) **Intercâmbio material: comércio** (China está entre os três maiores parceiros do Brasil). 3) **Diversificação das relações do Brasil: específica** (exemplo de país, entre outros, de quem o Brasil se aproximou para mudar a geografia comercial do mundo, na qual países ricos têm preferência hoje)
288	2008	1) **Papel do Estado chinês: contra-hegemonia** (os países emergentes do BRICs devem ter estratégias comuns para tentar resolver a crise econômica causada pelos países ricos, por irresponsabilidade)
289	2008	1) **Papel do Estado chinês: contra-hegemonia** (China,

		Brasil, entre outros, são países periféricos que estão dando solidez à economia mundial em um momento em que os países ricos estão em crise). 2) **Diversificação das relações do Brasil: genérica** (exemplo de país, entre outros, com quem o comércio aumentou). 3) **Intercâmbio material: comércio** (mercado para bauxita; necessidade de agregar valor no Brasil)
290	2008	1) **Papel do Estado chinês: contra-hegemonia** (acusar a China pelo encarecimento do petróleo se mostrou equivocado, pois deveu-se à especulação financeira)
291	2008	1) **Neutro** (metáfora com paciência chinesa)
292	2008	1) **Papel do Estado chinês: contra-hegemonia** (o G-8 já não representa mais a economia mundial, dada a crise em seus países, de modo que Brasil, China, entre outros emergentes, devem buscar uma saída e reformar as instâncias multilaterais)
293	2008	1) **Papel do Estado chinês: contra-hegemonia** (acusar a China pelo encarecimento do petróleo se mostrou equivocado, pois deveu-se à especulação financeira)
294	2008	1) **Papel do Estado chinês: contra-hegemonia** (defesa de que a China não tem a mesma responsabilidade histórica que os Estados Unidos na poluição atmosférica). 2) **Forma do Estado chinês: semelhança** (a inflação mundial de alimentos foi causada, em parte, porque há mais pobres comendo em países como Brasil e China), **diferença** (Brasil é o país mais preparado, no momento, para enfrentar a crise)
295	2008	1) **Papel do Estado chinês: contra-hegemonia** (a crise econômica nascida nos países ricos é uma oportunidade para países em desenvolvimento, como China, Brasil, entre outros, fortalecerem parcerias)
296	2008	1) **Forma do Estado chinês: diferença** (Brasil tem um plano para mudanças climáticas melhor do que China e Índia). 2) **Neutro** (menção a reunião internacional)
297	2008	1) **Forma do Estado chinês: diferença** (Brasil pode sofrer menos com a crise nos países ricos do que a China porque seu PIB é menos dependente de exportações). 2) **Diversificação das relações do Brasil: genérica** (exemplo de país, entre outros, com quem o comércio aumentou).
298	2008	1) **Forma do Estado chinês: semelhança** (grande mercado interno)
299	2008	1) **Forma do Estado chinês: semelhança** (grande mercado interno). 2) **Intercâmbio material: comércio** (mercado para bauxita; necessidade de agregar valor desta no Brasil)
300	2008	1) **Forma do Estado chinês: diferença** (PIB do Brasil é menos dependente de exportações que o da China)
301	2008	1) **Papel do Estado chinês: contra-hegemonia** (acusar a China pelo encarecimento do petróleo foi uma mentira, pois a especulação financeira era culpada)
302	2008	1) **Forma do Estado chinês: semelhança** (países emergentes, como China e Brasil, estão sendo vítimas de um sistema

		financeiro descontrolado, irresponsável, operado pelos países ricos, em um momento em que cresciam e distribuíam renda). 2) **Relação bilateral: comércio** (mercado para carne)
303	2008	1) **Forma do Estado chinês: diferença** (Brasil é o país com melhores condições para enfrentar a crise em relação a China e outros membros do G-20)
304	2008	1) **Papel do Estado chinês: contra-hegemonia** (acusar a China pelo encarecimento do petróleo foi uma mentira, pois a especulação financeira era culpada)
305	2008	1) **Neutro** (menção a encontro internacional e Muralha da China)
306	2008	1) **Neutro** (menção de terremoto na China)
307	2008	1) **Papel do Estado chinês: ascensão** (influência sobre o preço internacional do aço)
308	2008	1) **Forma do Estado chinês: diferença** (população)
309	2009	1) **Intercâmbio material: comércio** (menção a valores do fluxo)
310	2009	1) **Papel do Estado chinês: contra-hegemonia** (acusar a produção brasileira de etanol ou o consumo chinês de petróleo pelo aumento internacional do preço dos alimentos foi uma mentira, pois a especulação financeira era a principal responsável). 2) **Forma do Estado chinês: semelhança** (países, entre outros, que não originaram a crise internacional e que são vulneráveis à dinâmica da economia dos Estados Unidos)
311	2009	1) **Papel do Estado chinês: contra-hegemonia** (a responsabilidade pelo aumento do preço internacional do petróleo deve-se à especulação financeira, e não ao consumo da China). 2) **Forma do Estado chinês: semelhança** (indicadores de que a crise econômica já está atingindo Brasil, China e Índia)
312	2009	1) **Papel do Estado chinês: contra-hegemonia** (acusar a produção brasileira de etanol ou o consumo chinês de petróleo pelo aumento internacional do preço dos alimentos foi uma mentira, pois a especulação financeira era a principal responsável). 2) **Forma do Estado chinês: semelhança** (diminuição da fome)
313	2009	1) **Neutro** (menção arbitrária do país, entre outros)
314	2009	1) **Neutro** (ironia com profundidade do pré-sal)
315	2009	1) **Neutro** (ironia com profundidade do pré-sal)
316	2009	1) **Intercâmbio material: comércio** (uma crise na China certamente reduzirá as exportações brasileiras para lá)
317	2009	1) **Papel do Estado chinês: contra-hegemonia** (pela primeira vez, os países do BRICs não foram coadjuvantes em reunião do G-20 financeiro, que produziu o marco regulatório de uma nova ordem econômica mundial)
318	2009	1) **Intercâmbio material: comércio** (mercado para papel). 2) **Forma do Estado chinês: semelhança** (países emergentes)
319	2009	1) **Papel do Estado chinês: contra-hegemonia** (a responsabilidade pelo aumento do preço internacional do

		petróleo ou dos alimentos deveu-se à especulação financeira, e não ao maior consumo da China)
320	2009	1) **Papel do Estado chinês: contra-hegemonia** (em reunião do G-8, defesa de documento assinado por Brasil, China, Índia e África do Sul, que era o contrário do que o G-8 queria). 2) **Neutro** (relação China-Estados Unidos)
321	2009	1) **Forma do Estado chinês: diferença** (talvez a China esteja tão bem preparada quanto o Brasil para enfrentar a crise econômica, "mas a China também tem outras vantagens, que eu acho desvantagens. Lá um partido pode muito. Lá, quando um partido decide, acontece. Aqui nós temos que ouvir muitas coisas. Aqui nós temos um Congresso livre, aqui nós temos imprensa livre, aqui nós temos sindicatos livres")
322	2009	1) **Papel do Estado chinês: contra-hegemonia** (a responsabilidade pelo aumento do preço internacional do petróleo deveu-se à especulação financeira, e não ao maior consumo da China)
323	2009	1) **Papel do Estado chinês: contra-hegemonia** (em reunião do G-8, defesa de documento assinado por Brasil, China, Índia, África do Sul e México que era o contrário do que o G-8 queria). 2) **Neutro** (exemplo arbitrário de nacionalidade, entre outras)
324	2009	1) **Forma do Estado chinês: diferença** (reservas internacionais)
325	2009	1) **Papel do Estado chinês: contra-hegemonia** (os países ricos têm menos certezas do que no século XX, enquanto países como a China e o Brasil são alternativas concretas de países que têm estabilidade econômica), **convergência** (grande coincidência de posições entre o Brasil e a China nos foros internacionais na área econômica e climática). 2) **Intercâmbio material: comércio e investimento** (desejo de expansão através do Plano de Ação Conjunta), **ciência e tecnologia** (desejo de partilhar com a China o conhecimento tecnológico na produção de etanol e biodiesel). 3) **Forma do Estado chinês: semelhança** (são países que estão melhorando a vida da parte pobre da população). 4) **Neutro** (saudação a autoridade chinesa na nominata)
326	2009	1) **Papel do Estado chinês: contra-hegemonia** (China e Brasil são duas grandes nações em desenvolvimento, dois gigantes que se unem, por interesses, em coalizões e tabuleiros diferentes para construir uma ordem internacional multipolar e mais justa, por meio do BRICs, do G-5, do G-20 comercial e do G-20 financeiro, almejando reformar o processo decisório multilateral, com destaque para as instituições financeiras e o Conselho de Segurança da ONU, onde países em desenvolvimento devem ter mais espaço). 2) **Intercâmbio material: investimento** (desejo de intensificar a cooperação nas áreas de energia, exploração de recursos minerais e avião), **ciência e tecnologia** (cooperação em satélites), **outros** (cooperação em pesquisas do Centro de

		Estudos Brasileiros da Academia de Ciências Sociais da China). 3) **Forma do Estado chinês: semelhança** (são duas economias dinâmicas e complementares)
327	2009	1) **Papel do Estado chinês: contra-hegemonia** (acusar a produção brasileira de biocombustível ou o consumo chinês de petróleo pelo aumento internacional do preço de *commodities* foi uma mentira, pois a especulação financeira era a principal responsável). 2) **Intercâmbio material: comércio** (China tornou-se a principal parceira do Brasil). 3) **Diversificação das relações do Brasil: genérica** (exemplo de país, entre outros, com quem o Brasil mudou sua geografia comercial)
328	2009	1) **Neutro** (menção de viagem à China)
329	2009	1) **Neutro** (menção de idiomas)
330	2009	1) **Intercâmbio material: comércio** (China tornou-se a principal parceira)
331	2009	1) **Papel do Estado chinês: contra-hegemonia** (China, Brasil, Índia e Rússia têm uma contribuição enorme a dar na crise internacional, pois são metade da população do mundo e adotam políticas anticíclicas que estão dando certo, enquanto Banco Mundial, FMI e muitos governantes estão sem resposta, já que a crise teve origem nos países ricos)
332	2009	1) **Papel do Estado chinês: convergência** (Brasil, China, Índia e Rússia promovem Sessão Especial do Conselho de Direitos Humanos da ONU sobre a dimensão humana da atual crise econômica e financeira)
333	2009	1) **Intercâmbio material: comércio** (mercado para a agricultura brasileira)
334	2009	1) **Neutro** (exemplo arbitrário de país, entre outros)
335	2009	1) **Neutro** (exemplo arbitrário de nacionalidade)
336	2009	1) **Neutro** (menção ao futebol na China)
337	2009	1) **Forma do Estado chinês: semelhança** (são os dois países mais preparados para enfrentar a crise no mundo). 2) **Neutro** (menção à Muralha da China)
338	2009	1) **Intercâmbio material: comércio** (desejo de expansão)
339	2009	1) **Intercâmbio material: comércio** (volume do fluxo), **investimento** (desejo de expansão do Banco do Brasil na China)
340	2009	1) **Forma do Estado chinês: semelhança** (parques industriais diversificados e baixos déficits fiscais)
341	2009	1) **Papel do Estado chinês: convergência** (Brasil, China e Índia devem emprestar dinheiro para os países mais pobres, sobretudo na época da crise). 2) **Intercâmbio material: comércio** (mercado para produtos brasileiros)
342	2009	1) **Diversificação das relações do Brasil: genérica** (exemplo de país, entre outros, com quem o comércio cresceu e onde o Brasil compete com produtos mais sofisticados). 2) **Neutro** (menção de distância)
343	2009	1) **Forma do Estado chinês: diferença** (Brasil é menos dependente de exportações do que a China)

344	2009	1) **Neutro** (menção à Muralha da China)
345	2009	1) **Neutro** (menção de autoridade chinesa)
346	2009	1) **Papel do Estado chinês: ascensão** (o final do século XX e o início do século XXI "foram da China")
347	2009	1) **Forma do Estado chinês: regime econômico** (admiração pela forma como a China tirou centenas de milhões de cidadãos da pobreza), **semelhança** (grandes economias emergentes, cujos presidentes têm o crescimento econômico como a maior prioridade). 2) **Papel do Estado chinês: contra-hegemonia** (China e Brasil cooperam para moldar o mundo de hoje e discutem, no BRICs, no G-20 e no G-5, estratégias comuns para superar a crise econômica internacional e para aumentar a voz dos países em desenvolvimento no processo decisório internacional, particularmente sobre clima, comércio e paz)
348	2009	1) **Forma do Estado chinês: diferença** (a China se dispõe a ajudar mais os países pobres, particularmente na África, do que o Brasil, que ainda se vê apenas como um país receptor de recursos)
349	2009	1) **Forma do Estado chinês: semelhança** (países que diminuíram a fome, entre outros)
350	2009	1) **Neutro** (exemplo arbitrário de nacionalidade)
351	2009	1) **Intercâmbio material: outros** (concessão de US$ 10 bilhões em empréstimo da China à Petrobras)
352	2009	1) **Intercâmbio material: comércio** (exportação de minério de ferro e importação de navio). 2) **Forma do Estado chinês: diferença** (produção de aço)
353	2009	1) **Forma do Estado chinês: diferença** (China cresce hoje o que Brasil cresceu de 1950 a 1980, quando não distribuiu renda)
354	2009	1) **Forma do Estado chinês: diferença** (China cresce hoje o que Brasil cresceu de 1950 a 1980, quando não distribuiu renda). 2) **Neutro** (menção arbitrária do país, entre outros)
355	2009	1) **Forma do Estado chinês: diferença** (a China se dispõe a ajudar mais os países pobres do que o Brasil, que ainda se vê apenas como um país receptor de recursos)
356	2009	1) **Forma do Estado chinês: diferença** (China cresce hoje o que Brasil cresceu de 1950 a 1980, mas não distribuiu renda)
357	2009	1) **Neutro** (menção a pessoa na plateia)
358	2009	1) **Neutro** (menção à Muralha da China)
359	2009	1) **Neutro** (menção à Muralha da China)
360	2009	1) **Forma do Estado chinês: diferença** (Brasil recebeu mais votos do que China para ser sede das Olimpíadas)
361	2009	1) **Intercâmbio material: comércio** (mercado para soja)
362	2009	1) **Intercâmbio material: comércio** (principal parceiro do Brasil), **outros** (concessão de US$ 10 bilhões em empréstimo da China à Petrobras). 2) **Neutro** (relação China-Vietnã)
363	2009	1) **Forma do Estado chinês: regime político e regime econômico** (muitos empresários fazem investimento na China

		para baixar o custo de produção, porque "não tem jornal para falar mal, não tem Congresso para não votar, não tem sindicato para fazer greve, o partido decide" e depois se queixam da competitividade), **semelhança** (países que estão aumentando o número de consumidores). 2) **Papel do Estado chinês: divergência** ("nós precisamos sempre ficar de olho na possibilidade de uma parceria mais forte entre China e Estados Unidos, a criação de um G-2, que vai tomar decisões sobre coisas que vão implicar nas nossas economias")
364	2009	1) **Neutro** (tamanho da população)
365	2009	1) **Intercâmbio material: comércio** (importação de bens da indústria naval). 2) **Neutro** (menção arbitrária de nacionalidade, entre outras)
366	2009	1) **Forma do Estado chinês: diferença** (número de empregos criados)
367	2009	1) **Diversificação das relações do Brasil: genérica** (exemplo de país, entre outros, com quem a relação aumentou). 2) **Intercâmbio material: comércio** (mercado para alimentos)
368	2009	1) **Papel do Estado chinês: convergência** (Brasil, China e Estados Unidos anunciaram intenções quantitativas de redução de gases poluentes para discutir em evento da ONU). 2) **Neutro** (menção de viagem à China)
369	2009	1) **Papel do Estado chinês: divergência** (China e Estados Unidos foram mais reticentes em apresentar metas de redução de gases poluentes do que Brasil e Alemanha)
370	2009	1) **Papel do Estado chinês: contra-hegemonia** (China não foi culpada pela inflação de alimentos e petróleo, ao contrário de acusações frequentes em reuniões). 2) **Forma do Estado chinês: semelhança** (países vulneráveis a recessões que ocorrem nos Estados Unidos ou na Alemanha)
371	2009	1) **Forma do Estado chinês: semelhança** (países vulneráveis a recessões que ocorrem nos Estados Unidos ou na União Europeia)
372	2009	1) **Neutro** (menção à Muralha da China)
373	2009	1) **Papel do Estado chinês: ascensão** (quedas na Bolsa da China passaram a preocupar o Brasil). 2) **Neutro** (menção a encontro internacional; metáfora com aglomeração)
374	2009	1) **Neutro** (menção à Muralha da China)
375	2009	1) **Neutro** (menção de autoridade chinesa)
376	2009	1) **Forma do Estado chinês: semelhança** (países que ainda têm muitos pobres e não podem sacrificar seu crescimento econômico)
377	2009	1) **Papel do Estado chinês: divergência** (o Brasil deve competir por mercado com a China na África, oferecendo financiamento aos países africanos através de bancos brasileiros que devem se expandir para lá). 2) **Forma do Estado chinês: diferença** (as exportações da China caíram mais que as do Brasil devido à crise econômica). 3) **Intercâmbio material: comércio** (importação de ônibus)
378	2010	1) **Neutro** (menção à Muralha da China)

379	2010	1) **Papel do Estado chinês: contra-hegemonia** (defesa de que a China e o Brasil tenham responsabilidades diferenciadas de redução de gases poluentes em relação aos Estados Unidos, que poluem há mais tempo)
380	2010	1) **Forma do Estado chinês: diferença** (tamanho da Olimpíada de Matemática organizada pelo governo)
381	2010	1) **Papel do Estado chinês: contra-hegemonia** (defesa de que a China tenha responsabilidades diferenciadas de redução de gases poluentes em relação aos Estados Unidos e a União Europeia)
382	2010	1) **Intercâmbio material: investimento** (construção do Gasoduto Sudeste-Nordeste)
383	2010	1) **Neutro** (exemplo de nacionalidade, entre outras)
384	2010	1) **Papel do Estado chinês: contra-hegemonia** (defesa de que a China tenha responsabilidades diferenciadas de redução de gases poluentes em relação à União Europeia; articulação com China, Índia e África do Sul para encontrar um acordo). 2) **Neutro** (relação China-Japão)
385	2010	1) **Intercâmbio material: comércio** (maior parceiro do Brasil)
386	2010	1) **Intercâmbio material: comércio** ("os chineses, se puderem, eles vendem tudo o que quiserem para nós, até a gente ficar devendo o que não tem para eles")
387	2010	1) **Intercâmbio material: comércio** (mercado para alimentos)
388	2010	1) **Neutro** (exemplo de nacionalidade, entre outras)
389	2010	1) **Papel do Estado chinês: contra-hegemonia** ("o século XIX foi da Europa, o século XX foi dos Estados Unidos e o século XXI tem que ser do Brasil, da China, da Índia e dos países pobres")
390	2010	1) **Neutro** (exemplo de nacionalidade, entre outras)
391	2010	1) **Intercâmbio material: outros** (concessão de US$ 10 bilhões em empréstimo da China à Petrobras).
392	2010	1) **Intercâmbio material: comércio** (maior parceiro do Brasil)
393	2010	1) **Neutro** (menção incorreta)
394	2010	1) **Intercâmbio material: investimento** (construção do Gasoduto Sudeste-Nordeste)
395	2010	1) **Intercâmbio material: investimento** (construção do Gasoduto Sudeste-Nordeste; construir o gasoduto com a China foi uma "decisão ideológica", pois havia a opção de fazer uma parceria com o Japão, mas o governo entendia que era necessário construir a parceria estratégica com a China). 2) **Forma do Estado chinês: diferença** (participantes em Olimpíadas de Matemática organizadas pelo governo). 3) **Neutro** (menção a autoridade chinesa)
396	2010	1) **Forma do Estado chinês: semelhança** (países com TV digital)
397	2010	1) **Neutro** (menção a reunião internacional)

398	2010	1) **Intercâmbio material: comércio** (importação de trilho). 2) **Forma do Estado chinês: diferença** (Brasil tem menor produção de aço que a China e precisa aumentar). 3) **Neutro** (menção à plateia)
399	2010	1) **Papel do Estado chinês: contra-hegemonia** (Brasil, China, Rússia e Índia têm papel fundamental a desempenhar na construção de uma nova ordem internacional, mais justa, representativa e segura), **convergência** (os BRICs têm interesses comuns na área política, financeira, comercial, ambiental, energética, agrícola e de segurança; cooperam em atividades conjuntas de centros de estudo, fomento a projetos de infraestrutura pelos bancos de desenvolvimento e interação entre cooperativas). 2) **Neutro** (menção a autoridade)
400	2010	1) **Papel do Estado chinês: contra-hegemonia** (China e Brasil são dois grandes países do Sul, com vocações universais e interesses globais; buscam "respostas progressistas" para a globalização assimétrica e disfuncional e para as mudanças climáticas; destaque para atuação em OMC, BRIC, BASIC e G-20; desejo de criar uma governança global que dê a todos os povos "a mesma esperança de um futuro de paz, prosperidade e entendimento"), **convergência** (cooperação triangular com a África). 2) **Forma do Estado chinês: semelhança** (têm vocação para o desenvolvimento e estão superando vulnerabilidades econômicas e sociais históricas). 3) **Intercâmbio material: comércio** (o Brasil deve aumentar o valor agregado de suas exportações "para que a promessa do comércio Sul-Sul seja uma realidade"), **investimento** (desejo de receber recursos chineses no setor de infraestrutura; parceria Petrobras-Sinopec em petróleo; parceria LLX-Wisco na construção do porto de Açu), **ciência e tecnologia** (projeto CBERS; laboratório da Embrapa na China)
401	2010	1) **Papel do Estado chinês: contra-hegemonia** (atuação do BASIC na COP-15 para evitar que a responsabilidade sobre a poluição atmosférica recaísse sobre os países em desenvolvimento, especialmente a China). 2) **Relação bilateral: comércio** (maior parceiro do Brasil). 3) **Forma do Estado chinês: diferença** (tamanho de embaixadas)
402	2010	1) **Neutro** (menção à grande população)
403	2010	1) **Intercâmbio material: comércio** (mercado para alimentos)
404	2010	1) **Neutro** (menção a apelido)
405	2010	1) **Forma do Estado chinês: semelhança** (países que mais criaram empregos nos últimos 7 anos)
406	2010	1) **Forma do Estado chinês: diferença** (comparação de países que mais exportam alimentos)
407	2010	1) **Papel do Estado chinês: ascensão** (China representa muito para as relações do Brasil e do mundo, assim como Estados Unidos). 2) **Intercâmbio material: comércio**

		(importação de trilhos; mercado para alimentos), **investimento** (país onde há empresas brasileiras, entre outros). 3) **Forma do Estado chinês: semelhança** (países que mais criaram trabalho formal)
408	2010	1) **Papel do Estado chinês: contra-hegemonia** (a acusação de que a China foi responsável pelo aumento de preços dos alimentos e do petróleo devido ao seu consumo foi equivocada, pois a especulação financeira foi responsável)
409	2010	1) **Forma do Estado chinês: diferença** (comparação de países conforme ganho médio de produtividade agrícola e exportação de alimentos). 2) **Intercâmbio material: comércio** (mercado para alimentos)
410	2010	1) **Forma do Estado chinês: semelhança** (países que mais criaram trabalho formal)
411	2010	1) **Neutro** (exemplo arbitrário de país, entre outros)
412	2010	1) **Papel do Estado chinês: contra-hegemonia** (a acusação de que a China foi responsável pelo aumento de preços dos alimentos e do petróleo devido ao seu consumo foi equivocada, pois a especulação financeira pós-crise do *subprime* foi responsável)
413	2010	1) **Diversificação das relações do Brasil: genérica** (exemplo de país, entre outros, com quem o Brasil tem amizade)
414	2010	1) **Forma do Estado chinês: semelhança** (dois países que mais crescem e geram emprego em meio à crise internacional). 2) **Neutro** (relação China-Irã)
415	2010	1) **Papel do Estado chinês: divergência** (o Brasil precisa fazer mais para competir, em comércio, com a China na África e na América Latina e fornecer empréstimos a países pobres para comprar produtos, como a China faz). 2) **Relação bilateral: comércio** (mercado para alimentos). 3) **Neutro** (exemplo arbitrário de país, entre outros)
416	2010	1) **Intercâmbio material: comércio** (exportação de petróleo cru)
417	2010	1) **Forma do Estado chinês: semelhança** (altas taxas de crescimento econômico)
418	2010	1) **Intercâmbio material: comércio** (mercado para alimentos)
419	2010	1) **Papel do Estado chinês: contra-hegemonia** (Brasil, China e Índia colocaram mais dinheiro no FMI, enquanto os países ricos ainda não colocaram)
420	2010	1) **Intercâmbio material: comércio** (exportação de minério de ferro, importação de brinquedo; desejo de exportar mais aço)
421	2010	1) **Diversificação das relações do Brasil: genérica** (exemplo de país, entre outros, com quem o Brasil comercializa)
422	2010	1) **Papel do Estado chinês: divergência** (competição por investimentos na África; Vale do Rio Doce perdeu, em leilão, uma mina de ferro para a China; crítica à política chinesa de levar mão-de-obra própria para obras na África, deixando de gerar emprego para a população local). 2) **Intercâmbio**

		material: comércio (mercado possível para produtos brasileiros produzidos na Tanzânia)
423	2010	1) **Papel do Estado chinês: convergência** (Brasil, China, Estados Unidos e Índia coincidem em descobrir o potencial de investimentos na África). 2) **Forma do Estado chinês: diferença** (Brasil tem mais capacidade que China para aumentar produção de alimentos)
424	2010	1) **Forma do Estado chinês: semelhança** (países com empresários que investem na África). 2) **Diversificação das relações do Brasil: genérica** (exemplo de país, entre outros, com quem o Brasil comercializa)
425	2010	1) **Neutro** (saudação na nominata; menção a autoridade)
426	2010	1) **Papel do Estado chinês: ascensão** (Estados Unidos e China viraram parceiros em 1973 e ninguém imaginava que a China se tornaria uma potência em 2010, com grande capacidade de produção, crescimento e reservas). 2) **Intercâmbio material: comércio** (desejo de parar de importar equipamentos para explorar petróleo e produzi-los no Brasil). 3) **Forma do Estado chinês: diferença** (qualidade dos trens)
427	2010	1) **Intercâmbio material: comércio** (desejo de parar de importar navios petroleiros e produzi-los no Brasil)
428	2010	1) **Papel do Estado chinês: ascensão** (China importa para o preço internacional da soja)
429	2010	1) **Neutro** (menção a reunião internacional e à relação China-Irã)
430	2010	1) **Papel do Estado chinês: ascensão** (China "descobriu" a África agora, em busca de matéria-prima, alimentos, minérios)
431	2010	1) **Papel do Estado chinês: convergência** (são países grandes com responsabilidade pelo desenvolvimento de países menores)
432	2010	1) **Forma do Estado chinês: regime econômico** (admiração pela parceria entre universidades e empresas na China, onde teses viram produtos)
433	2010	1) **Neutro** (exemplo arbitrário de nacionalidade)
434	2010	1) **Forma do Estado chinês: semelhança** (países com grandes complexos petroquímicos com planta para produzir poliéster)
435	2010	1) **Neutro** (exemplo de nacionalidade, entre outras)
436	2010	1) **Forma do Estado chinês: diferença** (Brasil tem mais terras agricultu̇ráveis do que China, entre outros países)
437	2010	1) **Intercâmbio material: comércio** (importação de peças para construção de túnel)
438	2010	1) **Neutro** (exemplo arbitrário de país)
439	2010	1) **Forma do Estado chinês: semelhança** (países que fizeram grandes capitalizações de empresas estatais). 2) **Neutro** (menção às Paraolimpíadas na China)
440	2010	1) **Forma do Estado chinês: semelhança** (países que mais investem em refinarias de petróleo, entre outros)

441	2010	1) **Neutro** (ironia com profundidade do pré-sal)
442	2010	1) **Neutro** (relação China-Cingapura)
443	2010	1) **Intercâmbio material: comércio** (exportação de minério de ferro)
444	2010	1) **Neutro** (metáfora com vaso chinês)
445	2010	1) **Intercâmbio material: comércio** (importação de trilhos)
446	2010	1) **Neutro** (exemplo arbitrário de país, entre outros)
447	2010	1) **Papel do Estado chinês: contra-hegemonia** (Brasil, China, Índia e África do Sul se uniram para evitar que a China recebesse, dos Estados Unidos, a maior responsabilidade pela poluição atmosférica)
448	2010	1) **Papel do Estado chinês: ascensão** ("o século XX foi dos Estados Unidos e, no final, uma parte para a China")
449	2010	1) **Papel do Estado chinês: divergência** (há uma guerra cambial estabelecida entre China e Estados Unidos que virou um problema da economia mundial)
450	2010	1) **Forma do Estado chinês: semelhança** (países que diminuíram a fome, entre outros; países com os maiores programas habitacionais)
451	2010	1) **Forma do Estado chinês: semelhança** (países que diminuíram a fome, entre outros), **diferença** (Brasil tem mais capacidade de ampliar a produção agrícola)
452	2010	1) **Forma do Estado chinês: semelhança** (potências econômicas do G-20, entre outras, que não podem tomar posições unilaterais sem levar em conta a repercussão em outros países)
453	2010	1) **Papel do Estado chinês: divergência** (China e Estados Unidos estão desvalorizando suas moedas, o que não é correto nem justo para o comércio internacional)
454	2010	1) **Intercâmbio material: comércio** (mercado para alimento)
455	2010	1) **Forma do Estado chinês: diferença** (o Brasil é reconhecido como o país que melhor lidou com a crise econômica, mais do que a China, pois o fez "em um regime democrático, tendo que ouvir, tendo que ler muitas coisas contrárias. Lá, não. Lá, o partido decidiu, faz e acabou. Aqui nós estamos longe, eu também não quero esse negócio de partido decidir não. A sociedade é que tem que, democraticamente, decidir as coisas, contrariando...")
456	2010	1) **Intercâmbio material: comércio** (mercado para alimento)
457	2010	1) **Forma do Estado chinês: diferença** (Brasil está construindo mais refinarias de petróleo do que a China)
458	2010	1) **Papel do Estado chinês: contra-hegemonia** (Brasil, China, Índia e África do Sul se recusaram, na COP-15, a jogar a culpa pelo aumento da poluição atmosférica na China, conforme países europeus queriam)
459	2010	1) **Forma do Estado chinês: semelhança** (dois países que mais promoveram inclusão no mercado, no consumo, na universidade). 2) **Intercâmbio material: outros** (assinatura de acordo sobre previdência social)

460	2010	1) **Neutro** (menção à Muralha da China)
461	2010	1) **Forma do Estado chinês: semelhança** (dois países que mais devem ter obras em andamento, especialmente ferrovias)
462	2010	1) **Forma do Estado chinês: diferença** (na China e em Cuba, a imprensa não cobre aquilo que tem mais apelo à sociedade, ao contrário do que ocorre no Brasil, nos Estados Unidos, na Argentina, na Alemanha)
463	2010	1) **Forma do Estado chinês: diferença** (Brasil faz mais investimentos na indústria do petróleo do que China; posse de um assento permanente no Conselho de Segurança da ONU)
464	2010	1) **Neutro** (menção à Muralha da China)

Fonte: Elaboração própria.

Dilma Rousseff

Quadro 10 – Temas das percepções sobre a China no discurso presidencial de Dilma Rousseff

Referência do texto conforme 2ª seção deste apêndice	**Ano**	**Tema(s) das menções à China**
1	2011	1) **Papel do Estado chinês: contra-hegemonia** (atuação conjunta na agenda climática para afirmar que países emergentes têm responsabilidades diferenciadas em relação aos desenvolvidos). 2) **Forma do Estado chinês: regime econômico** (otimismo com a ênfase em ciência e tecnologia estipulada no 12º Plano Quinquenal da China), **semelhança** (dois grandes países, com economias expressivas e atuação internacional crescente). 3) **Intercâmbio material: investimento e ciência e tecnologia** (Brasil e China têm uma relação sólida e madura, mas devem inaugurar uma nova etapa, com um salto de qualidade na cooperação; desejo de ampliar investimentos chineses nos setores de alta tecnologia e da cadeia de produtos do petróleo no Brasil; desejo de mais parcerias em pesquisa científica e tecnológica, criando produtos binacionais; menção de projetos realizados na área espacial, aérea, biotecnológica, nanotecnológica, energética). 4) **Neutro** (saudação a autoridade chinesa na nominata)
2	2011	1) **Papel do Estado chinês: contra-hegemonia** (Brasil e China unem forças e projetam "visões alternativas" para construir uma nova ordem internacional na ONU, na OMC, no G-20, no BRICS, no BASIC, nas Conferências do Clima). 2) **Forma do Estado chinês: semelhança** (Brasil e China compartilham os objetivos de combinar crescimento econômico e justiça social e de integrar suas economias de forma competitiva e soberana ao mercado globalizado). 3) **Intercâmbio material: comércio e investimento** (relação

		bilateral marcada pela amizade e pela vontade de ampliar comércio e investimento; necessidade de ir além da complementaridade econômica, para que a relação seja mais equilibrada; desejo de o Brasil exportar mais produtos de alta tecnologia; desejo de a China investir mais em diversos setores produtivos no Brasil e na América do Sul, destacando infraestrutura logística e indústria de alta tecnologia, com transferência de tecnologia para uma "efetiva parceria" e um "verdadeiro processo de integração sino-brasileiro"), **ciência e tecnologia** (desejo de aumentar intercâmbio de estudantes para trabalho científico), **outros** (desejo de expandir turismo, cooperar na organização de megaeventos esportivos e dialogar sobre políticas sociais que reduzem a pobreza e ampliam o mercado de consumo de massa). 4) **Neutro** (saudação a autoridade chinesa na nominata)
3	2011	1) **Papel do Estado chinês: contra-hegemonia** (os países do BRICS trabalham por uma ordem internacional mais solidária, capaz de produzir benefícios para os países menos desenvolvidos; entendem que a paz e a segurança estão associadas ao combate à fome, ao desenvolvimento e à criação de oportunidades para todos; estão engajados na criação de uma ordem institucional multipolar, sem tentações a hegemonias ou disputas por áreas de influência, com reforma da governança em instituições como FMI, Banco Mundial e Conselho de Segurança da ONU; desejam coordenar mais ações no âmbito do G-20 no que se refere a aspirações de países em desenvolvimento). 2) **Forma do Estado chinês: semelhança** (os países do BRICS compartilham visões semelhantes sobre crescimento econômico combinado a justiça social, distribuição de renda, equilíbrio macroeconômico, redução da vulnerabilidade externa e desenvolvimento sustentável).
4	2011	1) **Neutro** (saudação a autoridade chinesa na nominata)
5	2011	1) **Papel do Estado chinês: contra-hegemonia** (o BRICS expressa o objetivo dos grandes países emergentes por uma ordem internacional mais democrática e representativa). 2) **Relações bilateral: comércio** (mercado para *commodities* brasileiras; desejo de aumentar exportações de maior valor agregado à China), **investimento e ciência e tecnologia** (desejo de mais investimentos recíprocos, que propiciem maior cooperação em pesquisa, inovação e transferência de tecnologia). 3) **Diversificação de relações brasileiras: genérica** (exemplo de país entre outros, com os quais o Brasil deve ampliar e diversificar negócios)
6	2011	1) **Forma do Estado chinês: regime econômico** (a China seguiu um modelo próprio de transformação do Estado, marcado pela adoção de modelos ocidentais de gestão, tanto de bancos quanto de empresas, para enfrentar as condições de competição do mercado internacional; cada país deve procurar uma trilha própria para alcançar desenvolvimento econômico)

7	2011	1) **Forma do Estado chinês: semelhança** (os países do BRICS estão em melhor situação econômica pós-crise do que Europa e Estados Unidos)
8	2011	1) **Intercâmbio material: ciência e tecnologia** (destino para estudantes bolsistas do Ciência Sem Fronteiras)
9	2011	1) **Forma do Estado chinês: diferença** (o Brasil avançou mais em distribuição de renda do que China, Rússia e Índia)
10	2011	1) **Forma do Estado chinês: regime econômico** (admiração por políticas de China, Coreia e Japão de mandar estudantes para universidades do exterior e depois incorporá-los ao desenvolvimento nacional). 2) **Neutro** (menção a ditado chinês)
11	2011	1) **Forma do Estado chinês: regime econômico** (admiração por políticas de China e Estados Unidos de compras governamentais, que se tornam um instrumento de crescimento econômico ao serem capazes de estruturar vários setores da economia nacional, sobretudo industriais, devido ao grande poder de compra do Estado).
12	2011	1) **Forma do Estado chinês: diferença** (o Brasil avançou mais em distribuição de renda do que China, Rússia e Índia)
13	2011	1) **Forma do Estado chinês: regime econômico** (admiração por políticas de China e Estados Unidos de compras governamentais, que se tornam um instrumento capaz de desenvolver a indústria de defesa nacional).
14	2011	1) **Forma do Estado chinês: regime econômico** (a China reformou seu Estado e adequou seu sistema financeiro aos requisitos do seu desenvolvimento econômico, "mesmo que nós possamos com os nossos olhos julgar algumas coisas incompletas da China")
15	2011	1) **Neutro** (menção a ditado chinês)
16	2012	1) **Intercâmbio material: investimento** (destino de investimento de empresas brasileiras)
17	2012	1) **Papel do Estado chinês: contra-hegemonia** (crítica do BRICS à política econômica dos "países envolvidos em problemas financeiros", baseada em excessiva injeção de liquidez, o que acabou exportando sua crise a países emergentes ao prejudicar as moedas destes; defesa do BRICS de uma nova política, baseada na expansão de mercados de massa e no equilíbrio entre consumo e investimento; o dinamismo do BRICS deve-se, em parte, ao aumento do comércio intra-BRICS; disposição do BRICS em criar um banco para investir em produção e infraestrutura; desejo de que o BRICS contribua para a construção de um novo paradigma de desenvolvimento, na Rio+20, baseado em inclusão social, respeito ao meio ambiente e crescimento econômico). 2) **Forma do Estado chinês: diferença e semelhança** (as sociedades do BRICS são "tão diferentes em suas ricas culturas quanto iguais em seu desejo de desenvolvimento pleno"; essa diversidade é o maior patrimônio do BRICS)

18	2012	1) **Papel do Estado chinês: contra-hegemonia** (os BRICS se tornaram os motores mais importantes da economia mundial em termos de crescimento e distribuição de renda, contrastando com a queda de demanda nos Estados Unidos e na Europa; os países desenvolvidos adotam políticas monetárias que são tanto insuficientes para a recuperação pós-crise se não acompanhadas por medidas de investimento e consumo, quanto prejudiciais aos países em desenvolvimento por depreciarem artificialmente o dólar e o euro e criarem, assim, desequilíbrios cambiais nos demais países; o BRICS deve atuar de forma coordenada para conferir novo equilíbrio à governança econômica global, baseada em reformas no FMI e no Banco Mundial que deem mais espaço decisório a países emergentes e, a partir de debates no G-20, na adoção de medidas para que os mercados financeiros dos países avançados deixem de ser uma fonte de instabilidade; o BRICS deve ter um banco que invista em projetos de desenvolvimento sustentável, infraestrutura e inovação tecnológica; os BRICS são relevantes para a segurança alimentar e energética do mundo, sediam encontros importantes sobre clima e biodiversidade e aumentaram a legitimidade e a eficácia do Conselho de Segurança da ONU ao estarem todos presentes em 2011; o BRICS é a "melhor esperança de uma ordem mais justa, mais sustentável e mais multilateral"). 2) **Neutro** (saudação em nominata)
19	2012	1) **Papel do Estado chinês: contra-hegemonia** (as relações entre os BRICS representam fonte de dinamismo para a economia internacional e transformam os fluxos de comércio e investimento, que, no passado, estruturavam-se em torno do eixo Norte-Sul; para tanto, os BRICS desejam demonstrar coesão política dentro do G-20)
20	2012	1) **Forma do Estado chinês: regime econômico** (apoio a declarações de autoridades chinesas sobre a necessidade de incentivar consumo e equilibrá-lo com investimento). 2) **Papel do Estado chinês: contra-hegemonia** (os BRICS exercem a escolha de um caminho em favor do desenvolvimento de seus mercados internos, não-autárquicos, abertos a outros países do mundo, com políticas de inclusão social; é diferente da "velha receita da recessão e da precarização do trabalho" dos países desenvolvidos, uma "fórmula do fracasso", baseada em cortes de gastos e investimentos que agravam a recessão)
21	2012	1) **Papel do Estado chinês: contra-hegemonia** (os países emergentes que integram os BRICS foram a sede dos encontros mais importantes da agenda climática nos últimos meses)
22	2012	1) **Forma do Estado chinês: semelhança** (os países do BRICS são países diversos, continentais, desiguais na distribuição da riqueza interna, marcados por pobreza e fome, mas com grande crescimento econômico; Brasil, China e

		Reino Unido são os maiores compradores de títulos da dívida dos Estados Unidos), **diferença** (os países do BRICS não têm uma "visão que nós todos achemos que é una e indivisível")
23	2012	1) **Papel do Estado chinês: contra-hegemonia** (os países emergentes do BRICS estão sustentando o crescimento econômico do mundo ao serem responsáveis por mais da metade dele)
24	2012	1) **Papel do Estado chinês: convergência** (os países do BRICS são representantes de continentes diversos e têm presença internacional). 2) **Forma do Estado chinês: diferença** (os países do BRICS são diferentes entre si)
25	2012	1) **Neutro** (citação de país entre outros)
26	2012	1) **Intercâmbio material: comércio** (antes da aprovação da Resolução 72, uma medida tributária, o Brasil praticava incentivo à importação, de modo que valorizava mais o trabalho de chineses, europeus e americanos do que o trabalho de brasileiros)
27	2012	1) **Forma do Estado chinês: regime econômico** (admiração por políticas de China e Estados Unidos de compras governamentais, pois é um mecanismo que sustenta crescimento econômico)
28	2012	1) **Neutro** (lista de quatro países mais ricos do mundo)
29	2012	1) **Intercâmbio material: comércio** (o fim da "guerra dos portos" entre os estados brasileiros é positivo, pois ela subsidiava trabalhadores chineses, franceses, alemães, americanos)
30	2012	1) **Neutro** (lista de influências na língua brasileira)
31	2013	1) **Neutro** (relato de reunião entre Brasil-União Europeia)
32	2013	1) **Papel do Estado chinês: ascensão** (percepção de que o bom desempenho da economia da China é fator de destaque para um cenário internacional favorável)
33	2013	1) **Forma do Estado chinês: semelhança** (ao desenvolver um submarino nuclear, o Brasil entra em um seleto grupo, conformado por China, Estados Unidos, Rússia, Inglaterra e França, membros permanentes do Conselho de Segurança da ONU)
34	2013	1) **Forma do Estado chinês: semelhança** (ao desenvolver um submarino nuclear, o Brasil entra em um seleto grupo, conformado por China, Estados Unidos, Rússia, Inglaterra e França)
35	2013	1) **Papel do Estado chinês: contra-hegemonia** (BRICS atraem mais investimento externo do que países desenvolvidos e resistem melhor à crise do que estes devido a suas políticas econômicas, pautadas pela combinação de desenvolvimento e inclusão social e pela expansão de mercados internos; a criação do Conselho Empresarial do BRICS complementa o esforço de empreender a discussão dos principais temas globais); 2) **Forma do Estado chinês: semelhança** (Brasil e China têm grandes projetos de infraestrutura)

36	2013	1) **Papel do Estado chinês: contra-hegemonia** (BRICS planeja criar o Banco dos BRICS e o Arranjo Contingentes de Reservas; assim, procura encontrar soluções para garantir um crescimento econômico mais vigoroso em países emergentes e não permitir que os problemas dos países avançados lhes criem obstáculos; coopera em investimentos em infraestrutura que possam expandir a atividade econômica internacional; atua para colocar, no debate internacional, a importância do crescimento econômico com inclusão social e da preservação do meio ambiente; ambiciona reformar o FMI e o Conselho de Segurança da ONU para dar mais espaço a países em desenvolvimento; BRICS, América Latina e África unem-se em "um grande projeto comum de crescente aproximação e de objetivos compartilhados, uma parceria entre iguais, que se constrói no respeito mútuo, voltada para o desenvolvimento e o bem-estar de seus povos" e que não utiliza ajuda econômica como instrumento político. 2) **Neutro** (saudação na nominata)
37	2013	1) **Forma do Estado chinês: regime econômico** (admiração pelas políticas de educação em tempo integral de China, Estados Unidos e Alemanha, que contribuíram para o seu desenvolvimento)
38	2013	1) **Forma do Estado chinês: semelhança** (países que precisam casar consumo e investimento para crescer)
39	2013	1) **Forma do Estado chinês: semelhança** (países em que há forte expansão do setor de serviços)
40	2013	1) **Papel do Estado chinês: contra-hegemonia** (o Brasil buscou se aproximar dos demais BRICS por serem países com o mesmo padrão – continentais e emergentes – e por entender que a relação Sul-Sul é marcada por um repúdio a todas as formas de domínio e de opressão entre os países)
41	2013	1) **Neutro** (países que abrigam megacidades)
42	2013	1) **Papel do Estado chinês: ascensão** (percepção de que o desempenho da economia da China é fator de destaque para a estabilidade do cenário internacional). 2) **Forma do Estado chinês: semelhança** (países que estão tendo perdas devido à redução do comércio internacional)
43	2013	1) **Intercâmbio material: investimento** (empresas chinesas atuarão no pré-sal brasileiro em parceria com a Petrobras)
44	2013	1) **Intercâmbio material: investimento** (empresas chinesas atuarão no pré-sal brasileiro em parceria com a Petrobras)
45	2013	1) **Forma do Estado chinês: regime econômico** (afirmação de que é tolice, ingenuidade e xenofobia ter preconceito contra empresas estatais chinesas na exploração do petróleo brasileiro, posto que estão entre as maiores do mundo e que a China é uma grande importadora de petróleo). 2) **Intercâmbio material: investimento** (empresas chinesas atuarão no pré-sal brasileiro em parceria com a Petrobras)
46	2013	1) **Intercâmbio material: investimento** (empresa chinesa Changi administrará o aeroporto do Galeão em consórcio com a Odebrecht)

47	2013	1) **Forma do Estado chinês: semelhança** (países que mais atraem investimento externo direto, além dos Estados Unidos)
48	2013	1) **Forma do Estado chinês: semelhança** (países que mais atraem investimento externo direto, além dos Estados Unidos)
49	2013	1) **Papel do Estado chinês: ascensão** (percepção de que o desempenho da economia da China é fator de destaque para a recuperação da economia internacional). 2) **Intercâmbio material: investimento** (empresas chinesas atuarão no pré-sal brasileiro em parceria com a Petrobras)
50	2014	1) **Diversificação das relações do Brasil: genérica** (exemplo de país entre outros com os quais o Brasil estreitou relações)
51	2014	1) **Neutro** (menção de reunião do BRICS)
52	2014	1) **Neutro** (o Brasil tem uma população pequena para o tamanho do território, se comparado com China e Índia)
53	2014	1) **Forma do Estado chinês: semelhança** (países com maiores taxas de crescimento de investimento)
54	2014	1) **Intercâmbio material: investimento** (empresas chinesas atuarão no pré-sal brasileiro em parceria com a Petrobras)
55	2014	1) **Intercâmbio material: ciência e tecnologia** (destino para estudantes bolsistas do Ciência Sem Fronteiras)
56	2014	1) **Intercâmbio material: ciência e tecnologia** (destino para estudantes bolsistas do Ciência Sem Fronteiras)
57	2014	1) **Neutro** (menção de reunião do BRICS e a ditado chinês)
58	2014	1) **Papel do Estado chinês: contra-hegemonia** (o BRICS é responsável pela mitigação dos efeitos da crise financeira global e pelo crescimento da economia mundial desde então; "aperfeiçoa" e "complementa" a arquitetura financeira global ao criar o Banco dos BRICS, que representará uma alternativa para as necessidades de infraestrutura nos países em desenvolvimento diante da insuficiência de crédito das instituições existentes, e o Arranjo Contingente de Reservas, que apoiará as economias dos países-membros em caso de necessidade; não almeja hegemonia, dominação ou imposições unilaterais, mas sim um sistema internacional mais justo e igualitário; desejam aumentar uma cooperação entre si que seja centrada em políticas públicas – saúde, agricultura, indústria, cultura e turismo – e que inclua uma metodologia própria para medir indicadores sociais que levem em conta características de países em desenvolvimento que não são captadas por outros indicadores), **convergência** (o BRICS constrói uma parceria sólida com consequências positivas para o sistema internacional; apoia a multipolaridade e um multilateralismo mais democrático, a partir da reforma da governança política e econômica, com destaque para o Conselho de Segurança da ONU; seus membros trabalham para criar mecanismos de coordenação política e econômica em suas regiões)
59	2014	1) **Papel do Estado chinês: contra-hegemonia** (a criação do Banco dos BRICS e do Arranjo Contingente de Reservas tem o objetivo de reconfigurar o sistema de governança econômica

		internacional; os países do BRICS desejam oferecer modelos e alternativas para o mundo em desenvolvimento nos temas da inclusão social e do desenvolvimento sustentável)
60	2014	1) **Papel do Estado chinês: contra-hegemonia** (a aproximação entre BRICS e América do Sul almeja afirmar a cooperação entre os países em desenvolvimento para um desenvolvimento justo e equilibrado, uma projeção global autônoma e soberana e um respeito à diversidade de visões de mundo por meio do diálogo e de iniciativas que atendam aspirações comuns). 2) **Neutro** (saudação na nominata)
61	2014	1) **Papel do Estado chinês: convergência** (China e Brasil almejam estreitar coordenação no BRICS, no G-20, o Basic e ONU; trabalhar pela reforma das instituições de governança econômica e política mundial, inclusive em matéria de segurança cibernética; construir uma ordem internacional pacífica, democrática e inclusiva). 2) **Forma do Estado chinês: regime econômico** (valorização da capacidade da China de manter e ampliar políticas de crescimento econômico com inclusão social, combate à pobreza e redução das desigualdades em meio à crise econômica), **semelhança** (duas maiores economias em desenvolvimento nos respectivos hemisférios). 3) **Intercâmbio material: comércio** (registro de expansão; levantamento de embargo chinês à carne brasileira; venda de 60 aeronaves da Embraer; desejo de aumentar a exportação brasileira de produtos de maior valor agregado), **investimento** (recepção de investimentos chineses em energia, tecnologias da informação e da comunicação, automóveis, alta tecnologia, bancos, petróleo, logística, indústria; desejo de elevar investimentos chineses em setores de alto valor agregado; satisfação com a participação das empresas chinesas CNOOC e CNPC no consórcio liderado pela Petrobras para a exploração do Campo de Libra; acordo entre Eletrobrás e State Grid para construção de linhas de transmissão de ultra-alta tensão na usina de Belo Monte; acordo entre a Eletrobrás/Furnas e o Grupo Três Gargantas para construção da hidrelétrica do Rio Tapajós; recepção de investimentos para fábrica de maquinário para construção civil, pela Sany, e instalação da montadora Chery, em Jacareí), **ciência e tecnologia** (lançamento do 5º satélite do projeto CBERS, ampliação do envio de estudantes à China no programa Ciência Sem Fronteiras), **outros** (o Banco do Brasil inicia, em Xangai, as operações da primeira agência de um banco brasileiro na China, enquanto já operam no Brasil três bancos chineses; assinatura de acordos entre o BNDES e o Eximbank, e o BNDES e o Banco de Desenvolvimento da China e o Fundo Soberano CIC para ofertar financiamento ao desenvolvimento; assinatura de protocolo para cooperação em tecnologia de informação e sensoriamento remoto, a fim de monitorar desmatamento da Amazônia e atividades ilícitas, além desenvolver interesse militar ao longo da fronteira

		brasileira; assinatura de protocolo entre o Ministério de Ciência e Tecnologia e a Huawei para investimentos em processamento de dados e computação em nuvem). 4) **Neutro** (menção de ditado chinês)
62	2014	1) **Papel do Estado chinês: convergência** (China e Brasil são parceiros na construção de uma ordem internacional pacífica, democrática e inclusiva). 2) **Forma do Estado chinês: diferença e semelhança** (China e Brasil são países com especificidades, características próprias e realidade distintas de difícil comparação, porém compartilham o sonho de ter sociedades com maiores oportunidades de todos ao acesso à riqueza). 3) **Intercâmbio material: investimento** (anúncio genérico de aumento de investimentos). 4) **Neutro** (menção de ditado chinês)
63	2014	1) **Papel do Estado chinês: contra-hegemonia** (o BRICS, ao criar o Banco dos BRICS e o Acordo Contingente de Reservas, almeja estimular uma ordem internacional mais multipolar e multilateral, que inclua uma reforma do FMI que aumente as cotas de participação de países emergentes)
64	2014	1) **Neutro** (menção de encontro internacional)
65	2014	1) **Neutro** (menção de cúpula dos BRICS)
66	2014	1) **Papel do Estado chinês: ascensão** (percepção de que o desempenho da economia da China é fator de influência sobre o estado da economia dos países do MERCOSUL)
67	2015	1) **Papel do Estado chinês: convergência** (desejo de ampliar ações diplomáticas com os BRICS e de consolidar o Banco de Desenvolvimento dos BRICS e o Acordo Contingente de Reservas). 2) **Intercâmbio material: comércio, ciência e tecnologia** (desejo de avançar estas duas áreas com os países do BRICS)
68	2015	1) **Papel do Estado chinês: ascensão** (a diminuição do crescimento econômico da China é um choque externo negativo, entre outros, para o desempenho da economia brasileira)
69	2015	1) **Papel do Estado chinês: ascensão** (a diminuição do crescimento econômico da China é um fator de destaque na retração do comércio internacional), **convergência** (apoio à realização do 1º Foro China-CELAC com vistas à cooperação em infraestrutura, energia, agricultura e educação)
70	2015	1) **Papel do Estado chinês: ascensão** (a diminuição do crescimento econômico da China é negativa para o desempenho da economia mundial e brasileira)
71	2015	1) **Papel do Estado chinês: ascensão** (a diminuição do crescimento econômico da China é negativa para o desempenho da economia mundial e brasileira)
72	2015	1) **Intercâmbio material: comércio** (mercado para carne brasileira)
73	2015	1) **Papel do Estado chinês: convergência** (Brasil e China têm destaque na construção de uma nova ordem global; desejo conjunto de reformar o Conselho de Segurança da ONU;

		expectativa de acelerar a implantação do Banco dos BRICS e o Arranjo Contingente de Reservas; compromisso de atuar coordenadamente no BASIC em favor da redução de gases do efeito estufa), **contra-hegemonia** (atuação conjunta no G-20 em favor da reforma das instituições financeiras multilaterais, pois FMI e Banco Mundial devem refletir o peso de países emergentes em sua governança). 2) **Intercâmbio material: comércio** (registro de expansão; destaque para exportação de carne, minérios e aviões à China), **investimento** (celebração do Plano de Ação Conjunta 2015-2021, que "inaugura uma etapa superior" da relação ao planificar investimentos em capacidade produtiva, com destaque para as áreas de energia elétrica, mineração, manufatura e infraestrutura, incluindo estudo para ferrovia transnacional Brasil-Peru; acordo entre a Caixa Econômica e o Banco Industrial e Comercial da China para criação de fundo de US$ 50 bilhões para projetos de infraestrutura; crédito do Banco de Desenvolvimento da China, do Banco de Indústria e Comércio da China e do China Eximbank à Petrobras no valor de R$ 10 bilhões; lançamento da pedra fundamental de linha de transmissão em ultra-alta tensão pelo consórcio State Grid, Furnas e Eletronorte, brasileiras, que levará energia da usina de Belo Monte, no Pará, até Minas Gerais; proposta chinesa de criação de um fundo bilateral de cooperação produtiva, da ordem de US$ 20 bilhões, voltado prioritariamente para investimentos nas áreas de siderurgia, cimento, vidro, material de construção, equipamentos e manufaturas; menção de presença de empresas chinesas na exploração do pré-sal; apoio brasileiro à criação do Banco Asiático de Investimento em Infraestrutura, com vistas à entrada de empresas brasileiras nos mercados chinês e asiático), **ciência e tecnologia** (lançamento de satélite do projeto CBERS; agradecimento à parceria no programa Ciência Sem Fronteiras). 3) **Neutro** (saudação na nominata; menção de viagem à China e a ditado chinês)
74	2015	1) **Papel do Estado chinês: convergência** (Brasil e China coincidem no desejo de uma ordem multipolar e mais multilateral; mantêm constante interlocução em fóruns como ONU, BRICS, G-20, BASIC e em iniciativas como a reforma do FMI, do Banco Mundial e conclusão da Rodada de Doha). 2) **Intercâmbio material: comércio** (China é o principal parceiro do Brasil), **investimento** (investimentos chineses em exploração de petróleo, planejamento de ferrovias e criação de redes elétricas no Brasil) **e ciência e tecnologia** (parceria em satélites). 3) **Neutro** (saudação a autoridade na nominata; menção ao passado chinês; menção de ditados chineses)
75	2015	1) **Intercâmbio material: comércio** (desejo de expansão; destaque para exportação de carne e minérios), **investimento** (destaque para recepção de investimentos chineses conforme o Plano de Ação Conjunta, repetindo itens do discurso nº 73). 2) **Neutro** (saudação a autoridade chinesa na nominata)

76	2015	1) **Neutro** (lista de civilizações)
77	2015	1) **Neutro** (lista de civilizações)
78	2015	1) **Intercâmbio material: investimento** (recepção de recursos chineses em transporte ferroviário)
79	2015	1) **Neutro** (menção de viagens e reuniões)
80	2015	1) **Papel do Estado chinês: contra-hegemonia** (o Novo Banco de Desenvolvimento e o Arranjo Contingente de Reservas do BRICS ajudarão a suprir necessidades dos países em desenvolvimento, particularmente em projetos de infraestrutura e desenvolvimento sustentável). 2) **Intercâmbio material: comércio e investimento** (desejo de expandir as relações entre os BRICS nas duas áreas; celebração de acordos do BRICS para facilitar procedimentos e harmonizar padrões técnicos em ambas), **ciência e tecnologia** (acordos do BRICS para promover iniciativas em recursos hídricos, tecnologia espacial, energias renováveis, eficiência energética, pesquisa e desenvolvimento, parques industriais, nanobiotecnologia e sistemas nacionais de inovação). 3) **Neutro** (saudação na nominata)
81	2015	1) **Papel do Estado chinês: contra-hegemonia** (os países emergentes, especialmente os BRICS, continuarão a ser a força motriz do crescimento global e seu peso deve se refletir nas instituições de governança internacional, com destaque para o FMI; esta deve ser uma prioridade do G-20 durante a presidência chinesa; um multilateralismo mais abrangente é importante para refletir mudanças nas relações de poder e consolidar uma ordem multipolar mais justa, equilibrada e eficaz). 2) **Intercâmbio material: comércio, investimento e ciência e tecnologia** (iniciativa dos países do BRICS para ampliar cooperação entre si em todas estas áreas)
82	2015	1) **Papel do Estado chinês: ascensão** (a diminuição do crescimento econômico da China é negativa para o desempenho da economia dos países do MERCOSUL por ter encerrado o superciclo das *commodities*)
83	2015	1) **Intercâmbio material: investimento** (presença de empresas chinesas no pré-sal brasileiro)
84	2015	1) **Papel do Estado chinês: ascensão** (a diminuição do crescimento econômico da China é negativa para o desempenho da economia mundial e brasileira)
85	2015	1) **Papel do Estado chinês: ascensão** (a diminuição do crescimento econômico da China é negativa para o desempenho da economia mundial e brasileira)
86	2015	1) **Papel do Estado chinês: convergência** (BRICS orienta-se pela construção de um mundo multipolar). 2) **Intercâmbio material: comércio e investimento** (aprofundamento destas duas áreas nos últimos anos)
87	2015	1) **Papel do Estado chinês: ascensão** (a diminuição do crescimento econômico da China é negativa para o desempenho da economia mundial e brasileira)

88	2015	1) **Papel do Estado chinês: ascensão** (a diminuição do crescimento econômico da China é negativa para o desempenho da economia mundial e brasileira)
89	2015	1) **Neutro** (imigração chinesa na formação do Brasil)
90	2015	1) **Neutro** (saudação na nominata; menção de ditado chinês)
91	2015	1) **Papel do Estado chinês: ascensão** (a diminuição do crescimento econômico da China é negativa para o desempenho da economia mundial e brasileira), **semelhança** (os países do BRICS têm influência em suas regiões)
92	2015	1) **Forma do Estado chinês: semelhança** (a crise econômica internacional passa por uma 2ª fase, que afeta economias emergentes como China e Brasil). 2) **Neutro** (lista de países com vencedores em Olimpíadas do Conhecimento)
93	2015	1) **Neutro** (menção de acontecimento durante os Jogos Militares Mundiais)
94	2015	1) **Papel do Estado chinês: contra-hegemonia** (os BRICS estão comprometidos a se coordenar no G-20 e priorizar temas importantes para os países em desenvolvimento, destacando investimentos em infraestrutura, redução da volatilidade dos mercados globais, reforma das instituições financeiras e combate à pobreza e às desigualdades). 2) **Neutro** (saudação a autoridade chinesa na nominata)
95	2016	1) **Papel do Estado chinês: ascensão** (a diminuição do crescimento econômico da China é negativa para o desempenho de economias sul-americanas).
96	2016	1) **Papel do Estado chinês: ascensão** (a diminuição do crescimento econômico da China é negativa para o desempenho de economias sul-americanas).
97	2016	1) **Papel do Estado chinês: ascensão** (a diminuição do crescimento econômico da China é negativa para o desempenho da economia brasileira)
98	2016	1) **Forma do Estado chinês: semelhança** (maiores programas de habitação do mundo)
99	2016	1) **Papel do Estado chinês: ascensão** (a diminuição do crescimento econômico da China é negativa para o desempenho da economia de países em desenvolvimento)
100	2016	1) **Papel do Estado chinês: ascensão** (a diminuição do crescimento econômico da China é negativa para o desempenho da economia brasileira)
101	2016	1) **Forma do Estado chinês: semelhança** (maiores programas de habitação do mundo)
102	2016	1) **Intercâmbio material: comércio** (mercado para carne brasileira)

Fonte: Elaboração própria.

Michel Temer

Quadro 11 – Temas das percepções sobre a China
no discurso presidencial de Michel Temer

Referência do texto conforme 2ª seção deste apêndice	Ano	Tema(s) das menções à China
1	2016	1) **Intercâmbio material: comércio** (mercado para produtos agropecuários brasileiros)
2	2016	1) **Intercâmbio material: comércio** (mercado para carne brasileira)
3	2016	1) **Neutro** (menção de viagem à China)
4	2016	1) **Intercâmbio material: comércio** (mercado para produtos agropecuários brasileiros), **investimento** (menção de investimentos chineses realizados em indústria e energia no Brasil), **outro** (a relação Brasil-China é marcada por profundidade, diversidade e amizade). 2) **Neutro** (menção de ditados confucianos)
5	2016	1) **Papel do Estado chinês: convergência** (o BRICS é uma organização que tem preocupações muito parecidas com as do G-20, destacando-se o desemprego, o terrorismo, o clima e a inovação tecnológica). 2) **Intercâmbio material: comércio** (desejo de intensificá-lo), **outro** (a relação Brasil-China é marcada pela amizade)
6	2016	1) **Neutro** (menção de viagem à China)
7	2016	1) **Papel do Estado chinês: convergência** (o BRICS contribui para a estabilidade econômica global; seus valores são o universalismo e o multilateralismo; deve trabalhar para reformar FMI e Banco Mundial, fortalecer OMC em matéria agrícola e desenvolver estratégias sobre antiterrorismo na ONU). 2) **Papel do Estado chinês: contra-hegemonia** (o Novo Banco de Desenvolvimento deve permanecer a serviço das necessidades das nações em desenvolvimento e conceder empréstimos a projetos ligados ao desenvolvimento sustentável, à energia renovável e às mudanças climáticas)
8	2016	1) **Neutro** (menção à presidência do G-20 pela China)
9	2016	1) **Intercâmbio material: investimento** (desejo de atrair recursos)
10	2016	1) **Forma do Estado chinês: regime econômico** (admiração com o grande número de micro, pequenos e médios empresários na China, que inclusive exportam)
11	2016	1) **Neutro** (menção de viagem à China)
12	2016	1) **Papel do Estado chinês: convergência** (o BRICS deve atuar pela reforma da governança financeira, resistir ao protecionismo e cooperar no tema do terrorismo; seus membros devem permanecer "unidos na diversidade"). 2) **Intercâmbio material: comércio, investimento e ciência e**

		tecnologia (os países do BRICS são um pilar para a recuperação da economia brasileira por serem parceiros comerciais prioritários e fontes de investimento; devem buscar complementaridades dos sistemas nacionais de inovação).
13	2016	1) **Intercâmbio material: investimento** (desejo de aumentar investimentos das empresas dos BRICS nos países-membros)
14	2016	1) **Neutro** (menção de viagem à China)
15	2017	1) **Intercâmbio material: investimento** (desejo de atrair recursos)
16	2017	1) **Intercâmbio material: comércio** (mercado para agricultura brasileira)
17	2017	1) **Intercâmbio material: comércio** (mercado para agropecuária brasileira)
18	2017	1) **Intercâmbio material: comércio** (mercado para carne brasileira)
19	2017	1) **Intercâmbio material: comércio** (mercado para carne brasileira)
20	2017	1) **Diversificação das relações do Brasil: genérica** (exemplo de país entre outros, que exemplificam uma política externa universalista, sem preconceitos e que busca processos decisórios mais representativos)
21	2017	1) **Neutro** (menção de viagem à China)
22	2017	1) **Forma do Estado chinês: regime econômico** (admiração com a importância de micros e pequenos empresários para a produção industrial e manufatureira na China)
23	2017	1) **Intercâmbio material: comércio** (mercado para agropecuária brasileira)
24	2017	1) **Papel do Estado chinês: convergência** (o BRICS é fator de estabilidade da economia internacional; deve defender o sistema multilateral de comércio, o Acordo de Paris sobre mudanças climáticas e a Agenda 2030 da ONU). 2) **Intercâmbio material: comércio, investimento e ciência e tecnologia** (desejo de que haja maior cooperação "intra-BRICS" nestas áreas)
25	2017	1) **Intercâmbio material: investimento** (desejo de atrair recursos)
26	2017	1) **Papel do Estado chinês: divergência** (Brasil e China são competidores internacionais no setor de siderurgia; preocupação de que a ação internacional da China na venda de aço prejudique o Brasil). 2) **Intercâmbio material: comércio** (a China é um parceiro extraordinário na importação de produtos brasileiros)
27	2017	1) **Forma do Estado chinês: regime econômico** (admiração com a importância de micros e pequenos empresários para a produção manufatureira na China)
28	2017	1) **Neutro** (menção de viagem à China)
29	2017	1) **Papel do Estado chinês: convergência** (Brasil e China têm uma parceria estratégica global em temas como combate à mudança climática, defesa do sistema multilateral de comércio e articulação no G-20 e no BRICS). 2) **Intercâmbio material:**

		comércio e investimento (desejo de intensificar fluxos nestas áreas para gerar emprego no Brasil), **ciência e tecnologia** (cooperação espacial), **outros** (turismo, cooperação em cultura)
30	2017	1) **Intercâmbio material: comércio e investimento** (as empresas dos países do BRICS devem intensificar fluxos entre si, em direção a uma integração econômica com ênfase em setores estratégicos e complementares). 2) **Neutro** (saudação a autoridade chinesa na nominata)
31	2017	1) **Intercâmbio material: comércio e investimento** (as empresas dos países do BRICS devem intensificar fluxos entre si, de modo a "impulsionar o componente não-governamental do grupo")
32	2017	1) **Intercâmbio material: comércio e investimento** (os países do BRICS devem facilitar o comércio entre si, cooperar em transporte aéreo e investir em infraestrutura de transportes), **ciência e tecnologia** (cooperação dos BRICS em pesquisa sobre combate a tuberculose, co-financiamento em pesquisas sobre energia renovável), **outros** (cooperação dos BRICS no compartilhamento de informações entre suas agências de inteligência)
33	2017	1) **Papel do Estado chinês: convergência** (BRICS defende o sistema multilateral de comércio e o Acordo de Paris sobre mudanças climáticas; deve trabalhar pela reforma de organizações financeiras e do Conselho de Segurança da ONU em direção a maior representatividade)
34	2017	1) **Papel do Estado chinês: convergência** (BRICS defende o fortalecimento da OMC e do Acordo de Paris sobre mudanças climáticas)
35	2017	1) **Intercâmbio material: investimento** (menção a diálogo com investidores chineses). 2) **Neutro** (menção à relação China-Cazaquistão)
36	2017	1) **Intercâmbio material: investimento** (desejo de atrair recursos)
37	2017	1) **Intercâmbio material: investimento** (desejo de atrair recursos)
38	2018	1) **Neutro** (menção de viagem à China)
39	2018	1) **Papel do Estado chinês: convergência** (dois primeiros países a entregar, na ONU, assinatura do Acordo de Paris sobre mudanças climáticas)
40	2018	1) **Papel do Estado chinês: convergência** (dois primeiros países a entregar, na ONU, assinatura do Acordo de Paris sobre mudanças climáticas)
41	2018	1) **Neutro** (menção de viagem à China)
42	2018	1) **Intercâmbio material: comércio** (mercado para grãos brasileiros). 2) **Papel do Estado chinês: convergência** (dois primeiros países a entregar, na ONU, assinatura do Acordo de Paris sobre mudanças climáticas). 3) **Neutro** (menção dos países-membros do BRICS)

43	2018	1) **Intercâmbio material: investimento** (desejo de atrair recursos)

Fonte: Elaboração própria.

Lista de discursos presidenciais consultados

Fernando Henrique Cardoso

1) CARDOSO, Fernando Henrique. *Discurso de posse no Congresso Nacional*. Brasília-DF, 01/01/1995. Disponível no banco de discursos presidenciais do Projeto Análise de Conteúdo de Pronunciamentos Oficiais em matéria de Política Externa (ACPOLEX) do Laboratório de Análise Política Mundial (LABMUNDO) do Instituto de Estudos Sociais e Políticos da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (IESP-UERJ). Acesso em 20/08/2020.

2) _____. *Discurso por ocasião do jantar oferecido ao Senhor Presidente da República Oriental do Uruguai, Julio Maria Sanguinetti*. Palácio do Itamaraty, Brasília-DF, 20/06/1995. Disponível em _____. Acesso em _____.

3) _____. *Aula e cerimônia de outorga do título de Doutor Honoris Causa ao Presidente Fernando Henrique Cardoso na Universidade de Porto*. Porto-Portugal, 22/07/1995. Disponível em _____. Acesso em _____.

4) _____. *Discurso na reunião com os Oficiais-Generais do Comando Militar do Leste*. Vila Militar, Rio de Janeiro-RJ, 08/08/1995. Disponível em _____. Acesso em _____.

5) _____. *Solenidade de Regulamentação do Fundo Nacional de Assistência Social*. Palácio do Planalto, Brasília-DF, 25/08/1995. Disponível em _____. Acesso em _____.

6) _____. *Discurso sobre os Direitos Humanos*. Palácio da Alvorada, Brasília-DF, 07/09/1995. Disponível em _____. Acesso em _____.

7) _____. *Discurso por ocasião do jantar oferecido ao Presidente do Vietnã, Senhor Le Duc Anh*. Brasília-DF, 10/10/1995. Disponível em _____. Acesso em _____.

8) _____. *Seminário Internacional Centro XXI*. São Paulo-SP, 30/10/1995. Disponível em _____. Acesso em _____.

9) _____. *Conferência na Escola Naval – Parte II*. Rio de Janeiro-RJ, 17/11/1995. Disponível em _____. Acesso em _____.

10) _____. *Conferência na Escola Naval – Parte III*. Rio de Janeiro-RJ, 17/11/1995. Disponível em _____. Acesso em _____.

11) _____. *Discurso em audiência com empresários*. Palácio do Planalto, Brasília-DF, 28/11/1995. Disponível em _____. Acesso em _____.

12) _____. *Discurso na solenidade de sanção da Lei de Securitização de Débitos Agrícolas*. Palácio do Planalto, Brasília-DF, 29/11/1995. Disponível em _____. Acesso em _____.

13) _____. *Encontro com Prefeitos no Palácio das Artes – Parte 1*. Belo Horizonte-MG, 30/11/1995. Disponível em _____. Acesso em _____.

14) _____. *Solenidade de Entrega do 1º Prêmio dos Direitos Humanos*. Palácio da Alvorada, Brasília-DF, 05/12/1995. Disponível em _____. Acesso em _____.

15) _____. *Discurso por ocasião da visita oficial a República Popular da China*. Pequim-China, 13/12/1995. Disponível em _____. Acesso em _____.

16) _____. *Conferência intitulada "O cenário internacional no ano 2000: o papel do Brasil e da China", na Academia Chinesa de Ciências Sociais*. Pequim-China, 13/12/1995. Disponível em _____. Acesso em _____.

17) _____. *Discurso por ocasião do jantar oferecido pelo Prefeito de Xangai*. Xangai-China, 16/12/1995. Disponível em _____. Acesso em _____.

18) _____. *Pronunciamento no encerramento do "Seminário Brasil-China, uma parceria estratégica"*. Xangai-China, 16/12/1995. Disponível em _____. Acesso em _____.

19) _____. *Discurso no jantar em homenagem ao primeiro-ministro de Portugal, António Guterres*. Brasília-DF, 15/04/1996. Disponível em _____. Acesso em _____.

20) _____. *Discurso na cerimônia de comemoração do Dia do Diplomata*. Palácio do Itamaraty, Brasília-DF, 30/04/1996. Disponível em _____. Acesso em _____.

21) _____. *Conferência na cerimônia de entrega do título de Doutor Honoris Causa pela universidade Lumière Lyon 2*. Lyon-França, 30/05/1996. Disponível em _____. Acesso em _____.

22) _____. *Discurso na cerimônia de abertura da semana de Portugal e das comunidades luso-brasileiras e da semana de Camões*. Rio de Janeiro-RJ, 09/06/1996. Disponível em _____. Acesso em _____.

23) _____. *Discurso na cerimônia de abertura solene do congresso e feira "Américas Telecom 96"*. Rio de Janeiro-RJ, 10/06/1996. Disponível em _____. Acesso em _____.

24) _____. *Discurso na cerimônia de inauguração da estação terrena da TVA-Galaxi*. São Paulo-SP, 14/06/1996. Disponível em _____. Acesso em _____.

25) _____. *Discurso na solenidade de apresentação dos estagiários da Escola Superior de Guerra – Parte II*. [S.l.], 17/06/1996. Disponível em _____. Acesso em _____.

26) _____. *Discurso na solenidade de lançamento do Programa Nacional de Atividades Espaciais*. Palácio do Planalto, Brasília-DF, 29/08/1996. Disponível em _____. Acesso em _____.

27) _____. *Discurso por ocasião do jantar em homenagem ao primeiro-ministro da República Popular da China, Li Peng*. Palácio do Itamaraty, Brasília-DF, 08/11/1996. Disponível em _____. Acesso em _____.

28) _____. *Discurso na solenidade de posse da diretoria da Confederação Nacional da Agricultura para o triênio 1996-1999*. [S.l.], 04/12/1996. Disponível em _____. Acesso em _____.

29) _____. *Discurso na solenidade de inauguração da nova sede da Datasul*. Joinville-SC, 08/03/1997. Disponível em _____. Acesso em _____.

30) _____. *Discurso proferido por ocasião da abertura do Seminário de Reforma Agrária, Desenvolvimento e Cidadania*. Palácio do Itamaraty, Brasília-DF, 09/04/1997. Disponível em _____. Acesso em _____.

31) _____. *Discurso no encerramento do Encontro Empresarial Brasil-Venezuela*. Manaus-AM, 11/04/1997. Disponível em _____. Acesso em _____.

32) _____. *Discurso na formatura dos alunos do Instituto Rio Branco e entrega da Ordem do Rio Branco*. Palácio do Itamaraty, Brasília-DF, 25/04/1997. Disponível em _____. Acesso em _____.

33) _____. *Aula Magna ministrada em cerimônia na Universidade da Republica, por ocasião de visita de Estado à República Oriental do Uruguai*. Montevidéu-Uruguai, 05/05/1997. Disponível em _____. Acesso em _____.

34) _____. *Discurso em sessão solene do Comitê de Representantes da Associação Latino-Americana de Integração (ALADI)*. Montevidéu-Uruguai, 06/05/1997. Disponível em _____. Acesso em _____.

35) _____. *Discurso na solenidade de apresentação dos estagiários da Escola Superior de Guerra*. Palácio do Planalto, Brasília-DF, 20/06/1997. Disponível em _____. Acesso em _____.

36) _____. *Discurso na cerimônia de encerramento do Mercosur Economic Forum*. São Paulo-SP 12/09/1997. Disponível em _____. Acesso em _____.

37) _____. *Discurso na solenidade de inauguração do projeto de irrigação Maria Tereza*. Petrolina-PE, 26/09/1997. Disponível em _____. Acesso em _____.

38) _____. *Discurso em Encontro Empresaria Brasil-Chile por ocasião do café da manhã oferecido pela Sociedade de Fomento Fabril do Chile*. Santiago-Chile, 01/10/1997. Disponível em _____. Acesso em _____.

39) _____. *Discurso na cerimônia de encerramento do XVII Encontro Nacional do Comércio Exterior no Centro de Convenções do Hotel Glória*. Rio de Janeiro-RJ, 21/11/1997. Disponível em _____. Acesso em _____.

40) _____. *Exposição na abertura do encontro empresarial organizado pela Confederação da Indústria Britânica*. Londres-Inglaterra, 02/12/1997. Disponível em _____. Acesso em _____.

41) _____. *Discurso no banquete oferecido pelo Lord Mayor e da corporação de Londres no Guildhall*. Londres-Inglaterra, 03/12/1997. Disponível em _____. Acesso em _____.

42) _____. *Discurso na cerimônia de formatura dos alunos do Instituto Tecnológico da Aeronáutica*. São José dos Campos-SP, 13/12/1997. Disponível em _____. Acesso em _____.

43) _____. *Discurso na cerimônia de abertura oficial do XV Congresso Mineiro de Municípios e do IV Congresso Mineiro de Associações Microrregionais de Municípios*. Belo Horizonte-MG, 14/07/1998. Disponível em _____. Acesso em _____.

44) _____. *Lançamento do livro "O mundo em português"*. Rio de Janeiro-RJ, 19/09/1998. Disponível em _____. Acesso em _____.

45) _____. *Pronunciamento à nação após ser reeleito*. Palácio da Alvorada, Brasília-DF, 07/10/1998. Disponível em _____. Acesso em _____.

46) _____. *Palestra na Escola Naval*. Rio de Janeiro-RJ, 13/11/1998. Disponível em _____. Acesso em _____.

47) _____. *Pronunciamento do Presidente da República – Posse no Congresso Nacional*. Brasília-DF, 01/01/1999. Disponível em _____. Acesso em _____.

48) _____. *Palestra para os estagiários da Escola Superior de Guerra*. Rio de Janeiro-RJ, 08/03/1999. Disponível em _____. Acesso em _____.

49) _____. *Abertura da conferência internacional "A indústria do início do século XXI"*. Sede da CNI, Brasília-DF, 23/03/1999. Disponível em _____. Acesso em _____.

50) _____. *Transcrição integral das intervenções do Presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, na Conferência "Governança Progressista para o Século XXI"*. Florença-Itália, 20 e 21/11/1999. Disponível em _____. Acesso em _____.

51) _____. *Cerimônia de entrega do Prêmio Qualidade do Governo Federal*. Palácio do Planalto, Brasília-DF, 21/12/1999. Disponível em _____. Acesso em _____.

52) _____. *Discurso na cerimônia de lançamento de medidas relativas a novas formas de financiamento do desenvolvimento científico e tecnológico nacional nas instituições de ensino superior públicas e de pesquisas do país*. Palácio do Planalto, Brasília-DF, 03/04/2000. Disponível em _____. Acesso em _____.

53) _____. *Discurso na solenidade de apresentação do programa Alternativas para a Prática das Queimadas na Agricultura*. Palácio do Planalto, Brasília-DF, 07/06/2000. Disponível em _____. Acesso em _____.

54) _____. *Discurso na solenidade de apresentação dos estagiários da Escola Superior de Guerra – ESG 1*. Brasília-DF, 12/07/2000. Disponível em _____. Acesso em _____.

55) _____. *Discurso na solenidade de apresentação dos estagiários da Escola Superior de Guerra - ESG 3*. Brasília-DF, 12/07/2000. Disponível em _____. Acesso em _____.

56) _____. *Discurso na cerimônia de inauguração da fábrica da General Motors*. Gravataí-RS, 20/07/2000. Disponível em _____. Acesso em _____.

57) _____. *Discurso na cerimônia de entrega da Ordem Nacional do Mérito Científico*. Palácio do Planalto, Brasília-DF, 10/08/2000. Disponível em _____. Acesso em _____.

58) _____. *Discurso na sessão de encerramento do Seminário sobre Economia Brasileira*. Amsterdã-Holanda, 10/10/2000. Disponível em _____. Acesso em _____.

59) _____. *Discurso na reunião do Fórum da Mudanças Climáticas*. Granja do Torto, Brasília-DF, 09/11/2000. Disponível em _____. Acesso em _____.

60) _____. *Palestra na Escola Naval 1*. Rio de Janeiro-RJ, 24/11/2000. Disponível em _____. Acesso em _____.

61) _____. *Palestra na Escola Naval 2*. Rio de Janeiro-RJ, 24/11/2000. Disponível em _____. Acesso em _____.

62) _____. *Discurso na abertura da Conferência Mundial do Rio Cooperativo 2000*. Auditório do Centro de Convenções do Riocentro, Rio de Janeiro-RJ 04/12/2000. Disponível em _____. Acesso em _____.

63) _____. *Discurso na sessão de encerramento da XIX Reunião do Conselho do Mercado Comum do Sul 1*. Florianópolis-SC, 15/12/2000. Disponível em _____. Acesso em _____.

64) _____. *Palavra do Presidente 2º semestre – Parte 1*. [S.l.], 2001. Disponível em _____. Acesso em _____.

65) _____. *Palavra do Presidente 2º semestre – Parte 2*. [S.l.], 2001. Disponível em _____. Acesso em _____.

66) _____. *Cerimônia de lançamento do Programa Telecomunidade, Mais Comunicação para Todos*. Sinop-MT, 19/02/2001. Disponível em _____. Acesso em _____.

67) _____. *Cerimônia de apresentação dos novos Oficiais-Generais*. Palácio do Planalto, Brasília-DF, 11/04/2001. Disponível em _____. Acesso em _____.

68) _____. *Discurso por ocasião de jantar oferecido em homenagem ao Senhor Jiang Zemin, Presidente da República Popular da China*. Brasília-DF, 11/04/2001. Disponível em _____. Acesso em _____.

69) _____. *Discurso na abertura da reunião do Fórum Brasileiro de Mudanças Climáticas*. Palácio do Itamaraty, Brasília-DF, 04/07/2001. Disponível em _____. Acesso em _____.

70) _____. *Discurso na reunião da Câmara de Gestão de Crise de Energia Elétrica*. Palácio do Planalto, Brasília-DF, 05/07/2001. Disponível em _____. Acesso em _____.

71) _____. *Discurso na solenidade de apresentação dos estagiários da Escola Superior de Guerra (ESG)*. Palácio do Planalto, Brasília-DF, 05/07/2001. Disponível em _____. Acesso em _____.

72) _____. *Discurso na cerimônia referente aos sete anos do Plano Real*. Centro Cultural Banco do Brasil, Brasília-DF, 12/07/2001. Disponível em _____. Acesso em _____.

73) _____. *Discurso na visita às instalações da fábrica Voith Siemens Ltda*. São Paulo-SP, 13/07/2001. Disponível em _____. Acesso em _____.

74) _____. *Discurso na visita à usina hidrelétrica Sergio Motta*. Porto Primavera-SP, 20/07/2001. Disponível em _____. Acesso em _____.

75) _____. *Discurso na solenidade de inauguração da subestação de Boa Vista com energia da linha de transmissão Brasil-Venezuel*a. Boa Vista-RR, 13/08/2001. Disponível em _____. Acesso em _____.

76) _____. *Palavras na abertura da reunião com os Presidentes do Senado Federal e da Câmara dos Deputados e os líderes dos partidos no Congresso Nacional*. Palácio do Planalto, Brasília-DF, 13/09/2001. Disponível em _____. Acesso em _____.

77) _____. *Discurso na Conferência Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação*. Academia de Tênis, Brasília-DF, 18/09/2001. Disponível em _____. Acesso em _____.

78) _____. *Solenidade de formatura dos alunos do Instituto Rio Branco e inauguração de galeria de fotos dos ex-Secretários Gerais*. Palácio do Itamaraty, Brasília-DF, 10/10/2001. Disponível em _____. Acesso em _____.

79) _____. *Discurso na solenidade de abertura da III Assembleia Geral da Conferência Parlamentar das Américas*. Rio de Janeiro-RJ, 19/11/2001. Disponível em _____. Acesso em _____.

80) _____. *Discurso na cerimônia de lançamento do Programa "Seguro-Safra"*. Petrolina-PE, 21/11/2001. Disponível em _____. Acesso em _____.

81) _____. *Discurso na solenidade de entrega do Prêmio Nacional Finep de Inovação Tecnológica*. Palácio do Itamaraty, Brasília-DF, 27/11/2001. Disponível em _____. Acesso em _____.

82) _____. *Participação nos debates da III Conferência do Desenvolvimento Global*. Rio de Janeiro-RJ, 10/12/2001. Disponível em _____. Acesso em _____.

83) _____. *Discurso na cerimônia de inauguração da nova saciaria da Cosipa*. Cubatão-SP, 14/12/2001. Disponível em _____. Acesso em _____.

84) _____. *Palavra do Presidente, 1º semestre de 2002*. [S.l.], 2002. Disponível em _____. Acesso em _____.

85) _____. *Palavra do Presidente, 2º semestre de 2002*. [S.l.], 2002. Disponível em _____. Acesso em _____.

86) _____. *Palavra do Presidente, 2º semestre de 2002 – Parte 1*. [S.l.], 2002. Disponível em _____. Acesso em _____.

87) _____. *Palavra do Presidente, 2º semestre de 2002 – Parte 2*. [S.l.], 2002. Disponível em _____. Acesso em _____.

88) _____. *Palavra do Presidente, 2º semestre de 2002 – Parte 3*. [S.l.], 2002. Disponível em _____. Acesso em _____.

89) _____. *Discurso na solenidade de assinatura de mensagem que encaminha ao Congresso Nacional o Procotolo de Quioto à Convenção Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima*. Palácio do Planalto, Brasília-DF, 13/03/2002. Disponível em _____. Acesso em _____.

90) _____. *Discurso na cerimônia de encerramento do Encontro Internacional Inmetro, de Metrologia e Qualidade*. Rio de Janeiro-RJ, 12/04/2002. Disponível em _____. Acesso em _____.

91) _____. *Discurso na cerimônia de abertura da reunião do XIV Fórum Nacional "O Brasil e a Economia do Conhecimento"*. Rio de Janeiro-RJ, 06/05/2002. Disponível em _____. Acesso em _____.

92) _____. *Discurso na cerimônia de insígnias da "Ordem do Mérito das Comunicações"*. Palácio do Planalto, Brasília-DF, 07/05/2002. Disponível em _____. Acesso em _____.

93) _____. *Discurso na cerimônia de inauguração da Usina Hidrelétrica Cana Brava*. Minaçu-GO, 24/05/2002. Disponível em _____. Acesso em _____.

94) _____. *Discurso na solenidade de comemoração do Dia do Diplomata*. Palácio do Itamaraty, 12/06/2002. Disponível em _____. Acesso em _____.

95) _____. *Discurso na cerimônia de lançamento da cédula de 20 reais*. Palácio do Planalto, Brasília-DF, 27/06/2002. Disponível em _____. Acesso em _____.

96) _____. *Discurso na cerimónia de inauguração da Usina Termoelétrica Nova Piratininga*. Santo Amaro-SP, 04/07/2002. Disponível em _____. Acesso em _____.

97) _____. *Discurso na cerimônia de obliteração do selo comemorativo da indicação da Pastoral da Criança ao Nobel da Paz*. Palácio do Planalto, Brasília-DF, 10/07/2002. Disponível em _____. Acesso em _____.

98) _____. *Discurso na cerimônia de lançamento do Exame Nacional de Certificação de Competências de Jovens e Adultos – ENCCEJA*. Palácio do Planalto, Brasília-DF, 11/07/2002. Disponível em _____. Acesso em _____.

99) _____. *Discurso na solenidade de apresentação aos estagiários da Escola Superior de Guerra (ESG)*. Palácio do Planalto, Brasília-DF, 07/08/2002. Disponível em _____. Acesso em _____.

100) _____. *Discurso na cerimônia comemorativa dos 60 anos do Serviço Nacional de Aprendizagem (SENAI) e recebimento de medalha do CNI*. Sede da CNI, Brasília-DF, 14/08/2002. Disponível em _____. Acesso em _____.

101) _____. *Discurso na reunião da Comissão Interministerial para a Preparação do Brasil na Cúpula Mundial de Desenvolvimento Sustentável*. Palácio Itamaraty, Brasília-DF, 13/09/2002. Disponível em _____. Acesso em _____.

102) _____. *Discurso na sessão de encerramento do seminário internacional "Novos rumos do desenvolvimento" e lançamento comemorativo do livro 50 anos do BNDE*S. Sede do BNDES, Rio de Janeiro-RJ, 13/09/2002. Disponível em _____. Acesso em _____.

103) _____. *Discurso na cerimônia de assinatura de atos entre Argentina e Brasil*. Palácio do Planalto, Brasília-DF, 26/09/2002. Disponível em _____. Acesso em _____.

104) _____. *Discurso na solenidade de entrega do Prêmio Finep de inovação tecnológica*. Palácio Itamaraty, Brasília-DF, 26/09/2002. Disponível em _____. Acesso em _____.

105) _____. *Discurso na cerimônia do XXII Salão Internacional do Automóvel*. Pavilhão de Exposições do Parque do Anhembi, São Paulo-SP, 10/10/2002. Disponível em _____. Acesso em _____.

106) _____. *Discurso na abertura do Encontro Nacional de Comércio Exterior – XXI Enaex*. Hotel Glória, Rio de Janeiro-RJ, 24/10/2002. Disponível em _____. Acesso em _____.

107) _____. *Palestra sobre o tema "Por uma governança global democrática: uma perspectiva brasileira" (Cyrill Foster Lecture 2002)*. Oxford-Inglaterra, 13/11/2002. Disponível em _____. Acesso em _____.

108) _____. *Discurso na cerimônia de entrega da Ordem Nacional do Mérito Educativo*. Palácio do Planalto, Brasília-DF, 28/11/2002. Disponível em _____. Acesso em _____.

109) _____. *Discurso na reunião ministerial*. Palácio do Planalto, Brasília-DF, 29/11/2002. Disponível em _____. Acesso em _____.

110) _____. *Discurso na solenidade de entrega do Prêmio Qualidade do Governo Federal*. Palácio do Planalto, Brasília-DF, 03/12/2002. Disponível em _____. Acesso em _____.

111) _____. *Discurso de balanço dos resultados da Rede de Proteção Social*. Palácio do Planalto, Brasília-DF, 04/12/2002. Disponível em _____. Acesso em _____.

Luiz Inácio Lula da Silva

1) SILVA, Luiz Inácio Lula da. *Pronunciamento do Presidente da República na sessão solene de posse no Congresso Nacional*. Brasília-DF, 01/01/2003. Disponível no banco de discursos presidenciais do Projeto Análise de Conteúdo de Pronunciamentos Oficiais em matéria de Política Externa (ACPOLEX) do Laboratório de Análise Política Mundial (LABMUNDO) do Instituto de Estudos Sociais e Políticos da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (IESP-UERJ). Acesso em 20/08/2020.

2) _____. *Discurso do Presidente da República no III Fórum Social Mundial*. Porto Alegre-RS, 24/01/2003. Disponível em _____. Acesso em _____.

3) _____. *Discurso do Presidente da República na cerimônia de abertura da exposição "Os Guerreiros de Xi'an e os Tesouros da Cidade Proibida"*. São Paulo-SP, 20/02/2003. Disponível em _____. Acesso em _____.

4) _____. *Discurso do Presidente da República na cerimônia da nova unidade da empresa Polibrasil*. Mauá-SP, 10/03/2003. Disponível em _____. Acesso em _____.

5) _____. *Discurso do Presidente da República no Conselho Nacional de Segurança Alimentar*. Palácio do Planalto, 25/03/2003. Disponível em _____. Acesso em _____.

6) _____. *Discurso do Presidente da República em visita ao Parque de Exposições Laucidio Coelho – 65ª Expogrande*. Campo Grande-MS, 27/03/2003. Disponível em _____. Acesso em _____.

7) _____. *Discurso do Presidente da República na visita a Via Rural (Fazendinha)*. Londrina-PR, 12/04/2003. Disponível em _____. Acesso em _____.

8) _____. *Discurso do Presidente da República na solenidade comemorativa ao Dia de Tiradentes*. Ouro Preto-MG, 21/04/2003. Disponível em _____. Acesso em _____.

9) _____. *Discurso do Presidente da República na solenidade de lançamento do Plano Nacional de Turismo 2003/2007 e posse do Conselho Nacional de Turismo*. Palácio do Planalto, 29/04/2003. Disponível em _____. Acesso em _____.

10) _____. *Discurso do Presidente da República na solenidade do 30º aniversário da Embrapa*. Centro Cultural Esportivo da Embrapa, Brasília-DF, 29/04/2003. Disponível em _____. Acesso em _____.

11) _____. *Discurso do Presidente da República na solenidade de abertura do Seminário "Brasil-China: um salto necessário"*. BNDES, Rio de Janeiro-RJ, 30/04/2003. Disponível em _____. Acesso em _____.

12) _____. *Discurso do Presidente da República em visita ao Retiro de Itaici – CNBB.* Indaiatuba-SP, 01/05/2003. Disponível em _____. Acesso em _____.

13) _____. *Discurso do Presidente da República na solenidade de inauguração da 69a Expozebu*. Uberaba-MG, 03/05/2003. Disponível em _____. Acesso em _____.

14) _____. *Discurso do Presidente da República na solenidade da entrega simbólica de 225 toneladas de alimentos*. Fábrica da Ford, São Bernardo do Campo-SP, 29/05/2003. Disponível em _____. Acesso em _____.

15) _____. *Discurso do Presidente da República no 8º Congresso Nacional da CUT*. Pavilhão do Anhembi-SP, 04/06/2003. Disponível em _____. Acesso em _____.

16) _____. *Discurso do Presidente da República na cerimônia de inauguração do Terminal Ferroviário*. Alto Araguaia-MT, 06/06/2003. Disponível em _____. Acesso em _____.

17) _____. *Discurso do Presidente da República no lançamento das obras do conjunto habitacional "Meu Lar"*. Rondonópolis-MT, 06/06/2003. Disponível em _____. Acesso em _____.

18) _____. *Discurso do Presidente da República na cerimônia de lançamento do Plano Agrícola e Pecuário Safra 2003-04*. Palácio do Planalto, 12/06/2003. Disponível em _____. Acesso em _____.

19) _____. *Discurso do Presidente da República na cerimônia de lançamento das Conferências Nacionais de Aqüicultura e Pesca*. Palácio do Planalto, 13/06/2003. Disponível em _____. Acesso em _____.

20) _____. *Discurso do Presidente da República no 1º Seminário de Infra-Estrutura para o Desenvolvimento Sustentável*. Grand Bittar Hotel, Brasília-DF, 25/06/2003. Disponível em _____. Acesso em _____.

21) _____. *Discurso do Presidente da República na abertura do 4º Congresso de Metalúrgicos do ABC*. Sede do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC, São Bernardo do Campo-SP, 26/06/2003. Disponível em _____. Acesso em _____.

22) _____. *Discurso do Presidente da República na abertura do encontro nacional de vereadores e deputados estaduais do Partido dos Trabalhadores*. Hotel Blue Tree Towers, Brasília-DF, 27/06/2003. Disponível em _____. Acesso em _____.

23) _____. *Discurso do Presidente da República em almoço comemorativo dos 30 anos dos "Melhores e Maiores" da revista Exame, em homenagem aos 100 maiores empresários brasileiros*. Hotel Renaissance, São Paulo-SP, 04/07/2003. Disponível em _____. Acesso em _____.

24) _____. *Discurso do Presidente da República na solenidade de abertura da 35a Feira Nacional do Calçado*. Anhembi-SP, 08/07/2003. Disponível em _____. Acesso em _____.

25) _____. *Discurso do Presidente da República na cerimônia de inauguração do Term. Açucareiro Copersucar*. Santos-SP, 01/08/2003. Disponível em _____. Acesso em _____.

26) _____. *Pronunciamento à nação do Presidente da República em cadeia de rádio e TV sobre as realizações do governo*. Brasília-DF, 15/08/2003. Disponível em _____. Acesso em _____.

27) _____. *Discurso do Presidente da República na reunião do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social*. Palácio do Planalto, 04/09/2003. Disponível em _____. Acesso em _____.

28) _____. *Discurso do Presidente da República na cerimônia de inauguração oficial da XXVI Expointer*. Esteio-RS, 05/09/2003. Disponível em _____. Acesso em _____.

29) _____. *Discurso do Presidente da República na cerimônia de reinstalação do Conselho Nacional de Ciência e Tecnologia*. Palácio do Planalto, 11/09/2003. Disponível em _____. Acesso em _____.

30) _____. *Discurso do Presidente da República na cerimônia de inauguração da nova fábrica da Pirelli*. Feira de Santana-BA, 12/09/2003. Disponível em _____. Acesso em _____.

31) _____. *Discurso do Presidente da República na solenidade de abertura do 37º Congresso Nacional de Supermercados*. Riocentro, Rio de Janeiro-RJ, 15/09/2003. Disponível em _____. Acesso em _____.

32) _____. *Discurso do Presidente da República na abertura da 58ª Assembleia Geral da ONU*. Nova Iorque-EUA, 23/09/2003. Disponível em _____. Acesso em _____.

33) _____. *Discurso do Presidente da República no Conselho de Relações Internacionais – Council on Foreign Relations*. Nova Iorque-EUA, 25/09/2003. Disponível em _____. Acesso em _____.

34) _____. *Palavras do Presidente da República no encontro com estudantes brasileiros. Residência de Protocolo do Conselho de Estado "La Mansión"*. Havana-Cuba, 27/09/2003. Disponível em _____. Acesso em _____.

35) _____. *Discurso do Presidente da República na cerimônia em comemoração ao Dia Internacional do Idoso*. Palácio do Planalto, 01/10/2003. Disponível em _____. Acesso em _____.

36) _____. *Discurso do Presidente da República na cerimônia de abertura do XXII Congresso da Internacional Socialista*. Transamérica Expo Center, São Paulo-SP, 27/10/2003. Disponível em _____. Acesso em _____.

37) _____. *Discurso do Presidente da República na visita a XIV Feira Nacional de Agricultura Irrigada*. Juazeiro-BA, 30/10/2003. Disponível em _____. Acesso em _____.

38) _____. *Discurso do Presidente da República na visita ao Centro de Estudos Brasileiros (CEB)*. Maputo-Moçambique, 04/11/2003. Disponível em _____. Acesso em _____.

39) _____. *Declaração à imprensa do Presidente da República por ocasião da viagem à África do Sul.* Pretória-África do Sul, 08/11/2003. Disponível em _____. Acesso em _____.

40) _____. *Discurso do Presidente da República no seminário "Promoção de Consenso Político para a Implementação dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio na América Latina e no Caribe"*. Hotel Blue Tree Park, Brasília-DF, 17/11/2003. Disponível em _____. Acesso em _____.

41) _____. *Discurso do Presidente da República por ocasião do almoço oferecido pelo governador Ronaldo Lessa*. Maceió-AL, 20/11/2003. Disponível em _____. Acesso em _____.

42) _____. *Discurso do Presidente da República na reunião com integrantes do Fórum Nacional pela Reforma Agrária e Justiça no Campo*. Parque da Cidade, Brasília-DF, 21/11/2003. Disponível em _____. Acesso em _____.

43) _____. *Discurso do Presidente da República na cerimônia de abertura da Conferência Nacional de Aqüicultura e Pesca.* Centro de Treinamento da CNTI, Luziânia-GO, 25/11/2003. Disponível em _____. Acesso em _____.

44) _____. *Discurso do Presidente da República na cerimônia de encerramento do 23o Encontro Nacional de Comércio Exterior*. Centro de Convenções do Hotel Glória, Rio de Janeiro-RJ, 28/11/2003. Disponível em _____. Acesso em _____.

45) _____. *Palavras do Presidente da República no plenário da Assembleia Nacional Libanesa*. Beirute-Líbano, 05/12/2003. Disponível em _____. Acesso em _____.

46) _____. *Discurso do Presidente da República na cerimônia de entrega das chaves da cidade de Montevidéu*. Montevidéu-Uruguai, 16/12/2003. Disponível em _____. Acesso em _____.

47) _____. *Discurso do Presidente da República na cerimônia de cumprimentos a Delegação Brasileira dos Jogos Parapanamericanos de Mar del Plata*. Palácio do Planalto, 17/12/2003. Disponível em _____. Acesso em _____.

48) _____. *Discurso do Presidente da República no Ato de Prestação de Contas do Ano de 2003*. Palácio do Planalto, 18/12/2003. Disponível em _____. Acesso em _____.

49) _____. *Discurso do Presidente da República no encontro com lideranças empresariais indianas, co-patrocinado pela Confederação das Indústrias Indianas (CII) e pela Federação das Câmaras de Comércio e Indústria Indianas (FICCI)*. Hotel Taj Mahal, Nova Delhi-Índia, 27/01/2004. Disponível em _____. Acesso em _____.

50) _____. *Discurso do Presidente da República no lançamento do Fórum Empresarial Brasil-Índia*. Mumbai-Índia, 28/01/2004. Disponível em _____. Acesso em _____.

51) _____. *Discurso do Presidente da República no Seminário para Investidores Estrangeiros no Brasil*. Genebra-Suíça, 29/01/2004. Disponível em _____. Acesso em _____.

52) _____. *Discurso do Presidente da República na cerimônia de comemoração de um ano do Programa Fome Zero e da criação do Consea*. Palácio do Planalto, 03/02/2004. Disponível em _____. Acesso em _____.

53) _____. *Discurso do Presidente da República na cerimônia de lançamento do jato comercial Embraer 190*. São José dos Campos-SP, 09/02/2004. Disponível em _____. Acesso em _____.

54) _____. *Discurso do Presidente da República na cerimônia de inauguração da Expo Fome Zero 2004*. Pavilhão Branco do Expo Center Norte, São Paulo-SP, 10/02/2004. Disponível em _____. Acesso em _____.

55) _____. *Discurso do Presidente da República na solenidade de lançamento da nova linha de produção da Marcopolo S.A*. Caxias do Sul-RS, 20/02/2004. Disponível em _____. Acesso em _____.

56) _____. *Discurso do Presidente da República durante reunião do Conselho Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social*. Palácio do Planalto, 11/02/2004. Disponível em _____. Acesso em _____.

57) _____. *Discurso do Presidente da República na cerimônia de assinatura de convênio entre o Ministério da Ciência e Tecnologia e a Universidade de Pernambuco*. Recife-PE, 18/03/2004. Disponível em _____. Acesso em _____.

58) _____. *Discurso do Presidente da República na cerimônia de formatura dos novos diplomatas*. Palácio do Itamaraty, 20/04/2004. Disponível em _____. Acesso em _____.

59) _____. *Discurso do Presidente da República na cerimônia de inauguração do restaurante Prato Cidadão*. Manaus-AM, 22/04/2004. Disponível em _____. Acesso em _____.
60) _____. *Discurso do Presidente da República na cerimônia de lançamento do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência – SAMU 192*. São Bernardo do Campo-SP, 26/04/2004. Disponível em _____. Acesso em _____.

61) _____. *Discurso do Presidente da República na cerimônia de assinatura da MP de criação do Conselho Nacional e da Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial e assinatura do projeto de lei de inovação*. Brasília-DF, 28/04/2004. Disponível em _____. Acesso em _____.

62) _____. *Discurso do Presidente da República por ocasião da visita a Agrishow 2004 – Feira Internacional de Tecnologia Agrícola em Ação.* Ribeirão Preto-SP, 30/04/2004. Disponível em _____. Acesso em _____.

63) _____. *Discurso do Presidente da República na cerimônia de inauguração da fábrica de esmagamento de soja da Comigo*. Rio Verde-GO, 05/05/2004. Disponível em _____. Acesso em _____.

64) _____. *Discurso do Presidente da República na cerimônia de posse da nova composição do Consea*. Palácio do Planalto, 12/05/2004. Disponível em _____. Acesso em _____.

65) _____. *Discurso do Presidente da República na cerimônia de inauguração da nova unidade de produção da Fábrica de Calçados Ferracini*. Franca-SP, 14/05/2004. Disponível em _____. Acesso em _____.

66) _____. *Discurso do Presidente da República na cerimônia de assinatura de contratos e protocolos na área de saneamento e anúncio do Programa de Recuperação de Rodovias*. Palácio do Planalto, 20/05/2004. Disponível em _____. Acesso em _____.

67) _____. *Pronunciamento à nação do Presidente da República sobre política externa, desenvolvimento industrial e realizações do governo*. [S.l.], 20/05/2004. Disponível em _____. Acesso em _____.

68) _____. *Discurso do Presidente da República na inauguração do escritório da Petrobras em Pequim*. Pequim-China, 23/05/2004. Disponível em _____. Acesso em _____.

69) _____. *Discurso do Presidente da República no encerramento do seminário "Brasil-China: Comércio e Investimentos, Perspectivas para o século XXI".* Pequim-China, 24/05/2004. Disponível em _____. Acesso em _____.

70) _____. *Discurso do Presidente da República na inauguração do Núcleo de Cultura Brasileira na Universidade de Pequim*. Pequim-China, 25/05/2004. Disponível em _____. Acesso em _____.

71) _____. *Discurso do Presidente da República na abertura da Conferência do Banco Mundial sobre Combate à Pobreza*. Xangai-China, 26/05/2004. Disponível em _____. Acesso em _____.

72) _____. *Discurso do Presidente da República no encerramento do seminário "Brasil-China: uma Parceria de Sucesso"*. Xangai, China, 26/05/2004. Disponível em _____. Acesso em _____.

73) _____. *Discurso do Presidente da República na cerimônia de abertura da Conferência Internacional de Auditoria Ambiental do Tribunal de Contas da União*. Brasília-DF, 02/06/2004. Disponível em _____. Acesso em _____.

74) _____. *Discurso do Presidente da República na cerimônia de encerramento do seminário Agenda para o Desenvolvimento Sustentável da Infra-Estrutura*. Brasília-DF, 08/06/2004. Disponível em _____. Acesso em _____.

75) _____. *Discurso do Presidente da República em encontro com o Fórum da Sociedade Civil na 11ª Unctad*. São Paulo-SP, 15/06/2004. Disponível em _____. Acesso em _____.

76) _____. *Discurso do Presidente da República na cerimônia de lançamento do Plano Agrícola e Pecuário 2004-2005*. Brasília-DF, 18/06/2004. Disponível em _____. Acesso em _____.

77) _____. *Discurso do Presidente da República durante almoço com investidores estrangeiros em Nova Iorque*. Nova Iorque-EUA, 23/06/2004. Disponível em _____. Acesso em _____.

78) _____. *Discurso do Presidente da República na Reunião de Cúpula do Mercosul*. Porto Iguaçu-Argentina, 08/07/2004. Disponível em _____. Acesso em _____.

79) _____. *Discurso do Presidente da República em almoço comemorativo aos 230 anos da cidade de Campinas*. Campinas-SP, 14/07/2004. Disponível em _____. Acesso em _____.

80) _____. *Discurso do Presidente da República na reunião com os presidentes das Federações das Industrias*. Belo Horizonte-MG, 06/08/2004. Disponível em _____. Acesso em _____.

81) _____. *Discurso do Presidente da República no encontro com empresários da Câmara de Comércio dominicano-brasileira*. República Dominicana, 16/08/2004. Disponível em _____. Acesso em _____.

82) _____. *Discurso do Presidente da República no encontro com a comunidade brasileira em Santo Domingo.* República Dominicana, 17/08/2004. Disponível em _____. Acesso em _____.

83) _____. *Discurso do Presidente da República nos cumprimentos a Seleção brasileira em Santo Domingo.* República Dominicana, 17/08/2004. Disponível em _____. Acesso em _____.

84) _____. *Discurso do Presidente da República no encontro com integrantes da comunidade brasileira residente em Santiago*. Santiago-Chile, 23/08/2004. Disponível em _____. Acesso em _____.

85) _____. *Discurso do Presidente da República na cerimônia de inauguração do seminário "Como Fazer Negócios com o Brasil"*. Santiago-Chile, 24/08/2004. Disponível em _____. Acesso em _____.

86) _____. *Discurso do Presidente da República no almoço empresarial oferecido pelo Presidente do Equador*. Quito-Equador, 25/08/2004. Disponível em _____. Acesso em _____.

87) _____. *Discurso do Presidente da República no encontro com representantes da Federação Democrática Internacional de Mulheres*. Palácio do Planalto, 16/09/2004. Disponível em _____. Acesso em _____.

88) _____. *Discurso do Presidente da República no encontro com a delegação de atletas das Paraolimpíadas.* Palácio do Planalto, 14/10/2004. Disponível em _____. Acesso em _____.

89) _____. *Discurso do Presidente da República no encontro com representantes da Associação Comercial do Paraná*. Curitiba-PR, 18/10/2004. Disponível em _____. Acesso em _____.

90) _____. *Discurso do Presidente da República na cerimônia de abertura do 23º Salão Internacional do Automóvel*. São Paulo-SP, 20/10/2004. Disponível em _____. Acesso em _____.

91) _____. *Discurso do Presidente da República na cerimônia de posse da Diretoria da Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro*. Firjan, Rio de Janeiro, RJ, 21/10/2004. Disponível em _____. Acesso em _____.

92) _____. *Discurso do Presidente da República na 5ª reunião do Consea, gestão 2004-2005*. [S.l.], 26/10/2004. Disponível em _____. Acesso em _____.

93) _____. *Discurso do Presidente da República na solenidade de posse da Diretoria da Fiesp.* São Paulo-SP, 08/11/2004. Disponível em _____. Acesso em _____.

94) _____. *Discurso do Presidente da República na cerimônia de início da produção do Peugeot 206 SW*. Porto Real-RJ, 11/11/2004. Disponível em _____. Acesso em _____.

95) _____. *Declaração à imprensa do Presidente da República durante visita ao Brasil do Presidente da China, Hu Jintao*. Palácio do Planalto, 12/11/2004. Disponível em _____. Acesso em _____.

96) _____. *Discurso do Presidente da República durante jantar com o Presidente da China, Hu Jintao*. Palácio Itamaraty, 12/11/2004. Disponível em _____. Acesso em _____.

97) _____. *Discurso do Presidente da República na cerimônia de encerramento do Encontro Empresarial Brasil – China*. Palácio Itamaraty, 12/11/2004. Disponível em _____. Acesso em _____.

98) _____. *Discurso do Presidente da República no Encontro Nacional dos Prefeitos Eleitos do PT*. Hotel Blue Tree Park, Brasília-DF, 29/11/2004. Disponível em _____. Acesso em _____.

99) _____. *Discurso do Presidente da República na abertura da reunião ministerial*. Granja do Torto, 10/12/2004. Disponível em _____. Acesso em _____.

100) _____. *Discurso do Presidente da República na cerimônia de inauguração do Terminal de Logística de Carga – TECA III – Aeroporto Internacional Eduardo Gomes*. Manaus-AM, 14/12/2004. Disponível em _____. Acesso em _____.

101) _____. *Discurso do Presidente da República por ocasião da reunião de Cúpula do Mercosul*. Ouro Preto-MG, 17/10/2004. Disponível em _____. Acesso em _____.

102) _____. *Palavra do presidente da República na missa de celebração de Natal da Presidência da República*. Palácio do Planalto, 20/12/2004. Disponível em _____. Acesso em _____.

103) _____. *Discurso do Presidente da República na cerimônia de inauguração da Usina Hidrelétrica Monte Claro-RS*. Veranópolis-RS, 11/01/2005. Disponível em _____. Acesso em _____.

104) _____. *Discurso do Presidente da República na cerimônia de posse do presidente do Sebrae, Paulo Okamotto*. Brasília-DF, 18/01/2005. Disponível em _____. Acesso em _____.

105) _____. *Discurso do Presidente da República na conferência "Chamada Global para a Ação Contra a Pobreza" no Fórum Social Mundial*. Porto Alegre-RS, 27/01/2005. Disponível em _____. Acesso em _____.

106) _____. *Discurso do Presidente da República na cerimônia de assinatura de atos de cooperação entre Brasil e Venezuela*. Caracas-Venezuela, 14/02/2005. Disponível em _____. Acesso em _____.

107) _____. *Palavras do Presidente da República no encontro com a comunidade brasileira*. Georgetown-Guiana, 15/02/2005. Disponível em _____. Acesso em _____.

108) _____. *Discurso do Presidente da República na cerimônia de início das obras do novo terminal do Aeroporto Internacional de Vitória*. Vitória-ES, 24/02/2005. Disponível em _____. Acesso em _____.

109) _____. *Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na cerimônia por ocasião da visita a áreas atingidas pela seca na região Sul*. Erechim-RS, 16/03/2005. Disponível em _____. Acesso em _____.

110) _____. *Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na cerimônia de lançamento do projeto "Viva Brasil 2005", parte integrante do "Ano do Brasil na França"*. Palácio do Planalto, 28/03/2005. Disponível em _____. Acesso em _____.

111) _____. *Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na cerimônia de apresentação dos novos investimentos da empresa Tecumseh do Brasil*. São Carlos-SP, 31/03/2005. Disponível em _____. Acesso em _____.

112) _____. *Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na cerimônia de posse do senador Alberto Silva no Conselho da República*. Palácio do Planalto, 05/04/2005. Disponível em _____. Acesso em _____.

113) _____. *Discurso do Presidente da República no jantar oferecido pelo Presidente da Nigéria, Olosegum Obasanjo*. Abuja-Nigéria, 11/04/2005. Disponível em _____. Acesso em _____.

114) _____. *Discurso do Presidente da República no encontro com a comunidade brasileira residente no Senegal*. Dacar-Senegal, 14/04/2005. Disponível em _____. Acesso em _____.

115) _____. *Discurso do Presidente da República na cerimônia em comemoração aos 5 anos do jornal Valor Econômico*. São Paulo-SP, 02/05/2005. Disponível em _____. Acesso em _____.

116) _____. *Discurso do Presidente da República na cerimônia de lançamento nacional da Loteria Timemania*. Palácio do Planalto, 04/05/2005. Disponível em _____. Acesso em _____.

117) _____. *Discurso do Presidente da República na cerimônia de lançamento do Sistema Financeiro Inclusivo Caixa "Viver em Comum-Unidade"*. São Paulo-SP, 06/06/2005. Disponível em _____. Acesso em _____.

118) _____. *Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na reunião entre Chefes de Estado e de Governo da África do Sul, China, Índia e México*. Gleneagles-Escócia, 07 de julho de 2005. Disponível em _____. Acesso em _____.

119) _____. *Discurso do Presidente da República na cerimônia de comemoração dos 50 anos da Alstom no Brasil*. Taubaté-SP, 19/07/2005. Disponível em _____. Acesso em _____.

120) _____. *Discurso do Presidente da República por ocasião da cerimônia de inauguração do Centro Regional de Ciências Nucleares do Norte e Nordeste*. Recife-PE, 20/07/2005. Disponível em _____. Acesso em _____.

121) _____. *Discurso do Presidente da República na cerimônia alusiva a colheita de mamona para a produção de Biodiesel*. Canto do Buriti/Eliseu Martins-PI, 04/08/2005. Disponível em _____. Acesso em _____.

122) _____. *Discurso do Presidente da República na cerimônia de visita às obras da Usina Hidrelétrica Peixe Angical*. Peixe-Tocantins, 10/08/2005. Disponível em _____. Acesso em _____.

123) _____. *Discurso do Presidente da República na cerimônia de formatura da Turma de 2002 do Programa de Formação e Aperfeiçoamento do Instituto Rio Branco*. Palácio Itamaraty, 01/09/2005. Disponível em _____. Acesso em _____.

124) _____. *Discurso do Presidente da República no Seminário "Oportunidades de Novos Negócios e Investimentos Brasil-Portugal"*. Porto-Portugal, 13/10/2005. Disponível em _____. Acesso em _____.

125) _____. *Discurso do Presidente da República no encontro com empresários italianos e brasileiros na Confindústria*. Roma-Itália, 17/10/2005. Disponível em _____. Acesso em _____.

126) _____. *Discurso do Presidente da República na cerimônia de abertura do 11º Congresso Nacional do PCdoB*. Brasília-DF, 20/10/2005. Disponível em _____. Acesso em _____.

127) _____. *Discurso do Presidente da República na cerimônia de abertura do Salão Internacional do Transporte – Fenatran/2005*. São Paulo-SP, 23/10/2005. Disponível em _____. Acesso em _____.

128) _____. *Discurso do Presidente da República durante almoço com empresários integrantes do Grupo de Líderes Empresariais*. São Paulo-SP, 24/10/2005. Disponível em _____. Acesso em _____.

129) _____. *Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, no debate sobre "Responsabilidade Social das Empresas na Construção de um Brasil Melhor" com empresários integrantes do Grupo de Líderes Empresariais*. São Paulo-SP, 24/10/2005. Disponível em _____. Acesso em _____.

130) _____. *Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na cerimônia de abertura do 33º Congresso Brasileiro de Agências de Viagens e Exposição de Turismo*. Rio de Janeiro-RJ, 27/10/2005. Disponível em _____. Acesso em _____.

131) _____. *Declaração à imprensa do Presidente da República por ocasião da visita oficial ao Brasil do Presidente dos Estados Unidos da América, George W. Bush*. Granja do Torto, 06/11/2005. Disponível em _____. Acesso em _____.

132) _____. *Discurso do Presidente da República na cerimônia de inauguração da Linha de Transmissão Londrina/Assis/Araraquara*. Assis-SP, 07/11/2005. Disponível em _____. Acesso em _____.

133) _____. *Discurso do Presidente da República na cerimônia de abertura do 25º Encontro Nacional do Comércio Exterior (Endex)*. Rio de Janeiro-RJ, 23/11/2005. Disponível em _____. Acesso em _____.

134) _____. *Discurso do Presidente da República na cerimônia de encerramento do "Fórum Futuro 10 Paraná"*. Curitiba-PR, 30/11/2005. Disponível em _____. Acesso em _____.

135) _____. *Discurso do Presidente da República na 15ª reunião do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social (CDES)*. Palácio do Planalto, 01/12/2005. Disponível em _____. Acesso em _____.

136) _____. *Discurso do Presidente da República na cerimônia de abertura do Seminário para Investidores – Brasil e Parceiros*. São Paulo-SP, 02/12/2005. Disponível em _____. Acesso em _____.

137) _____. *Discurso do Presidente da República na cerimônia de assinatura do convênio para a construção do Terminal Pesqueiro Público de Santana*. Santana-AP, 20/12/2005. Disponível em _____. Acesso em _____.

138) _____. *Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, durante visita ao campus da Universidade Federal do Maranhão, em Imperatriz, no âmbito do programa de expansão do Sistema Federal de Ensino Superior*. Imperatriz-MA, 22/02/2006. Disponível em _____. Acesso em _____.

139) _____. *Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na cerimônia de visita às obras do campus do Sul e Sudeste da Universidade Federal do Pará*. Marabá-PA, 22/02/2006. Disponível em _____. Acesso em _____.

140) _____. *Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, por ocasião da cerimônia de posse da Diretoria da ANAC – Agência Nacional de Aviação Civil*. Palácio do Planalto, 20/03/2006. Disponível em _____. Acesso em _____.

141) _____. *Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, em ato alusivo à visita por ocasião da retomada das obras do Metrô de Salvador*. Salvador-BA, 21/03/2006. Disponível em _____. Acesso em _____.

142) _____. *Discurso do Presidente da República na 16ª Reunião Plenária do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social – CDES*. Palácio do Planalto-DF 23/03/2006. Disponível em _____. Acesso em _____.

143) _____. *Discurso do Presidente da República na cerimônia de encerramento do Fórum Brasil-Itália Relações Bilaterais*. São Paulo-SP, 29/03/2006. Disponível em _____. Acesso em _____.

144) _____. *Discurso do Presidente da República na visita ao Complexo Industrial Ford Nordeste*. Camaçari-BA, 05/04/2006. Disponível em _____. Acesso em _____.

145) _____. *Discurso do Presidente da República na cerimônia de inauguração da primeira fábrica de pneus da Continental do Brasil Produtos Automotivos Ltda*. Camaçari-BA, 05/04/2006. Disponível em _____. Acesso em _____.

146) _____. *Discurso do Presidente da República no World Economic Forum on Latin America*. São Paulo-SP, 06/04/2006. Disponível em _____. Acesso em _____.

147) _____. *Discurso do Presidente da República na cerimônia de abertura da XVI Reunião Regional Americana da Organização Internacional do Trabalho*. Brasília-DF, 03/05/2006. Disponível em _____. Acesso em _____.

148) _____. *Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na cerimônia de inauguração da Usina de Aimorés – Hidrelétrica Eliezer Batista*. Aimorés-MG, 05/05/2006. Disponível em _____. Acesso em _____.

149) _____. *Discurso do Presidente da República durante primeira solda na obra do gasoduto Urucu/Manaus*. Coari-AM, 01/06/2006. Disponível em _____. Acesso em _____.

150) _____. *Discurso do Presidente da República na cerimônia de anúncio de investimentos da Petrobras no estado de São Paulo*. São José dos Campos-SP, 02/06/2006. Disponível em _____. Acesso em _____.

152) _____. *Discurso do Presidente da República na cerimônia de anúncio da nova linha de financiamento do BNDES no âmbito do Programa Pró-Caminhão*. Rio de Janeiro-RJ, 09/06/2006. Disponível em _____. Acesso em _____.

153) _____. *Discurso do Presidente da República início das obras do Gasoduto Cabiúnas-Vitória (Gascav), trecho inicial do Gasoduto Sudeste-Nordeste (Gasene).* Município de Serra-ES, 10/06/2006. Disponível em _____. Acesso em _____.

154) _____. *Discurso do Presidente da República na cerimônia de liberação de recursos do Fundo Nacional de Habitação e Interesse Social para urbanização de assentamentos*. Olinda-PE, 16/06/2006. Disponível em _____. Acesso em _____.

155) _____. *Discurso do presidente da República no 13º Congresso da União da Juventude Socialista – UJS*. Academia de Tênis, Brasília-DF, 16/06/2006. Disponível em _____. Acesso em _____.

156) _____. *Discurso do Presidente da República por ocasião do jantar em comemoração aos 50 anos da Anfavea*. São Paulo-SP, 26/06/2006. Disponível em _____. Acesso em _____.

157) _____. *Discurso do Presidente da República na cerimônia de anúncio de investimentos da Gerdau Açominas*. Ouro Branco-MG, 28/06/2006. Disponível em _____. Acesso em _____.

158) _____. *Discurso do Presidente da República na cerimônia de assinatura do Protocolo de Adesão da Venezuela como Membro-Pleno do Mercosul*. Caracas-Venezuela, 04/07/2006. Disponível em _____. Acesso em _____.

159) _____. *Discurso do Presidente da República por ocasião do encerramento da II Conferência de Intelectuais da África e da Diáspora*. Salvador-BA, 12/07/2006. Disponível em _____. Acesso em _____.

160) _____. *Intervenção do Presidente da República na reunião entre os países do G-8 e os chefes de Estado de Governo da África do Sul, Brasil, China, Índia, México e República do Congo*. São Petersburgo-Rússia, 17/07/2006. Disponível em _____. Acesso em _____.

161) _____. *Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, por ocasião do encerramento da XXX Cúpula dos Chefes de Estado do Mercosul*. Córdoba-Argentina, 21/07/2006. Disponível em _____. Acesso em _____.

162) _____. *Discurso do Presidente da República na abertura do 18º Congresso Nacional da Associação Brasileira de Bares e Restaurantes – Abrasel*. Centro de Convenções, Brasília-DF, 01/08/2006. Disponível em _____. Acesso em _____.

163) _____. *Discurso do Presidente da República durante visita à Caixa Econômica Federal*. Brasília-DF, 04/08/2006. Disponível em _____. Acesso em _____.

164) _____. *Discurso do Presidente da República na cerimônia de assinatura de atos e declaração à imprensa, por ocasião da visita do primeiro-ministro da Índia, Manmohan Singh*. Palácio da Alvorada, 12/09/2006. Disponível em _____. Acesso em _____.

165) _____. *Discurso do Presidente da República na cerimônia de sanção da Lei da Timemania*. Brasília-DF, 14/09/2006. Disponível em _____. Acesso em _____.

166) _____. *Discurso do Presidente da República na visita ao local onde serão realizadas as obras de ampliação da UTE Presidente Médici (Fase C)*. Candiota-RS, 25/09/2006. Disponível em _____. Acesso em _____.

167) _____. *Discurso do Presidente da República na cerimônia de assinatura do Decreto de Titulação de Terras Quilombolas*. Brasília-DF, 27/09/2006. Disponível em _____. Acesso em _____.

168) _____. *Discurso do Presidente da República durante a inauguração da segunda ponte sobre o rio Orinoco*. Ciudad Guayana-Venezuela, 13/11/2006. Disponível em _____. Acesso em _____.

169) _____. *Discurso do Presidente da República na cerimônia de inauguração da unidade de biodiesel da usina Barralcool*. Barra do Bugres-MT, 21/11/2006. Disponível em _____. Acesso em _____.

170) _____. *Discurso do Presidente da República na cerimônia de entrega dos prêmios: "Brasileiro do Ano" pela revista IstoÉ, "Empreendedor do Ano" pela revista IstoÉ Dinheiro, e "Personalidade do Ano" pela revista IstoÉ Gente*. São Paulo-SP, 11/12/2006. Disponível em _____. Acesso em _____.

171) _____. *Discurso do Presidente da República no encontro com representantes da União Nacional da Construção – UNC*. Palácio do Planalto, 13/12/2006. Disponível em _____. Acesso em _____.

172) _____. *Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, durante almoço com oficiais-generais*. Clube do Exército, Brasília-DF, 15/12/2006. Disponível em _____. Acesso em _____.

173) _____. *Discurso do Presidente da República na abertura da 224ª reunião do Conselho Administrativo da Suframa*. Manaus-AM, 18/12/2006. Disponível em _____. Acesso em _____.

174) _____. *Discurso do Presidente da República por ocasião do Foro Consultivo de Municípios, Estados, Províncias e Departamentos do Mercosul*. Rio de Janeiro-RJ, 18/01/2007. Disponível em _____. Acesso em _____.

175) _____. *Palavras do Presidente da República em sessão plenária do Fórum de Davos sobre novas estratégias para a erradicação da fome*. Davos-Suíça, 26/01/2007. Disponível em _____. Acesso em _____.

176) _____. *Discurso do Presidente da República durante visita às instalações e inauguração do Centro de Operações de Tecnologia dos Jogos Pan-Americanos-Rio 2007*. Rio de Janeiro-RJ, 06/02/2007. Disponível em _____. Acesso em _____.

177) _____. *Discurso do Presidente da República na cerimônia de inauguração da fábrica da Nestlé Brasil Ltda em Feira de Santana*. Feira de Santana-BA, 09/02/2007. Disponível em _____. Acesso em _____.

178) _____. *Discurso do Presidente da República durante Assinatura de Atos e Declaração à Imprensa.* Montevidéu-Uruguai, 26/02/2007. Disponível em _____. Acesso em _____.

179) _____. *Discurso do Presidente da República na cerimônia de assinatura dos contratos para construção dos 10 primeiros navios da Transpetro*. Suape-PE, 31/01/2007. Disponível em _____. Acesso em _____.

180) _____. *Declaração à imprensa do Presidente da República após visita à Transpetro com o Presidente dos Estados Unidos, George W. Bush*. Guarulhos-SP, 09/03/2007. Disponível em _____. Acesso em _____.

181) _____. *Discurso do Presidente da República na cerimônia de lançamento do programa "Espaço e Sociedade".* São José dos Campos-SP, 13/03/2007. Disponível em _____. Acesso em _____.

182) _____. *Discurso do Presidente da República na cerimônia de inauguração do Complexo Industrial da Perdigão*. Mineiros-GO, 20/03/2007. Disponível em _____. Acesso em _____.

183) _____. *Discurso do Presidente da República na cerimônia de posse de novos Ministros de Estado*. Palácio do Planalto, 29/03/2007. Disponível em _____. Acesso em _____.

184) _____. *Discurso do Presidente da República na cerimônia de assinatura de contratos para construção de navios da Transpetro*. Rio de Janeiro-RJ, 11/04/2007. Disponível em _____. Acesso em _____.

185) _____. *Discurso do Presidente da República durante a cerimônia de posse das Diretorias da Anfavea e do Sinfavea – Gestão 2007/2010*. São Paulo-SP, 20/04/2007. Disponível em _____. Acesso em _____.

186) _____. *Discurso do Presidente da República na cerimônia de inauguração da fábrica da Hyundai*. Anápolis-GO, 20/04/2007. Disponível em _____. Acesso em _____.

187) _____. *Discurso do Presidente da República na visita à sede da representação da FAO para a América Latina e o Caribe*. Santiago-Chile, 26/04/2007. Disponível em _____. Acesso em _____.

188) _____. *Discurso do presidente da República na cerimônia de formatura dos novos diplomatas*. Palácio do Itamaraty, 02/05/2007. Disponível em _____. Acesso em _____.

189) _____. *Discurso do Presidente da República na cerimônia de encerramento do I Fórum Nacional de TVs Públicas*. Hotel Nacional, Brasília-DF, 11/05/2007. Disponível em _____. Acesso em _____.

190) _____. *Discurso do Presidente da República na cerimônia de expansão da fábrica de equipamentos para energia da empresa Siemens*. Jundiaí-SP, 14/05/2007. Disponível em _____. Acesso em _____.

191) _____. *Discurso do Presidente da República na cerimônia de inauguração da fábrica da Dell no Brasil*. Hortolândia-SP, 14/05/2007. Disponível em _____. Acesso em _____.

192) _____. *Discurso do Presidente da República por ocasião da audiência com embaixadores africanos*. Palácio do Planalto, 25/05/2007. Disponível em _____. Acesso em _____.

193) _____. *Discurso do Presidente da República na cerimônia de abertura do 20 Congresso Nacional de Siderurgia*. São Paulo-SP, 28/05/2007. Disponível em _____. Acesso em _____.

194) _____. *Discurso do Presidente da República durante banquete oferecido pelo Presidente da Índia, Auul Pakir Jainulabdeen Abdul Kalam*. Nova Delhi-Índia, 04/06/2007. Disponível em _____. Acesso em _____.

195) _____. *Discurso do Presidente da República na cerimônia de encerramento do seminário empresarial Brasil-Índia*. Nova Delhi - Índia, 04/06/2007. Disponível em _____. Acesso em _____.

196) _____. *Discurso do Presidente da República na cerimônia de lançamento do Plano Agrícola e Pecuário-2007/2008*. Palácio do Planalto, 28/06/2007. Disponível em _____. Acesso em _____.

197) _____. *Discurso do Presidente da República na solenidade em comemoração ao 50º aniversário da empresa Scania no Brasil*. São Bernardo do Campo-SP, 02/07/2007. Disponível em _____. Acesso em _____.

198) _____. *Discurso do Presidente da República na cerimônia de abertura da III Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional*. Fortaleza-CE, 03/07/2007. Disponível em _____. Acesso em _____.

199) _____. *Discurso do Presidente da República na cerimônia de lançamento do PAC saneamento e urbanização no estado do Ceará*. Fortaleza-CE, 03/07/2007. Disponível em _____. Acesso em _____.

200) _____. *Discurso do Presidente da República na Sessão de encerramento da Cimeira Empresarial Brasil-União Européia*. Lisboa-Portugal, 04/07/2007. Disponível em _____. Acesso em _____.

201) _____. *Discurso do Presidente da República na Conferência Internacional sobre Biocombustíveis*. Bruxelas-Bélgica, 05/07/2007. Disponível em _____. Acesso em _____.

202) _____. *Palavras do Presidente da República na 22ª Reunião Ordinária do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social – CDES*. Palácio do Planalto, 17/07/2007. Disponível em _____. Acesso em _____.

203) _____. *Discurso do Presidente da República durante a cerimônia de lançamento do PAC Saneamento e Urbanização no estado do Rio Grande do Norte*. Natal-RN, 27/07/2007. Disponível em _____. Acesso em _____.

204) _____. *Discurso do Presidente da República na cerimônia de lançamento do PAC Saneamento e Urbanização no estado do Mato Grosso do Sul*. Campo Grande-MS, 31/07/2007. Disponível em _____. Acesso em _____.

205) _____. *Declaração à imprensa do Presidente da República no Palácio de Governo de Honduras.* Tegucigalpa-Honduras, 07/08/2007. Disponível em _____. Acesso em _____.

206) _____. *Discurso do Presidente da República no encerramento do Fórum de Negócios sobre Etanol, Biodiesel, Cimento, Gipsita, Soja e Alumínio*. Kingston-Jamaica, 09/08/2007. Disponível em _____. Acesso em _____.

207) _____. *Discurso do Presidente da República na cerimônia de visita à Fábrica da Embraer – Unidade São José dos Campos*. São José dos Campos-SP, 21/08/2007. Disponível em _____. Acesso em _____.

208) _____. *Discurso do Presidente da República na III Reunião Ministerial do Foro de Cooperação América Latina-Ásia do Leste (Focalal)*. Brasília-DF, 22/08/2007. Disponível em _____. Acesso em _____.

209) _____. *Discurso do Presidente da República durante a cerimônia de lançamento do Livro-Relatório sobre Mortos e Desaparecidos Políticos*. Palácio do Planalto, 29/08/2007. Disponível em _____. Acesso em _____.

210) _____. *Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na cerimônia de início das obras da Refinaria General José Ignácio Abreu e Lima*. Ipojuca-PE, 04/09/2007. Disponível em _____. Acesso em _____.

211) _____. *Discurso do Presidente da República na reunião com empresários espanhóis*. Madri-Espanha, 17/09/2007. Disponível em _____. Acesso em _____.

212) _____. *Discurso do Presidente da República na cerimônia de lançamento do Programa de Aceleração do Crescimento PAC/Funasa*. Brasília-DF, 19/09/2007. Disponível em _____. Acesso em _____.

213) _____. *Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na 23 Reunião Ordinária do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social CDES*. Palácio do Planalto, 20/09/2007. Disponível em _____. Acesso em _____.

214) _____. *Discurso do Presidente da República na cerimônia de inauguração do Aeroporto Internacional de Cabo Frio*. Cabo Frio-RJ, 28/09/2007. Disponível em _____. Acesso em _____.

215) _____. *Discurso do Presidente da República na cerimônia de celebração de contrato para incorporação do Banco do Estado de Santa Catarina pelo Banco do Brasil*. Florianópolis-SC, 05/10/2007. Disponível em _____. Acesso em _____.

216) _____. *Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na cerimônia de abertura do 16 Salão Internacional do Transporte – Fenatran*. São Paulo-SP, 14/10/2007. Disponível em _____. Acesso em _____.

217) _____. *Discurso do Presidente da República por ocasião do Colóquio Democracia e Desenvolvimento na África, em Burkina Faso*. Ouagadougou-Burkina Faso, 15/10/2007. Disponível em _____. Acesso em _____.

218) _____. *Discurso do Presidente da República durante encontro com empresários brasileiros*. Palácio do Planalto, 24/10/2007. Disponível em _____. Acesso em _____.

219) _____. *Discurso do Presidente da República na cerimônia de abertura do 25º Encontro Empresarial Brasil-Alemanha e da 34ª Comissão Mista de Cooperação Econômica Brasil-Alemanha*. Blumenau-SC, 19/11/2007. Disponível em _____. Acesso em _____.

220) _____. *Discurso do Presidente da República na cerimônia de assinatura de memorando de entendimento entre a CVRD e a Dongkuk Stell Mill Co. Ltda, para construção*

de usina siderúrgica no distrito industrial de Pecém, estado do Ceará. Palácio do Planalto, 20/11/2007. Disponível em _____. Acesso em _____.

221) _____. *Discurso do Presidente da República na 24 Reunião Ordinária do Pleno do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social*. Palácio do Planalto, 27/11/2007. Disponível em _____. Acesso em _____.

222) _____. *Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na cerimônia de lançamento mundial do Relatório PNUD de Desenvolvimento Humano 2007/2008*. Palácio do Planalto, 27/11/2007. Disponível em _____. Acesso em _____.

223) _____. *Discurso do Presidente da República na cerimônia de inauguração das obras de ampliação da siderúrgica ArcelorMittal Tubarão*. Vitória-ES, 29/11/2007. Disponível em _____. Acesso em _____.

224) _____. *Discurso do Presidente da República na cerimônia de lançamento do Plano Social de Registro Civil de Nascimento e Documentação Básica e entrega de títulos de cessão de uso de terras para populações ribeirinhas*. Breves-PA, 06/12/2007. Disponível em _____. Acesso em _____.

225) _____. *Discurso do Presidente da República durante almoço de fim de ano dos Oficiais-Generais da Marinha, Exército e Aeronáutica*. Clube Naval, Brasília-DF, 11/12/2007. Disponível em _____. Acesso em _____.

226) _____. *Discurso do Presidente da República na cerimônia de encerramento do Encontro Empresarial Brasil-Venezuela e de assinatura de atos*. Caracas-Venezuela, 13/12/2007. Disponível em _____. Acesso em _____.

227) _____. *Discurso do Presidente da República durante a cerimônia de abertura da reunião de chefes de Estado do Mercosul e Estados Associados*. Montevidéu-Uruguai, 18/12/2007. Disponível em _____. Acesso em _____.

228) _____. *Texto introdutório da mensagem do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, ao Congresso Nacional*. Brasília-DF, 06/02/2008. Disponível em _____. Acesso em _____.

229) _____. *Discurso do Presidente da República no Fórum de Legisladores dos Países do G-8 e do Brasil, China, Índia, México e África do Sul (G-8+5).* Brasília-DF, 21/02/2008. Disponível em _____. Acesso em _____.

230) _____. *Discurso do Presidente da República na cerimônia de premiação da Olimpíada Brasileira de Matemática das Escolas Públicas – OBMEP 2007*. Theatro Municipal, Rio de Janeiro-RJ, 26/02/2008. Disponível em _____. Acesso em _____.

231) _____. *Discurso do Presidente da República na cerimônia de lançamento do programa Territórios da Cidadania.* Quixadá-CE, 28/02/2008. Disponível em _____. Acesso em _____.

232) _____. *Discurso do Presidente da República na cerimônia de inauguração da Embrapa Monitoramento por Satélite*. Campinas-SP, 04/03/2008. Disponível em _____. Acesso em _____.

233) _____. *Discurso do Presidente da República na cerimônia de comemoração do Dia Internacional da Mulher*. Palácio do Planalto, 05/03/2008. Disponível em _____. Acesso em _____.

234) _____. *Discurso do Presidente da República na mesa de negócios do The Economist Newspaper Group*. Blue Tree, Brasília-DF, 12/03/2008. Disponível em _____. Acesso em _____.

235) _____. *Discurso do Presidente da República na solenidade "MDS 4 anos – Superando a Fome e Reduzindo as Desigualdades Sociais"*. QG do Exército, Setor Militar Urbano, Brasília-DF, 12/03/2008. Disponível em _____. Acesso em _____.

236) _____. *Discurso do Presidente da República na cerimônia de assinatura de ordens de início das obras do PAC no Mato Grosso do Sul, lançamento do programa Caminho da Escola, entrega de telecentros e visita às obras de urbanização e saneamento do bairro Vila Popular*. Campo Grande-MS, 18/03/2008. Disponível em _____. Acesso em _____.

237) _____. *Discurso do Presidente da República durante entrega dos contratos de cessão de uso de águas públicas para aqüicultura, assinatura do termo de cooperação técnica entre Petrobras, Mato Grosso do Sul e Paraná para construção do alcoolduto Campo Grande/Paranaguá, e assinatura de contratos do PAC*. Foz do Iguaçu-PR, 20/03/2008. Disponível em _____. Acesso em _____.

238) _____. *Discurso do Presidente da República durante a cerimônia de lançamento do programa de revitalização do Maciço do Morro da Cruz e de assinatura dos termos de doação de telecentros a municípios do estado de Santa Catarina*. Florianópolis-SC, 20/03/2008. Disponível em _____. Acesso em _____.

239) _____. *Discurso do Presidente da República durante a cerimônia de inauguração do novo prédio do Instituto Materno-Infantil Professor Fernando Figueira – IMIP*. Recife-PE, 27/03/2008. Disponível em _____. Acesso em _____.

240) _____. *Discurso do Presidente da República durante participação no Fórum Empresarial Brasil-México*. Recife-PE, 27/03/2008. Disponível em _____. Acesso em _____.

241) _____. *Discurso do Presidente da República durante reunião do 25º Pleno do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social – CDES*. Palácio do Planalto, 01/04/2008. Disponível em _____. Acesso em _____.

242) _____. *Discurso do Presidente da República durante a cerimônia de assinatura de ordens de serviço de início das obras do PAC, assinatura de convênio com o estado para o programa Bolsa Formação de Policiais e doação de telecentros aos municípios do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre-RS, 03/04/2008. Disponível em _____. Acesso em _____.

243) _____. *Discurso do Presidente da República na abertura da 30ª Conferência Regional da FAO para a América Latina e Caribe*. Palácio Itamaraty, 16/04/2008. Disponível em _____. Acesso em _____.

244) _____. *Discurso do Presidente da República durante a cerimônia de assinatura de atos*. Acra-Gana, 19/04/2008. Disponível em _____. Acesso em _____.

245) _____. *Discurso do Presidente da República durante cerimônia de descerramento de placa alusiva à visita às instalações do escritório regional da Embrapa na África*. Acra-Gana, 20/04/2008. Disponível em _____. Acesso em _____.

246) _____. *Discurso do Presidente da República durante cerimônia de comemoração do 35º aniversário da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa)*. Palácio do Planalto, 23/04/2008. Disponível em _____. Acesso em _____.

247) _____. *Discurso do Presidente da República durante cerimônia de assinatura de ordens de serviço de início de obras do PAC em municípios das regiões de Campinas e Sorocaba*. Campinas-SP, 25/04/2008. Disponível em _____. Acesso em _____.

248) _____. *Discurso do Presidente da República durante a cerimônia de inauguração da unidade industrial da Braskem*. Paulínia-SP, 25/04/2008. Disponível em _____. Acesso em _____.

249) _____. *Discurso do Presidente da República na cerimônia de instalação e posse do Conselho Deliberativo da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste – Sudene*. Maceió-AL, 30/04/2008. Disponível em _____. Acesso em _____.

250) _____. *Discurso do Presidente da República durante cerimônia de lançamento do Plano Amazônia Sustentável – PAS*. Palácio do Planalto, 08/05/2008. Disponível em _____. Acesso em _____.

251) _____. *Discurso do Presidente da República durante cerimônia de lançamento da Política de Desenvolvimento Produtivo Inovar e Investir para Crescer*. Rio de Janeiro-RJ, 12/05/2008. Disponível em _____. Acesso em _____.

252) _____. *Discurso do Presidente da República durante a abertura do Seminário Empresarial Brasil-Peru*. Lima-Peru, 17/05/2008. Disponível em _____. Acesso em _____.

253) _____. *Discurso do Presidente da República na cerimônia de assinatura de atos relativos a obras do PAC dos municípios do ABC*. Santo André-SP, 20/05/2008. Disponível em _____. Acesso em _____.

254) _____. *Discurso do Presidente da República durante cerimônia de abertura do XX Fórum Nacional do Instituto Nacional de Altos Estudos – INAE*. Rio de Janeiro-RJ, 26 de maio de 2008. Disponível em _____. Acesso em _____.

255) _____. *Discurso do Presidente da República durante cerimônia de entrega da primeira locomotiva de grande porte produzida no Brasil*. Contagem-MG, 27/05/2008. Disponível em _____. Acesso em _____.

256) _____. *Discurso do Presidente da República durante cerimônia de assinatura de atos e lançamento de programas em Belém do Pará*. Belém-PA, 30/05/2008. Disponível em _____. Acesso em _____.

257) _____. *Discurso do Presidente da República durante a reunião de Alto Nível da FAO sobre Segurança Alimentar, Mudanças Climáticas e Bioenergia*. Roma-Itália, 03/06/2008. Disponível em _____. Acesso em _____.

258) _____. *Discurso do Presidente da República durante cerimônia de abertura da 15a Feira Internacional de Produtos, Equipamentos, Serviços e Tecnologia para Hospitais, Laboratórios, Farmácias, Clínicas e Consultórios – HOSPITALAR/2008*. São Paulo-SP, 12/06/2008. Disponível em _____. Acesso em _____.

259) _____. *Discurso do Presidente da República durante a cerimônia de assinatura de atos do PAC - Saneamento e Habitação II*. Palácio do Planalto, 24/06/2008. Disponível em _____. Acesso em _____.

260) _____. *Discurso do Presidente da República durante plenária de abertura do seminário Responsabilidade Social das Empresas e Direitos Humanos – Encontro de Presidentes*. São Paulo-SP, 24/06/2008. Disponível em _____. Acesso em _____.

261) _____. *Discurso do Presidente da República durante a cerimônia de lançamento do Pólo Aeronáutico de Helicópteros de Grande Porte*. Itajubá-MG, 30/06/2008. Disponível em _____. Acesso em _____.

262) _____. *Intervenção do Presidente da República durante Reunião de Cúpula dos Chefes de Estado do Mercosul e Estados Associados*. San Miguel de Tucumán-Argentina, 01/07/2008. Disponível em _____. Acesso em _____.

263) _____. *Discurso do Presidente da República durante cerimônia de lançamento do Plano Agrícola e Pecuário 2008-2009*. Curitiba-PR, 02/07/2008. Disponível em _____. Acesso em _____.

264) _____. *Discurso do Presidente da República durante cerimônia de lançamento do Plano Safra Mais Alimentos*. Brasília-DF, 03/07/2008. Disponível em _____. Acesso em _____.

265) _____. *Discurso do Presidente da República durante cerimônia de despedida dos atletas que representarão o Brasil nas Olimpíadas de Pequim/2008*. Palácio do Planalto, 04/07/2008. Disponível em _____. Acesso em _____.

266) _____. *Mensagem do Presidente da República ao jornal Asahi Shimbun por ocasião de sua visita ao Japão*. [S.l.], 04/07/2008. Disponível em _____. Acesso em _____.

267) _____. *Declaração à imprensa emitida pelo Presidente da República por ocasião da visita à Indonésia*. Jacarta-Indonésia, 12/07/2008. Disponível em _____. Acesso em _____.

268) _____. *Discurso do Presidente da República na cerimônia de abertura do Encontro Empresarial Brasil-Colômbia*. Bogotá-Colômbia, 19/07/2008. Disponível em _____. Acesso em _____.

269) _____. *Discurso do Presidente da República durante cerimônia de inauguração da usina de biocombustível de Candeias e lançamento da Petrobras Biocombustíveis S.A.*. Candeias-BA, 29/07/2008. Disponível em _____. Acesso em _____.

270) _____. *Discurso do Presidente da República durante cerimônia de assinatura de atos do Ministério do Meio Ambiente*. Rio de Janeiro-RJ, 01/08/2008. Disponível em _____. Acesso em _____.

271) _____. *Discurso do Presidente da República durante cerimônia de celebração dos 108 anos da Fiocruz – Manguinhos*. Rio de Janeiro-RJ, 01/08/2008. Disponível em _____. Acesso em _____.

272) _____. *Cerimônia de posse da nova diretoria do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC*. São Bernardo do Campo-SP, 02/08/2008. Disponível em _____. Acesso em _____.

273) _____. *Discurso do Presidente da República na cerimônia de entrega da 17ª edição do Prêmio Anamaco 2008*. São Paulo-SP, 12/08/2008. Disponível em _____. Acesso em _____.

274) _____. *Cerimônia de inauguração da expansão da refinaria Alunorte e anúncio da implantação do pólo siderúrgico em Marabá*. Barcarena-PA, 14/08/2008. Disponível em _____. Acesso em _____.

275) _____. *Discurso do Presidente da República na cerimônia de inauguração da segunda usina comercial de biodiesel da Petrobras*. Quixadá-CE, 20/08/2008. Disponível em _____. Acesso em _____.

276) _____. *Discurso do Presidente da República durante o 18º Congresso Brasileiro de Contabilidade*. Gramado-RS, 26/08/2008. Disponível em _____. Acesso em _____.

277) _____. *Discurso do Presidente da República sobre os investimentos no País, durante reunião ampliada do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social (CDES)*. Palácio do Planalto, 28/08/2008. Disponível em _____. Acesso em _____.

278) _____. *Discurso do Presidente da República durante cerimônia de inauguração dos campi da Univasf e visita ao Hospital de Urgências e Traumas de Petrolina*. Petrolina-PE, 04/09/2008. Disponível em _____. Acesso em _____.

279) _____. *Discurso do Presidente da República na cerimônia de comemoração dos 100 anos do nascimento de Josué de Castro*. Recife-PE, 05/09/2008. Disponível em _____. Acesso em _____.

280) _____. *Discurso do presidente da República na cerimônia de abertura da IV Feira Internacional da Amazônia - Fiam 2008*. Manaus-AM, 10/09/2008. Disponível em _____. Acesso em _____.

281) _____. *Discurso do Presidente da República por ocasião da visita oficial ao Brasil do primeiro-ministro do Reino da Noruega, Jens Stoltenberg*. Palácio Itamaraty, 16/09/2008. Disponível em _____. Acesso em _____.

282) _____. *Discurso do Presidente da República na cerimônia de batismo da plataforma P-53*. Rio Grande-RS, 18/09/2008. Disponível em _____. Acesso em _____.

283) _____. *Discurso do Presidente da República durante jantar para a entrega da condecoração da insígnia de ouro da "America's Society" (Sociedade das Américas) e do "Council of the Americas" (Conselho das Américas)*. Nova Iorque-EUA, 22/09/2008. Disponível em _____. Acesso em _____.

284) _____. *Discurso do Presidente da República no encontro com atletas brasileiros medalhistas olímpicos e paraolímpicos de Pequim 2008*. Palácio do Planalto, 01/10/2008. Disponível em _____. Acesso em _____.

285) _____. *Discurso do Presidente da República na cerimônia de comemoração dos 70 anos do Sindicato dos Químicos*. Santo André-SP, 03/10/2008. Disponível em _____. Acesso em _____.

286) _____. *Discurso do Presidente da República durante encerramento do 3º Fórum de Dirigentes de Empresas Brasil-Estados Unidos*. São Paulo-SP, 10/10/2008. Disponível em _____. Acesso em _____.

287) _____. *Discurso do Presidente da República durante sessão de encerramento de encontro empresarial*. Maputo-Moçambique, 16/10/2008. Disponível em _____. Acesso em _____.

288) _____. *Discurso do Presidente da República na cerimônia de premiação das empresas mais admiradas do Brasil, promovida pela revista Carta Capital*. São Paulo-SP, 20/10/2008. Disponível em _____. Acesso em _____.

289) _____. *Discurso do Presidente da República na cerimônia de comemoração dos 60 anos da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC)*. São Paulo-SP, 21/10/2008. Disponível em _____. Acesso em _____.

290) _____. *Discurso do Presidente da República durante cerimônia de inauguração do Centro de Negócios da Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos (Apex) em Havana e assinatura do contrato de concessão do Bloco Exploratório 37 entre a Petrobras e a Cupet (Cubapetroleo).* Havana-Cuba, 31/10/2008. Disponível em _____. Acesso em _____.

291) _____. *Discurso do Presidente da República na reunião plenária do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social-CDES*. Palácio do Planalto, 06/11/2008. Disponível em _____. Acesso em _____.

292) _____. *Discurso do Presidente da República durante encerramento do Seminário sobre as oportunidades de investimento no Brasil oferecidas pelo Programa de Aceleração do Crescimento*. Roma-Itália, 11/11/2008. Disponível em _____. Acesso em _____.

293) _____. *Discurso do Presidente da República durante sessão plenária de encerramento da Conferência Internacional sobre Biocombustíveis*. São Paulo-SP, 21/11/2008. Disponível em _____. Acesso em _____.

294) _____. *Discurso do Presidente da República durante a I Conferência Nacional de Aprendizagem Profissional*. Centro de Convenções, Brasília-DF, 24/11/2008. Disponível em _____. Acesso em _____.

295) _____. *Declaração à imprensa do Presidente da República após cerimônia de assinatura de atos com o Presidente da Federação Russa, Dmitri Medvedev*. Rio de Janeiro-RJ, 26/11/2008. Disponível em _____. Acesso em _____.

296) _____. *Discurso do Presidente da República durante reunião do Fórum Brasileiro de Mudanças Climáticas*. Palácio do Planalto, 01/12/2008. Disponível em _____. Acesso em _____.

297) _____. *Discurso do Presidente da República durante o IX Fórum de Governadores do Nordeste*. Recife-PE, 02/12/2008. Disponível em _____. Acesso em _____.

298) _____. *Discurso do Presidente da República durante abertura do 3º Congresso Mundial de Engenheiros Inovação com Responsabilidade Social*. Centro de Convenções, Brasília-DF, 03/12/2008. Disponível em _____. Acesso em _____.

299) _____. *Discurso do Presidente da República na cerimônia de lançamento das linhas de ação do Fundo Setorial do Audiovisual*. Rio de Janeiro-RJ, 04/12/2008. Disponível em _____. Acesso em _____.

300) _____. *Discurso do Presidente da República durante almoço de confraternização com oficiais-generais das Forças Armadas*. Brasília-DF, 08/12/2008. Disponível em _____. Acesso em _____.

301) _____. *Discurso do Presidente da República na cerimônia de inauguração da Ferrovia Norte-Sul (trecho Araguaína-Colinas/TO) e do Pátio Multimodal de Colinas do Tocantins*. Colinas-TO, 09/12/2008. Disponível em _____. Acesso em _____.

302) _____. *Declaração à imprensa concedida pelo Presidente da República após visita ao Porto de Itajaí, com declarações de autoridades federais, estaduais e municipais sobre as medidas para o estado de Santa Catarina*. Itajaí-SC, 12/12/2008. Disponível em _____. Acesso em _____.

303) _____. *Discurso do Presidente da República na cerimônia de inauguração da Avenida do Cardoso e de entrega de apartamentos de núcleos habitacionais*. Belo Horizonte-MG, 12/12/2008. Disponível em _____. Acesso em _____.

304) _____. *Seminário empresarial "Parceria Brasil-UE Desafios e Oportunidades para os Próximos Anos", com a presença do presidente da República francesa, Nicolas*

Sarkozy, e do presidente da Comissão Européia, José Manuel Durão Barroso. Rio de Janeiro-RJ, 22/12/2008. Disponível em _____. Acesso em _____.

305) _____. *Discurso do Presidente da República durante a cerimônia de encerramento da Cúpula da América Latina e do Caribe sobre Integração e Desenvolvimento (Calc)*. Costa do Sauípe-BA, 17/12/2008. Disponível em _____. Acesso em _____.

306) _____. *Discurso do Presidente da República durante confraternização de Natal com os funcionários da Presidência da República*. Palácio do Planalto, 19/12/2008. Disponível em _____. Acesso em _____.

307) _____. *Discurso do Presidente da República na celebração do Natal da Vida e da Cidadania dos Catadores e da População em Situação de Rua*. São Paulo-SP, 23/12/2008. Disponível em _____. Acesso em _____.

308) _____. *Discurso do Presidente da República durante sanção do Projeto de Lei dos IFETs Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia*. Palácio do Planalto, 29/12/2008. Disponível em _____. Acesso em _____.

309) _____. *Discurso do Presidente da República na cerimônia de abertura da 36ª Couromoda – Feira Internacional de Calçados, Artigos Esportivos e Artefatos de Couro*. São Paulo-SP, 12/01/2009. Disponível em _____. Acesso em _____.

310) _____. *Discurso do Presidente da República na cerimônia de entrega dos trechos Arroyo Concépcion-El Carmen e El Carmen-Roboré do Corredor Bioceânico*. Arroyo Concépcion-Bolívia, 15/01/2009. Disponível em _____. Acesso em _____.

311) _____. *Discurso do Presidente da República durante o encontro com participantes do Fórum Social Mundial 2009 2009: painel "América Latina e o Desafio da Crise Internacional"*. Belém-PA, 29/01/2009. Disponível em _____. Acesso em _____.

312) _____. *Discurso do Presidente da República durante cerimônia de encerramento do seminário empresarial Brasil-Holanda*. São Paulo-SP, 02/03/2009. Disponível em _____. Acesso em _____.

313) _____. *Discurso do Presidente da República durante abertura da 29 Reunião do Pleno do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social – CDES*. Brasília Alvorada Hotel, Brasília-DF, 05/03/2009. Disponível em _____. Acesso em _____.

314) _____. *Discurso do Presidente da República durante cerimônia de inauguração da fase II da Unidade de Tratamento de Gás de Cacimbas – UTGC*. Linhares-ES, 06/03/2009. Disponível em _____. Acesso em _____.

315) _____. *Discurso do Presidente da República durante cerimônia de balanço do primeiro ano e anúncio dos novos Territórios da Cidadania em 2009*. Salvador-BA, 23/03/2009. Disponível em _____. Acesso em _____.

316) _____. *Discurso do Presidente da República durante cerimônia de inauguração da unidade produtora da Sadia*. Vitória de Santo Antão-PE, 23/03/2009. Disponível em _____. Acesso em _____.

317) _____. *Discurso do Presidente da República durante o Encontro Nacional de Comunicadores*. Brasília-DF, 08/04/2009. Disponível em _____. Acesso em _____.

318) _____. *Discurso do Presidente da República durante cerimônia de comemoração do aniversário de 110 anos da Klabin*. Telêmaco Borba-PR, 14/04/2009. Disponível em _____. Acesso em _____.

319) _____. *Discurso do Presidente da República na plenária de abertura do Fórum Econômico Mundial-América Latina*. Rio de Janeiro-RJ, 15/04/2009. Disponível em _____. Acesso em _____.

320) _____. *Discurso do Presidente da República durante almoço oferecido pela presidente da Argentina, Cristina Kirchner*. Buenos Aires-Argentina, 23/04/2009. Disponível em _____. Acesso em _____.

321) _____. *Discurso do Presidente da República na cerimônia de entrega do crachá do trabalhador número 30 mil do Complexo Siderúrgico da ThyssenKrupp CSA*. Rio de Janeiro-RJ, 30/04/2009. Disponível em _____. Acesso em _____.

322) _____. *Discurso do Presidente da República durante cerimônia alusiva à extração do primeiro barril de óleo na camada pré-sal do Campo de Tupi*. Rio de Janeiro-RJ, 01/05/2009. Disponível em _____. Acesso em _____.

323) _____. *Discurso do Presidente da República durante cerimônia em comemoração ao Dia do Diplomata.* Palácio Itamaraty, Brasília-DF, 07/05/2009. Disponível em _____. Acesso em _____.

324) _____. *Discurso do Presidente da República por ocasião de almoço na Câmara de Comércio, na Arábia Saudita*. Riade-Arábia Saudita, 17/05/2009. Disponível em _____. Acesso em _____.

325) _____. *Discurso do Presidente da República durante cerimônia de encerramento do Seminário Brasil-China: Novas Oportunidades para a Parceria Estratégica*. Pequim-China, 19/05/2009. Disponível em _____. Acesso em _____.

326) _____. *Discurso do Presidente da República durante cerimônia de inauguração do Centro de Estudos Brasileiros.* Pequim-China, 19/05/2009. Disponível em _____. Acesso em _____.

327) _____. *Discurso do Presidente da República durante sessão de encerramento do Seminário Internacional Brasil-Turquia*. Istambul-Turquia, 21/05/2009. Disponível em _____. Acesso em _____.

328) _____. *Discurso do Presidente da República durante cerimônia de lançamento do III Festival Mundial de Artes Negras*. Salvador-BA, 25/05/2009. Disponível em _____. Acesso em _____.

329) _____. *Discurso do Presidente da República durante solenidade de entrega das obras no Quarteirão Leite Alves*. Cachoeira-BA, 25/05/2009. Disponível em _____. Acesso em _____.

330) _____. *Discurso do Presidente da República durante cerimônia de entrega das chaves da cidade da Guatemala*. Cidade da Guatemala-Guatemala, 02/02/2009. Disponível em _____. Acesso em _____.

331) _____. *Discurso do Presidente da República durante encontro com sindicalistas*. Genebra-Suíça, 15/06/2009. Disponível em _____. Acesso em _____.

332) _____. *Discurso do Presidente da República durante sessão do Conselho de Direitos Humanos.* Genebra-Suíça, 15/06/2009. Disponível em _____. Acesso em _____.

333) _____. *Discurso do Presidente da República durante cerimônia de lançamento do Plano Agrícola e Pecuário 2009-2010*. Londrina-PR, 22/06/2009. Disponível em _____. Acesso em _____.

334) _____. *Discurso do Presidente da República na cerimônia de comemoração do Dia do Pescador – sanção das leis da pesca e aquicultura e de criação do Ministério da Pesca e Aquicultura*. Itajaí-SC, 26/06/2009. Disponível em _____. Acesso em _____.

335) _____. *Discurso do Presidente da República durante cerimônia de sanção da lei que anistia estrangeiros em situação irregular no Brasil*. Ministério da Justiça, Brasília-DF, 02/07/2009. Disponível em _____. Acesso em _____.

336) _____. *Declaração à Imprensa concedida pelo Presidente da República em conjunto com os demais líderes do G-5*. L'Aquila-Itália, 08/07/2009. Disponível em _____. Acesso em _____.

337) _____. *Discurso do Presidente da República na cerimônia de inauguração das obras de reurbanização da área de Ponta Verde e Jatiúca, orla marítima*. Maceió-AL, 14/07/2009. Disponível em _____. Acesso em _____.

338) _____. *Discurso do Presidente da República durante cerimônia de anúncio de investimentos da General Motors do Brasil*. Centro Cultural Banco do Brasil-DF, 15/07/2009. Disponível em _____. Acesso em _____.

339) _____. *Palavras do presidente durante encontro de trabalho com o Conselho Diretor do Banco do Brasil*. Centro Cultural Banco do Brasil (Brasília-DF), 20/07/2009. Disponível em _____. Acesso em _____.

340) _____. *Discurso do Presidente da República durante cerimônia de comemoração dos 71 anos da Confederação Nacional da Indústria CNI*. Brasília-DF, 12/08/2009. Disponível em _____. Acesso em _____.

341) _____. *Discurso do Presidente da República na cerimônia de entrega de unidades habitacionais e de anúncio da construção de novas unidades*. Rio Branco-AC, 21/08/2009. Disponível em _____. Acesso em _____.

342) _____. *Discurso do Presidente da República durante encontro com lideranças da Região do ABC: "O ABC em diálogo com o Presidente".* São Bernardo do Campo-SP, 25/08/2009. Disponível em _____. Acesso em _____.

343) _____. *Discurso do Presidente da República durante a 31ª reunião ordinária do Pleno do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social*. Palácio Itamaraty, Brasília-DF, 27/07/2009. Disponível em _____. Acesso em _____.

344) _____. *Intervenção do Presidente da República durante a reunião extraordinária do Conselho de Chefes de Estado e de Governo da União de Nações Sul-Americanas (Unasul).* Bariloche-Argentina, 28/08/2009. Disponível em _____. Acesso em _____.

345) _____. *Discurso do Presidente da República durante cerimônia de formatura dos alunos do Plano Setorial de Qualificação dos Beneficiários do Bolsa Família (Planseq) – Programa Próximo Passo, da região metropolitana do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro-RJ, 01/09/2009. Disponível em _____. Acesso em _____.

346) _____. *Discurso do Presidente da República na cerimônia de encerramento do 27 Encontro Econômico Brasil-Alemanha (EEBA).* Vitória-ES, 01/09/2009. Disponível em _____. Acesso em _____.

347) _____. *Mensagem do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, pelo 35 aniversário do estabelecimento de relações diplomáticas entre o Brasil e a China*. Publicada no jornal China Daily, 07/09/2009. Disponível em _____. Acesso em _____.

348) _____. *Discurso do Presidente da República durante almoço oferecido ao presidente de El Salvador, Mauricio Funes*. Palácio Itamaraty, Brasília-DF, 09/09/2009. Disponível em _____. Acesso em _____.

349) _____. *Discurso do Presidente da República durante cerimônia de inauguração do moinho de trigo da Bunge*. Ipojuca-PE, 11/09/2009. Disponível em _____. Acesso em _____.

350) _____. *Discurso do Presidente da República durante cerimônia de inauguração simultânea dos campi das escolas técnicas de Pernambuco*. Ipojuca-PE, 11/09/2009. Disponível em _____. Acesso em _____.

351) _____. *Discurso do Presidente da República na cerimônia alusiva ao batimento da quilha do primeiro navio do Programa de Modernização e Expansão da Frota (Promef).* Porto de Suape-PE, 11/09/2009. Disponível em _____. Acesso em _____.

352) _____. *Discurso do Presidente da República durante solenidade de abertura das comemorações dos 45 anos de criação do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea).* Brasília-DF, 16/09/2009. Disponível em _____. Acesso em _____.

353) _____. *Discurso do Presidente da República na cerimônia de ordem de início da duplicação da BR-448*. Canoas-RS, 18/09/2009. Disponível em _____. Acesso em _____.

354) _____. *Discurso do Presidente da República em jantar de entrega do prêmio Woodrow Wilson for Public Service*. Nova York-EUA, 21/09/2009. Disponível em _____. Acesso em _____.

355) _____. *Discurso do Presidente da República durante cerimônia de posse do ministro-chefe da Secretaria de Relações Institucionais da Presidência da República, Alexandre Padilha*. Palácio Itamaraty, 28/09/2009. Disponível em _____. Acesso em _____.

356) _____. *Discurso do Presidente da República durante sessão de encerramento da III Cúpula Brasil-União Europeia.* Estocolmo-Suécia, 06/10/2009. Disponível em _____. Acesso em _____.

357) _____. *Discurso do Presidente da República durante cerimônia do Dia Nacional de Combate a Cartéis.* Ministério da Justiça, Brasília-DF, 08/10/2009. Disponível em _____. Acesso em _____.

358) _____. *Discurso do Presidente da República durante encontro com trabalhadores das obras do Eixo Norte*. Cabrobó-PE, 16/10/2009. Disponível em _____. Acesso em _____.

359) _____. *Cerimônia de premiação "As Empresas Mais Admiradas no Brasil – 2009", conferido pela revista CartaCapital*. São Paulo-SP, 19/10/2009. Disponível em _____. Acesso em _____.

360) _____. *Discurso do Presidente da República durante cerimônia de lançamento do Projeto BH Digital.* Belo Horizonte-MG, 21/10/2009. Disponível em _____. Acesso em _____.

361) _____. *Discurso do Presidente da República durante anúncio da obrigatoriedade de mistura de 5 de biodiesel ao diesel de petróleo*. Centro Cultural Banco do Brasil, Brasília-DF, 23/10/2009. Disponível em _____. Acesso em _____.

362) _____. *Discurso do Presidente da República na abertura do seminário "Investing in Brazil Summit: Identifying Opportunities in the New Economic Climate".* Londres-Inglaterra, 05/11/2009. Disponível em _____. Acesso em _____.

363) _____. *Discurso do Presidente da República no Fórum de Negócios Brasil-Itália*. São Paulo-SP, 10/11/2009. Disponível em _____. Acesso em _____.

364) _____. *Discurso do Presidente da República na abertura do 9º Congresso Nacional de Iniciação Científica e 7º Congresso Internacional de Iniciação Científica*. São Paulo-SP, 13/11/2009. Disponível em _____. Acesso em _____.

365) _____. *Discurso do Presidente da República na cerimônia de assinatura do termo de compromisso para expansão e modernização da refinaria potiguar Clara Camarão e início das obras para produção de gasolina na unidade de Guamaré (PAC)*. Guamaré-RN, 19/11/2009. Disponível em _____. Acesso em _____.

366) _____. *Discurso do Presidente da República durante cerimônia de anúncio do novo plano de investimento da Ford para o Brasil*. Camaçari-BA, 20/11/2009. Disponível em _____. Acesso em _____.

367) _____. *Discurso do Presidente da República durante Fórum Empresarial, com a participação dos Presidentes do Brasil e da Ucrânia*. Kiev-Ucrânia, 02/12/2009. Disponível em _____. Acesso em _____.

368) _____. *Durante encontro com a primeira-ministra da Ucrânia, Yulia Tymoshenko*. Kiev-Ucrânia, 02/12/2009. Disponível em _____. Acesso em _____.

369) _____. *Discurso do Presidente da República durante Seminário Empresarial Brasil-Alemanha*. Hamburgo-Alemanha, 04/12/2009. Disponível em _____. Acesso em _____.

370) _____. *Discurso do Presidente da República durante solenidade de posse da diretoria do Sebrae.* Brasília-DF, 04/12/2009. Disponível em _____. Acesso em _____.

371) _____. *Discurso do Presidente da República na cerimônia de inauguração da Usina Hidrelétrica São Salvador*. São Salvador-TO, 05/12/2009. Disponível em _____. Acesso em _____.

372) _____. *Discurso do Presidente da República durante cerimônia de entrega do Prêmio Gestor Eficiente da Merenda Escolar 2009 6ª Edição*. Centro de Eventos e Convenções Brasil 21, Brasília-DF, 09/12/2009. Disponível em _____. Acesso em _____.

373) _____. *Discurso do Presidente da República na 32 reunião ordinária do Pleno do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social*. Palácio Itamaraty, Brasília-DF, 09/12/2009. Disponível em _____. Acesso em _____.

374) _____. *Discurso do Presidente da República na cerimônia alusiva ao Dia Internacional contra a Corrupção*. Brasília-DF, 09/12/2009. Disponível em _____. Acesso em _____.

375) _____. *Discurso do Presidente da República durante visita às obras do Residencial Camboa Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) Rio Anil*. São Luís-MA, 10/12/2009. Disponível em _____. Acesso em _____.

376) _____. *Discurso do Presidente da República durante sessão plenária de debate informal na Conferência das Partes da Convenção das Nações Unidas (COP-15).* Copenhague-Dinamarca, 18/12/2009. Disponível em _____. Acesso em _____.

377) _____. *Discurso do Presidente da República durante o jantar Apresentando o Melhor do Brasil, oferecido pela Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos (Apex) aos empresários exportadores e investidores*. Rio de Janeiro-RJ, 21/12/2009. Disponível em _____. Acesso em _____.

378) _____. *Discurso do Presidente da República durante a cerimônia de lançamento da pedra fundamental e de início das obras da Refinaria Premium I*. Bacabeira-MA, 15/01/2010. Disponível em _____. Acesso em _____.

379) _____. *Discurso do Presidente da República na cerimônia de inauguração do CTBE – Laboratório Nacional de Ciência e Tecnologia do Bioetanol*. Campinas-SP, 22/01/2010. Disponível em _____. Acesso em _____.

380) _____. *Discurso do presidente da República durante solenidade de entrega do prêmio Fernando de Azevedo – educador do ano 2009 – ao ministro da Educação, Fernando Haddad.* Rio de Janeiro-RJ, 25/01/2010. Disponível em _____. Acesso em _____.

381) _____. *Discurso do Presidente da República durante a cerimônia de comemoração dos 10 anos do Fórum Social Mundial*. Porto Alegre-RS, 26/01/2010. Disponível em _____. Acesso em _____.

382) _____. *Discurso do Presidente da República na cerimônia de inauguração do Gasduc III.* Duque de Caxias-RJ, 03/02/2010. Disponível em _____. Acesso em _____.

383) _____. *Discurso do Presidente da República durante cerimônia alusiva à visita às instalações da fábrica de celulose branqueada de eucalipto da Fibria/Votorantim e da fábrica da International Paper do Brasil*. Três Lagoas-MS, 19/02/2010. Disponível em _____. Acesso em _____.

384) _____. *Discurso do Presidente da República durante a sessão de encerramento da XXI Cúpula do Grupo do Rio e da II Cúpula da América Latina e do Caribe (CALC)*. Cancún-México, 23/02/2010. Disponível em _____. Acesso em _____.

385) _____. *Discurso do Presidente da República durante encontro com empresários brasileiros e mexicanos no contexto do Foro Estratégico Empresarial*. Cancún-México, 23/02/2010. Disponível em _____. Acesso em _____.

386) _____. *Discurso do Presidente da República durante encontro com empresários salvadorenhos*. San Salvador-El Salvador, 26/02/2010. Disponível em _____. Acesso em _____.

387) _____. *Discurso do Presidente da República durante cerimônia de inauguração de unidade industrial da Case New Holand da Fiat*. Sorocaba-SP, 02/03/2010. Disponível em _____. Acesso em _____.

388) _____. *Discurso do Presidente da República durante cerimônia de inauguração da usina termelétrica Euzebio Rocha*. Cubatão-SP, 10/03/2010. Disponível em _____. Acesso em _____.

389) _____. *Discurso do Presidente da República durante cerimônia de inauguração do complexo da central de atendimento da empresa Dedic GPTI.* Londrina-PR, 12/03/2010. Disponível em _____. Acesso em _____.

390) _____. *Discurso do Presidente da República durante visita a fábrica de placa-mãe e a linha de montagem de computadores da Positivo*. Curitiba-PR, 12/03/2010. Disponível em _____. Acesso em _____.

391) _____. *Discurso do Presidente da República na cerimônia de conclusão da primeira etapa das obras de ampliação e modernização da Refinaria Getúlio Vargas (Repar) e inauguração da Unidade de Propeno.* Araucária-PR, 12/03/2010. Disponível em _____. Acesso em _____.

392) _____. *Discurso do Presidente da República durante cerimônia de encerramento do encontro empresarial Brasil-Palestina*. Belém-Palestina, 16/03/2010. Disponível em _____. Acesso em _____.

393) _____. *Discurso do Presidente da República na solenidade de premiação da 3ª edição do prêmio Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM) e lançamento da 4ª edição do Relatório de Acompanhamento dos Objetivos do Milênio Centro de Convenções Ulysses Guimarães.* Brasília-DF, 24/03/2010. Disponível em _____. Acesso em _____.

394) _____. *Discurso do Presidente da República na cerimônia e jantar de celebração do Dia Nacional da Comunidade Árabe no Brasil*. São Paulo-SP, 25/03/2010. Disponível em _____. Acesso em _____.

395) _____. *Discurso do Presidente da República na cerimônia de inauguração do Gasoduto Sudeste-Nordeste (Gasene).* Itabuna-BA, 26/03/2010. Disponível em _____. Acesso em _____.

396) _____. *Discurso do Presidente da República na cerimônia de posse de novos ministros*. Palácio Itamaraty, 31/03/2010. Disponível em _____. Acesso em _____.

397) _____. *Discurso do Presidente da República durante a abertura oficial da 17 semana de capacitação do Sistema Sebrae*. Centro de Eventos e Convenções Brasil 21, Brasília-DF, 14/04/2010. Disponível em _____. Acesso em _____.

398) _____. *Discurso do Presidente da República durante cerimônia de abertura do 21 Congresso Brasileiro do Aço*. São Paulo-SP, 14/04/2010. Disponível em _____. Acesso em _____.

399) _____. *Declaração à imprensa do Presidente da República após sessão plenária da 2 Cúpula de Chefes de Estado e de Governo do BRIC*. Palácio Itamaraty, Brasília-DF,15/04/2010. Disponível em _____. Acesso em _____.

400) _____. *Declaração à imprensa do Presidente da República por ocasião da visita oficial do Presidente da China, Hu Jintao*. Palácio Itamaraty, Brasília-DF,15/04/2010. Disponível em _____. Acesso em _____.

401) _____. *Discurso do Presidente da República durante cerimônia em comemoração ao Dia do Diplomata.* Palácio Itamaraty, 20/04/2010. Disponível em _____. Acesso em _____.

402) _____. *Declaração à imprensa concedida pelo Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, durante a Reunião da Cúpula Brasil-Caricom*. Palácio Itamaraty, 26/04/2010. Disponível em _____. Acesso em _____.

403) _____. *Discurso do Presidente da República durante solenidade comemorativa aos 37 anos da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa).* Brasília-DF, 29/04/2010. Disponível em _____. Acesso em _____.

404) _____. *Discurso do Presidente da República durante solenidade de posse das diretorias da Anfavea e do Sinfavea*. São Paulo-SP, 30/04/2010. Disponível em _____. Acesso em _____.

405) _____. *Discurso do Presidente da República na comemoração do 1 de Maio Unificado promovido pelas centrais sindicais Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil (CTB), União Geral dos Trabalhadores (UGT) e Nova Central Sindical de Trabalhadores (NCST).* São Paulo-SP, 01/05/2010. Disponível em _____. Acesso em _____.

406) _____. *Discurso do Presidente da República durante solenidade em comemoração aos 10 anos do jornal Valor Econômico*. São Paulo-SP, 03/05/2010. Disponível em _____. Acesso em _____.

407) _____. *Discurso do Presidente da República na cerimônia de lançamento do primeiro navio Suezmax, batizado João Candido, construído pelo Programa de Modernização e Expansão da Frota/Programa de Aceleração do Crescimento (Promef/PAC)*. Ipojuca-PE, 07/05/2010. Disponível em _____. Acesso em _____.

408) _____. *Discurso do Presidente da República na abertura do Diálogo Brasil-África sobre Segurança Alimentar, Combate a Fome e Desenvolvimento Rural*. Palácio Itamaraty, 10/05/2010. Disponível em _____. Acesso em _____.

409) _____. *Discurso do Presidente da República durante cerimônia de inauguração do Embrapa Estudos Estratégicos e Capacitação*. Brasília-DF, 10/05/2010. Disponível em _____. Acesso em _____.

410) _____. *Discurso do Presidente da República no almoço-conferência do seminário "Brasil: Parceria para uma Nova Economia Global".* Madri – Espanha, 19/05/2010. Disponível em _____. Acesso em _____.

411) _____. *Discurso do Presidente da República durante solenidade de lançamento da TV Brasil Internacional*. Palácio Itamaraty, 24/05/2010. Disponível em _____. Acesso em _____.

412) _____. *Discurso do Presidente da República na cerimônia de abertura da 10ª Edição Michelin Challenge Bibendum no Brasil*. Rio de Janeiro-RJ, 31/05/2010. Disponível em _____. Acesso em _____.

413) _____. *Discurso do Presidente da República durante encerramento do Seminário de Alto Nível da Comissão Econômica para América Latina e Caribe (Cepal).* Brasília-DF, 01/06/2010. Disponível em _____. Acesso em _____.

414) _____. *Discurso do Presidente da República durante reunião com os representantes do Sindicato dos Metalúrgicos da Alemanha, da diretoria da Volkswagen e do Comitê Mundial dos Trabalhadores do Grupo Volkswagen*. São Bernardo do Campo-SP, 01/06/2010. Disponível em _____. Acesso em _____.

415) _____. *Discurso do Presidente da República durante cerimônia de lançamento do Plano Agrícola e Pecuário 2010/2011*. Brasília-DF, 07/06/2010. Disponível em _____. Acesso em _____.

416) _____. *Discurso do Presidente da República durante assinatura de decretos de concessão de aeroporto, de criação de ZPEs e de convênio com o governo do RN e entrega de equipamentos aos Territórios da Cidadania*. Natal-RN, 09/06/2010. Disponível em _____. Acesso em _____.

417) _____. *Discurso do Presidente da República na cerimônia de apresentação das ações de fortalecimento da Política Nacional de Atenção às Urgências*. Natal-RN, 09/06/2010. Disponível em _____. Acesso em _____.

418) _____. *Discurso do Presidente da República durante cerimônia simultânea de inaugurações, ordens de início e licitações de rodovia do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) no estado de Minas Gerais*. Uberlândia-MG, 14/06/2010. Disponível em _____. Acesso em _____.

419) _____. *Discurso do Presidente da República na cerimônia de inauguração da ThyssenKrupp CSA Siderúrgica do Atlântico*. Rio de Janeiro-RJ, 18/06/2010. Disponível em _____. Acesso em _____.

420) _____. *Discurso do Presidente da República durante cerimônia alusiva ao início da terraplanagem da usina siderúrgica Aços Laminados do Pará S/A (Alpa).* Marabá-PA, 22/06/2010. Disponível em _____. Acesso em _____.

421) _____. *Discurso do Presidente da República durante sessão de encerramento do Seminário Empresarial Brasil-Quênia*. Nairóbi-Quênia, 06/07/2010. Disponível em _____. Acesso em _____.

422) _____. *Discurso do Presidente da República na cerimônia de abertura do Encontro Empresarial Brasil-Tanzânia*. Dar es Salaam-Tanzânia, 07/07/2010. Disponível em _____. Acesso em _____.

423) _____. *Discurso do Presidente da República durante encerramento do Seminário Empresarial Brasil-Zâmbia*. Lusaca-Zâmbia, 08/07/2010. Disponível em _____. Acesso em _____.

424) _____. *Discurso do Presidente da República durante encerramento do Fórum Empresarial Brasil-África do Sul*. Johannesburgo-África do Sul, 09/07/2010. Disponível em _____. Acesso em _____.

425) _____. *Discurso do Presidente da República na cerimônia de lançamento do edital de concorrência do projeto do Trem de Alta Velocidade (TAV).* Centro Cultural Banco do Brasil, Brasília-DF, 13/07/2010. Disponível em _____. Acesso em _____.

426) _____. *Discurso do Presidente da República durante encerramento do 4 Fórum Empresarial Brasil-União Europeia*. Palácio Itamaraty, 14/07/2010. Disponível em _____. Acesso em _____.

427) _____. *Discurso do Presidente da República durante solenidade de abertura do encontro com diretores nacionais, superintendentes e gestores de atendimento regionais da Caixa Econômica Federal*. Centro de Convenções Brasil 21, Brasília-DF, 14/07/2010. Disponível em _____. Acesso em _____.

428) _____. *Discurso do Presidente da República na cerimônia de assinatura de contratos para mobilidade e drenagem urbana e construção de moradias; de assinatura da ordem de início da duplicação da BR-386 Tabaí-Estrela e de lançamento do edital da duplicação da BR-116 Porto Alegre-Pelotas*. Porto Alegre-RS, 29/07/2010. Disponível em _____. Acesso em _____.

429) _____. *Discurso do Presidente da República na sessão de abertura da 39ª Reunião de Cúpula do Mercosul e sessão de trabalho*. San Juan-Argentina, 03/08/2010. Disponível em _____. Acesso em _____.

430) _____. *Discurso do Presidente da República durante reunião de instalação da Secretaria da Cúpula América do Sul-África*. Caracas-Venezuela, 06/08/2010. Disponível em _____. Acesso em _____.

431) _____. *Discurso do Presidente da República na cerimônia de encerramento do Seminário Empresarial Brasil-El Salvador*. São Paulo-SP, 09/08/2010. Disponível em _____. Acesso em _____.

432) _____. *Discurso do Presidente da República durante audiência ao Conselho Nacional da Juventude para assinatura da convocação da 2ª Conferência Nacional da Juventude*. Centro Cultural Banco do Brasil, Brasília-DF, 12/08/2010. Disponível em _____. Acesso em _____.

433) _____. *Discurso do Presidente da República durante visita ao Canteiro Industrial da Transnordestina, com transmissão simultânea da cerimônia de assinatura da ordem de início da construção do lote 1 da Ferrovia Transnordestina (trecho Missão Velha/Pecém).* Salgueiro-PE, 17/08/2010. Disponível em _____. Acesso em _____.

434) _____. *Discurso do Presidente da República na cerimônia alusiva ao início da pré-operação da Unidade de Fios de Poliéster da Petroquímica Suape e inauguração do Gasoduto Pilar (AL)-Ipojuca (PE).* Ipojuca-PE, 27/08/2010. Disponível em _____. Acesso em _____.

435) _____. *Discurso do Presidente da República na abertura da conferência "Gênero, Desenvolvimento e Poder".* Foz do Iguaçu-PR, 01/09/2010. Disponível em _____. Acesso em _____.

436) _____. *Discurso do Presidente da República na cerimônia de inauguração do armazém graneleiro para 100 mil toneladas, da Conab*. Uberlândia-MG, 08/09/2010. Disponível em _____. Acesso em _____.

437) _____. *Discurso do Presidente da República na cerimônia de entrega de trechos da BR-101SC, ordem de início de novo trecho, edital do túnel do Morro do Formigão e contrato do projeto da via expressa de Florianópolis*. Criciúma-SC, 13/09/2010. Disponível em _____. Acesso em _____.

438) _____. *Discurso do Presidente da República durante cerimônia de inauguração do trecho Colinas do Tocantins-Palmas da Ferrovia Norte-Sul e dos pátios multimodais de Palmas/Porto Nacional e Guaraí/Tupirama*. Palmas-TO, 21/09/2010. Disponível em _____. Acesso em _____.

439) _____. *Discurso do Presidente da República durante cerimônia alusiva às visitas e assinatura da ordem de serviço para finalizar as obras de rebaixamento da Linha Férrea de Maringá.* Maringá-PR, 23/09/2010. Disponível em _____. Acesso em _____.

440) _____. *Discurso do Presidente da República durante a cerimônia de comemoração dos 60 anos da Refinaria Landulpho Alves*. São Francisco do Conde-BA, 29/09/2010. Disponível em _____. Acesso em _____.

441) _____. *Discurso do Presidente da República durante cerimônia de inauguração da ampliação do Centro de Pesquisas e Desenvolvimento Leopoldo Américo Miguez de Mello (Cenpes).* Rio de Janeiro-RJ, 07/10/2010. Disponível em _____. Acesso em _____.

442) _____. *Discurso do Presidente da República na cerimônia de batismo da Plataforma P-57.* Angra dos Reis-RJ, 07/10/2010. Disponível em _____. Acesso em _____.

443) _____. *Discurso do Presidente da República durante cerimônia de lançamento do Plano de Desenvolvimento Regional Sustentável do Xingu*. Belém-PA, 14/10/2010. Disponível em _____. Acesso em _____.

444) _____. *Discurso do Presidente da República na cerimônia de premiação "As Empresas mais admiradas do Brasil", promovida pela revista Carta Capital*. São Paulo-SP, 18/10/2010. Disponível em _____. Acesso em _____.

445) _____. *Discurso do Presidente da República na cerimônia de inauguração do Polo Naval de Rio Grande.* Rio Grande-RS, 21/10/2010. Disponível em _____. Acesso em _____.

446) _____. *Discurso do Presidente da República na cerimônia de entrega de unidades do programa Minha Casa, Minha Vida para famílias atingidas pelas chuvas de abril no Complexo do Alemão.* Rio de Janeiro-RJ, 25/10/2010. Disponível em _____. Acesso em _____.

447) _____. *Discurso do Presidente da República na reunião do Fórum Brasileiro de Mudanças Climáticas.* Palácio do Planalto, 26/10/2010. Disponível em _____. Acesso em _____.

448) _____. *Discurso do Presidente da República durante visita ao navio plataforma "FPSO Cidade de Angra dos Reis" para início da produção de petróleo da camada pré-sal no Campo de Tupi, da Bacia de Santos*. Bacia de Santos-RJ, 28/10/2010. Disponível em _____. Acesso em _____.

449) _____. *Palavras do Presidente da República na abertura da quarta reunião ministerial de 2010.* Palácio do Planalto, 04/11/2010. Disponível em _____. Acesso em _____.

450) _____. *Discurso do Presidente da República na cerimônia de formatura da "Turma Zilda Arns" do Instituto Rio Branco*. Palácio Itamaraty, 05/11/2010. Disponível em _____. Acesso em _____.

451) _____. *Palavras do Presidente da República durante a aula inaugural por ocasião da instalação do Polo da Universidade Aberta do Brasil, no Instituto Nacional de Educação a Distância-INED*. Maputo-Moçambique, 09/11/2010. Disponível em _____. Acesso em _____.

452) _____. *Discurso do Presidente da República durante reunião do G-20*. Seul-Coreia do Sul, 12/11/2010. Disponível em _____. Acesso em _____.

453) _____. *Discurso do Presidente da República durante cerimônia de posse da nova diretoria da Confederação Nacional da Indústria.* Centro de Eventos e Convenções Brasil 21, Brasília-DF, 17/11/2010. Disponível em _____. Acesso em _____.

454) _____. *Discurso do Presidente da República durante recebimento do Prêmio Especial Personalidade do Ano 2010, oferecido pela Câmara Portuguesa de Comércio no Brasil.* São Paulo-SP, 22/11/2010. Disponível em _____. Acesso em _____.

455) _____. *Discurso do Presidente da República durante o 3º Seminário Nacional do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA).* Hotel Nacional, Brasília-DF, 25/11/2010. Disponível em _____. Acesso em _____.

456) _____. *Discurso do Presidente da República durante cerimônia alusiva à visita às obras da usina hidrelétrica de Estreito para início do enchimento do lago*. Estreito-MA, 30/11/2010. Disponível em _____. Acesso em _____.

457) _____. *Discurso do Presidente da República durante cerimônia de outorga do Prêmio Nacional de Desenvolvimento Regional – Edição 2010: Homenagem a Celso Furtado*. Palácio do Planalto, 01/12/2010. Disponível em _____. Acesso em _____.

458) _____. *Discurso do Presidente da República na cerimônia de entrega de títulos de concessão de direito real de uso às comunidades tradicionais, assinatura do decreto do macrozoneamento econômico-ecológico da Amazônia Legal e anúncio de índices de desmatamento*. Palácio do Planalto, 01/12/2010. Disponível em _____. Acesso em _____.

459) _____. *Discurso do Presidente da República durante cerimônia de posse solene do Conselho de Representantes de Brasileiros no Exterior, no âmbito da 3ª Conferência*

“Brasileiros no Mundo”. Rio de Janeiro-RJ, 03/12/2010. Disponível em _____. Acesso em _____.

460) _____. *Discurso do Presidente da República durante cerimônia de comemoração dos 7 anos do Programa Bolsa Família e lançamento da nova versão do Cadastro Único dos Programas Sociais*. Brasília-DF, 07/12/2010. Disponível em _____. Acesso em _____.

461) _____. Discurso do Presidente da República durante a apresentação do balanço de quatro anos do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). Palácio do Planalto, 09/12/2010. Disponível em _____. Acesso em _____.

462) _____. *Discurso do Presidente da República durante cerimônia de Registro do Balanço de Governo 2003-2010*. Palácio do Planalto, 15/12/2010. Disponível em _____. Acesso em _____.

463) _____. *Discurso do Presidente da República durante solenidade de apresentação dos novos oficiais-generais*. Clube Naval, Brasília-DF, 20/12/2010. Disponível em _____. Acesso em _____.

464) _____. *Discurso do Presidente da República durante reunião do Conselho Nacional de Ciência e Tecnologia e inauguração do novo edifício sede do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).* Brasília-DF, 27/12/2010. Disponível em _____. Acesso em _____.

Dilma Rousseff

1) ROUSSEFF, Dilma. *Discurso durante cerimônia de abertura do Diálogo de Alto Nível Brasil-China em Ciência, Tecnologia e Inovação*. Pequim, China, 12/04/2011. Disponível no banco de discursos presidenciais do Projeto Análise de Conteúdo de Pronunciamentos Oficiais em matéria de Política Externa (ACPOLEX) do Laboratório de Análise Política Mundial (LABMUNDO) do Instituto de Estudos Sociais e Políticos da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (IESP-UERJ). Acesso em 20/08/2020.

2) _____. *Discurso na cerimônia de encerramento do Seminário Empresarial “Brasil-China: para além da complementaridade”*. Pequim, China, 12/04/2011. Disponível em _____. Acesso em _____.

3) _____. *Declaração à imprensa concedida após 3ª Cúpula dos BRICS*. Sanya, China, 14/04/2011. Disponível em _____. Acesso em _____.

4) _____. *Discurso durante cerimônia de abertura do Fórum de Boao*. Boao, China, 15/04/2011. Disponível em _____. Acesso em _____.

5) _____. *Discurso da Presidenta da República, Dilma Rousseff, durante cerimônia de formatura da Turma 2009-2011 do Instituto Rio Branco*. Brasília-DF, 20/04/2011. Disponível em _____. Acesso em _____.

6) _____. *Discurso da Presidenta da República, Dilma Rousseff, durante cerimônia de instalação da Câmara de Políticas de Gestão, Desempenho e Competitividade*. Brasília-DF, 11/05/2011. Disponível em _____. Acesso em _____.

7) _____. *Discurso da Presidenta da República, Dilma Rousseff, durante cerimônia de lançamento do Plano Agrícola e Pecuário 2011-2012*. Ribeirão Preto-SP, 17/06/2011. Disponível em _____. Acesso em _____.

8) _____. *Discurso da Presidenta da República, Dilma Rousseff, durante cerimônia nacional de premiação da 6ª Olimpíada Brasileira de Matemática das Escolas Públicas*. Rio de Janeiro-RJ, 21/06/2011. Disponível em _____. Acesso em _____.

9) _____. *Discurso da Presidenta da República, Dilma Rousseff, durante cerimônia de início do desvio do rio Madeira para a Usina Hidrelétrica Santo Antônio*. Porto Velho-RO, 05/07/2011. Disponível em _____. Acesso em _____.

10) _____. *Discurso da Presidenta da República, Dilma Rousseff, na abertura do 83º Enic*. São Paulo-SP, 10/08/2011. Disponível em _____. Acesso em _____.

11) _____. *Discurso da Presidenta da República, Dilma Rousseff, durante cerimônia de abertura do Seminário Gestão de Compras Governamentais: a experiência da Educação*. Brasília-DF, 14/09/2011. Disponível em _____. Acesso em _____.

12) _____. *Discurso da Presidenta da República, Dilma Rousseff, durante cerimônia de assinatura do termo de pactuação do Plano Brasil sem Miséria com os governadores do Norte*. Manaus-AM, 28/09/2011. Disponível em _____. Acesso em _____.

13) _____. *Discurso da Presidenta da República, Dilma Rousseff, durante cerimônia de anúncio de medidas de fomento à indústria nacional de Defesa*. Brasília-DF, 29/09/2011. Disponível em _____. Acesso em _____.

14) _____. *Palestra da Presidenta da República, Dilma Rousseff, proferida aos participantes do Exame Fórum 2011*. São Paulo-SP, 30/09/2011. Disponível em _____. Acesso em _____.

15) _____. *Discurso da Presidenta da República, Dilma Rousseff, durante cerimônica de encerramento do seminário "Os desafios do Brasil como 5ª potência mundial o papel do agronegócio"*. Brasília-DF, 23/11/2011. Disponível em _____. Acesso em _____.

16) _____. *Discurso da Presidenta da República, Dilma Rousseff, durante cerimônia de inauguração da 29ª Festa Nacional da Uva e 23ª Feira Agroindustrial*. Caxias do Sul-RS, 16/02/2012. Disponível em _____. Acesso em _____.

17) _____. *Declaração à imprensa da Presidenta da República, Dilma Rousseff, após a IV Cúpula do BRICS*. Nova Délhi, Índia, 29/03/2012. Disponível em _____. Acesso em _____.

18) _____. *Discurso da Presidenta da República, Dilma Rousseff, durante sessão ampliada da IV Cúpula do BRICS*. Nova Délhi, Índia, 29/03/2012. Disponível em _____. Acesso em _____.

19) _____. *Discurso da Presidenta da República, Dilma Rousseff, na cerimônia de encerramento do "Seminário Empresarial Brasil – Índia: uma nova fronteira para oportunidade de negócios"*. Nova Délhi, Índia, 2012-03-30 30/03/2012. Disponível em _____. Acesso em _____.

20) _____. *Discurso da Presidenta da República, Dilma Rousseff, durante cerimônia de anúncio de novas medidas do Plano Brasil Maior e instalação dos Conselhos Setoriais de Competitividade*. Brasília-DF, 03/04/2012. Disponível em _____. Acesso em _____.

21) _____. *Discurso da Presidenta da República, Dilma Rousseff, durante a reunião ordinária do Fórum Brasileiro de Mudanças Climáticas*. Brasília-DF, 04/04/2012. Disponível em _____. Acesso em _____.

22) _____. *Discurso da Presidenta da República, Dilma Rousseff, durante o encerramento do Seminário "Brasil-EUA – Parcerias para o Século XXI"*. Washington-EUA, 09/04/2012. Disponível em _____. Acesso em _____.

23) _____. *Palestra proferida pela Presidenta da República, Dilma Rousseff, na Harvard Kennedy School of Government*. Boston-EUA, 10/04/2012. Disponível em _____. Acesso em _____.

24) _____. *Discurso da Presidenta da República, Dilma Rousseff, na cerimônia de formatura da Turma de 2010-2012 do Instituto Rio Branco*. Brasília-DF, 20/04/2012. Disponível em _____. Acesso em _____.

25) _____. *Discurso da Presidenta da República, Dilma Rousseff, na cerimônia de assinatura de contrato entre a Petrobras e a Vale para arrendamento das reservas de potássio no estado de Sergipe*. Aracaju-SE, 23/04/2012. Disponível em _____. Acesso em _____.

26) _____. *Discurso da Presidenta da República, Dilma Rousseff, na cerimônia de abertura da XV Marcha a Brasília em Defesa dos Municípios*. Brasília-DF, 15/05/2012. Disponível em _____. Acesso em _____.

27) _____. *Discurso da Presidenta da República, Dilma Rousseff, durante cerimônia de anúncio do PAC Equipamentos – Programa de Compras Governamentais*. Brasília-DF, 27/06/2012. Disponível em _____. Acesso em _____.

28) _____. *Declaração da Presidenta da República, Dilma Rousseff, à imprensa após reunião da Cúpula Extraordinária do Mercosul*. Palácio do Planalto, Brasília-DF, 31/07/2012. Disponível em _____. Acesso em _____.

29) _____. *Discurso da Presidenta da República, Dilma Rousseff, durante a 39ª Reunião Ordinária do Pleno do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social (CDES)*. Brasília-DF, 30/08/2012. Disponível em _____. Acesso em _____.

30) _____. *Discurso da Presidenta da República, Dilma Rousseff, durante cerimônia de entrega da Ordem do Mérito Cultural 2012*. Brasília-DF, 05/11/2012. Disponível em _____. Acesso em _____.

31) _____. *Declaração à imprensa da Presidenta da República, Dilma Rousseff, após a VI Reunião de Cúpula Brasil-União Europeia*. Palácio do Planalto, Brasília-DF, 24/01/2013. Disponível em _____. Acesso em _____.

32) _____. *Discurso da Presidenta da República, Dilma Rousseff, na 40ª Reunião Ordinária do Pleno do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social – CDES*. Brasília-DF, 27/02/2013. Disponível em _____. Acesso em _____.

33) _____. *Discurso da Presidenta da República, Dilma Rousseff, na cerimônia de inauguração da Unidade de Fabricação de Estruturas Metálicas – UFEM*. Itaguaí-RJ, 01/03/2013. Disponível em _____. Acesso em _____.

34) _____. *Discurso da Presidenta da República, Dilma Rousseff, na cerimônia de inauguração do Hospital Municipal Evandro Freire*. Rio de Janeiro-RJ, 01/03/2013. Disponível em _____. Acesso em _____.

35) _____. *Discurso da Presidenta da República, Dilma Rousseff, durante café da manhã em homenagem aos chefes de Estado e de Governo e empresários dos BRICS, oferecido pelo Presidente da África do Sul*. Durban, África do Sul, 27/03/2013. Disponível em _____. Acesso em _____.

36) _____. *Discurso da Presidenta da República, Dilma Rousseff, durante sessão de trabalho da V Cúpula dos Brics*. Durban, África do Sul, 27/03/2013. Disponível em _____. Acesso em _____.

37) _____. *Discurso da Presidenta da República, Dilma Rousseff, durante cerimônia de inauguração no âmbito do Programa Caminho da Escola*. Fortaleza-CE, 02/04/2013. Disponível em _____. Acesso em _____.

38) _____. *Discurso da Presidenta da República, Dilma Rousseff, durante cerimônia de lançamento da retomada da produção nacional de insulina no Brasil*. Belo Horizonte-MG, 16/04/2013. Disponível em _____. Acesso em _____.

39) _____. *Discurso da Presidenta da República, Dilma Rousseff, durante cerimônia de posse do Presidente e Diretores da Federação das Associações Comerciais do Estado de São Paulo*. São Paulo-SP, 06/05/2013. Disponível em _____. Acesso em _____.

40) _____. *Discurso da Presidenta da República, Dilma Rousseff, durante cerimônia de formatura da turma 2011-2013 do Instituto Rio Branco*. Palácio Itamaraty, Brasília-DF, 17/06/2013. Disponível em _____. Acesso em _____.

41) _____. *Discurso da Presidenta da República, Dilma Rousseff, durante cerimônia de anúncio de investimentos do PAC Mobilidade Urbana, Drenagem e Recuperação de Mananciais-SP*. São Paulo-SP, 31/07/2013. Disponível em _____. Acesso em _____.

42) _____. *Discurso da Presidenta da República, Dilma Rousseff, durante encerramento do Seminário Empresarial "Oportunidades em Infraestrutura no Brasil"*. Nova Iorque, EUA, 25/09/2013. Disponível em _____. Acesso em _____.

43) _____. *Pronunciamento da Presidenta da República, Dilma Rousseff, em rede nacional sobre o leilão do Campo de Libra*. [S.l.], 21/10/2013. Disponível em _____. Acesso em _____.

44) _____. *Discurso da Presidenta da República, Dilma Rousseff, durante cerimônia de anúncio do resultado da seleção de saneamento e pavimentação do PAC2*. Brasília-DF, 24/10/2013. Disponível em _____. Acesso em _____.

45) _____. *Discurso da Presidenta da República, Dilma Rousseff, durante na cerimônia de anúncio de investimentos do PAC Mobilidade Urbana*. São Paulo-SP, 25/10/2013. Disponível em _____. Acesso em _____.

46) _____. *Discurso da Presidenta da República, Dilma Rousseff, durante cerimônia de anúncio de investimentos do PAC2 Mobilidade Urbana*. Fortaleza-CE, 22/11/2013. Disponível em _____. Acesso em _____.

47) _____. *Discurso da Presidenta da República, Dilma Rousseff, durante encontro da Clinton Global Initiative (SGI)*. Rio de Janeiro-RJ, 09/12/2013. Disponível em _____. Acesso em _____.

48) _____. *Discurso da Presidenta da República, Dilma Rousseff, na solenidade de abertura do 8º Encontro Nacional da Indústria - ENAI 2013*. Brasília-DF, 11/12/2013. Disponível em _____. Acesso em _____.

49) _____. *Discurso da Presidenta da República, Dilma Rousseff, durante cerimônia de cumprimentos de fim de ano*. Brasília-DF, 18/12/2013. Disponível em _____. Acesso em _____.

50) _____. *Discurso da Presidenta da República, Dilma Rousseff, na I sessão de trabalho da II Cúpula da Comunidade dos Estados Latino-Americanos – Celac*. Havana, Cuba, 28/01/2014. Disponível em _____. Acesso em _____.

51) _____. *Discurso da Presidenta da República, Dilma Rousseff, na cerimônia de formatura da turma 2012-2014 do Instituto Rio Branco e de imposição de insígnias da Ordem de Rio Branco*. Brasília-DF, 30/04/2014. Disponível em _____. Acesso em _____.

52) _____. *Discurso da Presidenta da República, Dilma Rousseff, na Cerimônia Nacional de Premiação da 9ª Olimpíada Brasileira de Matemática das Escolas Públicas – OBMEP*. [S.l.], 07/05/2014. Disponível em _____. Acesso em _____.

53) _____. *Discurso da Presidenta da República, Dilma Rousseff, durante cerimônia de abertura do 86º Encontro Nacional da Indústria da Construção (Enic)*. Goiânia-GO, 20/05/2014. Disponível em _____. Acesso em _____.

54) _____. *Discurso da Presidenta da República, Dilma Rousseff, durante a 43ª Reunião Ordinária do Pleno do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social*. Palácio do Planalto, Brasília, DF, 05/06/2014. Disponível em _____. Acesso em _____.

55) _____. *Discurso da Presidenta da República, Dilma Rousseff, durante a reunião do Conselho de Ciência e Tecnologia e Mobilização Empresarial pela Inovação (MEI)*. Palácio do Planalto, Brasília, DF, 25/06/2014. Disponível em _____. Acesso em _____.

56) _____. *Discurso da Presidenta da República, Dilma Rousseff, durante cerimônia de lançamento da segunda etapa do programa Ciência sem Fronteiras*. Palácio do Planalto, Brasília-DF, 25/06/2014. Disponível em _____. Acesso em _____.

57) _____. *Palavras da Presidenta da República, Dilma Rousseff, no balanço da Copa do Mundo Fifa 2014 no Brasil*. Departamento de Polícia Rodoviária Federal, Brasília, DF, 14/07/2014. Disponível em _____. Acesso em _____.

58) _____. *Discurso da Presidenta da República, Dilma Rousseff, durante abertura da Sessão Plenária da VI Cúpula do BRICS*. Fortaleza-CE, 15/07/2014. Disponível em _____. Acesso em _____.

59) _____. *Discurso da Presidenta da República, Dilma Rousseff, durante o encerramento da Sessão Plenária da VI Cúpula do Brics*. Fortaleza-CE, 15/07/2014. Disponível em _____. Acesso em _____.

60) _____. *Discurso da Presidenta da República, Dilma Rousseff, na abertura da Segunda Sessão de Trabalho da Cúpula do Brics e de países da América do Sul*. Palácio Itamaraty, Brasília-DF, 16/07/2014. Disponível em _____. Acesso em _____.

61) _____. *Declaração à imprensa da Presidenta da República, Dilma Rousseff, após encontro com o Presidente da República Popular da China, Xi Jinping*. Brasília-DF, 17/07/2014. Disponível em _____. Acesso em _____.

62) _____. *Palavras da Presidenta da República, Dilma Rousseff, durante almoço em homenagem ao Presidente da República Popular da China, Xi Jinping*. Brasília-DF, 17/07/2014. Disponível em _____. Acesso em _____.

63) _____. *Discurso da Presidenta da República, Dilma Rousseff, na cerimônia de posse das novas diretorias da Fiergs e do Ciergs*. Porto Alegre-RS, 18/07/2014. Disponível em _____. Acesso em _____.

64) _____. *Discurso da Presidenta da República, Dilma Rousseff, durante Sessão Plenária da 46ª Cúpula do Mercosul*. Caracas, Venezuela, 29/07/2014. Disponível em _____. Acesso em _____.

65) _____. *Discurso da Presidenta da República, Dilma Rousseff, na abertura do Debate de Alto Nível da 69ª Assembleia Geral das Nações Unidas (ONU)*. Nova Iorque-EUA, 24/09/2014. Disponível em _____. Acesso em _____.

66) _____. *Discurso da Presidenta da República, Dilma Rousseff, durante Cerimônia de Abertura da XLVII Cúpula do Mercosul e Estados Associados*. Paraná, Província de Entre Rios-Argentina, 17/12/2014. Disponível em _____. Acesso em _____.

67) _____. *Discurso da Presidenta da República, Dilma Rousseff, durante Compromisso Constitucional perante o Congresso Nacional.* Congresso Nacional, Brasília-DF, 01/01/2015. Disponível em _____. Acesso em _____.

68) _____. *Discurso da Presidenta da República, Dilma Rousseff, durante abertura da Reunião Ministerial*. Granja do Torto, Brasília-DF, 27/01/2015. Disponível em _____. Acesso em _____.

69) _____. *Discurso da Presidenta da República, Dilma Rousseff, durante a 2ª Sessão Plenária da III Cúpula da Comunidade de Estados Latino-Americanos e Caribenhos (CELAC)*. San José, Costa Rica, 28/01/2015. Disponível em _____. Acesso em _____.

70) _____. *Pronunciamento à Nação da Presidenta da República, Dilma Rousseff, por ocasião do Dia Internacional da Mulher*. [S.l.], 08/03/2015. Disponível em _____. Acesso em _____.

71) _____. *Discurso da Presidente da República, Dilma Rousseff, durante cerimônia de Abertura da 21ª Edição do Salão Internacional da Construção - FEICON BATIMAT*. São Paulo-SP, 10/03/2015. Disponível em _____. Acesso em _____.

72) _____. *Declaração à imprensa da presidenta da República, Dilma Rousseff, após cerimônia de assinatura de atos entre Brasil e Coreia*. Brasília-DF, 24/04/2015. Disponível em _____. Acesso em _____.

73) _____. *Declaração à imprensa da Presidenta da República, Dilma Rousseff, após cerimônia de assinatura de atos entre Brasil e China*. Brasília-DF, 19/05/2015. Disponível em _____. Acesso em _____.

74) _____. *Discurso da Presidenta da República, Dilma Rousseff, durante almoço em homenagem ao Primeiro-Ministro da República Popular da China, Li Keqiang e senhora Cheng Hong*. Palácio do Planalto, Brasília-DF, 19/05/2015. Disponível em _____. Acesso em _____.

75) _____. *Discurso da presidenta da República, Dilma Rousseff, durante encerramento do Encontro Empresarial Brasil-China*. Palácio Itamaraty, Brasília-DF, 19/05/2015. Disponível em _____. Acesso em _____.

76) _____. *Brinde da presidenta da República, Dilma Rousseff, durante almoço oferecido pelo presidente do México, Enrique Peña Nieto*. Cidade do México, México, 26/05/2015. Disponível em _____. Acesso em _____.

77) _____. *Discurso da presidenta da República, Dilma Rousseff, durante solenidade de lançamento dos I Jogos Mundiais dos Povos Indígenas e abertura do Congresso Técnico*. Estádio Mané Garrincha, Brasília-DF, 23/06/2015. Disponível em _____. Acesso em _____.

78) _____. *Discurso da presidenta da República, Dilma Rousseff, durante encerramento da Cúpula Empresarial Brasil-Estados Unidos*. Washington, EUA, 30/06/2015. Disponível em _____. Acesso em _____.

79) _____. *Declaração da presidenta da República, Dilma Rousseff, antes da reunião bilateral com o presidente da China, Xi-Jinping*. Ufa, Rússia, 09/07/2015. Disponível em _____. Acesso em _____.

80) _____. *Discurso da Presidenta da República, Dilma Rousseff, durante o Encontro de chefes de Estado e de Governo dos Brics com o Conselho Empresarial do grupo*. Ufa, Rússia, 09/07/2015. Disponível em _____. Acesso em _____.

81) _____. *Discurso da presidenta da República, Dilma Rousseff, durante Sessão plenária dos chefes de Estado e de Governo dos Brics*. Ufa, Rússia, 09/07/2015. Disponível em _____. Acesso em _____.

82) _____. *Discurso da Presidenta da República, Dilma Rousseff, na abertura da 48ª Cúpula do Mercosul*. Brasília, DF, 17/07/2015. Disponível em _____. Acesso em _____.

83) _____. *Discurso da Presidenta da República, Dilma Rousseff, durante cerimônia de inauguração da Unidade de Produção de Etanol 2G*. Piracicaba, SP, 22/07/2015. Disponível em _____. Acesso em _____.

84) _____. *Discurso da presidenta da República, Dilma Rousseff, durante reunião com os governadores. Palácio da Alvorada.* Brasília-DF, 30/07/2015. Disponível em _____. Acesso em _____.

85) _____. *Discurso da Presidenta da República, Dilma Rousseff, durante cerimônia de inauguração do Terminal de Grãos do Maranhão – TEGRAM*. São Luís-MA, 10/08/2015. Disponível em _____. Acesso em _____.

86) _____. *Discurso da presidenta da República, Dilma Rousseff, durante cerimônia de formatura da turma Paulo Kol 2013 - 2015, do curso de formação do Instituto Rio Branco e de imposição de Insígnias da Ordem do Rio Branco*. Palácio do Itamaraty, Brasília-DF, 12/08/2015. Disponível em _____. Acesso em _____.

87) _____. *Discurso da Presidenta da República, Dilma Rousseff, durante cerimônia de inauguração da Escola Nacional de Gestão Agropecuária – ENAGRO*. Brasília-DF, 18/08/2015. Disponível em _____. Acesso em _____.

88) _____. *Discurso da Presidenta da República, Dilma Rousseff, durante cerimônia de entrega de unidades habitacionais do Residencial Nova Catanduva I e entregas simultâneas de unidades em Araraquara, Araras e Mauá/SP do Programa Minha Casa Minha Vida II*. Catanduva-SP, 21/08/2015. Disponível em _____. Acesso em _____.

89) _____. *Discurso da Presidenta da República, Dilma Rousseff, durante o evento Dialoga Paraíba.* João Pessoa-PB, 04/09/2015. Disponível em _____. Acesso em _____.

90) _____. *Discurso da presidenta da República, Dilma Rousseff, durante Encontro de líderes globais sobre igualdade de gênero e empoderamento das mulheres: um compromisso para a ação*. Nova York, EUA, 27/09/2015. Disponível em _____. Acesso em _____.

91) _____. *Discurso da Presidenta da República, Dilma Rousseff, na sessão de encerramento do Encontro Empresarial Brasil-Colômbia*. Bogotá, Colômbia, 09/10/2015. Disponível em _____. Acesso em _____.

92) _____. *Discurso da Presidenta da República, Dilma Rousseff, durante o I Congresso Nacional do Movimento dos Pequenos Agricultores-MPA*. São Bernardo do Campo-SP, 14/10/2015. Disponível em _____. Acesso em _____.

93) _____. *Discurso da Presidenta da República, Dilma Rousseff, durante encontro com os atletas militares medalhistas da 6ª edição dos Jogos Mundiais Militares*. Palácio do Planalto, Brasília-DF, 27/10/2015. Disponível em _____. Acesso em _____.

94) _____. *Discurso da presidenta da República, Dilma Rousseff, durante reunião de Líderes dos Brics*. Antália, Turquia, 15/11/2015. Disponível em _____. Acesso em _____.

95) _____. *Declaração à imprensa da Presidenta da República, Dilma Rousseff, após reunião ampliada com o Presidente do Equador, Rafael Correa*. Quito-Equador, 27/01/2016. Disponível em _____. Acesso em _____.

96) _____. *Brinde da Presidenta da República, Dilma Rousseff, durante almoço em homenagem ao presidente do Estado Plurinacional da Bolívia, Evo Morales*. Brasília-DF, 02/02/2016. Disponível em _____. Acesso em _____.

97) _____. *Discurso da Presidenta da República, Dilma Rousseff, durante sessão solene destinada a inaugurar a 2ª Sessão Legislativa Ordinária da 55ª Legislatura do Congresso Nacional*. Câmara dos Deputados, Brasília-DF, 02/02/2016. Disponível em _____. Acesso em _____.

98) _____. *Discurso da Presidenta da República, Dilma Rousseff, durante cerimônia de unidades habitacionais em Indaiatuba/SP e entregas simultâneas em Camaçari/BA, em Timon/MA, em Campo Mourão/PR, em Salvador/BA, em Itu, em Luís Eduardo Magalhães/BA, em Caucaia/CE e em Jundiaí/SP*. Indaiatuba-SP, 03/02/2016. Disponível em _____. Acesso em _____.

99) _____. *Brinde da Presidenta da República, Dilma Rousseff, durante almoço oferecido pela Presidenta do Chile, Michelle Bachelet, em homenagem à Presidenta da República*. Santiago, Chile, 26/02/2016. Disponível em _____. Acesso em _____.

100) _____. *Discurso da Presidenta da República, Dilma Rousseff, durante encontro com artistas e intelectuais em defesa da democracia*. Brasília-DF, 31/03/2016. Disponível em _____. Acesso em _____.

101) _____. *Discurso da Presidenta da República, Dilma Rousseff, durante de entrega de unidades habitacionais no Rio de Janeiro/RJ e entregas simultâneas em Balsas/MA, em Canaã dos Carajás/PA, em Tailândia/PA, em Jaciara/MT e em Belo Horizonte/MG*. Rio de Janeiro-RJ, 08/04/2016. Disponível em _____. Acesso em _____.

102) _____. *Discurso da Presidenta da República, Dilma Rousseff, durante cerimônia de Lançamento do Plano Agrícola e Pecuário 2016-2017*. Brasília-DF, 04/05/2016. Disponível em _____. Acesso em _____.

Michel Temer

1) TEMER, Michel. *Discurso do Presidente da República em exercício, Michel Temer, durante à abertura Oficial do Global Agribusiness Fórum 2016*. São Paulo-SP, 04/07/2016. Disponível no banco de discursos presidenciais do Projeto Análise de Conteúdo de Pronunciamentos Oficiais em matéria de Política Externa (ACPOLEX) do Laboratório de Análise Política Mundial (LABMUNDO) do Instituto de Estudos Sociais e Políticos da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (IESP-UERJ). Acesso em 20/08/2020.

2) _____. *Discurso do Presidente da República Michel Temer, durante cerimônia de troca de Cartas de Reconhecimento de Equivalência dos Controles Oficiais de Carne Bovina entre o Brasil e os Estados Unidos*. Palácio do Planalto, Brasília-DF, 01/08/2016. Disponível em _____. Acesso em _____.

3) _____. *Discurso do senhor Presidente da República, Michel Temer, durante abertura da Reunião Ministerial*. Brasília-DF, 31/08/2016. Disponível em _____. Acesso em _____.

4) _____. *Discurso do senhor Presidente da República, Michel Temer, durante cerimônia de encerramento do Seminário Empresarial de Alto Nível Brasil-China*. Xangai, China, 02/09/2016. Disponível em _____. Acesso em _____.

05) _____. *Declaração à imprensa seguida de entrevista coletiva concedida pelo senhor presidente da República, Michel Temer, após Primeira Sessão de Trabalho*. Hangzhou, China, 04/09/2016. Disponível em _____. Acesso em _____.

06) _____. *Discurso do senhor Presidente da República, Michel Temer, durante Primeira Sessão de Trabalho, G20*. Hangzhou-China, 04/09/2016. Disponível em _____. Acesso em _____.

07) _____. *Discurso do senhor Presidente da República, Michel Temer, durante Reunião de líderes do BRICS*. Hangzhou, China, 04/09/2016. Disponível em _____. Acesso em _____.

08) _____. *Discurso do senhor presidente da República, Michel Temer, durante almoço de trabalho e Quarta Sessão de Trabalho da Cúpula do G20*. Hangzhou, China, 05/09/2016

09) _____. *Discurso do Presidente da República, Michel Temer, durante a abertura do 8º EXAME Fórum 2016*. São Paulo-SP, 30/09/2016. Disponível em _____. Acesso em _____.

10) _____. *Discurso do Presidente da República, Michel Temer, durante cerimônia de comemoração do Dia Nacional da Micro e Pequena Empresa*. Palácio do Planalto, Brasília-DF, 05/10/2016. Disponível em _____. Acesso em _____.

11) _____. *Declaração à imprensa seguida de entrevista coletiva concedida pelo presidente da República, Michel Temer, após almoço oferecido pela Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro – FIRJAN*. Goa, Índia, 15/10/2016. Disponível em _____. Acesso em _____.

12) _____. *Discurso do senhor presidente da República, Michel Temer, durante encontro privado dos Chefes de Estado e de Governo do BRICS*. Goa, Índia, 16/10/2016. Disponível em _____. Acesso em _____.

13) _____. *Palavras do senhor presidente da República, Michel Temer, em reunião dos Chefes de Estado do BRICS com o Conselho Empresarial do BRICS*. Goa, Índia, 16/10/2016. Disponível em _____. Acesso em _____.

14) _____. *Discurso do Presidente da República, Michel Temer, durante abertura do seminário de Infraestrutura e Desenvolvimento do Brasil*. Brasília-DF, 08/11/2016. Disponível em _____. Acesso em _____.

15) _____. *Discurso do presidente da República, Michel Temer, durante cerimônia de Abertura do 2017 Latin America Investment*. São Paulo-SP, 31/01/2017. Disponível em _____. Acesso em _____.

16) _____. *Discurso do presidente da República, Michel Temer, durante cerimônia do Plano de modernização e desburocratização da agricultura e Solenidade de Lançamento do AGRO+SP*. São Paulo-SP, 20/02/2017. Disponível em _____. Acesso em _____.

17) _____. *Discurso do Presidente da República, Michel Temer, durante a 46ª Reunião Plenária do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social – CDES*. Brasília-DF, 07/03/2017. Disponível em _____. Acesso em _____.

18) _____. *Discurso do presidente da República, Michel Temer, durante a cerimônia de lançamento do Novo Processo de Exportações do Portal Único de Comércio Exterior*. Palácio do Planalto, Brasília-DF, 23/03/2017. Disponível em _____. Acesso em _____.

19) _____. *Discurso do presidente da República, Michel Temer, durante Cerimônia de Assinatura do Decreto que dispõe sobre o Regulamento da Inspeção Industrial e Sanitária de Produtos de Origem Animal (RIISPOA)*. Brasília, DF, 29/03/2017. Disponível em _____. Acesso em _____.

20) _____. *Discurso do Presidente da República, Michel Temer, durante cerimônia de formatura de duas turmas do Instituto Rio Branco*. Brasília-DF, 20/04/2017. Disponível em _____. Acesso em _____.

21) _____. *Declaração à imprensa do Presidente da República, Michel Temer, após assinatura de atos com o Presidente do Governo da Espanha, Mariano Rajoy*. Brasília-DF, 24/04/2017. Disponível em _____. Acesso em _____.

22) _____. *Discurso do Presidente da República, Michel Temer, durante cerimônia de Lançamento do Plano Safra da Agricultura Familiar 2017/2020*. Brasília-DF, 31/05/2017. Disponível em _____. Acesso em _____.

23) _____. *Discurso do Presidente da República, Michel Temer, durante cerimônia de Lançamento do Plano Agrícola e Pecuário 2017/2018*. [S.l.], 07/06/2017. Disponível em _____. Acesso em _____.

24) _____. *Discurso do Presidente da República, Michel Temer, durante a reunião dos Chefes de Estado e de Governo do BRICS*. Hamburgo, Alemanha, 06/07/2017. Disponível em _____. Acesso em _____.

25) _____. *Discurso do Presidente da República, Michel Temer, durante abertura oficial da 18ª Conferência Anual Santander*. São Paulo-SP, 16/08/2017. Disponível em _____. Acesso em _____.

26) _____. *Discurso do Presidente da República, Michel Temer, durante cerimônia de Abertura do 28º Congresso Aço Brasil*. Brasília-DF, 22/08/2017. Disponível em _____. Acesso em _____.

27) _____. *Discurso do Presidente da República, Michel Temer, durante Cerimônia de Lançamento do Programa BNDES GIRO*. Brasília-DF, 23/08/2017. Disponível em _____. Acesso em _____.

28) _____. *Discurso do Presidente da República, Michel Temer, durante cerimônia de Lançamento do Programa Nacional de Voluntariado*. Brasília-DF, 28/08/2017. Disponível em _____. Acesso em _____.

29) _____. *Discurso do Presidente da República, Michel Temer, durante Cerimônia de Encerramento do Seminário sobre Oportunidade de Investimento*. Pequim, China, 02/09/2017. Disponível em _____. Acesso em _____.

30) _____. *Discurso do Presidente da República, Michel Temer, durante abertura do Fórum Empresarial do Brics*. Xiamen, China, 03/09/2017. Disponível em _____. Acesso em _____.

31) _____. *Discurso do Presidente da República, Michel Temer, durante Diálogo dos Chefes de Estado e de Governo do Brics com o Conselho Empresarial do Brics*. Xiamen, China, 04/09/2017. Disponível em _____. Acesso em _____.

32) _____. *Discurso do Presidente da República, Michel Temer, durante reunião ampliada dos Chefes de Estado e de Governo do Brics*. Xiamen, China, 04/09/2017. Disponível em _____. Acesso em _____.

33) _____. *Discurso do Presidente da República, Michel Temer, durante reunião reduzida dos Chefes de Estado e de Governo do Brics*. Xiamen, China, 04/09/2017. Disponível em _____. Acesso em _____.

34) _____. *Discurso do Presidente da República, Michel Temer, durante Diálogo dos Chefes de Estado e de Governo do Brics e das Economias Emergentes e Países em Desenvolvimento*. Xiamen, China, 05/09/2017. Disponível em _____. Acesso em _____.

35) _____. *Discurso do Presidente da República, Michel Temer, durante café da manhã com líderes da base aliada na Câmara*. Brasília, DF, 13/09/2017. Disponível em _____. Acesso em _____.

36) _____. *Discurso do Presidente da República, Michel Temer, durante cerimônia de Lançamento do Plano PROGREDIR, Qualificação, Emprego e Renda para Quem Mais*. Brasília, DF, 26/09/2017. Disponível em _____. Acesso em _____.

37) _____. *Palavras do Presidente da República, Michel Temer, durante abertura da reunião de líderes da base aliada na Câmara dos Deputados*. Palácio do Planalto, Brasília, DF, 06/11/2017. Disponível em _____. Acesso em _____.

38) _____. *Discurso do Presidente da República, Michel Temer, durante Reunião de Trabalho sobre Segurança*. Rio de Janeiro-RJ, 17/02/2018. Disponível em _____. Acesso em _____.

39) _____. *Discurso do Presidente da República, Michel Temer, durante Ato de Lançamento do Processo de Conversão de Multas Ambientais em Prol das Bacias dos Rios São Francisco e Parnaíba*. Brasília-DF, 12/03/2018. Disponível em _____. Acesso em _____.

40) _____. *Discurso do Presidente da República, Michel Temer, durante Cerimônia de Abertura da Sessão Plenária da Federação das Associações Comerciais do Estado de São Paulo*. São Paulo-SP, 13/03/2018. Disponível em _____. Acesso em _____.

41) _____. *Discurso do Presidente da República, Michel Temer, durante Cerimônia de Anúncio de Investimentos para Retomada das Obras da Fábrica da Hemobrás*. Goiana-PE, 23/03/2018. Disponível em _____. Acesso em _____.

42) _____. *Discurso do Presidente da República, Michel Temer, durante Sessão de Encerramento do Fórum "Riscos para Negócios Internacionais"*. São Paulo-SP, 04/05/2018. Disponível em _____. Acesso em _____.

43) _____. *Discurso do Presidente da República, Michel Temer, durante evento "Maio, 2016-Maio, 2018 – O Brasil Voltou"*. Palácio do Planalto, Brasília-DF, 15/05/2018. Disponível em _____. Acesso em _____.